

FERNANDO MOGUEIRA DA COSTA

BANCO DO ESTADO: O CASO BANESPA

VOLUME I

Tese de Doutorado em Economia
apresentada ao Instituto de Economia
da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Professor WILSON
CANO.

Campinas, 1988

C823b
v.1
10274/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

"Ou se cria instituição pública de
financiamento ou não se tem democracia.

Não sou estatista, nem mãe Joana, mas sei
que não virá nenhum capital estrangeiro para
o Brasil".

(Maria da Conceição Tavares, FSP, 28/07/88).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

Ao Ivo.

Para os que sentiram
- como eu senti -
este meu instante fecundo.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

AGRADECIMENTOS =

ao professor Wilson Cano, meu mestre e "doutor em orientação", que dedicou toda atenção à leitura minuciosa, crítica rigorosa, imposição de ritmo ao trabalho; eventuais sugestões não acatadas ficam por conta de minha obstinação e da liberdade acadêmica que me propiciou.

aos colegas Natermes Teixeira e Paulo Davidoff, pela participação no "exame de qualificação".

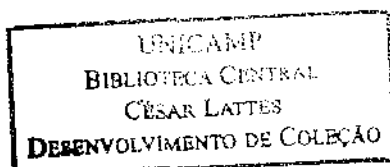
a Sérgio Silva, que gentilmente se ofereceu para uma leitura dos originais; infelizmente, "o micro pifou"...

a Fernando Costa Carvalho, meu auxiliar-de-pesquisa, em julho de 1986.

aos professores Castro, Lessa, Belluzzo, João Manoel, Luciano, Ferdinando, Braga, Baltar e Possas, dos quais herdei filiação intelectual, com autonomia de pensamento.

em especial, à professora Conceição Tavares, por escrever textos que inspiraram minha especialização e ensinar que agressividade política e intelectual não exclui afetividade pessoal.

aos amigos Carlos Henrique, Sérgio, Mário Sérgio, Eduardo, Mário Marcos, Mfria, Eulálio, Camilo, Romero, Paulo Eduardo, Ana Maria, Luis Fernando, Vanor, Antônio Jorge, Ricardo, Laura, Angela, Regina, Raquel, Chico Lopreato, José Carlos, George, Julinho, Passos, Presser,



Maurício, Ricardo, Alex, Galcho, Campolina, Fabrício, Renato, Barjas, Eginardo, Dudu, Mara, Caio, Luz, Fernando, Elaine, Fernando, Fernanda, Galeno, Mônica, Eneas, Aparecida, Cláudio, Paulo Antônio, Ana, Mariana, Duda, Carmem, Arthur, Victor, José Guilherme, Luiza, Sílvia, Lillian, Regina, Magdalena, Lia, Ana Lúcia, Eduardo, Vicente, Roseli, Ana Maria, Waldilson, Glorinha, Isabel, Guika, Oscar, Carlos André, Daniela, Helena, Renato, Liszt, Sheila, Daniel, Cláudio, Sérgio(s), Chico, Neiva, Sandra, Leila, Moema, Rita, Adriana, Ingrid, Míriam, Cássia, Ricardo, Malú, Anita, Carmita, Cláudio, Kandir, Lúdia, Mônica, Ana Lucia, Mariano, Mansur, Gilson, Mattoso, João, Alejandra, Rinaldo, Maria, Sílvia, Tuca, Valentina, Fagnani, Wilnês, Guida, Flora, Márcio, Nelson, Suzigan, Elba, Biasoto, Rogério, Alda, Cândida, Alexandre, Edith, Márcia, Alberto, Lúdia, Cláudia, Dominique, Angela, Nathalia, Schneider, Lili, Simone, Lupa, Carla, Otaviano, Hamilton, Marta, Catú, Rogério, Rosaura, Regina, João, Maria, Bastiaan, e tantos outros que também forjaram este meu jeito de ser.

aos familiares, Anibal, Aparecida, Ana, Eduardo, Carlos, Paulo, Vovó Ia, Tamara, Paulinho, Didi, Edvaldo, Dena, Jacques, Mona, que me dão toda retaguarda...

Dayse, além de me auxiliar na pesquisa no BANESPA, compartilhou comigo este "instante fecundo" de ter filho, construir casa, plantar árvore... acompanhar conjuntura, pesquisar, lecionar e escrever esta tese.

Campinas, madrugada de insônia, inverno de 1988.

BANCO DO ESTADO: O CASO BANESPA

INDICE

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	14
PARTE 1: ORIGEM DO BANESPA	39
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTE HISTÓRICO: BANCO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO	
1.1. Incentivos Governamentais	40
1.2. Fundação	50
1.3. Instalação	59
1.4. Negócios Bancários	67
1.5. Imobilização e/ou Descapitalização	75
1.6. Nacionalização	83
CAPÍTULO 2: BANCO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO: CONTEXTOS INTERNO E INTERNACIONAL	
2.1. Introdução	91
2.2. Crédito Hipotecário e Agrícola e Atividade Bancária Urbana	96
2.3. Política Monetária da Primeira República	105
2.4. Oportunidade de Investimento Estrangeiro	110
2.5. Contexto Internacional	117
2.6. Recapitulação	131

PARTE II: O BANESPA NA CRISE DOS ANOS 30	140

CAPÍTULO 3: BANESPA NA CRISE DE 1929

3.1. Reorganização do Banco do Estado de São Paulo	141
3.2. Financiamento do Café	148
3.3. Papel na Crise de 1929	155
3.4. Mecanismos de Recuperação	165
3.5. Reajustamento Econômico	177

CAPÍTULO 4: BANESPA E O DESENVOLVIMENTO PAULISTA (1930-1945)

4.1. Banco do Estado e o Desenvolvimento Agrícola de São Paulo	185
4.2. Agricultura Paulista nos Anos 1930-1945	207
4.3. Banco do Estado e o Desenvolvimento Urbano-industrial de São Paulo	213

PARTE III: BANESPA E O DESENVOLVIMENTISMO **222**

CAPÍTULO 5: BANESPA NO APÓS-GUERRA

5.1. Inauguração Edifício-sede	223
5.2. Organização Bancária	231
5.3. Atuação Desenvolvimentista	241

CAPÍTULO 6: BANESPA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1945-1964)

6.1. Finanças Públicas Federal e a Situação Monetária-Creditícia	254
6.2. Finanças Públicas do Estado de São Paulo	266
6.3. Política Cafeeira, Situação Cambial e Balanço de Pagamentos	270
6.4. Agricultura Paulista nos Anos 1945-1964	281
6.5. Indústria Paulista nos Anos 1945-1964	292
6.6. Urbanização do Estado de São Paulo	300
6.7. Movimento Financeiro do BANESPA em 1964 e a Necessidade de sua Expansão	303

VOLUME 11

PARTE IV: EVOLUÇÃO RECENTE DO BANESPA	317

CAPÍTULO 7: BANESPA E O DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO (1965-1986)

7.1. Introdução	318
7.2. Modernização e Concentração	333
7.3. "Banespianos"	344
7.4. Automação	353
7.5. Conglomeração	359
7.6. Internacionalização	371
7.7. Desempenho	381
7.8. Crise dos Anos 80	392
7.9. Recapitulação e Conclusão	418

CAPÍTULO 8: PROBLEMAS DOS BANCOS ESTADUAIS E O CASO BANESPA

8.1. Problemas Decorrentes da Política Macroeconômica de Ajustamento	441
8.2. Problemas Surgidos na Crise de 1982	453
8.3. Déficit dos Estados e Dívida dos Bancos Estaduais	467
8.4. Diagnósticos Alternativos	481
8.5. Especificidade do Caso BANESPA	492
8.6. Recapitulação	501
8.7. Terapia Receitada	507

ANEXO AO CAPÍTULO 8-P&S-ESCRITO: DOSSIER SOBRE O CASO BANESPA	513

CONCLUSÃO	531

SUMÁRIO	537

ANEXO ESTATÍSTICO	543

BIBLIOGRAFIA	598

LISTA DE QUADROS

QUADROS	TÍTULOS	PÁGINAS
1.1.	Produção do Café - 1877/1909	43
1.2.	Institutos de Crédito - Estado de São Paulo - 1910	60
1.3.	Movimento Bancário, segundo UF - 1921, 1928 e 1936	63
3.1.	Dívida Externa Consolidada dos Estados - 1929/1939	170
4.1.	Títulos Descontados pelo BANESPA - 1926/1937	192
4.2.	Empréstimos do BANESPA por Carteira - 1938/1947	201
4.3.	Histórico da Rede de Agências do BANESPA - 1926/1964	215
5.1.	BANESPA - Financiamento de Obras e Serviços de Utilidade Pública - 1959/1962	250
5.2.	BANESPA - Depósitos por Atividade Econômica - 1949/1964	251
5.3.	BANESPA - Empréstimos por Atividade Econômica - 1949/1964	252
6.1.	Investimentos Públicos e Particulares - em Cruz Bihses - 1947/1952	255
6.2.	Investimentos Públicos e Particulares - em % - 1947/1952	255
6.3.	Déficit da Caixa Orçamentária do Governo Federal e Emissões de Papel Moeda - 1957/1964	263
6.4.	São Paulo - Balanço Orçamentário - 1955/1962	269
6.5.	Estado de São Paulo - Movimento de Negócios - 1959/1962	269
6.6.	Balanço de Pagamentos - 1947/1965	278/9
6.7.	Exportação Brasileira de Café - 1950/1964	282
6.8.	Produção Brasileira de Café - 1950/1964	282
6.9.	Exportação Brasileira de Algodão - 1954/1964	285
6.10.	Cultura de Algodão em São Paulo - 1959/1964	285

6.11.	Produção e Consumo de Açúcar - 1953/1964	287
6.12.	Renda Bruta do Café e de Bovinos - 1960/1963	288
6.13.	Efetivo dos Rebanhos Bovinos - 1954/1963	288
6.14.	Pecuária de Corte no Estado de São Paulo - 1955/1962	288
6.15.	Estado de São Paulo - Produção Agrícola de Subsistência - 1958/1964	290
6.16.	Desenvolvimento Industrial Paulista - 1949/1964	294
6.17.	Desenvolvimento Industrial por Setores - 1960/1964	296
6.18.	Produção da Indústria Automobilística - 1957/1964	296
7.1.	BANESPA - Expansão da Rede de Agências - 1926/1986	336
7.2.	BANESPA - Evolução do Quadro de Pessoal - 1966/1986	346
7.3.	BANESPA - Distribuição de Renda entre os Funcionários - maio/1986	347
7.4.	BANESPA - Depósitos Totais - Evolução Real - 1970/1986	398
7.5.	BANESPA - Empréstimos - Evolução Real - 1970/1986	399
7.6.	BANESPA - Indicadores Patrimoniais - 1979/1987	404
7.7.	BANESPA - Indicadores de Desempenho - 1979/1987	411
7.8.	BANESPA - Análise Comparada - 1978/1984	424
7.9.	Evolução da Rentabilidade dos Bancos - 1985/1987	429
7.10.	Maiores Fontes de Rentabilidade Bancária - 1985/1987	432
7.11.	BANESPA - Evolução da Captação e do Empréstimo e da Relação de Captação e Aplicação - 1985/1987	433
8.1.	Dívida dos Estados e dos Municípios (Capitais) - 1986	470
8.2.	Bancos Estaduais - A Dívida Junto ao BACEN - 05/02/87	482
8.3.	Relação Repasses Internos/Empréstimos no Setor Bancário - 1979/1986	497

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

1. Número de Pequenos e Grandes Lavradores do Estado de São Paulo (<u>Relatório Anual do BANESPA - 1947</u>)	203
2. Declínio das Safras Cafeeiras do Estado de São Paulo de 1912 a 1948 (<u>Relatório Anual do BANESPA - 1949</u>)	206
3. Brasil - Exportação de Café de 1950 a 1964 (<u>Relatório Anual do BANESPA - 1964</u>)	282
4. São Paulo - Produção Agrícola de Subsistência de 1948 a 1964 (<u>Relatório Anual do BANESPA - 1964</u>)	290
5. Incorporações do BANESPA	338

APRESENTAÇÃO

Vivemos uma crise do Estado. O estado de espírito supera o espírito de Estado.

Sou parte de uma geração que viveu sua juventude sob um Estado ditatorial. Decepcionou-se ideologicamente com o Estado burocratizado do socialismo real. Desconfia profundamente da intervenção estatal, seja na censura político-cultural, seja no domínio sócio-econômico.

Sou parte de uma escola de pensamento que reinterpreto a história do capitalismo no Brasil. Argumentou, através do levantamento de fatos históricos, que o intervencionismo estatal na economia se deslançou: (1) por omissão - em função de desinteresse e/ou incapacidade financeira - da "iniciativa particular"; (2) por contraposição - em razão de soberania nacional - ao total domínio estrangeiro sobre a economia. O Estado cuidou de preservar a "reserva de mercado" em áreas que possibilitavam lucros especulativos acima da inflação, justamente onde fração da burguesia brasileira - por exemplo, a empreiteira, a mercantil e a financeira - possuía hegemonia. Na verdade, a concepção liberal desta vai até onde acabam seus privilégios particulares. Sua prática em busca de favor estatal não se coaduna com seu discurso a favor de um capitalismo com riscos, da não sobrevivência às custas de crédito oficial subsidiado, e, em caso de falência, da não socialização dos prejuízos.

Sou parte dos cidadãos brasileiros que assiste boquiaberta as ousadas

sem limites das manobras dos centralizadores de ontem, travestis de liberais de hoje. Contra a estatização que promoveram anteriormente propõem atualmente a privatização. Ao Estado intervencionista deste século contrapõem o Estado liberal do século passado.

Sou parte dos brasileiros nascidos na segunda metade deste século que não sofreu influência direta da ideologia populista nacional-desenvolvimentista dos anos 50. Esses brasileiros sempre presenciaram uma tendência histórica internacionalista. Achem melhor que ser nacionalista é ser realista. "Ser patriota, mas não ser idiota" é um dos seus slogans. Privatizar no Brasil tende a significar estrangeirar. Isto não só não é incomum, como também não é necessariamente ruim, desde que não se perca a soberania nacional. O risco é a perda do controle coletivo democrático sobre seu próprio destino. Não se pode subordinar os interesses nacionais aos interesses privados.

Sou parte da corrente de socialistas que acham que pior que um capitalismo é um capitalismo "feudalizado" e/ou burocratizado. Em outras palavras, um sistema que acumula às suas as distorções de outros sistemas. Os interesses corporativistas e sindicais não devem predominar. Tampouco os privilégios techno-burocráticos devem grassar. Mas também o respeito ao conjunto diversificado dos interesses particularistas não é viável e, se a maioria não se opõe, os de uma minoria acabam por predominar. O liberalismo acredita que o máximo de felicidade comum depende da livre busca de cada indivíduo da própria felicidade. Basta que cada um faça unicamente o que está em seu poder.

No limite, chega-se ao máximo de não-politização e de neutralização do indivíduo no campo de seu mundo particular e não político. Nesta concepção, o liberalismo se confunde com o individualismo.

Sou parte dos interessados nas experiências autogestionárias como uma possibilidade de modelo de sociedade socialista alternativo ao modelo estatista burocrático. Seriam contribuições para uma solução prática do problema da eficiência e da democracia de um sistema socialista. A matriz ideológica do associacionismo cooperativo é identificável, pelo menos em parte, com a tendência libertária do movimento socialista. Surpreendentemente, tem referência a princípios próprios de diversas filosofias econômicas, aparentemente inconciliáveis: a superação, de um lado, da apropriação privada do excedente econômico; de outro, a manutenção da livre iniciativa nas unidades econômicas. O sentido do projeto da autogestão corresponderia à necessidade de restituir aos trabalhadores o controle global de sua própria atividade. A alienação do trabalho tem sua raiz na cisão entre tarefas de gestão e de produção, como consequência da apropriação das tarefas de gestão pela propriedade privada ou estatal. A manutenção de um poder e de uma organização estatais - aparentemente contraditória com o princípio autogestionário - é aceita pelos teóricos da autogestão dentro do esquema de um processo de transição para o funcionamento de só uma autoridade socializada democraticamente. Esta seria responsável pela regulação do mercado e pela decisão sobre o que, como, quanto e por quanto produzir, numa tentativa de evitar o predomínio dos interesses corporativistas e a ineficiência do sistema. O Estado é tornado compatível com tal princípio autogestionário em virtude da

concepção de sistemas de representação "funcional", isto é, estruturados com relação às diversas instituições existentes na sociedade. Trata-se de uma reinstitucionalização autogestionária do aparelho de Estado. A alternativa (possível), o sonho (real) e a utopia (necessária) seria uma sociedade tornada capaz de uma reposição perpétua de suas instituições, ou seja, que se auto-instituiria de forma contínua. A política tornar-se-ia uma ação coletiva em busca da transformação da relação da sociedade com suas instituições. Os cidadãos passariam então a ver as instituições que regem sua vida como suas próprias criações coletivas.

Sou parte daqueles ex-estudantes universitários que vivenciaram um trabalho livre e criador na Universidade e tiveram uma experiência profissional de certa forma traumatizante, mas rica em aprendizado prático, em uma instituição pública brasileira. Esta surpreende, à primeira vista, pelo seu aparente poder. Mas logo se vê a limitação do "poder fazer" em seu interior. Qualquer instituição que não se renova, com o tempo esclerosa. Se não está em contínua reinstitucionalização, a máquina burocrática a domina. A rotina das tarefas alienantes toma conta. Os memorandos ineficazes de mesa em mesa tornam-se o único movimento. Vão e voltam, circulam viciadamente. O relevante é a assinatura do "ponto" e o justo "contra-cheque" do fim-de-mês. Mas constata-se um fenômeno: quando os funcionários são incumbidos de cargos de decisão sobre sua atividade, empenham-se exemplarmente. Se são investidos de autoridade, "vestem a camisa" da instituição. Curioso que, numa instituição pública, o corpo de funcionários normalmente é estável, o de dirigentes é que tem alta rotatividade,

acompanhando os acordos políticos. É esta estabilidade funcional que a mantém, mesmo em períodos de má gestão. A máquina burocrática resiste. Alguns elementos lhe dão algum dinamismo. Mas, ao mesmo tempo, esta capacidade de resistência à mudança, muitas vezes uma postura defensiva, a cristaliza institucionalmente com todos seus defeitos. Em termos globais, as instituições estatais se tornam cada vez mais impermeáveis às mudanças ditadas centralmente que não as motivam internamente. Criam resistências que deformam o comando da direção.

Sou parte daqueles que acham que a luta contra um modo de produção tem de ser superada (no sentido hegeliano) pela luta por um novo modo de vida ecológico, com relações fraternas entre as pessoas e com o meio ambiente. O idealismo dessa atitude pacifista, nestes tempos de guerra nuclear, é contraposta à pseudo-racionalidade, à pretensa eficácia e ao pragmatismo (responsável pela manutenção do status quo) da postura liberal-conservadora hegemônica. Lamentavelmente, assistimos estarecidos a imposição da filosofia política dos anos 80 e a divulgação pela mídia da linha do pensamento neoconservador. O modelo de comportamento da geração do final dos anos 60 está sendo destronado pelo da "geração saúde". Transou política em 66, dançou no Dancing Day's em 77, malha na academia em 88:

hippie-travolta-yuppie ... Os jovens urbanos bem sucedidos profissionalmente, formados em universidades de prestígio norte-americanas, identificados com o neoconservadorismo, têm acesso aos mais poderosos meios de comunicação, estão próximos do poder político e do big business. Impõe-se o "estilo" dos neoconservadores

(esquerda liberal ontem, anticomunista hoje): um modo de escrever "científico", oposto da escrita oposicionista, essencialmente polêmica e denunciadora; um modo de ser neutro, objetivo, taxativo; uma valorização do pragmatismo, com justificação quase teórica da tradicional *realpolitik* liberal conservadora. A vontade de ultrapassar as ideologias de esquerda e de direita é uma constante nesse pensamento. Quando fala do "fim das ideologias", claro está que trata-se das ideologias desestabilizadoras e não das ideologias da ordem, que são, nessa visão, por natureza, "não ideológicas". Para os modernos neoconservadores, a despolitização permite não só a gestão eficiente dos negócios econômicos mas também a administração da democracia e das relações sociais. Eles propõem um projeto social autoritário, cuja justificação repousa no reconhecimento da complexidade de mundo que não pode ser apreendido senão por especialistas. Esse pensamento está em via de tornar-se, com matizes múltiplas, a ideologia dominante.

Sou parte daqueles escritores (autobiográficos?) que acham que, mesmo em Apresentação de tese acadêmica, há de ser "transparente". A esperança é que, com uma clara definição ideológica, se adverte de antemão ao eventual leitor das limitações de suas proposições futuras.

Predomina hoje o debate ideológico entre os social-democratas e os neoliberais.

Revisto, reaparece o paradigma do "modelo japonês" de desenvolvimento industrial como a resposta "progressista" de setores principalmente acadêmicos, em círculos ideologicamente próximos à social-democracia, à implantação de "modelos neoliberais" na América Latina, que constituem uma versão subdesenvolvida da "utopia manchesteriana".

Fajnzylber (1983) identifica duas versões alternativas radicalmente diferentes a respeito da necessidade de redefinir as relações entre o Estado e as empresas líderes, nas reflexões sobre uma nova política industrial.

"A primeira sustenta que a erosão da capacidade de inovação tecnológica e, em termos gerais, da eficiência, obedece fundamentalmente a uma crescente, inorgânica e distorcida intervenção do Estado que inibiria em grau significativo a atividade criadora das empresas. A proliferação de interesses diversos, setores atrasados, pessoas de idade, minorias, ecologistas, consumidores, conduziu a uma intervenção pública incompatível com o dinamismo e a criatividade. Desta interpretação se deduz que a recuperação da vitalidade econômica requer livrar-se desta vasta gama de atividades públicas que interferem na atividade empresarial, o que se traduzirá em reingresso no ciclo expansivo" (p.272). Esta utopia manchesteriana representa uma opção radicalmente diferente, em sua dimensão econômica e em suas expressões políticas, ao modelo dominante no pós-guerra no capitalismo avançado, o "Estado benfeitor do bem-estar social", ligado a vertentes da social-democracia. A proposta "neoliberal" (que recebeu apoio

eleitoral nos Estados Unidos e na Inglaterra, na "virada" dos anos 80) busca uma verdadeira "revolução burguesa", que aspira recriar o capitalismo sobre "bases mais sãs".

"A outra interpretação afirma que o 'pecado original' estaria localizado na inadequada participação do setor público e que, por conseguinte, não seria a intervenção pública, em si mesma, negativa, mas sim a particular modalidade que esta adotou no passado. Se censura na intervenção pública o limitado horizonte temporal de sua reflexão, que se traduz na ausência de opções estratégicas, a insuficiência e a precariedade dos mecanismos institucionais capazes de articular as opções estratégicas, as prioridades setoriais e a atividade empresarial. Esta corrente de pensamento tem como fonte de inspiração o 'modelo japonês', onde estes atributos estiveram plenamente vigentes" (p.272). Essa 'utopia' japonesa concilia e sintetiza objetivos e valores que favorecem a convergência de distintas correntes de opinião: papel reitor do Estado, planificação nacional estratégica, economia mista, liderança industrial, progresso técnico, penetração crescente no mercado internacional.

O diagnóstico do pensamento liberal-conservador é simples: no cerne da crise acham-se a inflação (atribuída aos crescentes gastos do Estado), a baixa da produtividade e o menor vulto dos investimentos, provocados pelas regulamentações estatais. A terapia também é simplória: restaurar as condições favoráveis à formação do capital, reduzindo-se as intervenções do Estado e retornando-se aos mecanismos do mercado.

Para soerguer a economia, convém desembaraçar-se das regulações do Estado: só a liberalização total da economia - e, em particular, a liberdade de todos os preços, inclusive no mercado de trabalho - pode permitir uma retomada em bases sadias e evitar os desperdícios. No domínio fiscal, convém não só diminuir os gastos correntes (principalmente com o empreguismo), como também os, com benefícios sociais, para equilibrar os diversos orçamentos públicos. No domínio monetário, não se deve em nenhuma hipótese expandir a base monetária para cobrir os excessivos gastos públicos.

O essencial do pensamento neoliberal é achar que a volúpia do Estado estrangula a iniciativa privada. Os lobbies dos neoliberais fomentam o debate sobre privatização no Brasil. Para eles, o mundo inteiro está privatizando, na Europa, nas Américas, na Ásia. A privatização está em alta. Privatização é ação. E privatizar através da Bolsa de Valores, para os especuladores, é democratizar a propriedade, melhorar a distribuição da renda e dar ao trabalhador o direito de participar do lucro das empresas...

Privatização, enfatizam os liberais-conservadores, é algo que deveria ser discutido de maneira pragmática, de preferência sem forte conteúdo ideológico, dentro de uma escala do exequível: as firmas óbvias para se privatizar (como foi o caso da empresa textil Nova América), as menos óbvias (transporte, telefonia, eletricidade) e as impossíveis (como a Petrobrás, Cia. Vale do Rio Doce e Banco do Brasil). De qualquer forma, o governo só teria duas saídas para seu déficit público: ou vender parte de seus ativos (suas empresas) ou abrir o

capital destas empresas.

O modelo ideal do liberal-conservadorismo é a experiência britânica, seus objetivos e resultados. Entre os objetivos, o primeiro, ideológico, é que a privatização é considerada um incentivo à eficiência. Acreditam que as pessoas trabalhem melhor por estarem no setor privado. Há também maior velocidade na tomada de decisões. Livre da interferência governamental, a administração pode gerenciar a empresa segundo os interesses dela própria. Uma vez privatizadas, as empresas têm de competir por recursos no mercado de capitais na base do retorno que podem proporcionar.

Privatizar todas as empresas ainda neste terceiro mandato da primeira-ministra Margaret Thatcher é o objetivo do programa britânico, iniciado em 1979. Até 1987, quase metade do setor industrial anteriormente nas mãos do governo britânico foi passado à propriedade privada através da venda de ações no total de US\$ 30 bilhões. Nestes 8 anos, mais de 600 mil trabalhadores passaram para o setor privado e triplicou o número de pessoas que possuem ações no país, pois o programa de privatização teve por base a oferta pública. Por exemplo, o plano de privatização da empresa aérea, que deverá ser repetido para a estatal responsável pela distribuição de gás, foi de 40% das ações vendidas a acionistas, 40% para fundos e instituições, e 20% negociadas no exterior. Os sindicalistas argumentam que os papéis foram colocados no mercado a preços subavaliados e ainda com preços e bônus especiais, dilapidando o patrimônio estatal, deixando de recolher aos cofres cerca de US\$ 5,7 bilhões. Hoje, um em cada cinco

adultos britânicos é acionista.

O programa de privatização inaugurado por Thatcher constitui um instrumento importante na disputa eleitoral entre conservadores e trabalhistas. Baseado na disseminação das ações de grandes empresas públicas entre a população, aumentou sua popularidade, conquistou milhares de eleitores e garantiu sua reeleição para o terceiro mandato. Assim, os sindicatos - base histórica do Labour Party - enfraqueceram-se e não conseguem alçar os trabalhistas ao poder. Em 1979, havia 4 vezes mais ingleses sindicalizados do que possuidores de ações. Atualmente, os sindicalizados (22%) são apenas ligeiramente superiores aos acionistas.

Mas, para os admiradores brasileiros da "Dama de Ferro", o argumento mais forte é outro. A idéia básica é permitir o encolhimento dos gastos públicos. Na Grã-Bretanha, as estatais que no início do programa recebiam US\$ 5 bilhões em subsídios, hoje, após 16 delas terem sido privatizadas, têm apenas US\$ 700 milhões de verbas governamentais. Portanto, o fundamental seria o "rombo" que estatais deficitárias transformadas em empresas privadas rentáveis deixariam de provocar nos cofres públicos. Ocorre que as "privatizáveis", ou seja, aceitas pelo mercado, são justamente as rentáveis...

Também na França a tentativa de privatizar as estatais teve cunho fortemente ideológico, em reação às medidas do governo anterior, do Partido Socialista. Leis de 2 de julho e de 6 de agosto de 1986 estabeleceram os princípios e os procedimentos para privatizar 65

empresas industriais, de comunicação, de prestação de serviços de eletricidade, bancos e seguradoras, até 1991.

Mas os neoliberais afirmam que, além das razões políticas, há outras, industriais, orçamentárias, financeiras e comunitárias. Apontam como exemplo a experiência espanhola de privatização. Ela não tem por base razões ideológicas ou de cunho eleitoral, mas é pura e simplesmente o resultado da necessidade de atrair tecnologia e investimentos.

Para o PSOE, privatizar na Espanha significa buscar eficiência para competir internacionalmente e investimentos estrangeiros para obter esta eficiência através de novas tecnologias. Não tem como meta solucionar o déficit público, pois, nesta acepção, privatizar significa apenas uma troca de ativos e passivos financeiros entre o governo e o setor privado, com resultado neutro a longo prazo para as contas públicas.

Esse é o mote que precisavam os brasileiros defensores das causas nacionalistas. Eles atacam toda discussão em torno da privatização, lembrando que se busca exemplo em países como a Inglaterra e a França, onde a privatização não significou a desnacionalização das empresas, enquanto no Brasil, como na Espanha, significará domínio do capital estrangeiro. Argumentam que os erros das estatais foram menos das autarquias do que das autoridades que delas se utilizaram para defender seus próprios interesses. Seus dirigentes fizeram uma "gestão privada" de seus negócios. Enquanto isso, as autoridades econômicas manipularam seus preços e tarifas para combate à inflação e obrigaram-nas a tomar empréstimos externos unicamente com o fim de

"fechar" o balanço de pagamentos.

Os sindicatos brasileiros deixam de lado suas diferenças políticas para detonar uma campanha contra a privatização e em defesa das empresas estatais. As palavras de ordem contra a internacionalização encontra respaldo na ideologia nacionalista brasileira. Os neoliberais argumentam que, por detrás da máscara ideológica, insinua-se claramente uma estratégia para manutenção do status quo das estatais na sua função de "cabides de emprego". Privatizar significa, antes de mais nada, sanear as empresas para que se tornem atrativas aos investidores. Sanear representa enxugar suas folhas de pagamento. Colocar fim na estabilidade do emprego nessas empresas. Especialmente no caso dos bancários, fragilizar o movimento sindical onde ele é mais forte, nos bancos estatais.

Após esta apresentação do debate ideológico contemporâneo, em que se localiza, podemos expor nosso tema de tese, na Introdução.

INTRODUÇÃO

O Comitê de Defesa do BANERJ, banco estadual que ficou sob intervenção federal e ameaçado de privatização, era formado por diversas entidades do próprio banco - como associação de antigos funcionários, caixa de pecúlio, etc. -, além de sindicatos de bancários dos municípios onde existem agências e outras entidades da sociedade civil. Seu patrono, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, justificou sua fundação: "mais do que um erro, trata-se de um verdadeiro crime querer transformar um banco estatal em privado". Os funcionários que passaram a se reunir semanalmente para discutir o fortalecimento do banco estadual, redigiram uma carta de princípios onde enumera-se os principais tópicos de luta:

- a) retorno do banco, saneado, ao controle do governo do Estado;
- b) busca da eficiência administrativa com aproveitamento da experiência funcional, mediante sua participação na Diretoria;
- c) instituição de concurso para ingresso;
- d) exclusividade na arrecadação de tributos estaduais;
- e) estabelecimento de normas legais estatutárias que impeçam a malversação dos recursos administrados pelo banco;
- f) restabelecimento do prestígio do banco.

Em poucas palavras, defendiam que o banco precisava ser dirigido por pessoas que o conhecessem, pois as administrações estaduais eram temporárias. Isto, para mim, por razões expostas na Apresentação, deu motivação intelectual suficiente para justificar a escolha desse tema em debate político para uma tese acadêmica.

Após exame das propostas apresentadas pelos grupos de trabalho formados por técnicos do Banco Central, Banco do Brasil, Secretaria do Tesouro e Secretaria do Planejamento que elaboraram estudos sobre o ajustamento do Setor Público Financeiro (ver FSP, 28/7/87, p.A-19), constata-se que algumas sugestões apresentadas são recorrentes. Num período de intervenção do Banco Central em bancos comerciais governamentais, queremos destacar as seguintes:

- a) necessidade de extinção de agências ou até mesmo de fechamento de alguns bancos estaduais, transferindo suas funções para outras instituições melhor estruturadas;
- b) transformação dos bancos comerciais estaduais em bancos múltiplos, regionais, visando a racionalização de suas funções;
- c) extinção dos grandes conglomerados financeiros estaduais.

Existem fundamentalmente duas posições antagônicas – sem considerar as posições ideológicas “privatizante” ou “estatizante”, que fazem os mesmos diagnósticos e propõem as mesmas soluções para os mais diversos problemas – em debate a respeito da origem dos problemas atuais dos bancos estaduais: a dos que acham que a questão é basicamente de má gestão e a dos que são de opinião que trata-se de questões estruturais do próprio sistema financeiro estadual.

Surpreendemo-nos quando tomamos conhecimento que até mesmo alguns economistas que fizeram parte dos quadros da CEPAL, instituição conhecida como berço do pensamento estruturalista na América Latina, tendem para a primeira posição citada. Consideram que trata-se somente de uma questão política de malversação de bens públicos. Não seria

então uma questão econômica, mas sim de política...

Somos de opinião que somente política não resolve problema de quem precisa de política. Esta deve se apoiar numa visão estrutural do problema. Acharmos é possível recuperar do método estruturalista de investigação econômica para análise do tema "banco do Estado". Só que devemos também incorporar a proposição da crítica da Economia Política da CEPAL no sentido de não analisar realidades diversas de maneira globalizante ou generalizante. Para restringirmos à especificidade da atuação das instituições financeiras estatais no Brasil, devemos tomar para pesquisa histórico-estrutural um caso relevante dessas empresas. A partir desse estudo de caso, confrontando com informações sobre o resto do sistema bancário estadual, verificaremos se podemos generalizá-lo ou não. Com essa decisão esperamos trazer alguma nova informação ao citado debate.

Tivemos, em julho de 1986, uma ligeira oportunidade de acesso aos arquivos do Banco do Estado de São Paulo, por ocasião da realização de uma pesquisa que serviu como fonte de consulta básica para redação de uma edição comemorativa de seus 60 anos. Como pressentíamos que estávamos diante de uma fugaz liberalização de um "liberal" brasileiro, tratamos de tentar alcançar o máximo de informação que nos foi permitido. A partir desse material, composto de fontes primárias (relatórios anuais da diretoria, documentos internos, correspondência, estatística até 1985, etc.), pretendemos ter estudado o caso do BANESPA. Trata-se, como expressou com felicidade o Prof. Wilson Cano, nosso orientador de tese, do "Segundo Banco do Brasil". Este

expressivo trocadilho seria o nosso subtítulo, se a "razão de marketing" não nos convencesse que "O Caso BANESPA" possui maior apelo, por ter chegado, recentemente, nas primeiras páginas dos jornais, ou pelo menos, na seção policial...

Nosso objetivo, portanto, em termos de pensamento econômico, seria de qualificar, a partir do estudo de um caso concreto, o que a CEPAL divulgou a respeito de instituição financeira desenvolvimentista. Verificando a pertinência histórica de tal visão, pretendemos prognosticar sua tendência futura. Em outras palavras, gostaríamos de ser capazes de, com argumentação científica, expor nossa tese da necessidade de permanência futura de instituições financeiras públicas, com controle social democrático, para atuação de caráter desenvolvimentista na economia brasileira. O banco privado não supre com crédito a quem o banco do Estado financia.

Uma tese tem como base hipóteses e proposições. Lembremos o que o Aurélio diz a respeito disso:

Hipótese: Filos. Proposição que se admite de modo provisório como princípio do qual se pode deduzir um conjunto dado de proposições. **Proposições** ou conjunto de proposições que antecede outras, servindo-lhes de fundamento.

Proposição: Filos. Enunciado verbal suscetível de ser dito verdadeiro ou falso. **Ret.** Assunto que vai ser discutido ou asserção que vai ser defendida.

Tese: S.f. Proposição que se expõe para, em caso de impugnação, ser defendida.

Como dissemos, devemos partir da visão cepalina sobre as empresas financeiras do Estado desenvolvimentista. Sua proposição básica é que "a experiência parece ensinar que, exceto quando são expressamente criadas instituições financeiras 'desenvolvimentistas' sob controle do setor público, dificilmente um país pode resolver os problemas de transferência inter-setorial (ou espacial) de recursos para os setores mais atrasados ou para novos setores ou regiões, através do desenvolvimento espontâneo de seus intermediários financeiros" (CEPAL, 1971, p.109).

Seu argumento teórico é bastante convincente: "a primeira etapa (do fluxo financeiro) dá-se quando as famílias e empresas se voltam para os intermediários financeiros. O segundo movimento, do sistema financeiro em direção aos usuários do crédito, rege-se, evidentemente, por considerações de rentabilidade, liquidez e risco das aplicações e não por seus fins sociais ou 'desenvolvimentistas'. O acesso aos recursos das instituições financeiras é determinado pelas garantias que podem ser oferecidas, o que significa, geralmente, que só são favorecidos os que já estão instalados nos setores de mais alta produtividade monetária e que oferecem, portanto, aplicações 'seguras'" (idem, ibidem).

O passo seguinte é distinguir instituição de mercado e instituição de planificação. "Um setor financeiro funcionalmente 'neutro' tem o papel de permitir e facilitar que se materialize um volume de investimentos efetivamente desejado pelos agentes econômicos, como

também de promover a canalização - e muito provavelmente a concentração - dos recursos para os setores ou atividades dominantes, sob o ângulo da taxa de rentabilidade e de suas possibilidades de expansão econômica devido à conformação da demanda. Dentro dessa concepção também não seria de se esperar que coubesse ao setor financeiro responsabilidade como a correção das características intrínsecas de um determinado 'padrão de desenvolvimento', a modificação da distribuição dos recursos reais em determinada direção e nem sequer o aumento da taxa real de investimento" (id., ibid., p.114).

É então introduzida a idéia que cabe à empresa financeira que não vise primordialmente a maximização do lucro o papel de contribuir para o fomento do desenvolvimento econômico. "Uma funcionalidade 'desenvolvimentista', essencialmente, significaria que o sistema financeiro assume um papel ativo na distribuição de recursos. Esse tipo de funcionalidade do aparelho de intermediação promove uma canalização dos recursos diferente da que ocorre em uma com caráter 'neutro', já que os recursos são dirigidos para fins qualificados como prioritários, tendo em vista o efeito que têm na aceleração do desenvolvimento econômico e social. Estes fins serão, em alta medida, diferentes daqueles que se regem pelo critério da rentabilidade privada" (id., ibid.)

A visão cepalina traça com precisão metas possíveis de se alcançar com o setor financeiro público. Este compensa, em parte, deficiência de atuação social do setor privado na intermediação financeira. "Nesta

funcionalidade 'desenvolvimentista' do setor financeiro podem ser buscados e atingidos dois outros objetivos. O primeiro é a elevação da taxa de poupança-investimento da economia e o aumento dos recursos que fluem pelo aparelho de intermediação. O segundo é a desconcentração na distribuição de fundos - ao contrário do que tende a ocorrer na funcionalidade 'neutra' - como resultado, por um lado, do fato de se deixar de utilizar os padrões tradicionais de rentabilidade privada e de garantias para canalizar os recursos (que tendem a favorecer implicitamente às grandes empresas, muitas das quais são de caráter monopólico), e, por outro, de que se pode, conscientemente, desejar o fomento de outras unidades produtivas diferentes das tradicionalmente beneficiadas ou das que já têm uma posição consolidada e que, por diferentes razões, merecem atenção especial, como as atividades de exportação ou as indústrias médias e pequenas" (id., ibid., pp.114/5).

Assim, a característica de funcionalidade deliberada para o desenvolvimento consiste, essencialmente, na readaptação e também na reestruturação da intermediação funcional "neutra", ou seja, na integração do processo de intermediação com uma estratégia explícita de desenvolvimento e a submissão do sistema a uma orientação pública rigorosa e eficaz, devidamente coordenada e centralizada. Outra possibilidade é tornar o sistema de intermediação totalmente de propriedade do Estado. Diferentes posições ideológicas - liberal, reformista, estatizante, autogestionária, etc. - participam do debate a respeito das instituições financeiras "desenvolvimentistas".

Recapitulemos como, na concepção cepalina, se deu o surgimento e a atuação financeira do "Estado desenvolvimentista". A questão pode ser resumida da seguinte forma, segundo uma antiga apostilha sobre o Setor Público (Cano, 1970): "o processo de desenvolvimento reclama uma aceleração da acumulação de capital; as poupanças privadas tornam-se escassas, conduzindo-se preferivelmente para a montagem das indústrias leves (e mais lucrativas). Entretanto, face à inexistência de uma adequada infraestrutura sócio-econômica, de uma escassez de empresários dinâmicos e de toda uma mentalidade arraigada ao passado, o setor público é pressionado implícita e explicitamente a preencher essas lacunas do sistema". Suas ações poderiam ser classificadas em quatro tipos: planejadora, promotora, executora e financiadora.

Esta última ação do Estado desenvolvimentista se dá "através da expansão de seus estabelecimentos de crédito, ou criação de agentes financeiros governamentais aptos a prover o sistema com financiamentos de longo prazo, típicos aliás de qualquer processo de desenvolvimento. Como se sabe, no modelo primário-exportador, a rede bancária privada (e de certa forma também a pública) estava mais capacitada a fornecer o crédito comercial, quando muito, o crédito à produção agrícola de exportação. Com o surgimento do parque industrial, e com as necessidades de investimentos de infraestrutura, é o setor público chamado a instalar empresas de financiamento, que, dada a condição de longo período de maturação e de baixa lucratividade dos investimentos

para os quais elas são orientadas, fatalmente escapam da esfera da propriedade privada, uma vez que sua perspectiva de lucros é insignificante, e o montante de recursos a mobilizar é de dimensão maior do que a capacidade financeira do setor privado. São exemplos típicos os chamados Bancos de Desenvolvimento ou de Investimento de propriedade pública. Por outro lado, manipulando os instrumentos de política monetária, o Estado igualmente pode atuar sobre o sistema bancário privado, orientando-lhe, até certo ponto, suas aplicações" (id., *ibid.*).

Como Zini (1982) já resenhou, acerca da relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento financeiro se debatem posições teóricas antagônicas, com consequentes desdobramentos metodológicos diversos na investigação histórica. A tese da influência positiva do desenvolvimento financeiro sobre o econômico, defendida entre outros por Gurley & Shaw (1955), destaca os efeitos positivos sobre o "processo poupança-investimento" em razão da diversificação das instituições financeiras: menor risco para os poupadores, maior volume de recursos para o investimento, alocação mais eficiente da poupança. No entanto, Goldsmith (1963) concluiu pela impossibilidade de demonstrar efetivamente a existência de causação unívoca do desenvolvimento financeiro sobre o crescimento econômico; ou seja, o surgimento de novas instituições financeiras e novos títulos financeiros constitui condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento.

Já os economistas da CEPAL argumentaram a favor do primado do

desenvolvimento econômico sobre a estrutura do setor financeiro, no sentido que modificações na estrutura produtiva, como crescimento do produto, maior porte das empresas, aplicação de novas tecnologias e diferenciação de produtos, maior diversificação, segmentação e/ou interrelacionamento setorial, presença crescente de órgãos e empresas públicas, todos esses fenômenos provocam uma demanda diferenciada sobre órgãos de financiamento. Esta acabava por refletir na demanda e oferta de ativos financeiros e na própria estrutura do mercado desses fundos, provocando, por sua vez, diferenciação das instituições financeiras, concentração bancária e maior participação estatal. Assim, nesta corrente de pensamento, o desenvolvimento financeiro foi sempre focado a partir das necessidades geradas pela progressiva complexidade da economia.

A posição de Sochaczewski (1980) surge como a de "tertius" no debate: nem os aspectos financeiros constituem uma imagem reflexa do processo inteiramente determinado no lado real, nem vice-versa. Na realidade, a estrutura financeira seria uma variável independente da formação de capital produtivo. O sistema financeiro possuiria autonomia relativa no processo de crescimento. Seria mais adequado falar-se em conexão de causa-efeito entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento financeiro.

Nossa visão enxerga na realidade uma simultaneidade de acontecimentos e não uma "lei da causalidade", linearmente concebida como uma rígida sucessão de causa e efeito. Um acontecimento social não ocorre somente por uma causa, mas sim por uma configuração de causas-e-efeitos

simultâneos. Cabe ao cientista social desvendá-la. No caso, nosso objetivo é analisar a atuação de um banco do Estado para suprir as necessidades financeiras do desenvolvimento econômico.

Como vimos, segundo a concepção cepalina, as instituições financeiras possuem diferentes sistemas de operação e tipos de especialização por agências e funções de acordo com as características econômicas de cada país, ou de maneira mais rigorosa, de acordo com o padrão de acumulação predominante naquela etapa de desenvolvimento nacional. Seja por variáveis como grau de centralização pública, relações financeiras internacionais, modo de financiamento da dívida pública e o processo inflacionário, seja por relações estruturais como magnitude da economia de subsistência, grau de diversificação setorial/espacial, padrões e níveis de consumo urbano, renda média disponível, hábitos de poupança, seja por fatores conjunturais como a orientação da política econômica, relação setor público-privado em matéria financeira, grau de autofinanciamento das empresas dominantes nos setores principais, o fato é que essas diversas características se combinam, conformando um padrão histórico-espacial particular.

Devemos lembrar que há diversas outras formas de financiar o desenvolvimento que não passam pelo setor financeiro. Há sempre um "mix" de técnicas de mobilização do excedente, por exemplo, autofinanciamento, financiamento inflacionário, ingressos líquidos de capital estrangeiro, aparato fiscal, mecanismo cambial, etc., cuja adoção depende do próprio contexto institucional e histórico.

O esquema clássico de análise financeira dos economistas da CEPAL

mostrava um rearranjo ao longo do tempo, de acordo com a conformação de cada padrão de crescimento, de uma estrutura financeira tripolar: Setor Externo - Setor Público - Setor Financeiro. Enquanto este último, especialmente na área bancária privada, restringia-se ao financiamento da produção corrente, os dois outros revezavam-se na capacidade de financiar os investimentos a prazo maior. O financiamento sempre era visto como uma necessidade derivada da expansão do Setor Industrial. Se essa não era suprida através do financiamento indireto (via intermediação financeira, entrada de capital estrangeiro, mecanismo cambial, tributação e/ou outro instrumento governamental) ou direto (via transferência direta de capital da agricultura à indústria, redistribuição de renda entre o setor agrícola e o setor industrial implícita em suas relações de troca, aumento da produtividade industrial acima dos salários reais, etc.), o autofinanciamento através da remarcação de preços entrava em ação.

Os cepalinos salientavam essa situação de precariedade nos mecanismos convencionais de financiamento externo (à empresa), quando vigorava o mecanismo de financiamento inflacionário. Este resultava em redistribuição de renda, tanto entre classes sociais (p.ex., por queda de salário real), quanto entre capitalistas de diferentes setores (p.ex., exportador vs. importador). A inflação se esgotava enquanto mecanismo de financiamento quando se alcançava determinado espiral de remarcação de preços. Chegava-se a um impasse devido à capacidade de defesa e reação em cadeia dos diferentes agentes econômicos. Quando, de acordo com cada expectativa inflacionária, se antecipava e acabava por extrapolá-la.

Vivemos hoje uma crise do Estado desenvolvimentista. Assim, somente em termos muito gerais poderíamos aceitar como adequada ao contexto atual a clássica proposta cepalina de intervenção estatal no momento de crise inflacionária, para suprir, via instituições financeiras públicas, a necessidade de mecanismos de financiamento. Segundo Fiori (1984), "o Estado desenvolvimentista alcançou, enfim, o limite da eficácia possível de sua intervenção" (p.216). Impõe-se, como necessidade histórica, a descentralização, a desestatização e a democratização, para a economia brasileira superar, de vez, a crise do padrão de "acumulação politizada".

No entanto, a realidade estrutural construída e embutida na própria institucionalidade do Estado, para sua ação na economia, permanece. Nesta situação de transição, depois de seu estilhaçamento, a estrutura financeira do setor público é ameaçada pelo conflito político e debate ideológico em torno da desestatização.

Para Fiori (1984), "o pensamento progressista sente-se numa difícil encruzilhada. Convencido de uma autoria que não teve, e acreditando fielmente na possibilidade de um planejamento estatal do desenvolvimento, tem dificuldades de compreender os limites intransponíveis desse planejamento na situação brasileira, e se propõe, aliado a uma tecnocracia dissidente e 'nacionalista', a defender de dentro e de fora do aparelho de Estado, a necessidade de uma arbitragem estatal que só seria possível desobstruindo os seus limites de classe" (p.216/7).

Envolto neste "nevoeiro ideológico" cabeças-pensantes progressistas chegam - na ausência de uma análise mais profunda dos problemas estruturais dos bancos estaduais, e baseando-se somente nos escândalos que chegaram à opinião pública - a diagnosticá-los como simples instrumentos de manipulação político-clientelística dos governos estaduais. A receita que prescrevem então é anacrônica: fechar os bancos estaduais, transferindo suas funções para o Banco do Brasil. A proposta é "jogar fora a água e o bebê", entregando "de bandeja" a bacia para os "pais-da-criança", que, no entanto, a rejeitam...

Verifiquemos, em seus traços gerais, como se chegou a esse estado-de-coisas paradoxal, depois de 60 anos de centralização contínua. Elementos da classe dominante querem "desvencilhar-se de um Estado de que todos dependem economicamente, numa luta em que o principal instrumento de poder de cada um é a própria fatia do Estado que controlam" (p.217). Intelectuais progressistas querem apoderar-se de um Estado em decomposição. Encruzilhada histórica: enterrar o cadáver ou tentar o milagre da ressurreição?

Flori (1984) adverte que "a releitura teórica do passado não é capaz de exaurir as incertezas futuras". Nessa encruzilhada em que a força, a vontade e a expectativa decidem a trajetória a seguir, "a teoria encerra sua tarefa, reconhecendo sua impotência". O único que parece possível dizer é que "esgotou-se a possibilidade de seguir-se equacionando o conflito entre as várias frações de classe dominante e, dessa, com os diversos setores dominados, na forma de um compromisso cujas contradições empurram o desenvolvimento e a centralização

estatizante como solução e anúncio da próxima crise" (p.218/9).

Esgotou-se uma etapa que, a partir dos anos 20, teve no estatismo e na centralização suas maiores características. A hipótese deste autor aponta, assim, para uma necessária descentralização do poder. Mas é difícil uma previsão de solução liberal-federativa (em que, por exemplo, se fortaleceria os bancos governamentais estaduais). "O mais provável é que a batalha pela desestatização encubra longo período de luta e incerteza, onde se estarão definindo as regras de gestão política e econômica do novo ciclo de crescimento econômico" (p.219).

Como se chegou a esse limite da eficácia possível da intervenção do Estado desenvolvimentista brasileiro, que é colocado em xeque conjuntamente com todas suas instituições? Fiori (1984) parte de uma dupla determinação para se explicar estes ciclos e crises, políticos e econômicos. De um lado, o poder discricionário do Estado sobre o valor patrimonial das empresas e as regras de política econômica, em função de uma instável correlação de forças e interesses, dá uma enorme insegurança - para empresários historicamente com aversão ao risco e com necessidade de investimentos promovidos e subsidiados pelo Estado - tomarem qualquer decisão de investimento de porte maior e longo prazo de maturação. Como consequência dos "casuismos" legais, "politiza-se a competição econômica, tendendo a transformar a concorrência de mercado em luta por alguma fatia do poder estatal" (p.209). Transforma também em fenômeno estrutural um comportamento defensivo-especulativo dos vários agentes econômicos-financeiros.

De outro lado, como vimos, coube ao Estado desenvolvimentista definir

e sustentar as novas fronteiras de acumulação. Cumpria esta tarefa financiando ou executando diretamente gastos e investimentos. No entanto, todas desacelerações no crescimento, provocadas por descenso cíclico ou constrangimento no balanço de pagamentos, geravam crise no padrão de financiamento. Com menor volume de recursos e capacidade de gastos, os empreendimentos dependentes dos gastos estatais e subsídios eram afetados. Surgia então uma inevitável crise política e financeira, acompanhada sempre por uma aceleração inflacionária. Estas crises político-institucionais eram devidas à luta política no interior de um Estado fracionado. As financeiras explicavam-se pelo esgotamento institucional de um precário aparelho arrecadador de impostos e pela impossibilidade de coexistência de mecanismos de financiamento a longo prazo e instabilidade inflacionária. Ambas tinham como solução as recentralizações impostas pelos rearranjos dos compromissos assumidos politicamente pelas heterogêneas frações de classe dominante. Armava-se dessa forma as condições políticas para o plano de estabilização, pois revertiam-se as expectativas, e para a reformulação do sistema financeiro, com um rearranjo institucional que permitia novas fontes de financiamento. E redefiniam-se as novas regras de gestão estatal.

Assim, essa solução permitia novo surto de crescimento, porém conduzia gradativamente à hiper-centralização das decisões no Estado. A consequente fragmentação do aparelho estatal em diversos interesses e suas periódicas paralisias geravam instabilização crônica das expectativas empresariais. Essa estratégia de "fuga para frente", de viabilizar de qualquer forma o crescimento econômico como solução

obrigada de compromisso, alcançava seus limites logo adiante e repunha, agravados, os mesmos tipos de problemas. Só que, hoje, "a centralização estatizante alcançou uma dimensão insuspeitável, levando a um limite máximo o perigo representado pelo seu poder discricionário". Nesta situação, "o projeto desestatizante apresenta-se hoje como uma força que não teve em 1945, 55 ou 65, momentos anteriores em que foi proposto pelas frações penalizadas e, logo depois, abandonado por essas frações, que, vitoriosas, já controlavam o poder que haviam criticado" (p.212/3).

Um novo movimento de centralização estatizante já não encontra os apoios sociais e políticos das situações anteriores. O recurso ao árbitro em última instância - o poder militar - recentemente foi acionado por 21 anos. A divisão interna dos militares, corrompidos pelas diversas pressões, acabou levando-os à impotência e à retirada estratégica para a "sombra do poder". A falta de autonomia do Estado frente aos vários interesses também inviabiliza uma solução que passe pelo avanço da ação estatal na direção de um planejamento estrutural global. Vivemos a crise da hiper-centralização do Estado desenvolvimentista.

Para elucidar questão de tão grande dimensão - a crise do Estado desenvolvimentista -, em que uma despretenciosa tese acadêmica pode contribuir? Muito pouco ou quase nada. Modestamente, tentamos pesquisar um caso concreto da manifestação dessa crise: o banco do Estado. Um dos primeiros instrumentos institucionais criados para a intervenção desenvolvimentista na economia (no caso, por parte do governo estadual), esse banco é um caso-síntese da dubiedade a que estão submetidas as atuações dessas instituições estatais. Por um lado, o banco do Estado opera como banco comercial com objetivos de tipo tradicional, que são avaliados, principalmente, com critérios privatistas de rentabilidade, de garantias oferecidas pelos solicitantes de crédito para serem atendidos e de liquidez em seus negócios. Por outro, este banco emprega critérios mais flexíveis e "desenvolvimentistas" para avaliar os projetos de investimento e tomar a decisão de financiamento aos setores prioritários para o crescimento econômico.

Os bancos governamentais estão submersos nessa contradição. Os prejuízos financeiros, em linhas de crédito com funções nitidamente sociais, podem ser encarados como produtores de dividendos políticos, porque os benefícios sociais obtidos podem reverter em apoio político aos governadores que resolvem problemas sociais por meio de financiamento de seu banco oficial. Entretanto, por serem também sociedades de capital aberto, com acionistas do setor privado, os bancos que pretendem captar recursos através de novas subscrições precisam oferecer expectativa de lucro razoável, e não só prejuízos no cumprimento de sua função social. Portanto, os bancos comerciais

oficiais possuem funções sobrepostas às dos bancos comerciais privados, que têm como objetivo o lucro, e às dos bancos de desenvolvimento estaduais, que têm como função específica o fomento das regiões onde estão sediados.

Esta sobreposição de funções que queremos examinar. Como se deu historicamente? Qual sua origem? Como ultrapassou suas crises anteriores, quando o conflito se instalou? Como conduz sua atividade cotidiana, privilegiando qual faceta? Que influência sofreu dos diversos ciclos econômicos? De que maneira sua estrutura funcional foi atingida pelos padrões de desenvolvimento dominantes? Qual a correlação entre a gestão e seus resultados? Qual a comparação possível com os bancos comerciais privados?

Todas essas questões não podem ser respondidas em uníssono, para o universo dos bancos oficiais. Eles contêm uma força financeira bastante heterogênea. Portanto, não se deve generalizar a seu respeito. Cada caso possui uma especificidade.

Tentamos ultrapassar essa dificuldade tomando para análise um caso relevante, no sentido de seu peso econômico. Enquanto todos bancos estaduais representam 35% do market share do sistema financeiro brasileiro, somente o Banco do Estado de São Paulo representa 40% de todo o sistema estadual. É o segundo maior banco em volume de empréstimos (após o Banco do Brasil). É o maior repassador de recursos dos fundos sociais com controle dos "bancos de primeira linha" (de fomento: BNDES/FINAME e BNH/CEF). É atualmente o quarto

banco em volume de depósitos, depois de ter perdido o segundo posto em 1974, para o BRADESCO, e o terceiro em 1980, para o Itaú. Possui mais de 3 milhões de correntistas. Possui a segunda maior rede de agências no exterior entre os bancos brasileiros. É o segundo maior "responsável" pela dívida externa brasileira. Atua junto ao maior centro financeiro do País, no Estado de maior desenvolvimento econômico. Apesar disso tudo, não conseguiu ficar isento dos escândalos públicos...

O BANESPA possui todas as credenciais necessárias para merecer um estudo profundo.

A tese consta de quatro partes. Cada qual se divide em dois capítulos: o primeiro deles com o texto próximo do original da citada pesquisa para a edição comemorativa do sexagésimo aniversário da reorganização do Banco, em que privilegiei as informações extraídas de fontes primárias; o segundo com um esforço analítico mais geral, com base maior em fontes secundárias, numa tentativa de "enquadrar" os fatos específicos da história do banco dentro de um quadro mais amplo. Portanto, a ordem de exposição é: o fato e o contexto, a tela e a moldura.

A primeira parte refere-se à origem do Banco do Estado de São Paulo. Trata das circunstâncias em que foi fundado, em 1909, o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, antecessor do BANESPA. Investiga as razões dos incentivos governamentais para que capitalistas franceses tomassem a decisão de investimento em um banco

hipotecário, numa ex-colônia portuguesa, recém escravista, exportadora de café. A história do BANESPA contém esta curiosidade: inicia-se com capital francês, vem a Primeira Grande Guerra; fomenta o boom do café nos anos 20 com capital inglês, vem a crise de 1929; fomenta o "milagre econômico brasileiro" com eurodólar, vem a crise da dívida externa...

Os documentos dos franceses fundadores do BCHASP contém preciosidades históricas. Além de possuir uma deliciosa "visão de época", com relatórios de viagem pelas diversas regiões paulistas incluindo observações sobre os costumes de então, são extremamente minuciosos no levantamento dos dados econômico-financeiros e nas avaliações das fazendas de café que entravam como garantia do crédito hipotecário. Portanto, foi possível resgatar com razoável detalhe a organização do banco e seus principais negócios, inclusive as razões que levaram à imobilização de seu capital e posterior descapitalização, o que acabou levando-o à nacionalização e/ou estatização.

Mas, para uma compreensão do fenômeno em sua totalidade, foi necessário apresentar também o contexto interno e o internacional. No primeiro caso, baseamo-nos nas excelentes teses de doutorado e de livre-docência de Flávio Azevedo Marques de Saes. Este pesquisador expôs com correção teórica, a meu ver, o relacionamento da atividade bancária com o crescimento urbano de São Paulo e a influência da política monetária da Primeira República (oscilante entre a posição "metalista" e "papelista") sobre os negócios bancários. Fiz simplesmente o esforço de localizar o caso do BCHASP dentro destes

temas. Fundamental também foi entender a motivação dos investidores europeus, na situação pré-Primeira Guerra da economia mundial.

Mereceu toda uma parte da tese a análise do papel fundamental que desempenhou o BANESPA no desenrolar da Crise de 1929. O Banco foi reorganizado para repassar o financiamento internacional para a retenção de estoques de café. Quando foi cortado o crédito externo, em função do "enxugamento" internacional de capitais efetuado pela Bolsa de Valores de Nova York, o BANESPA detonou a crise no âmbito interno, ao recusar continuar descontando os warrants dos cafeicultores. Além de causas econômico-financeiras, o Banco sofreu um abalo em suas atividades por razões políticas: a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista Paulista de 1932. Mas teve um importante papel no posterior processo de "socialização das perdas" dos produtores de café e no reajustamento econômico do Estado de São Paulo.

No capítulo seguinte, examinamos isso com maior detalhe, ou seja, a relação do Banco do Estado com o desenvolvimento agrícola e urbano-industrial de São Paulo. Valemo-nos para tanto, pelo "lado produtivo", da pesquisa recém-concluída por equipe do IE-UNICAMP sob o título *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo*, e, pelo "lado financeiro", dos Relatórios Anuais da Diretoria do BANESPA.

Chegamos assim à época do "desenvolvimentismo", após a II Guerra Mundial. Um primeiro tema que resolvemos explorar foi a contribuição do banco para a urbanização da capital de São Paulo. Sabemos que, em

todas grandes capitais brasileiras, foi uma época de intensa especulação imobiliária. Os bancos tinham papel fundamental, enquanto grandes investidores em imóveis. Possuíam diversos, tanto para uso próprio, como por resgate de garantia de empréstimos (os prédios urbanos eram garantias usuais). No caso do BANESPA, é relevante a construção de seu edifício-sede, não só por constituir um marco na paisagem arquitetônica da cidade de São Paulo, como também pela análise econômico-financeira do empreendimento de tal porte. O exame da origem dos recursos próprios do Banco permite um quadro detalhado de suas finanças na época. Em seguida, mostramos um panorama da organização bancária brasileira no período e como o BANESPA se colocava. Fechando o capítulo, uma análise detalhada de suas atividades propriamente bancárias, inclusive com estatística da origem de seus depósitos e do destino de seus empréstimos por atividade econômica. O BANESPA prestou intensa cooperação financeira a entidades e órgãos ligados ao Poder Público Paulista.

O capítulo referente ao período "nacional-desenvolvimentista" objetiva oferecer um quadro geral da situação econômica anterior a 1964. Para isso utiliza-se principalmente, como fontes de informações factuais e estatísticas, das Exposições Anuais do Conselho Nacional de Economia

(de 1951 a 1964) e dos Relatórios Anuais da Diretoria do BANESPA, na tentativa de oferecer ao leitor uma visão quantitativa sistematizada desse período fundamental da industrialização brasileira. Inicia-se com uma avaliação dos investimentos realizados de 1947 a 1952, ressaltando a relativa distorção das aplicações na indústria de construção, como reserva estável contra a depreciação monetária.

Discute-se a razão disso: se como aplicação alternativa de capital, devido à "omissão da iniciativa particular" em relação aos investimentos pesados de longo prazo de-maturação, ou se como defesa da desvalorização da moeda, "por ser inflacionário o crescente aumento de investimentos públicos". Examina-se os fatores que determinaram o agravamento do processo inflacionário, em especial, se a expansão do crédito é causa ou efeito. Tanto as finanças públicas federais, com seu reflexo na situação monetário-creditícia, como as do Estado de São Paulo, com déficits na primeira metade da década de 50 e equilíbrio orçamentário no período restante, são relacionadas com os negócios bancários do BANESPA. Os negócios de financiamento do café asseguravam alta rentabilidade para o Banco. Portanto, verifica-se seus interesses envolvidos com as oscilações ocorridas na situação cambial do país. Em seguida, mostra-se o movimento de diversificação agrícola no Estado de São Paulo e o ciclo de expansão e declínio do valor da exportação brasileira de café na década de 50. Também o processo de expansão e concentração industrial em São Paulo é contemplado com análise quantitativa minuciosa. Para a atividade bancária é fundamental sempre se verificar o grau de urbanização alcançado nas áreas de atuação do Banco. No caso, a generalização dos padrões de vida urbana nos centros médios do Estado de São Paulo permitiu a ascensão das agências do BANESPA localizadas no interior. Com isso, já se obtém elementos suficientes para complementar a análise da expansão do movimento financeiro do BANESPA, durante o período enfocado.

O capítulo sobre a atuação do BANESPA perante o desenvolvimento financeiro, após a reforma de 1964/65, oferece um panorama geral sobre

suas atividades mais recentes. Inicia-se com uma visão de sua estrutura de funcionamento: rede de agências, quadro de funcionários, informatização, conglomeração, internacionalização, etc.. A partir do impacto da crise no mercado financeiro mundial, principalmente após setembro de 1982, o BANESPA - o terceiro maior banco tomador de recursos via Resolução 63, atrás somente do Citibank e do Banco do Brasil - modificou sua postura operacional e administrativa. Os reflexos dessas mudanças sobre seu desempenho, espelhados nas séries temporais construídas com dados contábeis de seus balanços analíticos, são vistos detalhadamente, inclusive comparando alguns resultados operacionais com os de seus concorrentes mais próximos no ranking bancário. Por fim, verifica-se como o BANESPA foi afetado pela crise financeira da primeira metade dos anos 80, tanto pelos seus fenômenos mais gerais, como o processo de transferência da responsabilidade sobre a dívida externa para as Autoridades Monetárias - sua transformação em dívida pública interna, a desmonetização concomitante à indexação e à dolarização, a queda real dos empréstimos bancários, etc. -, quanto por fenômenos mais particulares, como a inadimplência das empresas estaduais. Conclui-se com uma visão de seu ajustamento ao Plano Cruzado.

O último capítulo, talvez o mais polêmico, trata dos problemas contemporâneos dos bancos estaduais. Examina se, em situação muito diferente dos demais bancos estaduais, "o caso BANESPA" é atípico entre eles.

PARTE I:
ORIGEM DO BAHESPA

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTE HISTÓRICO:

BANCO DE CRÉDITO HIPOTECARIO AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1.1- INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS

Lettre de l'Etat de Sao Paulo

4 aout 1909

"Je visite à l'heure présente le Nord-Ouest de l'Etat de Sao Paulo, region qu'on a cherché à ouvrir au commerce et à la colonization, en y construisant un chemin de fer (...). La voie qui, pour instant du moins est surtout stratégique, rencontre certaines difficultés; la main-d'œuvre est assez rare et on s'efforce à conserver les ouvriers qu'elle a sur ses chantiers.

Quelques attaques des Indiens 'coroados' contre les équipes occasionnerent aussi quelque retard. Je ne suis pas encore sur les lieux où ces attaques se sont produites; mais je suis certain que ces Indiens, quelque sauvages et sanguinaires qu'on les presente, n'attaquèrent les ouvriers de la voie qu'après avoir été l'objet de services de la part de quelques-uns.

Comme ces indigènes sont très vindicatifs, ils confondent maintenant tous les blancs dans une commune haine; de là des agressions repoussées à coups de carabine. La dernière a eu lieu le 20 du mois dernier. Il n'y a eu de mort à déplorer, mais dans une précédente

cinq ouvriers furent tués.

Il faut aujourd'hui venir dans cette partie du Brésil ou parcourir des affluents de l'Amazone pour trouver des Indiens vivant encore dans leur sauvage indépendance. A part cela, on ne trouverait que quelques 'aldeamentos', villages composés de quelques familles guaranys, qui achèvent de s'éteindre paisiblement, en vivant de la même façon que les 'caipiras' ou paysans brésiliens. D'ailleurs, les 99 centièmes des brésiliens n'ont vu un Indien indépendant. Par exemple, dans cet Etat de Sao Paulo, il faut faire plus de 1000 kilomètres pour que, sur les rives du Tiete, à quelque distance du Paraná, on atteigne la région habitée par les 'coroados', et encore il peut se faire qu'on n'en aperçoive pas un seul, cachés qu'ils sont au milieu de leurs forêts.(...).

Incroyable est la quantité de tasses de café qu'on arrive à boire dans une journée, parfois plus de vingt. Ceci tout à fait impunément, car il semble que dans ce pays, en raison du climat, sans doute, le café ne semble pas produire sur les nerfs aucun effect sensible; cette boisson, qu'on s'accoutume très vite à boire à toute heure du jour, semble bientôt agréable et nécessaire.(...)"

Era necessário tirar o receio dos europeus. Esta carta assinada por Paul Wallé (extrait du Bulletin Mensuel de la Société de Géographie Commerciale de Paris, n.9 de septembre 1909, Tome XXXI) , encontrada nos archives do ex-Banque de Crédito Hypothecário et Agrícola de

l'Etat de Sao Paulo, entre outras descrições deliciosas de sua viagem pela região no início do século, se prestava plenamente a esse objetivo: não havia por que se preocupar com ataques indígenas à sede do Banco de capital francês que se instalava naquele ano na capital do estado...

Os lucros dos negócios com o café eram atraentes. O

Étude Économique et Financière de l'Etat de Sao Paulo, en vue

de la création d'un crédit foncier et agricole dans l'Etat fazia uma

descrição minuciosa do clima, da população, da produção agrícola (do café e de outros produtos), do histórico da questão da valorização do café, das indústrias, das exportações e importações, das estradas de ferro, do orçamento público estadual e da dívida externa.

Por exemplo, mostrava que "a melhor prova da benignidade do clima resulta do coeficiente de mortalidade que foi de 23,68 por 1000 no triênio 1905-1907; este coeficiente que ainda melhora todos os anos, não é superior aos das regiões mais salubres da Europa". Assim, "a população, que era de 1221394 habitantes em 1887, dobrou em 20 anos e se elevou a 2550000, e, principalmente, "os 1224231 imigrantes que entraram no Estado, neste período" não teriam, por motivo climático, razão de evitar este país tropical.

O principal produto de São Paulo, que constituía a grande riqueza do país, o café, possuía naquela época em torno de 700 milhões de pés plantados no Estado. Analisando a estatística da produção e do consumo mundial (ver Quadro 1.1), os autores do *Étude Économique et*

QUADRO 1.1

PRODUÇÃO DE CAFÉ

ANOS	BRASIL		OUTROS	TOTAL	CONSUMO	
	SÃO PAULO	OUTROS	PAISES		MUNDIAL	
1877/8	998952	2676724	4270000	7945676		
1881/2	1723332	5967477	4113000	11803809		
1886/7	2583458	3649099	4175000	10427657		
1891/2	3386084	4118899	4437000	11941983		
1894/5	4007376	3235001	4257000	11499377		
1897/8	6152594	5060416	4840000	16053010	14532000	
1900/1	7973142	3400223	3785000	15158371	15965000	
1901/2	10171916	6081140	3643000	19896056	15319000	
1902/3	8357449	4615050	3752000	16124499	16097000	
1903/4	6402477	4765778	4628000	15796255	15588000	
1904/5	7423001	3160298	3820000	14403299	15507000	
1905/6	6982885	4032388	3480000	14495273	16306000	
1906/7	15392170	4999928	3475000	23867098	17108000	
1907/8	7203809	4024225	3400000	14628034	16945000	
1908/9	8500000				17250000	

FONTE: ETUDE ECONOMIQUE & FINANCIERE DE L'ETAT DE
SAO PAULO EN VUE DE LA CREATION D'UN CREDIT
FONCIER ET AGRICOLE DANS L'ETAT.

NOTA: 1908/9: ESTIMATIVA

Financière concluíam:

- que a produção dos outros países produtores de café, longe de aumentar, tinha uma tendência a diminuir;
- que a produção dos Estados do Brasil, vizinhos a São Paulo, estava quase estacionária e tendia igualmente a diminuir nos últimos anos;
- que, ao contrário, a produção do Estado de São Paulo tinha aumentado consideravelmente e com sua média na época, em torno de 10 milhões de sacos, somente este Estado fornecia mais da metade, quase 2/3 do consumo mundial;
- que como este consumo aumentava em cerca de 400000 sacos por ano, no mínimo, ao preço médio vigente de 40 Fr. o saco, o Estado de São Paulo apuraria anualmente, pela venda do café, em torno de 400 milhões de francos.

Este aumento colossal da produção de São Paulo provinha, por uma parte, da extensão que tomaram as plantações até 1896/7, quando o preço corrente estava muito elevado (embora já tivesse caído bastante em relação ao preço vigente em 1856), de outra parte, da qualidade da terra, cujo rendimento era bem superior ao das terras dos outros estados produtores do Brasil. Este fato explicava porque muitos plantadores do Rio e de Minas decidiram, como consequência da baixa de preços, abandonar suas plantações, já que a intensidade da produção era insuficiente.

Os autores do *Étude* advertiam que seria um grande erro supor que o café seria a única riqueza agrícola de São Paulo: "a terra deste país se presta às culturas mais variadas, como o arroz, o algodão, os

cereais de todos os tipos, o cacau, etc., assim como ao aumento do rebanho". Quando o café tinha os preços muito elevados, os proprietários retiravam lucros tão fabulosos que não se cuidavam, produzindo outra coisa; mas após alguns anos, a baixa do café lhes determinou procurar outras fontes de riquezas, e isto era apontado como um efeito salutar da crise de então. Por seu lado, "o Governo estimulou os esforços neste sentido, e compreende-se que um estabelecimento de crédito, vindo em ajuda aos agricultores, permitiria o desenvolvimento rápido dessas diversas culturas, cuja riqueza pública tiraria o maior proveito. Não resta dúvida que o café permanecerá como uma das maiores riquezas deste Estado, como consequência do monopólio de fato que ele possui entre outros países produtores; mas é certo igualmente que um grande futuro é reservado aos outros ramos da agricultura".

O testemunho da época confirma que, de fato, a origem da crise contemporânea do café estava na superprodução que provocou a baixa dos preços. Entre os esforços de superação das dificuldades, desde 1903 uma lei interditava novas plantações. Mas esta medida não era suficiente: com efeito, a árvore não produz senão após 4 ou 5 anos, e as colheitas de 1903 a 1908 se ressentiam do excesso das últimas plantações realizadas até 1897/98. Assim o café não tardou a tombar à cerca de 40 Fr. o saco, e os proprietários podiam crer que bem cedo a venda do seu produto lhes reembolsaria apenas os gastos de exploração.

Foi então que, por iniciativa do Estado de São Paulo, os três maiores Estados produtores do Brasil - São Paulo, Minas e Rio -

conclufram o "Convênio de Taubaté" (1906). Foi estipulado que se retiraria do mercado o excedente de café que o consumo não pudesse absorver; que, com este fim, se contrairia um empréstimo de 15 milhões de libras, que seria garantido por um imposto de exportação de 3 Fr. por saco; que cada Estado se encarregaria de cobrar na saída da mercadoria. Este empréstimo não pode ser realizado e os Estados de Minas e Rio, menos interessados na solução da crise, deixaram o Estado de São Paulo na alternativa de agir só.

A colheita de 1906/7 seria enorme, como jamais se teria visto, em torno de 16 milhões de sacos. Se nenhuma intervenção se produzisse, esta quantidade de mercadoria iria chegar ao mercado e os preços deveriam baixar à cerca de 20 Fr.. Com efeito, os comissários, que fizeram durante o ano os adiantamentos aos plantadores para a exploração, receberiam o café na colheita e seriam forçados a liquidar seu penhor para retomar os adiantamentos, levando à baixa.

O Governo de São Paulo (Jorge Tibirica) empreendeu então as operações ditas "de valorização" que tiveram por fim retirar do mercado os 8 milhões de sacos que não podia absorver. Para isso, em 1906, realizou operações de empréstimo junto ao Diskonto Gesellschaft, reembolsado por outros empréstimos com Henry Schroder & Cie. de Londres e National City Bank de Nova York, garantidos por sua vez com warrants de café armazenados em portos da Europa.

Neste contexto sócio-econômico, necessitavam os cafeicultores encontrar sobre o produto colhido, mesmo antes de vendê-lo, recursos

adiantados com caução de conhecimentos de embarque. Nos anos de crise, o crédito hipotecário, com garantia da propriedade, seria bem-vindo. O Governo também necessitava financiamento externo para as safras de café retidas nos armazéns reguladores. Assim, todos passaram a defender a criação de um banco de crédito agrícola e hipotecário.

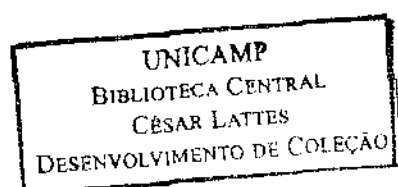
Para se entender todas as dimensões desse experimento, é preciso lembrar as políticas inflacionárias da década de 1890, da subsequente estabilização de 1898-1906 (que provocou a "crise bancária da virada do século", com grande número de quebras bancárias), os efeitos dessa política sobre a produção e exportação de café, e o primeiro programa de apoio ao café iniciado em 1906. A taxa cambial brasileira foi estabilizada, entre 1906 e 1914, através de uma política que seguia as chamadas "regras do padrão-ouro", sendo supervisionada pela Caixa de Conversão.

Em 1908, o Brasil foi abalado pela recessão mundial, que se iniciou com o pânico bancário e a contração norte-americana de 1907. As exportações brasileiras caíram 18,4%, enquanto as importações baixaram em 12,4%. A perda de reservas da Caixa de Conversão reduziu a base monetária em 2,7%, fato que teria sido mais grave não fosse a entrada contínua de empréstimos estrangeiros para os Governos federal, estaduais e municipais. Este influxo foi atribuído por Neuhaus (1975) tanto ao bom crédito externo do País quanto aos incentivos que os europeus passaram a ter com o investimento em títulos estrangeiros, dados os recentes aumentos da taxação sobre títulos domésticos na França, Alemanha e Inglaterra. Foi o período de auge das inversões

estrangeiras desses países, pré-I Guerra Mundial. As exportações de capital dos países mais estreitamente vinculados à expansão do poder europeu no início do século deu margem a que a literatura econômica (entre outros autores, citamos Hilferding, 1910; Bukharin, 1915; Lenin, 1916) identificasse os primórdios do capitalismo financeiro com a expansão imperialista que vai desdobrar na Primeira Guerra Mundial.

Desde 8 de agosto de 1904, pela Lei n.º 923, o Governo do Estado tinha ficado autorizado a garantir juro anual de 6% ao capital de até dois milhões de "esterlinos", durante o prazo de 20 anos, a um banco que se fundasse na Capital, para atuar sobre crédito agrícola no Estado. As operações do banco, respeitada a legislação federal relativa ao crédito agrícola móvel e dos empréstimos com garantia pignoratícia ou hipotecária, seriam feitos sob garantia hipotecária que não poderiam exceder 1/3 do valor das propriedades agrícolas (ou 20% do valor dos imóveis urbanos) e seu prazo nunca seria maior de 10 anos. Os adiantamentos destinados ao custeio das lavouras seriam feitos por prazo nunca superior a 1 ano e seu valor não excederia da metade da venda média anual da produção dos últimos 4 anos das mesmas lavouras.

A taxa máxima que o banco cobraria em todas suas operações seria de 10% anuais. O banco receberia depósitos por letras a prazo fixo ou em conta corrente de movimento. Poderia também estabelecer filiais ou agências nas praças do Estado que julgasse conveniente. Gozaria de isenção de todos os impostos estaduais. Por fim, dos lucros líquidos do banco, excedentes ao dividendo de 10% ao ano aos acionistas, seriam



distribuídos 25% à indenização das quantias que fossem pagas pelo Estado, pela garantia de juros.

Os incentivos desta Lei (que transformava em ouro as garantias dadas pelo Estado aos bancos de crédito agrícola) não foram suficientes para animar a instalação de um banco. Somente com a ampliação dos benefícios, pelo artigo 15 da Lei n 1160, de 29 de dezembro de 1908, certamente como parte da negociação do texto do contrato provisório que assinou com J. Loste & Cie., em 19 de abril de 1909, para a organização do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, que o Governo estadual de fato alcançou seu objetivo imediato.

A Lei anterior foi alterada nos seguintes pontos: o capital garantido de 2 milhões de esterlinas poderia ser levantado por meio de ações ou de obrigações ao portador (debêntures); a garantia do mencionado capital extender-se-ia a 30 anos; e o prazo dos empréstimos, feitos sob garantia hipotecária, ficou elevado a 15 anos.

1.2- FUNDAÇÃO

"Aos sete dias do mez de Junho do anno de mil novecentos e nove, no Palácio do Governo do Estado de São Paulo, presentes os excellentíssimos senhores presidente do Estado, secretário dos Negócios da Fazenda, procurador fiscal da Fazenda, compareceram os senhores J. Loste & Companhia, de Paris, por seu procurador senhor Ferdinand Pierre (que seria o presidente do Banco até 8 de maio de 1923), e disseram que vinham assignar o presente contracto definitivo para a organização do Banco de Crédito Hypothecario e Agrícola do Estado de São Paulo".

Por esse citado contrato, o capital garantido pelo Estado em juro anual de 6%, ouro, foi representado em 20 mil ações de 500 francos, no total de 10 milhões de francos, e em obrigações (debêntures) representativas de 40 milhões de francos, totalizando pois 50 milhões de francos. As condições e cláusulas do contrato seguiram os termos das leis ns. 923 e 1160 (art.15), que ficaram inclusive fazendo parte dele, com exceção mais notória da cláusula 15, que rezava que "durante o prazo de 30 anos não poderá o Governo conceder idênticos favores a outros quaisquer estabelecimentos de crédito".

Em Minas Gerais, por exemplo, o Governo estadual que já concedia esse tipo de favores ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais, praticamente desde sua fundação em 1889, passou a privilegiar também ao Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, quando este foi criado em 1911, e ao Banco Mineiro da Produção, o terceiro banco mineiro

oficial, a partir de 1937 (Costa, 1978). A iniciativa de se criar o *Hypothécaire* (como então era chamado) resultou de um acordo feito pelo Governo de Minas (Artur Bernardes) com a Casa Bancária Perrier & Cie., com sede em Paris, em torno de um empréstimo de 25 milhões de francos. Foi inicialmente dirigido por um francês, M. Léon Gautherin, que trouxe oito experimentados bancários de seu país. "O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais foi a escola onde se formaram os homens que iriam dominar o mercado creditício brasileiro nas décadas de 40 e 50" (Fontenla, 1975, p.91).

Também em 1911, o Governo do Espírito Santo contratou com J. Loste & Cie. um empréstimo de 40 milhões de francos (19.400 contos) para fundação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, com capital inicial de 1 milhão de francos (600 contos). Pretendia utilizá-lo para financiar o arrendamento de serviços públicos, como luz, água, esgoto, bondes elétricos, telefonia, etc.. Instalou-se com duas agências, em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Nesta última cidade, foi responsável pela fundação do extemporâneo complexo Industrial de Itapemirim, rede de dependências mútuas entre a Companhia Industrial do Espírito Santo, que o Banco apoiava financeiramente sem restrições, e o Estado, que garantia o capital do Banco. Apesar da duvidosa viabilidade econômica, iniciou-se a construção das fábricas de cimento (com tecnologia alemã e capacidade produtiva de 25 mil toneladas por ano), de açúcar e de tecidos (120 teares e 3840 fusos com capacidade produtiva de 2 milhões de metros por ano). Entretanto, com a queda dos preços do café durante a I Guerra Mundial, o Estado perdeu 20% de seus recursos. Com a

desvalorização da moeda francesa, o capital do Banco minguou. Incapaz de saldar seus compromissos, pois não conseguia reaver seu capital e juros aplicados na Companhia Industrial (ainda em construção, com poucas unidades em início de operação). O Estado, pela Lei n.721 de 17/5/11, estava não só comprometido a garantir os juros do empréstimo inicial, como também a garantir seus débitos. Assim, os gastos do Governo com o Banco cresceram extraordinariamente, alcançando, em 1919, 10 milhões de francos só de juros acumulados. Em dezembro deste ano foi decidida a encampação do Banco pelo Estado, pagando aos acionistas 27.960.000 francos.

Em São Paulo, o Governo ficou com o direito de nomeação de um diretor (entre cinco, quatro eleitos pelos acionistas), com direito de veto, e de um membro (também entre cinco) do Comité de Paris, encarregado da fiscalização da emissão dos títulos para a admissão à cotação oficial das Bolsas de Paris, e, se fosse julgado conveniente, de todas as outras Bolsas européias.

Uma semana após, em 14 de junho de 1909, foi realizada no edifício do Banco do Comércio e Indústria de São Paulo a Assembléia Constituinte do BCHASP. Apesar da ata afirmar que estavam presentes todos subscritores de ações, na realidade assinaram a ata pessoalmente somente 9 do total de 25 acionistas (4 representando pessoas jurídicas). Estavam presentes só 2 franceses (Ferdinand Pierre tinha procuração dos 14 residentes em Paris), embora detivessem, somadas, 75% das ações. Na verdade, o controle acionário do BCHASP, em sua maioria de 55,25%, estava nas mãos de Joseph Loste (37,5%, sendo 7000

ações de sua firma, a maior acionista individual) e do Baron Jacques de Gunzboug (17,75% ou 3550 ações). O segundo maior acionista individual era o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, que possuía 23,45% do capital em ações (4690). Os maiores acionistas brasileiros (pessoas físicas), entre os quais o Conselheiro Antonio da Silva Prado (controlador do Banco Comércio e Indústria), possuíam no máximo 50 ações cada.

Deve-se destacar pelo menos mais três fatos, ocorridos nesse evento da criação do BCHASP, importantes para o entendimento de sua trajetória futura. O primeiro é sublinhar que o Governo do Estado de São Paulo não detinha, na sua origem, nenhuma participação acionária, nem direta (através do Tesouro Estadual), nem indiretamente (por um eventual Instituto ou Companhia oficial). Tratava-se de um empreendimento de propriedade privada, a partir de iniciativa governamental, que o incentivava (inclusive via isenção fiscal), o protegia, prestava-lhe favores, garantia seus juros, e o fiscalizava.

Segundo, a firma parisiense J. Loste & Cie., para aproveitar as vantagens oferecidas pela lei estadual n. 923 de 8/8/1904, modificada pelo art.15 da 1160 de 29/12/1908, somente tomou a resolução de incorporar e fundar, com sede em São Paulo, um banco de crédito hipotecário e agrícola, com o capital de 10 milhões de francos, podendo também emitir obrigações preferenciais para um empréstimo até a importância de 40 milhões de francos, quando não só aquele capital, como também o valor das obrigações emitidas, formando um total de 50 milhões de francos, passaram a ser garantidos pelo Governo com o juro

anual de 6%, ouro, durante o prazo de trinta anos.

E por que juros-ouro? Altino Arantes, presidente do Banco durante sua reorganização em 1926 (início do período de retorno ao padrão-ouro), respondeu, de certa forma, essa indagação, em discurso desta época: —“Porque, país novo que somos, ‘economicamente rico, mas financeiramente pobre’, escasseiam-nos os recursos pecuniários, as grandes reservas de dinheiro, ansiosas por colocação segura e remuneradora. Os tomadores das nossas letras (no caso, debêntures) são, e continuarão a ser certamente para o futuro, capitalistas estrangeiros, em sua quase unanimidade. É razoável, portanto, que o reembolso das quantias que lhes passamos a dever se faça na mesma espécie em que eles nos consignaram, isto é, em ouro, que é, em última análise, a moeda universal”. É bom recordar que vigorava então a lei n.5180, de 18 de dezembro de 1926, que impunha a estabilização cambial da moeda brasileira através da Caixa de Estabilização, política análoga à que vigorou entre 1906 e 1914, experiência com o padrão-ouro e com a Caixa de Conversão. Nestas circunstâncias, projetava-se melhores condições para a remuneração dos empréstimos externos com lastro em ouro.

Um terceiro ponto a se destacar é que, quando de sua fundação, em 14 de junho de 1909, foi creditada a favor do BCHASP somente a quantia de 633 contos de réis, equivalente a 1 milhão de francos ao câmbio oficial do dia, de 630 réis por franco, correspondente à décima parte do capital subscrito. Este dado da Certidão da Delegacia do Tesouro Federal em São Paulo é extremamente relevante para o desdobramento

histórico da evolução do Banco, principalmente tendo em vista que, quando assinaram novo contrato a Fazenda do Estado e o BCHASP, em 25 de Janeiro de 1925, o capital realizado do Banco era ainda de somente 5.012.500 francos e representado por 19950 ações de 50% realizados e por 50 ações integralizadas... Não foi à toa que Altino Arantes, em seu já citado discurso, afirmava que, sem "seus fundos - absorvidos que foram, em sua quase totalidade, ao cabo de pouco mais de um lustro, em empréstimos hipotecários, rurais e urbanos, e em penhores agrícolas e mercantis", o BCHASP viveu "à mingua de novos recursos".

Pelo Projeto de Contrato entre o BCHASP e J. Loste & Cie., o Banco reservava a esta última "o título e as funções do correspondente da sociedade e o direito exclusivo para todos os outros países, salvo os Estados Unidos do Brasil, de fazer todo o serviço financeiro do Banco, como pagamento de coupons, operações sobre títulos, resgates, sorteios, reembolsos, transferências e geralmente tudo que for necessário". J. Loste & Cie. tinha o direito à uma comissão de 1/2 % sobre todas as somas pagas ou recebidas por seu intermédio, com exceção do produto das emissões de ações ou obrigações. Para colocar sua sede social em Paris à disposição do Banco, para as reuniões do Comitê de Paris, recebia uma remuneração de 6 mil francos por ano. Para ser representante responsável pelo Banco perante o fisco francês recebia uma indenização de 12 mil francos por ano. O Banco concedeu ainda à firma francesa, pelo prazo de 30 anos, direito de opção sobre todas as emissões futuras, de qualquer natureza que fosse, que o Banco resolvesse fazer em qualquer parte, salvo o Brasil.

A Assembléia Constituinte do BCHASP resolveu também criar 80 mil obrigações preferenciais, do valor de 500 frs. cada uma, representando um empréstimo nominal total de 40 milhões de francos, que o Banco contrairia e reembolsaria, ao mais tardar, no prazo de 30 anos. Durante este prazo, essas debêntures gozariam também de garantia de juro de 6%, pagável em ouro, pelo Estado de São Paulo. Seus portadores receberiam, semestralmente, juro de 5%; a diferença entre esta taxa e o total da garantia deveria constituir um fundo especial de reserva e de amortização. Portanto, se no balanço final o saldo dos lucros e perdas fosse superior aos encargos, somente no caso de os lucros serem insuficientes para cobrir uma soma correspondente a 6% da totalidade do capital obrigações e do capital ações, recorrer-se-ia à garantia do Estado para o que faltasse.

Curioso que as obrigações eram isentas de todos os impostos por parte do Estado de São Paulo. No entanto, as obrigações ao portador (debêntures), emitidas pelas sociedades anônimas, estavam sujeitas ao imposto federal de 300 rs. por 100\$000 de capital. O Banco, que realizou 4/5 de seu capital por meio de emissão de debêntures, teria então que pagar anualmente cerca de 70\$000\$000, se não conseguisse do Congresso Federal isenção de tal imposto. Argumentava o advogado do Banco que: --"Parece-me mesmo que tal favor estava no espírito dos nossos legisladores, quando, decretando a criação do Banco Central Agrícola, isentou do pagamento do imposto sobre os dividendos, estabelecidos nas capitais dos Estados e que tenham com estes contrato. Se a isenção do imposto, então decretado, não abrange as debêntures, foi porque naturalmente não ocorreu ao Congresso

Nacional a hipótese de que tais Bancos procurassem os seus recursos por meio da emissão de tais títulos". Espirituoso, o advogado...

Bem, o fato foi que já em 4 de fevereiro de 1910, o Decreto n.1820 abriu no Tesouro um crédito de 745:675\$415 à Secretaria da Fazenda, para pagamento da garantia de juros das obrigações do BCHASP, no semestre findo em 31 de Dezembro de 1909. E assim repetiu-se, semestralmente, até o segundo semestre de 1913, quando não foi mais preciso recorrer à garantia de juros.

O mais surpreendente foi que, logo em 30 de dezembro de 1910, pelo artigo 36 da lei n.1245, ficou o governo autorizado a celebrar novo contrato com o BCHASP, para elevar seu capital até a soma de frs. 150.000.000. Ficou elevado para 20 anos o prazo dos empréstimos hipotecários do Banco. E, importante, o acréscimo do capital em ações seria emitido no país, podendo o governo subscrever a parte que julgasse conveniente. A emissão autorizada seria feita por partes, à medida das necessidades da lavoura e de acordo com o Governo.

Mas J. Loste & Cie. não desfrutou de seu direito de opção da futura emissão do BCHASP no estrangeiro. Por um contrato realizado em Paris, a 1 de Junho de 1911, o liquidante da Sociedade em comandita por ações J. Loste & Cie, dissolvida segundo deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de seus acionistas, em data de 29 de maio de 1911, cedeu ao Credit Français, sociedade anônima com capital de 25 milhões de francos, sede em Paris, o direito de preferência sobre todas as emissões futuras que o BCHASP procedesse no estrangeiro,

durante um período de 30 anos. O Credit Français ficou como responsável de prosseguir com a realização das operações de emissões e outras, dividindo os lucros líquidos que proviessem dessas operações previstas, se eles se realizassem, com a "Massa Falida" (a Liquidação) da Sociedade J. Loste & Cia., na proporção de metade para cada um.

1.3-INSTALAÇÃO

"Saibam quantos esta escriptura publica virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e nove, aos tres dias do mez de Setembro, nesta cidade de São Paulo, em meu Cartório, perante mim Tabellião interino, compareceram partes entre se justas e contractadas, a saber: como outorgantes sublocadores (...) do prédio sob numero setente e tres, da rua de São Bento, desta capital; e como outorgado sublocatário o Banco de Credito Hypothecario e Agricola do Estado de São Paulo (...), recebendo o prédio no estado em que lhe é entregue, servir-se-á delle com os cuidados de um bom pae de família".

Incorporado seu capital (pelo menos parte), instalado em sua sede à Rua de São Bento n.73, aprovados seus Estatutos Internos, restava ao BCHASP organizar seu "Plano de Serviço" e buscar sua clientela. Para isso, tinha que verificar as condições geralmente em uso nos demais bancos de São Paulo, ou seja, sua concorrência.

Em São Paulo, como indica Cano (1977), dos 14 bancos existentes em 1910, 7 eram de propriedade estrangeira, detendo 70% dos empréstimos e descontos bancários (ver Quadro 12). É verdade que "será com o abandono da política deflacionista, por volta de 1908-1910, e com o advento da Primeira Guerra Mundial, que se dá um maior desenvolvimento dos bancos nacionais paulistas: até 1918, eles instalaram 11 agências no Estado, número que subiria para 53 em 1924 e 88 em 1927, quando passam a financiar mais decisivamente a agricultura (...) triplicam os

QUADRO 1.2
INSTITUTOS DE CRÉDITO
ESTADO DE SÃO PAULO
ANO DE 1910

BANCOS	SEDE	DATA FUNDACAO
FRANCESE ED ITALIANA	PARIS	1910
CAMPINEIRO	CAMPINAS	1900
CREDITO AGRICOLA E HIPOTECARIO	CAPITAL	1909
DE SAO PAULO	CAPITAL	1889
DI SCONTO DI PIRACICABA	PIRACICABA	1903
DO COMMERCIO E INDUSTRIA	CAPITAL	1890
INDUSTRIAL AMPARENSE	AMPARO	1890
MELHORAMENTOS DE JAHU	JAHU	1891
POPULAR DE GUARATINGUETA	GUARATINGUETA	1891
REGIONAL DE MOCOCA	MOCOCA	1899
BRASILIANISCHE BANK FUR DEUTSCHLAND	HAMBURGO	1893
BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA	LONDRES	1892
LONDON BRASILIAN BANK	LONDRES	1862
LONDON RIVER PLATE BANK	LONDRES	1899

FONTE: ANNUARIO ESTATISTICO DE SAO PAULO - 1910

empréstimos entre 1910 e 1921, triplicando-os outra vez entre esse último ano e 1928" (pp.73/4).

Além, esses dois pontos constituíam características marcantes da estrutura bancária brasileira desde o Império até a última década da Primeira República (ou da etapa primário-exportadora): a precária interiorização da rede bancária e o forte predomínio dos bancos estrangeiros. Após, a crise bancária de 1864, o segmento nacional do setor bancário foi perdendo importância, exceção feita ao Banco do Brasil. Esse fato resultou da feroz concorrência dos bancos ingleses nas transações cambiais referentes ao comércio exterior e, internamente, com a decadência da cafeicultura do Vale da Paraíba, da queda paulatina dos seus vínculos financeiros, se bem que indiretos, com a produção. Daí, os bancos nacionais procuraram inversões alternativas. Dentre elas, a compra de apólices oficiais que, gradativamente, aumentariam sua participação nos ativos bancários, fato que resultaria no "esvaziamento" desses bancos como intermediários financeiros (ver Tannuri, 1977; e Granziera, 1976).

Assim, a localização das instituições financeiras foi se concentrar na praça do Rio de Janeiro, centro das atividades de comércio exterior e, portanto, do mercado cambial, dominado pelos bancos estrangeiros. Além disso, à exceção apenas do Banco do Brasil, a estrutura bancária era a da "casa única" (só matriz), sem filiais ou agências. Inexistia um mercado nacional integrado; também os mercados de dinheiro eram isolados: muitas zonas econômicas possuíam os prestamistas de dinheiro do local - bancos locais - nas pessoas do "dono da venda". Na verdade,

somente na última década da Primeira República ocorreu uma modificação no padrão de operações do sistema bancário, ao começar a expandir sua rede no interior das áreas do café, particularmente no Estado de São Paulo. Porém, como mostra Costa (1978), em rede bancária a nível nacional só se pode falar após a II Grande Guerra; e os bancos estrangeiros só tiveram papel expressivo até a legislação restritiva ao seu funcionamento no Estado Novo, época de fugas de capital (devido à crise da economia exportadora e à crise internacional) e de conflito bélico.

O sistema bancário do Estado de São Paulo foi o segundo do Brasil em volume de depósitos à vista até 1960 (com participação relativa sobre o total geral em torno de 30%), quando a sede do Banco do Brasil mudou-se para o novo Distrito Federal e o Estado alcançou a primeira colocação (como ilustração, ver Quadro 1.3 com o Movimento Bancário, segundo as Unidades Federativas, em 1921, 1928 e 1936). Em 1920 possuía cerca de 75% de seus depósitos realizados em bancos estrangeiros. A partir daí a mudança neste percentual foi drástica: em 1921 foi para 45%, de 1922 a 1925, ficou em torno de 30%, daí em diante, diminuiu para o patamar de 20%, até a época da II Guerra, quando desceu para um nível de 12%; e, posteriormente, caiu gradualmente, até atingir o nível mínimo de 3,8% em 1964, antes da reforma financeira de 1965 (ver Costa, 1978).

Voltemos ao segundo semestre de 1909, época dos interessantes (e valiosos, do ponto de vista de fonte para a historiografia brasileira) *Rapports du Voyage d' Études sur Santos, Ribeirão Preto, São Simão*

MOVIMENTO BANCÁRIO

III — DEPOSITOS NOS BANCOS E CAIXAS ECONOMICAS, SEGUNDO AS UNIDADES
FEDERADAS — 1921, 1928 e 1936

1. NUMEROS ABSOLUTOS

UNIDADES FEDERADAS	1921			1928			1936		
	Total	Bancos	Caixas Econômicas	Total	Bancos	Caixas Econômicas	Total	Bancos	Caixas Econômicas
Contos de réis									
Acres.....	—	—	—	—	—	—	3.094	3.094	—
Amazonas.....	12.292	9.652	2.640	22.623	19.231	3.292	35.487	30.641	4.846
Pará.....	33.107	30.371	2.736	57.651	53.263	4.388	104.260	96.827	7.433
Maranhão.....	14.743	9.233	5.510	22.937	19.920	3.017	32.647	27.513	5.134
Piauí.....	4.016	3.340	2.278	7.218	5.424	1.794	18.346	15.924	2.422
Ceará.....	16.369	11.557	4.812	24.035	20.366	3.669	78.034	72.491	5.543
Rio Grande do Norte.....	4.961	4.140	821	8.427	7.668	759	22.378	21.253	1.095
Paraíba.....	8.337	6.878	1.459	10.311	15.011	1.300	41.555	40.205	1.280
Pernambuco.....	182.199	146.325	15.874	193.825	181.758	12.066	282.390	256.101	26.289
Alagoas.....	17.949	15.320	2.629	23.778	21.571	2.208	34.887	32.125	2.762
Bergipe.....	9.648	4.080	5.568	17.420	13.172	4.248	40.321	34.974	5.347
Bahia.....	96.953	75.518	21.435	168.909	137.495	29.424	245.338	182.364	62.974
Espírito Santo.....	10.500	8.820	3.880	37.322	31.323	5.994	42.638	35.537	7.101
Rio de Janeiro.....	15.104	10.922	4.182	36.182	26.932	9.250	149.359	100.195	39.164
Distrito Federal.....	1.551.524	1.421.043	130.481	1.867.751	1.650.076	217.675	3.646.982	3.009.923	637.059
São Paulo.....	807.137	811.514	95.623	2.556.417	2.397.920	158.497	3.323.289	2.852.765	470.524
Paraná.....	41.853	33.502	8.051	109.111	99.706	9.405	164.765	112.089	52.676
Santa Catarina.....	25.379	18.682	6.697	26.860	19.258	7.611	73.408	62.910	10.498
Rio Grande do Sul.....	397.645	379.266	18.279	833.308	811.880	21.428	839.119	789.751	49.368
Mato Grosso.....	4.911	1.310	3.601	21.754	18.108	3.646	32.208	28.514	3.694
Goiás.....	2.358	60	2.298	3.043	1.679	1.364	8.525	5.113	3.412
Minas Gerais.....	87.400	75.926	11.474	340.798	330.379	10.419	524.012	494.408	29.604
BRASIL.....	3.424.882	3.074.558	350.324	6.394.190	5.882.226	511.964	9.731.600	8.332.051	1.399.549

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

2. NUMEROS RELATIVOS

UNIDADES FEDERADAS	Depósitos "per capita" (milreis)			Coeficiente em relação ao Brasil %			% dos depósitos nas Caixas Eco- nômicas sobre o total dos depósitos		
	1921	1928	1936	1921	1928	1936	1921	1928	1936
Acres.....	—	—	(1) 26,4	—	—	(1) 0,3	—	—	—
Amazonas.....	33,3	55,9	79,9	3,8	3,5	3,8	21,5	14,6	13,7
Pará.....	32,5	46,7	67,5	9,7	9,0	10,7	8,3	7,6	7,1
Maranhão.....	16,4	22,4	27,4	4,3	3,6	3,4	37,4	13,2	15,7
Piauí.....	7,4	10,9	21,5	1,4	1,1	1,9	49,3	24,9	13,2
Ceará.....	12,2	16,1	45,8	4,8	3,8	7,9	29,4	15,3	5,4
Rio Grande do Norte.....	9,0	13,0	28,6	1,4	1,3	2,3	16,5	9,0	4,9
Paraíba.....	8,4	14,9	29,7	2,4	2,6	4,3	17,5	8,0	3,9
Pernambuco.....	73,2	75,8	93,8	47,4	20,3	29,0	9,8	8,2	9,3
Alagoas.....	18,0	21,7	28,5	5,2	3,7	3,8	14,6	9,3	7,9
Bergipe.....	20,0	33,7	72,4	2,8	2,7	4,1	57,7	24,4	13,3
Bahia.....	23,5	44,1	67,5	25,3	26,1	25,2	22,1	17,8	25,8
Espírito Santo.....	22,2	65,3	60,0	3,1	5,8	4,4	37,0	18,1	16,7
Rio de Janeiro.....	0,5	20,0	71,5	4,4	5,7	15,2	77,7	25,8	26,4
Distrito Federal.....	1.295,7	1.305,8	2.076,8	453,0	292,1	374,8	8,7	11,7	17,5
São Paulo.....	191,4	450,0	489,0	264,9	399,8	341,5	10,5	6,2	13,0
Paraná.....	59,0	128,7	159,3	12,2	17,1	16,9	19,2	8,6	32,0
Santa Catarina.....	36,7	32,5	72,5	7,4	4,2	7,5	26,4	28,1	14,8
Rio Grande do Sul.....	176,3	318,1	250,1	118,1	130,3	65,3	4,6	2,8	7,3
Mato Grosso.....	19,3	71,4	80,2	1,4	3,4	3,3	73,3	16,3	17,4
Goiás.....	4,5	5,8	11,3	0,7	0,6	0,9	97,5	63,9	40,0
Minas Gerais.....	14,8	50,4	68,0	25,6	53,3	53,9	13,1	3,1	5,6
BRASIL.....	108,9	178,8	229,5	1.000,0	1.000,0	1.000,0	10,2	8,0	14,4

1) Somente os depósitos bancários.

et Mococa, realizados minuciosamente e assinados por Emile Quoniam de Schompré, vice-presidente do BCHASP. Verifica-se que, depois da viagem de estudos sobre Santos, sob o ponto de vista de seus recursos e das possibilidades de instalação de uma agência do Banco, o analista seguiu pela região do Estado de São Paulo atravessada pela linha da Companhia de Estrada de Ferro da Mogiana. Examinou separadamente cada uma dessas regiões e se bem que o objetivo principal de sua viagem fosse fazer uma enquete sobre as condições de desconto e de redesconto nos diferentes lugares, aproveitou a oportunidade para fazer um diagnóstico mais preciso sobre os municípios (população, principais produções, transportes, etc.), as cidades (condições habitacionais, serviços públicos básicos, finanças públicas, valor dos terrenos, etc.), as hipotecas, o comércio, os bancos existentes, as possibilidades de instalação de uma agência ou de designação de correspondentes, e as visitas às fazendas e aos armazéns gerais (caso existentes).

A conclusão do Rapport du Voyage d'études sur Santos foi positiva:

"Il résulte de l'examen ci-dessus que l'installation d'une agence de notre Banque à Santos, nous semble non seulement à envisager pour l'avenir, mais à réaliser le plus tôt possible. Nous y trouverions l'emploi rémunérateur de nos capitaux".

Esse emprego de capital poderia se fazer inicialmente pelo desconto e redesconto de warrants e sobretudo pelos adiantamentos sobre mercadorias. Nesta última modalidade de crédito, um exportador ou comissário que tinha necessidade de fundos deixaria com o Banco, em

consignação, uma certa quantidade de café num armazém apropriado, conjuntamente com as chaves do dito armazém, a apólice de seguro das mercadorias, e o Banco se encarregaria de fazer a guarda com seus agentes. Remeteria ao tomador de empréstimo recibo de depósito constatando o tipo do café, nome e marca dos sacos, pois lhe adiantaria sobre essas mercadorias, por tempo determinado, a soma que demandasse, até o nível de 75 ou 80% do valor da garantia, calculada sobre o preço da cotação oficial do dia. O recibo de depósito estipularia que no caso de a margem de 20 ou 25% entre o montante do valor realizado e o valor presente das mercadorias não existir mais, ele deveria completar as diferenças, em dinheiro, em bem mercantil. No caso dele não executar uma ou várias cláusulas do contrato, o Banco teria o direito de proceder a realização da garantia por si próprio. O tomador teria a faculdade de retirar todo ou parte dos sacos consignados, contra a remessa do montante emprestado e juros combinados e a apresentação do recibo de depósito para regularização ou anulação. Poderia também substituir os cafés em depósito por outros da mesma ou de qualidades diferentes, a garantia devendo sempre apresentar um valor de 20 ou 25% superior às somas adiantadas. O custo do seguro e da guarda das mercadorias eram naturalmente por conta do tomador. Para o Banco, toda abertura de adiantamento sobre mercadorias poderia assim dar lugar à percepção de uma comissão cujo montante não era desprezível.

Com o tempo, ficou provado o acerto da previsão do francês, realizada em 1909:

"En résumé, nous avons dit que le compartiment hypothécaire de la

Banque trouverait dans les prêts urbains à Santos un vaste champ d'emploi de capital: si d'autre part, la Banque faisait des avances sur marchandises dans les conditions que nous avons énumérées, nous devrions envisager le jour prochain où notre capital ne serait plus suffisant et où nous devrions l'augmenter".

De fato, ele tinha razão em seus cálculos. Por exemplo, a consignação de 800.000 sacos (número que não era exagerado de prever, o estoque no fim de 1909 sendo mais de 2.000.000), a cerca de 24\$000 ou Frs.38 a unidade, necessitaria a utilização de 24 a 25 milhões de francos, tendo em conta um desvio de 20% entre o valor real e o valor realizado. Ora, o total do capital nominal do BCHASP era, considerando o valor do empréstimo em debêntures, de somente 50 milhões de francos...

A sugestão de instalação foi incorporada, e a primeira agência do BCHASP inaugurou-se em Santos, em 1 de janeiro de 1910. Inclusive, no período de 1926 a 1936, os negócios da filial de Santos seriam tão volumosos que seu movimento chegou a superar o da matriz.

1.4- NEGÓCIOS BANCÁRIOS

Encontramos nos Archives do ex-BCHASP o Rapport du Voyage d'études sur Ribeirão Preto com esta curiosa observação:

"Les origines de cette région sont curieuses en sens que les premiers occupants ont presque complètement disparu du pays c'étaient des aventuriers de moralité plutôt douteuse, mais d'esprit entreprenant: quelques uns firent fortune, la plupart s'effondrèrent et disparurent en laissant des gross passifs; peu à peu, l'élément sain et honnête de la population a pris le dessus et, même après la grande crise causée d'abord par la fièvre Jaune de 1902 et ensuite par la baisse du café, malgré les difficultés inouïes traversées, les maisons de commerce atteintes, les fazendeiros obérés, arrivent petit à petit à se ressaisir. A l'heure actuelle on peut dire que le Município de Ribeirão Preto est en période de développement. Néanmoins, malgré la bonne foi de la plus grande partie des habitants, on ne nous a pas dissimulé que la Banque devrait apporter la plus grande prudence dans la manière de traiter les affaires. La cote morale de l'individu est ici, nous a-t-on dit, un facteur à coefficient énorme. Il y aura donc, lieu, ainsi que la Direction le sait déjà, à une vérification très minutieuse tout spécialement des expertises, de la valeur morale de l'emprunteur et de la validité de ses titres de propriété et inscriptions hypothécaires".

O "inventariante" conseguiu constatar que a terra em Ribeirão Preto aparecia gravada em hipotecas numa proporção de cerca de 60%. No entanto, a dívida de quirografo (documento lavrado e só assinado por

uma das partes interessadas) era mais difícil de verificar, pois, na maior parte dos casos, os adiantamentos se faziam com base na simples palavra, sem mesmo um reconhecimento qualquer por escrito. Portanto, tudo dependia do valor moral do tomador de empréstimo. O francês achava que a sobrevivência do penhor agrícola, nestas condições, seria quase impossível, e exigiria a criação de inspetores indo incessantemente ao local para controlar a presença da garantia. Ele soube, inclusive, da existência de certos representantes que compravam diretamente o café aos fazendeiros cuja colheita servia de garantia a um penhor: eles o transportavam à estação mais próxima, e, por própria conta, o expediam a Santos, de tal maneira que toda perseguição era vã; a lei não os consideravam como cúmplices de desvio de garantia.

Analisando a dívida hipotecária do Município em maior detalhe, chegou à conclusão de que eram as pequenas propriedades que pagavam o juros mais elevados (a metade das hipotecas tinha taxas de juros superiores a 10% , havendo caso de até 48%!). Também as hipotecas que as gravavam possuíam exigências de prazo mais curto (entre 183 hipotecas, 2 somente eram contratadas por um período superior a 10 anos, não existindo nenhuma para um período superior a 14 anos). 4/5 das hipotecas eram contraídas em favor dos comissários de Santos. Quanto às hipotecas urbanas, eram em pequeno número e de controle fácil. Assim, sua conclusão foi:

"D'après ces chiffres nous pouvons donc supposer que les conditions

dans lesquelles la Banque de Credit Hypothécaire et Agricole de l'Etat de S. Paul consent des avances sur hypothèques, lui permettront de travailler utilement dans cette région.(...) À nos avis nous devons

envisager dès maintenant l'installation d'une agence et pas seulement d'un correspondant à Ribeirão Preto, car dans ce cas nous pourrions escompter le papier même à 120 jours à 10% au lieu de 15%. Ces conditions de faveur nous attireraient une nombreuse clientèle qui compenserait et bien au delà les frais généraux d'une agence".

Se bem que o Relatório Anual de 30 de abril de 1912 registra que:

"Abrimos este anno uma Agencia em Ribeirão Preto, e tencionamos construir n'aquella cidade, margeando a Estrada de Ferro Mogiana, grandes armazens de deposito para café, arroz, assucar, farinha e outros productos da lavoura"; outros documentos históricos do Banco citam somente a existência de duas agências - São Paulo e Santos - até pelo menos 1937. Talvez a origem da dívida esteja na sugestão dada no Rapport: "nous pourrions nous inspirer de la façon de faire de la Banque Italienne, c'est à dire, faire diriger cette agence concurrement par le correspondant et par un employé de la Banque comme gérant".

Segundo esse Rapport, em Ribeirão Preto, além da agência do Banque Commerciale Italienne, o Banco do Brasil tinha um correspondente que fazia uma verdadeira "guerra de tarifas". A avaliação era que se o BCHASP fizesse operações por meio de uma agência com taxas que impossibilitassem o redesconto para as transações então existentes na região, ele naturalmente teria a massa das transações do Município e seus arredores, monopolisaria os redescontos que continuassem a ser feitos nos lugares mais distantes da zona, assim como atrairia as grandes transações que, por causa da diferença de taxas, ainda eram feitas com vantagem na Capital. No ramo de empréstimos hipotecários, o

BCHASP pretendia atuar como o estabelecimento similar, o Banco Belga do Rio de Janeiro: com taxas oficiais relativamente baixas, ele chegava a porcentagens de ganho mais elevadas que o BCHASP em consequência das comissões muito altas que recebia anualmente.

Tratou-se de organizar a divisão do trabalho do "Serviço do Contencioso" do BCHASP: o Contencioso compunha-se do preparo (a discussão das garantias dadas pelos mutuários), da redação e fiscalização de todos empréstimos que eram efetuados pelo Banco, excetuando-se os adiantamentos feitos por desconto e redesconto. O "Plano de Serviço" foi repartido em duas partes: a primeira, referente ao Contencioso propriamente dito, isto é, o estudo jurídico de todas as questões; a segunda, sobre as avaliações e o Serviço de Informações. Estas diziam respeito à situação e extensão dos imóveis, às culturas que lhe eram próprias, às fontes de rendas e encargos, e ao crédito que se devia dar às declarações feitas pelos mutuários.

Os avaliadores não eram propriamente empregados do Banco; as avaliações eram pagas uma por uma, sendo Rs.100\$000 para avaliações de prédios ou propriedades urbanas, independente do número, e Rs.300\$000 para as avaliações de fazendas (honorário por unidade). Os avaliadores não tinham zona certa e determinada, o que permitia uma fiscalização mais eficaz das avaliações, pela comparação entre os diversos relatórios. O empregado do Banco encarregado das informações e das avaliações, durante o andamento destas, tinha que verificar o trabalho dos avaliadores, os empréstimos efetuados, e visitar as fazendas para

informar à Diretoria sobre a execução dos penhores agrícolas e a exatidão com o qual o mutuário cumpria seu contrato. Segundo o chefe do Contencioso: -"As informações que nos foram dadas a respeito dos senhores avaliadores nos faz crer que eles são muito competentes e que poderemos ter grande confiança neles, em todo caso uma fiscalização é sempre necessária, principalmente por estarmos a pouco tempo no Brasil".

Exemplo desse zelo é o Rapport sur l'expertise de la fazenda NOVA DO CAFEZAL, no município de Rio Claro, em 1909, de Mr. Soulié, fazendeiro que conhecia bem o Estado de São Paulo, a língua e os costumes do Brasil, contratado pelo BCHASP para fiscalizar o trabalho dos avaliadores e a execução dos contratos de penhor através de verificações pessoais.

O relatório do avaliador foi realizado com extremo cuidado e método. Primeiro, fez detalhada descrição dos imóveis da fazenda oferecida em hipoteca: natureza, extensão, situação, casas para habitação, construções agrícolas, organização da produção, qualidade, modo de cultura e utilização do solo, rebanho, pastagens e meios de transporte. Em seguida estimou o rendimento e os gastos de exploração da propriedade: o rendimento bruto da produção do café, as qualidades produzidas, os estoques existentes, a produção de cana de açúcar, o rendimento do rebanho, as despesas com a administração, empregados, limpeza dos cafeeiros, trabalhos de manutenção, colheita do café, plantação, substituição de pés, impostos, encargos e despesas extraordinárias, indicações sobre o rendimento líquido, rendimento

médio das propriedades do mesmo Distrito, valor venal das outras propriedades do mesmo Distrito, causas de depreciação que podiam tornar a venda da fazenda difficil, causas capazes de aumentar o valor e o preço de venda da propriedade, dúvidas que pudessem existir relativamente ao direito de propriedade, culturas excepcionais e capacidade e solvabilidade do proponente.

Tendo em vista o exame minucioso que fez da propriedade, o avaliador estimou seu valor em Rs.152:850\$000. No entanto, Mr. Soulié fez críticas à avaliação realizada sobre a Fazenda "Nova do Cafezal", "*une petite propriété de peu d'avenir*", e reavaliou-a em Rs.125:000\$000, cifra na sua opinião em absoluta coerência com a produção anual e a média do rendimento. Nestas condições, o BCHASP poderia emprestar somente Rs.45:000\$000. As rendas eram largamente suficientes para assegurar o pagamento das anuidades que seriam sobre 15 anos de hipoteca de Rs.7:800\$000 ou, caso de prazo de 10 anos, de Rs.9:600\$000. No entanto, a propriedade "Nova do Cafezal" já estava hipotecada ao Banque Belge des Prêts Fonciers pela soma de 2500 libras (Fr.62500,00), por ato passado em 1904, 5 anos antes. Esta dívida encontrava-se reduzida a 2100 libras (Fr.52500,00). O empréstimo que demandava ao BCHASP era para liquidar essa dívida. Os próprios Relatórios Anuais do Banco chamavam a atenção que "um certo número de empréstimos hipotecários efetuados por nos tem servido para reembolsar dívidas hipotecarias contratadas anteriormente e, naturalmente, em condições mais onerosas". O proprietário da Fazenda estava também endividado com um comissário de café, para o qual foi obrigado a consentir um penhor agrícola.

O endividamento na época era geral. De vez em quando "quebrava um elo na cadeia" e levava os demais. Por exemplo, Cardoso de Mello & Cia., comissários de café, estabelecidos em Santos, sendo devedores ao Banco do Commercio e Indústria de São Paulo (818:690\$630), ao Banco de São Paulo (975:502\$000), à Banca Francese e Italiana per l'America del Sud (279:500\$000), ao London & Brazilian Bank Ltd. (454:850\$000), e ao BCHASP (121:910\$000), em virtude de concordata feita com seus credores em 22 de dezembro de 1913, foram obrigados a pagar a cada um deles 41% de seus créditos, no total de 1.096:935\$620. Em pagamento desses 41% cederam e transferiram aos citados credores, além de títulos (como 1150 ações do Banco de São Paulo) e "bens de raiz" (7 fazendas no interior do Estado), os direitos creditórios contra 10 credores (entre os quais, um em estado de completa insolvabilidade e outro se recusando a responder cartas que sobre a dívida lhe foram escritas), garantidos por hipotecas, além de outros valores. Entretanto, essas últimas dívidas (que podiam ser vendidas) eram em sua maioria garantidas por "segunda hipoteca" ou até mesmo "terceira hipoteca" de fazendas, algumas já constituindo objeto de reivindicação movida em juízo, com ganho de causa, apelação, etc..

As despesas de custeio, as dificuldades de gestão e fiscalização, os custos elevados de viagem pelas distâncias da Capital, as quedas de produção, as vendas do café por preços mais baixos, as disputas entre herdeiros de devedores falecidos pela divisão das terras, tudo isso levava a que o liquidante dos bens cedidos em pagamento almejasse se livrar o mais cedo possível dessas fazendas, vendendo-as. Os bancos, em época de crise, não tinham interesse em imobilizar seu capital em

propriedade de fazendas, algumas improdutivas, dando prejuízos, e as perspectivas de suas vendas tornarem-se cada vez mais difícil, pelo preço pedido inicialmente.

1.5- IMOBILIZAÇÃO E/OU DESCAPITALIZAÇÃO

São recorrentes, ao longo da curta história (17 anos) do BCHASP, os reclamos do Parecer de seu Conselho Fiscal no primeiro Relatório e Contas da Administração do BCHASP à Assembléia dos Acionistas, de 29 de abril de 1911:

"Os saldos disponiveis no paiz e no estrangeiro tem soffrido a redução natural determinada pelo augmento das transacções (...). Ainda que applicados em sua totalidade os saldos que restão, é manifesto que não poderá o Banco prehencher perfeitamente os seus fins e attender os justos reclamos da lavoura do Estado sem maiores e mais amplos reursos. (...) A Administração do Estado já está autorisada legalmente a attender a essa necessidade e é de esperar que modificado o primitivo contracto da criação e organisação do Banco com completo accordo dos interesses, n'elle envolvidos, fique satisfeito o grande empenho dos Poderes Públicos com relação à tão importante assumpto".

Inicialmente, houve certa lentidão em seus empréstimos hipotecários, devida às variações do câmbio, já que o BCHASP fazia seus empréstimos em ouro. Após ter sido promulgada a lei fixando o câmbio a 16 D., os negócios do Banco prosseguiram rapidamente, principalmente prestando serviços ao mercado de Santos, onde graças aos descontos de letras e warrants permitiu aos depositários de café manterem seus estoques e, por conseguinte, seus preços. Os descontos que prestou ao comércio de café daquela praça se deu acentuadamente em face das dificuldades provocadas pela estagnação do mercado durante o mês de outubro de 1910.

Em 1912, o Conselho Fiscal novamente denunciava que "empregado como foi quase todo o capital do Banco, descontado que seja dos saldos em Caixa e nos correspondentes a soma das contas correntes e de pequenos depósitos e dos depósitos a prazo fixo, que figuram no passivo, mais uma vez se evidencia a necessidade que tem o estabelecimento de maiores recursos por capital ou obrigações, para poder prestar os benefícios e serviços para os quais está aparelhado com vantagens para os acionistas e sem prejuízo para os cofres públicos, tornando-se meramente nominal a garantia de juros outorgada pelos contratos com o Governo do Estado". Na verdade, os administradores do Banco reconheceram também que "essa situação poderia ter sido muito melhor se não tivéssemos perto de 700:000\$000 imobilizados atualmente, em nossas construções, que deverão terminar este ano".

Quanto aos depósitos efetuados no Banco, apesar de terem sempre aumentado progressivamente desde sua abertura, só se podia utilizá-los em operações de curto prazo, como descontos de títulos e warrants. Entretanto, a partir de 1913, diminuíram, devido à resolução de não aceitar novos depósitos, por se julgar muito onerosos os juros de 5% que pagava aos depositantes, e por o Banco ser obrigado a ter sempre em caixa quantias avultadas para poder fazer face a qualquer retirada brusca.

O desenvolvimento de sua carteira hipotecária diminuiu sensivelmente as disponibilidades do BCHASP. Inclusive, em 1913, deixou completamente de descontar ordens de fazendeiros sobre comissários, a

fim de empregar em empréstimos hipotecários as disponibilidades, "distraindas com essas transações". Analisando os quadros cronológicos até esse ano dos contratos hipotecários com prestações semestrais, verifica-se que no período 1909-1910 foram realizados 97 contratos no valor total de Fr.14.291.000,00; em 1911 o número dos contratos caiu para 29 e o valor para Fr.3.611.000,00; e no ano seguinte foram 24 contratos com maior valor: Fr.6.320.000,00.

Devido as disponibilidades do Banco estarem completamente empregadas em operações previstas em seus estatutos, principalmente em imobilizações via empréstimos hipotecários de longo prazo (de 10 a 15 anos), sua Diretoria decidiu fazer uma chamada de 25% sobre o capital ações no primeiro semestre de 1913, medida que considerava somente paliativa, convencida que apenas novas emissões de obrigações permitiriam dar ao BCHASP um desenvolvimento maior. Na A.G.E. de 31/12/1913, os acionistas autorizaram à Diretoria a aumentar os recursos do Banco, por meio de uma ou mais emissões de obrigações ao portador (debentures), até 100 milhões de francos. O Relatório do Exercício afirmava: "Logo que as circunstâncias o permitam, a Diretoria utilizar-se-á da autorização que lhe foi dada".

E que circunstâncias eram essas? Supunha-se que a origem da crise estava na pressão crescente que os Governos, federal, estaduais e municipais, vinham exercendo sobre os mercados de crédito para financiar seus gastos. Os investidores estrangeiros ficaram prevenidos, por ameaça de legislação restritiva, que o governo federal não se responsabilizaria por empréstimos tomados sem sua específica

garantia. Além disso, o Tesouro Nacional devia uma grande soma de bens e serviços correntes, aos quais pagava com apólices que esses fornecedores, por sua vez, caucionavam junto aos bancos para a obtenção de empréstimos. O preço dessas apólices vinha caindo devido à emissão excessiva, saturando, portanto, as carteiras dos bancos do Rio, o maior centro financeiro do país. Os sintomas da crise bancária levavam à queda nos depósitos, elevação das taxas de desconto e escassez de crédito. Sintetizando os acontecimentos do setor monetário, Neuhaus (1975) diz que o excesso de emissão da dívida pública havia, aparentemente, drenado moeda do público e produzido uma mudança na composição das carteiras dos bancos, com a substituição de encaixes e empréstimos ao setor privado por apólices do governo.

A situação econômica nacional se deteriorou ainda mais, quando o Brasil começou a sentir os efeitos da crise político-econômica que se havia iniciado na Europa com as Guerras Balcânicas (outubro de 1912 a junho de 1913) e que levaria à irrupção da Primeira Guerra Mundial, em agosto de 1914. O influxo do capital estrangeiro, que havia sido substancial nos últimos 5 anos, repentinamente cessou. A escassez de crédito foi reforçada na medida em que as filiais dos bancos europeus eram estimuladas pelas matrizes a liquidar transações e remeter fundos para a Europa. O país viu-se impossibilitado de realizar os pagamentos da dívida externa, tendo de estabelecer novo acordo para sua consolidação. O segundo "Funding Loan", realizado pelo país, foi contratado a 19 de outubro de 1914. Ficaram assim suspensas as amortizações de todos os empréstimos, pelo período de 13 anos. Desse modo, durante os seis anos subsequentes ao novo acordo, não se

registraria a entrada de novos empréstimos.

Nestas circunstâncias, com o intuito de fornecer recursos para o custeio das lavouras, muitas delas (por desconfiança que levou ao retraimento do crédito) sem meios de se manter, o BCHASP resolveu fazer empréstimos em moeda nacional aos fazendeiros, pelo prazo de um ano, mediante penhor agrícola da safra pendente, com garantias complementares. Aplicou deste modo o empréstimo de Rs.7.000:000\$000, que obteve do Governo Federal, de acordo com a lei n.2863 de 24 de agosto de 1914. O governo do Estado tomou a responsabilidade de indenizar ao Banco dos juros que tivesse de pagar ao Tesouro Nacional, descontadas as importâncias que por esse título recebesse no emprego da mencionada quantia de 7 mil contos de réis. O Banco emprestou essa quantia, mediante operações de warrants de café e contratos de penhor agrícola, para acudir à situação da praça de Santos e facilitar a fazendeiros, especialmente aos que eram seus mutuários por débitos hipotecários, meios para custeio de suas propriedades agrícolas. Em 25 de maio de 1915, o Banco liquidou integralmente o empréstimo que tinha contraído em 31 de outubro de 1914 com o Tesouro Nacional.

O decreto n.2986, de 28 de agosto de 1915, autorizou o contrato de empréstimo (realizado em 11/11/1915) pelo Tesouro Nacional da quantia de Rs.50:000.000\$000 ao Banco do Brasil, ficando este estabelecimento obrigado a operar nos grandes centros agrícolas do país, acudindo as necessidades dos lavradores e industriais, por motivo de crise excepcional. Em 21 de janeiro de 1916, o BCHASP obteve do Banco do Brasil, para socorrer aos pedidos de empréstimos sob penhores

agrícolas, uma abertura de crédito em conta corrente (na agência de Santos, enquanto o BB não abrisse agência na cidade de São Paulo), da importância de Rs.10.000:000\$000, pelo prazo de 2 anos, caucionado por 20 promissórias emitidas pelo Tesouro do Estado de São Paulo, vencíveis em 15/1/1918. O prazo deste empréstimo foi prorrogado, periodicamente, até 15 de janeiro de 1929...

Desde então, o Relatório Anual do BCHASP contém uma nota de gratidão para com o Governo do Estado de São Paulo, pois todas suas operações passaram a ser feitas devido ao auxílio que prestou ao Banco, obtendo do Banco do Brasil a renovação do crédito em conta corrente de Rs.10.000:000\$000 e recolhendo ao BCHASP os depósitos das Caixas Econômicas do Estado de São Paulo. Essa ajuda contribuiu para o Banco atravessar um período de anormalidades, entre as quais a longa estadia na Europa do Sr. Ferdinand Pierre, presidente da Diretoria, no gozo de uma licença. Também partiu, em 11 de agosto de 1914, devido à convocação do exército francês, provocada pela guerra européia, o Sr. Emile Quoniam de Schompré, vice-presidente.

A Lei n.1544, de 30/12/1916, pela qual se fundaram as Caixas Econômicas do Estado, prescrevia, ao mesmo tempo, que os respectivos depósitos seriam aplicados, de preferência nas localidades onde fossem feitos, em empréstimos sobre primeira hipoteca, rural ou urbana, por prazo não excedente a um ano e em quantia nunca superior à metade do valor do prédio onerado, e também em empréstimo sobre warrants e sobre penhores agrícolas, reforçados por outras garantias subsidiárias. Estas operações deveriam ser efetuadas por intermédio e

sob responsabilidade de estabelecimento bancário de notória solidez, em carteira especial e mediante condições e garantias previamente combinadas com o governo.

Logo em princípios do ano de 1917, foi escolhido o BCHASP para recolher os depósitos da Caixa Econômica do Estado e dar-lhes o conveniente destino, de conformidade com a citada lei e com as cláusulas do contrato concluído entre o Governo e o Banco, em 12 de abril daquele mesmo ano. Em 31 de dezembro seguinte, a importância desses depósitos situava-se em 5.610:000\$000. Essa importância foi crescendo anualmente até atingir, em 15 de janeiro de 1921, ao nível máximo de 43.761:905\$300 - empregados, quase totalmente, em empréstimos hipotecários e em penhores agrícolas e mercantis.

Mas antes de analisar a consequência desse relacionamento BCHASP-Caixas Econômicas Estaduais, retornemos ao período crítico dos 4 apocalípticos "G": Guerra (Mundial) - Gripe (Espanhola) - Geada (Paulista) - Greve (Geral). Tinham sido efetuados, desde a fundação do Banco, 274 contratos hipotecários em ouro e a longo prazo, com amortizações semestrais, no valor de Fr.46.188.540,50. Porém, de 1916 em diante, devido à baixa de câmbio, não houve mais procura de empréstimos desta natureza, pelo que o Banco resolveu fazê-los em moeda nacional e pelo prazo de 3 anos. A maior parte desses empréstimos hipotecários contratados em francos foi liquidada no período da 1ª Guerra, devido à baixa do câmbio que determinou a desvalorização da moeda francesa, ficando em vigor, em 31/dez/1919 apenas 44 contratos no valor de Frs.8.022.675,07. Os reembolsos

elevaram-se a Frs.10.566.438,50 , dando ao Banco um prejuízo de Rs.1.963:422\$000, resultante da diferença de câmbio, entre a taxa em vigor por ocasião do levantamento dos empréstimos e da data de suas liquidações. Como os contratos restantes continuavam a ser liquidados em 1920, e tendo-se em vista a baixa mais acentuada do franco, era provável que houvesse perdas maiores.

Então, para ressarcir esses prejuízos e regularizar a situação do Banco, foi indispensável promover o mais rapidamente possível o reembolso das 64.855 obrigações em circulação, de Frs.500,00 cada uma, para o que remeteu-se para Paris, de acordo com o Conselho Fiscal e autorização do Governo do Estado, importância mais ou menos correspondente ao valor dos empréstimos liquidados. Os lucros provenientes da diferença de câmbio dessa operação foram a favor do Banco e compensaram, com vantagem, os prejuízos que sofreu com a liquidação dos contratos hipotecários em ouro de seus mutuários.

1.6- NACIONALIZAÇÃO

Desde o Governo Rodrigues Alves (fim de mandato estadual em 1915), quando foi necessário promover uma remodelação no BCHASP para combater seu mal crônico de falta de capital, para facilitar essas modificações (entre as quais, como vimos, os empréstimos serem realizados em moeda nacional, com menor prazo e em condições mais favoráveis aos lavradores), o Governo adquiriu 3 mil ações do Banco, dando assim, entre as 20 mil ações que compunham o capital bancário, a maioria de 13 mil ações para os acionistas brasileiros. Refletindo essa vantagem, a Assembléia Geral do BCHASP elegeu uma diretoria composta de 3 brasileiros e 2 franceses.

Em 12 de fevereiro de 1920, Ernesto Ramos, presidente em exercício (Ferdinand Pierre, presidente, por motivo de saúde, e Emile Quoniam de Schompré, vice, em virtude de prorrogação da licença que lhe foi concedida, continuavam ausentes do país, na Europa), afirmava:

"Terminado o resgate do nosso capital obrigações, devemos igualmente aproveitar a baixa do câmbio francês para transformarmos nosso capital em moeda nacional, o que será vantajoso aos Srs. acionistas e concorrerá para o Banco operar com mais segurança, em proveito da lavoura do Estado. Como consequência da transformação do nosso capital - ações e obrigações - em moeda nacional, teremos de fazer uma reorganização completa do Banco e de modificar os nossos estatutos, assim como promover a reforma do contrato que temos com o Governo do Estado".

E de fato, confirmando as previsões, o resgate total dos empréstimos hipotecários em ouro permitiu que o Banco passasse a fazer suas transações, a partir de então, exclusivamente em moeda nacional. Isto representou grande vantagem para seus prestamistas, pois se libertaram, assim, dos riscos e das incertezas decorrentes das flutuações do câmbio. O BCHASP prosseguiu na compra das suas obrigações em francos, das quais só restavam em circulação 357, no início de 1922, cujo valor já estava depositado em Paris.

Pendia ainda de solução, por parte do Governo do Estado, o memorial que o Banco lhe apresentou sobre a consolidação do débito do BCHASP ao Tesouro, proveniente dos depósitos das Caixas Econômicas. Com essa consolidação, visava-se converter em empréstimos a longo prazo (15 a 20 anos) todos aqueles que na forma do acordo vigente com o Governo do Estado foram contraídos por numerosos lavradores com prazo realmente curto. Em consequência de restituições feitas ao Estado no decurso do período, o débito foi se reduzindo a Rs.40.736:172\$600 em 1922, Rs.37.103:554\$700 em 1923 e Rs.35.000:000\$000 em 1924.

Em 1921, em sua primeira mensagem ao Congresso Estadual, o então Presidente do Estado, Washington Luís, colocou as dimensões do problema:

"É necessário a reorganização do Banco Hipotecário, sobre bases mais largas e mais aproveitáveis, para existência sólida e útil do crédito agrícola a longo prazo.(...) organizado como está em moldes estreitos e rijos, com recursos minguados, com uma esfera de ação limitada, o Banco não presta os serviços que a sua missão de

estabelecimento de crédito agrícola a longo prazo lhe traça e lhe impõe. Num meio agrícola volumosíssimo como o nosso, de exigências vultosas, o que marca acentuadamente o seu imenso espaço na vida nacional, o Banco Hipotecário tem a sua organização e a sua existência mais ou menos idêntica aos estabelecimentos congêneres dos últimos tempos da monarquia, tempos em que a administração era fortemente centralizada, em que a exportação, exclusivamente cafeeira, orçava por décimos da atual.

O auxílio que lhe veio trazer a lei 1544, de 30 de dezembro de 1916, não satisfaz às classes produtoras, nem ao próprio Banco, nem ao Estado. Por essa lei e conforme o contrato de 12 de abril de 1917, o Banco recebe a 5,5% em conta corrente, os depósitos das Caixas Econômicas do Estado e os aplica em operações de auxílio à lavoura, ao comércio de comissão e ao de exportação de produtos agrícolas, a juros máximos de 10%, a prazo máximo de 3 anos, nos empréstimos hipotecários, e de 6 e 9 meses nos de penhores e warrantagem.(...) entretanto, é obrigado a restituir, conforme as retiradas dos depositantes, dentro de 30 dias. Na falta, é o Governo do Estado responsável pela restituição dos depositantes, dentro dos mesmos 30 dias, segundo as disposições regulamentares das caixas econômicas.

Subindo a 54.202.643\$342 os depósitos das caixas econômicas, pode-se calcular bem, que só os recursos financeiros e o crédito do Estado de São Paulo podem dar remédio a uma situação crítica, criada por uma corrida, determinada pelo pânico. E uma corrida não é uma suposição literária. Tivemo-la no correr do mes de janeiro. O Banco, não

obstante ter os depósitos recebidos das caixas econômicas empregados aos prazos contratuais, atendeu, quanto possível, pelas quantias encaixadas. O Estado imediatamente pagou a todos depositantes, dispensado os prazos regulamentares de 30 dias, restabelecendo-se a calma aos poucos.

Mesmo antes desse fato, já o Banco Hipotecário, reconhecendo a instabilidade de tal situação, em ofício de 18 de novembro de 1920, propôs a consolidação de seu débito para com o Estado, proveniente dos depósitos das caixas econômicas (...). Importa essa proposta na reforma total da lei 1544, de 30 de dezembro de 1916, o que só pode ser feito pelo Congresso. Para ela peço a vossa atenção. Como vereis, a diferença de juros, entre 5% que o Estado paga aos depositantes e 5,5% que recebe do Banco Hipotecário - meio por cento - não cobre as despesas do custeio material das caixas econômicas, porque se despendeu a quantia de 415.666\$951 e se recebeu a de 255.284\$775, havendo, por consequência, um déficit de 176.398\$104".

Em 8 de maio de 1923, por ter partido para a Europa, por tempo indeterminado, (afirmava-se que "a serviço do nosso estabelecimento" (sic)), o sr. Ferdinand Pierre, que exerceu o cargo de presidente desde a fundação do BCHASP, renunciou ao referido cargo. Em sua substituição, na mesma data foi eleito presidente do Banco o ex-presidente do Estado de São Paulo, o deputado Altino Arantes.

No ano seguinte, através da lei n.2006 de 19 de dezembro de 1924, o Congresso Legislativo do Estado autorizou o Governo a celebrar novo

contrato com o BCHASP para o fim de elevar o capital desse estabelecimento até à soma de Rs.20.000:000\$000 (vinte mil contos de réis) em moeda nacional, conservados os prazos e as vantagens dos contratos celebrados com J. Loste & Cie..

Este novo contrato foi assinado em 25 de janeiro de 1925. O capital realizado do Banco, no valor de frs.5.012.500 e representado por 19.950 ações de 50% realizados e por 50 ações integralizadas foi convertido em Rs.3.187:950\$000, moeda corrente do país, sendo essa conversão feita pelo câmbio de Rs.636 por franco que vigorou na ocasião de ser transferida de Paris para a praça de São Paulo a primeira daquelas importâncias.

O aumento do capital do Banco de Rs.3.187:950\$000 a Rs.20.:000.000\$000 foi feito com os lucros que o BCHASP tinha realizado. O novo capital representado por 100 mil ações nominativas e integralizadas foi distribuído a seus acionistas na proporção das ações antigas que eles possuíam. Os acionistas que tiveram ações integralizadas em francos (como vimos, somente 50!) receberam 5 ações integralizadas da nova emissão e correspondentes a 50% do capital realizado naquele espécie, recebendo mais do Banco, e em moeda corrente do país, o equivalente aos restantes 50% realizados na mesma proporção em que foram distribuídas ações aos que não integralizaram seu capital...

Ficou também extinto o capital de obrigações ao portador (debêntures) no valor primitivo de Frs.40.000.0000,00, emitidas em Paris e que só restavam, naquele momento, 162 títulos que não tinham

sido apresentados por seus portadores. O novo capital de 20 mil contos gozava ainda de garantia de juros, porém ficou reduzida de 50 milhões de francos aquela importância sob responsabilidade do Estado pela garantia de juros prestada ao Banco.

O contrato regulou ainda, de maneira definitiva, o prazo e as condições do pagamento, devido pelo Banco ao Tesouro Estadual, da quantia de 30.000:000\$000 provenientes dos depósitos das Caixas Econômicas do Estado, em execução da lei n.1544 de 30 de dezembro de 1916 e do contrato de 12 de abril de 1917. O pagamento era para ser efetuado da seguinte forma: 15 mil contos de réis pagos em 14 de junho de 1939 com os juros anuais de 6%, e 15 mil contos de réis pagos até a mesma data, por meio de 29 prestações semestrais.

Em fins de 1924, quando o Governo do Estado de São Paulo negociou com o Governo Federal a compra de seus armazéns reguladores do café, uma nova política de defesa (agora permanente) do café, destinada a manter de modo persistente o lucro dos cafeicultores, substituiu a esporádica manutenção de preços mínimos. Para isto, foi criado o Instituto de Café do Estado de São Paulo, através da lei n.2004, de 19 de dezembro de 1924. Foi também criada uma taxa de viação de Rs.1\$000, ouro, por saca de café exportada, a qual serviria para garantir o empréstimo a ser tomado para a constituição do fundo da defesa, do qual, quando fosse oportuno, seria destacada uma parte para a organização de um "Banco Paulista de Crédito Agrícola", que cuidaria da concessão dos empréstimos concedidos pelo Instituto.

Em Janeiro de 1926, o Instituto já apresentava um relatório referente ao contrato realizado com Lazard & Brothers Co., de Londres, para o lançamento de um empréstimo de 10 milhões de libras, pelo prazo de 30 anos, destinado à constituição do fundo de defesa. A oportunidade era considerada excepcional, não havia mais tempo e lugar para a fundação do projetado Banco Paulista de Crédito Agrícola. Na realidade, ele já estava fundado, bastava reorganizá-lo.

O Último Relatório Annual do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo Apresentado aos Senhores Accionistas na Assembléa Geral Ordinária de 31 de Março de 1926 fazia um balanço de sua situação financeira:

"Estão atualmente em vigor 455 contratos no valor de 44.008:703\$000, sendo 338 a longo prazo, na importância de Rs.30.986.193\$530, e 117 a curto prazo, na importância de Rs.13.022:509\$770. Estes, nos respectivos vencimentos, quando não liquidados, estão sendo convertidos em contratos a prazo de cinco, dez e quinze anos, a vontade dos mutuários. Devemos informar que em geral os nossos mutuários continuam a ser pontuais na satisfação de seus compromissos, tendo sido desde a fundação do Banco muito pequeno o número de intervenções judiciais. Neste momento não existe em juízo execução de espécie alguma. O Banco não possui nenhuma fazenda. As poucas que foi obrigado a receber foram imediatamente vendidas, não tendo dado prejuízo o total destas operações.(...) Os fornecimentos para custeio das fazendas mediante penhor agrícola de café estão sendo feitos aos lavradores com os recursos do crédito de Rs.10.000:000\$000, que nos foi concedido pelo Banco do Brasil, com a responsabilidade também do

Tesouro do Estado. Achando-se grande parte de nossas disponibilidades aplicada em contratos hipotecários a longo prazo, não é possível ao Banco dar a estes empréstimos, como é de seu desejo, o desenvolvimento que deveriam ter operações dessa natureza".

Este documento representa a assinatura da "carta de confissão" de seu fracasso. Suas operações típicas - acentuadas em seu nome primitivo - o imobilizaram; sua concepção original - captar recursos externos via debêntures - não sustentou-o e o descapitalizou; sua dependência do Estado só se acentuou. Não restava outro caminho para sua sobrevivência: estatizá-lo, capitalizá-lo, reorganizá-lo. A alteração de sua denominação foi resultado destes atos, a eliminação do Crédito Hipotecário e Agrícola e a expressão do que ele de fato se tornou:

Banco do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO 2

BANCO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO: CONTEXTOS INTERNO E INTERNACIONAL

INTRODUÇÃO

"Que episódio extraordinário do progresso econômico do homem esse período que terminou em agosto de 1914! É verdade que a maior parte da população trabalhava muito e vivia num baixo nível de conforto, embora tivesse toda aparência de estar razoavelmente feliz com sua sorte. Contudo, todo homem de capacidade ou caráter tinha possibilidade de ascender às classes médias ou superiores, para as quais a vida oferecia, a baixo custo e com pouca perturbação, oportunidades, conforto, e amenidades, fora das possibilidades dos monarcas mais ricos e mais poderosos de outras épocas.

O habitante de Londres poderia pedir por telefone, enquanto tomava o chá da manhã na cama, os diversos produtos de todo o mundo, na quantidade que considerasse adequada, e esperar, com certeza, a pronta entrega dos mesmos à sua porta; simultaneamente, e pelos mesmos meios, poderia aventurar sua riqueza em recursos naturais e novas empresas de qualquer ponto do mundo, e participar, sem esforço ou mesmo preocupação, dos seus prováveis resultados e vantagens; ou então poderia resolver combinar a segurança de sua fortuna com a boa fé dos cidadãos de qualquer municipalidade importante em qualquer continente

que lhe fosse proposto pela fantasia ou pela informação. Se desejasse, poderia garantir sem demora meios baratos e confortáveis de transporte para qualquer país ou clima, sem passaporte ou qualquer outra formalidade, poderia mandar seu criado à agência vizinha de um banco para buscar a quantidade de metais preciosos que lhe parecesse adequada e, então, seguir ao exterior, para países estrangeiros, sem conhecimento de sua religião, língua ou costumes, levando o dinheiro consigo; e ele se consideraria muito ofendido e espantado com a menor interferência. Mas, o mais importante de tudo, ele considerava essa situação normal, certa e permanente, a não ser no caso de novos progressos, encarando qualquer desvio como estranho, escandaloso e evitável. Os projetos e a política do militarismo e do imperialismo, das rivalidades raciais e culturais, de monopólios, restrições e privilégios, que deveriam desempenhar o papel da serpente nesse paraíso, eram pouco mais que divertimentos no seu jornal diário, e quase nem pareciam exercer qualquer influência no curso normal da vida social e econômica, cuja internacionalização se tornara quase completa na prática" (KEYNES, J. M. *Europe before the War*. in: *The Economic Consequences of the Peace* - CWMK. London, Macmillan, 1971, V.II, pp.5-16. in: Szmezsányi, T. Keynes. SP, Ática, 1978, pp.44/5. Grifo meu, F.N.C.).

Lord Keynes, cidadão do Império britânico, provavelmente fundamentado na própria experiência, publicou esse depoimento, citado em epígrafe, em 1919. Evidentemente marcado pela nostalgia do "tempo perdido", após a Primeira Grande Guerra Mundial, fez uma caracterização fiel da internacionalização do investidor financeiro da "metrópole" que

aplicava seus recursos nas "colônias".

A investigação da gênese do maior banco estadual existente no país, o do Estado de São Paulo, revela uma situação síntese de múltiplos fenômenos econômicos e políticos passíveis de analogia com outros que se repetiriam, em circunstâncias diversas, na história econômica brasileira. Talvez o mais interessante tenha sido o interrelacionamento de capitais de diferentes origens de propriedade: estatal e privada, nacional e estrangeira. Trata-se de caso em que, sob pressão do setor privado (especialmente dos cafeicultores), a camada dirigente de convicções liberais nacionalizou e estatizou um banco fundado com capitais levantados em bolsas de valores estrangeiras.

A análise desse caso, portanto, exige que neste capítulo tomemos as informações recolhidas a partir de fontes primárias - documentos do BCHASP, atas de reunião de diretoria, relatórios de atividade anuais, etc. -, usadas no capítulo anterior, como suficientes para revelar fatos passíveis de uma explicação analítica concatenada com outras análises (em fontes secundárias), que versam sobre o mesmo período. Em outras palavras, podemos concluir sobre as circunstâncias da origem daquele que tornou-se o maior banco de Estado no Brasil.

Como foi uma situação que envolveu dimensões internas e internacionais, ou seja, foi complexamente determinada, fazer a análise somente com a "ótica endógena" seria parcial. Da mesma forma, adotar a "visão exogenista" teria um viés analítico. Podemos

adotar o corte interno/externo somente como opção metodológica para a exposição. Na realidade, revela-se equivocado o debate entre as correntes de interpretação histórica, aparentemente antagônicas, "endogenistas" e "exogenistas". A verdade, ou melhor, o real é o todo. No caso, a transferência internacional de capital para fundação do BCHASP, como qualquer fenômeno de migração, necessita ter seus "fatores de repulsão" (que justificam sua "emigração") e seus "fatores de atração" (que explicam sua "imigração") analisados simultaneamente.

Outros analistas da história econômica brasileira estudaram o movimento do capitalismo no Brasil sob dupla determinação: em primeira instância (ou imediata), a evolução "interna" ("endógena") da economia daria a direção do movimento da economia; em última instância, o momento em que se encontrasse o sistema maior (a economia mundial capitalista), do qual compunha parte, definiria seus limites. Em outros termos, estudiosos da acumulação industrial afirmaram que, devido a posição subordinada que a economia brasileira ocupava na economia mundial, seu limite em última instância seria a capacidade para importar, enquanto a barreira mais imediata seria a ausência de meios de financiamento. De qualquer forma, é evidente que seja aumentando diretamente a capacidade de importar, seja propiciando recursos financeiros para se sustentar a política de valorização do produto de exportação, sem comentar ainda seus efeitos sobre a política monetária e cambial, a entrada de capital estrangeiro, num período de expansão mundial do capitalismo financeiro, foi fundamental para o percurso da vida econômica do país.

Temos como objetivo concluir esta parte da tese articulando o contexto interno da motivação para criação no Estado de São Paulo de um banco de crédito hipotecário e agrícola com o contexto internacional que propiciou fundos para essa empreitada.

2.2- CRÉDITO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA E ATIVIDADE BANCÁRIA URBANA

A tese de livre-docência pela FEA-USP de Saes (Flávio de Azevedo Marques de. Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista:

1850-1930. SP, IPE/USP, 1986a), em área pouco explorada na historiografia paulista, propicia-nos diversos elementos para situarmos o contexto monetário-financeiro da economia em que surge o BCHASP.

Baseado na pesquisa de sua tese de doutoramento no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP (A Grande Empresa de Serviços Públicos

na Economia Cafeeira: 1850-1930. SP, HUCITEC, 1986b), Saes anota que

"há, a partir de 1870, um claro movimento de diversificação do investimento em São Paulo que se dá mesmo por meio da criação de empresas em novas atividades (estrada de ferro, transporte urbano, iluminação a gás). A concentração de riqueza, associada à dimensão relativamente reduzida dos novos ramos, acaba por multiplicar a presença das mesmas pessoas em duas, três ou mais empresas". Para este pesquisador, "o surgimento do sistema bancário em São Paulo prende-se a esse movimento mais amplo do capital paulista, detonado, sem dúvida, pelo aumento das exportações de café do planalto paulista a partir de 1850" (1986a, p.88). Cano (1977, p.31) salienta com precisão que é principalmente a partir da década de 70 do século passado que a produção paulista de café ingressa num período de vigorosa expansão.

Saes acha adequado o conceito de capital cafeeiro para expressar a característica, peculiar ao movimento do capital em São Paulo, de não

se observar, até pelo menos a década de 20 do século corrente, a especialização dos empresários em determinada atividade: "a mesma pessoa que possui fazendas, está ligada às estradas de ferro, talvez tenha vínculos com empresas comerciais comissárias ou de importação, investe em empresas de serviços urbanos e no setor bancário" (1986a, p.89). Assim, Saes utiliza-se, ao longo de seus estudos, do conceito de capital cafeeiro, que diz respeito ao capital a um tempo agrário, comercial, bancário, industrial, característico da economia paulista no período 1850-1930 (ver este conceito em Cardoso de Mello, 1975; e Silva, 1976). Só que, além disso, distingue o grande capital (vinculado ao grande fazendeiro que era comerciante, banqueiro, etc., ou seja, ao capitalista que diversificava seus investimentos, com sua residência na capital de São Paulo) e o médio capital (típico do fazendeiro do interior que residia em sua propriedade).

O capital que se poderia chamar de "cafeeiro" foi, por destino, adquirindo outras denominações: "bancário", "industrial", etc. (cf. Cano, 1977, p.86). Mas o capitalista não era sempre, originalmente, fazendeiro, como revelam os casos de Matarazzo, Crespi, etc., que só tiveram fazendas depois de terem acumulado fortuna no comércio e/ou indústria.

Na realidade, "as atividades financeiras (via crédito particular dos 'capitalistas' ou comercial dos comissários) não poderiam mais se conformar com os limites institucionais prévios, restritivos do potencial representado pelo capital já dedicado ao empréstimo". Com esta conclusão - o capital bancário em São Paulo nasce da própria

expansão quantitativa do capital cafeeiro que busca formas específicas de investimento -, Saes reforça as teses de Granziera (1976) e Tannuri (1977), afirmando que "não se pode entender, no caso paulista, o desenvolvimento bancário a partir da política monetária do Governo Central". Segundo esses autores, os bancos atuantes na economia paulista exerciam atividade de crédito, diversamente da atividade de especulação com apólices do Governo, realizada pelos bancos do Rio de Janeiro, durante o fenômeno do Encilhamento.

No entanto, embora grandes bancos privados nacionais tenham surgido - tanto o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo como o Banco de São Paulo, em 1889 - e bancos estrangeiros tenham se instalado no Estado de São Paulo - em 1906, de 13 institutos de crédito, 4 tinham sede no exterior, enquanto em 1917 dos 17 bancos existentes, 10 eram estrangeiros (Saes, 1986b, pp.181/2) -, propostas e projetos que buscavam o apoio do Estado para criar formas de crédito para a lavoura surgiam com frequência na imprensa e nos anais legislativos, na virada do século.

Eram também expressivas as propostas emergentes da própria lavoura que indicavam a possibilidade de resolver o problema do crédito por meio de associações dos próprios lavradores. Entretanto, o diminuto capital e o baixo volume de depósitos e letras descontadas dos Bancos de Custeio Rural, que eram sociedades de crédito de caráter cooperativo cujo objetivo estava em fornecer empréstimos para custeio agrícola a seus associados, levaram a um rápido desaparecimento dessa experiência.

O apelo ao governo no sentido de viabilizar o crédito hipotecário sob condições favoráveis à lavoura teve mais sucesso. Como vimos, em 1909, foi fundado o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo a partir de uma concessão do Governo do Estado (inclusive com garantias de juros) para uma sociedade francesa que se propôs fornecer crédito sob hipoteca, em especial para a agricultura.

Na verdade, já tinha surgido um banco hipotecário em 1882, que foi liquidado em 1906: o Banco de Crédito Real de São Paulo. Coexistiam neste banco a carteira hipotecária com uma carteira comercial. O Banco tinha pouco interesse em emprestar a longo prazo, na medida que até mesmo recursos obtidos com prazos mais longos eram aplicados a curto prazo, para o meio urbano e para o comércio (ver Saes, 1986a, p.127). "As instituições de crédito real, no entanto, já eram vistas com desconfiança, porque o deságio necessário para colocar letras hipotecárias no mercado tornava oneroso o empréstimo hipotecário" (p.175).

Porém, se este banco não satisfazia a lavoura, pior ficaria esta sem nenhuma instituição de crédito hipotecário e agrícola. Mas também o BCHASP foi objeto de fortes críticas. Por exemplo, em 1918, discurso na Câmara de Deputados do Estado de São Paulo, citado por Saes (1986a, p.129), dizia:

"Os felizardos acionistas do Banco Hipotecário têm, de fato, garantia de juros para 50.000.000 francos; mas até há pouco tempo, o capital realizado era insignificante e hoje, creio que não se eleva a mais de

6.000:000\$000. Francamente, o Banco Hipotecário não preenche os fins a que se destina, não faz jus aos grandes favores com que é contemplado. É provavelmente devido à quantia irrisória do seu capital realizado, e ao desvio de seus poucos recursos para sua carteira comercial, naturalmente mais lucrativa, em vista da celeridade das transações, que o Banco Hipotecário evita, por todos os meios e modos, fazer empréstimos agrícolas. Não podendo negar-se de um modo formal a fazer empréstimos à lavoura, creio eu, apresenta tais dificuldades, tem exigências tão exorbitantes relativamente a documentos e avaliações, que afugenta e escorraça todos os lavradores pretendentes. Canoniza-se um santo com mais prontidão e com menos formalidades do que no Banco Hipotecário se faz um empréstimo hipotecário ou de penhor agrícola...”.

Segundo Saes, não é difícil entender porque continuamente surgem propostas de crédito favorecido para a lavoura: crédito real, crédito hipotecário, bancos de custeio rural, formas destinadas quase sempre ao insucesso. “Mesmo a intervenção do Governo concedendo favores aos estabelecimentos responsáveis por tais meios de crédito agrícola não é suficiente para superar o problema central: a existência de setores organizados em bases capitalistas e com condições de suportar, com sua taxa de lucro, maiores taxas de juros e outras condições para os empréstimos. Basta lembrar, aqui, o desvio de recursos da carteira hipotecária para a carteira comercial do Banco de Crédito Real de São Paulo e ainda o testemunho do então presidente do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo, Altino Arantes, ao admitir que a instituição realizava operações sob hipoteca de prédios

urbanos, quando seu objetivo principal era o crédito agrícola" (p.191).

É possível entender, portanto, porque a questão do "crédito para a lavoura" sempre se mostrou bastante complexa. Um banco quando concedia um crédito agrícola enfrentava não só problemas de liquidez - o crédito de custeio normalmente é anual, dado o ciclo do produto -, de segurança - o risco de quebra de safra por problemas climáticos, pragas, etc. - e/ou de superprodução - com surgimento de estoques invendáveis sem abaixar o preço. Além desses, havia o problema central de rentabilidade, ou seja, a fazenda de café, baseada no colonato, e com os vínculos comerciais então vigentes, não suportava realizar os dispêndios característicos dos demais setores da economia já organizados em bases capitalistas.

Estes argumentos confirmam as conclusões de Saes, alcançadas por meio de pesquisa empírica, de que "o sistema bancário, consolidado ao longo da Primeira República, voltou-se principalmente para as atividades urbanas. Neste sentido, reafirmamos a hipótese de que o desenvolvimento bancário corresponde a certo estágio de desenvolvimento do capitalismo, de modo a permitir a transferência de recursos monetários do todo da sociedade para os setores pioneiros e ainda reforçar a tendência de concentração das atividades inerentes ao funcionamento do sistema. Evidentemente, estamos identificando os setores capitalistas com um conjunto de atividades, cujo núcleo se situa nas cidades, envolvendo os ramos de transporte, serviços públicos, até atingirmos o desenvolvimento da grande indústria" (p.191).

Além de apenas algumas atividades urbanas serem capazes de satisfazer às condições impostas pelo crédito bancário no tocante à segurança (garantias oferecidas: prédios urbanos), à liquidez (prazo de empréstimo conveniente ao tempo necessário de rotação do capital) e à rentabilidade (possibilidade de pagar a taxa de juro vigente no mercado), há outros motivos para os bancos optarem então por constituírem atividade essencialmente urbana, na capital de São Paulo.

Sabemos que o aumento da circulação monetária no espaço interno da economia amplia a possibilidade de surgimento de saldos monetários ociosos. Esta é condição para viabilizar o desenvolvimento bancário, ao lado, evidentemente, da prévia constituição de um capital que possa ser mobilizado nessa atividade. Os bancos têm possibilidade de, utilizando esses saldos monetários ociosos via mecanismo contábil depósitos-empréstimos-depósitos, multiplicarem meios de pagamento. Assim, os depósitos bancários, representados na prática pelo uso do cheque, ganham o estatuto de moeda como meio de circulação.

Saes chama a atenção de que, "evidentemente, para que isso ocorra devemos pressupor certo estágio de desenvolvimento dos bancos dentro da sociedade em que estão estabelecidos: uso e aceitação do cheque, tendência a transferir saldos monetários ociosos para depósitos bancários. Sob tais condições, o banqueiro tem a possibilidade de criar moeda por uma operação contábil: abre um crédito para um industrial, comerciante, etc., que vai, por sua vez, utilizá-lo para pagar outros agentes da economia" (1986a, p.185). Cano (1977, p.96

também destaca os bancos como mais uma "fonte" de capital para a continuidade do crescimento do complexo econômico paulista.

O grande capital paulista possuía um mecanismo de autossustentação de suas empresas de crédito: elas faziam operações vinculadas com as outras grandes empresas do grupo econômico (comerciais, ferroviárias, industriais, de transporte urbano, etc.), normalmente sediadas na cidade de São Paulo, tendo assim uma clientela privilegiada de depositantes e tomadores de empréstimos.

Saes mostrou que o sistema bancário concentrava-se na capital do Estado de São Paulo. Os bancos locais do interior tinham reduzidas dimensões e os bancos da capital só instalaram agências no interior no fim da Primeira República. Concluiu, portanto, que "a moeda bancária serviu, fundamentalmente, para acionar a economia urbana, em especial da cidade de São Paulo. O financiamento do comércio cafeeiro, também realizado pelos bancos, chegava apenas de modo limitado ao fazendeiro de café, dadas as próprias condições - prazos e taxas - com que é realizado". Em outras palavras, "a moeda bancária só circula de modo limitado nas localidades do interior". Em suma, predominava aí a circulação de papel-moeda. Recorria-se a outras formas de financiar que não dependesse de bancos. Há que lembrar, por exemplo, o papel do comissário, o agente urbano que emprestava, direta ou indiretamente (via aval bancário), ao fazendeiro.

Cano (1977, p.82) estima que, em 1927, numa fase de expansão, em zona "pioneira" ou "madura", os intermediários financeiros teriam uma

apropriação equivalente a 14% do valor bruto da produção cafeeira, o que revela que o café tinha então condições financeiras de pagar taxas de juros do financiamento.

No período anterior à década de 20 inexistia Câmara de Compensação, que incentivasse a aceitação generalizada do cheque, e respaldo de autoridade monetária para operações de redesconto. A dificuldade maior, portanto, para a instalação de atividade bancária corriqueira no interior do Estado, junto às áreas tomadoras de crédito agrícola, referia-se à falta de mecanismos institucionais e de densidade econômico-financeira da região, com relativa estabilidade, no sentido de atender às pré-condições para o funcionamento do financiamento bancário: possibilidade de operação do multiplicador monetário e satisfação estável do trinômio segurança-liquidez-rentabilidade na aplicação de dinheiro. Os lavradores pressionavam o governo do Estado para solucionar o problema. Não foi este, no entanto, bem sucedido na sua tentativa indireta - apoiando com garantia de juros a concessão para uma sociedade bancária francesa atuar em crédito agrícola e hipotecário - de compensar, com uma atuação desenvolvimentista no mercado de crédito, o que o sistema bancário privado não cumpria: irrigar com recursos financeiros as regiões produtoras agrícolas.

2.3- POLÍTICA MONETÁRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Saes percebe com muita argúcia o conjunto de interesses vinculados à política monetária na Primeira República. "Por um lado, temos aqueles que necessitam da moeda (seja papel-moeda ou moeda metálica) como meio de circulação, logo dotado de elasticidade para atender às necessidades de cada momento. Como evidenciamos, a 'lavoura' defende de modo característico esta postura. Por outro lado, há grupos que desejam a moeda nacional como equivalente da moeda 'universal': para estes, o padrão ouro resolveria todos os problemas pois garantiria o valor metálico da moeda nacional, logo sua conversibilidade imediata em metal ou moeda metálica estrangeira. Identificamos nas grandes empresas de serviços públicos um dos núcleos favoráveis ao padrão ouro, ao qual se associam, por exemplo, os representantes de credores e de empresas estrangeiras instaladas no país. Por último, devemos considerar os interesses vinculados à moeda bancária, representados antes de mais nada pelos próprios bancos" (1986a, p.185).

Havia dois polos na polêmica monetária "metalismo" versus "papelismo". A postura crítica à conversibilidade da moeda era identificada com a "lavoura" (o conjunto de fazendeiros de café, residentes no interior e que vivia, principalmente, da renda derivada da exploração de suas terras). À esta, a proposta de conversibilidade da moeda significava, simultaneamente, sinônimo de política monetária restritiva, pois implicava em restringir o meio circulante (interno) dada a inevitável insuficiência de metal para lastro monetário, e ameaça de valorização da moeda nacional, o que reduzia a receita de

exportação obtida em moeda nacional.

A proposta de emissão de papel-moeda não lastreado (sempre em sequência à queixa pela escassez de meio circulante e de crédito) seria vantajosa para a lavoura por ampliar a base do crédito e também porque evitaria a valorização da moeda nacional, resultado provável da compra de estoques excedentes feita com empréstimos obtidos no exterior.

Reconhecia-se o caráter distributivo das variações da taxa de câmbio. No entanto, diferentes lugares no processo produtivo e no de circulação conduziam a perspectivas distintas do problema monetário e cambial. " À lavoura, os movimentos cambiais devem-se à especulação; ao comércio, que atua no mercado cambial, coloca-se o problema da oferta e procura de divisas, ou seja, de recebimentos de divisas geradas por exportações e pagamentos a serem feitos em ouro (importações, remessas, viagens internacionais, etc.)" (Saes, 1986a, p.167).

As pressões para valorização do câmbio por meio de políticas restritivas dos meios de pagamento decorriam das condições impostas pelos credores internacionais para atender às solicitações de crédito do governo brasileiro. A este interessava também diminuir o custo cambial do serviço da dívida externa sob sua responsabilidade. Havia também "o peso ideológico da doutrina econômica dominante que entendia ser o valor da moeda de um país a expressão da riqueza nacional. Ao mesmo tempo, inspirada no padrão metálico, essa doutrina define as

medidas necessárias ao saneamento da moeda, medidas essas que encaminham sempre à conversibilidade via redução do papel-moeda em circulação quando considerado excessivo" (Saes, 1986a, p.169).

Portanto, o discurso oficial fazia a defesa da doutrina "ortodoxa". O Governo Federal devia estabelecer os ajustes entre os fluxos internacionais (comerciais ou financeiros) e a economia interna.

Já os múltiplos interesses do grande capital de São Paulo tendiam a identificá-lo com as políticas de valorização do meio circulante, pois o declínio cambial elevava os custos em insumos importados de suas empresas de transporte, de serviços públicos. Entretanto, "é inegável que o grande capital abarca múltiplas atividades além das referidas (comércio, bancos, certas indústrias) e nem todas necessariamente se beneficiam da valorização do câmbio (como, por exemplo, a própria face agrária do grande capital). Ainda assim, parece compreensível que emergissem daí propostas que endossam as políticas 'ortodoxas' levadas à frente pelo Governo Federal. Sem dúvida, a Caixa de Conversão, ao conciliar estabilidade do câmbio e expansão do meio circulante, com lastro metálico, associa as condições para plena aprovação pelo grande capital em suas várias faces" (Saes, 1986a, p.171).

Portanto, a prolongada polêmica entre metalistas e papelistas adquire características peculiares quando a situa sob a perspectiva dos diferentes interesses vinculados ao processo de produção e de circulação.

Saes indica a existência, dentro da economia paulista, dessas visões e interesses distintos. "Por um lado, o metalismo era reforçado por aqueles que viam a necessidade de manter elevado o nível do câmbio (ou o valor da moeda nacional em relação à libra). Por outro lado, o papelismo ganhava forças em torno de propostas concretas de emissão para socorrer a lavoura em periódicas crises. As novas condições da economia paulista se viam expressas, nos anos vinte, por ações de grupos de banqueiros: sua postura face à política monetária começa a se distanciar do binômio metalismo-papelismo para buscar as condições adequadas à expansão da moeda bancária. Propostas como a Carteira de Redescontos, Caixa de Compensação, Banco Central são típicas de novas perspectivas" (1986a, p.192).

Entretanto, "esses interesses relativos à política monetária, embora divergentes, não eram inconciliáveis. A experiência com a Caixa de Conversão (de 1906 a 1914) e com a Caixa de Estabilização (de 1926 a 1929) permitem tal conclusão. A Caixa de Conversão possibilitou expansão do meio circulante por meio de moeda conversível, satisfazendo, pois, aos dois grupos de interesses. Como a própria moeda bancária não era prejudicada por esse mecanismo, não se observam maiores restrições ao funcionamento da Caixa de Conversão. As disputas situam-se ao nível do câmbio a ser estabelecido para converter a moeda emitida em divisas, disputas passíveis de resolução. O sucesso da experiência de 1906 inspira sua retomada em 1926. Certamente, os prejuízos de sua liquidação em 1914 já haviam sido esquecidos, assim como as condições para seu funcionamento, qual seja o permanente 'superavit' nas contas externas (comércio, serviços e capital)" (Saes,

1986a, p.186).

Para garantir o caráter monetário da moeda bancária havia necessidade de instituições adicionais: em 1921 houve o estabelecimento tanto da Câmara de Compensação, que levou à aceitação mais ampla do cheque, como o da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, que, respaldando os bancos em momentos de crise de liquidez, levou à mudança da política de caixa desses bancos. Assim, o sistema bancário a partir dos anos 20 ganhou melhores condições institucionais para ampliar a oferta monetária através do multiplicador bancário.

A disputa pelo controle da política monetária sempre foi acirrada em razão dos resultados distributivos da emissão monetária. Por um lado, "o sistema bancário, ao criar moeda, consegue absorver parte do produto social por meio dos juros cobrados". Por outro, "o próprio Estado, ao emitir moeda de curso forçado, pode provocar efeitos distributivos, de acordo com o destino dessas emissões" (Saes, 1986a, pp.186/7).

Como vimos, "não era a lavoura de café em si a beneficiária do desenvolvimento do crédito, embora este se desse no seio da economia cafeeira". O crescente volume de recursos emprestados pelo sistema bancário se dirigia, por preferência, para as atividades urbanas. "Daí a emergência constante de conflitos entre a lavoura e seus credores e de pedidos ao Governo para o estabelecimento de linhas especiais de crédito" (Saes, 1986a, p.192). Os incentivos governamentais para a instalação do BCHASP brotaram da tentativa de atendimento dessas reivindicações dos proprietários de fazendas de café.

2.4- OPORTUNIDADE DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Constata-se na história bancária brasileira que, nos momentos em que foi posta em questão a soberania nacional, durante as duas Grandes Guerras Mundiais, as posições nacionalistas a respeito do sistema bancário obtiveram maior sucesso. Topik (1979) mostra que foi assim na Primeira Guerra, quando estancou o fluxo de entrada de capital estrangeiro, aumentou o repatriamento de investimentos anteriores, e a queda das exportações trouxe a escassez de moeda estrangeira e levou ao "funding loan". Para evitar a contínua saída de ouro (com o argumento "que ajuda a Alemanha"), o Estado brasileiro abandonou então suas convicções liberais e resolveu inspecionar as transações internacionais de todos os bancos, antes que fossem completadas, além de decidir a expulsão de todos bancos e companhias de seguro alemães (o que não foi colocado em execução), que, juntamente com os britânicos, predominavam até então.

Antes de 1914, havia uma ausência marcante de leis diretamente aplicáveis em negócios bancários e de controle governamental. Na verdade, a maioria da classe dominante considerava os bancos estrangeiros uma dádiva, pois seriam "a vanguarda do investimento externo" e facilitariam as exportações. Porém, a predominância de bancos estrangeiros no Brasil, até então, despertava a ira de muitos nacionalistas brasileiros, que acusavam-lhes de provocar efeitos deletérios na economia, principalmente de aumentar o déficit do balanço de pagamentos ao repatriar seus lucros, facilitar importações e servir de meio dos imigrantes enviarem seus ganhos para fora do

país.

A pesquisa histórica de Topik mostra que os bancos estrangeiros, formados em sua maioria por banqueiros e comerciantes dos países de origem, relutando em colocar brasileiros em cargos administrativos (para não transmitir-lhes experiência e informações especiais de mercado), ocupavam-se predominantemente das operações cambiais, deixando para os bancos nacionais as transações bancárias domésticas.

Objetivavam facilitar as relações comerciais internacionais com o Brasil, principalmente a importação de produtos de seus países de origem. Pelo acesso de suas matrizes a muitas divisas estrangeiras eram os agentes de empréstimos externos, pelos quais os mutuários brasileiros utilizavam seus serviços para saldá-los. Possuíam então não só vantagens de capital, do câmbio e das informações fornecidas por suas matrizes (que transmitiam somente a seus compatriotas), como também clientela garantida nas grandes comunidades envolvidas com comércio estrangeiro no Brasil, que utilizavam serviços de bancos de seus respectivos países.

Assim, alocavam pouco capital no comércio interno e quase nada na agricultura ou indústria, preferindo manter empréstimos de curto prazo ao comércio exterior e altas reservas de caixa. Nas raras ocasiões que investiam na atividade produtiva transacionavam com companhias de propriedade estrangeira, geralmente da mesma nacionalidade que o banco. Portanto, os bancos estrangeiros reforçavam a posição de controle da propriedade por estrangeiros na economia, numa

complementariedade de interesses.

Com o precedente aberto na Primeira Guerra, em que o principal objetivo não era a proteção dos bancos brasileiros, mas sim a proteção do orçamento e do balanço de pagamentos, mais as pressões nacionalistas, a União, apesar da relutância, foi forçada a regular o sistema bancário mais efetivamente. A reforma bancária de 1921, entre outras medidas, continuou a política de tempo de guerra de aprovação prévia de exportação de metais preciosos; criou a Inspetoria Geral dos Bancos para supervisionar as transações cambiais; forçou os bancos estrangeiros a trazer capital para o país em vez de utilizar de depósitos de brasileiros, pois passou a só dar autorização para funcionamento com um montante mínimo de capital depositado no Banco do Brasil ou no Tesouro Nacional; além de dar prazo para realização de seu capital total; tomou medidas para proteger depositantes e/ou credores brasileiros, em caso de falência das filiais estrangeiras; proibiu a discriminação de brasileiros em cargos administrativos; e exigiu o mínimo de 50% dos funcionários serem cidadãos brasileiros (ver Topik, 1979, pp.411/2).

Houve uma reação hostil à legislação brasileira. A reforma bancária de fato perturbou o capital bancário estrangeiro, haja vista que entre 1917 e 1921 tinham entrado 9 novos bancos estrangeiros e, entre 1921 e o final da Primeira República nenhum banco estrangeiro estabeleceu-se no país. Pelo contrário, houve fuga de capital estrangeiro após a crise de 1929.

O fato foi que, segundo Topik, "em 1926, São Paulo - o estado brasileiro mais próspero e dinâmico - tinha apenas 9 bancos nacionais em contraste com 13 bancos estrangeiros. Os bancos nacionais existentes demonstravam relutância em expandir empréstimos a longo prazo, preferindo empréstimos comerciais a curto prazo que podiam ser movimentados mais rapidamente. A inflação, as flutuações do câmbio, e o rápido esgotamento da produtividade de terras pelos fazendeiros - especialmente nas plantações de café - tornavam as hipotecas pouco atrativas à iniciativa privada. Em 1912, indivíduos, e não instituições de crédito, garantiam 82,5% de todas as hipotecas em termos de valor. Essas iniciativas partiam provavelmente de comerciantes e comissários que ofereciam adiantamentos de curto prazo muito mais que empréstimos de longo prazo. Os emprestadores manifestaram sua hesitação em financiar a expansão da agricultura em 1912 empregando mais da metade em imóveis urbanos e suburbanos. O sistema bancário da República, especialmente no início, não estava adequado para estimular a industrialização nem para financiar um setor agrícola sofisticado e próspero" (p.404).

Durante o Império e os primeiros anos da República, o mercado de câmbio permaneceu sob o domínio dos banqueiros privados estrangeiros. O governo federal envolveu-se no mercado de câmbio muito mais diretamente, após a política deflacionista de Murinho precipitar a crise bancária no final do século XIX, através da retirada de circulação de grandes quantidades de moeda, que acabou levando o Banco da República à derrocada. O governo operava através deste banco, para permanecer fiel às suas convicções liberais, com fundos federais,

buscando a sustentação da taxa cambial. O governo assumiu seu controle em 1905. Com o nome de Banco do Brasil, tornou-se o agente governamental no mercado de câmbio. Assim, "em vez de utilizar um banco privado para operações cambiais como anteriormente, o Estado empregava um banco privado por ele controlado e do qual tinha parte da propriedade (a maioria era de acionistas privados, muitos dos quais franceses). Porém, os políticos ainda optaram por submeter-se ao mecanismo de mercado para controlar o câmbio em vez de regulá-lo através de legislação" (Topik, 1979, pp.406/7).

O "desvio" seguinte, por parte dos dirigentes brasileiros, de sua pureza ideológica liberal, em reação a longa pressão exercida pelos cafeicultores (com forte resistência do parlamento), foi a criação, em 1906, de uma instituição federal para manter o valor do mil-réis: a Caixa de Conversão, que empregava fundos federais para comprar e vender moeda estrangeira de maneira anti-cíclica, além de emitir notas com lastro-ouro a fim de substituir as notas não conversíveis do Tesouro. A política de sustentação de preços do café, a partir do Convênio Taubaté, em 1906, levou os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - estados produtores de café - a recorrerem a banqueiros internacionais, a fim de que lhes fornecessem os recursos com os quais pudessem estocar parte do produto, deixando-o fora do mercado, para elevação do preço. Topik explica o mecanismo da política de valorização do café e relaciona-o com a criação da Caixa de Conversão. "Os estados emprestaram aos fazendeiros 80% do valor de suas colheitas - montante que deveria ser amortizado quando os estados vendessem o café estocado. O empréstimo foi feito em mil-réis, mas o

café seria vendido no exterior em moeda estrangeira. Caso a taxa de câmbio do mil-réis subisse repentinamente, os fazendeiros receberiam menos mil-réis por libra de café vendido no exterior e, conseqüentemente, teriam dificuldade para amortizar os empréstimos estaduais. Portanto, os fazendeiros exigiram que o governo federal assegurasse que a taxa de câmbio permaneceria estável. A União criou a Caixa de Conversão exatamente com este propósito". Importante destacar que "além de ajudar os fazendeiros, a estabilização da taxa de câmbio incentivou o investimento estrangeiro porque a repatriação dos dividendos seria mais previsível" (p.407).

Além das atividades principais dos bancos estrangeiros no Brasil - financiamento do comércio externo e especulação cambial -, outra atuação com relativa importância estava relacionada com a dívida externa pública, tanto a nível federal, quanto a nível estadual. "De modo geral, os empréstimos aos governos eram feitos por emissão de apólices colocadas principalmente no mercado europeu por meio de agentes financeiros estrangeiros. Esses agentes eram também responsáveis pelo pagamento dos juros e das amortizações aos detentores de apólices. Desse modo, passavam a manter contato permanente com o governo emissor das apólices" (Saes, 1986a, p.115).

Fica evidente, portanto, que o financiamento externo, que sustentou a valorização do café em São Paulo, propiciou possibilidade de participação de empresas estrangeiras. O vulto dos empréstimos e a obrigatoriedade de intermediação de banqueiros garantiam ampla e segura margem de comissões à instituição bancária ligada àquelas

empresas estrangeiras.

Podemos concluir, como faz Saes, que "a primeira década deste século foi particularmente favorável à entrada de capital estrangeiro. Mais do que o próprio Funding-Loan de 1898, o Convênio de Taubaté e a Caixa de Conversão criaram tais condições para o capital estrangeiro: o Convênio de Taubaté ao impor os empréstimos externos como fonte de recursos para a compra de estoques excedentes de café; a Caixa de Conversão, ao fixar uma taxa que favorecia a entrada de divisas estrangeiras" (1986a, pp.137/8).

Vistas as circunstâncias institucionais internas extremamente favoráveis à entrada de investimento estrangeiro, na época da fundação do BCHASP, tentaremos agora observar sob o ponto de vista externo, ou seja, sob a ótica do investidor estrangeiro, o que significava a oportunidade de investimento num país subdesenvolvido, no início do século.

2.5- CONTEXTO INTERNACIONAL

Em sua tese de doutoramento, Saes nos fornece uma pista para seguirmos o rastro do caminho percorrido pelo capital francês aplicado na fundação do BCHASP, quando anota que houve "em certos momentos, verdadeira orgia de constituição de companhias, no exterior, para operarem empresas já existentes no Brasil, até então dominadas pelo capital nacional. É provável que (...) tais companhias tivessem como fim específico o 'ganho do fundador' e não tanto o lucro da operação das empresas internamente" (Saes, 1986b, p.26).

Hilferding (1910), ao analisar a relação das sociedades por ações com as Bolsas de Valores no início do século XX, conceitua o "ganho do fundador" que surge dessa forma de organizar empresas. "Se o acionista aparecer como simples 'capitalista financeiro' (ou 'rentier'), é possível que surja uma defasagem entre a taxa de lucros da empresa e a taxa de dividendo a ser paga. Como o dividendo pode ser regulado pela taxa de juros de mercado, havendo um diferencial entre taxa de juros e de lucro, há também uma parcela do capital que não estará sendo remunerada de acordo com o lucro obtido. Daí surgir o que Hilferding chama do 'ganho do fundador' da empresa: como a taxa de lucro usualmente é maior do que a de juros, o volume de capital efetivamente empregado para pagar os dividendos é menor do que o capital nominal (subscrito em ações). O diferencial entre esses dois 'capitais' seria absorvido pelo fundador da empresa" (Saes, 1986b, pp.25/6).

Outro grande estímulo para o estabelecimento de empresas no Brasil por

parte do capital estrangeiro, com emissão primária de ações em bolsa de valores européias, parece ter sido a concessão de "garantia de Juros" pelo Governo (baseado numa lei de 1852), o que preenchia o item "segurança" na avaliação da seleção do investimento na carteira de ativos do investidor europeu.

Lembramos que, no caso do BCHASP, somente quando o Governo do Estado de São Paulo aumentou a margem de "garantia de Juros" (ouro), referente ao capital aplicado no estabelecimento bancário, que os capitalistas franceses resolveram arcar com o empreendimento. Provavelmente, muitas empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil nesse período tiveram como principal fator de atração (senão o único) a "garantia de Juros" por parte do Governo, quando este queria incentivar o investimento. Neste sentido, a estes capitais estrangeiros, instalados sob a proteção da "garantia de Juros", a empresa interessaria menos pela sua finalidade própria do que como aplicação financeira. Não nos parece que especuladores da Bolsa de Valores francesa pretendessem imobilizar capital no crédito agrícola e hipotecário numa ex-colônia portuguesa, se não houvesse um retorno financeiro imediato garantido, ou então oportunidade de especular com o papel no mercado secundário. Por mais que fosse atraente o aroma do café ao olfato europeu...

Diante da crise cafeeira de 1897-1910, os lavradores não aceitavam a hipótese de superprodução, na medida em que a solução podia implicar na eliminação dos "produtores marginais" (com produtividade menor, que não eram poucos), e realizavam seu diagnóstico em cima do problema

que os afetava diretamente: "o crédito, cuja escassez os obrigava a enfrentar condições pouco favoráveis na obtenção de empréstimos e que, pela hipoteca de suas terras, podia levá-los à insolvência e à falência. Articulava-se a necessidade de crédito com o problema da especulação: dotado de recursos para enfrentar as despesas da produção, o lavrador poderia reter sua safra até que esta atingisse melhores preços" (Saes, 1986b, p.134).

A forma em que foram tratados os problemas emergentes desde o final do século anterior (o da crise no mercado internacional de café e do câmbio) - com o Funding Loan de 1898 assumiu-se o compromisso de valorizar o câmbio, por meio de uma violenta política monetária restritiva, e com o Convênio de Taubaté em 1906 adotou-se o compromisso de manutenção da paridade cambial por meio de política monetária lastreada em ouro - acabou por levar a uma maior "internalização" do capital estrangeiro ou, vice-versa, a uma maior "internacionalização" da economia brasileira. Por um lado, o capital estrangeiro tinha interesse econômico envolvido na proposta do Funding Loan, pois "estava em jogo a possibilidade de retorno de empréstimos realizados". Por outro, "embora a defesa (do café) proposta exigisse, em princípio, apenas recursos em mil-réis para compra de estoques excedentes de café, é claro que dentro dos pressupostos então vigentes de política monetária e cambial, a solução da defesa implicava obtenção de recursos por empréstimos no exterior: esta seria a única forma de realizar a defesa sem emitir moeda inconvertível e sem pressionar o câmbio para baixo" (Saes, 1986b, p.164).

Tratava-se de uma ligação financeira internacional que permitia a extração de parte do excedente gerado na produção cafeeira por meio de juros do financiamento. Porém, a necessidade de recursos do exterior para manter o câmbio estável não era só suprida sob a forma de empréstimos em moeda, mas também sob a forma de empresas que realizavam investimentos diretos no País. Atraíram também o capital estrangeiro, na virada do século: o Encilhamento, a borracha, obras públicas, investimento industrial, estradas de ferro, etc..

Como os empréstimos em moeda estrangeira forneciam as condições para o esquema de valorização do café, o próprio setor bancário não ficou imune ao maior avanço do capital estrangeiro com abertura de novas agências e até fundação de novos bancos com maioria acionista estrangeira, como foi o caso do BCHASP. Portanto, "parece certo que o aumento do número de bancos podia ser, em parte, sustentado por condições favoráveis no mercado de café até o início da Primeira Guerra e pela política de valorização, à qual se associava a entrada de capitais do exterior" (Saes, 1896b, p.182).

Já que a expansão do sistema bancário ainda se limitava a operações de empréstimos para "atividades urbanas", o BCHASP foi fundado visando, do ponto de vista interno, resolver o problema do crédito para a lavoura, especialmente cafeeira. Apesar disso, Saes afirma que "o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola de São Paulo já nascia sob a perspectiva pessimista por seu crédito ter por base a hipoteca das terras do agricultor e na proporção de um terço à metade da avaliação

das terras; um deputado anotava que:

De fato, nenhum agricultor, ou estivesse em más condições de fortuna.

ou estivesse em regulares condições de fortuna, iria entregar a sua

fazenda sob hipoteca, para levantar apenas a terça parte do valor

dela. De sorte que prevalecendo aquela disposição legal, os contratos

hipotecários não seriam feitos pelo banco, pelo menos por solicitação

de qualquer agricultor" (Discurso de Pedro Toledo nos Annaes da

Sessão Ordinária de 1909, apud Saes, 1986b, p.183). Como vimos, o

BCHASP foi em 1926 encampado pelo Governo do Estado de São Paulo porque suas operações não satisfaziam nem suas finalidades nem a necessária eficiência operacional.

Saes pretende "entender apenas as condições internas da produção e comercialização das mercadorias brasileiras que favoreciam o avanço do capital estrangeiro", pois não se propôs avançar no entendimento do "porque a economia mundial libera capitais para investimento no Brasil (e no resto do mundo) nesse período". Isto porque "este problema - núcleo das discussões a respeito do Imperialismo - nos levaria além dos limites que nos impõe a temática" (Saes, 1986b, p.207).

Assim, este autor, apesar de achar que as razões que possibilitaram a mais intensa penetração do capital estrangeiro entre 1906 e 1914 eram complexas, incluindo "tanto as condições da economia mundial (que 'libera' os capitais para sua aplicação no Brasil) quanto as condições internas da produção brasileira que tornariam aceitável ou desejável tal afluxo de capital", abriu mão da consulta à bibliografia clássica sobre o tema imperialismo e exportação de capitais.

No entanto, ele afirma que "no caso brasileiro, o Imperialismo encontrou apoio dentro do próprio País (até de grupos não imediatamente beneficiários da presença do capital estrangeiro). Acredito que esta observação permite compreender melhor o Imperialismo como um estágio do desenvolvimento do capitalismo, não apenas no sentido de que os países capitalistas avançados necessitam exportar seus capitais, mas especialmente no sentido de que a forma de desenvolvimento dos países periféricos praticamente exige a entrada de capitais estrangeiros a fim de manter as condições de sua reprodução, resultado claro de sua forma de integração - subordinada - à economia mundial capitalista" (Saes, 1986b, p.285). Na realidade, a subordinação - em última instância - estava em relação à capacidade de importar.

Outra contribuição deste autor, no sentido de avançarmos na questão do entendimento da razão do período próximo ao deflagrar da Primeira Guerra Mundial caracterizar-se por acentuada tendência à exportação de capitais por parte dos países europeus, especialmente para o nosso estudo de caso, é a "descoberta" de um livro de mais de trezentas páginas, escrito em francês por Emile Quoniam de Schompré, chamado *La Bourse de São Paulo* (SP, Typ. Casa Garraux, 1911) em que registram pormenorizadas informações sobre essa instituição e sobre as companhias cujos títulos podiam se negociar na Bolsa. "O autor, vice-presidente do Conselho de Administração do Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo (...), procurava convencer os leitores das vantagens e da segurança de investir em empresas do Estado de São Paulo" (Saes, 1986b, p.219).

Portanto, trata-se de uma pista importante para denunciar o caráter especulativo do empreendimento BCHASP, sob o ponto de vista dos mercados bursáteis do "Velho Mundo", no sentido que visava atrair, para o Brasil, aqueles capitais que buscavam novas formas de aplicação no "Novo Mundo".

A entrada de capitais estrangeiros no Brasil dependia obviamente da ação combinada de fatores associados ao nível interno de atividade econômica e à oferta de capitais nos mercados financeiros dos países centrais.

Ana Célia Castro (1979) mostra que a maior entrada de capital estrangeiro se verifica em momentos em que já se encontram asseguradas elevadas taxas de retorno sobre o capital. "Em suma, a entrada de empresas estrangeiras no Brasil pode ser estudada a partir da fase do ciclo das economias avançadas e das oportunidades cambiantes de investimento no Brasil" (p.17).

Como vimos, Neuhaus (1975) atribui a entrada contínua de empréstimos estrangeiros para os Governos federal, estaduais e municipais, desde 1907, "tanto ao bom crédito externo do País quanto aos incentivos que os europeus passaram a ter para com o investimento em títulos estrangeiros, dados os recentes aumentos da taxaço sobre os títulos domésticos na França, Alemanha e Inglaterra" (p.33).

Segundo Abreu (1985), "a 'velha' dívida pública brasileira foi acumulada através do lançamento de bonds via merchant bankers

operando nas principais praças financeiras internacionais. Estes títulos rendiam taxas de juros nominais fixas, sendo detidos basicamente por pessoas físicas ou por trust funds. As variações da taxa de juros no mercado internacional não tinham, portanto, qualquer impacto sobre o montante de juros a ser pago pelos devedores. A operação deste sistema era possível num mundo em que a taxa de juros nominal oscilava dentro de intervalo bastante limitado: entre 1824 e 1914 a taxa de rentabilidade de consols em Londres oscilou entre 2,5% e 3,8% ao ano; entre 1914 e 1930 alcançou um valor máximo de 4,6% (p.173). Portanto, sem taxas de juros flutuantes, os países devedores eram menos vulneráveis à elevação da taxa de juros nos mercados internacionais.

Este pesquisador dá uma ênfase especial à determinação externa, pois salienta que, no período de sua pesquisa (1824-1931), "grosso modo a entrada de recursos no Brasil acompanha a tendência da exportação total de capitais por parte da Grã-Bretanha, isto é, em geral a redução ou o crescimento da entrada média de recursos acompanha a contração ou expansão das exportações britânicas de capital" (p.175).

O historiador inglês Barrat Brown (1976) afirma que "todo o mercado de capitais da City de Londres estava dirigido para as inversões estrangeiras. Os empréstimos outorgados a governos estrangeiros foram muito rentáveis para os estabelecimentos mercantis londrinos já que para os investidores entravam altas taxas de juros e um bom grau de segurança. As inversões para o desenvolvimento interno simplesmente pareciam não oferecer a mesma

segurança que os bônus internos e externos para entesouramento. Segurança era o que a crescente classe de rentistas queria. De tempo em tempo os fracassos afugentavam os investidores do campo externo, porém isto não os levava necessariamente a investir no país, e se o faziam, não era na indústria mas sim na construção, nas ferrovias ou no governo local. Porque os fracassos eram ainda mais frequentes internamente, em particular até fins da década de 1870" (p.165).

Porém esta orientação para os "mercados de ultramar" não era privativa do mercado financeiro de Londres; também o Estado inglês prestou a maior proteção aos investidores no exterior. Na verdade, "os bancos comerciais de Londres que estavam dedicados a financiamentos no exterior não só dominavam a economia; seguramente dominavam inclusive os círculos governamentais" (Barrat Brown, 1976, p.186).

A City de Londres dominava a economia britânica. A riqueza desta já não derivava, preponderantemente, da indústria manufatureira, na primeira década do século XX, mas sim da emissão, promoção e administração de empréstimos externos, da corretagem e do seguro, da emissão de letras para financiar o comércio através de todo o mundo. "As finanças britânicas não tinham então a necessidade de cultivar o campo restrito do império, quando o mundo inteiro estava ainda aberto a elas, quando o mercado de capital de Londres era preponderante e quando a libra esterlina era equivalente ao ouro" (Barrat Brown, 1976, p.187).

Uma pesquisa em arquivos franceses (Saes & Szmrecsányi, 1985) revela

que "os capitais franceses no Brasil não assumiram, em momento algum, proeminência comparável à dos capitais ingleses ou norte-americanos. No entanto, entre 1900 e 1914, o mercado de capitais de Paris foi palco de repetidos lançamentos de títulos brasileiros (emitidos pelo Governo Federal e por governos estaduais e municipais, bem como debêntures de empresas brasileiras ou de empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil)" (p.210).

Essa pesquisa mostra, por exemplo, que os negociantes franceses de café foram os primeiros a se manifestar contra a Valorização do Café, a partir do Convênio de Taubaté. Esta postura crítica à intervenção brasileira no mercado de café fez a maior pressão quando, em 1908, o governo do Estado de São Paulo estava na iminência de obter um empréstimo em Londres, a ser parcialmente levantado no mercado financeiro de Paris. Discutiu-se a admissão (ou não) dos títulos do empréstimo à negociação na Bolsa de Paris, condição essencial para viabilizar, do ponto de vista financeiro, a realização do empréstimo. "Essas resistências, entretanto, tenderiam a ceder diante da força dos interesses financeiros franceses. O próprio presidente da Câmara do Comércio do Havre reconhecia que

"...é inegável que, se a garantia federal for dada ao empréstimo do

Estado de São Paulo, eventualidade que não parece duvidosa, um consórcio de bancos estrangeiros, representando (as firmas) em que está depositada a maior parte do estoque da valorização, estará disposto a subscrever firmemente a totalidade do empréstimo. Esta operação financeira se realizaria, portanto, fora do controle do mercado e dos interesses franceses, se o banco francês que se propôs a

fazer parte do consórcio não puder dele fazer parte na prática.

Parece, portanto, que a presença de elementos franceses na comissão de controle da operação é desejável, necessária até" (apud Saes & Szmrecsányi, 1985, p.211).

Estes pesquisadores prosseguem: "admitida, portanto, em diversos níveis, a participação financeira francesa na Valorização do Café, restava a questão de saber se a admissão dos títulos de empréstimos à negociação na Bolsa de Paris iria ser dada sem qualquer contrapartida. A tendência que já vinha sendo definida - e que iria prevalecer ao final - era a de utilizar o processo de admissão dos títulos brasileiros à Bolsa de Paris como um instrumento de pressão para obter melhores condições para as exportações francesas ao Brasil" (Saes & Szmrecsányi, 1985, p.212).

Os franceses tinham posição dividida a respeito: os ligados aos interesses financeiros possuíam a convicção que "neste tipo de negócios, acaba prevalecendo o lado financeiro: se tais empréstimos são bons para os emprestadores, eles entendem que, à falta da praça de Paris, os brasileiros encontrarão outros mercados"; já os representantes dos interesses industriais e comerciais franceses tinham "a proposta de não admissão para os empréstimos estrangeiros em geral, a não ser em troca de compensações para a França, tais como encomendas à sua indústria ou concessão de favores alfandegários (por exemplo, redução das tarifas brasileiras) para seus produtos de exportação".

Por volta de 1908 ainda prevaleciam os interesses comerciais. Mas, a partir de então, os interesses de ordem financeira também começaram a aparecer nas decisões das autoridades francesas. Saes e Szmrecsányi citam o caso da fundação do BCHASP: "o Ministro da República Francesa no Brasil também tentava negociar vantagens para sociedades francesas (em particular a concessão de um banco hipotecário no Estado de São Paulo), em troca da emissão em Paris de parte de um empréstimo ao governo brasileiro" (p.214).

Nos numerosos processos de julgamento da admissão de títulos brasileiros à Bolsa de Paris (submetidos ao Ministério das Finanças que dava o parecer final) adotou-se o procedimento de apenas admitir sob certas condições: "antes de mais nada, a regularização de casos pendentes (tais como dívidas não pagas a empresas ou indivíduos franceses); depois, principalmente no caso de empresas concessionárias de serviços públicos, o compromisso de encomendas à indústria francesa e de introdução de administradores de nacionalidade francesa nos conselhos de empresas contempladas" (id., ibid.).

No entanto, estes autores chamam a atenção que, "por volta de 1914, a progressiva insolvência de empresas que operavam no Brasil, bem como dos municípios e estados brasileiros, e até do próprio Governo Federal multiplicavam os casos pendentes. Naquele ano, os ministérios franceses das Finanças e dos Negócios Exteriores chegaram a um acordo no sentido de fechar o mercado financeiro de Paris aos empréstimos brasileiros (públicos e privados), enquanto deixassem de ser regularizadas nada menos que treze dívidas e/ou reclamações pendentes"

(Id., ibid.).

Villela & Suzigan (1975) mostram que a situação brasileira ficou calamitosa "quando, em 1913-14, em virtude da queda nos preços internacionais dos produtos brasileiros de exportação, e da crise européia que degeneraria na I Guerra Mundial, reduziram-se drasticamente os saldos da balança comercial, chegando a haver déficit no ano de 1913. Com a deflagração da guerra em julho de 1914, paralizaram-se também as entradas de capitais, e o País viu-se impossibilitado de realizar os pagamentos da dívida externa. A solução encontrada foi característica desse período: a realização de um novo acordo para a consolidação da dívida" (p.321). O segundo Funding Loan foi contratado a 19 de outubro de 1914. Ficavam suspensas as amortizações de todos os empréstimos, à exceção do próprio Funding, pelo período de 13 anos. Durante os 6 anos subsequentes ao acordo, não se registraria entrada de novos empréstimos.

Os banqueiros franceses participaram da negociação do Funding Loan brasileiro de 1914. No entanto, "o predomínio, na reunião, dos banqueiros ingleses fez com que, apesar disso, o funding fosse concluído sem atender às exigências dos banqueiros franceses, e sequer chegando a regularizar de imediato os vários empréstimos tomados em Paris" (Saes & Szmrecsányi, 1985, p.215). Eles buscaram um acordo com o governo brasileiro e chegaram a propor novos financiamentos a fim de regularizar a dívida com o mercado francês. Entretanto, as condições do mercado de capitais francês depois de 1914 reduziram as possibilidades de cessão de novos empréstimos ao Brasil.

Essas observações empíricas confirmam, sem dúvida, a hipótese do predomínio do capital financeiro na economia mundial do início do século. Pela ótica dos investidores franceses, acabou prevalecendo o interesse financeiro na operação de criação do BCHASP em 1909.

Inclusive, "no limite, as oportunidades de ganho elevado e imediato pela intermediação no lançamento de títulos em Paris se revelam tão grandes, que algumas casas bancárias não hesitam em negociar empréstimos sem qualquer garantia de solvência dos devedores. A longa lista das dívidas de estados, municípios e empresas situadas no Brasil percorre o pós-guerra, a década de 1920, e penetra pelos anos 30, sem que os portadores das obrigações tivessem recebido os juros ou o principal de seu capital" (Saes & Szmrecsányi, 1985, p.216).

Em conclusão, "os efeitos da penetração do capital francês no Brasil são também de caráter eminentemente financeiro" (Id., *ibid.*). No caso em estudo, o capital da fundação do Banque de Crédit Hypothécaire et Agricole de l'État de São Paulo foi uma aplicação tipicamente de tipo portfolio de investidor francês, que englobava tanto o empréstimo a governo estrangeiro, como a participação acionária de capitais em empresas privadas com sede em outros países.

2.6- RECAPITULAÇÃO

A guisa de conclusão desta primeira parte, vamos rearticular e sintetizar as principais idéias apresentadas a respeito do banco antecessor ao BANESPA: o Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário do Estado de São Paulo. Como este capítulo foi construído com base em fontes secundárias, a partir de citações de diversos autores sobre fenômenos aparentemente desconexos - a urbanização da atividade bancária, a política monetária da Primeira República, as oportunidades de investimento estrangeiro e a transferência de capital no contexto internacional - é conveniente resumir as colocações fundamentais, interligando-as com os fatos levantados no capítulo anterior.

A motivação básica para a criação de um banco de crédito agrícola e hipotecário, no Estado de São Paulo, ao final da primeira década do século, mobilizou internamente dois agentes econômicos: os cafeicultores e o governo estadual. O primeiro necessitava encontrar recursos adiantados, antes da venda, sobre o produto a ser colhido (penhor agrícola) ou então empréstimos com a garantia da propriedade, para a autossustentação nos anos de crise (crédito hipotecário). O governo necessitava repassar financiamento externo para as safras de café retidas nos armazéns reguladores, dentro das normas da política de valorização do café, iniciada em 1906.

Dentro de um contexto interno e internacional favorável, a solução encontrada para atender tais necessidades - utilizada também em outros Estados cafeeiros, Minas Gerais e Espírito Santo - foi o governo

intervir indiretamente no mercado. Decidiu-se apoiar com garantia de juros-ouro a concessão a uma sociedade bancária de maioria acionista francesa para atuar em crédito agrícola e hipotecário. Foi o embrião de uma atuação estatal desenvolvimentista no mercado, para irrigar com recursos financeiros regiões produtoras agrícolas, que a livre iniciativa particularmente não explorava.

Como foi sublinhado, o governo do Estado de São Paulo não detinha, na sua origem, nenhuma participação acionária, direta ou indireta. Tratava-se de empreendimento de propriedade privada, a partir de iniciativa governamental, que o incentivava (inclusive via isenção fiscal), o protegia, prestava-lhe benefícios, garantia os juros sobre seu capital, e o fiscalizava.

Brotam naturalmente desses fatos, entre outras, diversas indagações: por que a iniciativa particular não se interessou pelo crédito agrícola e hipotecário? por que o governo tentou inicialmente um "planejamento indicativo", mas desistiu de insistir nesta postura? por que a garantia de juros-ouro e em que condições isto foi possível?

Começemos por esta última. A firma francesa J. Loste & Cie., para aproveitar as vantagens oferecidas pelo governo paulista, somente tomou a resolução de incorporar e fundar o Banco, com sede na capital de São Paulo, quando tanto o capital de 10 milhões de francos quanto as debêntures que teriam sua colocação primária na bolsa de valores parisiense, para captar os recursos (40 milhões de francos) necessários à sua atuação, receberam a garantia de juro anual de 6%,

ouro, durante o prazo de 30 anos. Lembremos que, mundialmente, o ouro era lastro de moeda. No Brasil, seja no período em que foi fundado o BCHASP, seja no de sua transformação no BANESPA, vigoraram as duas experiências com o padrão-ouro: a primeira com a Caixa de Conversão, entre 1906 e 1914, e a segunda com a Caixa de Estabilização, de 1926 a 1930. Havia, então, melhores condições cambiais para a remuneração dos empréstimos externos com moeda nacional emitida tendo por base lastro em ouro. Os credores teriam maiores garantias em receber em moeda equivalente à emprestada.

Aos cafeicultores, nestas ocasiões, também interessava a estabilização, porque os empréstimos externos, dentro da política de valorização do café, eram repassados em moeda nacional. O café era vendido no exterior em moeda estrangeira. Caso a taxa de câmbio valorizasse subitamente, os fazendeiros receberiam menos moeda nacional pelo mesmo café exportado e, portanto, teriam menos recursos para amortizar os empréstimos. Por outro lado, a desvalorização cambial desfavorecia as empresas que arcavam com custos de insumos importados.

Assim, tanto a Caixa de Conversão, quanto a Caixa de Estabilização, ao conciliar estabilidade de câmbio e expansão do meio circulante (posição dos lavradores "papelistas") com lastro ouro (posição dos importadores e credores externos "metalistas"), associaram as condições para serem aprovadas pelo grande capital em suas várias faces. Só que estas experiências dependiam de liquidez internacional, que propiciava empréstimos externos, e de superávit

comercial, que dependia da expansão da exportação do café. Quando cessaram essas condições, na Primeira Guerra Mundial e na Crise de 1929 (como veremos no próximo capítulo), elas foram obrigadas a serem suspensas, sob o risco de fuga de capital e de esvaziamento da reserva em ouro do país (fenômeno que a política adotada pelo governo Washington Luís, na ocasião, agravou).

Quanto à indagação de por que a iniciativa particular nacional não tomou a frente do empreendimento, cabe respondê-la afirmando inicialmente que a questão do crédito agrícola é histórica e estruturalmente complexa. Como visto, um banco quando concede crédito à agricultura enfrenta não só problemas de liquidez - o crédito de custeio normalmente é de acordo com o prazo da safra, dado o ciclo do produto -, de segurança - o risco de quebra de safra por problemas climáticos, de pragas, etc. é alto - e/ou de superprodução, com surgimento de estoques inegociáveis sem baixa de preços e perda de rentabilidade. Mas no caso de diversas fazendas de café, localizadas em "zonas velhas", com menor produtividade, no início do século, época de crise, baseada no colonato, com vínculos comerciais subordinados ao grande capital mercantil cafeeiro, somava-se a esses o problema central da rentabilidade incapaz de suportar os dispêndios característicos dos demais setores da economia já organizados em bases capitalistas.

Na realidade, somente algumas atividades urbanas satisfaziam plenamente (e continuamente) as exigências impostas pelo crédito bancário no que se referia à segurança (garantia de prédios

urbanos), à liquidez (empréstimos de curto prazo) e à rentabilidade (pagamento de juros de mercado). Enquanto não foram criadas a Câmara de Compensação e a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, no início da década de 20 - condições institucionais mínimas para generalização do uso e da aceitação do cheque, para política adequada de utilização dos saldos monetários ociosos em depósitos bancários, e, consequentemente, via mecanismo contábil empréstimos-depósitos-empréstimos, para multiplicação da moeda-bancária -, a atividade bancária ficou restrita ao ambiente urbano.

Inclusive, estabelecimentos bancários de origem estrangeira tinham melhores condições técnicas (experiência no ramo, com funcionários treinados), econômicas (reserva de mercado, com atendimento às empresas e à colônia do país de origem) e financeiras (respaldo de capital da matriz) para atuação no país, principalmente em mercado de câmbio, enquanto vigorou uma legislação permissiva, até a reforma bancária de 1921. Nesta ocasião, os estrangeiros não tiveram condições políticas de reação às pressões nacionalistas.

O caráter de empréstimos de longo prazo, em condições que vigoravam inflação e flutuações constantes do câmbio e havia rápida deterioração do valor das terras de café oferecidas em garantia, tornava o crédito hipotecário pouco atrativo para a iniciativa privada. Os bancos privados preferiam optar por empréstimos comerciais a curto prazo que podiam ser movimentados mais rapidamente. Em época de crise, não tinham interesse em imobilizar seu capital em fazendas recebidas em

garantia. As despesas de manutenção, as dificuldades de gestão e fiscalização, as quedas de produção, as baixas das cotações do café, as disputas judiciárias, todos esses fatores motivavam a rejeição à operação em crédito hipotecário junto às fazendas de café.

Os incentivos governamentais para a instalação do BCHASP, portanto, brotaram da omissão da iniciativa privada nacional e da tentativa de atendimento às reivindicações dos proprietários de fazendas de café por aumento de recursos disponíveis. Inicialmente, para não fugir das convicções liberais, os políticos do governo paulista ainda optaram por submeter-se ao mecanismo de mercado, utilizando um banco privado para operações com crédito agrícola e hipotecário. Conseguiu a adesão de especuladores franceses, pois a garantia oferecida, o vulto dos empréstimos a serem tomados junto às bolsas européias, e a obrigatoriedade imposta pelas autoridades (dos países onde seriam captados) de intermediação de banqueiros e corretores europeus, davam perspectiva de ampla e segura margem de comissões à instituição bancária ligada ao empreendimento.

Mas, então, por que fracassou? O diagnóstico mais comum, apontado em todos os depoimentos e documentos contemporâneos, apontava a imobilização dos recursos e a descapitalização (quantia irrisória do seu capital foi realizado) como razões básicas.

O Banco não pode utilizar-se do expediente de emitir, mais uma vez, debêntures para colocação no exterior. Logo em 29 de maio de 1911, um ano e meio após a fundação do BCHASP (e somente 15 dias após a

fundação do Banco de Crédito Agrícola e Hipotecário do Espírito Santo, em cuja incorporação de capital J. Loste & Cie. também colaborou), a sociedade francesa foi liquidada.

Possivelmente, tratava-se de caso de uma das diversas companhias, constituídas no exterior, que tinham como fim específico o "ganho do fundador" de empresas instaladas no Brasil e não diretamente o lucro da operação dessas empresas. Além disso, como vimos, outro grande estímulo para o estabelecimento de empresas no Brasil por parte do capital estrangeiro, com emissão primária de ações em bolsa de valores européias, parece ter sido a concessão de "garantia de juros-ouro" pelo governo, o que preenchia o item "segurança" na avaliação da seleção do investimento na carteira de ativos do investidor europeu. Suspeitamos que o empreendimento BCHASP tinha um caráter especulativo, sob o ponto de vista dos mercados bursáteis do "Velho Mundo", no sentido que atraiu, para o Brasil, justamente o "dinheiro esperto" (sic) que buscava formas de aplicação "exóticas" no "Novo Mundo"...

Na primeira década deste século, a City já dominava a economia britânica. A riqueza desta não derivava tanto da indústria manufatureira quanto da emissão, promoção e administração de empréstimos externos, da corretagem e do seguro, da emissão de letras para financiar o comércio através de todo o mundo. A partir de então, também os interesses de ordem financeira começaram a predominar nas decisões das autoridades francesas, especificamente nos processos de julgamento da admissão de títulos brasileiros à Bolsa de Paris.

Em 1914, com a deflagração da guerra em julho, fechou-se o mercado financeiro de Paris aos empréstimos para empresas brasileiras, enquanto não fossem regularizadas suas dívidas pendentes. Paralizando-se as entradas de capitais, havendo déficit no balanço comercial, o Brasil viu-se impossibilitado de realizar a rolagem dos pagamentos da dívida externa. Foi então contratado mais um *funding loan*. Durante os 6 anos subsequentes ao acordo, não se registraria entrada de novos empréstimos.

Empregado como foi quase todo o capital do BCHASP em empréstimos hipotecários de longo prazo (de 10 a 15 anos), secada a fonte de recursos externos, restava recorrer ao mercado interno. Entretanto, os depósitos efetuados no Banco só podiam ser utilizados em operações de curto prazo, como desconto de títulos e warrants. Com essa atitude, porém, era criticado por não preencher os fins a que se destinava, não fazendo jus aos grandes favores com que era contemplado. Em 1913, tomou a resolução de não aceitar novos depósitos, por julgar muito onerosos os juros de 5% que pagava aos depositantes e ser obrigado ter sempre em caixa quantias avultadas para poder face a qualquer retirada brusca. Não havia ainda Autoridades Monetárias para apoiar os bancos, em situação de "corrida bancária" e/ou encaixe deficiente, com empréstimos de liquidez e operações de redesconto.

Desde então, todas suas operações passaram a ser feitas devido ao auxílio do Governo do Estado de São Paulo, obtendo do Banco do Brasil renovação de crédito para repasse e recolhendo, para sua disponibilidade, os depósitos das Caixas Econômicas do Estado de São

Paulo, constituídas em 1917. Praticamente, o Banco foi "abandonado" pelos franceses, haja vista a longa ausência de seu presidente e de seu vice. Brasileiros passaram a constituir a maioria da diretoria.

A maior parte dos empréstimos hipotecários contratados em francos foi liquidada no período da I Guerra, devido à oportunidade criada pela baixa do câmbio, em função da desvalorização da moeda francesa. A diretoria aproveitou-se também de tal circunstância, para ressarcir os prejuízos com a liquidação do contrato em ouro de seus mutuários e regularizar a situação do Banco, com o reembolso do empréstimo em franco, tomado com base em obrigações com circulação na bolsa parisiense.

A decisão de nacionalização e estatização de um banco fundado com maioria de capital levantado em bolsa de valores estrangeira, tomada por autoridades numa época de hegemonia de convicções liberais, se concretizou legalmente quando, dentro da nova Política de Defesa Permanente do Café, projetou-se a organização de um Banco Paulista de Crédito Agrícola. Em 1926, com contrato já realizado com Lazard & Brothers Co., preste a ser lançado um empréstimo, em Londres, destinado à constituição do fundo de defesa, a decisão mais rápida e sábia foi a reorganização do Banco que estava fundado e, de fato, controlado pelo governo paulista.

PARTE II:

**BANESPA
NA CRISE DOS ANOS 30**

CAPÍTULO 3

BANESPA E A CRISE DE 1929

3.1- REORGANIZAÇÃO DO BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FUNDAÇÃO : na terminologia jurídica, princípio ou origem de uma instituição ou estabelecimento (...) ato criador ou gerador (...).

SUCCESSÃO : na etimologia jurídica, substituição, colocar-se na posição ocupada por outro, investindo-se na mesma situação jurídica (...) substituir o dono anterior, continuando e mantendo negócios e relações anteriores (...) transmissão de bens e de direitos de uma pessoa a outra (...).

ENCAMPAÇÃO : como vocabulário jurídico, restituição ou retorno do domínio útil (...) todo ato de tomar conta, ou passar para si, um negócio ou empresa que era de outrem, mediante pagamento e respeito a todos os direitos de terceiros (...) quando a encampação é ato do poder público, toma posição análoga à desapropriação".

Decenalmente, reacende-se uma controvérsia entre os conhecedores da história do BANESPA* a respeito de sua "data de aniversário". Por exemplo, em 4 de novembro de 1986 se comemorou, verdadeiramente, "60 anos de BANESPA", ou só seria legítimo comemorar "aniversário" se 3 anos após, em 1989, quando o Banco completaria 80 anos?

* A sigla "BANESPA" constava do endereço telegráfico do Banco do Estado de São Paulo desde 1926; utilizaremos agora em diante para designá-lo.

A posição de Aristides Nunes, um estudioso do assunto, é clara e definida:

- "a data da fundação do Banco do Estado de São Paulo é 14 de junho de 1909 (conforme registro na Junta Comercial);

- juridicamente, o Banco, em 4 de novembro de 1926, não foi objeto de sucessão, fusão, encampação ou substituição. Nessa data, como consta no verso da cautelas das ações, o Banco foi reorganizado. Na reorganização se destacaram três medidas:

- a) aumento do capital, em que o Governo do Estado, de acionista minoritário com Diretor-Fiscal de sua livre nomeação na Administração do Banco, passou a acionista majoritário e, conseqüentemente, com prerrogativa de indicar e aprovar a composição de toda a Diretoria;
- b) mudança do nome do estabelecimento, de Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado de São Paulo para Banco do Estado de São Paulo;
- c) ampliação da esfera de atividades do Banco que, trabalhando até então quase exclusivamente com empréstimos hipotecários rurais e urbanos e com penhores agrícolas, passou a operar sobre depósitos, descontos, redescontos, câmbios e outras transações bancárias e comerciais permitidas por lei".

Poderíamos dizer que, em termos econômicos, essa constitui uma "falsa polêmica", ou seja, o relevante não é afirmar que data de 14 de junho de 1909 a fundação do Banco, contrapondo-a à data de 4 de novembro de 1926 em que a Assembleia Geral dos Acionistas aprovou sua profunda reestruturação, mas examinar em que circunstâncias foi fundado

(objetivo do Capítulo 1), para entender essa reorganização, e acentuar que este foi, sem dúvida o acontecimento mais fundamental na vida econômica do BANESPA: sua transformação em agente financeiro do Governo do Estado de São Paulo.

Embora sob o ponto de vista econômico o que mais importa, no caso, seja a diferença de porte entre o Banco pré e o pós-1926 (o tamanho do capital), a nova origem do capital (controle de capital estatal - estadual -, recorrendo, desta vez, como veremos, a capital financeiro inglês) e a ampliação das possibilidades de novas atividades financeiras, não devemos menosprezar a importância da polêmica jurídica. Cabe perguntar: por que insistir tanto no rigor jurídico da conceituação do fenômeno econômico que, de fato, representou uma mudança qualitativa fundamental? Por que a necessidade de provar a "obviedade histórica" de que o BANESPA é o mesmo BCHASP, que apenas alterou sua denominação?

Um economista mais desavisado das sutilezas jurídicas diria, sem dúvida, que em 19 de novembro de 1926 - quando foi assinado o contrato com o Governo do Estado para a reorganização do referido Banco, em que para o aumento do capital (elevação de 20 a 50 mil contos de réis), quase todas as ações da nova emissão foram subscritas pelo Tesouro do Estado e pelo Instituto do Café -, teria havido uma encampação por parte do Estado. Isto porque das 250 mil ações em que se repartia o capital do Banco, 172.351 passaram a pertencer ao Tesouro e 51.812 ao Instituto (o Relatório Anual referente a 1926 afirma que subscreveram, respectivamente, 116.526 ações o primeiro e 31.087 o

segundo; o que, por si só, representa cerca de 98% de todo capital acrescido). Da mesma forma, um economista diria que o BANESPA é o legítimo sucessor do BCHASP, pois a mudança de maioria do controle acionário indicaria que se substituiu o "dono anterior", ou seja, o capital estatal teria tomado o lugar do capital francês.

No entanto, esse economista incorreria em equívocos jurídicos, como também em "inverdade histórica". Isto porque o próprio primeiro presidente do Banco do Estado registrou na Junta Comercial documento que defende que "é a mesma sociedade anônima que continua a funcionar, sendo apenas alterado seu nome, suprimindo as palavras de Crédito Hipotecário e Agrícola. (...) sem qualquer outra modificação nos seus estatutos, que não o aumento de capital e mais algumas reformas que não induzem a transferência de seus bens a outras pessoas; a sociedade permanecerá a mesma até a expiração do prazo do contrato, de acordo com as leis estaduais n.923 de 8/ago/1904 e n.1160 de 29/dez/1908".

A manobra jurídica tinha sua razão de ser. Não se trata somente de que "houve apenas o bom senso, com certeza para ganhar tempo, em se aproveitar a estrutura de uma organização que estava montada e em pleno funcionamento", como sustenta Carmo (1977), mas sim do princípio de continuidade, ou seja, da manutenção dos direitos e deveres da sociedade bancária já existente. Em outras palavras, a primeira cláusula do citado contrato anunciava logo que o BANESPA gozaria de todas as vantagens concedidas pelo Governo do Estado ao BCHASP (garantia de juros, isenção fiscal, operações de longo prazo na

carteira hipotecária, aval do Tesouro Estadual para tomada de empréstimos - por exemplo, os Rs.10.000:000\$000 do Banco do Brasil -, monopólio dos favores, etc.), mas era também importante manter seus deveres com o Governo: a lei n.2143 de 23 de outubro de 1926 que autorizou o Poder Executivo a celebrar novo contrato com o Banco Hipotecário ao mesmo tempo permitiu ao Governo receber em pagamento do total ou de parte do que lhe devia o Banco (pelos depósitos das Caixas Econômicas Estaduais) em ações do mesmo Banco. No artigo 2 da mesma lei também foi aprovado o ato do Governo adquirindo, nos termos da mensagem datada de 30 de setembro de 1926, 25.375 ações do BCHASP. Não seria lógico, portanto, deixá-lo desaparecer e constituir novo banco... Além disso, não esqueçamos, pelo contrato com J. Loste & Cie. rezava que "durante o prazo de trinta anos contados da constituição da sociedade, de acordo com as leis e contratos citados, o Governo não poderá conceder idênticos favores a outros quaisquer estabelecimentos de crédito".

Com o aumento do capital, o Tesouro do Estado e o Instituto do Café passaram a deter, aproximadamente, 9/10 desse capital. Por isso que se transferiram os saldos disponíveis do Instituto - 228.566:556\$576 - e, também, para sua carteira, os serviços de empréstimos ou adiantamentos que, durante os primeiros tempos, estiveram a cargo da seção financeira do Instituto. Buscou-se, por tal maneira, a solução prática para o problema do crédito agrícola. "Os fundos que o Instituto de Café lhe consignasse, oriundos das contribuições dos lavradores para a formação do seu patrimônio, aos lavradores seriam restituídos sob a forma de empréstimos para custeio ou para melhoramento das suas

propriedades". A remuneração pelo seu serviço de distribuidor o Banco reverteria ao Instituto, na sua maior parte, como prestação de juros ou como amortização do capital por ele adiantado. E, se depois, ainda resultassem lucros, deles participaria largamente o mesmo Instituto na qualidade de grande acionista do Banco.

Segundo Carmo (1977), "o que contribuiu de forma significativa para que o Instituto do Café se interessasse pela instalação de um banco oficial, levando essa reivindicação até o Presidente do Estado, era a situação delicada em que foi colocado pelos bancos que operavam na praça. Quando da tomada do empréstimo no exterior para a constituição do seu fundo de operação, os banqueiros estrangeiros, conhecedores da instabilidade crônica da moeda nacional, exigiam que o pagamento fosse efetuado em ouro, um expediente que corresponderia à nossa atual correção monetária, pois obrigava a que todos os meses tivesse de ser remetida para o exterior uma quantia corrigida, tomando-se por base a cotação daquele metal na ocasião. Ora, como era público que no final do mês o Instituto necessitaria de libras para saldar seus débitos, por uma simples questão de oferta e procura, mais um pouco de especulação, as libras sumiam do mercado quando eram necessárias, só aparecendo a preços bem mais elevados. Um banco que pudesse comprar moedas estrangeiras durante todo o mês, em suma, que operasse em câmbio, livraria o Instituto e o Estado dessa situação que tendia a se agravar e da qual não havia meios de escapar".

Permitiu-se ao BANESPA a compra e venda de cambiais sobre qualquer país. A faculdade de operar sobre depósitos, descontos, redescontos,

câmbios e outras transações bancárias e comerciais permitidas por lei alargou sensivelmente sua esfera de atividades, que operara, até então, quase exclusivamente, sobre empréstimos hipotecários, rurais e urbanos, e sobre penhores agrícolas.

Ainda em virtude de sua reorganização, suprimiu-se a carteira de empréstimos hipotecários urbanos e limitou-se os empréstimos hipotecários sobre propriedades rurais ao prazo máximo de 5 anos com amortização, podendo ser prorrogados, desde que o mutuário tivesse pago pelo menos 50% do seu débito. Os empréstimos não poderiam ser feitos senão com a garantia de primeira hipoteca ou penhor, verificada a inscrição em primeiro lugar. Foi-lhe permitido adquirir, por qualquer meio, os imóveis necessários à sua instalação, bem como aqueles que lhe eram hipotecados, "se assim conviesse à melhor liquidação de seus contratos". Poderia também adquirir outros imóveis, que aumentassem o valor dos já hipotecados ou adquiridos, ou que facilitassem as realizações de suas operações. Os bens que obtivesse de seus devedores deveriam ser vendidos do melhor modo, a juízo de sua administração.

Permaneceu a circunscrição territorial para as operações do Banco limitada ao Estado de São Paulo, podendo estabelecer filiais ou agências em qualquer de suas praças. Reduziram-se suas taxas de juros, que já eram módicas, a 9% para os empréstimos hipotecários rurais e a 8% para os penhores agrícolas, para bem servir as necessidades de custeio e do desenvolvimento agrícola do Estado.

3.2- FINANCIAMENTO DO CAFÉ

"Saiban quantos esta publica escriptura virem que, no anno de mil novecentos e vinte e sete, aos vintes e dois do mez de novembro, nesta Cidade de São Paulo, em meu Cartório e perante mim Tabelião, compareceram, partes entre si justas e contractadas, a saber: de um lado, o BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO, (...) de outro lado os Snrs. LAZARD BROTHERS & CO. LTD., com sede em Londres, (...) pelas partes contractantes me foi dito que, para o effeito de novos empréstimos hypothecarios, tendo sido contractado um emprestimo com o Snrs. Lazard Brothers Co., de 1.250.000 libras esterlinas, ao juro de 6,5% ao anno, prazo de 20 annos, typo 91,15, com garantia do endosso do Estado de São Paulo adeante outorgada, e com garantia de caução de letras hypothecarias esterlinas (...).".

Logo na Assembléia Geral de 22 de setembro de 1927 houve nova reforma nos estatutos do BANESPA, cujo fim principal foi autorizá-lo a emitir letras hipotecárias ouro, sobre as hipotecas outorgadas em seu favor, com a garantia suplementar do Governo de São Paulo. A letra ou cédula hipotecária era o instrumento jurídico para mobilizar, por em ação, tirando da inércia e fazendo render o enorme capital representado em terras. Estimava-se o valor patrimonial da lavoura cafeeira no Brasil, pelo recenseamento de 1920, em mais de 3 milhões de contos de réis. As disposições estatutárias prescreveram, por um lado, o exame minucioso dos títulos de domínio, e, por outro, severo escrupulo na avaliação dos imóveis, para não malograr esse instrumento de crédito. Estas letras hipotecárias possuíam sólidas garantias, respondendo pelo seu

pontual e integral pagamento, em primeiro lugar, o crédito e os haveres do Banco, em seguida, as hipotecas sobre as quais se fundavam, e, por fim, o endosso do Estado de São Paulo. Lazard Brothers & Co. exigiram que esta última garantia fosse absoluta e incondicional, ou seja, que o Estado de São Paulo fosse considerado e estivesse na mesma posição do devedor principal, para essas obrigações serem lançadas na Bolsa de Títulos de Londres.

Os tomadores dessas letras-puro seriam, em sua quase unanimidade, capitalistas estrangeiros. Portanto, o reembolso das quantias que o Banco lhes passava a dever deveria se fazer na mesma espécie em que eles consignaram os recursos, isto é, em ouro, considerada a moeda universal. Não mais se receava os riscos e prejuízos resultantes das operações do câmbio, pois, pela lei n.5.108, de 18/12/1926, estava fixado o valor da moeda, assegurando sua estabilidade em face dos câmbios estrangeiros. Discursava Altino Arantes: "Em consequência, nenhum dano advirá para nós da emissão das letras pagáveis em ouro, isto é, na mesma espécie em que elas nos vão ser tomadas, por isso que o sistema monetário vigente nos põe a salvo das incertezas e das perigosas contingências das bruscas, desordenadas e imprevisíveis flutuações cambiárias"... Essa lei aparecia, portanto, como o mais poderoso incentivo para a emissão das letras hipotecárias. Adquiridas a peso de ouro, o resultado de suas vendas era recolhido à Caixa de Estabilização, e, ali, trocado por papel-moeda, conversível e lançado à circulação.

Estabeleceu-se, portanto, em 1927, as bases da defesa do café. Esta

defesa econômica, entregue à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, à qual estava ligado o Instituto do Café, assentava-se sobre três pontos capitais: limitação, financiamento e propaganda. Para defender a safra corrente - para ser exportada regularmente e a preços razoáveis - organizou-se o sistema de armazéns gerais, equiparados aos "Reguladores", facilitando-se ao lavrador a obtenção de warrants sobre os cafés a serem armazenados. Organizou-se ainda o crédito sobre "conhecimentos de embarque" com os quais podia o lavrador obter do BANESPA adiantamentos à base 60\$000 por saca. Para enfrentar dois perigos - o primeiro, a venda a preços baixos dos cafés no interior pelo lavrador pressionado pelas dificuldades que permitia aos compradores a revenda, depois, a baixo preço nos mercados de exportação, e, o segundo, a falta de crédito - conseguiu o Governo a abertura ao BANESPA, pelos mesmos banqueiros Lazard Brothers & Co., de Londres, mediante caução de conhecimentos ferroviários de despacho de café, de um crédito de 5 milhões de libras esterlinas, ou seja, um pouco mais de 200 mil contos de réis, crédito endossado pelo Instituto do Café (autorizado pela lei n.2.202 de 20/10/1927), dado seu destino à defesa do produto.

Remodelou-se, assim, o Banco do Estado, cujos poucos recursos disponíveis anteriormente não lhe permitiriam o desempenho do importante papel que lhe seria confiado. O BANESPA com elevados recursos provenientes de seu próprio capital, mais os depósitos do Instituto do Café, a faculdade de emissão de letras-ouro sobre hipotecas de bens rurais do Estado e os empréstimos levantados no exterior, com aval do Governo ou do Instituto, conseguia de início,

sem dificuldades, executar o financiamento da safra de café.

Facilitou-se, pois, o crédito, evitando-se as bruscas flutuações, seja na revenda em Santos com fabulosos lucros, seja por preços baixos, desequilibradores do mercado de exportação, fomentadores da alta ou da baixa desordenada do produto, burladora da defesa desejada.

As medidas de defesa fizeram com que o café, vendido em Santos, em Julho de 1927 a 23\$700 por 10 quilos, passasse a 27\$000, e em Nova York subisse de 16 3/4 centavos a libra a 24 centavos. E, ainda, no Interior do Estado, o preço da saca naquela data, de 80\$000 se elevou a 160\$000.

A fim de melhor prover às múltiplas necessidades da vida econômica estadual, procurou o Governo cada vez mais desenvolver o Banco do Estado, ao qual dera nova organização. Além da concessão de crédito sobre conhecimentos de café, passou o Banco a conceder em relação ao açúcar e ao algodão, depositados em armazéns gerais, empréstimos sobre warrants; para a cultura da laranja, empréstimos nos mesmos moldes que para a cultura do café; e, além disso, empréstimos hipotecários sobre qualquer propriedade agrícola, sendo a base do adiantamento para essas operações de crédito calculada sobre 66 vezes o valor do imposto territorial pago pela propriedade e não podendo exceder a 1/3 da avaliação feita pelo Banco.

O Governo de São Paulo dotou o BANESPA de recursos para o financiamento da safra de café. As lavouras cresciam sempre. Em 1928,

São Paulo, detentor de pouco mais 1/3 do cafezal do Brasil (1.180.983.000 pés em 3.366.896.774), contava 133.750.000 cafeeiros novos prometendo enormes safras. Detinha o Brasil 2/3 do total do cafezal existente no mundo. São Paulo contribuiu para a produção nacional de 1927/1928 com 78% (Taunay, 1942, v.13, pp. 286/7). Sua média histórica era de 60% das safras.

No entanto, havia sinais evidentes de maus prognósticos nos meios cafeeiros. A atuação política brasileira de defesa do preço do café conduzia ao estímulo dos concorrentes. A produção se achava em constante aumento, o que abalava a manutenção dos preços. "Na metade da década de 1920 as safras brasileiras de café situavam-se em torno da média anual de 15 milhões de sacas de 60 quilos. A de 1927/28 foi de 27,1 milhões, enquanto que as de 1929/30, 1931/32 e 1933/34 atingiram, respectivamente, 28,2 milhões, 28,3 e 29,6. Durante a década de 1920 e na maior parte da de 1930 as exportações médias anuais situaram-se em torno de 14 milhões de sacas" (Cano, 1985, p.168).

Declarava o Instituto de Café de São Paulo que a 30 de julho de 1930 haveria:

	sacas
Nos reguladores paulistas	13.500.000
No resto do Brasil	1.000.000
A safra de 1929/30 daria em São Paulo	14.000.000
No resto do Brasil	4.000.000
No resto do Globo	7.000.000
Total das disponibilidades	40.000.000

Ora, como o consumo provável até essa época não alcançaria essa cifra, era visível a superprodução. Notava-se já um esboço de reação num mercado da importância dos Estados Unidos. Assim, o New York Times afirmava que "a opinião geral em São Paulo, no mês de setembro, era que os empréstimos feitos pelos bancos e comissários subiam além de cem milhões de dólares, a maior parte dos quais em adiantamentos feitos pelo Banco do Estado de São Paulo que obtivera dinheiro em Londres para financiar tais operações. Redundou isso em forçar a América do Norte a pagar preços mais altos pelo café que consumia" (Taunay, 1942, v.13, p.288).

Em outubro de 1929, um representante do Estado de São Paulo pelo Partido Democrático proferiu, na Câmara de Deputados, longo discurso a propósito da questão cafeeira (Taunay, 1942, v.13, pp. 348/9). Reconhecia que o Instituto do Café, em acordo com o Banco do Estado, se esforçava por bem servir à lavoura e o conseguia dentro dos restritos recursos de que dispunha. Bastava, porém, cotejar o vulto crescente das necessidades dos agricultores com os fundos de aplicações do Banco para se ter a certeza de enorme disparidade, e concluir-se que, tais recursos seriam mediantemente suficientes para tempos normais de produção de 15 milhões de sacas, mas, em caso algum para acudir a períodos vertiginosos em que as safras cresciam de 2,5 milhões em três anos e as plantações haviam alcançado uns 322 milhões de pés, no mesmo espaço de tempo quando da produção ficariam retidos como capital morto nos "cemitérios do café" o estoque de dois anos, importando em 17 milhões de sacas, só por si valendo 1.700:000\$000.

Estimava o deputado que precisaria a lavoura paulista para custeio da produção em 1929 de 968.800:000\$000. Ora, o balancete de 31 de agosto de 1929 do BANESPA, único instituto de crédito agrícola que podia dispor a lavoura, acusavam disponibilidades em caixa de 130.027 contos e 229.918 contos de fundos investidos em letras hipotecárias agrícolas. Comparadas as necessidades da lavoura paulista e as disponibilidades do capital do Banco, destinado a empréstimos agrícolas sob qualquer forma, ressaltava a flagrante deficiência deste, que os depósitos em conta corrente mobilizados em operações de toda espécie, a curto prazo, não poderiam suprir.

3.3- PAPEL NA CRISE DE 1929

"A 5 de outubro de 1929 passou a cidade de Santos por fortes emoções.

Soubera-se pela manhã, muito cedo, que as agências bancárias do

interior não descontavam saques sob qualquer firma da praça santista.

Neste sentido teriam recebido ordens terminantes das matrizes.

Chegara-se a uma situação penosa: o café rolava pela encosta do

abismo. No interior não tinha preços. Os acontecimentos registrados

ultimamente evidenciavam que a situação se agravara de tal forma que,

dificilmente poderia o Instituto enfrentá-la. Acusações gravíssimas se

faziam contra banqueiros acusados de sabotarem as finalidades do

Instituto de Café e do Banco do Estado com o fito de realizarem

fabulosos lucros, à custa da lavoura paulista. O presidente do

Instituto declarara que o aparelhamento da defesa do café estava apto

a financiar a safra corrente que orçava em 22 milhões de sacas, mais

ou menos. Tal afirmativa não correspondia à verdade dos fatos. Os

jornais noticiavam o fato de que o Banco do Estado suspendera o

financiamento à lavoura" (Taunay, 1942, v.13, p.355).

O que houve de fato foi o seguinte: o Instituto de Café contava com mais um empréstimo tentado mas não conseguido, dada a situação política do país e sobretudo a crise dos mercados financeiros mundiais. O Banco do Brasil comprometido com a tarefa de sustentar a política de estabilização não pode nessa emergência amparar o BANESPA. Nesta ocasião esboçava-se a luta eleitoral para a sucessão presidencial do Dr. Washington Luis e os acontecimentos cafeeiros serviram de ensejo a que a imprensa oposicionista fizesse ao Governo

duras acusações, arguindo-o entre outras coisas de distribuir somas para fins políticos.

No plano internacional, "em consequência da crise violenta que se abateu sobre a Bolsa de Valores de Nova Iorque, houve uma mudança quase imediata das expectativas dos operadores do mercado. Os bancos restringiram a concessão de crédito e reduziram as suas operações sobre café, procuraram elevar a sua liquidez" (Delfim Netto, 1979, pp.96/7).

Como vimos, o financiamento aos cafeicultores, a quem se emprestava 60\$000 por saca de café, e o crédito hipotecário, pelo qual se adiantava a 2\$000 sobre hipoteca ao prazo de quinze anos por pé de café, foram realizados com base em captação de recursos da Bolsa londrina. Lançou-se com grande aceitação em Londres as Séries "A", "B" e "C" do último empréstimo. A Série "D", embora pronta, não chegou aos mercados europeus, porque, em junho de 1929, quando assim se ia fazer, necessitou o Banco do Brasil de um crédito de 5 milhões de libras em Londres e o Banco do Estado preferiu abrir mão de lançar imediatamente essa Série para facilitar ao Banco do Brasil obter aquele crédito vencível em abril, com Lazard Brothers & Co. Ltd. . Sobreveio neste momento grande crise em todos os mercados estrangeiros, ficando suspenso tal lançamento até que melhorassem os mercados, para que na primeira oportunidade, se lançasse aquela Série "D". E como o Banco do Estado havia conseguido de Lazard Brothers & Co. Ltd. o crédito de 5 milhões de libras para o Banco do Brasil, deixando de lançar esta Série a que tinha direito, este último prometeu adiantar 40 mil

contos sobre a Série "D" a serem pagos quando ela chegasse ao mercado.

Com a organização da defesa haviam entrado 5 milhões de libras para adiantamento sobre conhecimentos e 3.750 mil libras para letras-hipotecárias, além dos grandes valores-ouro obtidos com os cafés vendidos a bom preço. Aguardava a Defesa um momento em que fosse oportuno voltar-se a lançar as letras-ouro no estrangeiro. Esperava-se assim continuar a canalizar para o país grandes somas-ouro, pois contava São Paulo com grande valor patrimonial das propriedades agrícolas cafeeiras. Em face, porém, da crise aguda por que passavam os mercados estrangeiros, tornou-se impossível quaisquer operações de crédito, pelo que necessitou o Instituto de Café que o Governo Federal lhe abrisse no Banco do Brasil o crédito de 100 mil contos de réis, com caução de conhecimentos de café, para assim prosseguir o plano de defesa.

No entanto, a quantia pedida ao Banco do Brasil para reforçar a caixa do BANESPA, como medida de emergência, seria mais para "efeito moral", pois combinou-se com seus diretores que limitassem as transações aos próprios recursos, só lançando mão do crédito em caso extremo.

Esta solicitação do Tesouro do Estado ao Banco do Brasil de um crédito de 100 mil contos, para acudir, imediatamente, as necessidades do Banco do Estado, não foi atendida. Viu-se então o BANESPA sem meios de continuar ao mesmo tempo com a defesa do café e a cobertura das retiradas de seus depósitos, se estas avultassem. Para acudir as necessidades prementes do Banco do Estado, dada a deflação feita pelo

Banco do Brasil, que tornou-se necessário um crédito de 100.000:000\$000 a prazo de 90 dias. Dentro deste período se julgava poder ultimar no estrangeiro as negociações já entabuladas, para um empréstimo ao Estado sobre a mesma quantia de apólices a emitir, ou seja, 2 milhões de libras, e o lançamento de outras séries de letras hipotecárias do Banco do Estado.

O BANESPA possuía em carteira, além dos conhecimentos caucionados a Lazard Brothers & Co. Ltd. sobre 5 milhões de libras, mais conhecimentos de 3.500.000 sacas livres que, na base de empréstimo de Lazard representariam mais 5 milhões de libras disponíveis. Além disso, dispunha de títulos descontados e nele redescontados por outros bancos numa importância em torno de 80.000:000\$000 e tinha a receber, sobre conhecimentos e prestações hipotecárias, cerca de 40 mil contos mensais.

Criticava-se o comportamento equivocado do Banco do Brasil. No momento em que os Estados Unidos sugavam o ouro de todo o mundo, dado o jogo da Bolsa novaiorquina, e numa época em que todos os países procuravam, lançando mão de recursos próprios, atender às suas necessidades internas de crédito, o Banco do Brasil operava a mais inoportuna deflação até então vista. Qualquer abertura de crédito pelo Banco do Estado, qualquer numerário por ele lançado em circulação, era imediatamente sugado pela deflação provocada Banco do Brasil, cortando os créditos de seus clientes.

Os clientes achavam que o BANESPA podia continuar o financiamento dos

conhecimentos, via financiamento rotativo. Mas a questão de fundo era outra. O Banco recebia nos meses de safra a correr, entre prestações hipotecárias e resgates de conhecimentos de café a chegar a Santos, mais de 100 mil contos. Os pedidos de créditos sobre conhecimentos nos 10 dias seguintes a 29 de setembro de 1929, dia da suspensão desses adiantamentos, haviam sido apenas de 25 mil contos. O Banco do Brasil e o do Estado financiavam até então a 60\$000 a saca, quando o primeiro resolveu baixar abruptamente a base a 40\$000. A suspensão foi então feita, enquanto se resolvia a questão da recusa do redesconto do Banco do Brasil para com o Banco do Estado e o problema do Governo Federal provocar a baixa do preço do café, pensando vender mais e obter assim com facilidade as cambiais de que se precisava. Julgava que baixando o preço vender-se-ia mais café, o que se perdesse em valor ganhar-se-ia pelo volume de vendas...

Em setembro de 1929, o Presidente da República Washington Luis disse que a defesa do café não lhe interessava mais, a exemplo da Inglaterra que abandonava a da borracha. Para o câmbio, dispunha do saldo da Caixa de Estabilização para as necessárias remessas até o fim do seu governo, mantendo-se a taxa da estabilização. Esquecia então que sem a defesa do preço do café não se sustentaria a taxa cambial.

O Banco do Estado tinha o compromisso de redesconto no Banco do Brasil, promessa que não foi cumprida. Reconhecia o Banco do Brasil apenas ser devedor ao BANESPA de 40.000 contos de réis por conveniência deste Banco lhe ter facilitado junto a Lazard Brothers & Co. Ltd. um crédito de 5 milhões de libras. Quando abriu mão de um

adiantamento em ouro sobre a Série "D" cedeu-lhe o Banco do Brasil 40.000 contos dos 200.000 que o Banco do Estado se empenhara para conseguir com Lazard Brothers, como podia provar com uma carta de Murray, Simonsen Co. Ltd., representantes destes banqueiros. Assim pretendia que o Banco do Brasil mantivesse o compromisso para efeito moral. Se o Banco do Brasil, que fazia a deflação, o recusasse, teria o Banco do Estado de fechar por sua vez o crédito aberto a outros bancos de São Paulo, para só atender a defesa do café.

Victor Vianna, economista opositor à política econômica e monetária que vinha sendo seguida desde dezembro de 1926, afirmou em 1929 que:

"Para sustentar os preços artificiais do café e aumentar a superretenção, recorreu o Governo paulista ao crédito estrangeiro, vivendo AU JOUR LE JOUR desse crédito e empregando parte do produto dos empréstimos em imobilizações que não permitiam a volta dos capitais aplicados. Mas estes créditos tinham sido suspensos, em parte pelas dificuldades financeiras dos grandes mercados ingleses e norteamericanos e em parte pelo esgotamento da confiança nos processos empregados. Assim os órgãos de defesa de São Paulo não tinham tido nenhum outro elemento financeiro para agir. A ação do Governo e do Instituto paulista e de seu Banco fora, portanto, imprevidente. Sem disponibilidades só confiavam na obtenção de créditos estrangeiros para a continuação do seu plano". (Taunay, 1942, v.13, p.373).

Historiando a crise mundial de 1929 e a sua repercussão no Brasil, Victor Vianna escreveu que após a derrocada do plano de defesa do café

se sucedeu o agravamento da crise cambial em novembro. Se o plano de estabilização estivesse funcionando regularmente deveria ter seu agente disponibilidades no exterior. Para o esgotamento dessas disponibilidades não poderia ser responsável o café, pois até outubro tinha sido o valor de sua exportações de 58.905.000 libras contra 58.658.000 em igual período de 1928, 49.474.000 em 1927, e 58.322.000 em 1926. A crise do café contribuiu pois para piorar a situação cambial, mas se o regime da estabilização já não tivesse esgotado os recursos do Banco do Brasil, este não teria de se retirar do mercado de câmbio, logo que a situação do café se agravasse.

A partir dos primeiros dias de 1929, a Junta de Reserva Federal dos Estados Unidos reverteu sua política de taxa de juros e praticou uma política de alta taxa de desconto para evitar, no seu entender, a especulação sobre os papéis das bolsas de títulos e impedir um crédito expandido e a repercussão, não só nas operações de açambarcamento, como também na inflação que provocaria a alta de preços dos bens. Protestos enormes se fizeram entre os corretores e especuladores. Em princípios do segundo semestre de 1929 houve crises nas principais bolsas, mas arrefeceram. Entretanto, a concorrência de taxas com o Banco da Inglaterra (que as elevou após outubro de 1929) levou a novo deslocamento, correspondendo a novas liquidações. O café, aliás, como muitos outros produtos, sofreu grandes baixas de cotações. Diante da insistência do Banco da Reserva Federal em manter sua taxa de desconto, e da nova elevação da do Banco da Inglaterra, vendo que a situação não oferecia probabilidade de novos créditos, comissários e corretores começaram a vender, não só para fazer dinheiro como

pela impossibilidade de novas oportunidades de recursos para outras especulações. Daí a baixa geral dos títulos, das ações, a venda precipitada de obrigações e de produtos e opções, ocasionando a baixa geral, que atingira os títulos do Brasil e o próprio financiamento da estocagem para valorização do café. Esses reflexos, portanto, foram detonados pela alta da taxa de juros dos Bancos da Reserva Federal, atingindo a Wall Street, aos corretores, aos comissários, cuja situação a atitude do Banco da Inglaterra viera ainda mais agravar. O principal motivo da elevação de sua taxa foi a necessidade de acomodar o mercado inglês ao norteamericano, a fim de evitar o êxodo do ouro. Esse "fator detonador", que destacamos entre outras causas da crise financeira de 1929, está tratado com toda sua complexidade pela literatura econômica (ver, p.ex., Kindleberger, 1984; e Galbraith, 1972).

Sem empréstimos internacionais, o regime de compressão da Caixa de Estabilização não podia funcionar. Com a manutenção da conversibilidade, o Governo do Brasil e alguns particulares trocavam as notas da Caixa para enviar ouro ao exterior. Mas, com a interrupção dos empréstimos, o câmbio caiu, o ouro começou a sair e o Governo teve de acabar fechando a Caixa. Até as próprias companhias de mineração, que estavam colocando o seu ouro em barra na Caixa de Estabilização, para evitar maiores prejuízos, já buscavam exportar o produto de suas minas.

Em síntese, a defesa do café provocou a superprodução, pela elevação do preço e a garantia do financiamento aos fazendeiros. Quem plantasse

café em São Paulo tinha as maiores probabilidades de obter crédito. Era o café o produto que pagava, apesar do baixo câmbio, e isso concorreu para o aumento da produção. Inclusive, como o volume das safras e dos cafés retidos prejudicasse os preços, o Instituto de Café manteve com verdadeiro artifício as cotações, comprando café em Santos, no Rio e Nova York, graças a um movimento financeiro sustentado pelos empréstimos arranjados pelo Instituto para o BANESPA.

Lazard Brothers & Co., de Londres, abriam créditos constantemente renovados para operações diversas e letras hipotecárias ouro. Quando pela crise do desconto em Londres e Nova York essas facilidades de crédito internacional foram suspensas, o Instituto de Café de São Paulo teve de confessar que se garantia apenas nas remessas dos banqueiros, que não tinha se prevenido para essa emergência, precisando, portanto, determinar que o BANESPA suspendesse o crédito.

Em outubro de 1929, os preços do café haviam caído a 10\$000, no interior, e a 20\$000, nas grandes praças como Santos e Rio, quando dias antes estavam a 35\$000 nos entrepostos do litoral .

*

O episódio da "política de defesa do café", da crise financeira de 1929 e da posterior "política de ajustamento econômico" constitui um marco na história econômica brasileira e já foi tratado por outros autores. Cano (1985, pp.166-181) rememora o desencadeamento da crise cafeeira e seus mecanismos de recuperação. Em sua síntese sobre a crise de 1929 tem como fontes básicas de referência os textos de

Furtado (1961), Delfim Neto (1966), Fraga (1962), Villela e Suzigan (1973), Cardoso de Mello (1975), Aureliano da Silva (1976) e Cano (1977). Sobre a polêmica crítica apresentada por Pelaez (1968) à abordagem de Furtado sobre os mecanismos de recuperação, refere-se a Fishlow (1972) e Silber (1977). Pretendemos somente retratar o papel do BANESPA na crise de 1929, utilizando como fonte primária os relatórios de sua diretoria e seus documentos internos, sem extendermos a análise para o contexto macroeconômico da época, descrição encontrada nas fontes secundárias e/ou na historiografia citada.

3.4- MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO

Um "depoimento de época" sobre o que foi o crack cafeeiro de 1929:

"Falando da explosão de outubro deste millesimo célebre nos fastos cafeeiros do Universo, diz o Sr. Armando Alcântara, pessoa de destaque nos meios bancários de São Paulo, que graças ao empréstimo de 20 milhões esterlinos contrahido pelo Estado de São Paulo em Londres, Nova York e Amsterdam, com garantia do café, retida nos reguladores, legítima demonstração de prestígio e largo crédito em momento tão difícil, não ocorrera naquele instante o sossobro completo da economia paulista, o que queria dizer da própria economia nacional, como tudo fazia supor" (Taunay, 1942, v.13, pp.364/5).

A crise não se circunscrevia ao Estado de São Paulo, nem ao Brasil; era internacional, com grave repercussão em todos grandes centros financeiros do mundo. Como consequência imediata de tão grave situação haviam caído as cotações de café, financiado então por comissários e banqueiros a 100 e 120 mil réis para 40 e até 30 mil réis, e isto dentro de negócios muito restritos. E ainda como corolário inevitável diversas firmas comissárias de Santos haviam sido forçadas a recorrer aos pedidos de concordata e de falência.

Os negócios de financiamento de café pelos bancos e casas comissárias se faziam sobretudo com base em conhecimentos de embarque dos lotes nas estradas de ferro. E mais se acentuou esta modalidade de título de crédito a partir de 1926, ao se esboçar a política de retenção nos Reguladores do interior. Os conhecimentos representativos da mercadoria embarcada deixaram o caráter efêmero que até então

apresentavam, pela quase nenhuma demora no transporte ao porto exportador, passando a vigorar por um prazo prolongado em alguns casos, de cerca de 2 anos.

Enquanto os negócios iam bem, tudo andava bem entre comissários, banqueiros e comitentes. No entanto, com o golpe do colapso de outubro logo surgiram as dificuldades de sutileza de origem jurídica em torno do valor do título de crédito emprestado ao conhecimento ferroviário. Os advogados, nas discussões de falências e concordatas, alegavam que os conhecimentos de embarque ferroviário de seus clientes não passavam de meros contratos de transporte, sem valor de título de crédito negociável e transferível por endosso. E viram os seus pontos de vista aceitos por uma das câmaras do Tribunal de Apelação de São Paulo.

Com esse problema achava-se em jogo a própria estrutura institucional financeira do país, ameaçados os bancos de ruína total. E, com eles, o crédito nacional, detentores como eram, de cerca de 13 milhões de sacas de café em conhecimentos ferroviários, se acaso pudessem prevalecer, eventualmente, a tese defendida pelos advogados requerentes de reivindicações em falências e concordatas.

Com o triunfo da Revolução de outubro de 1930 mudou a hegemonia política no país, caracterizando um abalo na influência no poder da burguesia cafeeira paulista. Por intermédio do Secretário da Fazenda de São Paulo, a burguesia bancária paulista logo solicitou ao Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Dr. José Maria Whitaker, a definição em lei federal de todos direitos decorrentes do conhecimento ferroviário, representativo da mercadoria despachada e sobre o qual

tivessem sido feitos adiantamentos em dinheiro. A iniciativa se justificava com a necessidade de evitar imensos prejuízos ao BANESPA com mais de 500.000:000\$000 ameaçados por interpretação desfavorável do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Pelo decreto n.19473 de 10 de dezembro de 1930, um dos primeiros assinados pelo Presidente Getúlio Vargas, regulou-se no país os direitos e deveres dos transportadores, endossatários e portadores de conhecimentos, pondo-se termo às querelas e discussões em torno do assunto.

Mais tarde, defendendo-se veementemente das acusações de se mostrar inimigo da lavoura paulista por ser favorável à lei sobre conhecimentos, o Ministro de 1930-1931 afirmou que:

"Em São Paulo, bem sabiam todos que MEU BANCO sempre se absteria de adiantar dinheiro sobre conhecimentos, mesmo no tempo em que tal operação parecia ser a preferida por quase todos os bancos. Modificara, era certo, posteriormente à crise de 1929, esta orientação, exclusivamente, porém, para atender a situações de emergência, e, ainda assim, em escala reduzidíssima e com tais cautelas, relativamente à idoneidade dos devedores, que a garantia dos conhecimentos poderia ser dispensada na maior parte dos casos, sem maiores inconvenientes" (apud Taunay, 1942, v.13, p.467; grifo meu, F.N.C.).

Sob o ponto de vista geral, o café e o câmbio constituíam os problemas de mais urgente solução para o Governo recém instaurado em outubro de 1930. Pelo decreto n.19688, de 11 de fevereiro de 1931, mandou

adquirir o café presumivelmente retido a 30 de junho de 1931, com exceção do estoque comprado pelo Estado de São Paulo, por força do empréstimo de 20.000.000 libras, para liberação das safras futuras. Pelo acordo com o Estado de São Paulo para a compra do estoque de café, o Governo do Estado ficou obrigado a concorrer para a compra do café caucionado ao BANESPA com a quantia igual à importância total da caução e a não cobrar juros sobre tal importância.

A compra do café caucionado ao BANESPA far-se-ia por instrumento particular de compra e venda, com sua aquiescência, recebendo o proprietário a diferença entre a importância de sua dívida e o preço estabelecido, continuando o restante por conta do Banco do Estado, sem ônus algum para a União. Os conhecimentos respectivos continuariam em poder dos seus devedores originários, sem nenhuma responsabilidade da União. Desse café adquirido em São Paulo vender-se-iam mensalmente 112.500 sacas, de acordo com o contrato de empréstimo de 20.000.000 libras, só se aumentando tal quantidade quando, por deficiência da safra corrente, ou por maior procura do consumo, o mercado pedisse suprimento superior ao estabelecido pelo decreto de 11 de fevereiro.

A situação geral transformou-se, restabelecendo o ritmo da vida econômica, com a liberação, mesmo condicionada, da safra de 1931, e o pagamento de mais de 300 mil contos de réis das safras retidas, feito durante esse ano. Analisando o resultado destas operações, escreveu o Dr. José Maria Whitaker que "os lavradores em geral não tinham conseguido reduzir os compromissos anteriores, mas pelo menos haviam as lavouras podido ser custeadas e o café novo ser exportado. Deu-se vida à economia nacional, reduzindo-se, além disto, o prestígio do

café fino dos países concorrentes, pela melhor seleção da qualidade do café exportado. O comércio reanimou-se, as indústrias movimentaram-se, desapareceram os 'sem trabalho', demonstrando-se em vários aspectos da atividade financeira a realidade de uma melhoria, senão satisfatória, pelo menos generalizada. Na Bolsa de São Paulo, por exemplo, o movimento dos negócios excedera de 50% o movimento do ano anterior, e, nos Bancos, as operações, antes dificultadas pela cobrança de juros, em geral, de 12%, começaram a ser feitas gradualmente a taxas mais acessíveis. Havia-se reduzido ao mínimo de 5% ao ano" (apud Taunay, 1942, v.13, p.451).

Este último resultado se deveu, em grande parte à reabertura da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Permitiu aos bancos atuação mais tranquila, sem as preocupações de manutenção de caixas altas, no justificado receio de qualquer nervosismo eventual do público poder degenerar em corrida bancária.

Resolvido a evitar a emissão, Whitaker ordenou a abertura de um crédito de 50.000 contos, no Banco do Brasil, convencido de que o dinheiro aplicado nas compras, tenderia, nos primeiros tempos a voltar à caixa de que saíra, ou à do BANESPA, dele dependente. Como os fatos confirmaram sua previsão, foi o crédito mais tarde ampliado para 150 mil contos.

Para compreender bem os trabalhos realizados pelo BANESPA na compra do estoque retido pelo Governo, é útil recapitular, inicialmente, os principais empréstimos tomados (ver Quadro 3.1 com a dimensão da dívida externa do Estado de São Paulo em comparação com as de outros Estados, de 1929 a 1939).

QUADRO 3.1

DÍVIDA EXTERNA CONSOLIDADA DOS ESTADOS — 1929/1939

ESTADOS	SALDO EM CIRCULAÇÃO EM 31-XII										
	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
1. MIL LIBRAS											
Pará.....	1.877	3.877	2.877	2.877	2.877	2.877	2.877	2.877	2.810	2.810	2.810
Pernambuco.....	570	513	491	491	491	491	491	491	491	491	491
Alagoas.....	253	253	253	253	253	253	253	253	253	253	253
Baía.....	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029	3.029
Rio de Janeiro.....	3.605	3.631	3.605	3.605	3.605	3.595	3.585	3.585	3.685	3.685	3.585
São Paulo	Estado.....	11.020	24.514	23.284	23.316	20.743	19.490	19.235	18.598	11.955	17.955
	Banco do Es-										
	tado.....	3.596	3.486	3.360	3.307	3.244	3.244	2.971	2.381	2.213	2.213
Instituto de											
	Café.....	2.625	2.489	2.278	2.920	2.920	2.920	2.920	2.920	2.920	2.920
Paraná.....	952	965	952	952	952	952	952	713	700	570	570
Santa Catarina.....	81	89	89	89	89	89	89	83	83	83	83
Minas Gerais.....	1.802	1.775	1.716	1.740	1.740	1.740	1.740	1.740	1.740	1.740	1.740
Total.....	38.498	50.609	48.958	47.584	45.928	45.055	44.121	42.653	41.784	41.634	41.834
2. MIL DÓLARES											
Maranhão.....	1.724	1.702	1.682	1.682	1.682	1.682	1.682	1.682	1.682	1.682	1.682
Ceará.....	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980	1.980
Pernambuco.....	5.682	6.384	5.233	5.233	5.082	4.910	4.808	4.808	4.808	4.808	4.808
Rio de Janeiro.....	6.000	6.000	5.961	5.921	5.489	5.489	5.344	5.344	5.324	5.324	5.324
São Paulo.....	44.035	77.830	72.770	68.588	66.486	64.161	62.411	60.601	58.911	58.911	58.911
Paraná.....	4.772	4.702	4.612	4.612	4.642	4.642	4.642	3.687	3.597	3.169	3.169
Santa Catarina.....	4.705	4.705	4.705	4.705	4.705	4.705	3.538	3.538	3.396	3.247	3.247
Rio Grande do Sul.....	39.426	39.078	38.613	38.613	38.613	38.613	38.613	38.613	38.453	38.453	38.453
Minas Gerais.....	16.352	16.155	15.944	15.944	15.944	15.944	15.944	15.944	15.944	15.944	15.944
Total.....	124.681	167.536	161.630	147.608	144.623	142.128	138.022	136.317	129.766	129.676	129.373
3. MIL FRANÇOS											
Amazonas.....	103.290	103.296	103.296	103.296	103.296	103.296	103.296	103.296	103.296	103.296	103.296
Maranhão.....	17.270	16.862	16.562	16.562	16.562	16.562	16.562	16.562	16.562	16.562	16.562
Ceará.....	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456	12.456
Rio Grande do Norte.....	7.292	6.675	6.675	6.675	6.675	6.675	6.675	6.609	6.609	6.609	6.609
Pernambuco.....	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385	26.385
Alagoas.....	13.636	13.636	13.636	13.636	13.636	13.636	13.636	13.636	13.308	13.308	13.308
Baía.....	48.193	48.193	48.193	48.193	48.193	48.193	48.193	48.184	48.184	48.184	48.184
Total.....	228.639	227.505	227.505	227.505	227.505	227.505	228.701	228.300	226.300	226.300	226.300
4. MIL FLORINS											
São Paulo.....	12.460	10.680	8.901	8.366	8.366	8.366	8.366	8.366	8.366	8.366	8.366

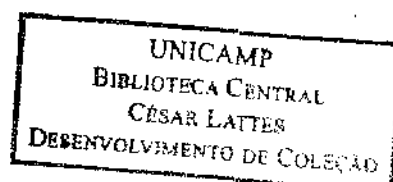
FONTE — "Finanças do Brasil", 1939-39, da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

NOTA — Forata computados somente os empréstimos que circulavam em 1933 e 1939, sendo que estão em liquidação os empréstimos externos emitidos em francos pelos Estados de Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo.

Fundado o Instituto do Café, baseado no plano de retenção e financiamento foi contraído o empréstimo de 10 milhões de libras, ou seja, cerca de 300 mil contos de réis, destinados ao financiamento do café retido, e valorização do produto. Para completar esse plano foram criados os armazens reguladores; a fiscalização e limitação dos embarques de café; a manipulação do produto nas praças nacionais e no exterior.

Reorganizado o BANESPA em 1926, foi a ele transferido o saldo desse empréstimo para o financiamento à lavoura de café. No ano seguinte, com a previsão de uma safra ainda maior, e para não prejudicar o plano anteriormente traçado, contraiu o Banco um empréstimo de 5 milhões de libras em Londres, para o financiamento do café na base de Rs.60\$000 por saca.

Em setembro de 1929, quando os despachos de café elevaram os estoques retidos nos Reguladores de 12.530.000 sacas para 14.890, esgotou-se a possibilidade do financiamento do BANESPA, sendo necessário suspendê-lo. O Banco do Brasil, intervindo para minorar a crise então iniciada - de outubro de 1929 até março de 1930 - tomou a si o financiamento que não pode ser realizado pelo Banco do Estado (os empréstimos atingiram a soma de Rs.158.000:000\$000), quebrando, porém, o padrão básico de Rs.60\$000 por saca, para reduzi-lo a Rs.40\$000 por unidade. O BANESPA viu-se, então, em situação difícil para fornecer garantia ao empréstimo de 5 milhões de libras, atendendo ao pedido dos banqueiros na redução da base de financiamento, tomada pelo Banco do Brasil.



Em novembro desse ano, o Governo do Estado de São Paulo conseguiu um empréstimo, a prazo de 7 meses, de 2 milhões de libras por intermédio dos banqueiros J. Henry Schroeder & Co., Baring Brothers e N.M.Rotschild, para acudir, por intermédio do BANESPA, ao financiamento dos estoques de café.

Em março de 1930, com os últimos despachos, existiam nos Reguladores 20.502.844 sacas de café. O empréstimo de 2 milhões de libras estava em vésperas de vencimento, e o de 5 milhões, contraído desde 1927, já por duas vezes reformado, devia ser pago em prestações vencíveis de setembro de 1930 a janeiro de 1931.

Em face dessa situação, o Governo do Estado de São Paulo, que desde 27 de dezembro de 1929 tivera do Congresso Legislativo autorização para contrair um empréstimo de 12 milhões de libras - Lei 2040 -, convencido de sua insuficiência para atender às necessidades prementes e imediatas, iniciou negociações para o levantamento de 20 milhões. Tal empréstimo deveria ser lançado nas praças de Londres, Paris, Milão, e, parte, num montante de US\$38.500.000,00 em Nova York. Em virtude, porém, das leis que nos Estados Unidos regulavam os empréstimos estrangeiros, tornou-se necessária a criação, pelo Governo do Estado, de uma taxa que garantisse os serviços de juros do empréstimo a ser coberto naquele país. Sendo o empréstimo de 20 milhões de libras, o serviço de juros à taxa fixada exigiria, no primeiro semestre, uma cobertura de 700 mil libras. Calculada a entrada de cafés, em Santos, em 10 milhões de sacas anuais, estimou-se que se onerada com uma taxa de 3 shillings cada saca de café que

transitasse por aquele porto, ter-se-ia uma arrecadação semestral de 750 mil libras bastantes ao serviço do empréstimo em negociações. Concluídas estas, a Lei n.4724 que aprovou o contrato determinava que o governo entrasse em acordo com o BANESPA para, por intermédio desse estabelecimento, fazer a arrecadação da taxa relativa aos conhecimentos ferroviários do café destinado a Santos e reembolsar o equivalente da taxa paga aos portadores dos conhecimentos que não se utilizassem do financiamento proporcionado pelo Banco. O Governo, igualmente entraria em acordo com o BANESPA para lhe serem transferidos os contratos garantidos em caução de café, para poder guardá-los em garantia do empréstimo aprovado.

Assim, a partir de 1º de julho de 1930, o BANESPA iniciou, nos termos da referida lei, por intermédio de sua agência de Santos, a restituição da taxa aos que não haviam utilizado do financiamento sem juros por ele proporcionado. Como, porém, toda arrecadação da taxa de 3 shs. devesse ser remetida aos banqueiros, tal restituição só se poderia efetivar se, para tanto, o Governo do Estado fornecesse os recursos necessários. Entretanto, em 30 de junho de 1931, as restituições já tendo alcançado a importância de Rs.73.485:441\$900 a débito da conta ordinária do Tesouro do Estado, o Governo publicou o Decreto n.5084, em que devido à falta de dotação orçamentária cessava a restituição daquela taxa.

Em 7 de dezembro de 1931, tendo sido aprovado o Convênio dos Estados produtores de café, pelo qual ficaram transferidos ao Conselho Nacional do Café todos os ônus, obrigações e vantagens decorrentes do

contrato e aplicação do empréstimo de 20 milhões de libras, não teve o Governo do Estado de São Paulo dúvida alguma em transferir ao Conselho a cobrança da taxa de 3 shs. e as sobras da arrecadação, com os quais contava para a liquidação com o BANESPA o débito proveniente da restituição já referida de Rs.73.485:441\$900.

Segundo Delfim Netto (1979, p.101), com o empréstimo de 20 milhões de libras esterlinas (o chamado *State of São Paulo 7% Coffee Realization Loan of 1930*), "o Estado de São Paulo pode satisfazer os compromissos assumidos anteriormente com Lazard Brothers (5 milhões de libras em 1928) e Schroeder (2 milhões de libras em 1929) e aliviar a situação. No fundo, as relativas facilidades encontradas para a realização de tão volumoso empréstimo eram ditadas pelas próprias condições do mercado cafeeiro. Em primeiro lugar, quase metade do novo empréstimo se destinava a consolidar dívidas de curto prazo com os próprios banqueiros ingleses; em segundo lugar, a forma de organização do empréstimo garantia a sua liquidação em 10 anos e o pagamento dos juros; em terceiro lugar, o empréstimo auxiliaria a resolver o grave problema econômico nacional e, indiretamente, contribuiria para a segurança dos grandes investimentos ingleses no país. Na realidade, o empréstimo tirava das mãos do Instituto a defesa dos preços do café e, à parte das possíveis manipulações da estimação das colheitas com um ano de antecedência, a influência do Instituto entrava rapidamente em decadência".

Vimos que o plano da compra do estoque retido pareceu ao Ministro da Fazenda o mais acertado. O Governo do Estado de São Paulo, por

compromisso contratual com os banqueiros do empréstimo de 20 milhões de libras não podia realizar compras de café e nem constituir estoques. O Governo Federal, por sua vez, alarmado com a situação e com os riscos do maior negócio até então realizado no Brasil, contratou com o Instituto de Café os serviços de verificação, classificação e faturamento dos cafés retidos nos Armazens Reguladores e nas Companhias de Armazens Gerais. Ao BANESPA coube, então, o serviço de pagamento de faturas emitidas pelo Instituto.

Era desejo que a liquidação do estoque não fosse além de julho de 1931, época em que deveriam tais cafés entrar no mercado e serem financiados pelo Banco, para depois realizar-se sua venda na praça de Santos. No entanto, a morosidade dos pagamentos era justificada pela lentidão do Instituto do Café na tiragem das amostras dos 18 milhões de sacas entalhadas nos 61 armazens reguladores espalhados pelo Estado de São Paulo. Até o mês de junho, o Banco deu liquidação indistinta à todas as faturas que lhe eram encaminhadas pelo Instituto. Porém, no mês seguinte, encontrou-se o Governo Federal em dificuldade de numerário para continuar a compra do estoque, tendo então o BANESPA, para não deixar transpirar essa falta de recursos, liquidado tão somente as faturas de pequenas quantidades de café e as de classificações inferiores. Depois passou a dar liquidação preferencial a várias faturas correspondentes a cafés de firmas comissárias, caucionados ao Banco, liquidação esta que sem dispêndio de numerário, representava, apenas, um encontro de contas. Em seguida, o Banco foi obrigado a liquidar faturas correspondentes aos cafés finos entregues em garantia aos contratos realizados pelo Governo Federal com a firma

Hard, Rand & Cia.. Essas operações vieram beneficiar fazendeiros ou comissários possuidores de cafés finos, que tiveram as faturas pagas antes de quaisquer outras.

O retardamento do pagamento das faturas fez surgirem diversas queixas contra o BANESPA, entre outros, protestos contra o abandono do critério da ordem das séries, acusações contra o então Diretor-Gerente do Banco, Sr. Theodoro Quartim Barbosa, que era apontado como tendo liquidado todos seus cafés.

"Outras, ainda, foram as insinuações recaídas sobre o Banco 'cabeça de turco', e, que só por ética profissional não pudemos, vez por vez, trazer a público. Essas foram na sua maioria de firmas comissárias que se encontravam em situação precária, na praça de Santos, para as quais era de insofismável conveniência não prestarem contas aos comitentes das faturas que lhes eram pagas pelo Banco do Estado. Em muitos casos, esses comitentes nada ou pouco deviam aos comissários, quanto estes deviam aos bancos; o valor dos cafés era pelos bancos utilizado na amortização dos adiantamentos feitos aos comissários, que ficavam sem recursos para pagar os seus comitentes quando lhes prestassem as contas. Se o comitente devia ao Comissário, este também retardava a prestação de contas para continuar percebendo os juros de seus devedores" (Relatório dos Trabalhos Realizados pelo Banco do Estado de São Paulo, na Compra de Stock Retido pelo Governo Federal,

assinado pelo contador e pelo Chefe da Seção Café, do BANESPA, em 27 de janeiro de 1933).

3.5- REAJUSTAMENTO ECONÓMICO

Os Relatórios Anuais apresentados às A.G. de 31 de março de 1932 e 1933 são extremamente concisos e omissos em relação aos acontecimentos históricos que foram vividos no ano de 1932. Talvez a cautela tenha sido devida à experiência de 1930, quando por injunções das mudanças do quadro político, a A.G.O. reunida em 12 de novembro aceitou a renúncia feita por todos diretores de seus postos e, depois de haver reformado seus estatutos, reduzindo a três o número de membros da diretoria, suprimindo os dois lugares de diretores da Carteira Hipotecária (tratando-se de operações em ouro, dada a instabilidade do câmbio, seu funcionamento foi suspenso desde os primeiros dias de 1929), elegeu a nova diretoria - presidente, superintendente e gerente.

O Relatório referente ao exercício de 1933 foi mais prolixo:

"No período ora relatado, ainda sob reflexos da crise econômica que de longa data atingiu o país, com graves prejuízos para todas as atividades e principalmente para a lavoura e o comércio do café, que teve seus preços em declínio contínuo, até fins de novembro p.p., procurou o Banco, dentro de suas possibilidades, acudir com diligente solicitude, as necessidades da lavoura cafeeira. Se em consequência dessa situação já era de grande tolerância a atitude do Banco para com seus mutuários, tanto para as prestações em atraso como para os pagamentos em agio em ouro, os Decretos n.22626, de 7 de abril, e n.23501 de 27 de novembro, ambos de 1933, vieram determinar em forma legal aquela orientação. A atual Diretoria assumiu a direção do Banco

ainda sob a impressão de fatos bem conhecidos e que não podiam deixar de trazer-lhe certas dificuldades por que lhe interromperam relações prestimosas e paralisaram negócios de alta significação. Hoje, restabelecidas essas relações, reatados esses negócios, melhoradas as cotações do café, a situação é calma e promissora, tendendo acentuadamente para completa normalização".

Os "fatos bem conhecidos" referidos relacionam-se ao movimento revolucionário paulista de 9 de julho de 1932. O BANESPA teve um papel importante no conflito, pois desde seu início o Banco do Brasil solicitou aos demais bancos que retirassem seus depósitos e cerrou suas portas. Sem dinheiro, o governo revolucionário resolveu emitir sua própria moeda, o que foi efetuado nas oficinas da Editora Melhoramentos. Em grandes caixotes elas foram levadas ao BANESPA que se encarregou de efetuar a distribuição das notas para os demais bancos. Após o término das lutas o Banco do Brasil reabriu suas portas e efetuou a troca de todas as notas, recolhendo-as.

Pelo Decreto n.5598, de 18 de julho de 1932, o Dr. Pedro Toledo, Governador, por aclamação, do Estado de São Paulo, regulou o pagamento de obrigações comerciais e civis, em moeda estrangeira, e transferiu para o BANESPA a exclusividade do serviço de câmbio estabelecida a favor do Banco do Brasil. Pelo Decreto n.5645, de 19 de agosto de 1932, equiparou aos emitidos contra o Banco do Brasil os cheques que foram sacados pelo Instituto do Café contra o Banco do Estado, em contas a prazo fixo. Esses dois decretos vieram acrescentar novas e importantes fontes de renda ao Banco, compensando, em parte, a

queda generalizada em seu movimento bancário (ver a série temporal no Anexo Estatístico).

O general Waldomiro de Lima foi nomeado interventor do Estado no ano seguinte à "Revolução Constitucionalista" paulista, em 1 de fevereiro de 1933. Logo em 20 de março, pelo Decreto n.5872, considerando que em São Paulo havia abundância de capitais disponíveis, tanto que os bancos baixaram, na ocasião, suas taxas para os depósitos em conta corrente a 1% ao ano, e que esses capitais disponíveis poderiam ser vantajosamente aplicados no auxílio à lavoura do Estado, a taxas de juros não onerosas, autorizou as Caixas Econômicas Estaduais de São Paulo, Santos, Campinas e Ribeirão Preto a receberem depósitos a prazo fixo de 6 meses a 1 ano, até o máximo de Rs.100:000\$000 para cada depositante, pagando os juros normais de 5% ao ano. Determinou às referidas Caixas Econômicas passarem a fazer o seu movimento em conta corrente exclusivamente com o BANESPA. Os fundos disponíveis obtidos seriam pelo Banco aplicados preferencialmente no financiamento da lavoura, a taxa não excedente de 9% ao ano. Os riscos das operações sobre o financiamento ficariam a cargo do Banco do Estado.

Se a limitação da taxa de juros máxima a ser cobrada nos contratos (Dec.22626, de 7/4/33) e a supressão dos pagamentos em ouro ou determinada espécie de moeda que não a de curso forçado do mil réis (Dec.23501, de 27/11/33) trouxeram a possibilidade de diminuir lucros futuros do Banco, em compensação, a nova legislação bancária do primeiro Governo Vargas, inclusive com tentativa de nacionalização do sistema bancário brasileiro, o favoreceu. O Decreto n.24233, de 12 de

maio de 1934, conhecido como o do Reajustamento Econômico, juntamente com as grandes reservas acumuladas nos exercícios anteriores (os prejuízos ou perspectivas de prejuízos que o Banco suportou em consequência da queda de preços de café verificada desde fins de 1929, assim como as depreciações, foram cobertos pelas reservas feitas com esse objetivo nos balanços de 1931 e 1932) asseguraram mais tranquilidade ao BANESPA. Pelo Decreto do Reajustamento Econômico ficou reduzido de 50% o valor, em 1 de dezembro de 1933, de todos os débitos de agricultores contraídos antes de 30 de junho do mesmo ano, quando tivessem garantia real. Ficou igualmente reduzido de 50% o valor dos débitos de qualquer natureza de agricultores a bancos, desde que o patrimônio do devedor fosse inferior ao total de seu passivo. Como indenização do prejuízo sofrido pelos credores foram-lhes entregues apólices da dívida pública federal, ao juro de 5% ao ano. Foi permitida a inclusão dessas apólices do Reajustamento Econômico entre as operações da Caixa de Mobilização Bancária, tomando-as como garantia de empréstimo a longo prazo aos bancos. O efeito líquido, portanto, foi a de socializar o perdão das dívidas agrícolas via criação de moeda (gradualmente recolhida à medida que fosse efetuado o repagamento dos empréstimos da CAMOB).

Data do princípio de 1932 a organização da Inspetoria das Fazendas no BANESPA. Em fevereiro de 1934, existiam 12 sedes regionais com 40 funcionários. Foi obrigada a ampliar-se pelo aumento de imóveis sequestrados e recebidos em dação e arrematados pelo Banco. Esses imóveis, na sua maioria, foram recebidos em condições precárias de

trato, muitos deles até em completo abandono. Organizado esse aparelho administrativo, foram iniciados os trabalhos de restauração e conservação das 80 fazendas de propriedade e 41 sequestradas pelo Banco (em 31/12/33). O Banco encerrou o exercício de 1936 com 25 fazendas, sendo 18 de propriedade do Banco e 7 sequestradas. "Grande foi o número de fazendas vendidas, assim como muitos foram os mutuários reintegrados na posse de suas propriedades agrícolas, em virtude de levantamento de sequestro por acordo amigável; e vultosa a operosidade desenvolvida especialmente por intermédio de seus fiscais no interior, por efeito do reajustamento econômico".

Portanto, foi reduzido ao estritamente necessário o número das sedes regionais das Inspetorias de Fazenda. Essas sedes tinham como encargo não só a administração das fazendas de propriedade do Banco, como também a fiscalização das que lhe estavam hipotecadas (cerca de 750 em 1937), incluindo as avaliações para efeito junto à Câmara de Reajustamento, avaliações das safras para penhor agrícola, fiscalização do trato da lavoura, de benfeitorias, etc.

Iniciou-se, em 1933, a cultura do algodão nas fazendas do Banco, visando:

- a) contribuir para que as fazendas não continuassem deficitárias;
- b) demonstrar a praticabilidade da policultura;
- c) evitar o êxodo dos colonos para outras propriedades ou zonas, interessando-os na cultura de parceria;
- d) servir como incentivo para a venda dos imóveis.

Gradativamente, foi se intensificando a cooperação do Banco com o Governo do Estado, no recebimento de impostos e taxas, resgates de bônus, pagamento de coupons da dívida interna do Estado, colocação das Consolidadas Paulistas, etc. Ainda em 1937 era bastante diminuto o número daqueles que procuravam o Banco para pagamento dos impostos estaduais, preferindo ao invés, esperar longo tempo nas enormes filas que se formavam em frente aos "guichets" das repartições arrecadadoras do Estado.

Naquela época, o BANESPA estava ainda impossibilitado de desenvolver a seção de Contas Correntes de Movimento, como era seu propósito, em virtude da absoluta falta de espaço em seu prédio, que não oferecia as devidas comodidades nem à sua clientela, nem mesmo ao seu pessoal. Somente com as ampliações de suas instalações, em virtude de locação de novo prédio em 1936, pode-se elevar o número de correntistas.

Mas o BANESPA prestou ao Governo do Estado colaboração para o pleno sucesso da colocação das apólices "Consolidadas Paulistas", ficando a seu cargo o serviço de controle e venda das mesmas, resgate de juros, pagamentos de prêmios, etc. No intuito de melhor cooperar com o Governo do Estado na consolidação da sua dívida flutuante, em 3 de outubro de 1936, resolveu adquirir, por conta do Tesouro, o saldo das suas apólices em poder do Banco (total de 245.354 títulos). Foi intenso o trabalho do Banco, quer na Capital, quer no interior, por intermédio de sua filial, agências e correspondentes, para a colocação entre as camadas populares das apólices de sua propriedade.

A recíproca era verdadeira: o Governo paulista agia também a favor de seu Banco. Dessa maneira, tendo como objetivo principal as operações de auxílio e desenvolvimento da lavoura, especialmente da lavoura cafeeira paulista, o Interventor Adhemar de Barros solicitou, em 22 de fevereiro de 1939 a extensão ao BANESPA dos favores e privilégios de que tratavam os decretos-leis ns.221 de 27/1/1938 e 1.003 de 29/12/1938 (isenções de quaisquer impostos, taxas de selo, contribuições ou outras tributações federais, estaduais ou municipais, aos bônus emitidos pelo Banco do Brasil para financiamento das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial). Esse seu pedido se fundou no argumento de que o Governo Federal já tinha concedido favores semelhantes ao Banco Mineiro da Produção.

Também tendo em vista instruções de Adhemar de Barros, o BANESPA concedeu em 1939 aos agricultores, quanto às suas dívidas hipotecárias rurais, prorrogação de 15 anos para os vencimentos de seus contratos, além de uma bonificação de 20% sobre o capital efetivamente amortizado. "A resolução foi recebida com públicos e gerais aplausos pelos interessados, pela imprensa e pelos representantes das classes agrícolas, notadamente a Sociedade Rural Brasileira e a Associação dos Lavradores de Café desse Estado". Muitos dos lavradores aproveitaram a bonificação concedida para liquidar seus empréstimos ou então pagar com certa normalidade suas prestações vencidas.

Completou-se assim as medidas financeiras (perdão ou refinanciamento das dívidas) do "Reajustamento Econômico", após a crise dos anos 30. O BANESPA, como vimos, teve um papel relevante neste processo, como

agente financeiro do Governo paulista.

Vejamos a contrapartida desses acontecimentos pelo "lado produtivo", ou seja, sua atuação na retomada do crescimento econômico de São Paulo.

CAPITULO 4

BANESPA E O DESENVOLVIMENTO PAULISTA (1930-1945)

4.1- BANCO DO ESTADO E O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO

No Relatório Annual, apresentado à Assembléia Geral dos acionistas do BANESPA, em 23 de março de 1929, consta a seguinte informação:

"Sobre conhecimentos ferroviários de despachos de café, havia o Banco effectuado adeantamentos de dinheiro na importancia de Rs. 240.850:000\$000, existindo, em consequência, depositadas à sua ordem em diversos armazens geraes, 4.780.697 saccas de café: o que representa mais de um terço das 12.965.842 saccas de café que, então, se encontravam nos reguladores paulistas, nas estações e vagões das estradas de ferro e no regulador de Cruzeiro. Servem estes algarismos, cuja eloquencia dispensa maiores commentários, para pôr de manifesto a brilhante e integral solução que, entre nós, foi dada ao magno problema do credito agricola - na parte em que elle mais directamente entende com a nossa principal producção".

No entanto, esse Relatório chama a atenção que, ao lado dessa principal produção, "outras atividades económicas surgem e avultam, dia a dia". Entre elas destacavam-se a pecuária, a fruticultura e as plantações de algodão e açúcar, as quais já figuravam no quadro da estatística comercial paulista com os seguintes valores (segundo a Mensagem do Presidente do Estado):

Açúcar.....	Rs. 40.863:486\$580
Carnes congeladas e congêneres.....	Rs.124.688:000\$000

Frutas Rs. 40.699:046\$250
 Algodão Rs. 24.011:912\$500

A diretoria do Banco solicitava o assentimento da Assembléia para ampliação do crédito agrícola para a produção destes produtos:

"Ahi estão, evidentemente, factores valiosos para a nossa prosperidade economica; e sobre elles seria opportuno e conveniente que tambem se estendessem os beneficios do credito agricola facultado pelo Banco do Estado. Ora, para alcançar esse louvavel e justo objectivo, não precisa, siquer, divertir o Banco recursos da sua principal actividade. Basta que, das suas reservas na importancia de Rs.29.439.236\$170, elle separe Rs.10.000.000\$000 para inicio das novas operações, processando-as e ampliando-as, a seguir, com as necessarias cautelas e garantias".

Para o financiamento da lavoura e do comércio do café, não foi reatado o funcionamento da Carteira Hipotecária, suspenso desde os primeiros dias de outubro de 1929. "Nem disso, é bem de ver, se poderá cogitar, tratando-se de operações em ouro, enquanto não tivermos cambio estável" (Relatório Anual de 1931). Continuou, no entanto, a ser feito, por meio de sorteios semestrais, em Londres, conforme dispunha seus Estatutos (e ficou estipulado no contrato com os banqueiros Lazard Brothers & Co. Ltd.), o serviço de amortização das letras hipotecárias em circulação. Na medida em que as amortizações eram recebidas de seus mutuários, o Banco ia cancelando as letras hipotecárias-ouro.

Com a depressão verificada nos negócios de café, em consequência da grave crise que explodiu no último trimestre de 1929, se atenuou o até então crescente desenvolvimento dos negócios bancários. No caso do BANESPA, pelos Quadros no Anexo Estatístico, pode se verificar a queda nominal nos saldos de fim-de-ano dos depósitos em conta corrente com juros, dos depósitos a prazo fixo e dos títulos em cobrança. Na realidade, com o expressivo atrofiamento havido nos valores (devido à deflação e ao clima de insegurança), no início da década de 30, os saldos, tanto da captação, quanto dos títulos descontados, só alcançaram níveis semelhantes aos do final da década anterior na segunda metade dos anos 30.

Tratava-se, portanto, de superar as restrições impostas pelo retraimento dos negócios bancários. Para as operações de financiamento de café, o Banco obteve do Banco do Brasil a possibilidade de mobilização de seus títulos descontados, levando-os à Carteira de Redescontos daquele estabelecimento, restaurada em 24 de dezembro de 1930. Tratou-se de constituir reservas bancárias para os prejuízos que ameaçavam o Banco em consequência da queda de preços de café verificada em fins de 1929. Ficou a cargo do Banco, como já vimos, a liquidação dos estoques retidos em junho de 1930 das safras de café de 1929 e 1930. A supressão dos pagamentos em ágio ouro, determinada pelo Decreto n.23.501 de 27 de novembro de 1933, trouxe a possibilidade de diminuir os lucros futuros. Em compensação, o Decreto do Reajustamento Econômico, n.22.626, de 7 de abril do mesmo ano, que permitiu grande tolerância para com seus mutuários com prestações em atraso, e as grandes reservas acumuladas nos exercícios anteriores asseguraram

maior tranquillidade ao Banco.

No tocante aos negócios do Banco com os lavradores, parecia ao Conselho Fiscal (segundo seu parecer no Relatório Anual de 1934) que

"o desenvolvimento de tais negócios depende principalmente de duas circunstancias:

1a.) O pagamento por parte do Tesouro do Estado do seu elevado debito contraído em varios exercicios e que representa grande capital imobilizado, sem applicação no fomento da agricultura, inutilizando-se dest'arte o effeito que deveria ter no desenvolvimento de taes negocios a elevada quantia que o Instituto tem em deposito no Banco do Estado, a prazo fixo.

2a.) As taxas demasiadamente altas cobradas pelo Banco do Brasil ao Banco do Estado inclusive no redesconto de titulos. O Banco do Brasil na sua missão de Banco Central do Paiz e com carater official que tem, precisa estabelecer o redesconto amplo dos papéis agricolas do Banco do Estado, assim como de todos os mais que se lhes assemelhem, a uma taxa não superior a 3 por cento, de modo a permittir que não sejam cobrados aos lavradores, nos seus negocios, taxas superiores a 5 ou 6 por cento, limite este suportavel".

No Relatório Anual de 1935, a Diretoria do Banco saudava "o algodão, que fez sua entrada triumphante no terreno da nossa actividade

productora". O algodão, cuja produção paulista triplicou de 1933 a

1934, veio auxiliar a situação difficil do café, "pois é raro hoje o fazendeiro que não tenha annexado à cultura cafeeira a plantação do

algodão". No balanço commercial do País, passou a ocupar o segundo

lugar, vindo logo depois do café. "Entre 1929 e 1940, a participação do Brasil na área plantada de algodão em todo o mundo aumentou de 2% para 8,7%. Nos anos 1925-1929, a participação do café no valor total das exportações brasileiras era de 71,7% e a do algodão de apenas 2,1%. No período 1935-1939, a participação do café caiu para 47,1% e a do algodão aumentou para 18,6%" (Villlela & Suzigan, 1975, pp.186/7).

Com a pretensão de que "o Banco do Estado de São Paulo deve ser o eixo em torno do qual girará o grandioso futuro do nosso abençoado Estado", aquela Diretoria manifestou "o desejo de nos aproximarmos cada vez mais do interior". Com tal objetivo, dirigiu suas vistas para a criação de agências, buscando não somente o maior contato com as zonas produtoras, maiores correntes de informações e facilidades de vigilância, mas também "dar melhor distribuição aos funcionários do Banco, cujo número extraordinário pesa desfavoravelmente na vida não só da Matriz, como também da Filial de Santos".

Portanto, atendendo a finalidade precípua do Banco, qual seja a de dar a maior assistência à lavoura do Estado, mereceu especial atenção daquela Diretoria a abertura de filiais no interior. No desenvolvimento desse programa, as primeiras a serem instaladas e entrarem em pleno funcionamento foram as agências de Catanduva e Baurú. Tanto a primeira, que funcionou a partir de 8 de julho de 1935, quanto a segunda, cujas operações foram iniciadas em 26 de outubro do mesmo ano, apresentaram um movimento de descontos de títulos na sua quase totalidade referentes a financiamento de café (no caso da de Baurú, 84% dos títulos descontados até 31 de dezembro eram referentes à lavoura de café). Segundo o Relatório Anual de 1937, "a

contribuição de ambas, nas operações de saques, descontos, cobranças, contas correntes, emissão de cheques, ordens de pagamento, etc. constituiu um valioso amparo e incremento às atividades agrícolas e comerciais das zonas em que estão localizadas”.

Convém salientar também que, no intuito de melhor explorar ao mais intenso movimento bancário da capital de São Paulo, foi instalada em outubro de 1936 a agência do Braz. “Para a qual”, nas palavras da Diretoria, “estamos examinando a possibilidade de um horário especial, o que, sem dúvida, contribuirá para incrementar o movimento bancário do populoso e operoso bairro do Braz e adjacências, facilitando depósitos e retiradas de dinheiro, assim como a arrecadação de impostos e taxas de comerciantes”.

Prosseguindo na atividade de expansão do BANESPA, aquela Diretoria dedicou especial atenção à escolha de correspondentes, tanto no interior do Estado como nas principais praças do País. Em 1935, a rede de correspondentes no Estado de São Paulo passou de 9 representantes, abrangendo 38 praças, para 45, com jurisdição sobre 655 localidades. Nas demais unidades da Federação, o número de correspondentes, que era de 3, foi elevado a 20, com sede em 18 Estados, o que significava que achava-se diretamente ligado a toda a União, com exceção apenas dos Estados de Mato Grosso (em 1937 abriu uma agência em Campo Grande) e Amazonas e Território do Acre. No exterior, mantinha correspondente em 13 países.

Em termos de contas correntes de movimento, o Banco até então era modesto: no decurso de 1936, foram abertas apenas 328 contas particulares novas. No entanto, houve aumento do movimento geral de

cheques e de depósitos nesse período, em relação ao de 1935, respectivamente, 36,6% e 47,3%, o que revelou sintoma de conquista de novos negócios. Parte da explicação talvez esteja no Relatório de 1937: "é oportuno ponderar que, até há pouco estávamos materialmente impossibilitados de desenvolver esta seção, como era nosso propósito, em virtude da absoluta falta de espaço no nosso prédio, que não oferecia as devidas comodidades nem à nossa clientela, nem mesmo ao nosso pessoal. Agora, porém, com a área obtida em virtude da locação do prédio que dá frente para a rua Álvares Penteado e pelos fundos está ligado ao Banco, para onde estendemos nossas instalações, esperamos que o número de correntistas se torne bem mais elevado".

É importante analisarmos algumas cifras para termos uma dimensão exata dos negócios bancários de então. Embora o Relatório de 1937 saliente que "continua o nosso Banco a ser o estabelecimento de crédito do Estado a operar em maior escala em matéria de penhores agrícolas", para custeio da safra 1936/37 foram registrados somente 253 propostas de novos pedidos de empréstimos (com um valor representando mais que o dobro do ano anterior). Efetivou-se 181 empréstimos no total de Rs.25.015:100\$000, o maior número e a maior quantia registrados desde 1931. Foram financiados pelo Banco, no exercício de 1936, conhecimentos de café para um total de 2.603.062 sacas. O movimento de títulos descontados recuperava-se também da crise da primeira metade dos anos 30 (ver Quadro 4.1).

Executando o programa que se traçou de levar a assistência do Banco diretamente às fontes de produção, no Estado e fora dele, a Diretoria, no decorrer do ano de 1937, instalou mais as agências de Avaré,

QUADRO 4.1

TITULOS DESCONTADOS

Anno	DESCONTADOS DURANTE O ANNO		SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE CADA ANNO	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1926		—	—	2.365:010\$000
1927	5.924	179.329:573\$642	—	116.334:558\$952
1928	16.549	364.343:251\$142	3.508	96.149:020\$450
1929	13.112	484.092:011\$050	532	59.375:714\$850
1930	2.248	349.526:954\$460	691	168.077:989\$480
1931	3.714	850.200:145\$400	1.679	353.728:369\$820
1932	1.700	780.263:217\$540	1.334	309.986:736\$560
1933	780	787.990:792\$950	560	247.509:509\$325
1934	719	683.912:625\$840	465	279.824:435\$525
1935	7.228	817.250:042\$680	2.000	297.544:950\$405
1936	13.219	889.532:627\$550	2.413	315.884:850\$775
1937	12.928	632.488.141\$950	2.902	310.148:694\$945

Araçatuba, Franca e Campinas, cujas operações de descontos, em sua quase totalidade, eram destinadas ao custeio da produção agrícola do Estado, notadamente o café e o algodão.

Em fins do exercício de 1939, foi introduzida pelo Banco nova e original modalidade de crédito rural: a de abertura de crédito com garantia de bilhete de mercadorias. Segundo o Relatório desse exercício, a fragmentação das grandes propriedades fez surgir nova classe de pequenos proprietários rurais, em sua quase totalidade antigos colonos. Aplicar ao caso desses lavradores os métodos então adotados de distribuição de crédito, de natureza por demais complexa, redundaria em afugentá-los ou então tornaria suas posses de terra efêmeras e aleatórias, revertendo gradativamente aos financiadores.

Segundo o Relatório, "a generalização do crédito agrícola entre nós depende, principalmente, da acessibilidade do mecanismo 'aplicador', eis que a provisão de fundos é relativamente fácil".

Neste sentido, o Banco do Estado procurou dar solução ao problema,

"estabelecendo, através de mecanismo simples e de rápido manejo, as bases de uma assistência direta", que consistia "em pequenos empréstimos a prazo máximo de um ano, nunca excedentes de

Rs.20:000\$000, para cada cliente, a juros que, para os exercícios de

1939-40, foram fixados em 8%. Baseiam-se tais empréstimos em simples

contrato de abertura de crédito, garantido com 'bilhete de

mercadorias'. Eminentemente pessoal, o novo crédito instituído só é

concedido a pessoas físicas". Seria passível de obtenção em qualquer

das agências do Banco, não tendo a entravá-lo formalidades de ordem jurídica.

O Banco definiu, para efeito de concessão desse crédito, o que entendia por pequeno produtor rural: era o lavrador que, residindo em sua pequena propriedade ou em local inteiramente ao alcance desta, pessoalmente se ocupava da cultura de suas terras e a estas exclusivamente se dedicasse, vivendo do rendimento de sua exploração.

A adoção do "bilhete de mercadorias" seria para servir de garantia ao contrato. Não possuía semelhança alguma com o "warrant" agrícola - enquanto este representava um depósito certo, já realizado, aquele seria uma simples promessa de entrega de determinada quantidade de mercadoria - equiparado, por lei, à letra de câmbio e à promissória e, assim, subordinado às normas legais que caracterizavam esses títulos. Sua superioridade em face do penhor agrícola seria que, enquanto o penhor pressupunha a existência da cultura e da própria florada, o "bilhete de mercadoria" poderia servir para custeio das culturas existentes ou que se pretendia começar. Um único e grande inconveniente parecia apresentar o "bilhete de mercadorias": "sendo passível de múltiplas operações bancárias, sua disseminação poderia ser tomada como perigoso elemento de inflação de crédito (...). Tal perigo, porém, não surgirá, porquanto o Banco utilizará esse instrumento como acessório de contratos de empréstimos cujo produto será utilizado, sob comprovação, para aplicação em fins previstos".

Esse título, assegurando ao Banco o direito de exigir a mercadoria cuja produção tenha financiado, coibiria o desvio do empréstimo para outros fins que não os previstos no contrato, de que o "bilhete de mercadorias" seria simples acessório.

No entanto, curiosamente, após tão longa "defesa" da adoção do "bilhete de mercadorias", o Relatório do ano seguinte (exercício de 1941) afirmava que "não prosseguimos no sistema de 'Bilhete de Mercadorias' - criação italiana, adotada no Brasil em 1889 pelo Governo Imperial, pela República no regime ditatorial e há um ano neste Banco - porque representando apenas garantias pessoais pode ser substituído vantajosamente pelo processo que adotamos". Qual era essa nova modalidade de crédito?

O Relatório do exercício de 1940 dizia que "o Banco do Estado de São Paulo, fiel às normas traçadas pelo esclarecido Chefe do Governo estadual (Dr. Fernando Costa), criou uma política nova de crédito rural" (inaugurada pelo Banco em fevereiro de 1940), baseando-se "na multiplicidade inteligente de produtores e na pluralidade aperfeiçoada de produtos". As operações de crédito rural realizavam-se dentro das condições próprias a cada região e sob fiscalização direta do Banco, através de seus gerentes. Era natural, pois, que o seu desenvolvimento estivesse intimamente ligado ao desdobramento da rede de agências. Esta, em face da nova ordem vigente no Banco, teve sua expansão assegurada pela criação de 17 agências no curto período de 5 anos - todas localizadas junto aos centros de produção. Em 31 de dezembro de 1940 elevava-se, portanto, a 18 o número de agências em funcionamento, atingindo a 272 o número de funcionários a serviço dessas agências (média de 15 por agência). O Banco passava a acompanhar a diversificação da economia paulista, no rumo do interior do Estado.

A imprensa do interior, segundo o Relatório de 1940, seria testemunha

diária de casos múltiplos em que agências do Banco do Estado rapidamente satisfaziam a pedidos de crédito de pequenos sitiantes, previamente procurados pelos gerentes nos próprios sítios.

“Desenvolvendo verdadeiro trabalho de catequese junto aos sitiantes -

em geral tímidos e arredios - não teve o Banco outra preocupação que não fosse a de abrir a perspectiva de nova riqueza para o Estado, pois conduziu a cooperar no campo de nossa economia agrícola elementos que, antes insulados pela falta de recursos se bastavam às próprias necessidades, mantendo-se empobrecidos e alheios aos interesses da nossa produção”.

É interessante conhecermos os resultados, em termos de acesso ao crédito rural, no primeiro exercício da nova atividade (1940), através de suas 15 agências situadas no interior: 1.724 empréstimos, no total de 8.017 contos, representando a média de 4,5 contos por empréstimo. Naquele número entraram 760 brasileiros, 109 italianos, 39 portugueses, 641 japoneses, 11 rumenos, 11 austríacos, 113 espanhóis, 13 alemães, 9 sérios, 8 russos, 6 búlgaros, 1 suíço e 3 lituanos.

Dos 1.724 tomadores dos empréstimos referidos, 1.498 operavam com banco pela primeira vez (deles, 156 eram analfabetos). Esses 1.724 tomadores reuniam em suas famílias 7.195 pessoas.

O financiamento cobria uma área total de 12.397 alqueires e referia-se a 1.386.595 arrobas de algodão, 578.250 quilos de mamona, 5.187.135 quilos de mandioca, 17.745 sacas de arroz, 32.706 sacas de milho, 100 sacas de feijão, 5.493 sacas de batata, 5.215 sacas de café e 600

caixas de laranja - tudo estimado em um mínimo de 16.034 contos.

Examinando o caso concreto de um financiamento de algodão, por exemplo, um empréstimo de 4:000\$000 foi realizado para um pequeno proprietário de 5 alqueires, com a produção prevista de 600 arrobas, ou seja, 120 arrobas em média. " É sobretudo folgado esse financiamento na base de rs. 800\$ por alqueire, para o sitiante que trabalha diretamente suas terras com a ajuda apenas da família. E utilizado em parcelas bimensais, à taxa de 8% ao ano, exclusive despesa de selos, tal financiamento, dentro do ciclo normal da produção, ou seja, 240 dias, representa o custo insignificante de apenas \$222 por arroba".

O Relatório de 1940 previa extraordinários benefícios de ordem econômica e social a advirem do prosseguimento da política de crédito rural iniciada. "E isto sem mobilização extraordinária de fundos, eis que os recursos para essa política estão ao alcance de qualquer banco de depósito, que são quase todos os que temos".

Segundo sua estimativa, estaria evidenciado que o pequeno produtor poderia obter, normalmente, produção de valor 100% superior ao custeio. O lucro da produção financiada pelo Banco, excedendo às próprias necessidades de manutenção, constituiria reserva para futuros custeios. "Dentro desse raciocínio, e considerando a média já alcançada de 4,5 contos por empréstimo, verifica-se de modo geral que, aplicando uma parcela de 45.000 contos, por exemplo, nessas operações, pode o Banco do Estado criar e emancipar financeiramente cerca de

10.000 produtores em cada ciclo de 3 anos". Esse financiamento em 3

safras consecutivas, em condições normais de produção, propiciaria a cada pequeno produtor, ao fim de 3 anos, acumular reservas num total aproximado de 13,5 contos.

Em 1º de dezembro de 1940 entrou em vigor o decreto-lei n.2.627, de 28 de setembro, que dispunha sobre as sociedades por ações. Isto demandou a reforma dos estatutos sociais, afim de se colocarem de acordo com a lei. A maior alteração estabeleceu que as importâncias dos fundos de reserva criados pelos estatutos não poderiam ultrapassar a cifra do capital social realizado, fenômeno que ocorria então com o BANESPA, sendo necessário lhes dar aplicação. De acordo com a deliberação votada na Assembléia de 29 de março de 1941, as reservas sociais que ultrapassaram o montante do capital foram distribuídas como bonificação aos "senhores acionistas", que assim tiveram duplicado o número de suas ações.

Outra alteração foi que, embora os estatutos já previssem operações de crédito rural, a reforma de 5 de julho de 1941 criou para essa modalidade de operações uma carteira e deu-lhe um diretor.

Segundo o Relatório de 1941, "o nosso eminente interventor Federal, o

Exmo. Dr. Fernando Costa ofereceu aos pequenos agricultores, em empréstimos, os depósitos das Caixas Econômicas e na esfera legislativa concedeu-lhes gratuidade na organização documental para obtenção de auxílio pecuniário do Banco do Estado, isentando-os do pagamento de emolumentos. Aos grandes lavradores diminuiu de metade os

mesmos pagamentos quando da celebração de contratos idênticos". Pelo

Decreto n.12.561, de 25 de fevereiro de 1941, regulamentou a lei beneficiadora.

O Banco elaborou a fórmula para o mútuo até o limite de 5 contos de réis. Distribuiu detalhadas instruções aos seus gerentes no interior, impondo-lhes maior celeridade na concessão do empréstimo e nenhum dispêndio para alcançá-lo. A modalidade de crédito agrícola que escolheu fazia com que do próprio contrato pudesse resultar, em determinada emergência, numerário para outras operações da mesma natureza.

De acordo com o Relatório, "a grande extensão de glebas incultas deverá ser diminuída, perseverando o poder público em destinar o saldo dos depósitos nas Caixas Econômicas, de preferência, para auxiliar o trabalho do modesto agricultor". De acordo com o Serviço de

Informações do Ministério da Agricultura, os pequenos proprietários rurais em São Paulo representavam, numa área total de 7.097.605 alqueires, a porcentagem de 32,72% até 5 alqueires; de 5 a 10 alqueires com 25,15%; de 10 até 25 com 22,97%; e de 25 a 50 com 9,86%.

Mas não era só o crédito rural a área de atenção do BANESPA. O

Relatório de 1941 revelou que "no nosso Estado, o total de vendas mercantis atingiu, no decurso do último quinquênio até 1941, a 30.062.000 contos de réis, acusando um aumento de 50% e que a diferença a mais, de 1940 para 1941, corresponde a 20,7%". Correlatas

com tal desenvolvimento, inclusive com a expansão da produção

industrial paulista, as operações de crédito do BANESPA, na modalidade de empréstimos em conta corrente garantida, na Carteira Comercial e na Carteira Hipotecária, tiveram como resultado que "o Banco tem movimentado, durante a atual administração, inclusive em penhores agrícolas, 1.402.484 contos de réis".

Para verificarmos a dimensão exata dos negócios de cada Carteira de empréstimos, comparemos seus valores (ver Quadro 4.2). A estatística demonstra que, apesar da intensa "auto-promoção" no sentido de caracterizá-lo como "banco da layoura", o Banco não era especializado em crédito rural. Era um banco comercial de desconto de títulos como os demais existentes, porém com uma preocupação de propagandear bastante as operações de crédito agrícola que realizava, para angariar apoio político ao governador que dava as diretrizes. Como está no Relatório de 1943:

"A nossa atuação bancária segue a sábia diretriz do patriótico governo, sob a presidência do eminente Dr. Fernando Costa, ao destinar as economias populares depositadas nas Caixas Econômicas à periferia que, em feliz movimento rotativo, as devolve, já multiplicadas, em benefício da economia geral". Salienta que "não é intuito do Banco auferir vantagens diretas das operações (sic). Recebe do mutuário o Juro de 8% e paga à Caixa Econômica, donde lhe vem o numerário para tais operações, 6%. O restante 2% se destinam a cobrir, com dificuldades, as suas despesas de mutuante e possíveis riscos de operação". Não esquece de lembrar que "divulga a imprensa que também o Banco do Brasil vai cogitar dessa modalidade de operações. Outras entidades congêneres farão o mesmo, certamente. Bem inspirados

QUADRO 4.2

EMPRÉSTIMOS

PERÍODOS	EM MILHARES DE CRUZEIROS (1)										CARTEIRA HIPOTE- CÁRIA "OURO"	TOTAL GERAL	ÍNDICES 1938 = 100
	CARTEIRA COMERCIAL												
	TÍTULOS DESCONTADOS		C/CORRENTES GARANTIDAS		PENHORES AGRÍCOLAS		CARTEIRA HIPO- TECÁRIA PAPEL		TOTAIS				
	Import.	%	Import.	%	Import.	%	Import.	%	Import.	%			
1938	307.367	31,29	622.815	63,38	25.213	2,56	27.304	2,77	982.700	100,00	78.029	1.060.729	100
1939	316.512	31,81	623.380	62,70	25.016	2,50	29.799	2,99	994.707	100,00	73.451	1.068.158	101
1940	384.552	34,56	675.556	60,76	21.278	1,92	30.660	2,76	1.112.046	100,00	70.082	1.182.128	111
1941	428.494	35,43	727.843	60,21	20.349	1,60	32.253	2,67	1.208.939	100,00	66.024	1.274.963	120
1942	435.382	34,47	774.334	61,30	19.422	1,54	34.030	2,69	1.263.168	100,00	63.113	1.326.281	125
1943	610.082	43,24	747.272	52,96	18.916	1,34	34.644	2,46	1.410.914	100,00	59.335	1.470.249	139
1944	811.181	57,66	540.298	38,40	20.981	1,49	34.499	2,45	1.406.959	100,00	53.079	1.460.038	138
1945	1.099.207	61,24	636.923	35,48	24.521	1,37	34.380	1,91	1.795.031	100,00	48.109	1.843.140	174
1946	1.056.663	54,07	830.567	42,50	26.202	1,34	40.817	2,09	1.954.349	100,00	44.182	1.998.531	188
1947	1.259.511	53,37	1.031.310	43,70	24.005	1,02	45.095	1,91	2.359.921	100,00	40.096	2.400.017	226

(1) 1938 — Saldos médios calculados sobre saldos mensais.

De 1939 a 1947 — Média dos saldos diários.

os que vierem acudir conosco, sem intuito lucrativo (sic), os menos favorecidos de haveres materiais".

Lembremos que a Lei da Usura fixava um juro máximo de 8% nos empréstimos em que a propriedade agrícola ^{entrava} ~~era dada~~ como garantia e 6% ao ano nos empréstimos para o financiamento das atividades agrícolas ou para o financiamento da compra de equipamentos.

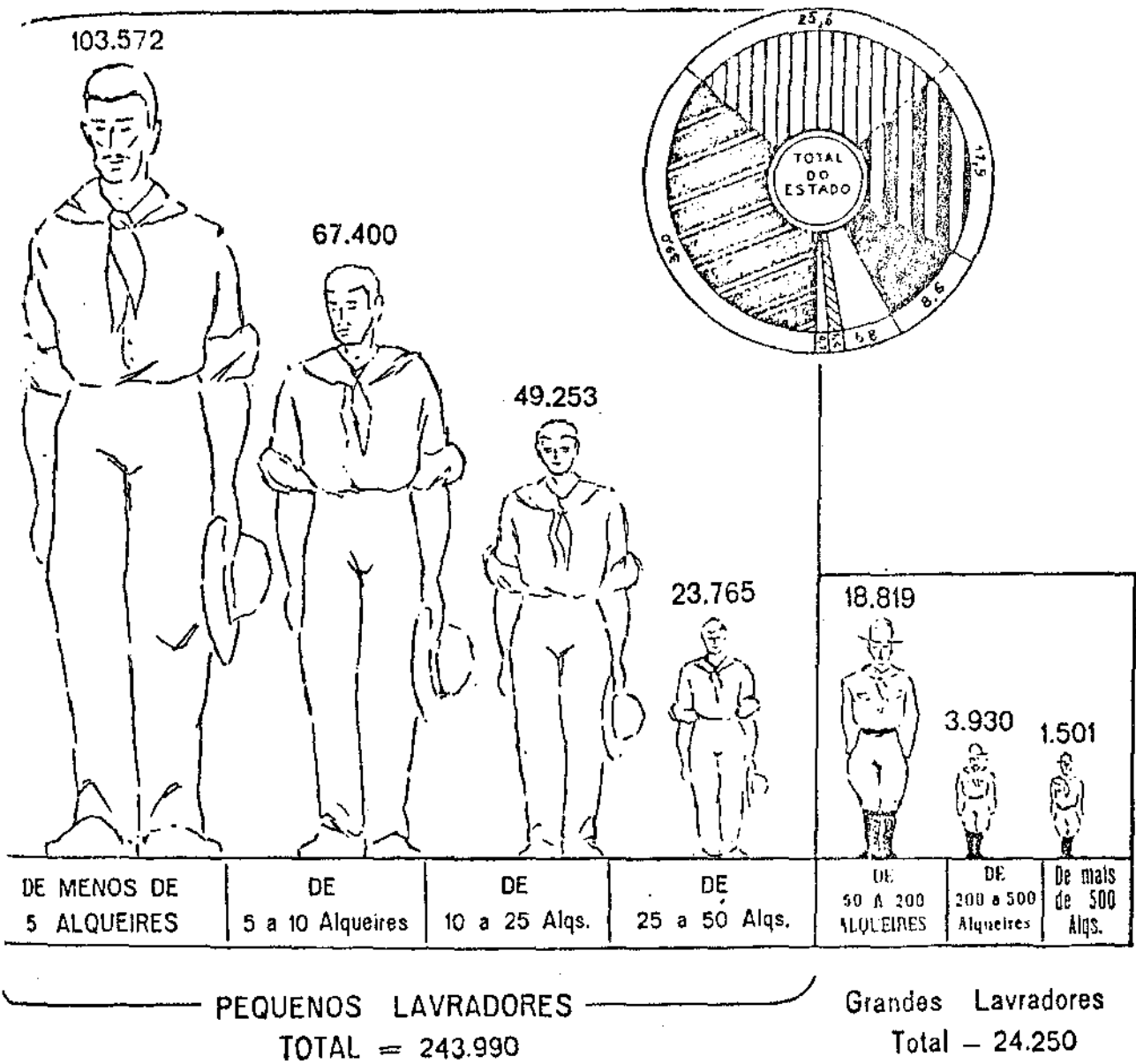
Resolveu a Diretoria do BANESPA, ao final do Estado Novo, elevar a concessão do empréstimo de 5 para 20 mil cruzeiros na Carteira de Crédito Rural, além de "que essa Carteira opere, junto a esses modestos agricultores, fornecendo-lhes também o auxílio, sob garantia hipotecária, para maior comodidade do mutuário".

Durante 1944, foram realizados 999 contratos de Penhor Agrícola, no valor de Cr\$ 9.764.600,00 (média de Cr\$ 9.774,00 por empréstimo). O financiamento por meio de descontos de promissórias (até o máximo de Cr\$ 20.000,00 por empréstimo) atingiu a importância de Cr\$ 23.517.223,50. O volume de operações realizadas com as Cooperativas de Produção atingiu Cr\$ 78.314.979,50 (Cr\$ 49 mil em títulos descontados e Cr\$ 29 mil em créditos concedidos). Portanto, os financiamentos da Carteira Rural alcançaram o montante de Cr\$ 111.596.803,00 neste exercício, dos quais 70% para Cooperativas de Produção.

Pois bem, para se ter uma idéia do real aproveitamento deste financiamento, o valor da produção das Cooperativas até 30 de setembro

de 1944 atingiu a importância de Cr\$ 300.722.441,40 (pouco menos de 4 vezes do volume total de empréstimos concedidos a elas, porém, não considerando o desconto de títulos comerciais, mais de 10 vezes o valor dos créditos concedidos). Foi de 17.578 o número de cooperados que se beneficiaram de financiamento (87.580 o número de pessoas nas famílias dos cooperados). O número de pessoas das famílias beneficiadas pelos contratos de penhor agrícola foi de 7.097 em 1944, 8.560 em 1945 e 7.495 em 1946. O Diagrama, encontrado no Relatório Anual de 1947, com o número de pequenos (243.990) e grandes lavradores (24.250) do Estado de São Paulo permite notar a disparidade entre o total de lavradores e os atendidos pelo crédito rural do BANESPA.

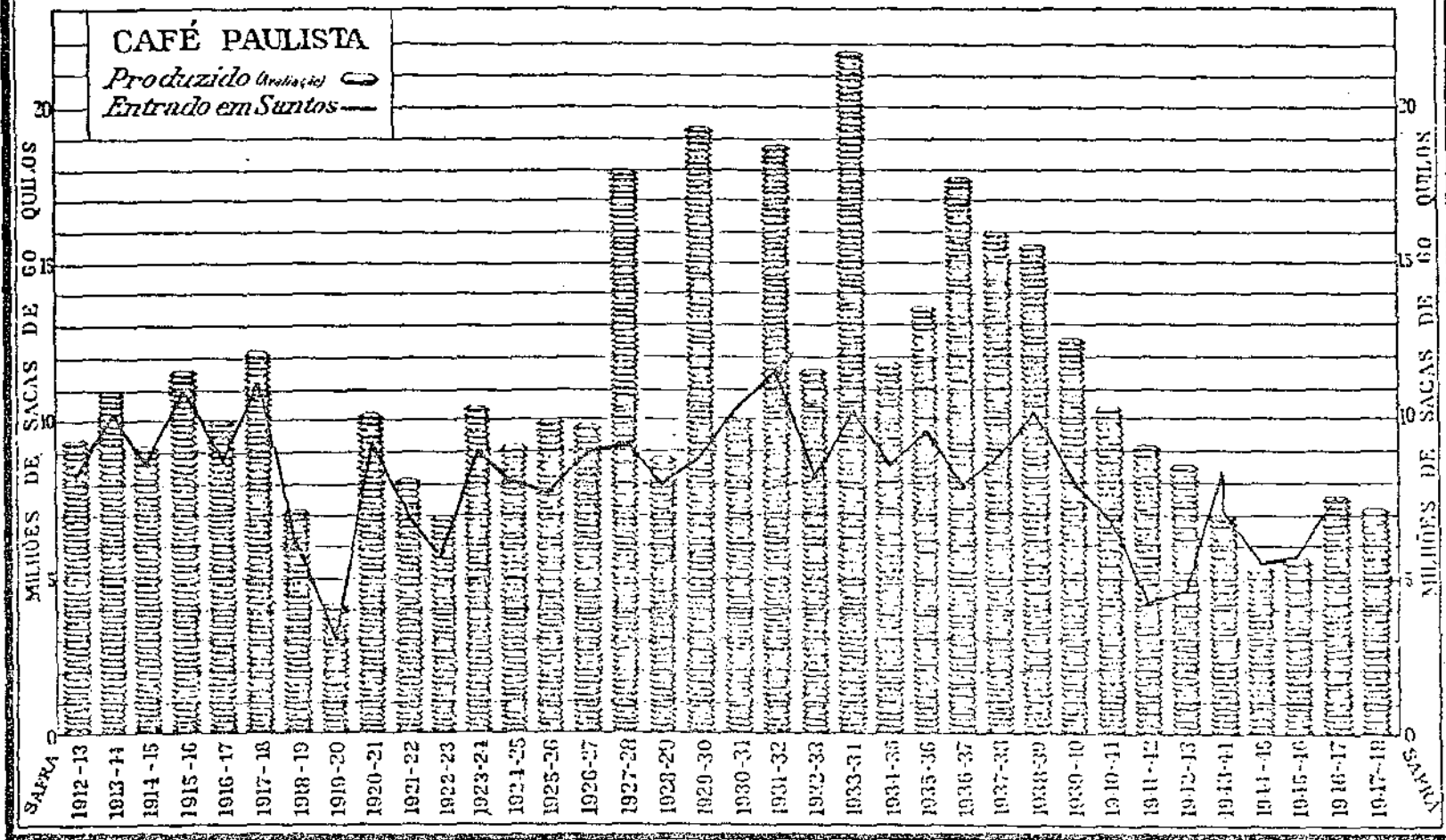
Segundo o Relatório de 1945, "o Banco continua refugindo aos fins de sua existência entre os quais está o auxílio à lavoura em geral, principalmente a de café, algodão, e outros produtos, que constituem a base da economia paulista". Durante este exercício, realizou o financiamento de café, nas agências e na matriz, na cifra de 2.721.536 sacas, e de 36.756.383 quilos de algodão. No exercício seguinte, estas cifras foram, respectivamente, 3.286.193 sacas de café e de 23.511.851 quilos de algodão. Além desses, foram oferecidos em garantia os mais variados produtos da agricultura: alcachofra, alfafa, algodão em caroco, alho, amendoim em casca, arroz em casca, açúcar mascavo, banana, batata, café beneficiado, cana de açúcar, casulos de seda, cebola, centeio, chá da Índia beneficiado, ervilha verde, feijão, fumo, hortelã (óleo de menta), laranja, lenha, mamona (sementes), mandioca, milho, ramf, repolho, tomate, uva e vinho. Dessa enumeração consta, de fato, produtos de pequenos agricultores.



Mas, para avaliarmos exatamente a importância do crédito rural do Banco do Estado para o desenvolvimento agrícola de São Paulo, é necessário conhecermos as características gerais da agricultura paulista, especificamente a nova estrutura de produção que surgiu nos anos de declínio das safras cafeeiras do Estado de São Paulo (ver Gráfico).

DECLINIO DAS SAFRAS CAFEEIRAS DO ESTADO DE S. PAULO

DE 1912 A 1948



4.2- AGRICULTURA PAULISTA NOS ANOS 1930-1945

Para mostrarmos o que era a agricultura paulista nos anos iniciais da Carteira de Crédito Rural do BANESPA, vamos nos basear no documento

"Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional: 1920-1960"^{*}.

Vamos resumir seus resultados, para o fim que nos interessa.

Inicialmente, a pesquisa mostra que "os anos 30 foram marcados pela crise mundial que afetou nossa economia, em geral, e agricultura, em particular (principalmente o café) e fundamentalmente pela emergência de novo padrão de acumulação centrado no desenvolvimento industrial. Embora a produção cafeeira tivesse sido duramente atingida pela crise mundial e a ocorrência de safras elevadas no final dos anos 20, a agricultura paulista não deixou de se expandir, em primeiro lugar, pela firme intervenção do Estado, e em segundo, porque o algodão e o açúcar adquiriram importância no comércio internacional de mercadorias" (p.20).

Assim, "dentro desse quadro a agricultura exportadora nacional ganhou nova dimensão, no sentido de garantir as importações necessárias ao

* Os autores são José Carlos Tartaglia e Oswaldo Luiz de Oliveira, membros da pesquisa "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo", resultante do Convênio entre a SEPLAN-SP e a FECAMP do IE-UNICAMP, coordenada pelo Prof. Dr. Wilson Cano, divulgada em abril de 1987.

bom desempenho do desenvolvimento industrial, o que refletiu de forma positiva sobre a agricultura paulista, estimulando sua diversificação e modernização. Ao mesmo tempo deu-se a ampliação e consolidação do movimento urbano, exigindo grande esforço agrícola no sentido da produção de alimentos para sustentação tanto da urbanização quanto do aumento da população em território paulista" (p.20).

Dado o quadro geral do período enfocado, a pesquisa mostra como se processaram a diversificação da agricultura paulista e sua dinâmica. "Em primeiro lugar, durante a década de 1930, a política de sustentação dos preços do café, ao utilizar o mecanismo da instituição de impostos para bloquear o plantio, financiar a compra de café a ser destruído e manter preços baixos para cota de sacrifício, garantiu a atividade cafeeira e sua renda. Aliado a esses fatos, o rebaixamento nominal dos salários, em torno de um terço, que certamente contribuiu para assegurar uma rentabilidade média positiva à cafeicultura, permitiu aos agricultores a possibilidade de diversificar sua produção aproveitando conjunturas favoráveis como a do algodão, por exemplo" (p.26).

São conhecidos os fenômenos de destruição dos cafezais das zonas mais antigas, dando lugar a outro tipo de cultura ou transformados em pastagens, e de manutenção de culturas intercalares de feijão e milho nas zonas novas, com terras de maior fertilidade e produtividade.

Segundo dados da pesquisa, "no triênio 1931/1933 a área cultivada para o conjunto dos produtos pesquisados somava 4,3 milhões de hectares,

correspondendo a 17,5% da área do Estado (...). O café, ocupava 51,0% dessa área, representando 59% do valor da produção. Juntamente com o café, o milho era o segundo produto mais importante em área cultivada, representando 24,5% dessa área, totalizando as duas culturas 75,6% da área e 71,0% do valor da produção agrícola".

A partir de então, "o algodão que sofreu processo de regressão da produção após meados da década de 1920, tem sua dinâmica explicada, nos anos 30, por um lado, através da política de sustentação dos preços pelo governo americano durante uma década; e pela entrada no mercado brasileiro dos alemães, japoneses e italianos, além dos ingleses, que já participavam da disputa do algodão brasileiro. Por outro, a indústria têxtil nacional cresceu no período 1933-1948, aumentando o consumo interno" (pp.27/8). Além dela, verificou-se no período o crescimento das beneficiadoras do algodão e das fábricas de óleo.

No biênio 1936-1938 a área cultivada avançou somente para 4,5 milhões de hectares, refletindo tanto a crise do café, quanto a da economia mundial. Embora os principais produtos, em participação na área cultivada, continuassem sendo o café, que representava 39,2% da área e 56,0% do valor da produção, e o milho, com 22,0% da área e 9,5% do valor, o algodão teve uma elevação de 15 pontos percentuais na sua participação, representando 17,7% da área e 5,8% do valor.

Interessante chamar atenção que "a cana-de-açúcar se colocou também como alternativa para substituição da cultura cafeeira, embora sua participação em área cultivada fosse pouco expressiva, não

chegando a 2% do total em 1936/38" (p.28).

Também "a agricultura de alimentos foi outra alternativa de substituição à agricultura cafeeira, embora em segundo plano, e teve sua dinâmica ligada à expansão da urbanização e da industrialização e à melhoria nos preços dos produtos derivados da expansão do consumo. São Paulo se mantém como principal produtor de arroz, segundo produtor de feijão, cuja queda se dá em função da diminuição do plantio do café, pois a leguminosa tinha grande parte de sua produção intercalada às culturas cafeeiras. A área cultivada com os três produtos alimentares para os quais conseguimos informações (arroz, feijão e batata) representava 19,4% da área cultivada do Estado entre 1931/33, mantendo o mesmo nível de participação de 1920, e portanto com ritmo de crescimento semelhante à da agricultura em geral. O arroz participava com 9,1% da área, o feijão 9,4%, ficando a batata com menos de 1,0%. Quanto ao valor da produção, o arroz representava 7,9%, a batata ficava com 3,4% e o feijão com 3,3% do valor total dos produtos pesquisados" (p.30).

Após o período de crise mais intensa, no entanto, "no biênio 1936/1938 verificou-se pequena redução da área cultivada com os produtos alimentares que representavam 17,5% da área cultivada do Estado. O arroz participava com 8,1% da área, o feijão com 7,6%, enquanto a batata e a mandioca ficavam com menos de 1% da área cultivada total. Quanto ao volume produzido por essas culturas, houve pequeno acréscimo quando comparada ao período anterior e passou de 961.456 para 979.073 toneladas" (pp.30/1).

Quando a integração do mercado nacional se acelerou, São Paulo conduziu tal processo sob sua determinação econômica. No caso da agricultura, após a II Guerra Mundial, os dados do censo mostram que, em 1949, São Paulo passou a ser o primeiro produtor de cana-de-açúcar, juntamente com a produção de algodão, arroz, banana, batata-inglesa, e café, sendo segundo na produção de laranja e milho, terceiro em feijão e sexto de mandioca.

Comparar a evolução da agricultura paulista, no período entre a "Crise de 1929" e o final da II Guerra, com a expansão do crédito rural do banco oficial do Estado aparentemente poderia levar a um problema de distinção entre correlação e causalidade. Mas só na aparência isto constituiria dúvida. Verificando a abrangência dos lavradores beneficiados por crédito agrícola do Banco do Estado - objeto do tópico anterior -, e comparando-a com a dimensão real da agricultura paulista - objeto deste tópico -, chega-se à hipótese de o BANESPA não teve um papel de fomento fundamental (em termos de volume e valores) para o desenvolvimento agrícola de São Paulo, pelo menos nos anos iniciais de sua Carteira de Crédito Rural. Talvez fosse mais próximo da verdade afirmar que o BANESPA se aproveitou mais do volume de negócios propiciado pela agricultura do Estado, principalmente na área de comercialização, através de desconto de títulos envolvidos nas transações mercantis a prazo, do que propriamente grande número de agricultores paulistas tenha se beneficiado de seu crédito.

Assim, a hipótese da Primeira Parte de que a atividade bancária era,

desde o início da República, essencialmente urbana, parece se confirmar também para o período 1930-1945. Os bancos comerciais captavam os excedentes gerados pela produção agrícola, principalmente descontando títulos comerciais, para "irrigar" a economia urbana.

4.3- BANCO DO ESTADO E O DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL DE SÃO PAULO

Os Relatórios Anuais da Diretoria à Assembleia de Acionistas pouca referência direta fazem ao desenvolvimento industrial e à urbanização do Estado de São Paulo. No entanto, vimos no Capítulo 2 que a atividade bancária constitui, em São Paulo, desde o início do século, uma atividade essencialmente urbana. Entre outros motivos, porque nas cidades é o lugar onde avança mais o desenvolvimento capitalista, o que permite maior liquidez (ciclo de rotação de capital mais intenso), rentabilidade (taxas de lucros que permitem maiores taxas de juros) e segurança (contratos sob garantia de prédios urbanos submetidos a uma justiça não tão manipulável pelos tomadores de crédito) nas operações bancárias. Concentra-se nas cidades, evidentemente, o maior número de depositantes (com consequente maior utilização de cheques), o que permite aos bancos a exploração do poder de "criar" moeda bancária, através do multiplicador monetário, com os saldos bancários ociosos. Especificamente na capital de São Paulo localizaram-se, inicialmente, as sedes das principais empresas do País.

Teoricamente, há um método de raciocínio simples para se entender a ligação do "lado real (ou produtivo)" e o "lado financeiro" das atividades econômicas. Essencialmente, o crédito constitui uma questão monetária. Isto é evidente não só nas propostas de emissão de moeda para resolver o problema do crédito, como também na constatação que os empréstimos bancários "criam" moeda por meio de depósitos. Como a

circulação monetária é, em parte, função da circulação de mercadorias, que, por sua vez, reflete as condições da produção, o volume de moeda em circulação tem uma ligação com as condições do sistema produtivo. Em outras palavras, por essa visão teórica, a crescente complexidade do setor produtivo causada pelo desenvolvimento urbano-industrial provoca a expansão de um setor financeiro.

Pois bem, vimos no primeiro tópico deste capítulo que após o declínio das safras cafeeiras no Estado de São Paulo, e concomitante queda do financiamento cafeeiro por parte do BANESPA, este Banco multiplicou suas operações. Embora o discurso oficial desse maior ênfase ao crédito agrícola para o pequeno agricultor, tentando capitalizar a pluralidade dos lavradores e a diversificação da agricultura, constatamos que a Carteira Comercial tinha uma dimensão, em 1942, quase 80 vezes maior que a dos empréstimos da Carteira Rural. Neste sentido, as operações com contas correntes garantidas e desconto de títulos, essencialmente comerciais (e, de certa forma, urbanas), possuíam muito maior importância econômica para o Banco.

Vimos também o programa de expansão da rede de agências do BANESPA, a partir de 1935, principalmente no interior do Estado. Pela tabela com o "Histórico da Rede de Agências", verificamos que de 1926 até 1935 o Banco só possuía a Matriz em São Paulo e a filial em Santos. Em 1936, 10 anos após sua reorganização, somou mais uma agência na capital e passou a ter 3 no interior. Com 20 anos de existência como banco oficial do Estado, sua rede de agências no interior alcançou 48 estabelecimentos (a partir de 1937 passou a ter

QUADRO 4.3

HISTÓRICO DA REDE DE AGÊNCIAS DO BANESPA

ANO	CAPITAL	GDE.S.P.	INTERIOR	OUTRAS UF	TOTAL
1926	1		1		2
1935	1		3		4
1936	2		3		5
1937	2		7	1	10
1938	2		9	1	12
1939	2		12	1	15
1940	2		16	1	19
1941	2		20	1	23
1942	2		32	1	35
1943	2		36	1	39
1944	2		41	1	44
1945	2		45	1	48
1946	2		48	1	51
1947	2		49	1	52
1948	2		51	1	54
1949	2		55	2	59
1950	2	1	61	3	67
1951	2	1	64	4	71
1952	2	1	67	5	75
1953	2	1	70	7	80
1956	3	1	70	7	81
1959	4	1	70	8	83
1961	4	2	79	13	98
1962	4	2	79	14	99
1963	4	2	79	16	101
1964	9	4	81	16	110

uma em outro Estado - Campo Grande, MT). Somente em 1956 passou a expandir sua rede de agências no município de São Paulo (3 neste ano, 4 até 1963 e em ritmo intenso a partir de 1964). Na Grande São Paulo ocorreu fenômeno semelhante. Em outros Estados, intensificou-se a partir dos anos 50. Portanto, a grande expansão de sua rede de agências deu-se no interior do Estado, principalmente até 1953, quando alcançou 70 estabelecimentos, número que permaneceu até 1961, quando subiu para 79, ficando neste limite até 1964.

Consequentemente, é importante sabermos o que houve no interior do Estado, em termos de desenvolvimento urbano-industrial, que motivasse tanto a conquista do mercado por parte do BANESPA. Para isso, vamos nos basear, mais uma vez, na citada pesquisa "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo", agora especificamente no documento "O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980)", cujos autores são Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano.

Analisando a transição para a sociedade urbana no Estado de São Paulo, na década de 20, a conclusão que esses autores chegam é que "já em 1920 estava traçado o destino das regiões no estado de São Paulo, que as décadas posteriores só fizeram confirmar; nos anos 20 estavam lançadas não só as 'raízes da concentração industrial em São Paulo' mas também as raízes da divisão inter-regional do trabalho dentro do estado. Nesse período as regiões que constituíam o 'interior em 1920' reuniram ou consolidaram os recursos que lhes serviu de base para enfrentar o desenvolvimento posterior, quando se implantou

efetivamente um processo de urbanização baseado na acumulação industrial" (p.38).

Eles constataram que "o que caracteriza a dinâmica urbana regional do estado de São Paulo nos anos 20 é o desenvolvimento urbano decorrente da combinação entre indústria e expansão agrícola, por sobre uma rede urbana originada de processos anteriores, como por exemplo: à acumulação industrial que estava tomando corpo nos anos 20: o velho café (escravista ainda) no Vale do Paraíba, o novo café (que estruturou o complexo cafeeiro capitalista) em Campinas e Ribeirão Preto ou o antigo mear (século XVIII) e o algodão (séculos XIX e XX) em Sorocaba" (p.36).

No ano de 1934, "na região da Grande São Paulo encontrava-se 45,4% da população urbana do estado. Na Baixada Santista (o que vale dizer, basicamente em Santos) encontravam-se outros 6,5%, o que soma 51,9%. A população urbana de Campinas e Ribeirão Preto representavam, respectivamente, 13,1% e 12,2% do total do estado, e Sorocaba, 6,8%. Enquanto isso, encontrava-se no Vale da Paraíba 5,2% da população urbana do estado. Os restantes 10,8% estavam distribuídos entre as regiões de urbanização mais recente, como Bauré (4,6%), ou incipiente, como as demais do Oeste Ploneiro" (p.38).

Cano (1987), a respeito da industrialização interiorizada, lembra que "ao final da década de 1920, o espaço compreendido pelo interior do Estado de São Paulo (dele excluídos os municípios da Grande São Paulo) já deteria - pelas precárias informações que se dispõe -, cerca de 29%

da produção industrial paulista, cifra próxima à que o Censo Industrial de 1960 revelaria. O período que medeia a crise de 1929 e a implantação da indústria pesada (1956/1961) testemunhou o avanço da industrialização interiorizada, fazendo com que a participação do restante do interior no total da indústria paulista, em termos de valor produtivo, se mantivesse, acompanhando o crescimento médio estadual. Contudo, essa industrialização se fez de maneira complementar às necessidades do centro industrial dominante, fortemente concentrada na Grande São Paulo: a industrialização no interior obedeceu à necessidade daquele centro, articulando a transformação industrial de sua agricultura e expandindo, basicamente, o setor industrial produtor de bens de consumo não durável, notadamente alguns segmentos da agroindústria" (pp.1/2).

Portanto, segundo Negri, Gonçalves e Cano, "as mudanças na estrutura produtiva, no ritmo em que ocorreram, trouxeram consigo as sementes do processo de metropolização da Capital do estado, que começaram a germinar nesse período para mostrar-se em toda sua força no período posterior" (pp.42/3).

Os dados censitários reunidos nessa pesquisa mostram que "em 1920 a população paulista abrangia cerca de 4,6 milhões de pessoas, aumentando, em 1934, para 6,4 milhões. Nesse ano, o primeiro censo da população urbana paulista revela uma taxa de urbanização de 36,7% na população do estado que aumentou para 44,1% em 1940, quando a população total crescera para cerca de 7,2 milhões. Nas décadas que se seguiram a população urbana cresceu a um ritmo superior ao da

população total e a taxa de urbanização do estado progrediu para 52,6% em 1950, quando a população do estado já ultrapassara os 9 milhões de habitantes, e 62,8% em 1960, quando o total de habitantes já era de quase 13 milhões. Assinale-se que, em 1950, quando metade da população paulista já se concentrava em áreas urbanas, no conjunto do Brasil a taxa de urbanização era de apenas 36,2%; em 1960 a urbanização alcançava cerca de 45% do total da população brasileira, quando em São Paulo a população urbana já era quase de dois terços" (pp.43/4).

A pesquisa mostra que "esse crescimento populacional urbano simultaneamente deu corpo à rede urbana do interior do estado e origem à concentração que configuraria a metrópole paulista. Em 1940 a capital do estado reunia 39,7% da população urbana do estado, e a região da Grande São Paulo, no conjunto, 43,5%. Em 1950 esses números evoluíram para 42,7% e 48,6% e, em 1960, para 40,0% e 49,1%, o que indica o maior crescimento relativo dos municípios em torno da capital ensejando a formação da metrópole. Em 1960 a concentração metropolitana já estava configurada e nela residia quase a metade da população urbana paulista e 30,9% do total da população do estado" (p.44).

Interessante também destacar, para alcançarmos nosso objetivo de informar sobre o espaço econômico no qual se expande a rede de agências do BANESPA, que "em 1940 a estrutura ocupacional do estado caracterizava-se ainda pela predominância do trabalho agrícola, que ocupava 55,0% do total da população economicamente ativa (PEA). Nas atividades urbanas, 28,6% da PEA ocupavam-se nos diversos ramos do

setor terciário e 15,4% concentravam-se no setor secundário, sendo 12,7% exclusivamente na indústria de transformação. No setor terciário o ramo de maior peso era o de prestação de serviços, que ocupava 10,3% da PEA, secundado pelo comércio de mercadorias, com 6,5% e por transportes, comunicações e armazenagem, com 5,0%. Esses três ramos, juntos, constituíam três quartos do setor terciário a essa época, um terciário ainda relativamente pouco diferenciado" (p.48).

Em 1940, pouco mais de um quinto da população do Estado já se concentrava na área metropolitana, que possuía mais da metade do emprego no secundário e menos da metade do emprego no terciário. "Neste ano, a Grande São Paulo já era responsável por 62% do valor de transformação industrial gerado no Estado e por 25% do total do Brasil. O interior do Estado, por sua vez, onde estava 39% da PEA industrial e 57% da PEA do terciário, respondia pelos outros 38% do valor da transformação industrial de São Paulo e, também, por 15% do total do Brasil, mais do que grande parte dos Estados do país" (p.49).

Eram distintas, no entanto, as composições do setor terciário na capital e no interior. Neste, a PEA era predominantemente rural (74%), ficando o restante da PEA nas cidades, sendo 18% no terciário e 8% no secundário. Assim, "o setor terciário na metrópole dava suporte a uma grande concentração populacional e a uma ponderável atividade industrial, enquanto no interior o setor terciário estava pulverizado pela rede urbana e dava suporte, principalmente, à atividade agrícola e à população rural/urbana" (p.50).

Não temos evidência estatística do movimento bancário nas agências do BANESPA no interior do Estado, para compararmos com o da capital. Numa análise puramente qualitativa, podemos levantar a hipótese que a expansão de sua rede de agências para o interior possuía mais uma motivação político-estratégica de ocupar espaço, ou melhor, ganhar parcela de mercado, provavelmente ainda não disputado pela iniciativa privada, no interior do Estado, e atender o reclamo de políticos locais junto ao governador sobre a necessidade de atendimento bancário em zonas pioneiras.

Em outras palavras, levantamos a hipótese que os bancos privados preocupavam-se muito mais com a disputa do mercado bancário metropolitano, que, pela concentração populacional e industrial, certamente oferecia maiores oportunidades de negócios com liquidez, segurança e rentabilidade satisfatórias. O Banco do Estado, para compensar o descaso desses bancos com o interior, não necessitando tanto concorrer por depósitos na região de maior concentração econômica, na medida que estava, de certa forma, "garantido" pelos depósitos do governo do Estado e dos funcionários públicos, pode dedicar-se à ampliação de sua rede de agências por todas as regiões do Estado. Aproveitou então o potencial econômico do interior paulista, como vimos, já nessa época, bem maior do que o de grande parte dos Estados do país.

PARTE III.

**BANESPA E
O DESENVOLVIMENTISMO**

CAPÍTULO 5 BANESPA NO APÓS-GUERRA

5.1- INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE

"Do alto de sua cúpola, do cimo bem alto de sua torre altíssima, está o Banco avisando, à noite, com suas luzes, aos nautas do espaço que suas asas, aligeras, pandas e velozes, sobrevoam um dos mais felizes recantos do Brasil, a oficina de trabalho honesto e sem pausa, de brasilidade sem escusadas exteriorizações; estão sobre a terra de Anchieta, a Piratininga que, sejam quais forem os vendavais vindos dos homens ou do acaso, será sempre o São Paulo inderrocável, vivendo do fulcro de sua fé em Deus, de suas tradições e da segurança do seu futuro enobrecedor e maravilhoso".

Assim o Relatório do Exercício de 1946 anunciava a inauguração do novo edifício-sede do Banco.

No entanto, no Relatório do ano seguinte, nova Diretoria anunciava a inauguração oficial do edifício-sede: "A 27 de junho de 1947, o Exmo.

Snr. Governador Dr. Adhemar de Barros, que, por singular coincidência, fora quem, na qualidade de Interventor no Estado, lançara, nessa mesma data, em 1939, a pedra basilar do nosso edifício-sede, nos deu a honra de inaugurar oficialmente, as nossas instalações, só então realmente terminadas".

Essa dupla inauguração deu margem a duas cartas-abertas. A primeira,

dirigida à Diretoria do Banco do Estado por um membro da Assembléia Constituinte de São Paulo, em 27 de Junho de 1947, denunciou "a esdruxula e dispendiosa idéia de se proceder a novas solenidades inaugurais do edifício-sede do Banco do Estado". Assinalou que o edifício "começou a ser gradativamente ocupado há mais de dois anos. Nele passaram a funcionar, há um ano, todas as seções e departamentos do grande instituto". Segundo a carta, "desde o exercício de 1946 é um fato consumado a inauguração oficial do novo edifício do Banco do Estado, SEM POMPAS DISPENSÁVEIS, segundo se depreende dos termos do respectivo relatório. (...) Nos dias que correm o contraste é flagrante. Os gastos aí se alinham no programa da rumorosa festividade; placa de bronze de fino lavor em homenagem pessoal ao atual chefe do executivo, ricos convites em alto relêvo, champanha para três mil convidados, distribuição de artísticas dadivas magnanimas próprias das cerimônias reais do corrupto paço solar de Versalhes. (...) A placa de bronze é muda. Senão diria que essa pedra fundamental, de há oito anos, começo da execução do primitivo projeto do edifício, desapareceu emergida no atoladouro, em companhia das estacas Franki, igualmente afogadas na voragem do lodo do sub-solo. Também o plano inicial, que cobria apenas uma parte do terreno do Banco, foi totalmente substituído por outro, que aproveitou a área integral do solo, dando frente para a rua Boa Vista".

Essa carta fez coro com alguns editoriais de oposição, por exemplo, o do jornal O Estado de São Paulo, que criticou "a 'reprise' de inauguração: "Vai repetir-se a cena, muito pitoresca por sinal, e com um quê de ridículo, de se inaugurar pela segunda vez o que já fora

inaugurado". Citou entre outras "segundas inaugurações" a da Cantareira, da Via Anchieta, das Usinas do Cubatão, pertencentes à Light and Power, além da nova sede do Banco do Estado.

A segunda carta-aberta, de 25 de maio de 1962, durante a campanha eleitoral, dirigida aos funcionários do Banco por Adhemar de Barros, para pedir votos, iniciou-se com o seguinte argumento: "Meu caro patrício, ao construir o atual edifício-sede do Banco do Estado tive por escopo, além de outros motivos imperiosos, o de proporcionar, aos seus funcionários, condições e ambiente de trabalho condignos"...

De fato, a 27 de junho de 1939 foi lançada solenemente, pelo Interventor Federal Adhemar de Barros, a primeira pedra do edifício-sede do Banco, em terreno há muito adquirido para este fim, à Praça Antônio Prado, na Capital de São Paulo. Para este efeito, projetou-se as proporções do edifício de forma a obter, através de locação, remuneração compensadora sobre o custo do terreno, que além de elevado, agravou-se com a longa ociosidade do capital nele empregado. As obras foram iniciadas em 13 de setembro do mesmo ano. Porém, teve seus serviços retardados pelo resultado negativo do estaqueamento "Sistema Franki", então preconizado pelo projeto original, o que determinou a rescisão contratual da administração anterior e entrega da direção geral dos trabalhos a outra firma de engenharia.

Declaradamente o Diretor Superintendente do Banco, em outubro de 1938, era contrário à construção de uma sede para o Banco tão grandiosa como

a imaginada, em que se imobilizaria duas dezenas de mil contos de réis, imobilização essa que, segundo ele, fugiria às finalidades do próprio Banco. No entanto, levada a efeito a venda do terreno da Praça Antônio Prado, não se conseguiu apurar oferta de preço maior que sete mil contos de réis, preço médio de qualquer outro terreno onde pudesse ser levantado o prédio para a Matriz. A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo contratou com o Banco a permuta do prédio "João Brícola", na Praça Antônio Prado, por um prédio na Praça Ramos de Azevedo, que o Banco mandou construir com o custo total de Rs.9.527:484\$100. Para que o Banco pudesse construir à Praça Antônio Prado, teve que rescindir os contratos de locação que pesavam sobre esse imóvel (Rs.1.308:970\$800) e adquirir os prédios ns. 13 e 15 da Rua Boavista, contíguos à área do prédio João Brícola, que era insuficiente para a construção imaginada (Rs.1.318:000\$000). Calculados em Rs.1.150:000\$000 os juros sobre esse capital invertido, a inversão total de Rs.13.304:450\$900 representava apenas o valor do terreno, cujo prédio João Brícola ainda tinha de ser demolido. Nesta circunstância, o Diretor Superintendente não via outra alternativa senão prosseguir na execução iniciada, imediatamente, pois toda e qualquer demora seria altamente ruínosa ao Banco em perdas de juros sobre o capital imobilizado.

O edifício do BANESPA, quando foi inaugurado, era o mais alto da América do Sul. Sua altura atingia 162,22 metros, ultrapassando em muito a do edifício "Cavanagh", de Buenos Aires, que até então não encontrava rival no continente. Por outro lado, tendo em conta os edifícios construídos em concreto armado, o do Banco do Estado era considerado o mais alto do mundo, pois os imensos arranha-céus que se

erguiam nos Estados Unidos eram construídos em estrutura metálica. O projeto do edifício atendia com precisão a parte urbanística da cidade. Pela sua localização invejável, num dos pontos mais centrais e elevados do perímetro urbano, voltado para o eixo da Avenida São João, o terreno propiciava uma edificação que atendesse às necessidades urbanísticas, para se estabelecer um conjunto arquitetônico equilibrado no remate desta importante via pública, onde se erguia, de um lado o maciço do prédio Martinelli e, de outro, o futuro edifício do Banco do Brasil. A obra arquitetônica de 34 andares sobressaía, em culminância, sobre todos os demais arranha-céus da Capital. De qualquer quadrante da cidade era visível seu esguio perfil.

O progresso de alguns estabelecimentos bancários em São Paulo, notadamente o Banco do Comércio e Indústria, o Banco Francês e Italiano, e o Comercial, tinha sido seguramente mais pronunciado depois que os mesmos se instalaram em edifícios e locais então considerados suntuosos. Daí a expectativa que o capital empregado em tais construções promoveria também a afluência de novos clientes, cujos depósitos viriam compensar os fundos imobilizados.

Os resultados do BANESPA eram de tamanho vulto que autorizavam a aplicação de uma pequena porcentagem, se necessário for, para demonstração clara de serem eles solidamente empregados. O capital e reservas do Banco atingem proporções tais que torna necessário dar ao público que o favorece com a sua confiança, a impressão de que realmente existem representados, pelo menos numa parcela apreciável,

em indôvil de real valor".

Estimava-se que mesmo que o Banco do Estado viesse a dispendir, englobadamente, para sua sede, a importância aparentemente vultosa de cerca de 22 mil contos (o maior valor de prédio de estabelecimento bancário em São Paulo, na época), esta representaria apenas 1/10 de seu capital e reservas e pouco mais de 3% de seus depósitos. Essas porcentagens eram muito aquém das médias dos outros bancos, respectivamente, 33,8% e 6,8%, e inferiores a qualquer uma das porcentagens dos demais estabelecimentos de seus concorrentes.

Em 1938, analisando os recursos prováveis para o orçamento da obra, comprovava-se que o valor do terreno, no montante de cerca de 13 mil e 300 contos, já se achava imobilizado sem ter, com isso, afetado as operações do Banco. Considerava-se que a quantia a ser empregada na construção do edifício não seria desembolsada de uma só vez, mas em parcelas periódicas, durante um prazo suficientemente longo.

Para fazer face aos desembolsos durante a obra, não teria o Banco necessidade de restringir quaisquer de suas operações, já que eram eles realmente insignificantes em face dos seguintes recursos com que o Banco podia contar:

- a) parte da venda dos cafés adquiridos pelo Governo do Estado, com recursos do Banco, em 1937, e que deveriam estar em Santos até 30 de junho de 1939: 20.000:000\$000;
- b) venda de apólices populares paulistas: 29.951:600\$000;
- c) recebimento mensal do Tesouro do Estado de Rs.534:634\$900,

provenientes da seção de apólices Mairinque-Santos, em 18 meses:

9.623:428\$200;

d) fácil realização de apólices do Reajustamento Econômico, de propriedade do Banco, cujo total de Rs. 57.762:500\$000 menos Rs.12.000:000\$000, reclamados pelos banqueiros Lazard Brothers & Co. Ltd. em garantia: 35.694:750\$000;

Total: 95.269:778\$200. Esta quantia comprovava que o Banco podia dar início à construção de sua sede, sem maior receio. Além desses, dispunha de outros recursos bem apreciáveis, correntemente realizáveis e provenientes de operações então congeladas, quais sejam:

- a) prestações de vendas de imóveis rurais e urbanos de propriedade do Banco;
- b) vendas prováveis de 10 fazendas, ainda de sua propriedade;
- c) vendas a realizar de terrenos e propriedades urbanas;
- d) recebimentos progressivos de vários créditos, ora em vias de liquidação e/ou em regime de moratória;
- e) realização de apólices uniformizadas e outros títulos de sua propriedade e de fácil colocação;
- f) venda da antiga sede do Banco.

Portanto, não era prejudicial ao seu giro bancário a imobilização de 20 a 25 mil contos de réis, quando se tinha em vista a segura e fácil realização de quantia superior a 95 mil contos de réis. Além disso, seu encaixe de cerca de 14 mil contos de réis era perfeitamente suficiente para atender às necessidades das operações bancárias normais.

A significativa importância da rubrica de Imóveis nos Balanços do BANESPA revelavam que havia, no Banco, uma série de operações vinculadas a imóveis e cuja liquidação se revestia de embaraços que dificilmente poderiam ser superados pelos devedores. À vista disso, a solução desses casos levavam ao recebimento dos imóveis em dáção de pagamento, após avaliação, com as devidas cautelas. Assim, conseguia, de um lado, por fim a situações precárias, e, por outro, em troca de dívidas praticamente incobráveis, integrar no patrimônio do Banco imóveis que, bem trabalhados e expurgados de dúvidas que os poderiam depreciar, representavam um valor várias vezes superior àquele por que foram recebidos. Além de representarem esses imóveis uma segura garantia contra a constante desvalorização da moeda, redundavam em fonte certa de renda no futuro, quando eram, em ocasião oportuna, loteados ou vendidos.

No mesmo título do Balanço figuravam também os prédios e terrenos para agências do Banco, que eram construídos ou adquiridos, visando, além de garantia contra desvalorização do cruzeiro, dotar aqueles departamentos de instalações cômodas. Por exemplo, a posição dos imóveis em uso do Banco em 31/1/59 registrava, além da parte ocupada pelo BANESPA no edifício-sede (valor contabilizado de Cr\$67.845.280,80), 65 prédios de agência, mais 9 em construção e 5 terrenos adquiridos para futuras construções de agências, no valor total contabilizado de Cr\$217.365.710,30, ou seja, o valor do edifício-sede representava, 12 anos após sua inauguração, parte significativa do valor total dos imóveis em uso.

5.2- ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

O Relatório do Exercício de 1947 defendia nova organização bancária para o país:

"O de que se tem necessidade é que possam os bancos privados, ao lado dos nacionais ou estaduais, encontrar o ponto de apoio indispensável às suas úteis iniciativas, visando o incremento da produção agrícola, o desenvolvimento da indústria e, enfim, o progresso nacional. Mas é mister que se crie, realmente, um órgão com atribuições e plasticidade capazes de levarem a confiança ao capital progressista e empreendedor, ao invés da adoção de um simples órgão burocrático, exageradamente hipertrofiado de poderes e vantagens, sem ônus nem atuação benéfica de qualquer natureza, lamentável revivescência do velho e negativo estado 'absolutista', de caduca memória. É indispensável que se dê, conseqüentemente, ao sistema bancário nacional, uma estrutura verdadeiramente conforme com as reais necessidades do país, e ajustada às peculiaridades das diferentes zonas geo-econômicas em que se desenvolvem as mais variadas e multiformes atividades patrias".

Cogitava-se, naquele momento, da reforma bancária nacional, por iniciativa do Ministro da Fazenda. O projeto de lei apresentado e já em andamento na Câmara Federal, segundo o Relatório, "ressente-se de certa plasticidade, tornando, assim, demasiado rígido o órgão que se objetiva criar. (...) O Banco Central, pelos modos do projeto, ficará na Capital da República, ditando normas, estabelecendo regras, com função quase que meramente fiscalizadora, ou, noutra palavra, para

sermos mais exatos, simplesmente, coerciva".

Portanto, achava-a uma lei defeituosa, sem fundamento econômico, e, apenas, de caráter essencialmente político. Defendia que "seja (fosse) aditada à iniciativa em apreço, pelo menos, a divisão do país em quatro zonas geo-econômicas - norte, nordeste, centro e sul - nelas colocando outros Bancos Centrais, ligados entre si, interdependentes por meio de um Conselho de Administração". Em outras palavras, defendia um sistema bancário dispondo tanto de institutos de crédito de influência local, como de Bancos Centrais regionais, de acordo com as peculiaridades produtivas das referidas zonas, ou seja, o financiamento do café ficaria sob a responsabilidade dos bancos do Centro...

Segundo Banas (1959, p.24), "até pelo menos 1953, efetivamente, o café era a mola-mestra do sistema bancário nacional, ou melhor, de seu setor mais rentável, o paulista. Tanto o volume dos negócios ligados ao produto, como a segurança e a velocidade com a qual as aplicações voltavam para o banco, asseguravam aos estabelecimentos bancários paulistas uma rentabilidade consideravelmente superior à da média observada no conjunto dos bancos no Brasil. É esta, aliás, a razão porque os estabelecimentos de todas as regiões do país passaram a abrir agências no Estado de São Paulo: todos queriam se aproximar desta fabulosa 'matéria-prima bancária', que era o café. Em outras palavras, o volume de dinheiro quando depositado num 'Banco de Café' rendia mais do que quando confiado a um banco que trabalhava no Rio de Janeiro ou no Rio Grande do Sul. Assim, enquanto que esses últimos

bancos mantiveram as suas raízes no seu Estado de origem e só participavam marginalmente nas transações com o café, a sua rentabilidade era inferior à dos bancos cafeeiros, mesmo quando o volume dos depósitos lhes era mais favorável". Assim, embora o capital cafeeiro tivesse perdido seu papel dominante no ritmo de acumulação da economia pulista, para o setor urbano-industrial e outras lavouras, o financiamento da comercialização do café ainda propiciava lucros bancários extraordinários.

A situação mudou na década de 50, pois a inflação brasileira entrou numa fase mais aguda e as necessidades de investimentos industriais foram crescendo. Como consequência desse aumento da demanda de crédito, subiu consideravelmente a taxa de juros, principalmente das aplicações. Em que pese a taxa de inflação após 1950 ficar acima do limite para a taxa de juros fixada pela "Lei da Usura" (12% a.a.), através de recursos como juros cobrados "por fora", sobrecarga nas comissões bancárias e contas vinculadas (ou "saldos compensatórios"), alcançava-se lucros bancários substanciais com a inflação, pela diferença entre duas taxas de juros negativas: as cobradas, que eram crescentes, e as pagas (sobre depósitos à vista, até 1966), que eram estáveis. Com isso as aplicações no comércio cafeeiro deixaram de render mais, em termos de volume, do que empréstimos ou descontos concedidos a outros setores econômicos do país. Já não era vantagem tentar trabalhar exclusivamente com o café, mas sim acumular o maior volume de depósitos, pois o rendimento se uniformizava através dos lucros inflacionários.

Dessa forma, os bancos de Minas Gerais, que tinham a seu favor a vantagem inicial de ter estendido sua rede de agências para todas as regiões do Território Nacional em busca de novos depositantes - vantagem essa que só com o tempo poderia ser compensada pela expansão dos bancos paulistas para fora de sua região, que se fazia lentamente -, começaram a se beneficiar da nova situação. Suas colocações no ranking dos maiores bancos por volume de depósitos e a evolução de seus lucros líquidos demonstravam essa situação (Cf. Costa, 1978).

Esse fenômeno descrito foi, na verdade, reflexo das grandes mudanças ocorridas na atividade bancária do país após a II Guerra Mundial. Durante o período do conflito, caiu o número de bancos estrangeiros no país: existiam 80 em 1940 (8 entre os 20 maiores) e em 1946 só restavam 38 (em 1944 somente 3 estavam entre os 20 maiores). Desde a legislação restritiva ao funcionamento dos bancos estrangeiros imposta pelas Constituições de 1934 e 1937 e pelo Decreto-lei de 9 de abril de 1941, quando se impôs prazo para nacionalização do sistema bancário brasileiro, esses bancos foram perdendo posição, sendo alguns bancos dos "países do Eixo", inclusive, nacionalizados. Simultaneamente, houve crescimento extraordinário no número de bancos nacionais durante a II Guerra Mundial: em 1940 existiam 354 matrizes, em 1944 elevou-se para 663; nos mesmos anos, respectivamente, havia 1360 agências bancárias que passaram para 2459, o que, de certa forma, demonstrava a pouca concentração das unidades bancárias.

Eram baixas as "barreiras à entrada" no sistema bancário: a legislação era permissiva; exigia-se nível reduzido de recursos de capital; e

eram poucos os requisitos organizacionais e tecnológicos necessários à instalação de novos bancos. A operação especulativa dos bancos não encontrava nenhum entrave: era fácil fundar um banco para especular... Com o auge da inflação, em 1943/44, só o lucro especulativo compensava, ou seja, dava um retorno real aos negócios. Foi um período de boom imobiliário, de grande urbanização das Capitais brasileiras. Haja vista que o Banco do Brasil em 1941, enquanto financiava a agropecuária com Cr\$676 milhões, à Prefeitura do Distrito Federal contribuía com Cr\$450 milhões e à indústria de construção civil com Cr\$452 milhões. A CREA do Banco do Brasil, em 1944, fazia 66% de seus empréstimos à pecuária, que respaldou a especulação conhecida como "boom do zebu", e, em 1945, 44,3% ao comércio de algodão (Cf. Relatório de 1946 do Banco do Brasil, p.165).

Em 1944, houve a reorganização da CAMOB - Caixa de Mobilização Bancária - para maior controle da criação de bancos, fiscalização do funcionamento e da expansão, só permitida de acordo com o tamanho do capital. Em 1945, com a criação da SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito -, tornou-se mais rígido o controle governamental sobre os bancos. Foi o fim de uma etapa "competitiva" do sistema bancário brasileiro.

Desde então, as mudanças que se processaram entre os Institutos de Crédito que operavam no país obedeceu, em parte, a critérios de espontaneidade, de concentração e especialização das atividades; e, em parte, a imposições do Banco do Brasil e da SUMOC, Autoridades Monetárias do país.

A economia se diversificava gradativamente com a indústria ocupando lugar preponderante. O sistema de crédito precisava acompanhar essa modificação. Enquanto os bancos brasileiros, por necessidade ou por pressão do Banco do Brasil, se adaptavam, os bancos estrangeiros se mantinham especializados no financiamento do comércio exterior e de negócios de câmbio, não se interessando nem pelo financiamento agrícola nem pelo crédito à indústria local. O fortalecimento do mercado interno, em desfavor das trocas com o exterior, foi mais favorável aos bancos nacionais.

"Os negócios de financiamento do café eram muito lucrativos, assegurando uma rápida circulação dos créditos. A associação dos bancos com armazéns e comissários de café de Santos dava boa rentabilidade. Mas os bancos cafeeiros não permitiam sequer que outros bancos da praça de São Paulo, quanto mais dos outros Estados, penetrassem no seu mercado. Os negócios com o café eram seguros, pois o Banco do Brasil garantia preços mínimos de financiamento, de maneira que a função dos estabelecimentos bancários era, muitas vezes, de uma espécie de agentes do Banco oficial" (Banas, 1959, p.8).

Depois de 1949, a rentabilidade no setor cafeeiro aumentou mais, e com ela cresceu o enriquecimento dos bancos especializados. Esses estabelecimentos adotaram uma política de "autofinanciamento", utilizando entre metade e 2/3 do lucro para reforçar as reservas e incorporá-las mais tarde ao capital. Os bancos estrangeiros, ao contrário, talvez pelo temor às consequências do nacionalismo do

segundo Governo Vargas, remeteram os lucros, na razão de 80%, para o exterior, utilizando somente 20% para reforçar suas reservas; com isso aumentaram mais lentamente seu capital, e, paralelamente, seus depósitos, em comparação com os bancos nacionais.

Criada em 1945, com o propósito de reorganizar um sistema bancário coerente, a SUMOC funcionou desde então como verdadeiro Banco Central, utilizando como órgão executivo o Banco do Brasil. Como primeira medida, estabeleceu novas regras para abertura de bancos, proibindo praticamente o crescimento desordenado do setor. Outra medida foi a concessão de apoio aos estabelecimentos em dificuldades, através da CAMOB. Passou também a facilitar a fusão de bancos fracos com estabelecimentos maiores. O fato de não ter havido quebras espetaculares, e a eliminação dos bancos "marginais" não ter trazido perdas para os depositantes, deveu-se ao lento processo de absorção e à ajuda do Banco do Brasil, tão pronunciada que todos puderam receber seus depósitos (obviamente o reembolso se efetuou em moeda desvalorizada pela inflação).

O saneamento do sistema bancário trouxe em seu bojo forte concentração. Como vimos, lucros substanciais dos bancos eram realizados em cima das taxas de juros negativas pela inflação. O fato delas estarem abaixo do aumento dos preços levou a que a demanda do crédito estivesse sempre acima da capacidade de oferta. A permanente necessidade de elevação dos depósitos à vista (fonte dos lucros bancários) determinava o processo de expansão da rede bancária, pela abertura de novas agências. A concessão de novas cartas-patente era

caso raro, o que obrigava as fusões ou encampações. O processo de concentração bancária é revelado pela queda do número das matrizes de 1944 a 1964 - de 663 a 328 - e pela elevação do número de agências, entre esses anos, de 1796 para 6389. A média de agências por banco subiu, portanto, de 2,7 para 19,5.

Houve também um nítido vínculo entre a política econômica e a concentração bancária. Nos períodos de aceleração inflacionária com política liberal de crédito, a reinversão dos lucros retidos permitiu a expansão interna dos bancos. Políticas de contenção inflacionária, por exemplo, do Governo Dutra, da gestão Gudin de 1954/55 (quando a taxa de inflação caiu de 27% para 16,4%) e da resolução da SUMOC, em 1958/59, de elevar os depósitos à vista e os compulsórios no Banco do Brasil para atender o Tesouro Nacional, levaram a crises bancárias, com eliminação e/ou fusão dos bancos frágeis com instituições financeiras mais sólidas, além da elevação dos depósitos à vista destas. Isto porque os negócios bancários, por princípio, são essencialmente de confiança, já que, em regra, a instituição de crédito trabalha na razão de 90% de suas disponibilidades com fundos de terceiros (os depositantes), que ao menor sinal de instabilidade podem, pelas suas retiradas, colocar o mais sólido estabelecimento em dificuldades.

Outro fator de fortalecimento dos bancos nacionais foi a adoção pelo Governo Federal da política de garantia dos preços mínimos agrícolas, similar à norte-americana, não somente para o café como já era hábito, mas também para outras safras comercializáveis. Começou assim a época

de "inflacionamento do campo", cujas origens remontam a 1951, e que drenou dinheiro em volume crescente para o chamado interior. Os bancos nacionais, atentos à nova situação, começaram a estender a rede de suas agências para os centros de produção agrícola. Os bancos estrangeiros não acompanharam o movimento. Primeiramente, pelo seu hábito tradicional de fazer negócios que se limitava ao setor do comércio exterior; e depois porque a SUMOC não concedia autorização para abrir novas agências no interior, tolerando somente suas agências urbanas já existentes.

A partir dos anos 50, o apelo ao redesconto durante o segundo semestre do ano, quando se processava a comercialização da safra cafeeira (ou outras transações com safras agrícolas comercializáveis), passou a ser um auxílio precioso do Banco do Brasil aos bancos nacionais, pois aumentava sua liquidez no momento de maior aperto e ampliava seu raio de ação. Anteriormente, os grandes estabelecimentos não utilizavam o redesconto, temendo que isso pudesse ser interpretado como um sinal de fraqueza.

Paralelamente com a penetração no interior, se processou a transformação dos bancos regionais em bancos nacionais. Os estabelecimentos de Minas desde a época da Guerra saíram de seu Estado. Os bancos paulistas, no final dos anos 50, ainda não tinham iniciado sua peregrinação para os outros Estados da União, já que as oportunidades oferecidas pela expansão de sua economia eram tão rentáveis que não incitavam ao nomadismo, em busca de outras fontes para financiamento.

Por volta de 1946/48 houve súbita expansão de um grupo de bancos de São Paulo, cujo crescimento foi tão rápido, adotando métodos de trabalho dinâmico, assumindo funções de arrecadadores de impostos estaduais e municipais, oferecendo maiores facilidades aos depositantes, que estes estabelecimentos - que na maioria dos casos nasceram durante a Guerra, daí seus apelidos de "cadetes" - ameaçaram os bancos tradicionais, obrigando-os a prestar o mesmo tipo de serviços.

No pós-guerra o BANESPA, afora o Banco do Brasil, sempre se manteve em primeiro lugar entre os demais bancos do país. Como estabelecimento misto, visivelmente não seguia a orientação estrita de um banco oficial. Segundo Banas (1959, p.203), "ele toma em consideração os interesses coletivos, pela ampliação dos créditos tipicamente agrícolas, mas conduz os seus negócios segundo os princípios de um banco particular".

A distribuição de sua rede de agências indicava que o eixo de suas operações era a região geo-econômica do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 1945, tinha o Banco 47 agências, com somente uma fora do Estado, em Campo Grande; 20 anos depois, sua rede era constituída por 9 agências urbanas, 86 no interior do Estado e 16 em outros Estados, instaladas principalmente nas Capitais, no total de 111 departamentos.

5.3- ATUAÇÃO DESENVOLVIMENTISTA

O Relatório do Exercício de 1948 preocupava-se com a obsessão de rigidez na política monetária e com o apego ao preconceito do quantitativismo puro. Chamava a atenção para a prática do entesouramento da moeda que complicava o problema econômico-financeiro gerado pelos efeitos de uma deflação monetária:

"Podemos classificar em três grupos as causas que vêm preponderando

no fenômeno a que se dá o nome de entesouramento:

- a) a obrigatória retenção do dinheiro, nas zonas mais afastadas, com dificuldades de comunicações; ou a falta de generalização do uso do cheque que se observa mesmo nos centros de maior evolução;
- b) a legislação impeditiva da movimentação dos bens dos súditos do antigo 'eixo' - os italianos, alemães e japoneses -, que provocou imobilização de considerável quantidade de dinheiro em mãos dos numerosos membros daquelas colônias, principalmente nas regiões de maior poderio econômico;
- c) as manobras especulativas dos detentores da moeda na expectativa de oportunidade de lances lucrativos contra os que necessitam de dinheiro".

Esses motivos tinham determinado a fuga de muitos depósitos bancários e das caixas econômicas. O BANESPA propunha, assim, um sistema bancário adequado às realidades brasileiras, para quebrar o isolamento em que viviam entre si, tantas unidades econômicas do país, facilitando a melhor circulação da moeda e, dessa forma, possibilitando o uso intensivo do cheque. A revogação das leis

relativas aos bens de um grande número de estrangeiros radicados no Brasil seria outra medida imprescindível.

Em todos os Relatórios Anuais do pós-Guerra nota-se uma preocupação desenvolvimentista, com "providências que façam cessar a angústia de crédito em que se debatem as classes produtoras". Além de acompanhar o chamado Plano SALTE, que condensava todo um complexo de tratamento de grandes problemas brasileiros - saúde, alimentação, transporte e energia (a crise de energia elétrica vinha reduzindo as atividades industriais)-, ao BANESPA ficou reservado o financiamento da produção agrícola do Estado de São Paulo, na execução do Plano de Mecanização da Lavoura, anunciado pelo Governador Adhemar de Barros em 1947. Esse Plano objetivava o trato da terra com maquinário agrícola, incluindo 600 tratores, através de núcleos motorizados, sob direta administração do Estado. Os grandes e pequenos proprietários faziam contratos de financiamento da produção com o Banco do Estado, deduzindo imediatamente as despesas de mecanização e reservando as cotas excedentes para o trato das terras e colheita das safras.

Segundo argumentava sua diretoria, as multiformes obrigações que tinha o BANESPA, por força da sua tradição e dos seus próprios estatutos, não lhe permitia encarar sob o prisma particular das entidades de direito privado as flutuações operadas na economia paulista, frente à instabilidade do crédito bancário. "Claro que está acima das possibilidades do Banco elidir completamente as dificuldades creditícias e suprir a todas as necessidades financeiras com que lutam as nossas classes produtoras, à falta da organização bancária porque

tanto se reclama. Encarecida a valiosa contribuição dos demais estabelecimentos bancários no fomento das atividades econômicas de São Paulo, convém assinalar que nos tem competido, quase sempre, uma função supletiva sobrecarregadora das responsabilidades deste Banco, uma vez que dita função tem de ser exercida exclusivamente dentro da margem propiciada pelos nossos próprios recursos ordinários, que estão submetidos aos mesmos regulamentos e normas dos bancos particulares de depósitos e descontos. Caracteristicamente, pois, vêm repousando sobre o Banco do Estado os deveres que, se fôssemos dotados de uma organização bancária racional, ou estariam a cargo de institutos especializados ou lhe dariam direito à obtenção de meios proporcionados àqueles deveres”.

Assim, registrou como fato auspicioso a instalação, no âmbito federal, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952, instituição da qual se esperava relevante influência na solução dos problemas básicos do país, por lhe caber a aplicação dos financiamentos negociados com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação, além dos fundos em cruzeiros obtidos pelas sobretaxas do imposto de renda e outros recursos.

No que se refere ao amparo da produção agrícola, finalidade precípua do BANESPA, para que o empréstimo em favor do pequeno e médio produtor pudesse alcançar maior resultado prático, introduziram-se, em 1953, modificações no programa da Carteira Agrícola, dentre as quais, elevação das bases de financiamento; elevação do limite de crédito; facilidades para concessão de crédito, simplificando os processos,

dando maior autonomia às agências e suprimindo algumas exigências até então feitas e pouco justificáveis em contratos de pequeno valor; e orientação aos lavradores financiados pelo Banco, com inspeções periódicas das culturas por agrônomos e a manutenção de contato com a administração das agências, coordenando-se assim o esforço técnico com o estímulo do crédito a juros módicos que o Banco podia oferecer. Como resultado das medidas tomadas, o Banco passou a conceder vultoso número de empréstimos à agricultura, no prazo de colheita (de safra a safra), inegavelmente longo se comparado com outras operações bancárias, como também com taxa de 8% a.a., inferior ao custo normal do crédito bancário na época.

As estatísticas revelavam que, após 1930, foram eliminados, no Brasil, aproximadamente, 1/3 da lavoura cafeeira plantada. São Paulo, que possuía 1.706.530.000 cafeeiros, 20 anos depois estava reduzido a 1.092.488.000, e esses ainda comprometidos em sua capacidade produtiva pelos longos anos de trato deficiente e a grande infestação de pragas. A erradicação dessa cultura em mais de 350 mil alqueires tornou essas terras "cansadas" praticamente inaproveitáveis para novas lavouras de café, devido não só ao custo elevado de fertilizantes para sua restauração, como também aos próprios preços, na medida que podiam ser aproveitadas para outras culturas. Ficaram mais valorizadas porque tornaram-se zonas de maior densidade demográfica.

Gradativamente, desapareceram os remanescentes de safras anteriores que, em mãos do Departamento Nacional do Café, durante anos, foram manejados em detrimento dos interesses dos cafeicultores. Aumentou-se

também o consumo mundial enquanto as colheitas paulistas regrediram (embora as paranaenses tenham aumentado), pelo abandono e erradicação de grande parte das plantações e, ainda, por efeito da queda na produção de cafezais. Assim, com a perspectiva de uma safra das mais diminutas para 1950, por ação das pragas, seca, ventos frios e outras causas mesológicas, foi inevitável que os preços da ainda principal mercadoria de exportação brasileira reagissem até alcançar novo nível de cotação.

Desde então, até 1956, o valor de exportação de café pelo Brasil manteve-se em patamar elevado (em torno de 1 milhão de dólares). A partir deste último ano, ano, o declínio principal ocorreu nas exportações para os Estados Unidos (esse mercado absorvia 55% das exportações brasileiras no período), agravando a carência brasileira de moedas conversíveis. A expansão do consumo de café solúvel nos Estados Unidos, produto esse em cujo preparo entravam em larga escala os cafés africanos de preços muito inferiores aos do café brasileiro, levou a que o café africano, produzido principalmente em territórios coloniais, não só tivesse a preferência das respectivas metrópoles no mercado europeu, como também causasse a redução da proporção da participação brasileira no mercado mundial.

A partir de 1959 houve intervenção governamental no mercado cafeeiro devido à situação criada pela superprodução do produto, em consequência das grandes plantações realizadas sob o estímulo dos altos preços vigentes na primeira metade da década. Houve também a realização do acordo internacional do produto que teve o mérito de

sustentar de alguma forma os preços internacionais, apesar da posição assumida pelo Brasil ter sido onerosa, pois lhe coube cerca de 75% do peso da retenção total do mercado mundial.

Sendo o café o elemento básico da economia do Estado e do país, o Banco, além de amparar esta cultura através da Carteira Agrícola, também aproveitou-se de sua comercialização pela Carteira Comercial. Portanto, ressaltar-se o crescente relacionamento que o BANESPA continuou a ter com a lavoura do café, através do financiamento direto aos produtores, por empréstimos na entre-safra, ou pelo financiamento dos respectivos conhecimentos de embarque. Seu crédito também se fez sentir na praça de Santos, destacando-se o desconto de notas promissórias e warrants com garantia de café e de faturas de venda.

O ano de 1955 se iniciou com um tratamento de choque, ministrado pelo Prof. Eugênio Gudin à frente do Ministério da Fazenda, em relação às finanças nacionais, para conter a inflação e "estancar a sangria que através do confisco cambial, há anos vem debilitando a produção agrícola, especialmente o café, sua viga mestra". Nas palavras do Relatório, "o café é produzido para ser exportado, e não para ser vendido ao Governo, sendo sua missão carrear dinheiro para o país, e não consumi-lo através de emissões". A partir de abril, quando José Maria Whitaker ascendeu ao Ministério da Fazenda, suspendeu imediatamente as compras de café por parte do Governo e provocou uma radical transformação no mercado de café, sem, no entanto, ter conseguido a forma de abolir o confisco cambial. Agravou-se a situação econômica e financeira do país, nas palavras do Relatório da

Diretoria do BANESPA, "fazendo-a retornar ao regime do imediatismo nas soluções, determinadas pela presença dos problemas diários, e preparou, senão provocou, a crise política que se seguiu e que quase levou ao caos financeiro".

Em São Paulo, um convênio longamente negociado desde fevereiro com o Banco do Brasil, pelo Secretário da Fazenda do Governo Jânio Quadros, resultou no contrato de 17/10/55, que consolidou todas as dívidas do Governo para com aquele Banco, num total de quase 9 bilhões de cruzeiros, mediante garantias e condições tais que, dentro de 10 anos, sem novo agravamento de tributos, se extinguiria a enorme responsabilidade. Tendo o Banco do Brasil exigido a aprovação da Assembléia Legislativa para a vigência do contrato, a tramitação foi lenta e cheia de obstáculos, tendo demorado mais de 2 meses, só permitindo que o contrato entrasse em vigor em 28 de dezembro. Este contrato, firmado entre o Governo do Estado e o Banco do Brasil, em que o Banco do Estado foi interveniente, trouxe para este reais vantagens, porque vultosas operações anteriores em que era corresponsável foram liquidadas pelo Governo, que delas se beneficiara, com a Diretoria apenas se lamentando dos prejuízos e dificuldades causados ao Banco pela demora na aprovação.

No entanto, no exercício posterior, continuou ainda a diretoria do BANESPA insistindo na reconsideração do que em fins de 1955 decidira a administração do Banco do Brasil acerca da aplicação de 190 milhões de cruzeiros pertencentes ao Banco do Estado, na liquidação de responsabilidades do Governo de São Paulo incluídas no contrato de 17

de outubro daquele ano. Somente quando o novo presidente do Banco do Brasil, Sebastião Paes de Almeida, ex-diretor do BANESPA e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, opinou no sentido de serem liberados os fundos pertencentes ao Banco do Estado e serem os títulos de responsabilidade do Governo liquidados a débito da conta da composição que com este fora feita, o caso ficou encerrado.

Peça integrante das responsabilidades pelas finanças de São Paulo, dadas as ligações de interesses recíprocos, de interdependências contratuais e cooperações funcionais, o BANESPA dava apoio às realizações governamentais. Assim, dentro de suas responsabilidades concedeu financiamentos específicos aos contratantes de obras, de preferência aos empreiteiros de pavimentação de estradas de rodagem. Fez adiantamentos às empresas hidroelétricas e industriais do Estado, aos Departamentos de Águas e Esgotos e de Estradas de Rodagem, às estradas de ferro governamentais e a outros empreendimentos de idêntica natureza. Devidamente autorizado pelo Governo do Estado, concedeu aval ou fiança a contratos de entidades estatais, ou ligados ao Estado, possibilitando, assim, o desempenho de atribuições de interesse público. Transcendendo dos limites estaduais, projetou-se o BANESPA no âmbito nacional de forma proveitosa para a política financeira do Governo Federal, ao liquidar, em 1957, cerca de 2 bilhões de cruzeiros de suas responsabilidades anteriores no Banco do Brasil. Deu também apoio à política cafeeira executada através do Instituto Brasileiro do Café, mediante amplo financiamento no interior e na praça de Santos.

A partir de 1956, o Banco organizou um plano para financiamento de filmes nacionais, iniciativa que foi reconhecida como pioneira no tocante à concessão de crédito sistematizado à indústria cinematográfica. Iniciado com um teto de 1 milhão de cruzeiros, logo foi esse teto dobrado. As operações de financiamento abrangeram 26 películas realizadas no Estado, de abril de 1956 até fins de 1959, o que representou mais de 80% do total dos filmes paulistas produzidos.

Toda cooperação financeira proporcionada diretamente a entidades e órgãos ligados ao Poder Público Paulista no quadriênio 1959-1962 (ver Quadro 5.1) foi realizada tendo em vista o desenvolvimento do programa de obras do Plano de Ação do Governo. Segundo a Diretoria, foi levado a efeito sem diminuir, antes pelo contrário, aumentando o emprego dos recursos do Banco no cumprimento de sua finalidade precípua: o amparo e desenvolvimento da produção em geral e da lavoura em particular. Podemos verificar pelos Quadros 5.2 e 5.3 que, embora cerca de 2/3 dos depósitos realizados no BANESPA fossem feitos pelo Governo, este não era relativamente privilegiado por empréstimos: a maior parte destes destinavam-se às atividades industriais; peso significativo também teve o financiamento à comercialização, seja da produção agrícola, seja de matérias primas e vendas de produtos das indústrias. A relação empréstimos/depósitos da atividade agropecuária foi sempre extremamente favorável a esta, na medida que recebeu muito mais do que forneceu recursos ao Banco, situação inversa às dos Poderes Públicos e do Público.

A Carteira de Expansão Econômica, criada pela A.G.E. de 12/5/61,

QUADRO 5.1
BANESPA
FINANCIAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE
UTILIDADE PÚBLICA
EM %

	1959	1960	1961	1962
ELETRIFICAÇ.	48.76	60.29	49.97	70.98
FERROVIAS	14.21	3.37	2.53	0.01
RODOVIAS	3.80	2.72	5.20	1.66
TRANSP. URB.	12.63	12.11	15.79	7.04
PREFEITURAS	1.87	1.01	3.32	1.61
AGUAS E ESG.	6.76	5.28	2.61	0.64
SIDERURGIA	0.00	2.52	5.40	0.43
ARMAZ. SILOS	0.35	0.47	2.61	0.56
VIACÃO AÉREA	11.61	12.23	12.58	4.70
OBRAS PÚBLIC.	0.00	0.00	0.00	4.47
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00

QUADRO 5.2
BANESPA
DEPOSITOS
POR ATIVIDADE ECONÔMICA
EM %

ANOS	AGROPEC.	COMÉRCIO	INDÚST.	GOVERNO	POPULAR	TOTAL
1949	3.09	8.69	2.55	66.56	19.11	100.00
1950	3.28	11.32	5.47	61.91	18.02	100.00
1951	3.06	9.99	3.89	70.20	12.86	100.00
1952	3.27	6.54	5.23	69.25	15.70	100.00
1953	5.34	10.83	7.24	53.29	23.30	100.00
1954	5.83	10.67	7.60	54.88	21.02	100.00
1955	6.15	10.06	6.95	56.21	20.63	100.00
1956	5.05	8.74	5.97	64.51	15.73	100.00
1957	4.15	7.55	6.12	69.00	13.18	100.00
1958	4.09	7.84	6.79	67.90	13.38	100.00
1959	3.27	7.09	7.57	72.19	9.88	100.00
1960	2.72	8.58	8.21	72.28	8.22	100.00
1961	2.62	9.67	9.95	70.78	6.98	100.00
1962	3.24	11.57	12.60	64.45	8.14	100.00
1963	3.78	10.69	12.36	63.69	9.49	100.00
1964	4.62	10.88	12.91	62.68	8.90	100.00

FONTE: QUADRO VI.12

QUADRO 5.3
BANESPA
EMPRÉSTIMOS
POR ATIVIDADE ECONÔMICA

ANOS	EM %					TOTAL
	AGROPEC.	COMERCIO	INDUST.	GOVERNO	POPULAR	
1949	13.95	28.16	34.24	18.74	4.92	100.00
1950	13.80	27.93	32.14	16.86	9.28	100.00
1951	12.72	23.15	20.65	35.50	7.98	100.00
1952	11.56	28.57	18.08	34.30	7.49	100.00
1953	13.66	36.39	23.41	17.20	9.34	100.00
1954	13.10	31.80	20.39	26.52	8.19	100.00
1955	12.85	26.89	17.88	34.06	8.32	100.00
1956	18.69	32.31	26.83	14.61	7.56	100.00
1957	19.75	25.18	41.07	9.24	4.76	100.00
1958	17.83	23.57	43.26	11.27	4.07	100.00
1959	13.34	29.95	42.36	12.16	2.19	100.00
1960	11.62	32.16	46.58	8.00	1.64	100.00
1961	10.75	33.12	49.34	4.75	2.03	100.00
1962	11.29	27.46	51.35	8.11	1.78	100.00
1963	15.68	19.54	52.08	10.89	1.81	100.00
1964	17.60	22.42	45.94	12.02	2.01	100.00

FONTE: QUADRO VI.13

passou a funcionar regularmente com a criação e regulamentação do Fundo de Expansão Agropecuária - FEAP -, conforme Decreto 38536, de 29/5/61. À semelhança deste Fundo, dando cumprimento a uma das importantes etapas do Plano de Ação, o Governo do Estado criou dois Fundos Industriais, cuja vigência data de 12 de setembro de 1962, também operados pela Carteira de Expansão Econômica deste Banco. O Fundo de Financiamento da Indústria de Bens de Produção - FFIBP - tinha por objetivo o financiamento, a médio e longo prazo, de vendas para todo o Território Nacional de equipamentos produzidos no Estado de São Paulo, tais como maquinaria industrial e agrícola, inclusive a destinada à geração e distribuição de energia elétrica. O Fundo de Expansão da Indústria de Base - FEIB - tinha por finalidade exclusiva o financiamento, a médio e longo prazo, de investimentos realizados neste Estado, visando à instalação ou ampliação de indústrias de base, médias e pequenas. Sintomaticamente, neste mesmo ano, em Minas Gerais criou-se o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. O BANESPA tinha para si, de fato, as funções de fomento ao desenvolvimento de São Paulo...

CAPÍTULO 6

BANESPA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1945-1964)

6.1- FINANÇAS PÚBLICAS FEDERAIS E A SITUAÇÃO MONETÁRIO-CREDITÍCIA

A lei orgânica do Conselho Nacional de Economia prescrevia-lhe a obrigação de "apresentar ao Congresso Nacional e ao Presidente da República exposição geral da situação econômica do país conforme os estudos que vier realizando" (Lei n.970, de 16 de dezembro de 1949, artigo 9). No cumprimento dessa tarefa, esse Conselho apresentava em Exposições anuais aos Poderes Públicos as conclusões de seus estudos que lhe pareciam mais adequadas ao momento nacional. Esta Exposição era dividida em uma introdução de análise de conjuntura e capítulos de problemas específicos de política econômica, ou seja, uma visão dos problemas estruturais da economia brasileira, através de observações e dados para elaboração de políticas públicas setoriais.

Estas Exposições anuais - de 1951 a 1964 - mostram os esforços que esse Conselho despendeu, com a colaboração técnica de diversos órgãos, no sentido de uma determinação quantitativa desses problemas. Assim, transcreveu-se as avaliações preliminares de investimentos realizados, feitas pelo Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Elas indicam, tão somente, uma ordem de grandeza (ver Quadros 6.1 e 6.2). Nesta série temporal de 1947 a 1952, comparando os valores relativos a investimentos públicos com os dos investimentos particulares, vemos que a evolução dos primeiros foi muito mais acentuada do que os dos

QUADRO 6.1

	(Valores em bilhões de cruzeiros) (*)					
	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1) Investimentos públicos	3.8	5.4	7.6	9.9	9.6	11.2
2) Investimentos particulares .						
a) equipamentos	11.7	11.9	13.6	15.9	21.8	22.9
b) construções novas	9.4	8.8	9.2	9.2	13.5	15.9
3) TOTAL GERAL	24.9	28.1	30.4	35.0	44.9	53.0

QUADRO 6.2

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1) Investimentos públicos	15,3	20,7	25,0	28,3	21,4	21,1
2) Investimentos particulares .						
a) equipamentos	47,0	45,8	44,7	45,4	42,5	43,2
b) construções novas	37,7	33,7	30,3	26,3	30,1	35,7
3) TOTAL GERAL	100	100	100	100	100	100

(*) — Baseados nas estimativas feitas no Instituto Brasileiro de Economia da F.G.V.

particulares, indicando uma hierarquização dos investimentos. O Conselho chamava a atenção, porém, que parte apreciável das obras públicas prendia-se a construções rodoviárias e parte dos equipamentos prendia-se à encampação de empresas ferroviárias. Os planos na área de energia elétrica e no campo dos combustíveis líquidos ainda não estavam sendo executados.

Comparando as aplicações de capitais de empresas particulares na obtenção de equipamentos com a depreciação de equipamentos e as construções novas, em sua maior parte de edifícios residenciais, o Conselho referia-se à distorção dos investimentos e procurava ressaltar o relativo exagero das aplicações dos recursos disponíveis dos particulares no setor imobiliário, pois "por essa indicação, podemos admitir que 60% dos investimentos líquidos dos particulares são destinados aos imóveis" (Exposição de 1952/53, p.131).

Comentava o alegado desinteresse do capital privado nos empreendimentos de utilidade pública, principalmente quanto aos financiamentos dos investimentos para aumento da oferta de energia e de transportes, como causa de graves desajustamentos econômicos. "Trata-se de um pré-julgamento, formulado sem ser levada em conta a existência de dispositivos legais que entorpecem a iniciativa particular e, sobretudo, sem serem consideradas as condições inflacionárias, que estão determinando a imobilização das economias em terras e em imóveis, como reserva estável contra a depreciação monetária. Estima-se que os preços, de 1946 a 1952, subiram de 140%. ou seja, uma alta média por ano de mais de 20%. (...) Nessa voracidade

inflacionária, não é natural que um capital pretenda receber lucros anuais de 30% ou 40%? No fundo, que são esses 30% ou 40% senão o valor íntegro de um lucro normal de 10% a 15%?" (Exposição de 1953/54, p.55).

Portanto, para o Conselho Nacional de Economia, "somente um acionista ungido de paciência evangélica é que, nesta altura dos acontecimentos, ainda pensa em aplicar capital nos serviços públicos, já que é livre de aplicá-los noutros investimentos mais remuneradores. Em vez, porém, de procurarmos a correção desse erro na essência de suas causas, preferimos a solução imediatista de substituir 'a falta de iniciativa particular' pela 'iniciativa estatal'" (p.56).

Alegava que a soma de investimentos realizados pela União e pelos Estados era volumosa e que, iniciados os investimentos em bases inflacionárias, o crescimento das despesas não pode deixar de superar o acréscimo da receita, desenvolvendo-se o déficit. Para vencê-lo, seria preciso a adoção de medidas extraordinárias de tributação, uma vez que a receita por meio de empréstimos era incompatível com a inflação.

O Conselho, em 1952, pediu a atenção para a concorrência por recursos entre investimentos particulares e governamentais. "Se o Governo pretende adotar amplo programa de investimentos, abrangendo variados setores, inclusive aqueles que poderiam ser realizados por particulares, o que nos parece errôneo, nesse caso ser-lhe-ia inevitável modificar completamente a estrutura tributária. Não é

razoável enveredar-se pela iniciativa estatal, no campo dos investimentos e, ao mesmo tempo, manter-se um regime tributário que é propício à expansão das empresas" (p.57).

É de fato curiosa sua inversão temporal do argumento tradicional da "omissão da iniciativa particular": "o crescente aumento dos investimentos públicos, por ser inflacionário, que estimula as aplicações imobiliárias". Segundo o Conselho, a tendência aos "investimentos de propriedade", na compra de terras e de imobilizações urbanas, era um fenômeno monetário: "quanto maior a expansão dos meios de pagamentos, em desproporção ao real acréscimo da produção, tanto mais acentuada a desvalorização monetária e, conseqüentemente, mais forte a corrida aos imóveis, em detrimento da expansão econômica" (p.58).

Pode-se ter uma idéia do grau de proporção de fuga aos "investimentos econômicos" para "investimentos em propriedade", por força da depreciação do poder aquisitivo da moeda (apesar que a enorme expansão urbana do período significava de fato maior demanda por obras de construção civil), se estabelece a conveniente defasagem entre o coeficiente de inflações e as aplicações imobiliárias. Assim, as acentuadas inflações, entre 1943 e 1946, explicariam os 37,7% dos investimentos em imóveis relativamente ao total dos investimentos, em 1947. Com a redução do ritmo de expansão inflacionária entre 1944 e 1946 aquela percentagem caiu para 33,7% em 1948. As gradativas quedas da participação dos investimentos imobiliários em 1949 - 30,3% - e 1950 - 26,3% - seria consequência, respectivamente, da retração

monetária de 1947 e seu prosseguimento no ano seguinte. O reinfício da aceleração do processo inflacionário em 1949, que se acentuou a partir de 1950, seria o responsável pela retomada da elevação dos percentuais de construção civil entre todos os investimentos: 30,1% em 1951 e 35,7% em 1952.

Antes de prosseguirmos na análise da repercussão dos investimentos oficiais sobre as finanças públicas, no período pré-1964, seguindo as Exposições Anuais do C.N.E., é oportuno relembrar o significado do crédito bancário na atividade econômica.

O argumento tradicional é de que em condições de equilíbrio monetário o principal fator que condiciona a disponibilidade de recursos financeiros por parte dos agentes econômicos é sua renda, servindo o crédito bancário como antecipador dessas rendas. A necessidade do crédito bancário deriva primordialmente do fluxo de renda não ser contínuo no sistema econômico. Nestas condições, é através da antecipação de receita representada pelo crédito que se permite manter com maior uniformidade o fluxo de renda, tanto dos consumidores e das empresas, como do governo. O importante, porém, é que nessa antecipação de receita não se ultrapasse, por meio do crédito bancário, o máximo previsível da renda a ser gerada pela unidade do sistema econômico (consumidor, empresa ou governo). Se isso acontecer, o resultado é uma transferência de renda que outra unidade deveria gerar para aquela que se beneficiou de excesso de crédito.

Em outras palavras, sob essa ótica estática e monetarista, a expansão

do crédito pode de fato aumentar a renda real de quem dela se beneficia, somente, porém, na medida que provoque uma contração do crédito que deveria ter sido destinado a outrem. Se, ao contrário, essa expansão for generalizada, alcançando grande parte da comunidade, o resultado inevitável é um aumento geral da renda monetária global, acompanhado de uma elevação paralela dos preços, sem, portanto, nenhum efeito sobre a renda real do país.

Assim, quando um grupo econômico começa a ser beneficiado por maiores facilidades de crédito, os não beneficiados, tão logo sentem que seu poder de compra está sendo superado pela pressão da demanda do primeiro, reclamam pela irregular redistribuição do gasto e reinvidicam que seja reconstituído o equilíbrio anterior, no tocante ao seu poder de compra. A expansão do crédito, que inicialmente beneficiava um setor, é finalmente generalizada. Segundo a interpretação do Conselho, "a história da inflação brasileira neste após-guerra nada mais é que a contínua repetição desse fenômeno" (Exposição Geral de 1958/59, p.15).

O diagnóstico ortodoxo era que o equilíbrio orçamentário do Estado e a estabilidade monetária deveriam ser os fatores fundamentais para o governo, depois da experiência do Plano SALTE, traçar amplo e completo programa de investimentos com o objetivo de corrigir os pontos de estrangulamento da economia nacional. Isto porque, "nas fases iniciais de uma inflação, é possível tirar-se partido de certos desajustamentos econômicos, em proveito dos investimentos. Mas, a pressão inflacionária, das primeiras etapas, torna-se, se continuada,

altamente onerosa para a coletividade em geral e, particularmente, para o Governo, como demonstram os acontecimentos de fins de 1958 e princípios de 1959. A atual desvalorização do cruzeiro decorre de um acúmulo de causas e efeitos que não podem ser singelamente resolvidos mediante corte de despesas e restrição de créditos. É preciso corrigir o próprio processo de financiamento, notadamente na esfera dos serviços públicos, para alcançar-se resultado satisfatório" (p.17).

Voltava então o Conselho a repetir os argumentos a favor do estímulo à aplicação de poupanças particulares no financiamento dos serviços públicos, principalmente para "desviar o emprego de fatores de produção de investimentos de secundária importância para o desenvolvimento do país".

O Relatório da Diretoria do BANESPA sobre o Exercício de 1959

clamava também por "finanças públicas bem administradas, em consonância com adequada política monetária". Apontava como uma das características marcantes do final da década dos 50 o agravamento do processo inflacionário. A variação do custo de vida no Distrito Federal se expandiu, em 1959, a ritmo 3 vezes superior ao registrado em 1958, que, por sua vez, já tinha quase dobrado em relação ao do ano anterior. Dentre os fatores que determinaram o agravamento do processo inflacionário citava, "em primeiro lugar, os extensos reajustamentos salariais, tanto na esfera pública, como no âmbito privado, realizados no início de 1959. (...) Um outro fator que muito contribuiu para a aceleração do processo inflacionário foi o vulto do 'déficit' da União e a forma de seu financiamento. (...) não conseguiu o Governo Federal,

por motivos vários, captar recursos do setor privado em quantidade suficiente, através da emissão de Letras do Tesouro. (...) Diante dessa circunstância, a emissão de papel moeda se constituiu no principal instrumento de financiamento do 'déficit' do Tesouro" (p.34). O Quadro 6.3 (publicado no Relatório de 1964) confirma esta forma de financiamento, não necessariamente inflacionária. O déficit público pode ser causa de inflação somente quando ou se tem uma composição basicamente não financeira do déficit que pressiona a demanda agregada, em condições de plena ocupação de capacidade produtiva, ou os problemas de financiamento do déficit - por necessidade de colocação líquida ou de "rolagem" de títulos da dívida pública - pressionam a taxa de juros.

A Diretoria do BANESPA defendia "seus" interesses. "Com relação à política cafeeira, aliás, pensamos que se lhe tem sido atribuída uma potencialidade inflacionária que na realidade não possui. Os recursos recolhidos pelo Governo Federal através do mecanismo de câmbio deveriam ser, em princípio, suficientes para a absorção dos excedentes sem a necessidade de emissões. Acontece que a aplicação de recursos em outros setores reduziu as disponibilidades do 'fundo de ágios' de forma que se poderia dizer, igualmente, que a inflação se fazia no momento destes gastos e não quando da compra do café".

Mencionava, finalmente, a expansão do crédito como fator e causa, ao mesmo tempo, do agravamento do fenômeno inflacionário. A partir de 1940, o surto inflacionário aumentou e, com ele, desapareceram, primeiro, as possibilidades de lançamento dos empréstimos públicos e,

QUADRO 6.3

«DEFICIT» DE CAIXA ORÇAMENTARIA DO GOVERNO FEDERAL E EMISSÕES DE PAPEL MOEDA
(em bilhões de cruzados)

Discriminação	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
A — Deficit de Caixa Orçamentária do Governo Federal .	39,8	26,5	53,7	77,7	137,5	280,9	504,7	760,0
B — Emissões de papel moeda	15,8	23,2	34,8	51,5	107,8	194,9	380,0	595,0
C — Porcentagem de B sobre A	39,7%	87,5%	64,8%	66,3%	78,4%	69,4%	75,3%	78,3%

Fonte: Departamento de Estudos Econômicos — Banespa.

depois, a formação dos depósitos a prazo.

Segundo a Exposição Geral do Conselho Nacional de Economia de 1958,

"os portadores de títulos e os depositantes de depósitos a prazo, algumas vezes, podem suportar a perda dos juros, pois, nalguns casos, a liquidez é de primordial importância. Mas, se a inflação lhes anula o juro e mais uma parte do capital, prejudicando a liquidez, torna-se menos prejudicial arriscar a perda do capital em operações financeiras de elevada rentabilidade. Daí o início de operações de empréstimos fora dos bancos, em substituição dos depósitos a prazo e mesmo em substituição dos depósitos à vista. Agora quem empresta já assume riscos bem maiores, pois não aplica suas disponibilidades nem em aplicações do Governo, nem em depósitos nos bancos. As somas são entregues a um 'fundo de participação dos lucros', com promessas de liquidez e de elevada remuneração" (pp.20/21).

O Conselho detecta assim o início do mercado paralelo (ver Gomes de Almeida, 1980, cap.3) e a queda dos depósitos a prazo. Com isso diminuiu a captação de recursos internos para o financiamento a longo prazo de investimentos de maior interesse social. Os bancos eram obrigados a aumentar suas redes de agências, com consequente aumento de custos, para disputar a captação de depósitos à vista. Estes só davam margem para operações de curto prazo, que se resumiam em financiar antecipações de receita, de produções em curso. "Nesse caso, quem solicita empréstimos a juros elevados é porque espera poder colocar no mercado os produtos a preços crescentes. Qualquer retração pode ocasionar sérias crises financeiras" (p.22). Dessa forma, o

Conselho relaciona a questão do crédito com o fenômeno inflacionário.

Qualquer política de combate à inflação que adota a contenção do crédito dentro de certos limites, ocasiona efeitos depressivos. Ora, não contando com recursos creditícios que necessitam, as empresas são compelidas a liquidar seus estoques, operação que acarreta uma tendência baixista nos preços, podendo também refletir negativamente na produção. Com os custos continuando em ascensão - especialmente a parcela relacionada com mão de obra e impostos - as empresas serão forçadas a liquidar seus estoques a preços equivalente ou inferiores aos de reposição, não gerando recursos para o autofinanciamento. Sem recursos próprios, serão restringidas as possibilidades de socorrerem-se no sistema bancário privado. Essa situação terá, inevitavelmente, efeito depressivo sobre a economia, podendo ocasionar queda apreciável da produção e consequente desemprego.

Segundo o Relatório de 1958 da Diretoria do BANESPA, a retração de crédito que se manifestou em São Paulo em meados de 1957 teve esse efeito: "provocou, mesmo, um desemprego de proporção média e a situação da economia paulista somente não se agravou mais, com reflexos em todo país, graças às oportunas intervenções da então Diretoria deste Banco e, posteriormente, do próprio Banco do Brasil S.A., com as quais se conseguiu socorrer o parque industrial paulista, ameaçado de colapso" (p.8).

6.2- FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pelos dados apresentados na Exposição Geral do Conselho Nacional de Economia, em 1957/58, do incremento total dos meios de pagamentos, em 1957, mais da metade se destinou ao setor público da economia. "Em outras palavras, as operações financeiras do Governo em suas três órbitas - federal, estadual e municipal -, sem a correspondente cobertura através da receita pública, exigiu a criação de meios de pagamentos no sistema bancário em proporção mais acentuada que a originária do setor privado da economia" (p.42). A expansão do crédito estava condicionada à expansão do meio circulante: a experiência brasileira da época demonstrava que o sistema bancário multiplicava por 2,7 a 3 o volume do meio circulante.

Esse desequilíbrio no setor público se traduzia, por um lado, na necessidade da administração dispendir importâncias superiores às que foram objeto de autorização legislativa, e, por outro, na crescente participação do setor governamental na formação do produto nacional bruto. Até 1955, raramente ultrapassavam de 15% do PNB as despesas de custeio e de capital do governo, ao mesmo tempo que o déficit orçamentário consolidado dificilmente atingia 10% da receita pública. A partir de 1956, porém, ao mesmo tempo que a participação do Governo na formação do Produto nacional se elevava a mais de 20%, os déficits dos orçamentos públicos começaram a atingir proporções inquietadoras (cerca de 20% da receita global).

Portanto, eram de duas ordens os motivos do crescente desequilíbrio

que se fazia notar no orçamento da União. De um lado, o aumento dos gastos de custeio da administração e, de outro lado, os programas de inversões públicas que exigiam a inclusão de grandes somas nos gastos de capital do Governo (especialmente nos serviços básicos de energia e transporte). Lessa destaca que, "refletindo a acumulação de estoques invendáveis de café, teria sido de responsabilidade estatal 75% dos investimentos na formação de estoques nos anos do Plano de Metas" (p.55).

Com relação aos déficits dos governos estaduais, o Conselho salientava que "com exceção do Estado de São Paulo e pouquíssimos outros - aquele com o orçamento equilibrado pelo segundo ano sucessivo - praticamente todas as demais unidades da Federação apresentaram forte desequilíbrio orçamentário" (p.42).

O Conselho também destacava que justamente "outra importante modificação que se observou na política orçamentária nacional, nos dois últimos anos, foi a transposição da responsabilidade do desequilíbrio das contas públicas do Estado de São Paulo para a União. De 1951 a 1956, os orçamentos do Estado de São Paulo, que representam em média cerca da metade da soma dos orçamentos estaduais, acusaram déficits sucessivos, perfazendo no quinquênio demarcado cerca de 20 bilhões de cruzeiros. No mesmo período, o déficit acumulado da União fora inferior a 10 bilhões de cruzeiros. Já em 1956, a execução orçamentária daquele Estado acusara um superavit de meio bilhão de cruzeiros, graças à hierarquização dos gastos públicos e ao eficiente entrosamento observado entre a Secretaria da Fazenda, o Banco do

Estado e a Caixa Econômica Estadual, o que se repetiu em 1957, ensejando assim, pelo segundo ano consecutivo, o equilíbrio financeiro, não obstante o extenso programa de obras públicas do Governo e a contínua redução da dívida flutuante estadual" (p.43).

Portanto, as finanças públicas do Estado de São Paulo, através de orientação planejada, com a colaboração do BANESPA, registraram entre 1956 e 1960, com exceção de 1958, saldos positivos nos balanços orçamentários (ver Quadro 6.4). Acompanhando a evolução das finanças públicas paulistas, verificamos que o compromisso líquido do Tesouro paulista que, em dezembro de 1950, correspondia a mais que o dobro da receita geral do Estado, baixou em fins de 1958 para 75%, e em 1962 era de apenas 25%. De outra parte, essa situação das finanças possibilitou o cumprimento das metas programadas pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (propiciando as "economias externas" para a implantação da "indústria pesada" de bens de capital e de bens de consumo), com disciplina dos gastos públicos e distinção entre orçamento de custeio e de investimento.

Além dessa circunstância favorável de ser o banco oficial de um Estado com finanças públicas relativamente equilibradas, o BANESPA se beneficiou do apreciável crescimento do volume geral de negócios (ver o Quadro 6.5 com dados do imposto de vendas e consignações) no Estado de São Paulo, no quadriênio 1959-1962, em termos reais e não apenas nominais, resultado decorrente do estágio de desenvolvimento que atravessava o Estado.

QUADRO 6.4

SÃO PAULO — BALANÇO ORÇAMENTARIO
(milhões de cruzeiros)

Ano	Receita	Despesa	Saldo
1955	20.186	23.253	— 3.067,0
1956	28.683	28.168	+ 515,0
1957	36.855	36.632	+ 223,0
1958	42.506	46.901	— 4.395,0
1959	63.406,3	68.332,9	+ 73,4
1960	95.163,1	95.162,2	+ 0,9
1961	138.695,3	138.695,7	— 0,4
1962	224.176,4	233.620,6	— 9.444,2

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

QUADRO 6.5

ESTADO DE SÃO PAULO — MOVIMENTO DE NEGÓCIOS

(em milhões de cruzeiros)

Ano	Valor Nominal	Deflator	Valor Real
1959	1.030.801,0	100	1.030.801,0
1960	1.467.174,3	128	1.146.229,9
1961	2.147.144,8	176	1.219.968,6
1962	3.562.849,9	261	1.365.076,6

Base: Dados do Imposto de vendas e consignações.

6.3- POLÍTICA CAFEEIRA, SITUAÇÃO CAMBIAL E BALANÇO DE PAGAMENTOS

Vimos no capítulo anterior que os negócios de financiamento do café asseguravam alta rentabilidade para os bancos instalados em São Paulo. O BANESPA, particularmente, manteve intenso relacionamento com esses negócios, tanto através da Carteira Agrícola, através do financiamento direto aos produtores, inclusive com empréstimos na entressafra, quanto pela Carteira Comercial, via financiamento da comercialização do produto. Evidentemente, estes negócios bancários sofriam com as oscilações do comércio internacional do café. Mais ainda, a política de comércio exterior, de que a política cambial é componente fundamental, influenciava diretamente a atividade bancária do período.

Talvez o mecanismo cambial tenha sido, historicamente, no Brasil, a forma mais importante de financiamento à indústria pela agricultura, no caso, exportadora. Com a manipulação da valorização do câmbio, permitia-se aos industriais a importação de meios de produção com aquisição de dólares a taxas favorecidas, enquanto a exportação de produtos agrícolas tinha sua receita real, em cruzeiros, apenas aproximadamente mantida, "subsidiando", de certa forma, à importação industrial.

Pretendemos, neste tópico, verificar os interesses envolvidos e as oscilações ocorridas na situação cambial do país, durante o período da industrialização pesada, e como isso afetou o balanço de pagamentos (especialmente o balanço comercial), a estrutura produtiva, a produção corrente e, potencialmente, os negócios bancários.

Houve a fixação da taxa de câmbio (pouco mais de 19 mil réis por dólar), durante a II Guerra e até fins de 1947, quando foi declarada ao FMI a paridade de Cr\$ 18,50 / US\$, apesar de ter sido aquele período caracterizado por violenta alta dos preços e custos de produção internos relativamente aos que vigoravam nos principais mercados para nossos produtos de exportação. No entanto, a impossibilidade de se efetuarem importações durante o período da guerra propiciou saldos no balanço comercial e acúmulo de reservas internacionais (cerca de US\$ 700 milhões), liquidadas em apenas 2 anos, até que foi imposto rígido controle cambial, com estabelecimento de prioridades para importação.

Para o Conselho Nacional de Economia, "novamente o café foi o principal responsável pela política cambial adotada no pós-guerra". A recuperação dos preços do café que haviam sido fixados em 13,37 centavos de dólar a libra-peso, de 1942 a 1945, elevando-se, em 1948, para 27,5 centavos - internamente, atingiram mais de Cr\$ 92 / 10kg, em 1948, contra pouco mais de Cr\$ 33 antes da vigência dos Acordos de Washington - propiciou ao Governo a manutenção de uma taxa de câmbio por demais sobrevalorizada, para evitar que se acelerasse a inflação com a desvalorização cambial necessária. Esta política cambial, no entanto, afastou a quase totalidade da produção brasileira (com exceção do café) do mercado internacional, apesar que "o declínio observado nas exportações (exceto as de café) não pode ser atribuído exclusivamente às consequências da progressiva sobrevalorização do cruzeiro" (Malan et alii, 1980, p.170).

Com a liquidação dos estoques de café em poder do D.N.C., até meados

de 1949, o mercado cafeeiro mundial tornou-se fortemente "vendedor". Em consequência, as cotações do produto na Bolsa de Nova York dobraram no decurso de um ano, atingindo a marca dos 50 centavos de dólar em 1950, enquanto os preços em cruzeiros saltavam para quase Cr\$ 200 / 10kg no mesmo ano.

Com o aumento da lucratividade da lavoura cafeeira em relação às demais que, ao contrário, se encontravam em plena crise, entre 1946 e 1949 a participação do café na receita total das exportações brasileiras se elevou de 35,3% para 57,6%. Essa tendência tomou ímpeto a partir de 1950, quando os preços do produto praticamente dobraram, fazendo com que, em 1952, cerca de 74% do valor das exportações fossem constituídas pelo café.

A Exposição Geral de 1957/58 (fonte para os dados apresentados) fez uma estimativa de 240 milhões para o número de pés de café plantados entre 1949 e 1953, contra 210 milhões em frutificação até 1949. Assim, a geada de 1953 apenas adiou a deflagração de nova crise de superprodução que, afinal, veio a dar-se em 1957, com uma safra de 20 milhões de sacas no Brasil, o que elevou para 40 milhões a produção mundial (com o aumento da oferta da Colômbia e demais produtores da América Latina e da África), para um consumo pouco superior a 32 milhões de sacas.

Chegou à conclusão que "a principal causa das crises cíclicas de superprodução do café nos últimos 50 anos está intimamente relacionada com as violentas flutuações a que estão sujeitos os preços dos produtos agrícolas. Com uma defasagem média de 4 a 6 anos, sempre que as cotações no mercado internacional acusam alta mais sensível,

segue-se um período de forte elevação de oferta que, por sua vez, provoca uma violenta queda nas cotações e consequente crise cambial no país. As manipulações cambiais, impedindo que os produtores sofram as consequências quando da superprodução, levam-nos a ampliar a área plantada, tão logo aparecem os primeiros sinais de que a crise foi ultrapassada. Os esquemas de 'valorização', com compra pelo Governo, a preços elevados, do excesso sobre a procura agravam ainda mais o problema, estimulando o plantio em países concorrentes" (p.120).

Pelo lado financeiro, as "operações de defesa cafeeira", sem dúvida, beneficiavam o sistema bancário. "No passado era com empréstimos, obtidos em Londres e, posteriormente, em Nova York, que se financiavam as compras do Governo para impedir o desequilíbrio entre a oferta e a procura. Desde 1930, porém, a retração dos maiores mercados financeiros do mundo fez com que passasse o Governo a recorrer ao aumento dos meios de pagamentos, como fonte de recursos financeiros para o mesmo fim" (p.120). Na primeira situação, o BANESPA fazia os repasses dos recursos externos. Posteriormente, se beneficiava duplamente do aumento da liquidez através das compras efetuadas pelo Governo a preços mínimos, frequentemente superiores aos vigentes no mercado internacional. Por um lado, pela possibilidade de empréstimos, devido ao estímulo a novos plantios. Por outro, pela própria segurança da operação, na medida que era garantida pelo Governo.

A Exposição Geral do Conselho Nacional da Economia, de 1957/58, resumiu também os efeitos da política cambial - a sobrevalorização cambial do pós-guerra e o "confisco cambial" sobre o café do sistema vigente após a Lei 3244, de 14/8/57 - sobre a atividade industrial,

que também acabaram refletindo sobre os negócios bancários da época. "A política cambial adotada a partir de 1948, quando foi suspensa a liberdade de comércio exterior iniciada em 1946, resultou num acúmulo de proteção e subsídio à industrialização do país. Graças a isso, pode o produto líquido da indústria quase duplicar no período 1946/56, enquanto a participação do setor industrial no produto líquido nacional elevava-se rapidamente de 14% para 17%, fazendo a da agricultura cair de 31% para 26%, em igual período. É evidente que para atingir-se tal resultado, fez-se necessário alterar profundamente a estrutura de preços e custos internos, em favor da atividade manufatureira. A rentabilidade do capital aplicado na indústria foi artificialmente elevada - de um lado pelos subsídios cambiais para a importação de equipamentos e matérias primas, e de outro, através do contingenciamento da garantia monopolística no mercado interno, em detrimento das demais atividades" (p.122/3).

Com o advento do sistema de taxas múltiplas de câmbio para a importação, em outubro de 1953, por um lado, passou-se a destinar uma parte dos ágios arrecadados nos leilões de câmbio ao subvencionamento das exportações, por outro, compensou-se a falta de uma proteção alfandegária à indústria nacional pela elevação dos custos com produtos importados. No entanto, acentuou-se a concentração do esforço de industrialização em setores de produtos considerados pelos condutores da política de comércio exterior "menos essenciais" ao fortalecimento da economia, praticamente impedidos de serem importados, quer por via de proibição administrativa (no período 1948/53), quer por motivo de preços proibitivos (no período 1953/57).

O processo de industrialização, conhecido como "substituição de importações", levou à rigidez da pauta de importações, na medida que se concentrou inicialmente na produção de bens finais, cuja margem de lucro era mais atraente, devido ao subsídio às aquisições de equipamentos, combustíveis, matérias-primas e semi-manufaturados originários do exterior. Com esta taxa de câmbio favorável às importações, além das dificuldades tecnológicas e financeiras para sua "substituição", desestimulava-se a produção desses produtos básicos no país (ver Tavares, 1973).

Somente com o advento da Lei das Tarifas Alfandegárias, em meados de 1957, foi possível corrigir em parte as causas dessas distorções na estrutura industrial brasileira. Com a redução do número excessivo de categorias de licitação de cambiais (de 5 para duas: geral e especial) e com o auxílio de tarifas se pode graduar os diferentes níveis de proteção necessários para corrigir as disparidades nos custos de produção internos e externos dos diferentes produtos consumidos no país (embora consolidasse também a situação de "não concorrência" na indústria brasileira). Foram assim criadas algumas das condições para a implantação de várias indústrias intermediárias, até então fortemente desestimuladas pela política cambial em vigor.

Por fim, a Exposição Geral analisou o sistema cambial então vigente no que se relacionava ao movimento de capitais e suas rendas. Dado que as estatísticas oficiais do balanço de pagamentos no Brasil tiveram início somente em 1947, restringiu-se a análise ao período 1939/56, a partir de estimativas feitas pelo FMI. Dividiu-se o período considerado em três etapas.

A primeira, de 1939 a 1946, compreendendo o período da guerra, caracterizou-se por uma saída líquida de capitais, tanto oficiais como privados, que, somados às remessas a título de rendas de investimentos, atingiram a 516 milhões de dólares.

A segunda etapa, de 1947 a 1952, caracterizou-se pela rigidez de taxa de câmbio oficial e pela inexistência de um mercado para transações financeiras. Foi quando inverteu-se a tendência no que se refere ao movimento de capitais privados. De uma saída anual líquida de 64 milhões no período 1939/46, passou-se no período 1947/52 a uma entrada líquida de 48 milhões. Não foi, porém, suficiente este influxo, para compensar a saída de capitais oficiais (189 milhões de dólares), como reflexo da retomada da amortização da dívida pública externa, e das indenizações por encampação de investimentos britânicos, especialmente em estradas de ferro, efetuadas durante o período em análise. Daí a saída líquida total de recursos de origem externa ter atingido a média anual de mais de 90 milhões de dólares, no período 1947/52.

O último período que o Conselho analisou foi o de 1953/56, quando foi instituído o mercado de taxa livre, através do qual passaram a processar-se livremente as transações cambiais não-comerciais e estava em curso o término dos investimentos do II Governo Vargas. Como reflexo da liberdade cambial para as transações financeiras, instituída em 1953 (Instrução 113), a entrada líquida de capitais privados atingiu 391 milhões de dólares (média de quase 100 milhões por ano), que se constituiu em recorde jamais alcançado no país.

Também os capitais oficiais acorreram ao país em grande escala, atingindo 531 milhões de dólares, dos quais 300 milhões para amortizar os atrasados comerciais que incorremos em 1951/52. A entrada líquida de capitais de todas as origens quase atingiu, assim, no período 1953/56 o nível do bilhão de dólares, mais que suficiente para compensar a remessa de rendas dos investimentos anteriores, no total de 520 milhões de dólares. Deu-se, portanto, no quadriênio em causa, um influxo médio anual pouco superior a 100 milhões de dólares, que contribuíram para desafogar o balanço de pagamentos que, de outra forma, teria sido altamente deficitário no período considerado.

Entre 1957 e 1963 (ver Quadro 6.6 com Balanços de Pagamentos de 1947 a 1965), com exceção do ano de 1961, marcado por substancial modificação na política cambial brasileira, e que possibilitou um saldo positivo de 65 milhões de dólares, o balanço de pagamentos do Brasil caracterizou-se pelo registro de acentuados déficits.

Segundo o Relatório da Diretoria do BANESPA, correspondente ao exercício de 1964, "no último decênio, a pressão do desenvolvimento industrial sobre a capacidade de importar determinou rápido processo de modificação na estrutura de importações, das quais foram progressivamente eliminados os bens de consumo para que se tornasse possível a entrada crescente de bens de capital e matérias-primas, basicamente aplicados na produção dos bens antes importados" (p.27).

A dependência em que ainda se encontrava a economia brasileira da importação de certos tipos de máquinas, equipamentos, matérias primas

QUADRO 6.6

Balanco de pagamentos — 1947-55

(continua)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 000)				
	1947	1948	1949	1950	1951
A. Balança comercial	130,0	278,0	153,0	425	68
Exportação (FOB)	1 157,0	1 163,0	1 100,0	1 359	1 771
Importação (FOB)	1 027,0	905,0	947,0	934	1 703
B. Serviços	-257,0	-273,0	-232,0	-283	-469
Transportes e seguros	-160,0	-166,0	-110,0	-130	-260
Rendas de capitais	-36,0	-63,0	-62,0	-74	-90
Juros	-13,0	-26,0	-21,0	-27	-29
Lucros e dividendos	-23,0	-38,0	-41,0	-47	-70
Outros serviços	-61,0	-44,0	-60,0	-79	-119
C. Mercadorias e serviços (A + B)	-127,0	5,0	-79,0	142	-401
D. Transferências	-24,0	-7,0	-3,0	-2	-2
E. Transações correntes (C + D)	-151,0	-2,0	-82,0	140	-403
F. Capitais	12,0	-51,0	-74,0	-65	-11
Investimento direto líquido (1)	36,0	25,0	5,0	3	-4
Empréstimos e financiamentos - médio e longo prazos	32,0	9,0	60,0	28	38
Capitais de curto prazo	-	-	-	-	-
Amortizações	-40,0	-61,0	-107,0	-85	-27
Outros	-8,0	-24,0	-12,0	-11	-16
G. Total (E + F)	-139,0	-59,0	-156,0	75	-414
H. Erros e omissões	-43,0	29,0	82,0	-23	123
I. Superavit (+) ou deficit (-)	-182,0	-24,0	-74,0	52	-291
J. Demonstrativo de resultado	182,0	24,0	74,0	-52	291
Haveres de curto prazo (aumento (-))	30,0	9,0	9,0	55	238
Dívida monetária (aumento (-))	0	37,0	-1,0	-1	-1
Operações de regularização	0	0	38,0	0	28
FMI	0	0	38,0	0	28
Outros	80,0	0	0	0	0
Atrasados comerciais	72,0	-22,0	28,0	-106	26

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 000)			
	1952	1953	1954	1955
A. Balança comercial	-286	424	148	320
Exportação (FOB)	1 416	1 540	1 558	1 419
Importação (FOB)	1 702	1 116	1 410	1 099
B. Serviços	-336	-355	-330	-306
Transportes e seguros	-232	-138	-159	-142
Rendas de capitais	-36	-127	-97	-78
Juros	-22	-34	-48	-35
Lucros e dividendos	-14	-93	-49	-63
Outros serviços	-68	-90	-82	-88
C. Mercadorias e serviços (A + B)	-622	69	-190	12
D. Transferências	-8	-14	-6	-10
E. Transações correntes (C + D)	-624	55	-196	2
F. Capitais	38	59	-18	3
Investimento direto líquido (1)	9	22	11	43
Empréstimos e financiamentos - médio e longo prazos	38	44	109	84
Capitais de curto prazo	-	-	-	-
Amortizações	-33	-46	-134	-140
Outros	24	39	-4	16
G. Total (E + F)	-589	114	-213	5
H. Erros e omissões	-26	-98	10	12
I. Superavit (+) ou deficit (-)	-615	16	-203	17
J. Demonstrativo de resultado	615	-16	203	-17
Haveres de curto prazo (aumento (-))	103	62	50	-69
Dívida monetária (aumento (-))	-1	-1	-1	-1
Operações de regularização	-26	486	200	51
FMI	-28	28	0	0
Outros	0	458	200	61
Atrasados comerciais	941	-563	-44	-8

Balanco de pagamentos — 1947-65

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 000)				
	1956	1957	1958	1959	1960
A. Balanca comercial	437	107	65	72	-23
Exportação (FOB)	1 483	1 392	1 244	1 202	1 270
Importação (FOB)	1 046	1 285	1 179	1 210	1 293
B. Serviços	-369	-358	-309	-373	-459
Transportes e seguros	-127	-122	-108	-96	-85
Rendas de capitais	-91	-93	-89	-110	-155
Juros	-67	-67	-56	-91	-115
Lucros e dividendos	-24	-26	-31	-25	-40
Outros serviços	-161	-143	-112	-161	-219
C. Mercadorias e serviços (A + B)	68	-251	-244	-301	-482
D. Transferências	-11	-13	-4	-10	4
E. Transações correntes (C + D)	57	-264	-248	-311	-478
F. Capitais	151	255	184	182	58
Investimento direto líquido (1)	80	143	110	124	99
Empréstimos e financiamentos - médio e longo prazos	231	319	373	439	348
Capitais de curto prazo	-	-	-	-	-
Amortizações	-187	-242	-324	-377	-417
Outros	18	35	25	-4	28
G. Total (E + F)	208	-9	-64	-129	-420
H. Erros e omissões	-14	-171	-189	-25	10
I. Superavit (+) ou deficit (-)	194	-180	-253	-154	-410
J. Demonstrativo de resultado	-194	180	253	154	410
Haveres de curto prazo (aumento (-))	-165	143	59	176	241
Duro monetário (aumento (-))	-1	-	-1	-1	40
Operações de regularização	-28	37	195	-21	61
FMI	-28	37	37	-21	48
Outros	0	0	158	0	13
Atrasados comerciais	0	0	0	0	58

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (US\$ 1 000 000)				
	1961	1962	1963	1964	1965
A. Balanca comercial	113	-89	112	344	655
Exportação (FOB)	1 405	1 215	1 406	1 430	1 596
Importação (FOB)	1 292	1 304	1 294	1 086	941
B. Serviços	-350	-339	-269	-259	-362
Transportes e seguros	-83	-84	-100	-73	-34
Rendas de capitais	-145	-136	-87	-131	-174
Juros	-114	-118	-87	-131	-156
Lucros e dividendos	-31	-18	0	0	-18
Outros serviços	-122	-119	-82	-55	-154
C. Mercadorias e serviços (A + B)	-237	-428	-157	85	293
D. Transferências	15	39	43	55	75
E. Transações correntes (C + D)	-222	-389	-114	140	368
F. Capitais	288	161	-54	82	-6
Investimento direto líquido (1)	108	69	70	29	70
Empréstimos e financiamentos - médio e longo prazos	579	325	250	221	363
Capitais de curto prazo	-	-	-	-	-
Amortizações	-327	-310	-354	-277	-304
Outros	-72	97	30	110	-135
G. Total (E + F)	66	-203	-168	222	362
H. Erros e omissões	49	-138	-76	-218	-31
I. Superavit (+) ou deficit (-)	115	-346	-244	4	331
J. Demonstrativo de resultado	-115	346	244	-4	-331
Haveres de curto prazo (aumento (-))	-309	3	-33	-171	-427
Duro monetário (aumento (-))	2	60	76	59	28
Operações de regularização	260	120	167	52	250
FMI	40	18	5	-20	20
Outros	220	130	162	60	230
Atrasados comerciais	-58	163	14	57	-182

e materiais secundários, obrigava-a a sério esforço no sentido de ampliar ou, pelo menos, manter a capacidade de importar, através de um sistema cambial que estimulasse as exportações. No entanto, notava-se uma tendência, motivada pela inadequação da política cambial - reflexo do precário sistema de financiamento que tinha de se utilizar de "confisco cambial" para transferir recursos da agricultura de exportação para a indústria -, de desincentivo às exportações, notadamente às de café, somando-se aos problemas gerados pelos esquemas de comercialização propostos.

O exame da evolução do balanço comercial brasileiro no período de 1947 a 1964 (ver Quadro 6.6) mostra que, de modo geral, foram assinalados saldos positivos, com exceção de 1952, 1960 e 1962. Entretanto, principalmente a partir de 1957, o saldo do balanço comercial poderia ter sido bem mais expressivo não fosse o comportamento adverso do mercado mundial de café.

Vamos, no próximo tópico, examinar a agricultura brasileira do período, especialmente a paulista, a partir de dados apresentados pelos Relatórios da Diretoria, para tentarmos detectar, posteriormente, a atuação do BANESPA em seu apoio, ou melhor, como o Banco se beneficiou do fato de estar localizado na região agrícola mais próspera do país.

6.4- AGRICULTURA PAULISTA NOS ANOS 1945-1964

Segundo Barjas, Gonçalves & Cano (1987), "na década de 40 continuou o movimento de diversificação agrícola no Estado de São Paulo, continuando o café a ser substituído pelo algodão, que nesta década encontrou o auge de sua produção, passando a ocupar, em 1949, 26% da área cultivada do Estado. A cana-de-açúcar manteve-se em seu movimento de expansão, agora com 4% de área cultivada do Estado. Na década de 40, o mercado continuou extremamente favorável para a exportação desses dois produtos, e o Estado de São Paulo, em 1949, era o primeiro produtor no Brasil de algodão e de cana. O algodão manteve elevado o nível de exportação de fibra, ao mesmo tempo que cresceu também a demanda interna da indústria têxtil. Também no café o Estado continuava a ser o principal produtor, sendo que nesta década os preços do café se estabilizaram, graças à política nacional levada a efeito e a condições favoráveis do mercado externo. Em meados da década o café voltou a ser o primeiro produto na pauta de exportação brasileira" (p.50).

Porém, depois do ciclo de expansão do valor da exportação brasileira de café na década de 50 (ver Quadro 6.7), com seu auge, como já vimos, em 1956, este caiu abruptamente para um patamar cerca de 25% inferior aos dos "valores de pico", em que pese ter acontecido no ano de 1963 o maior volume de exportação efetuado pelo País em toda sua história. Exportou, nesse ano, aproximadamente, 19,6 milhões de sacas. Os importadores do café brasileiro procuraram aumentar seus estoques na expectativa de alteração no sistema de governo brasileiro, aumentando

QUADRO 6.7

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ

Anos	Exportação em 1.000 sacos	Valor em milhões de dólares
1950	14.335	835,4
1951	16.358	1.052,1
1952	15.321	1.045,9
1953	15.562	1.090,9
1954	10.917	948,1
1955	13.696	843,9
1956	18.805	1.039,8
1957	14.319	845,5
1958	12.882	887,5
1959	17.436	733,0
1960	18.819	712,7
1961	16.971	710,3
1962	16.357	651,9
1963	19.572	746,0
1964	14.948	752,6

Fonte: Instituto Brasileiro do Café

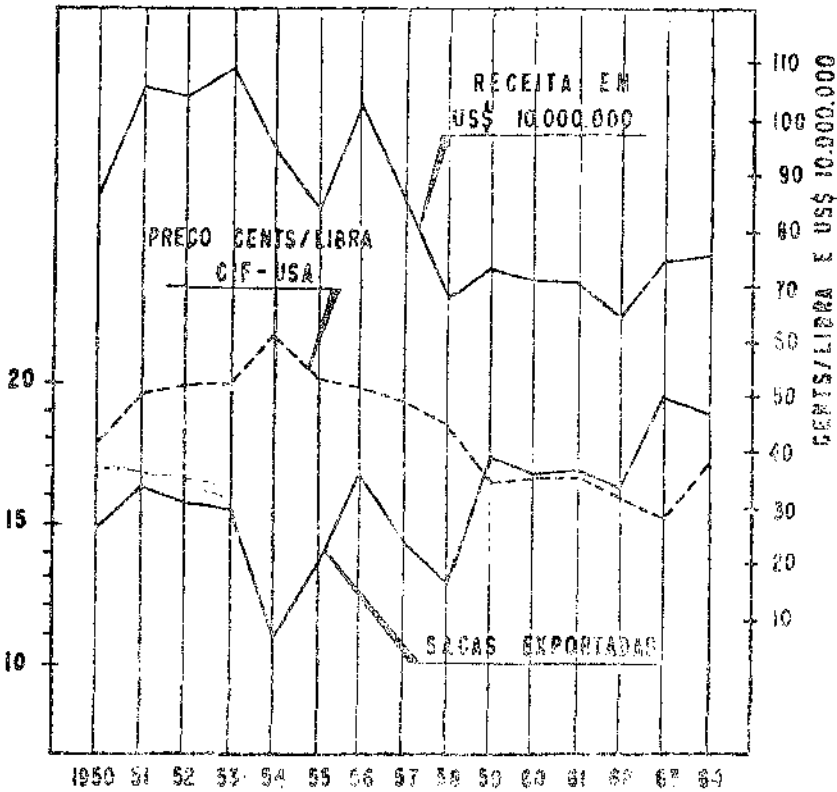
QUADRO 6.8
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ

Safras	Brasil em 1.000 sacos (A)	São Paulo em 1.000 sacos (B)	B % — A
1950/51	12.754	8.118	48,4
1951/52	15.021	6.261	41,7
1952/53	19.100	7.185	44,9
1953/54	15.148	6.162	40,7
1954/55	14.512	7.333	50,5
1955/56	22.064	9.268	42,0
1956/57	22.335	6.019	48,0
1957/58	21.626	9.538	44,1
1958/59	26.807	10.697	39,9
1959/60	49.618	13.601	35,6
1960/61	39.548	8.238	27,5
1961/62	35.860	11.568	32,3
1962/63	28.291	4.994	17,6
1963/64	22.823	1.800(*)	—
1964/65	2.283	5.000(*)	—

Fonte: Instituto Brasileiro de Café
(*) Estimativas

9

- BRASIL -
EXPORTAÇÃO DE CAFÉ



substancialmente sua cotação, já então elevada devido às geadas ocorridas no ano de 1962, aos incêndios verificados no Estado do Paraná, seguidos por prolongada estiagem. Consequentemente, com esse acúmulo de estoque do produto nos países importadores, no ano seguinte houve retração das compras (ver Gráfico).

Apesar do consumo mundial de café ter crescido na média de 3% ao ano no início da década de 60, a participação brasileira na exportação mundial declinou: no ano de 1959 era de 41%, caiu em 1962 para 35%, recuperando-se em 1963 com 39%, sendo que no ano de 1964 atingiu 30%. Acompanhando o Brasil no seu declínio como fornecedor de café, estava o Estado de São Paulo. Conforme se pode observar no Quadro 6.8, a queda da produção paulista com relação à brasileira se apresenta de modo acentuado. No início da década dos 50, São Paulo contribuía com quase 50% da produção brasileira, sendo que no ano agrícola de 62/63 só atingiu 17,6%.

De certa forma, o período 1956-1964 significou um período de transição na troca da "matéria-prima bancária": do café para o lucro inflacionário. Em 1956 foi o auge do café. Em 1964 houve o início da reforma financeira. Iniciou-se a transferência de prioridades do sistema bancário nacional: do atendimento ao mercado de crédito à exploração do mercado de capitais.

Com o declínio do café paulista, o BANESPA tinha de buscar novas fontes de negócios para aplicação dos recursos depositados pelos Poderes Públicos. Vejamos se a diversificação da agricultura paulista

oferecia oportunidade de aplicações alternativas, lucrativas como no caso do café.

A exportação brasileira de algodão sofria variações muito acentuadas. O Quadro 6.9 mostra o desenvolvimento da exportação brasileira, entre 1954 e 1964, em toneladas e a respectiva importância em dólares (nota-se a diminuta importância percentual desses valores comparados com os da exportação do café). O Gráfico comparativo da curva de exportação e respectivo valor em dólares demonstra que houve queda dos preços em relação à quantidade exportada.

O Quadro 6.10 com o desenvolvimento da cultura do algodão em São Paulo revela que sua produção algodoeira diminuiu sensivelmente, comparando as médias das safras de 1948/52 e as de 1958/62. Ao contrário da cultura no Nordeste, a evolução da cultura do algodão em São Paulo se processava mais pela produtividade do que pela área plantada.

O Relatório da Diretoria do BANEPA, referente ao exercício de 1964, atribui essa queda da produção às restrições impostas à exportação e aos baixos preços mínimos adotados pelo governo anterior: "alegando a possibilidade de faltar matéria prima, algodão, para o consumo interno, impedia-se a exportação e mantinha-se, ao mesmo tempo, preços mínimos, para venda, muito baixos. Essas medidas só vieram favorecer a indústria têxtil nacional, em prejuízo da agricultura algodoeira, desestimulando sua cultura" (pp.42/3).

Quanto ao açúcar, o Brasil teve, na safra de 1963/64, uma exportação

QUADRO 6.9
EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE ALGODÃO
1954 a 1964

Anos	Toneladas	Millhares de US\$
1954	309.486	233.116
1955	175.706	131.365
1956	142.931	85.944
1957	66.150	44.207
1958	40.197	24.768
1959	77.594	35.541
1960	95.399	45.586
1961	205.676	109.682
1962	215.915	112.186
1963	222.563	114.633
1964	183.000	98.921

Fonte: D.E.E.

QUADRO 6.10
CULTURA DO ALGODÃO EM SÃO PAULO

Séries	Área plantada 1.000 ha	Produção em caroço. 1.000 arr.	Rendimento agrícola kg/ha	Preços médios recebidos pelos lavradores		Índice geral de preços no Brasil (1)
				Por 15 kg	Índices	
Médias						
1948/52	1.094	40.930	557	78	100	100
1953/57	729	36.706	769	129	165	217
1958/62	528	35.433	1.004	433	554	678
Anos						
1959	484	33.495	1.038	251	321	434
1960	498	35.197	1.059	390	499	585
1961	569	34.675	914	558	752	803
1962	678	47.514	1.032	744	951	1.218
1963	605	39.829	987	1.200	1.534	2.105
1964	508	33.000	1.122	2.500 (*)	3.205	3.600 (*)

Fonte: Divisão de Economia Rural
(1) Baseado no Índice «2» da Fundação «Getúlio Vargas»
(*) Estimativas

na sua quase totalidade a partir do Nordeste do País, pois a Região Sul mal conseguiu satisfazer o mercado interno regional (ver Quadro 6.11 com a produção e o consumo de açúcar da safra de 1953/54 à de 1963/64). A produção do Estado de São Paulo era declinante, pois foi de 23.319.044 sacas em 1963/64, sofrendo em relação à safra anterior um decréscimo de 692.912 sacas. Mesmo assim, era responsável por 71% da produção da região Sul, que, por sua vez, respondia por 63% da produção total do Brasil. Em 1958/59, a área de produção de cana-de-açúcar em São Paulo ocupava 8,75% da área cultivada total, com seu valor de produção representando 12,5% do total (Tartaglia & Oliveira, 1987, pp.71/3).

Para dar uma idéia da importância da pecuária como fonte de negócios, no período pré-1964, o Relatório do BANESPA de 1964 coteja os dados de renda bruta dos bovinos com os do café, no Estado de São Paulo (ver Quadro 6.12). No período de 1960 a 1963, verifica que "a média da porcentagem da renda bruta dos bovinos sobre a do café é de 130,2%". Nota também que, "nesse mesmo período, enquanto a renda bruta do café tem apresentado crescimento desordenado, com graves consequências aos agricultores, a renda bruta de bovinos mostra-se em desenvolvimento gradativo. Esses fatos estão levando os agricultores a abandonar a cafeicultura e destinar suas terras para pastagens" (p.50).

Pelo Quadro 6.13, podemos observar como se desenvolveu o rebanho bovino brasileiro e paulista. De 1954 a 1963 o rebanho bovino do Brasil aumentou de 31,5%, enquanto no mesmo período o paulista aumentou de 30,1%. O Quadro 6.14 mostra a produção de carne no Estado

QUADRO 6.11
AÇÚCAR (em 1.000 sacas de 60 quilos)

SÉTIMANA	PRODUÇÃO						CONSUMO					
	Norte	Variação percentual	Sul	Variação percentual	Brasil	Variação percentual	Interno	Variação percentual	Externo	Variação percentual	População	Consumo per capita
53/54	14.150	—	19.226	—	33.376	—	29.989	—	3.766	—	58.437	30,8
54/55	15.193	- 7,3	20.375	- 6,0	35.568	- 6,8	29.733	- 0,9	5.821	- 54,6	60.183	29,6
55/56	17.048	12,2	18.416	- 9,6	35.464	- 0,3	31.596	6,3	4.835	- 16,9	61.981	30,6
56/57	17.396	2,0	20.184	9,8	37.580	6,0	33.496	6,0	500	- 89,5	63.833	31,5
57/58	17.090	- 1,8	27.287	35,2	44.377	18,1	33.518	0,1	11.210	121,5	65.740	30,6
58/59	17.805	4,1	36.053	32,1	53.858	21,4	38.239	14,1	12.641	12,8	67.704	33,9
59/60	20.132	13,0	30.731	14,8	50.803	- 5,6	38.803	1,5	11.341	- 10,3	70.967	32,8
60/61	19.967	- 0,9	34.983	11,9	54.350	6,9	43.032	10,0	14.500	28,6	73.088	35,3
61/62	21.422	7,3	34.943	1,6	56.365	3,7	45.306	5,4	7.408	- 49,2	75.271	30,2
62/63	16.763	- 21,7	34.306	- 1,8	51.069	- 9,4	46.109	1,6	9.902	33,8	77.521	35,7
63/64	18.880	13,2	32.565	- 5,0	61.445	0,7	43.613	- 6,9	5.774	- 41,6	79.840	32,9

Fonte: I.A.A.
D.E.E.

EFETIVO DOS REBANHOS BOVINOS

(Em 1.000 bovinos)

Anos	Brasil	São Paulo
1954	60.700	8.523
1955	63.608	8.953
1956	66.695	9.364
1957	69.548	9.961
1958	71.420	10.197
1959	72.829	10.301
1960	73.962	10.394
1961	76.176	10.624
1962	79.078	11.099
1963	79.853	11.090

Fonte: S.E.P. — Ministério da Agricultura

QUADRO 6.14

PECUARIA DE CORTE NO ESTADO DE SAO PAULO

Anos	Nº de cabeças abatidas. (1.000) *	Carne produzida (t)	Peso das carcaças (t)	Carne produzida por cabeça (t)	Peso das carcaças (kg)
1955	1.814	332.696	336.701	183,4	213,2
1956	2.049	372.354	472.031	181,7	230,4
1957	2.274	405.343	476.866	178,2	209,7
1958	2.803	460.446	545.019	176,9	209,4
1959	2.541	431.306	529.881	169,7	209,5
1960	2.321	411.541	486.911	177,3	209,8
1961	2.303	416.840	489.374	181,0	212,5
1962	2.183	—	476.065	—	213,1

Fonte: S.E.P. — Ministério da Agricultura

(*) Número de cabeças abatidas compreende bois, vacas e vitelos.

QUADRO 6.12

RENDA BRUTA DO CAFÉ E DE BOVINOS

(Em milhões de cruzeiros)

Anos	Café (A)	Bovinos (B)	B % — A
1960	21.497	29.059	135,2
1961	40.341	41.915	103,9
1962	32.189	62.674	194,7
1963	106.050	92.463	87,3

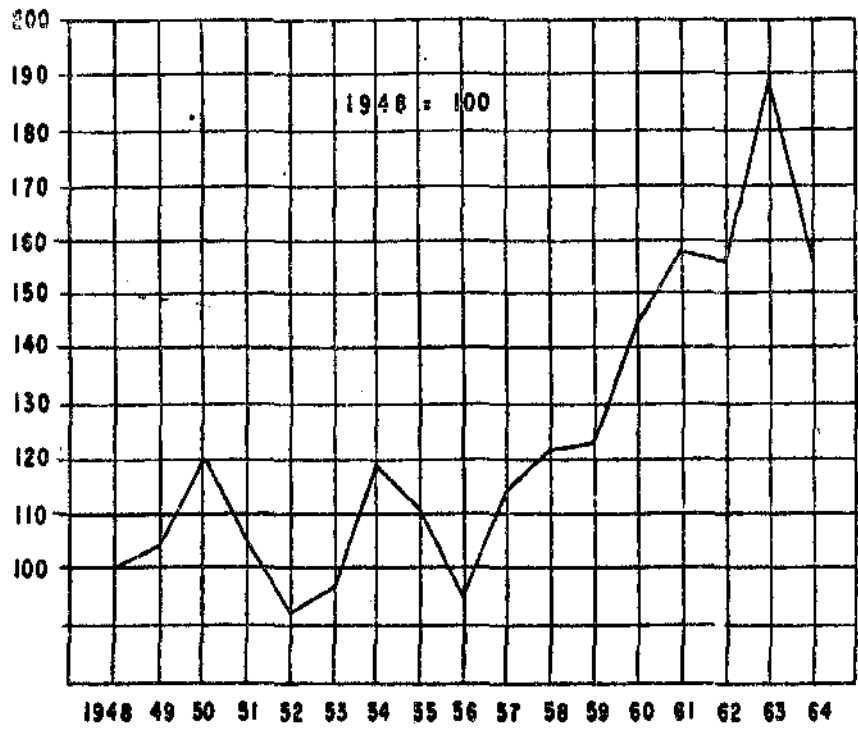
Fonte: Agricultura em São Paulo
Divisão de Economia Rural

de São Paulo. Cabe notar que o cálculo do aproveitamento do rebanho paulista fica deturpado, pois sendo São Paulo a unidade da Federação que apresentava a mais desenvolvida industrialização dos produtos da pecuária, grande parte dos produtos abatidos no Estado era proveniente de outros Estados. Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram maiores possuidores de rebanho para corte. Enquanto este último exportava a carne de seu rebanho, o primeiro, conjuntamente com Goiás e Mato Grosso, exportava parte de seu gado para engorda e corte em São Paulo.

Por fim, "quanto à agricultura de alimentos, continuou também seu processo de diversificação, respondendo à produção de alimentos para uma urbanização crescentemente acelerada. Em 1949, São Paulo era o primeiro Estado produtor de arroz e batata inglesa, o segundo de milho e laranja e o terceiro de feijão. O avanço da industrialização, por outro lado, pressionava a agricultura pela demanda de matérias primas, no contexto de uma substituição de importações forçada pela guerra. De modo geral a agricultura se modernizava chegando o Estado, em 1949, a deter 52% do consumo nacional de insumos agrícolas modernos e a apresentar um número de tratores cinco vezes maior do que o resto do País em termos relativos" (Negri, Gonçalves & Cano, 1987, pp.50/1).

O Gráfico mostra a evolução da produção agrícola de subsistência do Estado de São Paulo através de números índices. Podemos verificar, partir de 1957, que ganha uma tendência ao crescimento só revertida em 1964. O Quadro 6.15 com o volume dessa produção confirma esta suposição, discriminando-a por produto. Pela análise do comportamento dos 5 principais produtos de subsistência, observa-se que em 1964

- SÃO PAULO -
PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE
SUBSISTÊNCIA
(NÚMEROS ÍNDICES)



QUADRO 6.15
ESTADO DE SÃO PAULO
PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE SUBSISTÊNCIA
 Volume: em 1.000 toneladas

CULTURAS	A N O S						
	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Arroz	540,0	648,0	660,0	792,0	812,0	720,0	900,0
Feljão	150,0	118,4	195,8	189,2	118,4	160,8	148,2
Milho	1.380,0	1.332,0	1.740,0	1.764,0	2.214,0	2.688,0	1.416,0
Batata	415,1	380,1	459,4	436,7	427,8	426,0	424,0
Cebola	84,5	31,2	38,3	51,2	30,1	32,3	36,0

Fonte: Divisão de Economia Rural
 Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo

houve decréscimo de 3,5% em relação a 1963. Somente o volume da safra de arroz se apresentou sensivelmente superior a do ano precedente, com aproximadamente 25% a mais em relação à do ano anterior. O milho, cultura mais fortemente atingida pela estiagem, apresentou queda brusca da ordem de 52% na safra paulista. A produção de feijão também teve a safra diminuída em consequência dessas mesmas condições climáticas adversas.

O Relatório da Diretoria do BANESPA, de 1964, chamava a atenção que "a agricultura, como atividade econômica, cujos resultados dependem diretamente do comportamento das condições do meio, está sujeita a uma série de adversidades. Daí ressentir-se da necessidade de ampla assistência por parte dos poderes competentes, não somente visando a seu crescimento em volume, mas, principalmente, ao aumento da produtividade da zona rural. A maior mecanização das atividades agrícolas, com a utilização de tratores e máquinas capazes de elevar a produtividade da terra, a adoção de técnicas evoluídas para seu melhor aproveitamento, seguida de assistência financeira eficiente, ampliação da rede de armazéns e silos são condições indispensáveis à melhoria da nossa produção agrícola" (pp.35/6). A este programa de assistência financeira que propôs sua contribuição, veremos se cumpriu.

6.5- INDÚSTRIA PAULISTA NOS ANOS 1945-1964

Segundo Negri, Gonçalves & Cano (1987), "o processo de industrialização prosseguiu se desenvolvendo na década de 40, aumentando a concentração industrial em São Paulo, que em 1949 respondia por 48,9% do produto industrial brasileiro, numa progressão que vinha de 32,2% em 1919 e 37,5% em 1929. Esta concentração foi mais aguda nos setores mais dinâmicos: química, cimento, papel, borracha e metalurgia no Grupo II e material de transportes, mecânica e material elétrico no Grupo III. O peso do Grupo II na indústria nacional evoluiu de 36,3% em 1919 para 40,9% em 1939, alcançando 51,9% em 1949. Enquanto isso, o Grupo III, que desde 1920 concentrava em São Paulo mais da metade do produto industrial nacional nesse setor, evoluiu de 52,5% em 1919 para 72,4% em 1939 e 69,7% em 1949" (p.51).

A pesquisa destes autores também mostra causas desse progresso industrial. "A indústria nos anos 40 teve grande crescimento, impulsionada por diversos fatores, entre os quais a substituição de importações forçada pela guerra, a demanda crescente decorrente da urbanização e da expansão da rede rodoviária (que se articulava a um crescimento também da construção civil), e também à demanda que se abria pela modernização agrícola, tendo a indústria mecânica aprofundado seu movimento de diversificação, produzindo máquinas para lavoura desde o final dos anos 30. Nos anos 40 consolidou-se a indústria leve, fortemente concentrada na Capital e suas cercanias e desenvolveu-se a indústria de bens de produção, parte interiorizada mas concentrada na Capital e seu entorno" (pp.51/2).

Interessa-nos a "visão da época" que tinha a Diretoria do BANESPA (em seu Relatório de 1964) a respeito do desenvolvimento industrial paulista até o ano do início da grande reforma institucional no setor financeiro, para posteriormente verificarmos como o Banco se adequa às novas condições, no tocante ao financiamento industrial.

Afirmava ela que, "apesar dos fatores adversos que têm influído em nosso desenvolvimento, não podemos negar a modificação na estrutura da indústria paulista, principalmente se tivermos em conta as duas fases em que se operou a industrialização de São Paulo. O ano de 1955 serviu como marco divisorio entre as duas: a mudança da industrialização de bens de consumo para a industrialização desenvolvimentista. Atualmente a indústria paulista defronta-se com um grande problema cuja repercussão sobre toda economia do País dependerá da mútua cooperação entre o Governo Federal e o meio industrial. A um caberá elevar o poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, a outro, a redução dos custos de produção, cujo objetivo somente será possível mediante política financeira adequada, capaz de fornecer-lhe recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento" (pp.52/3).

O Quadro 6.16 mostra os números índices do desenvolvimento industrial paulista entre 1949 e 1964. Na época, por falta de estimativa mais adequada, se utilizava muito como indicador da expansão industrial a evolução do consumo de energia elétrica no setor industrial. Assim, se o consumo de energia elétrica crescia, percentualmente, mais que o emprego de mão de obra, era sintoma de ou modificação na estrutura dos

QUADRO 6.16
DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PAULISTA
(Números índices)

ANO	Produto real na indústria (a)	Número de operários (b)	Consumo de energia (c)	Produto por operário	Produto por K.W.H.	K.W.H. por operário
1949	100	100	100	100	100	100
1950	107	108	113	99	95	105
1951	117	119	144	98	81	121
1952	120	123	134	98	90	109
1953	132	129	142	102	93	110
1954	146	136	154	107	95	113
1955	170	138	184	123	92	133
1956	193	144	223	134	87	153
1957	194	146	250	133	78	171
1958	244	149	288	164	85	193
1959	273	152	316	180	86	208
1960	315	156	362	202	87	232
1961	319 (*)	164	382	195 (*)	84 (*)	233
1962	353 (*)	173	459	204 (*)	77 (*)	265
1963	390 (*)	189	460	206 (*)	85 (*)	243
1964	432 (*)	192	457	225 (*)	95 (*)	238

(a) Fundação «Getúlio Vargas»

(b) Relatórios do SENAI

(c) Departamento de Água e Energia Elétrica e Light

(*) Estimativa

Departamento de Estudos Econômicos — BANESPA

fatores de produção ou aumento de tempo de trabalho de homem/máquina, ou combinação dos dois fatores.

Entre 1949 e 1959, a taxa de crescimento da indústria brasileira foi de 9,3% ao ano, enquanto a paulista expandiu-se em média anual ligeiramente superior de 10,8%, o que aprofundou a concentração industrial regional. Em 1949, São Paulo concentrava 48,9% do valor de transformação industrial do país e saltou para 55,6% em 1959, o mesmo ocorrendo em relação ao número de operários, onde sua participação saltou de 41,0% para 46,6%.

Negri, Gonçalves & Cano (1987) também mostram que, em 1956, a indústria de transformação paulista empregava 592,4 mil operários, dos quais 49,4% nas indústrias de bens de consumo não duráveis, que, a partir de então, foram perdendo importância na geração de novos empregos. A grande massa de empregos diretos na produção passou a ser gerada pelas indústrias de bens de consumo durável e de capital.

Em 1964 estavam empregados 1.193.583 operários na indústria paulista. Curiosamente, o relatório revela, quanto à estrutura da mão de obra, que "o aumento que se verifica nas categorias de operários qualificados, técnicos, engenheiros, administrativos e auxiliares é maior que nas categorias de braçais e semi-qualificados. Na categoria de engenheiros tivemos o aumento de 40,9%, no período de 1960 a 1964, enquanto na categoria de técnicos e operários qualificados houve acréscimo, no mesmo período, de 26,4% e 24,0%, respectivamente" (p.54). Naquela etapa de industrialização, cresceu mais que

QUADRO 6.17

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL POR SETORES

S E T O R	Número de Operários					Consumo de Energia Elétrica					Número de Estabelecimentos					Média de operários por estabelecimento					Média de consumo de energia elétrica por estabelecimento				
	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964	1960	1961	1962	1963	1964
Mecânico, Metalúrgico e Material Elétrico . .	100	115,5	127,8	153,2	156,2	100	114,3	124,9	121,0	110,0	100	104,7	112,2	121,0	121,7	100	110,1	111,3	122,5	128,0	100	110,5	117,3	105,7	105,4
Textil	100	100,2	101,0	105,8	103,9	100	107,1	100,1	105,8	102,8	100	102,0	104,3	108,5	110,0	100	97,3	97,1	87,5	91,0	100	102,0	98,3	93,1	90,8
Construção Civil e Mobiliário	100	100,1	101,2	104,7	105,5	100	110,0	112,8	122,6	125,0	100	100,7	102,7	106,0	103,8	100	99,1	98,2	98,2	101,8	100	100,3	103,4	107,7	119,5
Alimentação	100	103,0	107,9	114,1	116,9	100	110,6	114,7	121,0	114,1	100	100,0	102,0	100,0	107,0	100	102,0	106,5	108,6	109,4	100	107,2	110,5	91,8	104,8
Químico e Farmacêutico	100	102,8	106,0	117,5	123,1	100	115,5	124,7	131,5	145,1	100	85,8	97,1	87,8	87,0	100	119,5	150,0	133,5	141,0	100	125,1	186,0	149,7	160,0
Outros	100	101,5	103,8	111,9	115,5	100	108,6	121,0	128,9	122,3	100	100,7	104,2	107,1	101,2	100	100,8	101,5	104,5	114,1	100	103,8	94,1	119,0	91,2
	100,0	104,9	110,2	121,0	123,2	100,0	111,1	118,1	120,8	119,3	100,0	100,0	103,6	110,2	100,8	100,0	102,5	108,1	100,0	121,3	100,0	98,0	102,0	97,3	89,3

Departamento de Estudos Econômicos — IANESPA

QUADRO 6.18

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

1957 a 1964

TIPOS	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Caminhões e ônibus	19.835	33.608	47.564	51.325	38.456	48.839	28.427	34.043
Utilitários	10.845	23.332	36.678	43.910	52.153	67.451	59.540	51.937
Automóveis	—	2.189	12.001	37.843	55.065	74.808	86.039	97.741
Total	30.700	63.129	96.243	133.078	145.674	191.098	174.006	183.721

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus e Automóveis — ANFAVEA

proporcionalmente o emprego das camadas de renda média.

Para a análise do desenvolvimento industrial setorial (ver Quadro 6.17), foram as indústrias classificadas em 5 grandes grupos pelo Departamento de Estudos Econômicos do BANESPA. O setor mecânico, metalúrgico e material elétrico, no qual estava incluída a indústria automobilística, representando 28,7% do total de energia consumida em São Paulo, servido pelo grupo Light, apresentava tendência a diminuir. Podemos verificar que no período de 1960 a 1964 cresceu até o ano de 1962 e decresceu desse ano a 1964.

O Quadro 6.18 mostra especificamente a produção da indústria automobilística de 1957 a 1964. A indústria automobilística que, em 1962, atingiu a maior produção, desde sua implantação, com 191.098 unidades, caiu em 1963 para 174.006 unidades, recuperando-se em 1964, sem contudo atingir o nível de 1962, com 183.721 unidades. Fato que cabe observar na indústria automobilística é o de que a produção de automóveis estava em constante crescimento. Enquanto a produção de caminhões, ônibus e utilitários não conseguiu atingir os números de 1962, a produção de automóveis, em relação ao mesmo ano, cresceu de 31,0%.

A partir desses dados do desenvolvimento industrial, o Relatório da Diretoria do BANESPA, referente a 1964, faz um diagnóstico dos problemas que afligiam a indústria paulista e das perspectivas que a ela se abriam. Este diagnóstico é fundamental para entendermos a direção do Banco.

"Em 1950 a indústria representava 26,8% da renda interna do Estado, sendo que no ano de 1960 passou a ser de 33,2%. Dentro deste período de 10 anos, a indústria sofreu mudança em sua estrutura. Até o ano de 1955 ela estava mais ligada aos bens de consumo, passando a partir desta data a setores mais evoluídos, em que prepondera a produção de equipamentos necessários ao desenvolvimento. A mudança brusca em tão curto espaço, conseqüentemente, traria problemas de ordem técnica, financeiros, mão de obra, mercados, etc.. Comprovou-se, nos meios empresariais, que os mais importantes problemas enfrentados pela indústria paulista são os relativos à obtenção de financiamentos, matéria prima, mão de obra e energia" (p.59).

Quanto aos problemas financeiros, que interessavam mais de perto para a atuação do Banco, sua Diretoria classificava-os sob dois aspectos: os de investimentos e os de capital de giro. "Com relação ao primeiro, a indústria tem recorrido, principalmente, aos financiamentos do BNDE e do Banco do Estado de São Paulo, através de sua Carteira de Expansão Econômica, pela execução dos objetivos do Fundo de Expansão da Indústria de Base - FEIB - e do Fundo de Expansão da Indústria de Bens de Produção - FEIBP. Para o capital de giro, a indústria tem recorrido aos vários bancos comerciais e ao Banco do Estado de São Paulo. Para o atendimento das operações a curto prazo, o Banco do Estado de São Paulo entra com cerca de 10,0% das aplicações bancárias de todos os estabelecimentos e mais de 50% sobre o total de sua aplicação" (pp.59/60).

Feitas as devidas ressalvas, a conclusão da Diretoria do BANESPA era otimista: "elevado o nível de vida da população brasileira e resolvidos os principais problemas que têm influído negativamente em sua expansão, a indústria paulista, com seu parque fabril praticamente todo montado, terá amplas perspectivas de desenvolvimento" (p.60).

6.6- URBANIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A população urbana do Estado de São Paulo quase dobrou entre 1950 e 1960, passando de 4,8 milhões de habitantes para 8,15 milhões, e novamente quase dobrou na década seguinte, quando cresceu para 14,3 milhões. Em 1980, alcançou a cifra de 22,2 milhões, com uma taxa de urbanização de 88,6%, substancialmente superior à de 62,8% em 1960 e a de uma década antes, 52,6% em 1950.

Segundo Negri, Gonçalves & Cano (1987), "em 1950, a população urbana da metrópole já representava 48,6% da população urbana do Estado. Nos anos 50, a despeito de crescer a concentração metropolitana em relação à população total do Estado (de 29% em 1950 para 37% em 1960) o crescimento urbano foi, contudo, generalizado no Estado, tanto pelo desenvolvimento das regiões de ocupação consolidada como pelo fim da ocupação do oeste, de tal modo que o peso relativo da metrópole no total da população do Estado pouco aumentou: 48,6% em 1950 para 49,1% em 1960. No decorrer da década de 60, todavia, ocorreu o maior avanço no processo de concentração da população na metrópole registrado em todo o período analisado neste estudo: na Grande São Paulo encontrava-se, em 1970, 46% da população paulista, sendo que sua população urbana correspondia a 55,1% do total de população urbana do Estado" (pp.100/101).

Portanto, essas duas décadas foram marcadas por uma acentuação no crescimento urbano do Estado, que se caracterizou pelo aprofundamento da modernização do campo e a expulsão da população rural, e pelo

crescimento das cidades médias simultaneamente ao da metrópole. Nesse período o setor terciário se modernizou em resposta às novas demandas da industrialização e da urbanização.

A citada pesquisa distingue as etapas da urbanização paulista, tanto na dimensão da "metropolização", quanto da "interiorização".

"O período de 1933 a 1956 marcou-se como o período de formação da metrópole, mantendo-se o interior relativamente pouco diferenciado em seu processo de urbanização: seu crescimento foi em extensão, mais do que em transformação. Entre 1940 e 1960, os efeitos urbanos da industrialização restringida concentraram-se na metrópole" (p.93).

No entanto, "o período que se abre em 1956 mostra uma mudança no crescimento do interior e da metrópole. Como resultado do maciço investimento industrial na Grande São Paulo, principalmente no ABC, a concentração da PEA no secundário na região metropolitana atingiu seu auge em 1970, quando nela se concentrou 64,7% da PEA estadual nesse setor, marcando a década de menor participação do interior na geração de novos postos de trabalhos no secundário, mal alcançando um terço deles. Mas no espaço de apenas uma década os efeitos da industrialização pesada contaminaram o interior, que nos anos 70 foi responsável por 43,4% do acréscimo da PEA no setor secundário, caindo o peso da metrópole na PEA estadual nesse setor para pouco mais da metade (56,6%) em 1980".

Simultaneamente, "também no setor terciário mudou o dinamismo do crescimento do interior, indicando a generalização e modernização do

crescimento urbano. Este passou a se desconcentrar, com o crescimento e modernização dos grandes centros regionais e também de diversos outros núcleos urbanos relativamente menores, que se industrializaram. Manifesta-se claramente o crescimento das cidades médias nesse período" (p.94).

Generalizaram-se, portanto, a partir dos anos 70, os padrões de vida urbana nos centros médios do Estado. Na sua origem estão tanto as transformações do mundo produtivo do Interior - modernização de sua base agrícola, ampliação da infraestrutura e do processo de urbanização, etc. -, quanto as transformações decorrentes dos maiores custos de aglomeração na região da Grande São Paulo e da maior autonomia locacional da grande empresa. Conjuntamente com as condições para uma descentralização da atividade do secundário no Estado, surgiram as motivações para uma modernização do setor terciário.

Como resultado, produziu-se grande diferenciação do trabalho, tanto no setor secundário como no terciário. Dentre os ramos que ascenderam claramente, depois de 1960, na ampliação deste último, pelo seu lado moderno, estava o das instituições de crédito: "tendo absorvido 3,6% e 2,8% dos novos empregos criados nas décadas de 40 e 50, sua participação aumentou para 5,6% e 5,3% do crescimento da PEA nas décadas de 60 e 70, triplicando seu peso relativo entre 1950 e 1980, de 1,2% para 3,7%" (Negri, Gonçalves & Cano, 1987, p.105).

Já temos elementos suficientes para analisarmos a expansão do BANESPA, durante o período enfocado, no próximo tópico.

6.7- MOVIMENTO FINANCEIRO DO BANESPA EM 1964 E A NECESSIDADE DE SUA EXPANSÃO

Ao analisarmos o movimento financeiro do BANESPA, no ano imediatamente anterior à reforma do setor financeiro, estaremos verificando quais suas condições para expansão no período posterior. Estaremos também diagnosticando o caráter de suas atividades, ou seja, se era uma instituição oficial com papel "desenvolvimentista" de fomento de atividades econômicas e/ou de regiões não atendidas pelo crédito privado. Para este levantamento estaremos usando, principalmente, dados divulgados no Relatório da Diretoria do BANESPA, referente ao exercício de 1964, corte temporal significativo historicamente.

De acordo com as categorias econômicas dos depositantes, o que ressalta é que cerca de 61,5% do valor total dos depósitos foram realizados pelos Poderes Públicos. Após os depósitos do governo vieram, pela ordem decrescente, os da indústria (13,3%), do comércio (11,2%), do público (9,3%) e, finalmente, da agropecuária (4,7%).

Como 72,5% do total de depósitos eram realizados na matriz do Banco (o que, somados aos 3,2% das 8 agências urbanas localizadas na cidade de São Paulo, revela que 3/4 deles vinham deste centro financeiro), ele até então dependia relativamente menos do que outros bancos concorrentes da expansão da rede de agências para captação de depósitos. A distribuição por zonas geográficas dos depósitos totais restantes, em 1964, mostra que 18,8% foram efetuados nas 85 agências no interior do Estado de São Paulo e 5,5% nas 16 agências

fora do Estado.

No entanto, já no decorrer do exercício de 1964, foram as agências que contribuíram de maneira preponderante para o aumento de novos clientes para o Banco; com cerca de 55 mil contas novas (94% da quantidade total, embora com 84% do valor, o que significa provavelmente menor saldo médio). Talvez isso fosse sintoma de uma nova tendência de "pulverização" do número dos depositantes.

Quando se analisa o movimento de cheques compensados pelo Banco ou a seu cargo, verifica-se que, em 1964, era muito superior a média de valor por cheque compensado na Matriz do que nas agências. O governo devia concentrar suas contas e seus pagamentos na Matriz.

Passando a analisar os empréstimos totais, a primeira surpresa é que, em termos globais (e não, como veremos, em saldos médios), havia uma relação empréstimos/depósitos no BANESPA, de 3,45 em 1964, revelando sinais de existência de repasses, ou seja, de menor dependência dos depósitos captados no mercado.

Quando vemos quais foram as atividades econômicas favorecidas, temos à mostra uma distribuição de conformidade totalmente distinta em relação à dos depósitos. As aplicações globais por setores foram, em ordem decrescente, indústria: 47,3%; comércio: 34,7%; agropecuária: 13,3%; poderes públicos: 3,5%; e diversos: 1,3%. Portanto, pela relação empréstimo/depósito por atividade, a indústria (12,3), o comércio (10,7) e a agropecuária (9,7) tiveram uma reciprocidade de empréstimos

muito maior em relação aos recursos que deixaram em depósitos no Banco. É claro que a maior fonte de recursos para essa atuação "desenvolvimentista" do BANESPA estava localizada nos poderes públicos (relação E/D de 0,19). Os depósitos populares também contribuíram para esta postura do Banco.

Considerando-se a localização geográfica dos Departamentos do Banco, através dos quais foram efetuadas as operações, chega-se à conclusão que, ao contrário do que era tradicional nos bancos privados, no BANESPA, em 1964, somente 1/3 de suas aplicações globais foram realizadas na capital de São Paulo (28,9% pela Matriz e 4,2% pelas agências urbanas), sendo 54,8% em agências no interior do Estado e 13,0% em agências fora do Estado. Portanto, a relação empréstimo/depósito era extraordinariamente benéfica ao interior e a outros Estados.

Poder-se-ia pensar que o crédito agrícola seria o maior beneficiado dessa "interiorização" do crédito do BANESPA, porém, o montante das aplicações, efetuado sob diferentes modalidades, assinalava que praticamente 95% dos empréstimos eram sob forma de desconto de títulos e em contas correntes garantidas. Somente os 5% restantes eram financiamentos da Carteira Agrícola. Em 1964, os financiamentos da Carteira Hipotecária praticamente não tinham mais significação (0,05%) face ao montante total, assim como os financiamentos efetivados pela Carteira de Expansão Econômica ainda não tinham deslanchados (0,15%, correspondentes a 288 processos deferidos e com os respectivos financiamentos em execução pelo Fundo de Expansão Agropecuária, 10

pelo Fundo de Expansão da Indústria de Base e 69 pelo Fundo de Financiamento da Indústria de Bens de Produção).

Portanto, a quase totalidade das aplicações por espécie era destinada à comercialização, mesmo que fosse da produção de alimentos, da produção financiada pela CREA do Banco do Brasil e das safras regionais. Da mesma forma, também em relação à indústria, o BANESPA atuava de maneira preponderante como um banco comercial de desconto de títulos comerciais de curto prazo, por exemplo, na comercialização de matérias primas e vendas de produtos das indústrias químicas, têxtil, metalúrgicas, transformação de minerais não metálicos, mecânicas, etc. Também em relação à agroindústria, por exemplo, no financiamento das vendas de alimentos enlatados, acondicionados e frigorificados, atuava da mesma maneira, sem comentar o financiamento das próprias vendas do comércio varejista.

O que distinguia mais o BANESPA não era a espécie de seus empréstimos. Mesmo porque o Banco tinha que ser lucrativo para seus acionistas, além de ter liquidez através de empréstimos de curto prazo e a segurança necessária em seus negócios, garantida por títulos, para prosseguimento normal de suas atividades. Sua maior especificidade, na época, era o fato de dispor de depósitos à vista efetuados pelo governo estadual, o que propiciava dirigir suas aplicações para atividades e, principalmente, zonas geográficas não atendidas pela iniciativa particular. Em outras palavras, mais do que o tipo da atividade bancária exercida (comercial de curto prazo), seu destino ou sua localização eram as particularidades de Banco oficial do Estado.

Isto não significava, por outro lado, que não tinha nenhuma atividade de fomento. Já vimos que o BANESPA também financiava construção civil de finalidade social; construção de silos, armazéns, matadouros e frigoríficos; construção e pavimentação de estradas; etc.. Examinaremos agora, com mais cuidado, seu programa de financiamento à agropecuária.

Cooperando com a "Campanha da Produção", dirigida pelo governo do Estado, o BANESPA utilizava suas Carteiras Agrícola, de Crédito Geral e de Expansão Econômica para o programa de assistência financeira às fontes primárias da produção - agricultura e pecuária.

As operações da Carteira Agrícola, através de simplicidade burocrática e rapidez na concretização dos empréstimos, buscava a aceitação dos pequenos e médios lavradores e pecuaristas (80% da quantidade de operações eram inferiores a Cr\$ 2.000, quando o teto do valor de empréstimos sob penhor agrícola de safras até outubro de 1964 estava em Cr\$ 3.000), que nela obtinham financiamento de custeio de safras, de aquisição de máquinas e implementos agrícolas, de gado leiteiro e reprodutores, de fertilizantes, de caminhões para lavoura e pecuária, de casos de perdas de safras por acidente climático (estiagem), etc..

Por espécie, 80,5% do valor total de suas operações, em 1964, foram destinadas a penhor agrícola de safras. Estes financiamentos destinados ao custeio, em termos das espécies de cultura, beneficiaram mais o café. Além dele, foram mais beneficiados pelo crédito agrícola

do BANESPA, tanto em termos de valor, quanto de área de cultivo, o algodão (114.435 Ha.), o milho (111.752 Ha.) e o arroz (103.848 Ha.). O penhor agrícola de máquinas também teve certa importância (13,0%): foram realizadas 2.545 operações de empréstimos (1.559 para aquisição de tratores e implementos, 905 para outras máquinas e utensílios agrícolas e 81 para conjuntos de irrigação). Valores inferiores foram utilizados no penhor da pecuária (2,2%), com 9.364 animais financiados, nos empréstimos para aquisição de fertilizantes, corretivos, fungicidas, e inseticidas (1,8%) e nos empréstimos hipotecários ao pequeno agricultor (2,4%).

No entanto, do total de financiamentos feitos pelo BANESPA à agropecuária, em 1964, somente 38% foram de responsabilidade da Carteira Agrícola. Destacava-se mais a contribuição da Carteira de Crédito Geral, através de operações diretas ao setor primário, com 61,3% do total. As operações da Carteira de Expansão Econômica, com o objetivo pioneiro de financiar, a médio e longo prazo (variava o prazo concedido de 4 a 12 anos, de acordo com a natureza do investimento), projetos de investimentos em tratores, pesca, reflorestamento, casas para trabalhadores rurais, pecuária, suinocultura, avicultura e agroindústrias, eram ainda incipientes em 1964: abrangiam somente 0,7% desse total.

A Carteira de Crédito Geral, operando papéis referentes especialmente à circulação de mercadorias, deu a maior dimensão do crédito do BANESPA à lavoura paulista, destacando-se, entre outras, as destinadas aos seus produtos básicos: café, algodão, cereais e oleaginosas.

Entretanto, no caso dos financiamentos dos warrants e conhecimentos de café, com faturas descontadas (grande parte em Santos) correspondentes a 4.930.666 sacas, seu valor total superou quase 3 vezes a contribuição total da Carteira de Crédito Geral aos outros produtos. Isto demonstra que o Banco continuava aproveitando dos negócios do principal produto da pauta de exportações brasileiras.

Portanto, foi de fato a Carteira de Crédito Geral, cujas operações, em sua quase totalidade, eram efetuadas mediante desconto ou caução de efeitos comerciais, que atendeu considerável parcela da demanda de crédito de curto prazo do mercado paulista e outros Estados onde o Banco possuía agências. Assim, o encaminhamento de recursos creditícios em maior escala para o interior foi realizado via crédito comercial de curto prazo e não crédito de fomento de longo prazo.

O Relatório da Diretoria, de 1964, também traz o levantamento dos saldos médios dos depósitos e aplicações por zonas geográficas que permite que melhor se verifique as atividades desenvolvidas através de todo o aparelhamento bancário tanto no Estado de São Paulo - capital e interior - como nas demais unidades federativas em que o BANESPA também operava utilizando-se de suas agências. Por critério de saldos médios, na Matriz se registravam 71,8% dos depósitos e 45,9% das aplicações; nas agências urbanas, 2,6% e 3,3%; nas agências no interior do Estado, 20,5% e 39,9%; e nas agências fora do Estado de São Paulo, 5,0% e 10,8%.

Consequentemente, constata-se que, no Estado de São Paulo, para cada

Cr\$ 100 recebidos em depósitos, o BANESPA aplicava mais que o dobro, isto é, Cr\$ 221. Nos demais Estados, onde também operava através de suas agências, esta aplicação se mostrava ainda maior, já que para cada Cr\$ 100 recebidos em depósitos, o BANESPA aplicava Cr\$ 243.

Com base nesses dados, exaltava-se o ufanismo propagandístico do Relatório da Diretoria: "Eis o que patenteia, de modo irretorquível, o caráter nacionalista e superior das suas atividades bancárias. O Banco do Estado de São Paulo, S.A., operando, portanto, nas demais unidades da Federação, não se comporta jamais como mera máquina arrecadadora de depósitos. Muito ao contrário, o Banco do Estado de São Paulo, S.A., tem carreado sempre numerário do Estado de São Paulo para praças onde possui agências, embora se situem além das fronteiras paulistas. E faz tudo pela mais sábia inspiração patriótica e também na certeza de que, do fortalecimento econômico-financeiro dos outros Estados, advirão, por certo, condições de maior progresso e prosperidade para as próprias finanças e economia de São Paulo. É o justo e exato entendimento dessa autêntica correlação econômico-financeira que inspira o sábio bandeirismo pioneiro do Banco do Estado de São Paulo, S.A., ávido de cooperar de maneira cada vez mais intensiva e eficaz na criação e desenvolvimento das riquezas e enormes possibilidades existentes no Norte e Nordeste do País como nas suas zonas centro-oeste, ainda depauperadas e em estágio de subdesenvolvimento" (p.14).

De fato, o exame do quadro dos saldos de depósitos e empréstimos, registrados em 31 de dezembro de 1964, em suas 16 agências situadas

fora do Estado de São Paulo comprova uma realidade inesperada para os adeptos da "tese do imperialismo paulista sanguessuga". A relação empréstimo/depósito (E/D) mais elevada era da agência Salvador, na Bahia: 6,31, que contribuiu entretanto com o menor volume de depósitos à vista entre todas as agências fora do Estado (somente 1,2% do total). Sem considerar os casos da agência do Rio de Janeiro, com o maior volume de depósitos (38,8%) e de empréstimos (30,2%), embora com baixa E/D (1,86), face à média de 2,43, e do Estado de Minas Gerais, cujas três agências somaram 12,2% dos empréstimos, surpreende também o fato da agência Fortaleza ter efetuado o maior volume de empréstimos entre todas as outras (10,5%), se bem que tenha recebido depósitos num valor expressivo (12,2%). Como sua E/D foi de 2,1, provavelmente os empréstimos "criaram" depósitos, através de saldo médio compensatório. Relevante também destacar que as agências com maiores E/D, depois da de Salvador, foram Curitiba (4,86), Belo Horizonte (4,13), Campo Grande (3,71) e Porto Alegre (3,66).

Com esta "prova decisiva e cabal" do caráter desenvolvimentista da atuação do BANESPA, sua Diretoria reivindicava às autoridades financeiras federais consentimento para ampliação de sua rede de agências. Argumentava também com base na diminuta rede de agências que o Banco possuía tanto no território paulista como além de seus limites. Recordava que o Estado de São Paulo dividia-se em 573 municípios e o BANESPA possuía agências em apenas 85. Sua rede de agências não atingia, portanto, nem 20% desses municípios. Na capital tinha somente 8 agências e em outros Estados 16.

A Diretoria do BANESPA também queixava-se que "mais de uma dezena de bancos particulares sem qualquer cunho oficial nem oficioso superam o Banco do Estado de São Paulo, S.A., em número de agências dentro do próprio território paulista e na sua capital. Está, no entanto, o Banco revestido, por imposição legal, de atribuições de natureza estatal direta e exclusivamente ligadas às exigências do bem comum e dos interesses da coletividade" (p.17).

Salientava que "o BANESPA, sob o estímulo do governo federal, no exercício findo intensificou muito suas aplicações no setor agropecuário. Registre-se, tão só, que utilizando exclusivamente seus próprios recursos o Banco triplicou os financiamentos agrícolas, tanto em número de novos contratos, como em volume de aplicação. Apesar disso, dezenas e dezenas de médios e pequenos lavradores e criadores do interior paulista não puderam contar com tal ajuda financeira porque nos municípios onde labutam não existe uma agência do BANESPA, o que quase impossibilita uma transação dessa natureza. Isto resultou, sem dúvida, em considerável prejuízo para a produção agrícola nacional" (p.18).

Citava, por fim, que "de todos os quadrantes do Brasil chegam inúmeras solicitações de classes produtoras, de sociedades rurais, de associações de criadores, até mesmo de governos estaduais e municipais para que o Banco do Estado de São Paulo instale agências e passe a operar em seus territórios" (p.18).

Achava que "sem uma revolucionária (sic) modificação do critério

federal adotado para a abertura de agências bancárias nas praças do interior, levará o Banco mais de 20 anos para estender sua rede de agências a pouco mais da metade dos atuais municípios paulistas". Diante dessa situação, restava ao BANESPA manter-se nos mesmos limites geográficos de suas atividades ou, mediante a aquisição do controle acionário de outras organizações bancárias de menor importância, expandir-se incorporando ao seu aparelhamento administrativo novas agências em São Paulo e além de seu território. Este caminho, aliás, é o que vinha sendo seguido pelos bancos particulares que maior expansão financeira e geográfica lograram naqueles anos. Dessa forma passaria o BANESPA a cooperar também para a maior concentração do capital financeiro em grandes organizações bancárias, o que talvez não fosse a melhor solução para o País, desde que se tivesse em mira principalmente o atendimento creditício aos médios e pequenos produtores agrícolas e industriais e do comércio do mesmo porte.

Com essa ameaça, a Diretoria terminava sua argumentação afirmando que "enquanto for mantido o critério federal focalizado, terá, por força, o BANESPA de prosseguir na trilha encetada se não quizer perder a liderança até agora exercida nesse setor da vida nacional, em legítimo proveito dos seus acionistas e do próprio povo brasileiro". Essa dubiedade acionista versus povo é componente da crise de identidade dos dirigentes de banco oficial...

No momento do início da reforma financeira de 1964/65, a Diretoria do BANESPA antevia a necessidade de intensificar a ação externa do Banco, mediante abertura e instalação de novas agências, bem como de cuidar

da sua organização interna, para reestrurá-lo, orgânica e funcionalmente, nos moldes de uma organização moderna, racional e científica. Elaborou-se um novo organograma para o Banco. Instalou-se uma rede de Telex e Radiocomunicações, interligando todos os departamentos e agências, dentro e fora de São Paulo. Ampliou-se e melhorou-se os serviços eletrônicos. Reformou-se as instalações da matriz. Preparou-se para um novo tempo.

Quais eram as características da situação financeira prévia a 1964?

Havia uma incipiente intermediação não-bancária, restritas ao BNDE, às Caixas Econômicas e às Sociedades de Crédito e Financiamento.

Consequentemente, "a intermediação bancária propriamente dita era então a mais importante e quase única atividade de intermediação financeira" (Moura da Silva, 1979, p.6). A administração dessa precária organização financeira era, na ausência de um Banco Central, dividida entre o Tesouro Nacional, Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e o Banco do Brasil (o núcleo central do sistema financeiro, controlando cerca de 60% dos depósitos à vista, em 1964, e entre 1/3 a 1/2, nos anos anteriores).

Portanto, a primeira etapa do processo de industrialização pesada não implicou, apesar de sua "necessidade", em modificações mais profundas no sistema financeiro, pelo menos até 1964. Pelo contrário, os indicadores de participação dos haveres financeiros no PIB decresce de 1950 (32,3%) para 1964 (20,1%), assim como a dos haveres monetários no PIB (24,2% e 18,5%, respectivamente). A grande expansão de capacidade produtiva industrial instalada ocorreu sem desenvolvimento do sistema

financeiro formal, mas sim através de reinversão dos lucros retidos pelas empresas, com ganhos de capital propiciados pela aceleração inflacionária, e de recurso ao capital estrangeiro ou mesmo ao mercado paralelo.

Não houve aumento real dos financiamentos. "Com o limite legal de 12% a.a. para as taxas de juros nominais (Lei da Usura) e obrigatoriedade, para fins legais, de escrever valores contratuais na moeda legal - o cruzeiro - (Cláusula Ouro), a persistência do processo inflacionário em níveis superiores a 13% a.a. ao longo de todo o pós-guerra desestimulou sobremaneira o desenvolvimento da atividade financeira não-bancária" (id., ibid., p.5). O desestímulo à aplicação em depósitos a prazo fez com que restringissem o prazo das operações bancárias para crédito de giro rápido. Com taxas de juros por empréstimos a nível real negativo, era vantajoso para os tomadores o acúmulo de dívidas, o que aumentava a demanda por crédito.

Como vimos, a despeito da Lei da Usura acima referida, os bancos comerciais através da cobrança de "comissões" e não raro da exigência de "saldos médios" de seus clientes, obtinham taxas de remuneração de suas operações ativas acima do limite legal de 12% a.a., obtendo assim um generoso spread entre estas taxas e o custo financeiro dos depósitos à vista, o qual só em casos excepcionais atingiu 6% a.a. Observou-se então uma acirrada competição pela conquista de depósitos à vista do público, o que estimulava a abertura de novas agências por parte dos bancos (com aumento das despesas operacionais porém compensado pela margem de lucro bancário propiciado por

diferencial entre as taxas de juros negativas da aplicação e da captação).

Foi a partir dessa situação econômico-financeira anterior a 1964 que a Diretoria do BANESPA, como vimos, clamava pela modificação do critério federal adotado para abertura de agências bancárias nas praças do interior. Argumentava pelo lado da "necessidade de ajuda financeira" a esses municípios, mas provavelmente tinha em vista reservar mercado no rico potencial de captação de depósitos à vista no desenvolvido mercado do interior paulista. Como que antevendo a progressiva queda relativa dos depósitos dos governo estadual, com sua superação pelos depósitos do público, anunciava sua disposição de competir por esses "recursos de custo zero", para faturar "lucro inflacionário" em cima deles. Mesmo que fosse à custa de participação no processo que se avizinhava de maior concentração do capital financeiro em grandes organizações bancárias.

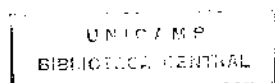
FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

BANCO DO ESTADO: O CASO BANESPA

VOLUME II

**Tese de Doutorado em Economia
apresentada ao Instituto de Economia
da Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do Professor WILSON
CANO.**

Campinas, 1988



PARTE IV.

EVOLUÇÃO RECENTE DO BANESPA

CAPITULO 7

BANESPA E

O DESENVOLVIMENTO FINANCEIRO

(1965-1986)

7.1- INTRODUÇÃO

A reforma financeira de 1964/65 não pode ser vista como uma medida isolada, mas sim num contexto de estabelecimento de um "novo modelo" de crescimento econômico, envolvendo também reformas nas áreas fiscal e de reajuste de preços e salários (ver Almeida, 1980; Moura da Silva, 1979; Rodrigues, 1982; Teixeira, 1985; Zini, 1982). Consistiu de reformas na área monetária (Lei n.4595 de 31/dez/64), de mercado de capitais (Lei n.4728 de 14/jul/65) e habitacional (Lei n.4380 de 21/ago/64).

Seus grandes objetivos eram:

- (1) a regularização do mercado monetário, tornando as Autoridades Monetárias independentes "para evitar a emissão monetária inflacionária";
- (2) a regulamentação do mercado financeiro, "para garantir fluxos financeiros e taxas de juros estáveis, sem mercado paralelo";
- (3) o aperfeiçoamento do mercado de capitais privados, "para dotar de financiamento de longo prazo os investimentos".

A concepção básica era a especialização por agentes financeiros, ou seja, adotou-se o "princípio da compartimentalização" de áreas específicas de atuação para cada instituição financeira, sem superposição de atribuições. A ordenação também seria dada por

autoridades competentes. Buscar-se-ia operações financeiras com taxas de juros positivas "para aumentar a poupança e melhor alocar a recursos escassos". Tudo isso procurando a definição de um ambiente institucional propício para a diversificação e intensificação do desenvolvimento financeiro do país.

Na exposição de motivos da "Lei da Reforma Bancária" constava o propósito de dotar as Autoridades Monetárias de maior autonomia em relação ao Poder Executivo, inspirado no modelo americano do FED. O BACEN surgiu, no final de 1964, com a intenção de introduzir uma grande modernização capitalista na economia brasileira. A idéia era criar um banco central e o Conselho Monetário Nacional nos moldes que vigoravam nos países mais desenvolvidos do sistema capitalista.

Inicialmente, o BACEN ficaria com a função de disciplinar a gestão da política monetária e o CMN com a função de fomento, decidindo a suplementação dos créditos oficiais. Posteriormente, o BACEN passou a ter inclusive características de banco de fomento, como instrumento executor de programas especiais de crédito estabelecidos pelo CMN.

A tentativa era separar a administração das finanças do Tesouro Nacional em relação ao suprimento de moeda à economia. Com estas duas funções sendo assumidas pela Autoridade Monetária, provavelmente, o poder de criar moeda passaria a ser utilizado como fonte de receita do Tesouro Nacional. Portanto, a Lei n.4595, de 31/dez/64, buscava melhor disciplinamento do controle monetário e creditício. No entanto, o general Costa e Silva, ao assumir o poder, não aceitou a idéia da autonomia do BACEN, ao afirmar: -"O guardião da moeda sou eu".

Com os mecanismos que passaram a vigorar na prática do sistema financeiro, os mercados primário de colocação de títulos de dívida pública (como política fiscal) e secundário de operações de mercado aberto (para política monetária) se confundiram, pois os tomadores finais desses títulos - as instituições financeiras - passaram a colocá-los diariamente como lastro de operações no overnight, para financiar suas carteiras (muitas vezes superior ao valor de seus recursos próprios), obtendo ganho patrimonial através de "rendas e lucros financeiros". Com a evolução histórica, como mostraremos, esta fonte de lucros extraordinários ultrapassou, inclusive, as "rendas de operações de crédito" nas contas de resultados das instituições financeiras. Acentuou-se assim suas características de "mercado de capitais" em desvantagem da de "mercado de crédito".

Achamos inclusive que, caso não haja uma desvalorização real do estoque de títulos de dívida pública, que a contrarie, a tendência histórica do sistema financeiro brasileiro aponta, atualmente, no sentido de "especialização" de funções, por origem de capital: as instituições privadas nacionais no "carregamento" diário da dívida pública, as estrangeiras nos repasses externos e nas operações de atacado com seus clientes multinacionais instalados no país, restando às estatais, predominantemente, a responsabilidade pelas operações de repasses internos de fundos sociais centralizados por entidades financeiras oficiais de fomento. Neste sentido, para suprir uma necessidade básica da reprodução do sistema - o crédito -, que enxergamos a presença do banco do Estado como irreversível historicamente no cenário do sistema financeiro brasileiro, superando inclusive eventuais ameaças de privatização.

Por ora, salientemos que o objetivo principal da Lei n.4728 - que esboçou o quadro institucional do mercado de capitais - era a criação de uma rede de distribuição de valores mobiliários, ou seja, de empresas intermediárias entre as sociedades de capital aberto, que emitissem títulos (ações e debêntures), e seus compradores finais (ver depoimento de Bulhões de Pedreira ao Congresso Nacional, em 1981). No entanto, não foi atingido da forma almejada.

A idéia dominante era desenvolver um mercado de valores mobiliários distinto do mercado de crédito. Para isso, achava-se necessário criar um sistema de distribuição especializado em que os bancos de investimento (BI) teriam um caráter "atacadista" e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários (DTVM) cuidariam das operações de "varejista" (seriam os dealers). Houve erros na execução da lei: a autorização para funcionamento de um número excessivo de BI, a Resolução n.63 permitindo repasses de crédito externo pelos BI (tornando-os mais bancos de empréstimos do que de negócios com valores mobiliários), e, principalmente, a conglomeração que significou na prática o final da especialização dos BI, na medida em que foram absorvidos pelos conglomerados e tornaram-se (de fato, não de direito) apenas departamentos dos bancos comerciais.

Em seu depoimento, Bulhões Pedreira reconhece que "analisando hoje o esquema da lei, parece-me que foi um erro definir o banco de investimento como empresa ao mesmo tempo negociante de valores mobiliários e de financiamento a prazo médio e longo. Essa solução foi adotada para tornar rentável a nova instituição, porque o mercado era

pequeno e se previa que seria difícil a fase de partida de uma empresa que operasse apenas em negociação em grosso de valores mobiliários. Daí também a permissão para que os bancos de investimento operassem como financeira nos primeiros anos”.

Portanto, a lei traçou, em linhas gerais, um quadro institucional para ser implantado gradativamente, nas medidas das possibilidades. Mas todo esse esquema, baseado na especialização dos intermediários financeiros, que facilitaria o exercício, pelas Autoridades Monetárias, de sua função de fiscalização, foi poucos anos depois subvertido, quando o governo substituiu a política de especialização por outra exatamente oposta: a de criação de conglomerados financeiros.

Segundo Almeida (1980), as financeiras (SCFI), através de suas associações, logo após a Reforma Financeira de 1964/65, reclamavam da estreiteza de seu campo operacional, ainda mais restrito com a criação do crédito direto do consumidor (CDC) em 1966 e, posteriormente, com a virtual proibição da atuação dessas sociedades no crédito para capital de giro. Com as vantagens oferecidas pela regulamentação dos bancos de investimento, em termos de diversificação de operações ativas e passivas, diversas SCFI se transformaram em BI.

Na fixação do capital mínimo - em que se procurava evitar a proliferação excessiva de instituições e garantir um porte mínimo inicial relativamente grande aos bancos - e na regulamentação dos depósitos a prazo com correção - em que o prazo mínimo desses

depósitos foi estabelecido em 18 meses, com a possibilidade de que os BI emitissem, em contrapartida aos depósitos, certificados de depósitos bancários (CDB), um título negociável no mercado secundário - a constituição dos BI buscava uma nova "modernidade", sem os vícios do arcaico sistema financeiro brasileiro.

No entanto, pretendendo assegurar o desenvolvimento inicial dos BI, enquanto não se consolidassem na tarefa pioneira de se constituírem nos agentes privados do fomento à acumulação de capital das empresas privadas, o documento de regulamentação alargou de tal forma seu campo de atuação que se perdeu em meio a inúmeras alternativas de operações ativas e passivas o objetivo original que deu margem à sua criação. Aos BI foi permitido atuar em, praticamente, todas as modalidades de operações do mercado financeiro, à exceção do crédito bancário de curto prazo, do crédito imobiliário e do CDC (muito embora neste último tenham chegado a operar).

Dessa forma, foi aberta a possibilidade aos BI de concederem empréstimos com base no aceite de letras de câmbio, tal como as SCFI. Isto revelou a intenção governamental de atrair grandes financeiras para que constituíssem BI. Assim é que as que se transformaram em BI acabaram desfrutando, pelo dobro do período inicialmente previsto (3 anos), daquela atividade que afinal de contas constitua sua atividade tradicional e comprovadamente exitosa: a concessão de aceites. Dessa maneira, sem eliminar sua atividade principal, as grandes financeiras tinham possibilidade de ganhos maiores, explorando outras áreas.

Em meados do ano de 1966, alterou-se um item de suma importância da regulamentação original, reduzindo o prazo mínimo dos depósitos a prazo com correção monetária e dos empréstimos para 6 meses. Com essa medida, o governo renunciou às intenções iniciais de especialização dos BI em operações de longo prazo. Como função principal, coube aos BI aquela mesma função que deveria inicialmente ser exercida pelas financeiras, mas que foram obrigadas a abdicar em favor da especialização no CDC: a concessão de crédito para capital de giro, a prazos mais dilatados do que a dos bancos comerciais.

Além desse desvio relativamente aos objetivos originais do projeto reformista, houve outro desvio sob a forma de um movimento simultâneo de constituição de BI por parte de grupos bancários não ligados às financeiras, também pelas vantagens oferecidas às suas operações. Isto deu origem à constituição de diversos "conglomerados financeiros".

Curiosamente, acabaram por encabeçar os principais conglomerados, os estruturalmente "inefícazes" e "antiquados" bancos privados nacionais (conforme o diagnóstico oficial), devidamente fortalecidos pelo processo de reconcentração bancária.

Quando se alterou a legislação para a reforma financeira de 1964-66, tentou-se implantar uma legislação "importada", correspondente a um sistema financeiro sofisticado, em cima de um arcaico. Houve o choque da teoria dos "reformistas" com a realidade do banqueiro tradicional (característico dos "bancos mineiros") e do agiota do mercado paralelo (que atuava com letra direta e também com letra de câmbio emitida por

financeira). Os banqueiros tradicionais, que só se preocupavam com captação de depósitos à vista e empréstimos em conta corrente e/ou desconto, se retraíram face ao "modelo americano" de compartimentalização do mercado financeiro em mercado de crédito e mercado de capitais. Com isso, eram necessários novos empresários para atuarem no mercado de capitais. O governo passou a induzir a entrada nesse mercado: aproveitaram a oportunidade vários "aventureiros" (empresários sem muita experiência no setor), pois combinou-se baixa barreira à entrada com expansão cíclica e boom da bolsa de valores, o que permitiu grande rentabilidade, maior até que de diversos bancos comerciais. Surgiu daí um primeiro movimento de conglomeração, com os empresários de novas atividades no mercado de capitais passando a comprar bancos regionais com apoio da política econômica oficial. Muitas vezes a compra se dava com recursos de repasses de empréstimos internacionais (Resolução 63 do BACEN) ou de emissão de CDB do próprio banco.

A reforma permitiu ao sistema financeiro trabalhar com três moedas distintas: o cruzeiro, a ORTN e o dólar. No entanto, com a queda da inflação até 1973 os instrumentos de captação de poupanças, baseados na correção monetária, não deslançaram (ver Mendonça de Barros, 1985). Os novos grupos financeiros, artificialmente grandes, estavam, em sua grande maioria, especulando com a queda das taxas nominais de juros, tomando recursos por prazo curto e emprestando por prazos mais longos. A enorme afluência aos instrumentos financeiros indexados após a reversão da inflação em 1974 provocou uma fuga de recursos do sistema bancário, que não captava recursos com correção monetária. A situação

criada foi de uma acentuada crise de liquidez em alguns segmentos do mercado, pois o prazo de suas aplicações era maior do que o dos vencimentos de suas captações, que não conseguiam renovar. Neste momento se deu uma concentração induzida, posterior àquela primeira conglomeração. Grandes bancos assumiram os bancos de "aventureiros", com o governo "pagando a conta".

Esse processo de concentração - aumento da parcela de mercado atendida pela empresa - e conglomeração - diversificação de atividades por aquisições de empresas e cartas-patentes em outros segmentos do setor financeiro - está relativamente bem coberto pela pesquisa empírica no Brasil. Há até uma espécie de controvérsia entre os autores sobre a causa básica da concentração. Alguns vêem a concentração reflexa, ou seja, a redução no número de bancos seria devido ao controle das taxas de juros exercido pelo BACEN: como os bancos pequenos realizavam negócios de maior risco, cobravam taxas maiores e sofriam com frequência crises que provocavam sua absorção por bancos maiores; outros (mais acertadamente, a nosso ver) enxergavam a concentração induzida, alegando uma política consciente do governo em favor da concentração bancária, com o papel estimulante da regulamentação traduzido por estímulos a fusões e incorporações, e restrições à expansão da rede de agências. Já se discutiu muito acerca da possibilidade de obter economias de escala, poder de mercado e vantagens financeiras através da formação de conglomerados. Citamos, entre outros autores nesta área de pesquisa, Bouzan (1972), Sayad (1975), Portocarrero de Castro (1981), Marques (1982), Carvalheiro (1982), Perdigão (1983), Tavares e Carvalheiro (1985), Teixeira (1985).

Sobre a "estrangeirização" do sistema financeiro no Brasil, devemos salientar que a atividade bancária não se incorporou ao padrão de internacionalização da economia brasileira devido à existência de um controle estatal que se traduziu em diretrizes definidas no sentido de não facilitar o acesso aos bancos estrangeiros. A burguesia bancária, com grande poder econômico e influência política, sempre soube manter esse privilégio de "reserva de mercado" ou "barreira à entrada".

A força política da fração bancária da burguesia (evidentemente, uma força relativa às das outras frações) tinha como base econômica a própria nacionalização do setor, os lucros bancários sempre acima da inflação e o poder de barganha para obter privilégios que lhe dava o risco de quebra de suas empresas, pelo ônus social que provocaria. Um ditado mineiro expressa bem sua força política: "O melhor cabo eleitoral é uma agência bancária"...

A explicação desse processo de nacionalização prende-se também, inicialmente, ao fácil acesso nacional ao setor: o volume relativamente reduzido de investimento requerido para instalação de novos bancos antes que o setor começasse a se concentrar (a partir do pós-guerra), bem como as mínimas exigências tecnológicas da atividade (antes da automação bancária), eram condições que, ao contrário da indústria, por exemplo, permitiam definir um grau significativo de controle nacional do setor. Além de que - como foi mostrado nos capítulos anteriores, o setor bancário nacional se beneficiou

largamente com negócios propiciados pela "matéria prima" café e com "lucros inflacionários" pela disponibilidade de depósitos à vista.

Como vimos, parte significativa dos estabelecimentos bancários estrangeiros existentes no Brasil estabeleceram-se antes de 1930, durante a fase de crescimento agro-exportador (como diria a CEPAL, "hacia afuera"). Ao se acelerar o processo de industrialização e expansão do mercado interno, base para o crescimento do sistema bancário nacional, os estabelecimentos de bancos estrangeiros, sediados fundamentalmente em praças marítimas, não se vincularam a este movimento. Com efeito, continuavam a operar nas faixas tradicionais de atividades, basicamente financiamento de comércio exterior, câmbio e repasse de empréstimos externos, à sua clientela preferencial (formada por empresas internacionais), já que não conseguiram obter cartas-patente para expandir suas redes de agências, o que os propiciaria disputar competitivamente o mercado de financiamentos do café e de depósitos à vista.

Até hoje o governo mantém a política de restrição à entrada do capital estrangeiro no sistema bancário, especialmente para participação em bancos comerciais, inaugurada com a legislação bancária de 1921 e firmada pelas restrições impostas pelo primeiro Governo Vargas (1930-1945).

O atual esquema admitido pelo governo é de participação estrangeira limitada a 33% do capital votante nas financeiras e nos bancos de investimento e até 50% do capital total dos bancos de investimento. Entre estes, a regra é a associação com o capital externo (ver Baer, 1986). Cerca da metade dos bancos de investimento em operação no país tem, pelo menos, um sócio estrangeiro (inclusive os dos maiores conglomerados financeiros do país: o Bradesco tem participação minoritária de 6 bancos estrangeiros e o Itaú de 5).

Isto é resultado da combinação de interesses mútuos nesse tipo de associação. Para os brasileiros, são interessantes a possibilidade de ter maior acesso aos recursos externos através dos seus sócios estrangeiros e a maior facilidade em obter informações sobre empresas do exterior, enquanto clientes potenciais (os bancos estrangeiros podem servir de "avalistas" de empresas multinacionais que estão iniciando suas atividades no Brasil ao apresentá-las a seu sócio brasileiro). Para os estrangeiros, a participação em um banco de investimento tornou-se uma opção importante para aqueles que não conseguiram entrar através de um banco comercial, para acompanhar as multinacionais que têm interesse no Brasil e obterem no país lucros excepcionais. Além disso, o Brasil é o maior mutuário do mercado financeiro internacional e cerca de 2/3 de sua dívida externa corresponde a empréstimos em moeda concedidos por bancos estrangeiros privados. Os dois principais credores privados do Brasil atuam como bancos comerciais no país, de maneira bastante ativa...

Em termos mais gerais, a ausência ou presença marginal das empresas

internacionais em atividades tão importantes e atraentes na nossa economia, como a financeira e a construção civil, é reflexo da vontade das empresas nacionais e das autoridades públicas de reservarem para si essas privilegiadas atividades não expostas à concorrência internacional.

No entanto, o conceito de eficiência que emprega esse setor mercantil-financeiro hegemônico diz respeito a uma definição de caráter estritamente microeconômico e de curto prazo, que conduz necessariamente a considerar como oportunidades atraentes de inversão aquelas que não estão expostas à concorrência internacional, que não sofrem de descontinuidade tecnológica, que têm baixos riscos e propiciam lucros especulativos acima da inflação (lucros "reais", sic), tais como a construção residencial, o comércio e a intermediação financeira.

Neste sentido, Fajnzylber (1983) afirma que o elevado nível de proteção a este setor hegemônico não só é frívolo, como não está a serviço de uma estratégia concebida por agentes internos e orientada para a diversificação industrial e conquista futura de parcela do mercado internacional. Isto porque o nível de proteção indiscriminado à qualquer setor em que se pretende a instalação de empreendimentos de capital nacional é, em alguma medida, determinado pelas taxas de rentabilidade possíveis de obter-se nas atividades não expostas ao comércio internacional - construção civil, comércio e intermediação financeira - nos quais os grupos privados nacionais mais poderosos concentram suas atividades principais. Assim, eles

necessitariam, para motivar sua diversificação para o setor industrial, de rentabilidades, nestes novos setores, comparáveis às prevalentes nos setores de origem.

A defesa de seus interesses privados a própria burguesia bancária brasileira executou com a maior competência, tendo mais consciência do que ninguém dos seus problemas. Por exemplo, os bancos brasileiros também se expandiram aceleradamente, nos últimos anos, no exterior, buscando atuar mais agressivamente em duas áreas em que a presença em outros países era fundamental: o financiamento do comércio exterior e a captação de empréstimos externos. Nas economias internacionalizadas, onde a circulação de capitais ocorre em dupla direção, prevalecem condições de reciprocidade. Assim, os banqueiros brasileiros sabem que têm de estar preparados para essa nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil, quando é provável que o país tenha de rever seus regulamentos frente às obrigações de reciprocidade de permissão de instalação de bancos estrangeiros em territórios nacionais.

O BANESPA constitui um dos casos mais expressivos desta projeção internacional dos bancos brasileiros. Vamos estudá-lo.

Como procuramos mostrar, através de citações, há uma literatura que trata do desenvolvimento financeiro ocorrido no Brasil, após 1965. Os temas enfocados - reforma financeira de 1964/65, concentração bancária, conglomeração financeira, internacionalização do sistema

financeiro brasileiro - são recorrentemente analisados pelos especialistas. Nosso objetivo, neste capítulo, será verificar como um banco oficial, em particular - no caso, o Banco do Estado de São Paulo -, se inseriu nesse processo de desenvolvimento. Portanto, os aspectos macroeconômicos comentados nesta Introdução servirão de "pano-de-fundo", ou seja, como referências mais globais para análise do comportamento de uma empresa financeira estatal.

Além dos temas citados, levantaremos algumas informações sobre aspectos ainda não tão explorados pela pesquisa acadêmica: as condições de trabalho de bancários/funcionários de um banco oficial, seu grau de automação, o desempenho operacional deste Banco (análise baseada em indicadores elaborados com dados de balanços contábeis), os reflexos específicos da crise econômico-financeira dos anos 80 e, em particular, seu ajustamento ao Plano Cruzado, em 1986. Ao final, destacaremos a relevância de sua atuação, dentro de um cenário macroeconômico que - esta é nossa tese - não pode prescindir das atividades financeiras desenvolvimentistas de um Banco de Estado.

7.2- MODERNIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO

O Relatório do Exercício de 1965, logo após a Reforma Financeira, constatava:

"Nesses últimos 20 anos, registrou-se uma profunda modificação no aparelhamento bancário de São Paulo e de todo o país, com a criação de novas técnicas e processos resultantes principalmente da mecanização quase generalizada de seus serviços. O melhor, o mais rápido e o mais econômico atendimento da clientela tornou-se norma imperativa para a sobrevivência e progresso dos bancos que não poderão jamais subsistir sem a preferência e a confiança do público. (...) Por esse motivo, a Diretoria impulsionou o Banco do Estado de São Paulo S.A. para essa competição, no intuito de garantir e preservar a justa liderança que sempre exerceu dentre os maiores bancos brasileiros".

Realizou-se, então, uma reforma administrativa. Foram estruturados 18 departamentos, entre os quais: o Financeiro, destinado à permanente análise e controle do movimento financeiro do Banco, o Metropolitano, onde se criou uma gerência especializada nas complexas operações com os poderes públicos (financiamentos, avais, fianças, transações com autarquias, sociedades de economia mista, empreiteiros de obras públicas, etc.) e o Nacional, em que se agruparam as agências segundo as regiões sócio-econômicas. Organizou-se também uma Assessoria Técnica da Diretoria, e, subordinada ao Departamento de Serviços Auxiliares, instituiu-se uma Seção de Compras, para evitar a dispersão de esforços, verbas e material. Cuidou-se do aprimoramento técnico dos funcionários.

A reforma do edifício da Matriz, o emprego de novos processos técnicos e as mudanças da contabilidade melhoraram consideravelmente o atendimento ao público (p.ex., no pagamento de cheques), a economia de tempo e de funcionários. Na automação de serviços, o aparelhamento eletrônico foi aumentado e modernizado, figurando a nova Central de Processamento de Dados entre as maiores e melhores da América Latina. Devido à importância da rede de comunicações em um sistema bancário de caráter nacional, foi instalada uma central telex, um sistema de comunicação pelo rádio, entrelaçando todas suas agências no país, além de equipamento PABX, e novas linhas telefônicas diretas.

Buscando melhor entrosamento entre suas agências e a Administração Geral, instalou-se concentrações regionais do Banco no interior do Estado para o contato direto com as entidades de classe e os produtores, e para melhoria das relações Banco-clientes.

Em 1966, contava o Banco com 120 agências. Como Banco Oficial de crédito, por ser agente do Tesouro do Estado de São Paulo e pela sua função de fomentador da agropecuária paulista, sua Diretoria argumentava que deveria ter rede de agências que lhe permitisse cobrir todos os municípios do Estado. Entretanto, submetido às rigorosas diretrizes do Banco Central, não pode expandir-se livremente. Só pode fazê-lo pela aquisição do controle acionário e incorporação de outros estabelecimentos de crédito, dentro das normas das Autoridades Monetárias de "unificar o sistema para melhorar a produtividade e baratear os custos".

Face à limitação legal para a concessão de cartas-patente e à necessidade do Banco ampliar sua rede, foi adquirido em 1966 o controle acionário do Banco Cordeiro, com sede em Cordeiro (RJ), e o Banco do Pará, sediado em Belém. Com essa incorporação e a do Banco de Crédito Pessoal, sediado na ex-Guanabara, em dezembro de 1964, a rede foi acrescida de 20 dependências, com remanejamento da maior parte dessas novas agências. Em 1967, foram instaladas agências junto às obras das Usinas Elétricas de Urubupungá, de Ilha Solteira e de Furnas, em Pedregulho.

Como o Estado tinha 573 municípios e os interesses da economia paulista iam além de suas fronteiras legais, a Diretoria estabeleceu normas para aquisição de bancos que atendessem ao papel de agente financeiro do Governo do Estado e de fomentador do desenvolvimento paulista. O número de agências, localização, possibilidade de remanejamento, importância em função da rede do BANESPA e condições de integração, foram alguns dos dados estudados, com a descrição necessária em transações dessa natureza, das propostas referentes a vários estabelecimentos bancários. Ao final de 1967 adquiriu ainda o controle do Banco Nacional da Lavoura e Comércio, com 52 casas.

Pelo Quadro 7.1, pode-se verificar a constante preocupação do Banco em expandir sua rede, não só no Estado, mas, também, em outras regiões, no período de 1966 a 1974, de auge da concentração bancária no Brasil. No quadriênio 1967/70 foram instaladas mais 93 agências no país e o BANESPA passou a não medir esforços para incrementar sua participação

QUADRO 7.1

BANESPA

EXPANSÃO DA REDE DE AGÊNCIAS

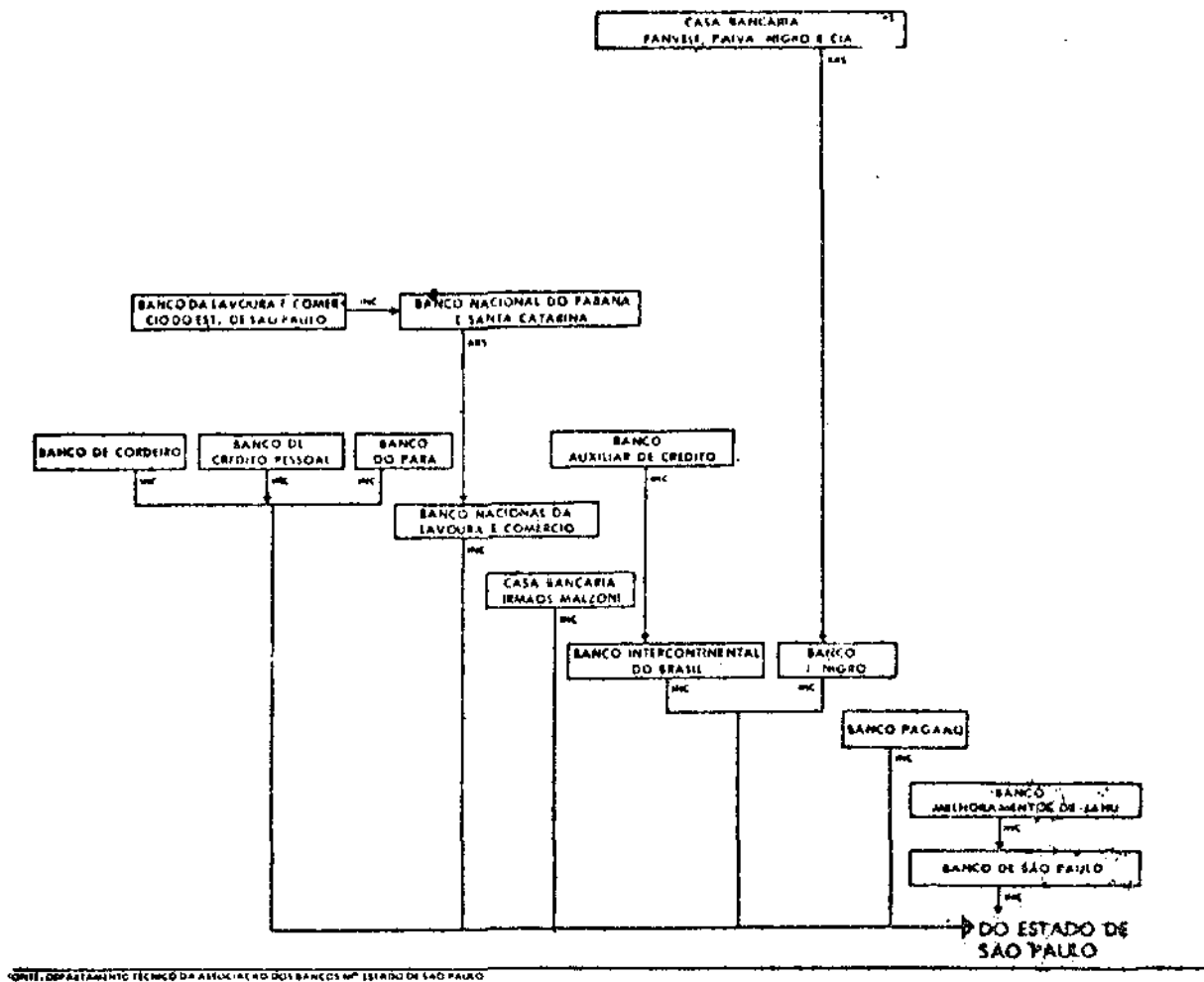
ANOS	CID. SP	GDE. SP	INTER.SP	OUTRAS UF	TOTAL
1926-1966	18	4	83	16	121
1967-1970	17	7	42	27	93
1971-1974	36	7	42	7	92
1975-1978	0	9	76	-7	78
1979-1982	5	7	146	0	158
1983-1986	1	7	8	0	16
1926-1986	77	41	397	43	558

OBS.: 1986= DADO PRELIMINAR

nos negócios financeiros internacionais - inaugurando escritório em Nova York e a primeira agência bancária brasileira em Londres (em fevereiro de 1971, foi instalado o escritório de Tóquio) -, além de 4 Postos de Prestação de Serviços em empresas e entidades públicas e 4 Postos de Câmbio Manual nos aeroportos de Congonhas e Viracopos, Secretaria de Turismo e Armazém de Bagagens na Cia. Docas de Santos. O Banco se fazia presente em todo o Território Nacional com o acréscimo de 27 agências em outras Unidades Federativas. Deve-se observar que nesta gestão ocorreu a maior expansão nacional, em termos de instalação de agências, de toda a história do Banco.

No quadriênio seguinte, em que pese a expansão de rede de agências ter sido praticamente a mesma (92 novas agências), a prioridade foi firmar-se na cidade de São Paulo, principal centro financeiro do país. Teve menor ritmo de expansão de atividades nas outras Unidades Federativas. Esta tendência se estabeleceu desde então, tendo ao final da década dos 70 o mesmo número de agências em outros estados que em seu início.

Quanto à sua participação no processo de concentração bancária no Brasil, além da incorporação da Casa Bancária Irmãos Malzoni (11/02/69), do Banco Intercontinental do Brasil (08/06/70) e do Banco Pagano (15/03/71) - ver diagrama com todas as incorporações do Banco -, adquiriu o controle do importante Banco de São Paulo e de todo o conglomerado das empresas EMISSOR, em 15/06/73, que assegurou-lhe atuar em diversos campos do mercado financeiro, e de expandir sua rede de agências. No quadriênio 1971/74 destacou-se o maior acréscimo de



agências na cidade de São Paulo (36, saltando de 37 para 71 no ano de 1973, com a incorporação do Banco de São Paulo).

No laudo de avaliação do patrimônio líquido do Banco de São Paulo, para fins de sua incorporação, constatou-se 14 imóveis escriturados sob a rubrica "Imóveis não Destinados a Uso" (entre os quais loteamentos) e 75 "Imóveis de Uso". Em 1973, iniciou a construção do prédio "Edifício BANESPA", situado na confluência das ruas João Brícola e Boavista, um projeto que compreende 2 sub-solos, térreo e mais 20 pavimentos e heliporto, destinado à ampliação da Agência Central e à melhoria da funcionalidade do Edifício-Sede, ao qual está acoplado. Finalmente, há que se registrar a aquisição, em 1974, do famoso Edifício Patriarca ("Conde Matarazzo"), no Viaduto do Chá.

A gestão 1975/78 foi rica em medidas administrativas, respondendo melhor às exigências do mercado. Desencadeou-se processo de reestruturação orgânica e funcional com os seguintes resultados: Gerências Regionais; Comitê de Planejamento Administrativo; Comitê de Crédito; novo Organograma Básico; Orçamento-Programas; modernização de equipamentos e métodos de trabalho; implantou-se o Plano Diretor de Informática; pelo qual grande parte dos serviços elaborados pelas agências passaram a ser processados eletronicamente; acelerou-se o programa de implantação de Núcleos Regionais de Processamento de Dados.

A mesma gestão executou intenso remanejamento em busca de melhor adequação das instalações, com a construção de prédios novos, reformas

e modificações físicas, dentro de vasto plano arquitetônico, que transformou a fisionomia e o interior de várias agências. Durante vários anos, a arquitetura dos bancos buscava sintetizar visualmente, em imponentes monumentos de conservadora sisudez (da porta em ferro batido e trabalhado à caixa-forte inexpugnável), a imagem de segurança inabalável que os banqueiros pretendiam associar aos seus negócios. Uma nova filosofia empresarial visou desmistificar as instituições financeiras aos olhos do grande público, transformando-as em postos de serviços popularizados. Buscou-se nova imagem adequada à mudança do conceito de banco: o *new look* bancário foi criado menos por conta da funcionalidade e mais para servir aos apelos de *marketing*. A arquitetura dos mármore e cristais cedeu lugar a formas leves e arrojadas, agências funcionais, claras e bem iluminadas, onde o gerente deixou a sala fechada para ficar ao alcance de todos.

Em 1976, em seu cinquentenário, almejando identificar popularmente o Banco, foi colocado em prática amplo Programa de Identificação Visual, materializado em campanhas publicitárias levando à população a idéia de "Banco que acompanha seu tempo e muda com ele" e também de "Banco de um novo tempo". Esse Programa foi desenvolvido abrangendo 3 pontos: nome, novos elementos de identificação e renovação ampla e sistemática das manifestações visuais.

Nessa fase, constatou-se que o Banco não tinha um nome de comunicação bem fixado no mercado: ora era BANESPA, ora era Banco do Estado de São Paulo, em proporções iguais. Tentou-se criar novo nome, com a utilização do computador. Mas os sugeridos não apresentavam apelos

maiores do que a sigla BANESPA ou o nome Banco do Estado de São Paulo. Resolveu-se optar pela sigla BANESPA, após campanha publicitária desenvolvida no final de 1975 que enfatizava essa sigla e que foi bem aceita pelo público (mostrando que a fixação do nome dependia de seu uso constante). Substituiu-se o logotipo da Instituição por outro no qual a identificação pelo grande público fosse facilitada e, igualmente, pelo fato de conter as cores da bandeira paulista, ficassem delineadas suas feições de órgão de crédito oficial do Estado de São Paulo.

Em relação à arquitetura, estabeleceu-se um estilo que tivesse uma unidade e que projetasse a imagem BANESPA coordenada para todo o Brasil. A simplicidade arquitetônica deveria ser a constante. Foi definido também o uso do verde (plantas), piso único, iluminação contínua, ar condicionado geral e estacionamento para pelo menos 25 carros. O mobiliário constituiu-se de painéis modulados que permitiam melhor adequação ao espaço da agência. O BANESPA foi o primeiro banco que retirou o vidro da frente dos caixas. Os impressos e formulários que no início do processo formavam 3 mil formas diferentes, foram reduzidos pela metade. Os formatos, diagramação, cores, papéis e tintas, tipografia e preenchimento foram definidos segundo normas precisas e funcionais. Na sinalização interna projetou-se um sistema que contribuiu para a melhor oferta e promoções dos serviços/produtos do BANESPA.

A condição de agente financeiro paulista impôs-lhe o compromisso de proporcionar recursos que auxiliassem o desenvolvimento dos municípios

do Estado, atentando para suas características próprias, especialmente nos municípios pequenos e médios, potencialmente ricos e ainda não suficientemente assistidos por instituições de crédito. Entre 1975 e 1962 (ver Quadro 7.1), acentuou-se a "interiorização" de sua rede de agências. Normalmente o setor privado não se interessava pelas regiões carentes, cujo retorno de investimento, se houvesse, demandaria prazo relativamente longo. Portanto, a presença do BANESPA nessas áreas obedeceu a critérios políticos e sociais, definidos, aliás, no próprio Estatuto do Banco.

Além disso, optou-se claramente por uma política de expandir a rede física de agências apenas dentro dos limites geográficos do Estado de São Paulo, como disciplinava outro artigo da Resolução 430 de 23/6/77. Assim, fechou-se, em 1976, 7 agências fora do Estado, cujas cartas-patente foram trocadas no Banco Central por outras 17, todas dentro do Estado de São Paulo. Adotou-se a diretriz de encerrar agências em outros Estados do país, mantendo as das Capitais. Praticamente todas as novas cartas-patente do BANESPA - com exceção de 9 em carteira remanescentes da época das incorporações - foram conseguidas dessa forma. Havia uma vantagem no artigo 5 da Resolução 430, segundo o qual o Banco Central "pode, em caráter excepcional, conceder aos bancos oficiais estaduais autorização para instalar agências em municípios insuficientemente assistidos, desde que existam fatores relevantes que justifiquem a concessão". Essas agências são chamadas de "pioneiras". Essa estratégia de crescimento - encerrar agências fora do Estado, onde o Banco competia em igualdade com a rede privada, e abrir agências "pioneiras" onde o BANESPA tinha

a vantagem de ser o agente financeiro do Governo paulista - - dependia de contar com os depósitos do setor público, para aguentar a demora de retorno dos investimentos nas regiões pobres.

Mas foi sobretudo no aumento da clientela da "pessoa física" que o BANESPA foi buscar essa capacidade de resistência. Junto com o marketing dirigido à "pessoa física", adotou-se política de remanejamento de agências na Capital. Para tanto, o primeiro passo foi a apreciação da rede BANESPA na Capital, sob o enfoque de 3 fatores: número de agências, distribuição espacial, tamanho e apresentação. Nessa análise, suas agências foram consideradas em relação aos maiores concorrentes, a proximidade entre elas próprias, em decorrência da incorporação do Banco de São Paulo, e o espaço por elas ocupado, em função do atendimento da numerosa clientela na Capital. A assessoria de marketing efetuou, então, pesquisa em 48 núcleos de São Paulo, num total de 5300 quarteirões. Definidos os melhores núcleos, foram adotados critérios para se estabelecer a microlocalização, que considerou o raio de ação das agências e concentração de melhor potencial para indicar os pontos preferenciais.

7.3- "BANESPIANOS"

"Ao contrário do que acontece nos bancos privados, no BANESPA os funcionários são estáveis e a diretoria, instável", comentou,

bem-humorado, um ex-presidente do Banco, Eduardo Carvalho de Pereira, referindo-se à mudança de direção, pelo menos a cada troca de governo. A falta de continuidade administrativa é, sem dúvida, um problema, porém, no BANESPA, há uma estabilidade incomum do quadro de funcionários; por exemplo, em 1981 o turn-over, incluindo aposentados e falecidos, foi de 1,7% (em 1986, o turn-over não passava de 1% ao ano, enquanto no sistema bancário superava 2% ao mês). Como banco controlado pelo Estado, desde 1935 seus funcionários só foram admitidos mediante concurso e demitidos apenas por justa causa.

No início de suas atividades, em 1926, o Banco contava com apenas 22 funcionários. A carência de mão de obra era pouco representativa e eventuais lacunas eram supridas com a contratação de elementos indicados. A partir de 1935, entretanto, tal prática já não satisfazia às necessidades do Banco. Instituiu-se, naquele ano, o primeiro concurso público, no qual foram aprovados 38 candidatos. Desde então o Banco já realizou 55 concursos públicos a nível nacional e vários a níveis regionais. Destacaram-se os concursos realizados nos anos de 1965, quando ocorreram aproximadamente 30 mil inscrições, de 1977/8/9, cuja somatória de inscritos atingiu cerca de 70 mil, e o de 1984 que, específico para o Estado de São Paulo, registrou em torno de 267 mil inscrições, visando ao preenchimento de 2400 vagas. Em 1986, o

BANESPA abrigava quase 35 mil funcionários.

Analisando-se a série temporal a partir de 1966 com a evolução do quadro de pessoal do BANESPA (ver Quadro 7.2), constata-se uma regular média de funcionários por agência, em torno de patamares próximos, ao longo de vários anos, inclusive em ano que aumentava significativamente o número de agências. Os anos que se destacam da série são os posteriores aos concursos públicos. Chama atenção também que, em um período de 3 anos (1979 a 1982), embora abrisse 93 novas agências, perdeu 1659 funcionários (aposentados, demitidos ou falecidos).

Essa estabilidade de emprego no BANESPA provocava um peso incomum nos custos. Em maio de 1986, a folha mensal de salários dos 32.254 funcionários ativos orçava cerca de 222 milhões de cruzados ou 2.088.681 mil OTN (sem incluir encargos sociais e bonificações semestrais). O salário médio de um funcionário era de Cz\$6.890,18 , próximo ao salário médio da faixa salarial que recebe entre 7 e 10 salários mínimos (ver Quadro 7.3). Os salários no banco paulista eram considerados superiores à média do mercado.

Seguindo uma política salarial mais justa do que a dos bancos nacionais privados (mas não tão remuneradora quanto à do Banco do Brasil), o Banco oficial estadual caracterizava-se por maior concentração de salários mais altos nos quadros inferiores. Já a remuneração das médias e altas gerências ficava num patamar inferior ao das instituições privadas. Assim, enquanto nestas últimas, em 1986,

QUADRO 7.2

BANESPA

EVOLUCAO DO

QUADRO DE PESSOAL

ANOS	N. FUNC.	ACRESC.%	1975=100	AGENCIAS	FUNC./AG
1966	5642		33	121	47
1967	6196	10	36	133	47
1968	7854	27	45	178	44
1969	8707	11	50	197	44
1970	9820	13	57	214	46
1971	10454	6	60	222	47
1972	11289	8	65	225	50
1973	13258	17	76	289	46
1974	16047	21	92	306	52
1975	17360	8	100	329	53
1976	17987	4	104	340	53
1977	19225	7	111	344	56
1978	24772	29	143	384	65
1979	30955	25	178	449	69
1980	29323	-5	169	471	62
1981	29075	-1	167	529	55
1982	29096	0	168	542	54
1983	29451	1	170	551	53
1984	30304	3	175	553	55
1985	34517	14	199	556	62
1986	34691	1	200	558	62

FONTE: DADOS BANESPA

OBS.: 1986= DADO PRELIMINAR

QUADRO 7.3

BANESPA

DISTRIBUICAO DE RENDA ENTRE OS FUNCIONARIOS

QUANTIDADE DE FUNCIONARIOS ATIVOS POR FAIXA SALARIAL

FOLHA DE PAGAMENTO DE MAIO DE 1986

FAIXA SAL.	QUANTIDADE	% S/TOTAL	PAG.CZ\$	% S/TOTAL	SAL. MEDIO
0 A 3 SM	5181	16.1	10781607	4.9	2080.98
3 A 5 SM	3752	11.6	11628116	5.2	3099.17
5 A 7 SM	8882	27.5	39349110	17.7	4430.20
7 -10 SM	4855	15.1	33839929	15.2	6970.11
10-15 SM	4638	14.4	45729679	20.6	9859.79
15-20 SM	2351	7.3	32697570	14.7	13907.94
20-25 SM	2141	6.6	38115749	17.2	17802.77
25 P/CIMA	454	1.4	10093961	4.5	22233.39
TOTAL	32254	100,0	222235725	100,0	6890.18

OBS: SM (SAL. MIN.) EM 1986: CZ\$ 804,00

OTN (OBRIG. TES. NAC.) EM 1986: CZ\$ 106,40

segundo dados do SEEB/SP-DIEESE, 55,4% do pessoal recebia até 3 SM, no BANESPA somente 16,1% enquadrava-se nessa faixa (no BB, 7,6%); na faixa de 3 a 5 SM os percentuais eram , respectivamente, 21,4% e 11,6% (BB: 7,4%); e na faixa de 5 a 10 SM a disparidade era de 14,9% para os privados nacionais e 42,6% no BANESPA (44,2% no BB); de forma tal que somente 8,3% dos funcionários das empresas bancárias nacionais privadas recebiam mais de 10 SM, face aos 29,7% dos "banespianos" (e aos 40,7% dos funcionários do Banco do Brasil).

A partir de 1978, criou-se a norma de concursos internos para ascensão de cargos e progressão salarial. Antes era feita através de nomeações, baseada em contagem de pontos que incluía, entre outros requisitos, o tempo de Banco, o tempo no cargo anterior, o tempo trabalhado em agências pioneiras e, ainda, os conceitos ou notas de avaliação de desempenho.

O BANESPA oferecia benefícios adicionais pouco comuns entre as empresas concorrentes. Num quadro comparativo sobre benefícios concedidos pelo Banco e outros bancos (entre os quais Bradesco, Itaú, BB, Banerj e CEESP), na lista de 37 vantagens extra-salariais, o BANESPA só não concedia 7 itens, sendo o maior beneficiante.

Os benefícios iam além do uso de um clube, o Esporte Clube BANESPA (com sede social na Capital, náutica em São Bernardo do Campo, e campestre, em Vinhedo) e uma colônia de férias no Guarujá, administrada pela Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo (AFABESP); ou ainda da participação na CABESP,

responsável pela assistência médico-hospitalar completa, dentro do sistema de livre escolha cobrindo inclusive consultas, exames, análises, tratamentos e internações. O Banco oferecia também complementação integral de vencimentos para funcionários para tratamento médico, gratificação semestral (distribuída de acordo com resultados apresentados no Balanço, por deliberação da Diretoria), seguro, restaurante, auxílio-funeral e fiança para aluguel de residência.

A organização interna permitia, também, a existência de um Serviço Social, composto de 10 assistentes sociais atuando nas relações do funcionário com o trabalho (inadaptação, baixa produtividade, absenteísmo e relacionamento) e nas relações do funcionário enquanto indivíduo (problemática de saúde física, psicológica, psiquiátrica, desajustes familiares, dependente excepcional, planejamento orçamentário, desequilíbrio sócio-econômico). No período compreendido entre 1980 e 1985 o Serviço Social atendeu 4.958 casos. Em suas dependências estava sediada também a APABEX - Associação de Pais Banespianos de Excepcionais -, criada em 15/08/1985, a partir da constatação da existência de 200 casos registrados de funcionários do BANESPA que conviviam com a questão do excepcional e do deficiente físico, enfrentando dificuldade de toda ordem. Já a ABAS - Associação Banespiana de Assistência Social - foi criada pelos funcionários do BANESPA no dia 20/05/1982 com o objetivo de prestar serviços, assistência, assessoria e fornecer recursos (oriundos das contribuições mensais de seus associados, descontadas em folha de pagamento na base de 0,1% do ordenado) que estimulem a manutenção,

crescimento ou criação de entidades particulares de amparo a menores carentes, incluindo-se entre eles os portadores de deficiência física e mental.

Em 11/11/1985, a Diretoria do Banco aprovou a criação do BANESPREV - Fundo BANESPA de Seguridade Social - e reconheceu aos funcionários optantes pelo FGTS, admitidos anteriormente a 1975, o direito à complementação da aposentadoria por conta do Banco. O custeio do BANESPREV seria feito mediante contribuição do próprio Banco, o que significava que os beneficiados não seriam onerados com qualquer tipo de contribuição financeira.

Segundo entrevista do ex-presidente Carvalho de Pereira,

"uma instituição privada tem a figura do dono; no BANESPA, o dono é o próprio funcionário, uma vez que boa parte das ações está em seu poder". Por isso, sentiu necessidade de liderar, e não de comandar.

"O comando dá-se por uma subordinação hierárquica compulsória, com instrumentos que incluem até ameaça de demissão. Em uma instituição como esta, o dirigente tem de liderar, num processo em que é necessário obter o consentimento dos liderados. Os funcionários sabem que permanecerão em seus cargos, mas que eu brevemente vou embora".

Escolheu então como assessores antigos funcionários do Banco e passou a promover reuniões periódicas com os gerentes.

Outro ex-presidente, Bresser Pereira, no início de sua gestão, afirmou que: "o grande ativo com que conta o BANESPA é seu corpo de funcionários e administradores profissionais. Pretendo prestigiá-los e

ao mesmo tempo neles se apoiar" (GM, 21/1/83).

As melhores Diretorias do BANESPA foram integradas por profissionais especialistas vindos do mercado financeiro e por funcionários de carreira do próprio Banco, buscando um equilíbrio entre a "experiência externa" e a "cultura da casa", com maior profissionalismo e menor ingerência política. É voz comum entre o funcionalismo que "o pessoal tem orgulho do Banco, um verdadeiro espírito de corpo". Foi

este sentimento, segundo alguns funcionários, que proporcionou a resistência a maus mandatários, que não foram raros...

Em 20/05/83, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou a Lei Estadual 3.741, que estabeleceu a obrigatoriedade de pelo menos um representante dos funcionários na direção das empresas em que o Estado fosse acionista majoritário. No BANESPA, o processo de escolha desse representante somente ocorreu no segundo semestre de 1984.

Inicialmente, resolução da Diretoria instituiu 2 instâncias de representação e participação no BANESPA: o Diretor Representante na Diretoria e o Conselho de Representação e Participação dos funcionários do conglomerado BANESPA (Banco mais coligadas). Por essa resolução o COREP poderia indicar ao Conselho de Administração BANESPA o nome do Diretor Representante. Posteriormente, esse item foi alterado e o Diretor Representante passou a ser eleito pelo conjunto de funcionários do conglomerado por voto direto e secreto, desde que alcançasse a maioria absoluta dos votos (50% + 1). Participaram da eleição à DIREP 46 candidatos e para o COREP 234 candidatos, em 16/08/84. Foram eleitos 30 membros para o COREP, e no segundo turno,

em 27/09/84, no qual concorreram os 2 candidatos mais votados, foi eleito um Diretor Representante com 17.178 votos, num total de 28.020 eleitores. Este tornou-se Presidente do COREP. A DIREP e o COREP têm como objetivos, entre outros, o respeito ao funcionalismo, lutando por suas legítimas e justas reivindicações e o zelo pela coisa pública, denunciando as ações e procedimentos prejudiciais ao patrimônio do conglomerado BANESPA.

7.4. AUTOMACÃO

Segundo Certain (1985), "as razões que levaram os bancos a automatizar são várias, mas as principais dizem respeito aos custos bancários, à agilização no tratamento (latu sensu) das informações e à concorrência por mercado" (p. 17).

Considerando-se o volume e a diversificação das operações e transações bancárias realizadas, os bancos foram compelidos a racionalizar as tarefas executadas anteriormente com inúmeras fichas, formulários e documentos, cuja manipulação tornava-se cara e arriscada.

As características do processo de trabalho e da mão-de-obra empregada neste setor facilitou a introdução do processamento eletrônico de dados. O tipo de trabalho realizado nos bancos era redundante, sequenciado e padronizado (executava-se as mesmas tarefas e da mesma maneira nas diversas agências de um mesmo banco). O controle do processo de trabalho era centralizado: o bancário não exercia papel decisivo no processo, não determinando nem seu ritmo nem sua finalidade. A organização do processo de trabalho requeria que a substituição de funcionários não fosse empecilho: o perfil do trabalhador bancário (formação escolar elevada, faixa etária jovem, faixa salarial baixa) facultava sua rotatividade.

Embora o processo de automação dos bancos requeira que as operações e/ou transações que se pretende agilizar tenham um volume mínimo que justifique os vultuosos investimentos iniciais para sua implementa-

ção, "a melhoria dos serviços/produtos oferecidos pelos bancos automatizados deixa em desvantagem aqueles bancos que ainda utilizam procedimentos tradicionais que, frente à modernização, são considerados não tão seguros e eficientes" (Certain, 1985, p.18).

Os bancos varejistas com grande número de agências necessitavam de consolidação mais rápida das informações sobre captações ou aplicações, dado o porte das operações que realizavam. Em que pese os pequenos e médios bancos - normalmente atacadistas, com diminuta clientela - precisassem de poucas informações instantaneamente (on line), na medida em que a base de informações que operavam era bem menor, eles buscaram automatizar-se por uma imposição de marketing. Aqueles bancos que não se engajassem no processo de modernização tecnológica corriam o risco de serem aliçados em definitivo do mercado.

A competição entre os bancos deslocou-se, portanto, cada vez mais, para o campo da informática. Além da concorrência que exigia aparelhamento para oferecer melhores serviços, do elevado custo de mão de obra, foi também motivo para a automação do BANESPA o fato de seus equipamentos já não conseguirem suportar o aumento de movimento dos últimos anos.

O Banco começou essa reformulação depois dos grandes conglomerados, principalmente do Bradesco e do Itaú. Haja vista que nas listas dos 10 maiores bancos do Brasil (publicadas pela Revista INFO, em abril de 1984) em agências automatizadas estava em sétimo lugar com 46 (o Itaú em primeiro com 292, o Bradesco em segundo com 223) e em número de terminais instalados nas agências estava em oitavo, com 155 (o Bradesco em primeiro com 10.156 e o Itaú em seguida com 5.700). O BANESPA não

constava da lista dos 10 maiores bancos em número de cartões magnéticos (o Bradesco possuía 1.300.000 e o Itaú 500.000).

Recentemente, promoveu uma série de mudanças a nível organizacional com a finalidade de adequar a estrutura e a política de informática para possibilitar fornecimento de suporte às atividades-fim da empresa, ou seja, oferecendo instrumento adequado à prestação de serviço, gerenciamento e controle.

O projeto do BANESPA compreendeu 4 fases, com implantação encadeada. Na primeira, redimensionou-se os equipamentos, com a chegada de 2 computadores de porte gigante (IBM-3081) para o NASBE (Núcleo de Administração e Serviços do BANESPA) e reequipamento dos subcentros. A filosofia do processamento não tinha ainda se alterado: os documentos relativos à movimentação, recolhidos diariamente nas agências, eram enviados aos subcentros, de acordo com a localização, através de malotes; aí eram processados, e o resultado (as listagens diárias) era encaminhado de volta às agências. Alguns dados eram transmitidos também ao centro, o NASBE (a cabeça do sistema, responsável por seu gerenciamento), por intermédio de teleprocessamento.

A segunda fase foi a da automação das agências. Para fornecimento do equipamento, eliminou-se, de início, os fabricantes cujos equipamentos tivessem o suporte de um banco, não considerando, assim, a ITAUTEC (Banco Itaú), a SID e a DIGILAB (participação do BRADESCO) e a EDISA (Grupo IOCHPE). Isso deixou com opção a COBRA, a DIGIREL e a RACIMEC. No entanto, para não ficar na dependência de um único fabricante, a cada um foi solicitado o pacote completo (terminais, computador e progra-

ma) que atendesse às necessidades do Banco.

No esquema adotado, as operações eram processadas pelos terminais e os dados armazenados nos minicomputadores instalados nas agências. Ao final do expediente, o movimento era fechado com 20 minutos, quando antes levava uma hora e meia. Imediatamente, o operador da agência fazia a conexão telefônica e transmitia os dados ao subcentro. O novo sistema levou, inclusive, à alteração do layout das agências, uma vez que os terminais permitiam a autenticação e os cálculos necessários, ocupando um espaço menor. Criou um conceito novo, o do atendimento por "fila serpentina", porque a presença do computador eliminava a necessidade do atendimento pelo número final da conta. O cliente ia ao caixa que estivesse desocupado. Este trabalhava mais descontraidamente, porque não tinha uma fila, mas um cliente à sua frente. Esperava-se que o atendimento, por isso, tornar-se-ia mais atencioso.

Na terceira fase, deixou de ser necessário esperar o final do dia para transmitir os dados, uma vez que se instalou conexão direta com os subcentros. Na fase seguinte, implantada até 1985, as agências foram ligadas aos subcentros e estes ao centro (NASBE) em tempo real. O BANESPA possuía, em 1986, 163 agências on-line.

A automação das agências possibilitou maior rapidez e privacidade nas informações, atendimento mais personalizado, redução de tarefas de preparação de documentos, liberação do pessoal para melhor atendimento aos clientes, relatórios de controle apurados diretamente por computador, posição de movimento da agência a qualquer momento, eliminação de transporte de documentos para processamento, permitindo reduzir a es-

trutura e os custos de transportes, relatório de exceção para controle e tomada de decisão e liberação dos equipamentos centrais para as tarefas de consolidação.

Na área de comunicação de informações, em 1983, o BANESPA, como banco pioneiro no Brasil, iniciou a mudança na rotina de transmissão de mensagens bancárias internacionais, realizadas via telex, passando a integrar a Rede S.W.I.F.T., através de sua agência de Amsterdam. Além desta agência, integrava essa Rede, a agência de Nova York e as 25 agências domésticas operadoras de câmbio.

Em 1985, com a integração ao Banco 24 horas, os correntistas do Cheque Especial BAESPA (dos 3,2 milhões de correntistas em 1984, apenas os clientes preferenciais - cerca de 920 mil contas - receberam o cartão eletrônico) passaram a dispor de recursos tecnológicos avançados e as agências de melhores condições para conquistar novos clientes e aumentar sua participação no mercado.

A constituição da Tecnologia Bancária S.A., pela formação de um pool de bancos, com o objetivo de oferecer serviços aos seus associados, em particular do "Banco 24 horas" (ATMs), foi um mecanismo de defesa dos bancos acionistas para não perderem terreno na corrida pela automação bancária com os dois maiores bancos nacionais privados - o BRADESCO e o ITAÚ -, que saltaram à frente.

Certain (1985) adverte que "os investimentos em automação bancária passaram a representar um acréscimo significativo aos custos operacionais. Estes investimentos, nos anos anteriores (1981/82), ainda eram compatí-

veis com os níveis elevados de lucros realizados. Entretanto, hoje, estes investimentos representam um montante de recursos significativo frente às disponibilidades dos bancos, acessível apenas aos grandes bancos, que possuem escala operacional e recursos suficientes para enfrentar a elevação dos custos operacionais e as dificuldades acarretadas pela crise econômica recente, bem como para aguardar o retorno, em termos de lucratividade, destes investimentos em automação" (p.15).

Sem dúvida, esse processo de automação bancária, no caso do BANESPA, desempenha papel fundamental, propiciando-lhe capacidade de concorrência com os outros bancos.

7.5- CONGLOMERAÇÃO

No Relatório do Exercício de 1972 já se afirmava:

"FORMAÇÃO DE CONGLOMERADO : solução preconizada pelo Governo Federal para se poder prestar melhores serviços a custos mais baixos, o conglomerado é meta prioritária do BANESPA. Sua formação começa pela instituição da Distribuidora de Títulos e Valores, a que se seguirá, brevemente, uma Corretora de Valores. Virão depois outras empresas do mercado financeiro e de capitais, de molde a permitir ao BANESPA um completo esquema de atuação financeira".

O fenômeno da concentração bancária pode ser descrito como um "crescimento vertical", onde algumas instituições passam a deter maior fatia do mercado. Já a conglomeração significa uma "evolução horizontal", devendo-se às aquisições de empresas de outros segmentos financeiros e/ou setores e à consequente centralização de comando e diversificação de atividades. As principais causas que levaram os bancos a se organizar em conglomerados - através de aquisições, fusões e expansões - foram as seguintes: tentativa de obter poder de mercado e maiores lucros; possibilidades de realizar economias de escala; redução de riscos, por meio da diversificação; manutenção das taxas de crescimento da instituição; e obtenção de vantagens financeiras (Perdigão, 1983, p.41).

O sistema financeiro nacional, acentuadamente na primeira metade da década dos anos 70, passou por um "encolhimento" do número de instituições bancárias, aliado à aceleração do processo de

concentração e, paralelamente, da conglomeração. A redução do sistema bancário nacional pode ser comprovada quando se verifica que, em 1944 o país possuía 653 instituições bancárias. Em 1964, esse número caiu para 328 e, 20 anos depois, o setor contava com apenas 113, incluindo-se aí 4 bancos federais, 24 estaduais e 21 estrangeiros (8 em 1970). Com isso, o total de bancos privados nacionais - alguns associados a capitais estrangeiros -, que em 1970 chegavam a 142, declinaram, em 1974, para somente 64.

Apesar da Lei n.4.728 (da Reforma do Mercado de Capitais) adotar o princípio da especialização, acentuou-se o processo de conglomeração, principalmente nos anos em que a rentabilidade dos bancos decrescia relativamente às outras instituições financeiras, em especial no período de 1966 a 1972, quando ocorreram 162 incorporações e 23 fusões bancárias.

Assim como o tamanho da instituição foi fundamental para o processo de conglomeração - uma vez que só os maiores tinham condições de formar conglomerados de grande porte -, a extensão da rede de agências foi de grande importância na consolidação do fenômeno de concentração, na medida em que a capilaridade da rede permitiu maior captação de depósitos à vista, arrecadação de tributos, aplicação de recursos governamentais e, principalmente, aumento de receitas. Diante da elevação de receitas, os grandes bancos investiram mais e tiveram maior possibilidade de adquirir outras empresas.

Na verdade, os critérios do Banco Central, no que tange à aprovação

para abertura de novas agências, favoreceu o crescimento dos grandes bancos. Novas cartas-patente foram distribuídas proporcionalmente ao número de agências da instituição; a abertura de postos de serviço dependeu do número de agências pioneiras que o Banco possuía.

Resultado: em 1964, a média de agências por banco era da ordem de 20; em 1984, a média subiu para 131.

Na medida em que os depósitos à vista foram ficando cada vez mais escassos, diante da inflação elevada e do fato de que não eram remunerados, a necessidade da conglomeração tornou-se inadiável, para a oferta de produtos alternativos aos depositantes: aberturas de contas na poupança, compra de papéis da instituição, apólices de seguros, leasing, aquisição de ações, câmbio e até mesmo passagens e reservas em hotéis.

De fato, o desenvolvimento do BANESPA a partir da década de 1970 caracterizou-se tanto pela constituição de um conglomerado financeiro, como pela expansão de suas operações diretas no exterior. Partindo de companhias de serviços técnicos, o conglomerado BANESPA ganhou rapidamente maior participação no mercado de capitais. Primeiro, constituindo uma Corretora de Câmbio e Títulos; depois, com a aquisição do Grupo EMISSOR, incorporou a seu complexo uma Financeira, uma Distribuidora de Títulos e uma Companhia de Turismo. Finalmente, constituiu uma Corretora de Seguros. Todas as empresas do Grupo gravitam em torno do Banco Comercial, unidade catalisadora do sistema. Essa estratégia de diversificação de serviços e de alargamento das áreas de negócios do Grupo levou o BANESPA inclusive a constituir

uma empresa de mineração, indústria e comércio.

Curiosamente, quando o Banco do Estado incorporou o Banco de São Paulo, em 1973, não adquiriu o controle acionário que este último detinha sobre a EMISSOR S.A. de Crédito Imobiliário. Assim, somente a Caixa Econômica do Estado de São Paulo que, em conjunto com o BANESPA, forma o sistema financeiro que agencia o desenvolvimento estadual em nome do Governo de São Paulo, oferece a seus clientes cadernetas de poupança, importante inclusive para reter depósitos à vista (na medida que tenham contas vinculadas), em época de aceleração inflacionária.

A consolidação dessas empresas coligadas, lideradas pelo banco comercial, reforçou o papel do BANESPA como agente financeiro da política econômica e social do Governo do Estado, pois aumentou seu poder de competição no mercado financeiro. A Corretora de Câmbio e Títulos logo em 1974 tornou-se a segunda maior do país. A atuação da BANESPA SA Corretora de Câmbio e Títulos nos últimos anos levou-a à posição de liderança como a maior do país em patrimônio líquido, favorecendo o crescimento do Conglomerado BANESPA num mercado financeiro e de capitais em constante mutação.

A preocupação com o crescimento e rentabilidade levou ao lançamento de novos produtos e serviços financeiros, como um fundo mútuo de renda fixa, o Fundo BANESPA de Investimento. Iniciando suas operações em abril de 1983, o crescimento do FBI foi tão rápido que passou a ocupar a posição de líder em patrimônio líquido, entre todos os fundos de renda fixa. No segundo semestre de 1985, aproveitando-se da

experiência do FBI e em decorrência das mudanças no mercado, a Corretora implantou o Fundo BANESPA de Ações, resultante da transformação do antigo Fundo BANESPA DL/157 em um condomínio livre de renda variável. Este também situava-se, em 1986, entre os maiores do país, quanto ao valor de seu patrimônio líquido.

No passado, a corretora BANESPA foi das instituições mais atuantes nas bolsas de valores, mas nas últimas administrações reduziu extremamente sua participação no mercado de renda variável. Tanto que, na demonstração do resultado no primeiro semestre de 1987, os lucros com ações tornaram-se um resíduo apenas das receitas operacionais. No acumulado de janeiro a julho deste ano, a BANESPA apareceu em 53º lugar em volume negociado na Bolsa de Valores de São Paulo. Praticamente todo seu movimento se concentrou em operações de mercado aberto e em títulos de renda fixa. Em 30 de junho de 1987, sua carteira era composta de 22,1% em títulos de renda fixa; de 81% em títulos públicos vinculados a recompra; e de apenas 0,7% em renda variável.

A integração ao Banco traz ainda outras vantagens ao conglomerado, como mostra o caso da BANESPA SA - Crédito, Financiamento e Investimentos, uma das maiores do mercado. Ao decidir mudar sua estratégia e passar a operar como uma empresa de conglomerado, desde que mudou o Governo de São Paulo, em março de 1983, com ênfase em recursos próprios, a financeira BANESPA saiu-se com sucesso. Afinal, conquistou o primeiro lugar em desempenho global em 1984, de acordo com o levantamento da revista Exame, e apresentou o melhor índice de rentabilidade entre as

20 maiores financeiras do país. Ela só operava com clientes do Banco, por duas razões. A primeira era que, ao abrir conta no Banco, a pessoa física ou jurídica oferecia uma série de informações que ficavam armazenadas no departamento de cadastro. Este, por sua vez, lhe atribuía um limite de crédito. Assim, ao analisar a proposta, a Financeira sabia quanto podia emprestar, fazendo com que os riscos da operação fossem mínimos. Como resultado deste cuidado na aprovação de crédito, o valor dos créditos em liquidação da Financeira diminuiu, enquanto no passado a Financeira registrou operações inadimplentes de certo vulto. A segunda razão era a Financeira dar preferência aos clientes que ofereciam reciprocidade ao Banco, isto é, de acordo com o saldo gerado no Banco pela movimentação da conta. Seus dirigentes garantiam que não era retenção, ou seja, conservar parte do valor do financiamento, o que equivaleria a entregar ao cliente uma importância inferior à realmente contratada e sobre a qual pagou juros.

A Distribuidora do grupo, antes do exercício de 1983, tinha como atividade exclusiva a colocação de letras de câmbio da Financeira, não utilizando todo seu potencial. A BANESPA DTVM possuía, no entanto, um grande potencial de crescimento, face à necessidade de se dotar o Conglomerado de um órgão de captação que fizesse a intermediação entre a sede administrativa e a rede de agências. Detectada a carência mencionada, foi necessário dotar a empresa de uma nova estrutura através de um processo de reorganização, que visava o surgimento de uma Distribuidora moderna e eficiente. Isto foi obtido através de uma política de treinamento para seu quadro de pessoal e de investimento em equipamentos adequados.

Em consequência, surgiu a Mesa de Captação apoiada em sua retaguarda pela área de informática, o que muito contribuiu na melhoria de seus resultados, pois através dos novos sistemas possibilitou a negociação de quaisquer prazos e taxas de captação. A Mesa de Captação tornou a BANESPA Distribuidora não apenas agente captador para a BANESPA Financeira, mas também em órgão responsável pela política de fixação de taxas para operações passivas e pela colocação de Certificados de Depósitos emitidos pelo BANESPA e BADESP. A prática de taxas conservadoras possibilitou spreads atrativos para o Conglomerado como um todo.

Com a função de dar liquidez aos papéis BANESPA, a Distribuidora lançou novos produtos tais como o ADM (o qual carregava, captando no curtíssimo prazo, carteira de depósitos a prazo médio) e a intermediação de CDI. Ela também se constituía no órgão de apoio à linha de frente do BANESPA, através de uma linha direta entre os operadores e a rede de agências, auxiliando nos aspectos de taxa, oportunidade de negócios e transmitindo sempre uma visão de vários fatos do momento econômico-financeiro por que passava o mercado. Esta assessoria, além do aspecto comercial, envolvia também um aspecto didático e informativo, via telefone, que colocava os gerentes de agência em condições de discutir sobre os vários produtos do conglomerado com quaisquer tipos de clientes.

Dessa forma, a carteira global de títulos, gerenciada pela Distribuidora dentro de uma política de gerar opções atraentes, fixava

o cliente do Banco como usuário do Conglomerado BANESPA, permitindo inclusive o acréscimo de suas letras de câmbio e CDB. Como resultado, alcançou um crescimento real, de dez/82 a dez/85, de 292% em patrimônio líquido, 571% em lucro operacional, 578% de lucro líquido e 275% em vendas de letras de câmbio, o que a colocou entre as distribuidoras de melhor desempenho global no mercado financeiro.

A BANESPA SA - Corretora de Seguros, no exercício de 1985, ampliou sensivelmente suas atividades no sentido de promover a massificação dos seguros por ela oferecidos. Assim sendo, o volume de prêmio de seguros captados, via rede de agências do BANESPA, apresentou crescimento real de 79% em 1985, contra 15% da média do mercado segurador brasileiro no mesmo período.

Menos conhecida é a incursão do Conglomerado BANESPA em atividades não financeiras, por isso fornecemos mais detalhes. A origem da BANESPA SA - Mineração e Empreendimentos foi na Cia. Gráfica Brasileira - CIGEBRAS -, constituída em 1963, tendo o Banco Nacional da Lavoura e Comércio como um dos maiores acionistas, o qual foi incorporado pelo BANESPA em 1968, alterando sua denominação em 1977. A política básica de atuação desta empresa constitui-se no desenvolvimento nacional de suas atividades, objetivando maior aproveitamento dos recursos alocados nas áreas de mineração, reflorestamento, administração de imóveis, conservação e vigilância de divisas de imóveis rurais, industrialização de palmitos e atividades administrativas.

Na área de mineração, desenvolveu projetos e executou trabalhos diversos relacionados com 28 processos de sua titularidade, objetivando a pesquisa e exploração de minérios de cobre, chumbo, zinco, ouro, calcário, fosfato, prata e argila, em áreas pertencentes ao BANESPA, localizadas na região do Vale da Ribeira, com implantação inclusive de lavra experimental de calcário e instalação própria de sistema de britagem.

Na área florestal, deu ênfase especial à administração de projetos de reflorestamento, com 1 milhão de pés de eucaliptos plantados na Fazenda Cajuru, de sua propriedade, em Jaguariáva (PR), e do Projeto Palmital, com 12,5 milhões de pés de palmitos, plantados em terras sob sua administração, nos municípios de Iporanga e Eldorado.

Na área de imóveis rurais, realizou administração e fiscalização de divisas em 14 propriedades contidas nos municípios de Capão Bonito, Eldorado, Iporanga e Guapiara, bem como de 4 glebas de terras em Santo André e Ribeirão Pires e de 2.900 hectares no município de Barra dos Bugres (MT).

Na área de produtos agrícolas, dinamizou a exploração e a industrialização de palmitos, gerando empregos e procurando desenvolver as atividades em terras do Banco no Vale do Ribeira.

Objetivando fontes alternativas de receita e geração de empregos nas propriedades sob sua administração, está implantando projetos de turismo interno em Intervalos; apicultura na Fazenda Cajuru, com mais

de 1.000 quilos de mel já produzidos; avicultura, piscicultura, pecuária de leite, agricultura e olericultura (cultura de legumes), com vistas à criação de infraestrutura para atendimento ao turismo interno em Intervalos.

BANESPA SA - Serviços Técnicos Administrativos, outra empresa do Conglomerado, teve sua origem na Casa Bancária Irmãos Malzoni, em 1959. Em 1969, seu fundo de comércio foi adquirido pelo BANESPA. Sua transformação em empresa comercial, sob denominação PRESTEC SA - Serviços Técnicos e Administrativos, levou ao cancelamento de sua carta-patente e cessação de suas atividades bancárias. Adquiriu sua atual denominação em 1973.

Esta empresa dá sua contribuição ao Conglomerado BANESPA no que se refere ao fornecimento de mão de obra não bancária. Em 1985 foi dada continuidade aos estudos de cargos e salários visando adequar as categorias profissionais da BANESER ao mercado de trabalho. Este estudo permitiu uma reordenação dos cargos existentes, bem como o desenvolvimento de um processo de avaliação periódica do desempenho profissional. Incrementou-se também a participação da BANESER em diversas pesquisas salariais existentes no mercado.

Também foi dada sequência à reorganização administrativa da Assistência Técnica Rural, com a contratação de engenheiros agrônomos autônomos. A rede de assistência técnica do Banco contava com a colaboração de engenheiros agrônomos de elevado nível técnico e conhecimentos de crédito rural, que se situava, em extensão, logo

abaixo da rede de agrônomos da Secretaria da Agricultura, no Estado de São Paulo.

Finalmente, após constatação da falta de uma estrutura descentralizada que o viabilizasse e da consequente sobrecarga em seus custos operacionais e administrativos, chegou-se à conclusão que a melhor alternativa era tornar o BADESP - Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo - uma das empresas do conglomerado BANESPA, com a manutenção de sua personalidade jurídica, apenas transferindo-se o controle acionário da Fazenda do Estado para o BANESPA, mediante alienação das ações, cujo preço ateu-se às leis de mercado.

A integração do BADESP no Conglomerado BANESPA, medida aprovada pela Assembleia Legislativa, através do Decreto n.23.377 de 11/04/85, possibilitou estender seus serviços a todas as agências do Banco do Estado. De agência de fomento isolada, com atuação restrita às regiões do centro mais dinâmico da economia estadual, concentrando suas operações de crédito com poucas empresas dos setores público e privado, e com um custo de captação de recursos de curto prazo proibitivo face à sua posição residual no mercado financeiro, o BADESP começou a inflexionar sua atuação no momento em que se tornou uma empresa do Conglomerado BANESPA.

Estrategicamente, passou o BADESP a contar com uma rede de penetração no interior do Estado, para seus produtos financeiros. Ao mesmo tempo, passou a complementar seu leque de produtos, com linhas de curto prazo, voltadas ao custeio do capital de giro das empresas. Além

disso, passou a atrelar aos produtos de um banco comercial puro, as linhas/programas/fundos de longo prazo, exclusivos de um banco de fomento ou competitivas com as modalidades de um banco de investimento

O BADESP foi, em 1985, cotado como o primeiro agente repassador da FINAME (suplantando outros bancos de fomento, bancos comerciais e de investimento), e, em relação a uma linha típica da instituição, como o primeiro aplicador de recursos da FINEP (para financiamento de novos produtos e processos produtivos empresariais), também a nível nacional.

A agilidade exigida de um conglomerado financeiro moderno obriga a uma total integração operacional das empresas subsidiárias de modo a transformar a agência de um banco em um ativo operador de todos os produtos do mercado financeiro. No BANESPA, havia anteriormente um grande isolamento das demais empresas do Grupo do centro decisório do Banco. Com a nova administração, todos os presidentes das empresas do Conglomerado passaram a ter assento efetivo na Diretoria Plena do BANESPA, juntamente com os demais diretores do Banco, participando ativamente das discussões e decisões de política operacional. As subsidiárias passaram, dessa forma, a ser efetivamente integradas nas atividades do Banco.

Dessa forma, o BANESPA acompanhou as mudanças características do mercado financeiro brasileiro, atuando não só no mercado de crédito, mas, aproveitando-se do fato de estar solidamente instalado no principal centro financeiro do país, explorando também as oportunidades do mercado de capitais.

7.6- INTERNACIONALIZAÇÃO

O Relatório do Exercício de 1971 salientava:

"O BANESPA não tem medido esforços no sentido de incrementar a sua participação nos negócios financeiros internacionais".

Quando em 23 de setembro de 1969 foi inaugurada sua primeira dependência externa, o escritório de representação em Nova York, mais tarde transformado em agency, dava o BANESPA início à fase de sua transformação em banco com atuação internacional. Internacional. Em 1970, também no mês de setembro, foi inaugurada a agência de Londres e, em fevereiro de 1971, o escritório de representação de Tóquio, mais tarde transformado em branch. Com a instalação dessas três dependências, estava montado o tripé América-Europa- Ásia, meta estabelecida pela direção do BANESPA no sentido das operações do Banco abrangerem todo o mercado financeiro mundial.

Havia três formas de atividade bancária para os bancos estrangeiros nos Estados Unidos: o escritório de representação, que não permite operações bancárias; a agency, que permitia algumas, sobretudo as internacionais; e o branch, que permitia qualquer operação bancária. Em Nova York os únicos bancos brasileiros que operavam no sistema de branch eram o Banco do Brasil e o Real. Para conseguir permissão para funcionar sob esta última forma existia, nos Estados Unidos, uma lei de reciprocidade: os bancos estrangeiros terão o mesmo tratamento que recebessem os bancos americanos no país anfitrião. E no Brasil se colocava restrições a dar carta-patente aos bancos comerciais

estrangeiros.

A estratégia internacional do BANESPA visou, em primeiro lugar, a estabelecer uma vinculação mais estreita com os grandes centros financeiros. Depois disso, o Banco procurou penetrar nos mercados da América Latina. A implantação daquela base não só tornou mais orgânicas as atividades externas do Banco, como permitiu o treinamento de funcionários especializados que foram convocados posteriormente para a direção de outras filiais internacionais.

Entre os centros financeiros que o BANESPA julgou necessário ter uma base estava a Ilha de Grand Cayman. Era o que poderia se chamar de uma "agência volante". O Governo de Cayman dava dois tipos de licença para bancos estrangeiros: para instalação em seu próprio território ou fora dele. A agência que o BANESPA ali possuía era do segundo tipo, ou seja, o Banco podia realizar operações de câmbio em qualquer praça, registrando-as como efetuadas em Cayman. O Governo só exigia que a contabilidade e o balanço fossem apresentados às Autoridades Locais. O uso desse "paraíso fiscal" tinha duas vantagens principais: podia ser de importância vital em operações com spread muito reduzido e, através do remanejamento de transações, permitia evitar impostos muito elevados sobre os lucros em determinadas praças (a tributação sobre o resultado líquido dos estabelecimentos bancários atingia 63% em Nova York, por exemplo, incluindo impostos municipais, estaduais e federais).

Houve um interregno em sua expansão internacional de 1971 a 1974.

Explicado por alguns pelo fato do governador na época ter sido antigo dirigente do BRADESCO e nunca se mostrar entusiasmado pela ativação das operações do BANESPA no mercado internacional. Outros argumentam que a razão mais provável advinha de estar mais absorvido por problemas ligados à necessidade de sua expansão interna. A partir de 1975, o Banco retomou a abertura de instalações no exterior.

Além da agência nas Ilhas Cayman, cujo objetivo era a captação de eurodólares e aproveitamento da flexibilidade de normas fiscais e monetárias, até 1977 o BANESPA inaugurou mais quatro dependências: um escritório em Beirute, posteriormente desativado; agência em Frankfurt, cujo objetivo básico era o de acompanhar o fluxo comercial brasileiro com a Comunidade Econômica Européia; em Los Angeles, Estados Unidos, visando atingir a costa oeste daquele país, considerada uma das regiões mais promissoras para o comércio internacional; e em Assunção, Paraguai, visando estimular o fluxo de comércio com a área latino-americana - especialmente com a ALALC.

A experiência já adquirida, aliada à restrição à sua expansão no mercado doméstico, por força de legislação que limitava a abertura de agências de bancos estaduais fora do Estado de sua origem, fizeram com que o BANESPA entrasse em sua terceira fase de expansão internacional, desenvolvendo sua rede no exterior com base na necessidade do país captar recursos de longo prazo. Com esse sentido, no período 1978/79 quase que triplicou o número de suas dependências no exterior, inaugurando mais 12 novos estabelecimentos, elevando o número de locais onde estava representado para 19. Dessa forma, iniciou suas

atividades em: Amsterdam, Buenos Aires, Caracas, Houston, Madrid, México, Miami, Paris, Porto Stroessner, Santiago, San Francisco e Toronto. Em 1982, com o total de 24 dependências, o BANESPA possuía a terceira maior rede brasileira no exterior, ficando atrás apenas do Banco do Brasil e do Banco Real (que iniciou sua expansão internacional em 1959, quando se denominava Banco da Lavoura de Minas Gerais). Até 1981, o capital investido no exterior era de US\$ 65,6 milhões, com 72% (US\$47,1 milhões) de lucros produzidos e 50% (US\$ 33,1 milhões) já internalizados. No mesmo ano, a distribuição dos empréstimos de longo prazo (US\$906 milhões) para o Brasil era de 52% para empresas estatais, 39% para BANESPA-Sede e 9% para empresas privadas. É de se salientar também que o quadro de pessoal do Banco no exterior compunha-se de 53 administradores brasileiros e 326 funcionários locais.

Colocadas em regiões estratégicas nos vários continentes, as agências do BANESPA favoreciam o intercâmbio comercial e constituíam verdadeiros centros de divulgação do Brasil, especialmente para a identificação de oportunidades de negócios e expectativas de mercado. Oferecia assim uma série de serviços, como detectar os interessados no comércio exterior com o Brasil; relacionar todos os condicionamentos existentes no mercado local (como barreiras alfandegárias, costumes, padronizações e legislação); promover os produtos brasileiros no país e na região de sua influência; identificar e incentivar firmas interessadas em investir no Brasil.

A ênfase do Banco após o "setembro negro" de 1982 passou a ser,

crescentemente, o financiamento das exportações. Financiando tanto o exportador brasileiro quanto o importador no exterior, o BANESPA estava disputando um mercado que representa um fluxo aproximado de 37 bilhões de dólares.

Antes de 1982, operações com euromonedas, levantamento de empréstimos através de bancos internacionais, captação de recursos sob o regime da Lei 4.131 e da Resolução 63, foram as principais linhas de operações que as agências externas desenvolveram. O BANESPA foi o terceiro maior banco tomador de recursos via Resolução 63 no fluxo acumulado de 1980 a 1984, com a participação de 4,8% (US\$728 milhões), atrás somente do Citibank com 10,3% e do Banco do Brasil com 7,9%, segundo registros publicados no Diário Oficial da União com dados do FIRCE/BACEN (cf. Teixeira, 1985). O principal propósito do BANESPA foi facilitar o acesso do Poder Público e das empresas estatais ao desconfiado mercado financeiro americano e europeu. Suas agências externas, identificando-se com o ambiente financeiro em que atuavam, tinham condições de participar e, muitas vezes, de liderar consórcios de dezenas de bancos internacionais para fazer empréstimos, geralmente de grande vulto, junto às estatais de porte, como CESP, FEPASA, DERSA, VASP e Metrô.

Assim que estourou a crise financeira internacional de setembro de 1982, detonada pela moratória mexicana, os bancos norte-americanos, europeus e japoneses cortaram preventivamente as linhas de crédito de curto prazo (menos de 180 dias) que abasteciam os bancos brasileiros no exterior. Começaram também as dificuldades para os financiamentos,

concedidos a compradores de produtos brasileiros, especialmente de países da América Latina e África, envolvidos pela onda de insolvências.

A partir daí, a batalha das Autoridades Monetárias concentrou-se na tentativa de renovar as linhas de crédito que supriam as agências externas de bancos brasileiros, buscando inicialmente manter de pé o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo, responsáveis por 70% dos ativos da rede internacional brasileira e que ainda tiveram de arcar com o peso de financiar o furo de caixa do Banco Central junto à comunidade financeira internacional.

O principal ponto vulnerável da expansão bancária brasileira no exterior foi sua motivação ter sido essencialmente financeira, com o erro maior de não se preocupar muito em casar os prazos de captação e aplicação de suas operações. A prática de tomar dinheiro no mercado a curtíssimo prazo, com taxas em média de 8%, e reemprestá-lo no Brasil a 8 anos, cobrando libor, mais 2,5% de spread e comissão de repasse de 5 ou 6%, foi interessante e rendosa enquanto era possível refinarçar constantemente essas operações a cada 6 meses ou mesmo no overnight. Os problemas do não "casamento" de prazos iriam tornar-se dramáticos depois de agosto de 1982. Os mais afetados foram as duas grandes instituições oficiais com uma presença marcante no exterior: o Banco do Brasil e o BANESPA.

Por exemplo, quando o mercado de curto prazo desabou, nos dias que separaram a moratória do México, a 13 de agosto de 1982, e se realizou

a reunião do FMI três semanas depois, em Toronto, o trabalho da pequena equipe da agência de Paris, responsável por respeitáveis 450 milhões de dólares, cerca de 4% dos ativos do BANESPA, tornou-se um pesadelo com o problema da caixa internacional do Banco. O ativo do BANESPA em Paris sempre esteve concentrado em contratos acertados pela sede. Os correntistas locais, menos de 500 em janeiro de 1983, praticamente não tomavam tempo dos 3 gerentes brasileiros, cujo problema era encontrar o dinheiro para fechar a tesouraria e o câmbio no final de cada expediente. Os 450 milhões de dólares saíam do mercado interbancário, tomados pelo BANESPA em Paris a prazos curtos, 3 ou 6 meses, para caucionar os contratos de 8 e até 10 anos com a clientela brasileira. No mês de janeiro de 1983 que, por uma coincidência, era um mês pesado no cronograma dos vencimentos da agência, com cerca de 1/3 dos ativos girado em poucos dias, houve expediente em que não se captou nada. Os problemas de caixa que a agência transmitia ao final de cada expediente para a sede, tinham uma extensão que, numa rota desesperada, terminavam em Nova York, sede da rede de segurança que os grandes bancos americanos instalaram para evitar a bancarrota...

O impacto maior da crise no mercado financeiro mundial se fez sentir, com maior intensidade, a partir de 1983, atingindo todos os bancos originários de países com dívida externa significativa, ensejando alterações quase que dramáticas nos seus procedimentos. O BANESPA já no primeiro semestre daquele ano modificou sua postura operacional e administrativa. No Brasil, a ênfase foi dada à conquista de espaço no mercado de câmbio e apoio ao desempenho do comércio exterior

brasileiro, conjugada com criteriosa seletividade de suas aplicações. Como resultado, as aplicações nessa área cresceram em termos reais, de dez/82 a dez/85, em 132,8%, contra redução real dos créditos em liquidação de 5,2%, que passou a representar somente 0,03% da Carteira de Câmbio em dez/85. No exterior, onde a crise foi mais intensa, a diversificação operacional, tanto na captação como nas aplicações, e o redimensionamento da estrutura administrativa ganharam prioridade. O BANESPA foi a primeira instituição brasileira a desativar dependências no exterior - em Los Angeles, Houston e Caracas - e a moldar sua estrutura de custo à nova realidade, objetivos que foram atingidos já no segundo semestre de 1983.

Também naquele ano, buscou-se a consolidação das aplicações, reduzindo-se aquelas de cunho financeiro, para buscar, nos anos seguintes, a diversificação e crescimento dentro dos parâmetros impostos pela nova conjuntura. De dez/82 a dez/83, as aplicações globais, por essa razão, reduziram-se em 23,7%. Mas, de dez/83 a dez/85, a Carteira cresceu 27,5%, atingindo a cifra de US\$2,58 bilhões, sendo que os créditos em liquidação, nesse mesmo período, acusaram redução de 45%, e significaram menos de 0,1% da Carteira citada.

As informações sobre os detalhes da distribuição da dívida externa brasileira entre os credores permaneceram inéditas até setembro de 1987, quando foi divulgada (FSP, 2/9/87, p.A-19) a relação dos principais credores do país, incluindo apenas os 201 (na realidade o Brasil devia a mais de 600 bancos) com saldos superiores a US\$ 50

milhões. Talvez o aspecto mais surpreendente, para o grande público, tenha sido a presença do Banco do Brasil no segundo lugar da lista (atrás somente do BIRD). O BANESPA aparecia como décimo-sexto credor. O Banco do Brasil detinha 4,9% e o BANESPA 1,1% do total da dívida registrada, até 31/12/86, de US\$ 101.758,7 mil. Depois dos quase 5 bilhões de dólares de empréstimos do BB e dos US\$ 1,1 bilhões no médio e longo prazo (US\$ 600 milhões no curto prazo) do BANESPA, vinha em terceiro lugar, entre os bancos brasileiros (trigésimo-oitavo lugar no geral), o Real com US\$ 635,8 milhões (0,6%). Os 8 bancos privados brasileiros listados representavam 2,8% da dívida. O Bradesco, o maior banco privado brasileiro, por ter sua agência de Nova York sido instalada na semana em que o México detonou a crise da dívida, em setembro de 1982, pode evitar a concessão de créditos mais longos ao Brasil, concentrando-se na fatia mais lucrativa desde então, as linhas comerciais de curto prazo.

As instituições brasileiras, entre oficiais e privadas, mantinham 43 escritórios e 107 agências em operação fora do país, em 1982. No conjunto tinham o equivalente a 8,7% do total da dívida externa brasileira (fatia próxima à do grupo de bancos japoneses), no final de 1986. Era o maior obstáculo para a decretação da moratória brasileira. Quanto mais vantajosa fosse a negociação da dívida externa para o país - por exemplo, reduzindo a taxa de risco (*spread*) ou não deixando de pagar os juros aos bancos privados - mais prejuízo teriam, com a diminuição de sua remuneração. Os recursos levantados por eles (*funding*), para lastrear os empréstimos feitos ao Brasil, custariam, nessa hipótese, mais caro do que o lucro obtido com os ativos. Como

vimos, a maior parte desses bancos brasileiros com agência no exterior era obrigada a lastrear seus empréstimos de longo prazo girando recursos no curtíssimo prazo no mercado de dinheiro, garantidos pelo chamado "projeto 4" da negociação. Esses créditos interbancários eram os recursos mais voláteis e menos garantidos, constituindo permanente fonte de instabilidade.

Com essa ameaça de diminuição da remuneração do Banco com os ativos brasileiros, o BANESPA entrou num processo interno de discussão sobre a conveniência de abrir uma nova rodada de enxugamento no número de suas agências internacionais.

O BANESPA teve outras atividades inovadoras na área internacional. Incentivando a área de comércio exterior, criou, em 4/3/85, a Latinequip, junto com o Banco da Provincia de Buenos Aires e a Nacional Financiera do México. O objetivo dessa "trinacional" era o de apoiar a exportação de bens de capital e serviços de engenharia desses três países para o mercado latino-americano.

Com a entrada da Espanha e Portugal na Comunidade Comum Européia, o BANESPA também passou a apoiar empresas brasileiras que quizessem criar associações com empresas portuguesas e espanholas, visando exportações para Europa e África. Do mesmo modo, vinha incentivando empresas européias a formarem associações no Brasil, tendo como meta o mercado brasileiro e o latino-americano. Para tanto, criou o Programa "Brasil Descobre Portugal" e o Programa "Brasil-Espanha".

7.7- DESEMPENHO

Com júbilo o Relatório do Exercício de 1965 assinalava a evolução do Banco com destacado acréscimo dos depósitos do setor privado: "Até então, o que marcava a situação dos seus depósitos era a predominância evidente dos que vinham do Poder Público. Ocupava, assim, o Poder Público o papel de maior cliente no rol dos depositantes do Banco. E era baseado nessa circunstância que se apontava o nosso Banco dentre os que possuíam maior volume de depósitos na organização bancária do país. Isso, no entanto, já não mais ocorre porque o Poder Público já não é mais o responsável principal pelo elevado valor dos depósitos do nosso Banco".

Em 1964 o Poder Público representava 61% dos depósitos registrados, cabendo ao setor privado os 39% dos depósitos restantes. Mas, em 1965, o quadro alterou-se: com os depósitos do setor privado atingindo cifra de 59%. A explicação dada para o fenômeno foi o acentuado impacto da reforma tributária, que aumentou a receita pública federal, para diminuir o déficit do Tesouro Nacional. Registrou-se, em consequência, um elevado decréscimo, momentâneo, das arrecadações feitas em todas as regiões do país pelo Poder Público Estadual e Municipal, diminuindo a proporção dos depósitos do governo paulista no BANESPA.

O Relatório salienta que, "se isso não houvesse verificado, teria por certo nosso Banco mantido a liderança que sempre exerceu entre os demais bancos do país quanto ao volume de depósitos bancários. (...)

De maior importância o fato de que dentre os 6 principais bancos do país, o nosso é o que possui o menor número de agências. Nessa escala, o que nos segue, possui 24 agências a mais, sendo que o situado em primeiro lugar tem 235 agências mais do que o nosso Banco. Entre esses referidos bancos, 3 são paulistas, tendo um deles 95 agências e outro 178 agências mais do que o nosso Banco. Um desses bancos paulistas só no ano passado aumentou em 49 o número de suas agências, enquanto que o nosso Banco aumentou apenas duas. (...) se torna imperativa a imediata extensão de sua rede de agências, sem o que não poderá enfrentar a normal concorrência feita pelos demais estabelecimentos bancários. (...) Um banco como o nosso, que tem recebido, por via legislativa, incumbências complementares da ação estatal, principalmente no setor agropecuário, exige, sem dúvida alguma, atenção e tratamento especiais. Infelizmente, até agora parece que as autoridades financeiras federais não compreenderam bem esta situação".

A queixa, ao que parece, se devia à insistência "com completo desatendimento da realidade, em equiparar o nosso Banco a outros estabelecimentos de crédito que não possuíam conhecimento técnico nem experiência e tradição necessárias para a missão que lhes foi outorgada de agentes da rede do crédito federal agropecuário".

O BANESPA, naquele exercício, não participou do financiamento das safras a cargo da Comissão de Financiamento da Produção e do Banco do Brasil, tendo sido marginalizado naquele ciclo na política dos preços mínimos, embora possufsse eficiente rede de agências nas regiões produtoras do Estado. "Nessa tarefa será absurdo não se aproveitar a

ampla rede particular de agências bancárias existente em nosso Estado cobrindo cerca de 570 municípios, o que obrigaria os produtores a recorrerem, para obter tal financiamento, unicamente às 119 agências do Banco do Brasil localizadas em nosso território”.

A tendência que se delineou em 1965 da superação dos depósitos privados em relação aos do setor público se manteve nos últimos 20 anos, com exceção do ano de 1967. Contudo, os recursos oriundos dos depósitos do Poder Público foram destinados para as aplicações aos setores da produção: a relação empréstimos/depósitos era sempre superior à unidade nos casos de Indústria, da Agropecuária e do Comércio; e inferior nos casos do Público e dos Poderes Públicos. Em 1969, a Indústria foi responsável por 16,1% dos depósitos no BANESPA e recebeu 47,5% de seus empréstimos; a Agropecuária depositou 5,4% e tomou 20,0%; o Comércio foi 9,0% e 14,9%, respectivamente; já nos casos do Público (24,3% e 3,4%) e dos Poderes Públicos (45,2% e 14,2%) a situação era inversa.

As aplicações por região geográfica não estavam estreitamente vinculadas aos locais de captação de depósito. Tomando também 1969 como exemplo, verifica-se que as agências localizadas no Grande São Paulo, captaram, em média, 67,7% dos depósitos totais, cabendo às do interior do Estado 24,6%. O complemento de 7,7% se originou de agências situadas em outros Estados. Mas a política de distribuição dos empréstimos, em 1969, procurou melhor aproveitamento entre zonas de diferentes poderes aquisitivos: a Grande São Paulo recebeu 53,2%, o interior do Estado 36,7% e outros Estados 10,1%. Saliente-se que, pelo

menos em meados da década de 60, os elevados saldos de depósitos da Matriz (cerca de 55%) devia-se em grande parte aos depósitos dos Poderes Públicos, centralizados na sede do Banco.

Para verificarmos o desempenho do BANESPA de 1970 a 1985, vamos nos apoiar nos Quadros colocados em Anexo Estatístico.

Na análise da evolução dos depósitos à vista do setor privado, constata-se que de 1970 a 1974 tinham participação inferior face à das das pessoas jurídicas. Isto se inverteu a partir de 1975, ganhando maior peso após 1979, para chegar a cerca de 2/3 do total dos depósitos à vista nos 4 últimos anos da série (1982-1985), provavelmente em função das aplicações das "sobras de caixa" das empresas no overnight. Esses depósitos das pessoas físicas possui nítida tendência ascendente em termos reais até 1978, caindo a partir de então até o nível mínimo em 1984 (Quadro VII.1). No caso das pessoas jurídicas, o teto ocorreu em 1974 e o piso em 1983 (Quadro VII.2). Para todo o setor privado o auge se deu em 1974 e o nível real mais baixo em 1983, coincidindo com inflexões cíclicas recentes (Quadro VII.3). Também o maior volume de depósitos em termos reais foram realizados pelo setor público em 1973 (Quadro VII.4). Impressionante é a queda real que se deu 10 anos depois, quando atingiu somente 1/4 de 1985!

Comparando-se os depósitos à vista com os a prazo (Quadros VII-5 e 6), é interessante notar que, embora os primeiros tenham maior participação em todo o período (1970-1985), esta é declinante

a partir de 1981, acentuando-se nos 3 últimos anos da série, e, em 1985, a participação dos depósitos a prazo é quase igual à dos depósitos à vista (49%). Isto se relaciona com a desmonetização progressiva ocorrida com a aceleração inflacionária dos últimos anos, devido tanto à política monetarista de contração da base monetária, quanto à fuga da moeda desindexada em busca de maior remuneração por seus depositantes, para ativos financeiros, no caso adquirindo RDB (depósitos a prazo fixo). Com o esforço de captação realizado no período recente, através da estratégia mercadológica em que o produto "Poupança Especial BANESPA" nada mais era do que o nome público com que os RDB do BANESPA eram colocados no mercado, em 1985 alcançou-se o nível mais elevado de captação real desses depósitos nos últimos 16 anos. Com a maior participação relativa do "dinheiro comprado" no funding do Banco, aumentou seu custo de captação, provocando, ao não poder repassá-lo totalmente para o tomador de empréstimo, queda de seu spread creditício.

A composição da origem dos recursos mostra que, do total controlado do pelo BANESPA, os depósitos totais foram maioria entre 1970 e 1975, declinaram progressivamente para 1/3 em 1978, 1/4 em 1979 e, entre 1980 e 1985, para cerca de 1/5, só recuperando nível próximo a 1/4 em 1985 (Quadro VII.7). O recolhimento de tributos, apesar da regularidade, tinha pequena participação, em torno de 1 a 2%, alcançando seu nível máximo de 1975 a 1978, com 4% (Quadro VII.8). Os recursos próprios (patrimônio líquido: capital e reservas) também não compensaram a queda relativa dos depósitos, pois só possuíram expressividade no auge do ciclo de expansão anterior, de 1970 a 1973

(Quadro VII.9).

Foram as obrigações por empréstimos, ou seja, repasses de entidades oficiais - BNDES, BNH, BACEN - e de recursos externos (principalmente Resolução n.63), que se tornaram responsáveis pela compensação da queda real dos depósitos, na medida em que mais que dobraram em valor real após 1978 (em termos de 1975), apesar dos decréscimos em termos reais que teve em 1980, 1982, 1983 (o mais acentuado: cerca de $-1/3$ em relação ao ano anterior) e 1984. Em 1985, obtiveram boa retomada: 17% (Quadro VII.10). A "força propulsora" desses repasses foi tão acentuada que, de fato, compensou as quedas reais de todos os outros recursos, de maneira que a disponibilidade total de recursos do BANESPA teve seu mesmo "movimento" em termos reais: auge em 1978, "fundo do poço" em 1983 e 1984, anos imediatamente posteriores ao da detonação da "crise da dívida externa" (Quadro VII.11).

É interessante desagregar esses repasses. Chama a atenção que redescontos e empréstimos no Banco Central não tem a menor importância relativa para o BANESPA, face a outros repasses. Da mesma forma, obrigações em moeda estrangeira só nos 2 últimos anos foram significativas (Quadro VII.13). Nos repasses do BANESPA tinham maior importância as obrigações por empréstimos no país: respondiam por cerca de $4/5$ no período 1979-1982 e $3/4$ no 1983-1985 (Quadro VII.14). O complemento percentual era praticamente todo das obrigações por empréstimos externos (Quadro VII.15). A ascensão relativa

desses repasses externos correspondeu à uma ascensão em termos reais, ocorrida em 1983 e 1984, em relação à 1979. Após esse período de "renegociação da dívida externa", desabaram em 1985. Os repasses internos caíram acentuadamente em termos reais nesse biênio citado (1983/84). O movimento dos repasses totais (Quadro VII.16) caracterizam expressivamente a evolução da crise financeira recente: a "desintermediação financeira", ocorrida em 1980 devido à prefixação das correções monetária e cambial, e a recessão de 1983 e 1984, após o "setembro negro" de 1982.

Quanto às aplicações por Carteira (Quadros VII.17 a 21), nota-se a progressiva perda de posição relativa da Carteira de Crédito Geral (CAGER), com operações destinadas a dar amparo diretamente à produção (política de apoio à pequena e média empresas), à comercialização de bens, inclusive suporte às exportações, e ao crédito pessoal (no qual é considerado Cheque Especial BANESPA). Desta tendência à queda só em 2 anos - 1983 e 1984 - houve uma breve tentativa de reação, amortecida no ano seguinte. Esse biênio foi o único período em que houve expressiva queda real nas aplicações da Carteira de Desenvolvimento Urbano (DEURB). Esta, desde que foi criada, no decorrer de 1976 - quando foram desvinculadas do Departamento de Crédito Industrial as operações de suporte financeiro às atividades ligadas ao saneamento básico -, que praticamente determinou as participações relativas das outras. Desde 1980, foi responsável por mais da metade dos empréstimos do Banco.

Os programas operados pelo DEURB se utilizavam de operações de repasses para saneamento básico (cerca de 85% das aplicações dos recursos em 1984) em programa de financiamento para água e esgoto e melhoria do sistema de drenagem; para desenvolvimento urbano (10%) com financiamentos para recuperação acelerada de comunidades urbanas, sistemas ferroviários de transporte urbano de passageiros e planejamento urbano; para erradicação da sub-habitação (3,7%) com financiamentos de equipamento urbano público, comunitário particular, infra-estrutura geral e de serviços industriais de utilidade pública; para Programas da EBTU (0,15%): pavimentação de baixo custo em áreas de baixa renda e aglomerados urbanos. As operações com recursos próprios (1,4%) referiam-se a financiamento das prefeituras, reescalonamento SABESP-DAEE (esses 2 órgãos do Governo do Estado de São Paulo são os maiores devedores) e na BANESPA Financeira.

As fontes de recursos que atendiam a essas linhas de crédito eram as seguintes:

RECURSOS PROPRIOS- recursos de curto prazo, aplicados em antecipação de receita aos municípios, com vinculação das cotas partes de ICM;

RECURSOS DO BNH- repasses de recursos do BNH, para financiamento de equipamentos urbanos e saneamento básico;

RECURSOS DO FAE (Governo do Estado de São Paulo)- repasses desses recursos para financiamento de saneamento básico, em complemento ao BNH.

A Carteira do Departamento do Crédito Industrial (DECRI) dava suporte às empresas industriais, agropecuárias, comerciais e prestadoras de serviços, através de financiamentos de máquinas e equipamentos, com recursos próprios e da FINAME (BNDES), e de material de construção pelo RECON, programa integrante do Sistema Financeiro de Habitação. Estava igualmente habilitado a operar com os programas especiais do Banco Central e também empenhado na disseminação dos programas operados pelo BADESP, bem como na sua coordenação e intermediação. Depois da desvinculação do DEURB, as aplicações do DECRI mantiveram patamar regular nos anos 80, tanto no que tange a valor real, quanto na participação relativa no total das aplicações do BANESPA.

As aplicações da Carteira de Crédito Rural, após 1975, quando alcançaram seu valor máximo, tiveram uma queda real gradativa e contínua, de maneira tal que, nos 2 últimos anos participam somente com 2% dos empréstimos totais. A partir de 1982, os financiamentos à produção de alimentos básicos, principalmente milho, arroz e feijão, que tiveram maior evolução nesta Carteira. Há que se ressaltar, ainda, os Programas Especiais com recursos próprios do Banco: PROLEITE, Cinturão Verde, PROSOLO, Sementes Melhoradas, Cana Alimento, Leite Flúido, etc..

A participação relativa da Carteira de Câmbio e Comércio Exterior, só atinge maiores níveis nos 2 últimos anos da série, quando obteve extraordinário crescimento real no valor de suas aplicações: 155% em 1984 e 77% em 1985. Os investimentos externos do BANESPA na conta capital de suas agências proporcionaram em dezembro de 1985 captações externas de US\$ 2.553 milhões para aplicações de US\$2.580 milhões e saldo de US\$ 17 milhões. Os recursos oriundos da Resolução n.63, face às dificuldades conjunturais e de mercado, decresceram cerca de 13% em relação ao ano de 1984 ao passar de US\$710 milhões para 619 milhões.

A ampla maioria (em média 82%) dos recursos do BANESPA foi destinada às aplicações em Carteira (Quadro VII.22). Apesar disso, na crise dos anos 80 houve declínio real de aplicações sob essa forma. Em 1985 recuperou-se o nível de 1981, ano de brutal recessão. Ao contrário de outros segmentos do sistema financeiro, as aplicações em títulos não foram realizadas com regularidade, em termos reais, pelo BANESPA. Na verdade, somente em alguns anos se destacaram - 1981, 1982 e 1985 (Quadro VII.23). Nesses anos, as aplicações no open representaram cerca de 77%, 43% e 49%, respectivamente, do total das aplicações em títulos. As alocações de recursos em ativo permanente foram também reduzidas, face ao total, se bem que cresceram acentuadamente no último ano (Quadro VII.24). Houve, sem dúvida, queda real significativa no total das alocações a partir de 1979 (Quadro VII.26), com a crise financeira.

Em que pese isso, o BANESPA manteve-se, em todo o período de

1974-1984, na segunda colocação em volume de empréstimos entre os 4 maiores bancos (por depósitos), somente atrás do Banco do Brasil - na época, misto de Autoridade Monetária e banco comercial - e superando amplamente instituições privadas - BRADESCO e Itaú (Quadro VII.28). O mesmo não ocorre em volume de depósitos: perdeu o segundo posto em 1974 e o terceiro em 1980, apesar que em 1981 ainda alcançou-o, mas não conseguiu mantê-lo.

Em termos de rentabilidade sobre depósitos (Quadro VII.29), manteve certa regularidade de 1974 a 1978, com o indicador em torno de 5,5%, enquanto em outras instituições oscilava mais significativamente. De 1979 a 1981, essa relação caiu para nível bem inferior, que colocou-o numa posição de inferioridade face aos outros bancos do ranking.

Em termos de rentabilidade do patrimônio (Quadro VII.30), o BANESPA obteve grande destaque em 1978, quando alcançou o primeiro posto, embora tivesse obtido indicadores até melhores nos anos anteriores. Mas nos 2 anos seguintes caiu muito mais pronunciadamente que outras empresas bancárias do ranking, não mais superando seus níveis.

7.8- CRISE DOS ANOS 80

A relação entre dívida externa, déficit público, inflação e taxa de juros passou a dominar, durante a crise financeira dos anos 80, as discussões sobre política econômica. O setor público possuía um déficit de caráter essencialmente financeiro, pois sua receita total era suficiente para cobrir seus gastos não financeiros, porém insuficiente para pagar todos juros internos e externos de sua dívida global. O processo de transformação de dívida externa em dívida pública interna derivou dos acontecimentos econômicos que os economistas sintetizaram através da descrição do processo de estatização da dívida externa do país, ou melhor - na medida em que estatização dessa dívida já havia desde a década anterior (como mostra Davidoff (1974) -, do processo da transferência da responsabilidade sobre a dívida para as Autoridades Monetárias (AM).

Desde antes de 1979, o governo, como forma de controle da oferta de moeda e estímulo à captação externa, vinha absorvendo créditos externos na forma de depósitos em moeda estrangeira (Resolução 432, Circular 230, etc.). Quando, a partir de 1979, encareceram os juros internacionais e aumentou o risco cambial, esses depósitos de créditos externos no BACEN se intensificaram. Não bastasse absorver essas transferências, coube ao BACEN, a partir de 1979, a tarefa de captar no exterior os recursos que faltassem para "fechar" o balanço de pagamentos. A partir de 1979, as AM passaram a ser liquidamente devedoras em moeda estrangeira, atingindo sua dívida cerca de 14,1% do PIB no final de 1983 (Lundberg, 1985).

Essa absorção de recursos externos pelas AM desempenhou papel importante no cumprimento das metas contracionistas da política monetária do período 1977/83. No entanto, como mostra Castro e Lundberg (1987), após 1984, ajustado o balanço de pagamentos, as contas externas passaram a apresentar impacto monetário expansionista, contribuindo para isso a redução no aporte de crédito externo, o crescimento das reservas internacionais e os encargos financeiros do endividamento externo assumido pelas AM.

Com a interrupção do refinanciamento dos juros externos e a ida do Brasil ao FMI, a economia brasileira foi forçada a gerar, a partir de 1983, grandes superávits comerciais, e a transferir recursos reais para o exterior. Como o setor público tinha que dispor de cruzeiros para comprar os dólares do setor exportador necessários ao pagamento dos juros externos (o principal da dívida externa estava sendo rolando automaticamente), sua despesa em dólares resultava, sem receita fiscal que a cobrisse, em déficit público. O financiamento desse déficit via dívida interna foi agravado porque a política monetária contracionista até agosto de 1985 bloqueou, parcialmente, a possibilidade de financiamento do déficit via emissão monetária.

Por falta de recursos, o estrangulamento financeiro das empresas estatais, estados e municípios com elevado endividamento em moeda estrangeira obrigava estas entidades a saques líquidos sobre recursos das AM. Portanto, na impossibilidade de rolagem do serviço de sua dívida junto aos bancos internacionais (operações de *relending*) e

com a limitação em seu acesso ao crédito doméstico (para evitar crowding out) o setor público não financeiro se utilizava de saques sobre seus depósitos registrados em moedas estrangeiras no BACEN, empréstimos-ponte (Avisos MF-30 e MF-09), bem como obrigava o Tesouro Nacional a honrar seus avais (Aviso GB-588).

As séries temporais de quaisquer indicadores selecionados do sistema financeiro (ver Costa, 1986) caracterizam-se não só pela velocidade de suas mudanças, como também pela nítida tendência dessas mudanças, facilitando o trabalho de detecção de seu sentido na direção da deturpação de sua principal função econômica: a intermediação financeira.

Houve uma "desmonetização" progressiva na economia, com perda de posição relativa dos haveres monetários no total dos haveres financeiros, que representavam em 1967 quase 3/4 desse total, diminuírem para somente 1/10 dos títulos financeiros que circulavam em nossa economia em 28/fev/86. Nesta data, o montante de papel moeda em poder do público era de somente 2,1% desse total: isto expressava a fuga total do "velho dinheiro", numa situação de inflação acelerada, para o novo "dinheiro financeiro", denominação que Tavares (1979) emprega para designar a aplicação na "quase-moeda" do overnight.

Constata-se nitidamente a inversão de posições entre contratos em termos nominais (não protegidos da inflação: haveres monetários, CDB pré-fixados e letras de câmbio) e contratos em termos reais (com correção monetária: depósitos de poupança e títulos da dívida pública

indexados): os primeiros, que eram mais de 85%, em 1967, eram 1/3 no dia da "decretação do Cruzado". De certa forma, fenômeno análogo (não discriminando os CDB pós-fixados) pode ser visto entre os contratos com taxas de juros pré-fixadas (CDB e LC, que embutem a expectativa de inflação) e os contratos com "taxas de juros a posteriori" (DP e TDP, teoricamente com remuneração real): ambos dobraram sua participação de 1967 a 1973, porém, a partir daí, os primeiros perderam posição, enquanto os últimos multiplicaram por 5 sua preferência entre os investidores.

A desmonetização foi função tanto da política contracionista da base monetária, quanto do surgimento da substituta "quase-moeda" no *ver* que garantia simultaneamente segurança, rentabilidade e liquidez. A indexação progressiva foi função da aceleração inflacionária. Finalmente o domínio do dólar como única moeda "confiável" relacionou-se com a quebra de confiança por parte do investidor devido às manipulações da correção monetária, passando a dar sua preferência à ORTN cambial. Também o risco do tomador de empréstimos externos sofrer maxidesvalorizações do cruzeiro e/ou elevadas altas das taxas de juros internacionais, levou-o a optar, se tivesse oportunidade, em deixar com o BACEN a garantia da variação cambial e os juros a pagar (*libor* ou *prime rate*). Foi a chamada "dolarização da economia" (ver Mendonça de Barros, 1985). Quando as autoridades econômicas, sob a imposição do FMI, igualaram a variação das ORTN à variação do dólar e à inflação, foi a indexação total da economia. Os agentes econômicos tentavam ao máximo reduzir periodicidade do aumento de seus preços e rendas, de acordo com a

correção monetária.

Evidentemente, essa desmonetização não deixou a economia imune. Uma contrapartida foi o encarecimento da composição passiva dos conglomerados financeiros com a queda da participação relativa dos "recursos captados a custo zero" (depósitos à vista). Outra foi o próprio efeito da contração do Passivo Monetário do balanço consolidado das AM sobre suas aplicações, especialmente no caso do Banco do Brasil. A política de restrição creditícia atingiu duramente o BB, pois ele que participava em todo período pós-1967 com cerca de $1/5$ do total de empréstimos do setor financeiro ao setor privado teve sua parcela diminuída para $1/10$ em 28/fev/86, sendo inclusive o maior responsável na diminuição da participação relativa do sistema monetário. Com isso, o sistema não monetário, que era responsável por pouco mais de $1/4$ dos créditos em 1967 e metade nos anos 70, foi para quase $2/3$ no "dia D" do Cruzado. Ganhamos especialmente posição as aplicações do Sistema Financeiro de Habitação, oriundo dos recursos da "poupança compulsória" do FGTS e dos depósitos de poupança voluntários.

A brutal queda real dos empréstimos do Banco do Brasil é confirmada quando elaboramos um índice de base fixa com dezembro de 1978 igual a 100: em março de 1985, quando mudou a direção do BB pela chamada "Nova República", esse índice tinha se reduzido para 18. Os outros bancos comerciais também cortaram seus empréstimos para a metade no mesmo período, fenômeno semelhante ocorrido para o sistema financeiro como um todo. Só o sistema não monetário teve um ritmo mais lento de queda.

Os Quadros 7.4 e 7.5 mostram a queda real de empréstimos e depósitos por agência do BANESPA desde 1979. Os empréstimos totais, embora tenham atingido seu valor real máximo neste ano, certamente não caíram em ritmo tão avassalador como no Banco do Brasil ou mesmo nos bancos privados, constituindo o BANESPA, portanto, uma exceção neste campo.

Quanto às grandes empresas produtivas, pesquisa referente a um período de expansão da economia brasileira - conhecido como "milagre econômico" -, houve elevação em seu grau de endividamento (capital de terceiros/passivo total). Em 1977, a empresa nacional privada era relativamente a mais endividada, pois a estrangeira estava em torno da média geral e a estatal abaixo (Calabi et alii, 1981)

Já durante a crise dos anos 80, a empresa nacional privada possuía o menor endividamento, diminuindo-o mais gradativamente do que a estrangeira, que elevou-o até 1982 e então cortou-o bruscamente. A estatal reduziu-o de maneira diminuta, possuindo, tanto em 1983, como em 1984, o maior grau de endividamento (53%). A gravidade de sua situação era revelada pela relação endividamento bancário/patrimônio líquido: era do mesmo nível que o da empresa estrangeira em 1979 (74%) e foi em 1983 para 105,4%, enquanto o da estrangeira caiu para 59,6% e o da nacional privada diminuiu de 50,8% para 33,7%.

Esses dados revelam estratégias de ajuste diferenciadas das empresas segundo origem do capital, durante a crise (ver Almeida, 1985a). O quadro de "racionalização" microeconômica normal apresentou reestruturação passiva; inversões racionalizadoras ou modernizadoras

QUADRO 7.4
BANESPA
DEPÓSITOS TOTAIS - EVOLUÇÃO REAL
POR AGÊNCIA

ANOS	NOMINAL CZ\$ MIL 85 1975=100			AGÊNCIAS DEP./AG. 1975=100		
1970	2107	8204846	53	214	38340	81
1971	2603	8453939	54	222	38095	80
1972	4077	11478837	74	225	51017	107
1973	6749	16456458	106	289	56942	120
1974	10378	18803205	121	306	61448	130
1975	11100	15542223	100	329	47240	100
1976	13740	13163357	85	340	38715	81
1977	24725	17065744	110	344	49607	105
1978	39780	19349699	124	384	50389	106
1979	57350	15861672	102	449	35326	74
1980	79074	10402044	67	471	22092	46
1981	180440	12161590	78	529	22989	48
1982	253663	8560190	55	542	15793	33
1983	598582	6495276	42	551	11788	24
1984	2334361	7822599	50	553	14145	29
1985	11940093	11940093	77	556	21474	45

FONTE: DADOS BANESPA

NOTA: SALDOS DE FIM DE PERÍODO EM CZ\$ MIL

QUADRO 7.5
BANESPA
EMPRÉSTIMOS - EVOLUÇÃO REAL
POR AGÊNCIA

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85 1975=100		AGENCIAS EMP./AG. 1975=100			
1970	2447	9528837	35	214	44527	55
1971	3173	10305166	38	222	46419	57
1972	4315	12148928	45	225	53995	66
1973	7560	18433964	69	289	63785	78
1974	12059	21848897	82	306	71401	88
1975	19008	26615007	100	329	80897	100
1976	30067	28805142	108	340	84721	104
1977	51359	35449122	133	344	103049	127
1978	86178	42237040	159	384	109992	136
1979	155484	43003246	162	449	95776	118
1980	277433	36495820	137	471	77486	96
1981	587591	39603420	149	529	74865	93
1982	1255407	42365357	159	542	78165	97
1983	3131961	33985240	128	551	61679	76
1984	9593152	32147291	121	553	58133	72
1985	37959984	37959984	142	556	68273	84

NOTA: TOTAL DOS EMPRESTIMOS= TOTAL DAS CARTEIRAS - CART. CAMBIO

do processo produtivo ou em diferenciação do produto; investimentos adicionais necessários à concorrência em mercados externos; e uma série de expedientes administrativos e gerenciais: redução do emprego e da produção para mercado doméstico; normas mais severas para administração de pessoal; controle de gastos; acompanhamento de mercado; planejamento mais rigoroso da produção; formação de estoques estratégicos; etc.. Houve outro mecanismo paralelo: a elevação dos preços, que provocava aceleração inflacionária. Em seu conjunto, essa "reorganização" transferiu para os empregados, fornecedores, concorrentes e consumidores o ônus da reestruturação patrimonial e financeira da empresa não financeira.

No caso dessas empresas, se não houve a opção de redução das taxas de juros e de desvalorização de suas dívidas, para defesa das condições de rentabilidade e de liquidez corrente, a "saída" do sistema financeiro - liquidando dívidas - foi acompanhada pela "reentrada" no sistema, agora como credor líquido. Portanto, a reestruturação não foi só da composição do passivo, mas também do ativo, numa espécie de "hedge financeiro" (quando as despesas em juros se elevassem as receitas com juros as compensariam) das empresas não-financeiras. Evidentemente, essa "racionalidade" microeconômica teve repercussões macroeconômicas negativas: quedas do investimento sobre os ativos não financeiros, renda e emprego, do lado produtivo, e elevação dos preços, da correção monetária e das taxas de juros, do lado financeiro.

Assim, até mesmo os bancos que normalmente aumentavam seus lucros na

proporção do alto endividamento e dos juros em ascensão, foram deteriorando sua rentabilidade corrente (pela elevação do custo de captação) e sua própria estrutura patrimonial (pelo aumento dos custos de abertura de novas agências e da automatização para disputa de clientes), como consequência da saída do grande capital privado do sistema financeiro pela "porta" da demanda de crédito (ativo dos bancos) para sua reentrada pela "porta" da acumulação financeira (passivo dos bancos), como mostra Almeida (1985b). Passaram a ter, portanto, maior risco no ativo e o encarecimento do passivo.

No entanto, as empresas estatais não foram inteiramente livre para ajustar-se de acordo com os expedientes de "racionalidade" microeconômica. Foram compulsoriamente usadas como instrumentos para a captação de créditos externos (o que não permitiu a reestruturação passiva e as deixou desprotegidas de duas máxidesvalorizações cambiais), além de terem limitado seu poder de remarcar preços.

No caso de 8 grandes empresas controladas pelo Governo paulista — CESP, FEPASA, SABESP, COSIPA, ELETROPAULO, CPFL e VASP (estaduais) e Metrô (municipal) —, que encerraram o exercício de 1982 com dívidas financeiras que atingiam o total de 2,2 trilhões de cruzeiros, tinham dessa quantia 1,1 trilhão (49%) referente a dívidas contraídas no exterior, que, no final do exercício, equivaliam a 4,37 bilhões de dólares. A maioria absoluta do débito externo do Estado de São Paulo e de suas empresas estaduais foi contratada, via BANESPA, junto aos bancos no exterior (Resolução 63) e tinha aval apenas do próprio Tesouro paulista. Portanto, como não contavam com o aval federal em

sua dívida externa, não dispunham da linha automática de cobertura de seus débitos, quando atrasasse, através do aviso GB-588 do Banco do Brasil. O Tesouro de São Paulo, através do BANESPA, foi obrigado a cobrir dívidas atrasadas do Estado, na condição de avalista.

O atraso na solvência dos compromissos financeiros não atingiu apenas as empresas do Estado de São Paulo, mas também as federais e municipais. Dessa forma, a composição dos débitos vencidos que o Governo estadual teve de arcar com o ônus, através do chamado "Banco Caixa do Tesouro" (isto é, o banco oficial do Estado), por esfera de Governo, mostrava que as empresas estaduais participavam com 87,3%, as federais com 7,3% e as municipais com 5,4%. Por linhas de crédito, estavam assim distribuídas: Resolução 63, 45,7%; FINAME, 25,6%; Avals e Fianças, 19,9%; BNH, 5,7%; e outras, 3,1%.

A inadimplência das empresas estatais com o BANESPA apresentava valores reais crescentes: em março de 1983, era de Cz\$ 47.143 mil, em dezembro atingiu Cz\$ 149.221 mil. Já em 1984 o valor máximo foi registrado em fevereiro, atingindo Cz\$ 214.057 mil, marca que só veio a ser superada em junho de 1985, período em que a dívida oscilou entre aquele valor e o mínimo de Cz\$ 131.721 mil, por efeito principalmente de rolagens feitas nos repasses efetuados via Resolução 63 e amortizações na área dos repasses do BNH. Em dezembro de 1985, houve uma queda substancial, para Cz\$ 78.163 mil, viabilizada pela colocação de ORIP pelo Tesouro paulista, para acerto da dívida vencida das estatais estaduais.

As renovações de empréstimos eram feitas basicamente nas operações via Resolução 63, que era a única que permitia a utilização de recursos de repasses para tal fim. Com a FINAME não foi possível conseguir recursos para a rolagem dos débitos em atraso; as possíveis operações tiveram de ser feitas, portanto, com recursos próprios. Os avais honrados, pela própria natureza da operação, não puderam ser renovados, a não ser com recursos próprios. As operações com recursos de repasses do BNH, não pagas pelo mutuário final, geralmente não eram recolhidas ao repassador pelo BANESPA e periodicamente tinham seus vencimentos prorrogados por um prazo curto, o que não caracterizava bem uma renovação do empréstimo.

Obrigado a honrar os compromissos sem ter recebido a contrapartida dos clientes, o BANESPA teve de cobrir a baixa de caixa com o aumento da captação. As estatais compunham, em dezembro de 1983, cerca de 87% do volume de aplicações do BANESPA. Essas empresas captavam dólares à vontade até que foram surpreendidas pela paralisação do fluxo de recursos externos, pela maxidesvalorização e por sucessivas minidesvalorizações que acompanharam o ritmo inflacionário, e, ainda, pela restrição à rolagem de suas dívidas. A crise de inadimplência das estatais foi responsável pelo maior volume de créditos em liquidação de Carteira. A relação créditos em liquidação/patrimônio líquido real subiu de 29,0% em 1983 para 32,8% no ano seguinte, pelos Balanços do BANESPA. Também a relação crédito em liquidação/empréstimo (ver Quadro 7.6) subiu nesses dois anos, caindo em 1985 para o nível do início da década.

Como veremos no próximo capítulo, quando trataremos detalhadamente de seus problemas específicos, alguns bancos estaduais foram transmitidos

QUADRO 7.6

BANESPA

INDICADORES PATRIMONIAIS

ANOS	EMPRÉST./	CRÉD. LIQ./	RESUL.OPER/	IMOBILIZADO/
	DEPÓSITOS	EMPRESTIMO	PATR. LIQ.	PATR. LIQ.
		EM %	EM %	EM %
1979	2,7	0,3	16,9	57,8
1980	3,5	0,5	16,3	57,5
1981	3,3	0,3	22,6	58,1
1982	4,9	0,4	15,8	63,5
1983	5,2	1,9	14,5	62,5
1984	4,1	2,3	17,0	58,8
1985	3,2	0,5	30,8	50,9
1986	2,0	0,2	32,3	45,1
1987	1,5	1,3	36,3	33,3

FONTE: DADOS DE BALANÇO

NOTA: EMPRESTIMO= TOTAL DAS CART.-CARTEIRA DE CÂMBIO

DEPÓSITOS= À VISTA + A PRAZO

OBS: NAO SE CONSIDEROU, NA CAPTAÇÃO, OS REPASSES

aos novos administradores, em 1983, numa situação financeira bastante precária. Em certos Estados, operações tecnicamente injustificáveis, realizadas por motivos eleitorais, foram excessivas. Além disso, todos eles foram afetados pela crise financeira internacional, deflagrada no final de 1982, e pela crise fiscal dos Estados brasileiros.

Com a queda de arrecadação nos Estados, os recursos tornaram-se insuficientes inclusive para rolagem da dívida. Vários Estados passaram a apelar para recursos de seus próprios bancos até para pagar funcionalismo. Condenados ao papel de caixas auxiliares de seus Governos, essas instituições financeiras captaram recursos por meio de lançamento de CDB e RDB a taxas acima das vigentes no mercado. Como reflexo dessa medida, diversos bancos comerciais estaduais ficaram sem condições de resgatar tais títulos no vencimento. Passaram a recorrer à linha de redesconto de emergência no Banco Central como se fosse linha normal de financiamento. O Governo Federal montou, então, através do Banco Central, uma operação de saneamento financeiro que isentava de multas e encargos sobre insuficiência de reserva monetária (dívida junto ao BACEN) os bancos que se enquadrassem em determinados parâmetros de austeridade: todos os depósitos, tanto da administração direta quanto das empresas públicas estaduais serem efetuados no banco do Estado; fecharem todas as agências deficitárias; não concederem aos seus Governos créditos superiores aos depósitos que estes mantivessem em sua caixa (impedimento de ser prestador líquido); pena, no caso de não cumprimento das exigências, de bloqueio de seu acesso aos repasses do BACEN; etc.

Em situação muito diferente dos demais bancos estaduais, o BANESPA não

foi alvo do programa de saneamento do BACEN, que tenderia de certo modo a tolher sua liberdade de ação. Com uma gestão profissional especializada a partir de 1983, tratou-se de superar as dificuldades encontradas, logo no início, com os problemas de relacionamento com o Governo Federal, com a contenção de déficit público (que levou ao contingenciamento das rolagens mesmo em cruzeiros) e com a interrupção do suprimento de dinheiro no exterior.

O BANESPA era um caso atípico entre os bancos estaduais, pois possuía uma base de depósitos a prazo muito pequena e a taxas razoáveis. O problema encontrado em 1983 não era somente financeiro, era também devido às más administrações anteriores, com falta de iniciativa para concorrer com a rede bancária privada. A partir desta constatação, o Banco pode preencher, em 1983, um espaço que havia para captação de depósitos a prazo, financiando, com esses recursos, o endividamento das estatais paulistas, que tinham sido utilizadas como meros instrumentos de captação de recursos externos, para financiar o déficit do balanço de pagamentos mais do que as de qualquer outro Estado. Para captar depósitos a prazo, o Banco aproveitou, a plena carga, sua grande base de clientes e também sua rede de cerca de 600 agências. Captando no varejo, conseguiu ampliar sensivelmente o saldo de depósitos a prazo, a taxas até menores do que as dos grandes bancos privados, bastante abaixo das taxas médias de mercado.

Os depósitos à vista, comprometidos com o recolhimento compulsório, não eram considerados fonte satisfatória de recursos. Como o BANESPA não possuía bancos de investimento - somente a partir de 1985, o BANESPA passou a funcionar como uma espécie de banco de investimento do

Conglomerado BANESPA -, precisou captar via recibos de depósitos bancário (RDB), título financeiro de mais difícil colocação. A solução para esse problema veio com criação de uma Diretoria de Captação, centralizando em uma mesa de Renda Fixa a responsabilidade pelo atendimento imediato ao cliente do BANESPA que tivesse recursos a aplicar.

O BANESPA apresentava nos anos anteriores crescimento insatisfatório dos depósitos à vista e a prazo. Isso por dois motivos que se conjugavam: má administração e uma orientação para o atendimento de grandes empresas privadas e estatais, que, além da inadimplência, não davam reciprocidade ao banco. A orientação de privilegiar pequenas e médias empresas - que era compatível com as características de conglomerado do Banco - poderia sanar esse problema. "O BANESPA, com uma imensa rede de agências, não deve trabalhar no atacado como um banco de negócios; tem de atuar no varejo", segundo seu ex-presidente Bresser Pereira (GM, 16-18/04/83).

Para financiar as atividades sociais do Estado, o BANESPA precisava ser uma empresa eficiente e rentável. E os resultados nos últimos anos não tinham sido bons. De um lado, isto decorria da baixa reciprocidade das empresas estatais, que depositavam pouco em relação ao que tomavam emprestado do banco; de outro, de seu uso político. Bresser Pereira decidiu pedir mais reciprocidade a seus maiores clientes para aumentar a rentabilidade da instituição. O Banco continuou sendo o agente financiador básico das empresas estatais e o agente pagador do Estado, mas assumiu como fim social prioritário atender pequenas e médias empresas. As diretrizes do BANESPA na concessão de créditos - em suas diversas carteira - passaram a ser, fundamentalmente:

- 1) financiar as atividades com maior potencial de geração de emprego;
- 2) financiar as pequenas e médias empresas industriais e pequenas propriedades agrícolas de caráter familiar que tivessem maior necessidade de crédito e gerassem mais emprego;
- 3) financiar na agricultura as atividades produtoras de alimentos básicos.

Portanto, para continuar provendo o caixa do setor público, o BANESPA elevou a oferta de seus serviços mais de 3 milhões de correntistas, responsáveis por 65% dos depósitos a prazo, dando novo impulso aos negócios. Anteriormente, a captação de pequenas e médias poupanças estava bastante inibida. Tanto é que, em 1982, a rede BANESPA comercializou 30 bilhões de cruzeiro em letras de câmbio de financeiras concorrentes, por falta de papéis próprios, além de atuar de maneira incipiente na captação através do RDB. Assim, durante todo 1982, o total de captação de RDB foi de 17 bilhões de cruzeiros, enquanto a nova administração captou 60 bilhões em apenas 5 meses (abril a agosto), a taxas bastante conservadoras (média de correção monetária mais 10,5%). No mesmo período foram vendidos 22 bilhões de cruzeiros em letras de câmbio BANESPA em comparação com 9 bilhões em todo o ano de 1982.

Esse esforço captador, em particular de depósitos remunerados, se deu a taxas relativamente baixas devido à hábil estratégia mercadológica em que se colocou RDB no mercado sob a denominação de "Poupança Especial BANESPA", disputando o público das cadernetas de poupança, pequenos e médios aplicadores que procuravam mais segurança e bom atendimento do que propriamente rentabilidade, já que a ausência de uma Sociedade de Crédito Imobiliário no Conglomerado BANESPA impedia a oferta do produto

depósito de poupança. O Cheque Especial BANESPA, responsável maior pela expressiva participação das pessoas físicas nos depósitos do Banco, foi também objeto de intensa campanha publicitária. Outros avanços mercadológicos do BANESPA foram as associações ao "Banco 24 Horas" e a um cartão de crédito (CREDICARD).

A gestão iniciada em 1983 pretendia aperfeiçoar o atendimento aos depositantes, mantendo o cheque especial como prioritário. Também queria aprimorar as formas de controle das agências das diversas regiões e das diretorias operacionais. A diretriz seria a descentralização, acompanhada de um controle contábil preciso e rápido que colocasse a eficiência do processamento de dados como meta administrativa principal.

A estrutura operacional e de funcionários do BANESPA reagiu de forma adequada ao necessário esforço captador. No entanto, alguns críticos comentavam que o Banco se tornou fundamentalmente captador e que esqueceu dos métodos de aplicação de recursos. Na verdade, essa observação seria correta a respeito do sistema financeiro global, do qual fugiram os melhores clientes tomadores de empréstimos, ao passarem à condição de investidores financeiros, obrigando a disputa por recursos com custos mais elevados, com consequente queda do spread creditício. Mas a respeito do BANESPA tal observação tornava-se injusta, pois sendo o quarto colocado no ranking de depósitos, era, porém, o segundo em empréstimos. A diferença, que dava uma significativa relação empréstimos/depósitos (ver Quadro 7.6), era explicada em função dos repasses de recursos internos, aplicados predominantemente em urbanização e saneamento básico, e dos repasses de recursos externos. Neste último caso, o BANESPA tinha mais depósitos no exterior (1,5 bilhão de dólares em abril de 1985), no

interbancário, do que no Brasil. Normalmente, essas linhas de repasse estavam voltadas para o setor público e, como este entrou em crise financeira, manifestaram-se os problemas.

Os recursos, antes destinados às aplicações da Carteira de Crédito Geral, de maior rentabilidade financeira, se tornaram escassos pela queda real dos depósitos à vista, em função da "desmonetização" da economia brasileira. Diversas pessoas jurídicas, impossibilitadas de serem atendidas por falta de dotação operacional, deixaram de ser clientes do BANESPA. Recursos oriundos de depósitos à vista, a prazo e de repasses externos passaram a ser dirigidos para aplicações nas inadimplências das estatais, com taxas de repactuação dos débitos vencidos próximas às de captação, com pequeno spread positivo (ver no Quadro 7.7 a queda, até 1985, da relação spread crédito/empréstimo, devido ao acréscimo maior das despesas de captação do que das rendas das operações de crédito).

Enquanto as despesas operacionais cresceram quase na mesma proporção das receitas operacionais, não se registrou significativa melhora na baixa rentabilidade do BANESPA em relação à média de outros bancos. O resultado operacional de 1984 foi igual a 17% do patrimônio líquido, muito inferior ao índice médio obtido pelos bancos privados (43,3%). Esse resultado foi superior ao de 1983: 14,5% (ver Quadro 7.6). Em dezembro de 1985, com a injeção de recursos do Tesouro paulista para acerto da dívida vencida das estatais estaduais, diminuiu a provisão para créditos em liquidação e aumentou o lucro líquido do Banco, que foi, até então, o maior de sua história, 26% superior ao recorde anterior batido em 1977, e 138% acima da média anual dos últimos 11 anos imedia-

QUADRO 7.7

BANESPA

INDICADORES DESEMPENHO

EM %

ANOS	REC.CRED/ EMPRÉSTIMO	DESP.CAPT/ EMPRÉSTIMO	SPREAD CRED/ EMPRÉSTIMO
1979	26.2	21.7	4.4
1980	31.4	26.5	4.9
1981	43.9	38.0	5.9
1982	46.6	41.8	4.9
1983	57.4	53.0	4.4
1984	76.4	72.9	3.5
1985	77.4	77.1	0.3
1986	32.5	28.5	4.1
1987	83.2	73.3	9.9

NOTAS: REC.CRED.= RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

DESP.CAPT.= DESPESAS DE DEPÓSITO +

+ DESP. DE OBRIG. POR EMPREST.

SPREAD CREDITICIO = REC.CRED. - DESP.CAPT

tamente anteriores.

Embora não se deva comparar, rigorosamente, uma instituição estatal com 557 agências e forte apenas em São Paulo, com uma outra com um número três vezes e meio maior da agência (1681) e de caráter nacional, no exercício de 1985, o lucro do BANESPA foi a metade do obtido pelo BRADESCO, o maior banco privado do país. Nesse ano, no que se refere à rentabilidade sobre o patrimônio líquido, o BANESPA obteve 21,9%, quando os 8 maiores bancos comerciais do país, excluído o Banco do Brasil, não passaram de 15,1%.

Os balanços do BANESPA após 1979 revelaram que, apesar de cadente, havia um alto índice de imobilização de seu patrimônio líquido (ver Quadro 7.6.) Por exemplo, em 1985, 50,9% estava imobilizado, quando a média da rede bancária era de 15%. Como não vinha gerando recursos operacionais, seu capital próprio não podia crescer, mas a instituição tinha de fazer investimentos, principalmente na área de informática, para tirar o atraso nesse campo. Com isso, teve de acusar um nível indesejado de imobilização, problema que só pode ser resolvido ao longo do tempo.

Gradativamente, o patrimônio líquido foi ganhando proporção para superar as imobilizações, mostrando boa performance em termos de capitalização, tanto em função de chamada de capital, quanto pela melhoria dos resultados obtidos. Houve crescimento real do patrimônio líquido com a política de capitalização, adotada nos últimos anos, através de subscrições de ações e de capitalização de reserva de correção monetária e lucros acumulados. Em 1987, o crescimento foi de 529,7%, indicando uma

evolução real de 45,9%, comparativamente à variação das OTN.

O lucro líquido de 1987 teve um crescimento, em relação ao ano anterior, de 91,2%, quando comparado à variação das OTN (considerando o valor pro-rata no período de seu congelamento). O Relatório de Atividades do final da gestão da diretoria anterior se vangloriava de o BANESPA ter apresentado no período 1983/86 os melhores resultados de toda sua história. De um lucro médio anual de 6,3 milhões de OTN no quadriênio 1975/78, e de 2,8 milhões de OTN no quadriênio 1979/82, evoluiu para um lucro médio de 7,8 milhões de OTN no quadriênio 1983/86, tendo superado 11 milhões de OTN em 1986, adotando-se o valor de Cz\$ 121,16 para a OTN de dezembro deste ano.

Tais resultados não teriam sido possíveis, se para eles não tivessem contribuído alguns fatores de maior importância. Entre eles, salientava-se a forma com que foram geridas as finanças públicas no Estado de São Paulo neste período. O saneamento financeiro do Estado, que virtualmente eliminou o déficit público (na administração direta) em São Paulo (num período que ocorreu o oposto com a maioria dos outros Estados brasileiros), reduziu muito a demanda de crédito do setor público.

Naquela gestão, o BANESPA aumentou sua participação nos depósitos do sistema em aproximadamente 30%, sem que no período tivesse sido autorizado a aumentar sua rede de agências (o Relatório do 1o. Semestre de 1988 revelou que possuía 1.215 dependências, sendo 17 no exterior). Desta forma, foram obtidos os recursos necessários ao atendimento da demanda emergencial do setor público, nos primeiros anos daquela ges-

tão. Como banco oficial, o BANESPA pode contribuir com recursos da ordem de 8% do orçamento do Estado de São Paulo em 1983, para financiar o déficit de quase 10% verificado naquele ano.

Em 1986, com o aquecimento do consumo propiciado pelo Plano Cruzado, as finanças públicas paulistas tiveram um comportamento plenamente satisfatório, com a arrecadação de ICM crescendo 35% em termos reais. Aliado à política de seletividade de gastos e austeridade administrativa, teve continuidade a diminuição do déficit orçamentário: de 9,7% em 1983, 3,7% em 1984 e 1,4% em 1985 para 0,6% em 1986.

O setor bancário foi dos mais atingidos pela brusca queda das taxas de inflação e pelo fim da indexação propiciados pela adoção do Plano de Estabilização Econômica em 28 de fevereiro de 1986. A existência da correção monetária em condições de altas taxas de inflação propiciava aos bancos uma rentabilidade expressiva, através da aplicação de seus depósitos à vista, captados a "custo zero". O setor bancário competia por esses depósitos através de numerosa rede de agências e oferecendo aos clientes uma gama de serviços gratuitos. Com o fim do "lucro inflacionário", o sistema não conseguiria mais arcar com esses custos.

O processo de ajustamento por que teve que passar o sistema bancário brasileiro, em poucos meses, foi substancial. No BANESPA, de imediato, foi suspensa a contratação de cerca de 4.000 funcionários já concursados, apesar do Banco operar com cerca de 30% menos funcionários por cruzado de depósito à vista do que a média dos maiores bancos privados (só no primeiro semestre de 1988 foram efetivados os 3.872, tendo o quadro de pessoal atingido o número de 35.813 funcionários). Também uma

forte política de contenção permitiu uma redução de mais de 10% nas suas despesas, além do fechamento de inúmeros postos de serviço (não de agências) que se mostravam incompatíveis com a nova realidade econômica.

No entanto, em 1986, seus depósitos à vista tiveram um crescimento de 256% em relação ao exercício anterior, demonstrando o alto grau de monetização de ativos não monetários ocorrida após a implantação do Programa de Estabilização Econômica. Como os depósitos a prazo apresentaram uma evolução de 90%, seus depósitos globais tiveram aumento de 175%, ambos em termos nominais (o INPC-IBGE teve uma variação acumulada no ano de 58,6%). Em 1987, com a volta do processo de desmonetização, provocada pela aceleração inflacionária em condições de indexação, os depósitos à vista do BANESPA tiveram queda real, na medida em que registraram crescimento de 235,8% no ano, confrontado com a expansão de 396% da inflação (INPC/IBGE) no período. O mesmo ocorreu com os depósitos a prazo e no total, com crescimentos nominais de, respectivamente, 285,7% e 252,6%.

Com esse processo, os repasses de instituições oficiais e de origem externa voltaram a representar fonte importante na composição de recursos com que contava o BANESPA em 1987. No ano anterior, eles tiveram crescimento de somente 34,0% (face à inflação de 58,6%) em relação ao saldo apresentado em 1985. Os recursos repassados por instituições oficiais (Caixa Econômica Federal, com recursos do extinto BNH, BNDES, BACEN) retomaram a participação bastante representativa em seus empréstimos. Em dezembro de 1987, mostrava uma evolução de 397,4% quando comparada ao mesmo mês do ano anterior.

Esses recursos foram importantes para a comunidade, na medida em que beneficiaram obras de saneamento básico, transportes e infra-estrutura dos municípios, bem como a atividade industrial através do financiamento de investimentos via FINAME. Para o BANESPA, foram fundamentais para manter, em 1987, sua posição de segundo maior banco do país em volume de empréstimos. As obras de infra-estrutura requeridas pelo desenvolvimento urbano foram contempladas com maiores volumes de recursos - cerca de 54% do total de empréstimos no primeiro semestre de 1988, dos quais 97% derivados de repasses da Caixa Econômica Federal. Em 1987, as aplicações na área de crédito industrial tiveram um crescimento real de 40,8%. Cerca de 64% dessas aplicações foi financiado com recursos da FINAME, subsidiária do BNDES, levando o BANESPA a ser classificado em primeiro lugar como repassador de seus recursos.

O BACEN, para implementar a política agrícola, aumentou, no segundo semestre de 1987, a obrigatoriedade de aplicação em crédito rural de 30% dos depósitos líquidos para 60%. Cumprindo-a estritamente, houve um saldo de aplicações do BANESPA em sua Carteira de Crédito Rural de somente 3,7% do total de seus empréstimos. Isto revela, de fato, não uma prioridade e/ou uma "especialização", mas uma retórica que propagandeia que o Banco visa concorrer para o aumento da produção de alimentos básicos e o fortalecimento dos mini, pequenos e médios produtores rurais.

Outra pretensa ênfase do BANESPA no atendimento especial às pequenas e médias empresas, para fazer frente às ameaças de falências, em 1987, se chocou com a criação em setembro do "Hot Money", como linha de finan-

ciamento de curtíssimo prazo para empresas de maior parte, que ofereciam melhores garantias. Chegou a dezembro com saldo em torno da metade de todo crédito agrícola no ano.

Por fim, destacou-se a continuidade da queda real das aplicações de repasses externos, via Resolução 63, no final de 1987, fenômeno que já tinha ocorrido de dez/86 em relação a dez/85 com o decréscimo nominal de cerca de 19,8%, ao passar de US\$ 644,4 milhões para US\$ 516,2 milhões.

7.9- RECAPITULAÇÃO E CONCLUSÃO

Kilstajn (1979), em uma análise comparada do sistema financeiro estadual paulista, chegava à seguinte conclusão: "o comportamento dos bancos comerciais oficiais, deve-se dizer, é guiado, em grande medida, pelo banco comercial oficial do Estado de São Paulo. O BANESPA concorre com praticamente um terço dos empréstimos, dos depósitos à vista e dos depósitos a prazo dos bancos oficiais. A estrutura do BANESPA em relação aos bancos comerciais oficiais difere na participação dos recursos oficiais, pois conta com 60% dos repasses para o total desses bancos. (...) Concretamente, 44% das fontes do BANESPA são repasses oficiais contra 25% na estrutura dos bancos comerciais oficiais" (p.43).

Esta pesquisa realizada na FUNDAP, no final dos anos 70, mostra também que "entre 1970 e 1974, a participação relativa dos depósitos à vista no passivo do BANESPA era semelhante à do total dos bancos comerciais, portanto superior à dos bancos comerciais oficiais. De 1975 para 1976, entretanto, os depósitos à vista caem de 48 para 32%, deixando o BANESPA com a mesma distribuição dos bancos oficiais. Quanto aos depósitos a prazo, o BANESPA nunca sustentou os altos níveis dos bancos comerciais, muito menos dos bancos comerciais oficiais, sendo portanto menor o impacto dos anos desfavoráveis de 1974 a 1976" (p.44).

No próximo capítulo, faremos uma análise comparada minuciosa do BANESPA em relação aos outros bancos estaduais. Neste, mostramos que,

de fato, com a progressiva desmonetização da economia brasileira, posterior a 1974, seus empréstimos se descolaram dos depósitos à vista e passaram a se apoiar na utilização dos repasses externos e, principalmente, das entidades financeiras oficiais. Os depósitos a prazo, a que outros bancos - privados e oficiais - recorreram bastante, no BANESPA só ganharam importância relativa após 1983 (apesar do esforço para captá-los de 1977 a 1979), quando passaram 1/3 dos depósitos totais, atingindo em 1985 cerca da metade.

Esta mudança em sua estrutura passiva implicou em elevação expressiva de suas despesas operacionais, a partir de 1974. Antes representavam cerca de 20% da receita total; em 1978, já alcançavam 62% (Kilstajn, 1979, p.59). Estas despesas eram compostas basicamente de juros, correção monetária, comissões, e resultados de câmbio, refletindo tanto a maior utilização dos repasses oficiais, dos débitos junto à Autoridade Monetária e das operações cambiais, quanto a alta de suas taxas de captação, devido à aceleração inflacionária e à política cambial e da taxa de juros.

Teixeira (1985) mostra como essas tendências apontadas para os bancos oficiais, em geral, se aprofundaram a partir de 1979, até 1984. "O segmento das instituições financeiras governamentais apresenta, em simultâneo aos maiores índices de créditos não amortizados, menor dependência de captações internas diretas do público. Vale dizer, as instituições oficiais de crédito enfrentam maiores problemas ao nível da não recuperação dos empréstimos concedidos - de modo geral, como vimos, tomadores vinculados ao próprio setor estatal - e contam com

aporte de recursos não originários do mercado de captação em geral, fundamentalmente repasses de instituições oficiais de segunda linha. Por outro lado, sua margem de rentabilidade, em que pese, em média, ser menor que a obtida pelo segmento privado, sobretudo nos dois últimos anos, acompanha aproximadamente o comportamento de seu índice de spread relativo - fato que não ocorre com as instituições privadas, as quais, inclusive, apresentam diferencial creditício negativo no último ano. Tal ocorrência é absolutamente normal, porquanto nas operações de repasses internos, de modo geral, o *del credere* destinado ao agente repassador é fixado antecipadamente e constitui uma exigência dentro das próprias normas regulamentares dos fundos e programas governamentais de financiamento" (pp.144/5).

Analisando a relação lucro operacional / patrimônio líquido dos bancos comerciais conglomerados, segundo origem de capital, para o mesmo período, Teixeira (1985) revela que os maiores índices de rentabilidade ficaram com os bancos conglomerados estrangeiros que, de modo geral, operavam no atacado, com melhor seletividade de clientes. Os grandes bancos nacionais privados, que operavam no varejo, contavam com a grande escala para diluir riscos e absorver eventuais prejuízos. Os bancos oficiais, que ampararam as débeis finanças estaduais e financiaram os piores clientes (por prioridade política), de 1979 a 1981 obtiveram índices de lucratividade mais modestos, enquanto de 1982 a 1984 amargaram a ocorrência de prejuízo operacional.

A conclusão desse autor é que "tanto o prejuízo dos bancos estaduais, quanto o lucro dos demais segmentos, não decorrem diretamente das

operações de crédito" (p.160). O índice de outras fontes de ganho aos bancos, que não estritamente operações de crédito, é levantado através do comportamento do spread relativo de operações de crédito das instituições da iniciativa privada, que, a despeito de superar o das estatais até 1982, caiu a partir de então, tornando-se inclusive negativo em 1984, tanto para nacionais, quanto para estrangeiros. A relação spread crédito / empréstimos dos bancos oficiais estaduais, embora tenha declinado a partir de 1981, permaneceu de 1982 a 1984 positiva, período que, como vimos, tiveram prejuízo operacional.

Apresentamos neste capítulo (Quadro 7.6) indicadores patrimoniais do BANESPA que revelam uma certa estabilidade na rentabilidade do Banco de 1979 a 1984 (entre 16 e 17%), com as exceções da alta de 1981 (22.6%) e da baixa de 1983 (14.5%). Apesar de mais estável, esta sua relação resultado operacional / patrimônio líquido era bem inferior à das instituições financeiras privadas, mas superior à das oficiais, apresentadas na Tabela IV.9 de Teixeira (1985, p.146). A partir do segundo semestre de 1985 a rentabilidade do BANESPA cresceu significativamente.

Quanto à relação spread crédito / empréstimos do BANESPA (Quadro 7.7), apresenta a mesma estabilidade, com o "ponto alto" em 1981 e o "baixo" em 1984. Em 1985, justamente quando houve uma elevação significativa de sua rentabilidade, este diferencial relativo a operações de crédito foi praticamente nulo. Recuperou-se para o patamar "normal" em 1986 e dobrou este nível em 1987, ano da mais

elevada lucratividade do Banco. Há, portanto, também em seu caso, indício de outra fonte de ganho, que não estritamente suas transações de empréstimos. Antes de revelá-la, vamos verificar como se comportou em termos reais sua função de intermediação financeira, comparativamente à de outras instituições.

Almeida et alii (1987) mostram, para o sistema financeiro nacional, que "no período de desaceleração da economia, as taxas de evolução do crédito contraem-se fortemente. As taxas médias anuais passam de um índice próximo a 30% entre 1968 e 1973, durante o chamado 'milagre econômico', para 14.6% e 7.5% nos períodos 1974/76 e 1977/78. Esta é uma manifestação da crise econômica; mas a crise de crédito resultará em retração absoluta dos saldos dos empréstimos e de forma generalizada a partir de 1979" (p.44).

Na fase de desaceleração, as instituições oficiais ainda tiveram um importante "papel anticíclico", ao financiar, mais que as privadas, as atividades produtivas. No entanto, a partir de 1979, até 1984, os empréstimos de todo o setor monetário ao setor privado apresentaram a taxas de crescimento real negativas, com as exceções de 2 anos: 1981 e 1982 para os bancos comerciais oficiais e 1981 e 1984 para os privados. No caso do Banco do Brasil, a taxa anual foi sempre negativa, com a média de -20.9%.

Revelamos que os empréstimos reais do BANESPA mantiveram uma tendência ascendente em todos os anos 70, só tendo taxas anuais de crescimento negativas em 1980, 1983 e 1984 (Quadro 7.5), porém sem as dimensões

das dos outros bancos. Constituiu, portanto, este Banco uma exceção no quadro generalizado de crise de crédito, graças, como vimos, aos recursos dos repasses internos e externos.

Neste sentido, é expressivo o Quadro 7.8. Comprova, via pesos relativos das operações bancárias mais típicas, que o comportamento do BANESPA foi diferenciado, pelo menos em relação aos maiores bancos em depósitos, seus concorrentes no varejo. Assim, no que se refere à tradicional fonte de recursos desse mercado - depósitos à vista -, enquanto o Banco do Brasil teve captação oscilante, em termos relativos, o Bradesco e o Itaú tiveram uma expressiva queda na utilização desses recursos, porém ainda ficaram num nível mais de duas vezes superior ao do BANESPA. Este, que, em 1978, obtinha nesta fonte 1/4 de seus recursos, do ano seguinte até 1981, passou a captar somente 1/5, e desde então, até 1984, pouco mais de 1/10.

Quanto às operações de crédito no total das aplicações, as diferenças foram mais patentes. O BANESPA simplesmente manteve, em todos esses anos de crise geral de crédito, essa prioridade; ao contrário da política de restrição adotada pelos dois maiores bancos privados nacionais e, principalmente, pelo maior banco do Brasil, o agente financeiro oficial da União, submetido ao drástico controle das autoridades econômicas do último governo do regime militar.

Se este ajustamento dos grandes bancos brasileiros ao período de crise significou a desativação das típicas operações bancárias, em que atividades financeiras passaram a atuar? Em outras palavras, se no

QUADRO 7.8

BANESPA: ANÁLISE COMPARADA

COMPORTAMENTO NA CRISE

ANOS	DEPOS. VISTA / PASSIVO			OPER. CRED. / ATIVO		
	BCO BRAS	BRAD+ITAU	BANESPA	BCO BRAS	BRAD+ITAU	BANESPA
1978	20.9	58.5	25.0	74.6	55.9	78.7
1979	23.9	60.8	21.6	66.9	54.1	82.9
1980	22.5	58.3	20.3	63.9	48.6	85.6
1981	18.9	45.8	20.4	60.4	50.8	78.8
1982	19.6	39.7	13.8	54.7	44.1	83.4
1983	20.9	30.9	10.3	48.1	42.2	84.6
1984	17.7	23.8	11.0	34.0	47.6	83.3

FONTE: ALMEIDA ET ALII (1988, P.8)

Brasil recente perdeu importância a intermediação financeira convencional - captação de "poupança voluntária" para concessão de empréstimos ao setor produtivo -, qual foi a fonte da renda extraordinária do setor bancário brasileiro?

Almeida et alii (1988) afirmam que "duas razões se destacam na explicação da elevadíssima lucratividade dos bancos durante a crise" (p.5). Pela primeira, os bancos ganharam na arbitragem de um diferencial entre taxas ganhas na aplicação e pagas na captação, o qual tornou-se muito flexível pela conjuntura de alta inflação. No limite, o diferencial foi entre a correção monetária mais os juros dos empréstimos e o "custo zero" dos recursos livres (que "sobraram" dos depósitos compulsórios) captados sob forma de depósitos à vista, embora os banqueiros aleguem que para captação destes era necessário um "custo de administração" de cerca de 6 a 7% de seu volume.

A segunda fonte de renda extraordinária relacionou-se, direta ou indiretamente, com os títulos de dívida pública. Por um lado, as operações de mercado aberto de alta liquidez e taxas nominais elevadas (até acima da inflação) viabilizaram a aplicação lucrativa de saldos, mesmo dos que transitavam por prazos mínimos. Este float aumentou com o desenvolvimento alcançado pelos serviços bancários: recebimentos e pagamentos, recolhimento de taxas e tributos, etc.. Por outro, a evolução das rendas e lucros financeiros dos bancos, após 1981, vinculou-se com o financiamento do estoque de dívida pública. As instituições financeiras eram as tomadoras finais desses títulos, formando carteiras muitas vezes maiores que seu próprio patrimônio, o

que as obrigava conseguir recursos de terceiros no curtíssimo prazo. O Banco Central as garantia com um vantajoso "spread de risco" entre a rentabilidade média de suas carteiras (média ponderada dos deságios obtidos nos leilões primários dos títulos) e o custo representado pela taxa de captação no overnight.

Essa última pesquisa citada, realizada no IESP/FUNDAP, mostra como os bancos adaptaram-se prontamente às condições da economia e da política econômica "de ajustamento". "Ampliaram serviços, agências e rede de comunicações, em desenfreada concorrência para capturar os lucros da arbitragem e do giro inflacionário do dinheiro. Nesse processo, renunciaram até mesmo às receitas associadas à multiplicação e ao aprimoramento dos serviços. (...) caem, também a partir de 1981, as receitas líquidas de serviços bancários entre os grandes privados e, em particular, em seu segmento-líder que opera em maior escala 'no varejo'. Sobem de patamar, por outro lado, as despesas administrativas, como outra decorrência da luta interbancária pelo lucro inflacionário. Os bancos também recompuseram rapidamente seus ativos, na direção de uma participação muito maior do setor público, com correspondente desativação das típicas operações bancárias: o crédito e, neste, particularmente, o crédito ao setor privado" (p.7).

Mostramos como o BANESPA desfrutou de posição *sui generis* nesse processo. Pode, em geral, processar a arbitragem, em razão de sua penetração na economia paulista, com ampla rede de agências concentrada nesta região de maior potencialidade econômica do país, da oferta de serviços congêneres aos de seus concorrentes privados e, por

ser o agente financeiro do governo paulista, de deter o monopólio das liberações dos desembolsos do setor público estadual. Além disso, como vimos, dispunha da maior parte dos *spreads* nos repasses de fundos públicos. Sua rentabilidade não acompanhou o crescimento vertiginoso dos demais segmentos, mas não foi tão oscilante nos anos da crise. O resultado mais grave foi o acúmulo de "ativos imprestáveis" junto às empresas estaduais, as quais repassou recursos externos. Foi neste estado que se deparou com o Plano Cruzado, em 1986.

A pesquisa do IESP/FUNDAP sobre a mudança na estrutura de recursos e tendências de custo e lucro do sistema bancário público e privado, no período 1985/87, sintetiza as circunstâncias enfrentadas. "Como todo o sistema bancário brasileiro, os bancos e agências de crédito paulistas sofreram influência da estabilização do Cruzado e da explosão inflacionária que se seguiu. Isso condicionou os movimentos da captação e da aplicação, a composição do lucro e a rentabilidade. Mas, note-se que as instituições paulistas (como, de resto, todo o conjunto de bancos estaduais) apresentam inflexibilidades em suas estruturas ativas e passivas não existentes para os segmentos anteriormente analisados (bancos privados, estrangeiros e nacionais, e mesmo o Banco do Brasil), de forma que a estabilidade/instabilidade do Cruzado e pós-Cruzado se fazem sentir menos intensamente em suas contas patrimoniais e de resultado. As inflexibilidades residem na grande concentração dos créditos no setor público estadual e, do lado passivo, na grande concentração de recursos captados na forma de repasses junto a entidades federais (CEF/BNH, BNDES e BACEN). Esse é o caso do BANESPA e do BADESP" (p.88).

Os autores dessa pesquisa afirmam que essa concentração em certas operações condiciona a qualidade dos ativos e a capacidade de obtenção de resultados não-fictícios nos balanços dessas instituições. "A situação das empresas públicas estaduais, os empréstimos habitacionais concedidos a baixas taxas de juros (caso da CEESP), além de operações claramente de caráter social e, ainda, aquelas não-convenientes do ponto de vista bancário implicam que, virtualmente, os ativos desse conjunto sejam incobráveis e o lucro que essas instituições possam apresentar em seus balanços seja em geral meramente nominal e de natureza contábil" (p.88).

Foi expressiva a rentabilidade contábil apresentada pelo BANESPA, a partir do segundo semestre de 1985 (Quadro 7.9). No primeiro semestre, ainda manteve seu padrão anterior. Nos dois semestres seguintes, acompanhou a relação lucro efetivo / patrimônio líquido dos dois maiores bancos varejistas (inclusive a do período de "ajustamento pós-Cruzado"), só ficando inferiorizado ao Banco do Brasil. Superou a de todos os bancos no segundo semestre do "ano do Cruzado". No primeiro semestre de 1987, entre os conjuntos de grandes bancos privados nacionais e grandes estrangeiros, foi do BANESPA a mais alta taxa de lucro, ao lado do Banco do Brasil.

Essa diferença de rentabilidade chamou a atenção dos analistas financeiros, pois o Banco, aparentemente, não fez negócios substancialmente diferentes nesse período que pudessem justificá-la em termos econômicos. Como vimos, a principal característica do BANESPA era fazer bastante empréstimos. A maior parte dos grandes bancos

QUADRO 7.9
EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE
LUCRO EFETIVO / PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM %

	1.SEM/85	2.SEM/85	1.SEM/86	2.SEM/86	1.SEM/87
GRANDES BANCOS	15.9	20.0	12.4	13.6	17.2
BRDESCO + ITAU	20.7	24.9	14.5	14.1	18.7
GDOS BCOS -(BR+IT)	10.3	14.3	9.8	13.1	15.6
MEDIOS	5.3	13.3	3.9	14.0	18.1
PEQUENOS	15.5	17.8	4.2	16.7	14.0
ESTRANGEIROS	19.9	25.0	9.7	19.4	38.3
BANCO DO BRASIL	44.2	41.0	28.5	9.4	45.5
BANESPA	14.8	24.7	14.2	22.9	41.8

FONTE: ALMEIDA ET ALII (1988, P.68)

OBS.: LUCRO EFETIVO REFLETE O RESULTADO REAL DO BANCO,
ANTES DE DEDUÇÕES CONTÁBEIS E DA TRIBUTAÇÃO

restringiram esse tipo de aplicação nos momentos de crise. Isso podia ser medido pela parcela representada pelas receitas com aplicações em títulos na rentabilidade total da empresa. No primeiro semestre de 1987, enquanto no BANESPA essas aplicações significaram 4,0% das receitas totais, no Bradesco o número chegou a 21,5% e no Itaú a 24,4% (FSP, 6/8/87, p.A-29). Assim, o BANESPA aplicou muito menos em títulos do que os dois grandes bancos.

Mas, apesar de emprestar mais, o BANESPA trabalhou com menos provisão de capital para enfrentar possíveis créditos não liquidados no futuro. A legislação permitia que no item contábil "aprovisionamento para ajustes patrimoniais" fosse constituída uma reserva de receitas para fazer frente a essa situação, bem como para futuras depreciações. O Bradesco colocou neste item 12,4% de suas receitas operacionais, o Itaú 9,75% e o BANESPA apenas 2,6%. No semestre anterior (segundo de 1986), tinha alocado 4,5%. Essa conta tem efeitos diretos sobre o total de lucro, pois o valor nela contabilizado é retirado do lucro final da empresa. Assim, a política adotada pela empresa, de diminuir os aprovisionamentos, fez aumentar bastante a margem de lucro. Essa conta, somada ao resultado da correção monetária, positivo para o BANESPA e negativo no Bradesco, pode explicar porque, mesmo tendo uma receita operacional menor que o Bradesco, o BANESPA apresentou um lucro 50% maior.

Deve-se destacar a mudança da origem do seu lucro durante o período anterior, de vigência e posterior ao Plano Cruzado, em grau mais acentuado que a dos maiores bancos do segmento privado e do Banco do

Brasil (Quadro 7.10). O indicador relevante de avaliação da evolução das receitas típicas bancárias é o de receitas de operações de crédito líquidas das despesas de depósitos e de obrigações por empréstimo. Nota-se, porém, que, para o Banco do Brasil, sempre tiveram maior importância relativa, nesse período 1985/87, entre as duas maiores fontes de rentabilidade bancária. Para o Bradesco e o Itaú, as receitas líquidas de aplicações financeiras, de fato, só perderam importância relativa no segundo semestre de 1986, com 1/3, contra quase 3/4, 2/3 e 1/2 pela ordem, dos semestres anteriores, recuperando-se para 2/3 no posterior.

Para o BANESPA, o item de receita operações de crédito sofreu fortíssima contração no segundo semestre de 1985, justamente quando, como vimos, sua rentabilidade deu um salto expressivo, graças às receitas líquidas das aplicações financeiras. Estas rendas e lucros financeiros foram, nos dois semestres de 1985 e também no primeiro de 1986 (embora tenham caído em termos reais), as que sustentaram fundamentalmente o lucro operacional. Com o Cruzado, passaram a compor apenas uma parcela do lucro, cuja origem se deslocou para o crédito. Isso foi o resultado simultâneo da elevação das operações de créditos, no segundo semestre de 1986, e da redução do custo da captação, sobretudo em função da mudança da estrutura de recursos em favor dos depósitos à vista (Quadro 7.11). O retorno às altas taxas de inflação e de juros, em conjunto com a reindexação dos contratos e a volta do float de recursos não remunerados, teve por efeito o aumento das rendas e lucros financeiros líquidos, as quais, acrescidas das crescentes receitas líquidas das operações de crédito, reflexos ainda

QUADRO 7.10

MAIORES FONTES DE RENTABILIDADE BANCÁRIA

PARTICIPAÇÃO RELATIVA E EVOLUÇÃO REAL 1985-1987

BRADESCO E ITAU

PERIODO	ROC (L)	RLF (L)	TOTAL	ROC (L)	RLF (L)	TOTAL
1.SEM/85	27.54	72.46	100.00	100	100	100
2.SEM/85	33.11	66.89	100.00	134	103	111
1.SEM/86	50.94	49.06	100.00	148	54	80
2.SEM/86	67.74	32.26	100.00	233	42	95
1.SEM/87	33.71	66.29	100.00	194	145	159

BANCO DO BRASIL

PERIODO	ROC (L)	RLF (L)	TOTAL	ROC (L)	RLF (L)	TOTAL
1.SEM/85	57.52	42.48	100.00	100	100	100
2.SEM/85	55.52	44.48	100.00	78	85	81
1.SEM/86	50.15	49.85	100.00	47	63	54
2.SEM/86	90.86	9.14	100.00	46	6	29
1.SEM/87	59.25	40.75	100.00	80	74	77

BANESPA

PERIODO	ROC (L)	RLF (L)	TOTAL	ROC (L)	RLF (L)	TOTAL
1.SEM/85	25.03	74.97	100.00	100	100	100
2.SEM/85	0.87	99.13	100.00	4	170	129
1.SEM/86	34.36	65.64	100.00	125	80	91
2.SEM/86	75.15	24.85	100.00	464	51	155
1.SEM/87	76.41	23.59	100.00	1325	137	434

FONTE: ALMEIDA ET ALII (1988, QUADROS 3.4, 3.13 E 3.18)

ROC (L) = RENDAS OP. CRED. - DESP. DEPOS. - DESP. OBRIG. EMPR.

RLF (L) = RENDAS VAL. MOB. + REC. TRANS. VM - DESP. TRANS. VM

QUADRO 7.11

BANESPA

EVOLUÇÃO DA CAPTAÇÃO E DO EMPRÉSTIMO

TAXA DE CRESCIMENTO REAL SEMESTRAL

PERIODO	DEP.VISTA	DEP.PRAZ.	DEP.TOT.	OP.CRED
2.SEM/85	52.08	5.81	25.46	7.26
1.SEM/86	68.33	-35.55	18.65	-7.77
2.SEM/86	27.97	81.28	40.19	13.23
1.SEM/87	-55.4	-29.33	-45.28	-12.95

RELAÇÃO DE CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO

PERIODO	DV/DPF	REP/CRED	DEP/CRED
1.SEM/85	.70	.92	.27
2.SEM/85	1.00	.91	.31
1.SEM/86	2.61	.85	.40
2.SEM/86	1.85	.71	.50
1.SEM/87	1.16	.81	.31

FONTE: ALMEIDA ET ALLI (1988, P.89)

dos movimentos detonados no ano anterior, formaram níveis de lucro contábil sem precedentes no BANESPA.

A dívida que se instaura é se uma taxa de rentabilidade contábil superior a 50%, como no segundo semestre de 1987, pode ser tomada como fidedigna, no sentido de refletir a real situação financeira do BANESPA. Um analista financeiro levantou (cf. FSP, 10/3/88, p.A-22) duas peculiaridades incômodas em seu balanço de 1987: falta de liquidez financeira e descapitalização. Argumentou que seu ativo circulante era menor do que o passivo circulante, apresentando, portanto, liquidez negativa, que comprometia seu patrimônio líquido em quase 24%.

Os balanços dos bancos relativos ao primeiro semestre de 1988 demonstraram resultados que superaram até mesmo a média histórica de 1984-87 (quando a taxa média do lucro líquido em relação ao patrimônio líquido variou de 13 a 15% ao ano). O BANESPA teve lucratividade anualizada de 29% ao ano; o Bradesco de 13,9%; e o Itaú de 13,2% (FSP, 12/8/88, p.B-5). A carteira de renda fixa (basicamente o financiamento do déficit público através da compra de títulos governamentais) contribuiu de 60 a 70% para o resultado da atividade dos bancos privados nesse semestre. Os bancos preferiram comprar títulos públicos a aumentar a carteira de empréstimos, com exceção do BANESPA. Por exemplo, a carteira de títulos e valores mobiliários do Bradesco era 3 vezes maior que a de empréstimos, enquanto no BANESPA a carteira de empréstimos registrou expansão de 12% reais e era 8 vezes maior que a de títulos.

Como vimos, este Banco situava-se entre os 4 maiores em depósitos e era o segundo em empréstimos, no Brasil. Destacamos o potencial econômico da região que atuava e a conglomeração que o permitia disputar negócios em diversas frentes (faltava-lhe uma sociedade de crédito imobiliário e um banco de investimento para tornar-se um completo banco múltiplo) do principal centro financeiro do país. Ao final de 1987, sua corretora manteve a liderança nacional em patrimônio líquido e, responsável pelas operações de open market do BANESPA, conseguiu uma rentabilidade de 21.8% sobre seu patrimônio líquido, resultado que superou muito a média de todas as corretoras pesquisadas por EXAME (13/7/88, p.82). Sua distribuidora era a quinta em patrimônio líquido. A financeira BANESPA era a terceira na classificação por financiamentos. O BADESP era o terceiro banco de desenvolvimento estadual em empréstimos. Portanto, aparentemente, embora não tivesse o trunfo da caderneta de poupança, que representava cerca de 1/3 do total captado pelos haveres financeiros no país, enfrentava com plena disposição seus concorrentes nas listas de classificação dos maiores.

Na realidade, não se deve, rigorosamente, dar um tratamento homogêneo ao conjunto dos bancos brasileiros. Há pelo menos uma dualidade nos perfis das estruturas bancárias de maior porte: os varejistas, que captam grande volume de recursos de terceiros de maneira pulverizada e diversificam as operações para ter baixas margens operacionais de risco, e os atacadistas, que atuam junto a uma clientela preferencial para obterem maior agilidade operacional, embora assumem

maiores riscos.

Com a tendência à automação do sistema bancário brasileiro, os grandes bancos varejistas passaram a substituir gradativamente suas agências por caixas eletrônicas. O Bradesco, com suas 1.681 agências, 1.306 postos de atendimento bancário especiais e 281 unidades do "Banco Dia e Noite", tinha à disposição dos seus 23 milhões de clientes correntistas e depositantes de poupança 3.581 pontos de atendimento, no primeiro semestre de 1988. Seus investimentos na área de automação bancária elevaram para 2.371 o número de dependências operando on-line, real-time, o que representava 70% de sua rede de atendimento. O Bradesco possuía 147.933 funcionários ao final de 1987. Somados com os 74.594 do Banco Itaú, os dois empregavam mais de 50% de todos os bancários da rede bancária privada brasileira (estimava-se em 780 mil o número de bancários no Brasil: bancos privados com 410 mil, federais com 160 mil, estaduais com 130 mil e a CEF com 80 mil). O Itaú possuía 1.400 agências, das quais 50% automatizadas, e mais de 200 caixas eletrônicas.

Estes dois grandes bancos varejistas possuíam tal superioridade tecnológica (e de capital) que obrigava os demais bancos a elaborar "estratégias de sobrevivências" próprias. Os antigos varejistas passaram a "elitizar" a clientela com a exigência de saldo médio compensador, buscando um ponto de equilíbrio entre o atacado e o varejo. Outros adotaram uma extrema seletividade da clientela, para lhe fornecer atendimento personalizado. Alguns passaram a negociar exclusivamente com empresas (pessoas jurídicas), recebendo comissões

para prestar assessoria financeira e fazer intermediação de negócios. Diversos buscaram lucratividade com multiprodutos, pesquisando sempre lançamento de produtos originais (por exemplo, conta corrente remunerada parcialmente pela taxa do over), antes de seus concorrentes. Dentro dessas inovações, o maior interesse era buscar mercados cativos, relacionando permanentemente com os clientes, por exemplo, através de *room-banks*: instalação de terminais de computador do banco junto a clientes preferenciais. Havia, em 1987, mais de 800 grandes empresas interligadas aos bancos por computadores, entre as quais, 270 ao Citibank, pioneiro na iniciativa (Senhor/341, 29/9/87). Essa informatização do atendimento bancário propiciava serviço especializado de gerenciamento e controle administrativo, diretamente da empresa (*on line*), das contas a pagar, dos depósitos recebidos, de diversificação das aplicações financeiras de "sobras de caixa", etc.

Dentro dessas perspectivas para o mercado bancário, qual o futuro para um banco do Estado, no caso, o BANESPA?

Historicamente, por ser o agente financeiro do governo paulista, sempre teve um mercado cativo à sua disposição: o monopólio das liberações dos desembolsos do setor público estadual. O fato de ser "caixa do Tesouro" lhe garantia a clientela tanto dos servidores públicos, quanto das empresas estatais de São Paulo, sem considerar a possibilidade de vínculo com os empreiteiros de obras públicas. Essa circunstância lhe propiciou sempre a opção entre acentuar um determinado tipo de operação bancária - de varejo ou de atacado - ou

buscar um ponto de equilíbrio entre ambas. Vimos que, em certas épocas (como na da gestão prévia a 1983), houve uma orientação para o atendimento de grandes empresas privadas e estatais. Alegando que estas, além da inadimplência, não davam reciprocidade ao Banco (depositavam pouco em relação ao que tomavam emprestado), a gestão posterior optou em não trabalhar no atacado como um banco de negócios, mas de atuar no varejo, assumindo como fim social básico atender pequenas e médias empresas. Pulverizava, assim, seus recursos, diversificando suas operações, para ter diminutas faixas operacionais de risco. Com a onda de inadimplência das pequenas e médias empresas "orfãs-do-Cruzado", após o fracasso deste Plano de Estabilização, o Banco voltou a priorizar linha de financiamento de curtíssimo prazo para empresas de maior porte, que oferecessem melhores garantias.

Quanto ao seu *funding* - a composição dos recursos à sua disposição -, vimos que, até 1983, a maioria de suas diretorias ficou numa posição passiva no mercado financeiro, sem iniciativa de disputar agressivamente, frente à rede bancária privada, espaço para captação, via colocação de seus títulos financeiros. O privilégio de dispor de recursos a "custo zero" através dos depósitos à vista do setor público paulista, com a aceleração inflacionária, desde os anos 70, foi se esvaindo, pela alternativa de aplicação em overnight. Isto obrigava o BANESPA a disputar "dinheiro comprado", ou seja, vender RDB. Captando no varejo, conseguiu ampliar sensivelmente seu saldo de depósitos a prazo, sem no entanto superar sua característica mais marcante de dependência dos repasses de fundos públicos. Foi fundamentalmente com estes recursos que manteve sua posição de

liderança em empréstimos (sem considerar o Banco do Brasil).

A submissão à política governamental e concentração em duas operações básicas - pelo lado do passivo, captação de repasses, pelo lado do ativo, empréstimos ao setor público -, paradoxalmente, embora lhe tire autonomia de atuar por conta própria com critérios de mercado, lhe fornece a estratégia de sobrevivência contra as ameaças de privatização dos bancos estaduais: especialização no mercado de crédito em empréstimos de fins desenvolvimentistas, compensando eventuais quedas de rendas de operações de crédito com atuação agressiva no mercado de capitais, para obter rendas e lucros financeiros.

Como diz Saulo Krichanã, diretor do BANESPA, privatizar é, antes de tudo, uma questão de suprir o que os bancos do governo fazem, ou seja, pouco importa a fonte ou a origem do capital, o fato é que o sistema econômico não pode prescindir de certas funções, historicamente sob a responsabilidade de banco do Estado: apolar com crédito os segmentos menos capitalizados do setor empresarial, para o giro de seus negócios; dotar de recursos de investimento, a taxas relativas mais baixas ("subsidiadas") e prazos longos, o setor mais capitalizado (inclusive empresas estatais) envolvido em torno de grandes projetos; internalizar recursos aos municípios, via repasses para realização de obras de baixo retorno privado mas de grande benefício social. Todas estas operações exerceram e exercem - principalmente em época de altas rendas e lucros financeiros e diminutas rendas de operações de crédito - baixa (ou nenhuma) atratividade para o banqueiro privado. Portanto,

o fato é que a realização destas funções na economia brasileira tem de ser assegurada via política de crédito de instituição financeira oficial, e, se não houver, com o ônus do sistema entrar em crise de reprodução.

Os liberais-privatizantes criticam principalmente o acúmulo de "ativo podre" junto às empresas estaduais, fato que não ocorreria - argumentam - se o banco do Estado atuasse "de acordo com o mercado", com critério privatista de retorno e risco em suas operações. Comentamos como a "socialização dos prejuízos cambiais", limitada aos das empresas privadas, levaram as empresas estatais a chegar a esta situação de inadimplência (para análise mais aprofundada, ver Biasoto, 1988). Achamos que uma opinião a respeito da relevância da atuação desenvolvimentista de uma instituição financeira oficial deve estar embasada em fatos históricos. Foi com este propósito que pesquisamos a história do BANESPA. Chegamos à conclusão de sua imprescindibilidade histórica.

CAPÍTULO 8

PROBLEMAS DOS BANCOS ESTADUAIS E O CASO BANESPA

8.1-- PROBLEMAS DECORRENTES DA POLÍTICA MACROECONÔMICA DE AJUSTAMENTO

O Banco do Estado de São Paulo - BANESPA - formava, em conjunto com a Caixa Econômica Estadual e o BADESP, até 1986, quando este último foi incorporado pelo primeiro, o sistema financeiro que agenciava o desenvolvimento estadual, em nome do governo de São Paulo. Tratando-se de banco governamental estadual, verifiquemos se os problemas que lhe afligiam eram semelhantes aos dos outros 23 bancos estaduais. Inicialmente, acompanhemos o desempenho recente destes bancos, fazendo uma retrospectiva histórica desde 1978, para inventariar seus problemas e, posteriormente, confrontá-los com os do BANESPA, salientando então similitudes ou divergências.

Até 1978, a campanha anti-estatizante de setores empresariais abrangia também um grupo de banqueiros preocupados com a "estatização do crédito", significando isto a acirrada concorrência na disputa de parcela do mercado financeiro por parte dos bancos comerciais oficiais, que, inclusive, superavam os privados em lucratividade. "Em 1978, por exemplo, a rentabilidade patrimonial média dos bancos estatais analisados por EXAME era de 19,4%, enquanto a dos bancos comerciais privados não passava de 13,1%. A partir de 1979 tudo mudou: em 1982, os estatais ficaram com um índice de 10,2% (12,6% em 1981), menos da metade dos 20,8% (28,3% em 1981) obtidos pelos bancos

privados" (EXAME, 1/6/83, p.55). O painel montado pela revista com os 20 maiores bancos estatais era viesado como representação dos lucros dos bancos estaduais pela inclusão do Banco do Brasil, além de outros bancos federais (BASA e BNCC), mas revelava que, até então, os extraordinários lucros foram uma característica comum à todo o sistema financeiro, abrangendo indistintamente as instituições públicas ou privadas.

A partir de então, reverteu-se a política financeira e houve diminuição da lucratividade de todos os bancos comerciais. Por estarem mais imediatamente sujeitos aos efeitos da política monetária oficial e à discriminação nas restrições de suas atividades (a proibição de captar Fundos 157 era apontada como uma prova disso), os bancos comerciais estatais tiveram uma retração de suas atividades em volume mais acentuado que os demais. O severo controle das autoridades monetárias sobre a expansão dos meios de pagamento influiu diretamente no ritmo de concessão de empréstimos por estes bancos. Houve escassez de recursos para empréstimos em geral, principalmente dos provenientes de repasses.

Além desse problema, os dirigentes de bancos estaduais queixavam-se do custo elevado dos recursos captados a prazo, da liquidez do sistema, do turnover da mão-de-obra e da baixa flexibilidade da política salarial relativa aos bancos comerciais. Outro motivo de reclamação era que o Banco Central vinha limitando a expansão dos bancos estatais ao próprio Estado, mas não limitava a dos bancos privados. O Banco Central costumava condicionar a concessão de licença

para abertura de agências em outros Estados ao fechamento de número igual de agências já existentes.

Na realidade, não houve o acirramento de estatização, tão temida pelo setor financeiro privado, pois a participação na oferta global de crédito e na captação de recursos dos estatais não se revelou crescente. A forte contenção monetária adotada no período atingiu mais os bancos estatais (a partir do próprio Banco do Brasil). Este fato podia ser atribuído em parte à contenção das linhas de repasse com que esses bancos eram obrigados a atuar com mais empenho do que os bancos particulares, em razão da função social relevante e do próprio caráter de "pioneirismo".

Face à expectativa inflacionária que passou a imperar em 1978, aliada à alta rentabilidade oferecida pelas aplicações de curtíssimo prazo no overnight e à atração da indexação nas cadernetas de poupança, causas da progressiva "desmonetização" da economia brasileira, os bancos comerciais concentraram seus esforços na captação de depósitos a prazo, uma das poucas alternativas para garantirem assistência financeira a seus clientes tradicionais. Mas, apesar da boa performance na captação de depósitos a prazo, o fato de não poderem expandir a rede de agências para fora de seus respectivos Estados ou regiões colocava-os (com exceção do BANESPA e do BANERJ) em situação a priori muito desvantajosa frente aos concorrentes na disputa do mercado financeiro instalado em São Paulo e no Rio de Janeiro, centros financeiros do país, devido à localização dos grandes investidores. Assim, "em 1978, os depósitos a prazo acusaram uma expansão nominal de

119% nos bancos comerciais privados, enquanto os depósitos à vista cresceram 40,8%. Já nos bancos estatais, a expansão nominal foi de, respectivamente, 86,7% e 29,7%" (EXAME, 23/5/79, p.68).

Com a política macroeconômica de ajustamento à crise da dívida externa e de combate à inflação, os "pacotes econômicos" baixados pelo governo federal, além de medidas restritivas de ordem mais geral, adotaram decisões inerentes ao sistema financeiro que faziam eco à crítica de crowding out na disputa da poupança financeira por parte do setor público e foram discriminatórias em relação aos bancos oficiais.

O exemplo mais concreto dessa discriminação, na opinião de dirigentes de bancos oficiais estatais foi o da proibição imposta aos bancos comerciais de emitirem certificados de depósito bancário. Esta proibição teve poucos efeitos negativos nas operações dos bancos comerciais privados, uma vez que todos possuíam bancos de investimento e podiam emitir CDBs através deles. Mas os bancos estatais estavam impedidos de efetuar essa reorientação na captação por não possuírem bancos de investimento.

A intenção desestatizante do governo federal, acuado por pressões políticas, ameaçava também, indiretamente, os bancos estaduais, na medida em que, normalmente, as empresas estatais tendiam a manter um relacionamento financeiro mais forte com esses bancos.

Confirmaram-se em grande parte, em 1979, os temores dos bancos estatais, que previam o impacto negativo da política de contenção de

gastos públicos nos seus índices de desempenho. Estes bancos sofreram mais na fase de maior severidade nos critérios de aplicação de recursos públicos. Na realidade, os cinco maiores bancos estaduais, inclusive o maior deles em volume de negócios, o BANESPA, e com a única exceção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL), terminaram o ano com depósitos inferiores, em termos reais, aos de 1978.

O esforço de captação recrudescera no início de 1980, ante a limitação em 45% na expansão dos empréstimos. A alternativa mais imediata, para os bancos estatais, se colocava na captação de recursos externos. Mesmo assim as perspectivas eram pessimistas, prevendo-se resultados negativos para bancos que não exercessem um controle rigoroso de suas atividades. Os banqueiros estavam preocupados principalmente com os efeitos da nova política salarial, que adotava reajustes semestrais, sobre seus custos operacionais, pois os encargos salariais, no ramo de serviços bancários, representavam 80% dos gastos administrativos.

No ano seguinte, os bancos estaduais obtiveram resultados semelhantes a seus concorrentes do setor privado, com índices de rentabilidade do patrimônio dos seis primeiros colocados alcançando recordes históricos, acima de 25,7%. A melhoria do desempenho dessas instituições refletiu as mudanças na política monetária, com a diminuição de subsídios ao crédito rural, aumento dos juros cobrados nessas operações e maior peso neste gênero de empréstimos atribuído aos bancos privados. Além disso, os bancos estatais intensificaram os repasses de empréstimos em moeda estrangeira, atendendo à determinação dada pela política econômica de captar maior volume de recursos

externos.

Portanto, alguns bancos comerciais governamentais procuraram aumentar sua ação externa, buscando empréstimos no mercado financeiro internacional que pudessem ser repassados aos tomadores no mercado interno. Simultaneamente, enfatizaram a substituição dos depósitos a prazo por depósitos à vista na sustentação de empréstimos. Empregar relativamente mais intensamente os depósitos à vista foi possível porque o governo fixou em 50% a expansão dos créditos em cruzeiro, tornando essa fonte de recursos suficiente para atender as operações domésticas. O objetivo principal do maior emprego de depósitos à vista (não remunerados) era de reduzir o custo operacional (despesas operacionais sobre empréstimos). Lucros recordes foram alcançados em 1981, quando a provisão para devedores duvidosos foi reduzida de 3% para 1% e a diferença convertida em lucro.

Os dirigentes dos bancos estaduais tentavam tirar partido da conjuntura, pois eram, antes de tudo, instituições "comerciais". Segundo constatação da revista EXAME da época, "como acontece até com os bancos de desenvolvimento, a política de contenção monetária praticada pelo governo está forçando os bancos estatais a assumirem um novo perfil, praticamente abandonando suas funções sociais. Com efeito, os bancos estatais, comerciais, agora, agem principalmente para manter o espaço ou ampliá-lo, na competição com seus congêneres do setor privado. Cobram juros que não fogem à regra do mercado e, ao mesmo tempo, reduzem suas operações subsidiadas, por determinação da política monetária" (EXAME, 16/6/82, p.57).

Apesar da lucratividade média dos bancos estatais ser inferior à dos

bancos privados desde 1979, acentuavam-se as reclamações dos banqueiros privados quanto às instituições oficiais estaduais, quando estas "lançaram-se, especialmente no segundo semestre de 1982, a uma vigorosa campanha pela captação de depósitos a prazo fixo, pagando taxas muito superiores às oferecidas pelos bancos privados. Em outubro de 1982, por exemplo, alguns bancos estaduais aceitavam pagar juros anuais de 30%, além da correção monetária, por grandes volumes de depósitos a prazo, enquanto seus competidores privados não garantiam mais do que 18%" (EXAME, 1/6/83, p.55).

Ainda não se afirmava que o péssimo desempenho dos bancos estaduais tivesse ligações diretas com a campanha eleitoral de 1982. Aplicações volumosas foram feitas num curto prazo, quando a fiscalização era deficiente, e o índice de inadimplência no pagamento de empréstimos subiu extraordinariamente, em função dos atrasos dos devedores. Os indicadores de EXAME comprovavam uma séria deterioração do padrão operacional dos bancos estatais (que seria maior se o Banco do Brasil fosse retirado da amostra). O crescimento médio dos empréstimos foi de 11,6% reais (superando o aumento médio de 7,4% verificado em 1981), apesar dos depósitos terem caído 13,1% reais (em 1981 haviam subido 2,9%). A explicação dada para essa incompatibilidade era o uso maior de recursos próprios ou de repasses de organismos federais.

Constatou-se também aumento do custo operacional (despesas operacionais sobre empréstimos médios), talvez porque a maioria dos bancos estatais tenha recorrido mais intensamente à captação, com altos custos, de depósitos a prazo fixo. Diminuiu, em consequência, a rentabilidade operacional.

Não se minimizava, porém, o papel que os bancos estaduais desempenharam no financiamento de déficits de empresas estatais e do próprio governo. Em São Paulo, por exemplo, a diretoria do BANESPA revelava-se preocupada com a participação excessiva dos créditos a empresas e autarquias estaduais em sua carteira de empréstimos; muitas vezes, os créditos fornecidos serviam para cobrir déficits de caixa, sem a perspectiva de ganhos em receita que garantissem o pagamento de tais compromissos.

Na verdade, em todos os estados, os governadores eleitos em 1982, sucessores de governo do PDS, receberam um espólio com seus bancos estaduais com uma carteira de empréstimos plena de créditos em liquidação e necessitando financiar os inesgotáveis déficits governamentais. "Onerados pela necessidade de levantar recursos para sustentar a rolagem de crédito em atraso, tanto de empresas públicas como de privadas, a maioria dos bancos comerciais estaduais lançou-se, durante 1983, à árdua tarefa de captar altos volumes de depósitos a prazo fixo, tendo que pagar aos investidores remuneração muito superior à do mercado - com óbvios e enormes impactos sobre a rentabilidade" (EXAME, 27/6/84, p.85). Atribuía-se também o prejuízo operacional de algumas instituições aos altos salários médios pagos e ao grande número de cargos de diretoria, enquanto grande parte das aplicações era destinada ao setor rural, com taxas subsidiadas, usando recursos comprados por altas taxas no mercado.

Foram desastrosos os resultados dos balanços de 1983 dos bancos estaduais; em média, tanto a rentabilidade patrimonial, quanto a

operacional, foram negativas. Com a constante queda dos depósitos à vista - a desmonetização em consequência da aceleração inflacionária numa economia indexada -, sobrou como alternativas de recursos de custo barato, ou "não comprado", que ficavam retidos por um bom período, somente repasses do governo e recolhimento de impostos ou contribuições. Os dirigentes de banco governamental, portanto, foram obrigados a ir ao mercado financeiro captando depósitos a prazo, não para melhorar o desempenho do banco, mas para atender à situação de liquidez apertada. O resultado foi um aumento na participação relativa em seus fundings dos depósitos remunerados, com um custo maior, em detrimento da rentabilidade, sem, no entanto, impedir a queda real dos depósitos totais.

A queda real dos empréstimos também afetou a lucratividade na maioria desses bancos, pois a fraca demanda por crédito e a falta de bons tomadores reduziu a possibilidade de ganhos substanciais em relação ao custo dos depósitos remunerados. Nos casos dos bancos que atingiram aumento real dos empréstimos, isto resultou da rolagem de dívidas atrasadas ou de créditos de baixa qualidade, ou então por inércia, na medida que suas aplicações cresciam rotineiramente por operações especiais, principalmente de saneamento básico, parte das quais através de repasses do BNH.

No BANESPA, embora a rentabilidade estivesse abaixo da média, os novos dirigentes receberam em 1983 uma estrutura em melhores condições do que outros bancos. No entanto, pela obrigação de ajudar o governo do Estado a enfrentar seus problemas financeiros, o BANESPA passou a

enfrentar necessidades de fundos. Porém, não se lançou imediatamente à captação de depósitos a prazo no chamado mercado de atacado, onde são realizados negócios unitários de grande valor, mas com elevadas taxas de remuneração. Sua alternativa foi a de "fortalecer o sistema de captação massificado, através da rede de 600 agências, criando uma diretoria de captação e uma mesa para centralizar essas operações, fugindo do atacado e conseguindo obter recursos por menor custo. A estratégia para permitir a rolagem de créditos atrasados das estatais foi a de transferir para a financeira do grupo os créditos às pessoas físicas, liberando maior parcela de recursos para o giro da dívida atrasada e para atender a novos pedidos de pequenas e médias empresas privadas, dentro de um critério de seleção muito mais apurado. Mesmo assim, houve uma retração de 19,8% dos depósitos em termos reais, na comparação com 1982" (EXAME, 27/6/84, p.86).

A dívida que os bancos governamentais carregavam junto ao Banco Central levou as autoridades monetárias a exigirem efetivação de práticas saneadoras. O plano de ajuste cobrava redução de despesas operacionais, mais cuidado com créditos inadimplentes e fechamento de agências deficitárias há mais de 4 semestres. A contenção de despesas, inclusive, impôs drásticos cortes na excessiva linha de agências dos bancos estatais no exterior, montada no período em que era fácil arrecadar créditos para o Brasil nos centros financeiros internacionais, encerrado em setembro de 1982. Assim, o BANESPA decidiu desativar sua agência em Los Angeles, bem como os escritórios de Houston e de Caracas.

Na verdade, não fosse a tolerância do Banco Central, para corrigir a desastrosa tentativa do PDS ganhar as eleições de 1982 a qualquer custo e, assim, assegurar a maioria no Colégio Eleitoral que escolheria o presidente da República, a "raspagem do fundo do caixa" teria levado boa parte do sistema bancário estadual à beira da bancarrota logo no início de 1983, quando o setor passou a enfrentar um quadro de iliquidez generalizada.

O tratamento privilegiado que o Banco Central deu aos bancos que assinassem um acordo de saneamento financeiro, através da moratória e mesmo do perdão às suas dívidas (inclusive o perdão de multas e penas pelos compromissos em atraso com o Banco Central, desde que cumprissem os requisitos da "boa técnica bancária" e adotassem medidas com vistas a uma reestruturação administrativa e ao aumento da produtividade), fez com que o desempenho desses bancos em 1984 mostrasse visíveis sinais de recuperação em relação aos péssimos resultados do ano anterior. Alcançaram, em média, expansão real no total de depósitos e na rentabilidade do patrimônio, inclusive com rentabilidade operacional acima da dos bancos privados.

Segundo o que dizia seu presidente, o BANESPA parecia uma exceção dentro da imobilização e da falta de liquidez que mostrava o resto do sistema bancário estadual. "O BANESPA tem uma política de financiamentos equilibrada, está ganhando participação no mercado, e é rentável" (EXAME, 12/6/85, p.36/7). Um dos motivos dessa situação mais confortável, na sua opinião, estava na captação de depósitos a prazo. Por sorte, o BANESPA tinha um volume muito baixo de depósitos a prazo

e pode acelerar a captação, a juros razoáveis, o que lhe permitiu fazer um *funding* ideal. Basicamente através da captação de depósitos a prazo, o BANESPA, em 1984, pode efetuar financiamento ao setor público equivalente a 5% do orçamento do Estado. No final deste ano, os depósitos do BANESPA tinham a seguinte participação relativa: 58% à vista e 42% a prazo.

Para seu presidente, a situação do BANESPA se devia, em grande parte, ao entrosamento da equipe da área econômica no que se referia ao entendimento sobre como se devia gerir as finanças estaduais e à percepção clara de que o BANESPA era importante estrategicamente, para não ser "depredado". Assim, o Estado nunca pagou o banco abaixo do custo do *funding*.

Com tudo isso, o BANESPA aumentou sua participação no mercado bancário global em 1984: sua fatia no mercado de depósitos à vista subiu de 4,7% para 5,4%, e, nos depósitos a prazo, passou de 2,2% para 2,5%. O lucro líquido aumentou 269%, enquanto a média dos grandes conglomerados privados ficou em 134%. Apesar de atribuir este desempenho à boa gestão do banco, o então presidente admitia que por trás do crescimento do BANESPA estava também a crise dos bancos privados, enfrentando um aumento muito grande do custo operacional sobre os empréstimos e depósitos médios declinantes por agência.

Vamos aprofundar o exame desta questão, confrontando os motivos da boa performance do BANESPA em confronto com os resultados desastrosos dos outros bancos estaduais. Inicialmente, examinemos com maior profundidade os problemas que vieram à tona, para a opinião pública, após 1982.

B.2- PROBLEMAS SURTIDOS NA CRISE DE 1982

Seria incorreto diagnosticar que os bancos estaduais eram simplesmente as repartições públicas encarregadas da caixa do Tesouro estadual. Na realidade, eram "instituições que, em muitos casos, concorrem com a mesma agressividade dos bancos privados, obtendo faixas de mercado e, o que é mais importante, lucros suficientemente bons para bancar algumas de suas operações de fomento" (BALANÇO FINANCEIRO, 31/3/82, p.18).

Seu dinamismo não deveria ser explicado meramente por questão de "competência de gestão". O esforço dos dirigentes era compensado com mais facilidade em função de quanto maior fosse seu porte e a potencialidade das áreas em que concentravam sua atuação. Eram também os maiores bancos que possuíam condições de realizar operações no exterior, aumentando sua rede através da abertura de agências ou escritórios de representação em outros países. Restava aos menores bancos tentar ampliar sua participação no mercado interno, obtendo autorização para operar com carteira de câmbio e no crédito imobiliário.

Em meados de 1979, foi fundada a Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE). A idéia era unir esforços para levantar seus problemas específicos, conduzir suas reivindicações e superar dificuldades operacionais.

Logo, com base nos balanços analíticos de Junho de 1981, a ASBACE

realizou estudo mostrando situação bastante diferente da esperada. Imaginava-se que seria relativamente fácil a gestão de bancos governamentais, na medida em que eles eram amplamente beneficiados por depósitos à vista do governo, de autarquias e de empresas estatais e/ou de economias mistas, e tinham possibilidade de aplicá-los às taxas livres do mercado, o que geraria lucros sem maior esforço de captação. No entanto, chegou-se à conclusão de que os governos não estavam entre os melhores clientes, pois, além de participarem com parcela relativamente pequena dos depósitos à vista (30%, contra 55% de pessoas físicas e jurídicas não ligadas ao governo e 15% de instituições financeiras, depósitos vinculados, judiciais e outros), tomavam 57% dos empréstimos, destinados às suas empresas (34%) e aos serviços públicos (23%). Ao setor privado os bancos concederam 42,5%.

Esta situação levou à mudança da política operacional dos bancos estaduais, passando a exercerem o papel de caixa do Tesouro sob uma nova perspectiva, pois reduziram sua dependência em relação ao Estado, já que este tinha menor participação como depositante. Os recursos ociosos de curto prazo dos governos estaduais tinham passado a buscar a melhor remuneração no open market, em vez de permanecerem perdendo poder de compra, paralisados em depósitos à vista nos bancos dos Estados. Para esta mudança não ser tão prejudicial, aplicações no over teriam de ser realizadas no banco oficial (e não na Distribuidora do Estado), além de propiciarem um "spread de risco" acima do "spread creditício" que os bancos poderiam obter com aplicações desses recursos captados a "custo zero".

Em 1982, segundo o então presidente do BANESPA, "o Tesouro aplica no open e as empresas estatais são clientes como quaisquer outros, que precisam ser arduamente disputados com as instituições privadas. O banco não mais se beneficia, como em outros tempos, de um valioso subsídio indireto: a canalização de recursos ociosos sob a forma de depósitos à vista. Nada mais natural, porque o Estado de São Paulo, ainda que detenha a maioria das ações ordinárias, garantindo seu controle sobre a instituição, não possui a maioria do capital - fato, aliás, observado em outros bancos estatais. No caso do BANESPA, 57,1% do seu capital está em poder de público, ficando outros 42,9% sob controle da Fazenda estadual. Eventuais depósitos sem remuneração beneficiariam mais os acionistas da área privada" (BF, 31/3/82, p.19).

Naquela época, destacava-se que a razão dos bancos estaduais estarem em situação privilegiada em relação aos da rede privada era o deferimento que recebiam por parte de órgãos federais repassadores de recursos, já que eram vistos como agentes do desenvolvimento regional. Segundo a estatística da ASBACE, as aplicações englobavam repasses em moeda nacional e estrangeira e eles tinham uma importância fundamental na estrutura de recursos desses bancos: 69% do total, em comparação com 26% dos depósitos e 5% do patrimônio. Os bancos estaduais, em 1981, respondiam por 41,5% dos repasses oriundos do BNH e 28% dos repasses da FINAME.

Argumentavam os dirigentes dos bancos estaduais que o volume de recursos não importava, se não gerasse receita adequada. No caso, havia repasses que traziam prejuízos, pois, para efeitos contábeis,

a correção monetária a que estavam sujeitos os repasses em moeda nacional era considerada receita, sobre a qual incidia a alíquota para recolhimento ao PASEP obrigatório para bancos com participação majoritária do Estado. A taxa de contribuição do PIS para instituições privadas incidia sobre o lucro líquido, em cuja apuração considerava-se a correção monetária também como despesa. Em diversos subprogramas do BNH para financiamento de esgotos ou saneamento, em que o ~~del credere~~ ou a rentabilidade do repasse era reduzida (por exemplo, o banco recebia 5% de juros do mutuário e pagava 4% ao BNH, ou 2,5% e 2%, respectivamente), o lucro na operação era insuficiente para cobrir sequer a contribuição ao PASEP. A ASBACE reivindicava às autoridades a alteração dessas normas.

Este exemplo espelha bem a contradição a que estavam submetidos os bancos governamentais. Os prejuízos financeiros, em linhas de crédito com funções nitidamente sociais, poderiam ser encarados como produtores de dividendos políticos, porque os benefícios sociais obtidos reverteriam em apoio político aos governadores que resolviam problemas como os de saneamento, oferta de emprego, aumento de consumo e arrecadação de impostos. Entretanto, por serem também sociedades de capital aberto, com acionistas do setor privado, os bancos que pretendessem captar recursos através de novas subscrições precisavam oferecer garantia de lucro razoável, e não só prejuízos no cumprimento de sua função social. Portanto, os bancos comerciais oficiais possuíam funções sobrepostas às dos bancos comerciais privados, que tinham como objetivo o lucro, e às dos bancos de desenvolvimento estaduais, que tinham funções específicas de fomento da região onde estavam sediados.

Quanto à sobreposição de funções com os bancos de desenvolvimento, teoricamente não existiria, pois o banco comercial cuidaria de operações de curto prazo e os bancos de desenvolvimento atenderiam às de médio e longo prazo, para as quais seriam necessárias equipes de analistas especializados em projetos industriais. Porém, na prática, as atividades dos dois tipos de instituição muitas vezes se confundem. Por exemplo, o BADESP, quando foi criado, absorveu linhas de crédito já operadas pelo BANESPA. Em Estados que não dispunham de bancos de desenvolvimento, este papel era exercido pelo banco comercial estadual através de uma carteira de desenvolvimento, que era, por isso, chamado de "banco misto". A experiência também mostrou que os bancos de desenvolvimento, por não disporem de agências, impunham uma barreira enorme à tomada de empréstimos pelos pequenos e médios empresários do interior, que mais careciam de desenvolvimento. Na realidade, os bancos comerciais estaduais buscavam preencher essa lacuna, na medida de suas possibilidades.

Segundo o presidente do BANESPA, "um banco estadual, antes de mais nada, deve ter seus interesses voltados para o fortalecimento da economia do seu Estado. Por isso arca, na maioria das vezes, com o ônus do pionerismo" (BF, 31/3/82, p.20). No entanto, entendia que eles não podiam apenas assumir o papel de agente financeiro e caixa do Tesouro, se quizessem aproveitar bem sua estrutura. Mesmo porque, no BANESPA, como em outros bancos estaduais, os custos eram altos, especialmente porque tinha um quadro de carreira, admitido por concurso, em que mais da metade dos funcionários era estável e só

podia ser demitida por justa causa, impedindo o recurso da rotatividade da mão-de-obra que instituições financeiras privadas usavam como forma de impedir o aumento dos salários dos bancários. Estimava-se que, na época, um escriturário do BANESPA ganhava cerca de duas vezes e meia o que pagava um concorrente da área privada.

Assim, argumentava-se que uma instituição oficial, com agências espalhadas por todo o Estado, não deveria restringir-se à arrecadação de impostos e ao pagamento do funcionalismo, abstando-se de captar e aplicar recursos em oportunidades de negócios lucrativos, especialmente junto a segmentos econômicos para os quais a iniciativa privada dedica menor atenção. Seria, inclusive, a forma de viabilizar a manutenção de atendimento aos setores mais carentes.

Outro argumento que se utilizava para mostrar como uma real necessidade a presença dos bancos estaduais no desenvolvimento da economia brasileira era que, na medida em que poucas instituições financeiras controlassem e direcionassem os recursos escassos do país, não se abririam oportunidades de investimento que dependessem de crédito. O sistema financeiro público evitaria que os recursos escassos fossem oligopolizados pelos grandes conglomerados privados.

Os dirigentes dos bancos estaduais se queixavam que seus bancos estavam apertados, de um lado, pelo poder do Banco do Brasil; de outro, pela bandeira da privatização por parte dos bancos privados. Ao mesmo tempo, tinham as obrigações dos bancos públicos, sem desfrutar de seus privilégios, entre os quais (no caso do BB e da CEF) a isenção

de recolher o depósito compulsório sobre depósitos à vista. Também não desfrutavam de todos os direitos dos bancos privados, por exemplo, o de formar conglomerados completos, pois os bancos estaduais estavam impedidos de ter bancos de investimento e não obtinham autorização para constituir corretoras. O BANESPA possuía corretora, porém não constituía sociedade de crédito imobiliário para captar via cadernetas de poupança.

Além disso, os bancos estaduais estavam tolhidos na expansão de suas redes de agências e proibidos, desde 1978 (Resolução 470 do CMN), de captar recursos para seus fundos 157. Os bancos estaduais, para efeito de concessão de cartas patentes por parte do Banco Central, foram classificados como bancos regionais, como os bancos privados de pequeno porte. Isto obrigava-os a manter 90% de suas agências em três Estados limítrofes, incluindo a sede e excluindo as de categoria especial (São Paulo e Rio de Janeiro). No entanto, as agências dos bancos estaduais só poderiam estar situadas nas capitais dos Estados e, quando já existente uma agência, outra não poderia ser aberta.

Dentro desse quadro, um grande banco privado podia concentrar seus empréstimos, na época da comercialização da safra, nas regiões certas. Já os bancos oficiais não dispunham dessa mobilidade, pois sua rede de agências estava concentrada em seu Estado de origem, e em certas ocasiões perdiam oportunidades de negócios.

Como consequência da limitação de expandir a rede de agências no país, já que os de maior porte praticamente ocuparam o espaço caracterizado como regional, com agências nas capitais de Estados vizinhos, a opção

foi expandir-se no exterior, como forma, inclusive, de apoio aos negócios do mercado interno.

Em 1982, o maior dos bancos estaduais no exterior era o BANESPA (contava então com 15 agências). Em 1981, o lucro bruto de suas operações no exterior foi quase a metade de seu resultado no Brasil. Sua grande rede de agências permitia ter, naquele ano, 1,3 bilhões de dólares aplicados a longo prazo. Entretanto, o total da captação atingia aproximadamente 3 bilhões de dólares, com a diferença ficando girando no mercado, a título de reciprocidade. Acreditava-se que, para ser unicamente captador, o BANESPA não precisaria ter mais que 6 agências no exterior. Aproveitando a vantagem de ser o banco governamental do Estado que mais exportava, a meta era usar essa estrutura para o financiamento do comércio exterior. Para isso, ele tinha também 23 agências operando em câmbio no país.

Para tirar proveito da aparente desvantagem de cada banco estadual concentrar grande número de agências em um único Estado, a ASBACE criou o Cartão Verde-Amarelo, um sistema de desconto de cheques que explorava o potencial da rede de agências de seus associados: em 1981, atingia 2560 dependências, equivalente a 25% do total do sistema bancário brasileiro, e cobrindo 71% dos municípios brasileiros que possuíam agências bancárias. Com esse sistema, passou-se a ter, em cada Estado, um número maior de agências do que qualquer banco particular ou o Banco do Brasil, permitindo vantagem competitiva. O BANESPA, no entanto, investindo em seu cheque especial e no sistema de automação "Banco de 24 Horas", foi o único dos 24 associados a não aderir ao convênio.

Na realidade, a origem de um dos problemas mais graves estava na falta de condições financeiras dos governos estaduais, por causa do sistema tributário vigente. Vários Estados, amargando a recessão a partir de 1981 e a redução no recolhimento de impostos, apelavam para recursos de seus próprios bancos até para pagar funcionalismo. Houve, em consequência, captação de recursos por meio de lançamentos de CDB e RDB a taxas acima das vigentes no mercado. Como reflexo dessa atitude, diversos bancos comerciais estaduais ficaram sem condições de resgatar tais títulos no vencimento, dificuldade que, inicialmente, o Banco Central procurou contornar através da Resolução 796, que permitia aos bancos em melhor situação a aplicação de 5% de recursos do compulsório para aquisição desses papéis.

As dificuldades vividas por esses bancos levaram a que eles recorressem à linha de redesconto de emergência no Banco Central como se fosse a linha normal de financiamento. Havia a necessidade urgente de capitalização desses bancos. O grande temor era de que um considerável volume de crédito dos bancos às estatais, então em atraso, fosse contabilizado como créditos em liquidação nos seus balanços.

No BANESPA, as estatais compunham 87% do volume de aplicações e era exatamente o setor público que respondia pelo maior volume de inadimplência, da ordem de 7% da carteira. Como vimos, estas empresas tomaram dólares emprestados "para ajudar a fechar o balanço de pagamentos". Surpreendidas pela paralisação do fluxo de recursos externos em 1982, pelas máxidesvalorizações cambiais de dezembro de

1979 e fevereiro de 1983, e por sucessivas minidesvalorizações, e, ainda, pela restrição à rolagem de suas dívidas, não houve outra alternativa a não ser a inadimplência no pagamento dos repasses avalizados pelo BANESPA. Este, para continuar provendo o caixa do setor público e cumprir seus compromissos contratuais de avalista, inaugurou uma mesa central de captação ligada a todas suas agências, oferecendo recibos de depósito bancário da instituição (com uma remuneração abaixo das taxas médias de mercado) aos seus mais de 3 milhões de correntistas, responsáveis por 65% dos depósitos a prazo.

Alguns analistas atribuíam a saga dos bancos estaduais como lhes sendo, indiretamente, imposta pelo Governo Federal, que, ao centralizar a política angariadora de recursos, acabou por esvaziar os cofres dos Estados, levando as instituições financeiras estaduais à incômoda posição de Tesouro das unidades da Federação. Condenados ao papel de caixas auxiliares de seus governos, os bancos estaduais acusaram, em alguns casos, comprometedor desequilíbrio de suas finanças, a ponto de afugentar de sua captação eventuais aplicadores, que apenas se dispunham a entregar seus recursos mediante o oferecimento de vantagens adicionais, isto é, taxas acima das praticadas pelo mercado. Os problemas tornavam-se, assim, cumulativos.

Tentou-se então a maior firmeza no processo saneador destes agentes financeiros. Calculava-se que dos 24 bancos estaduais, pelo menos 10 apelariam para a renegociação de seus débitos. No entanto, o BANESPA e o BANERJ, embora também não estivessem com boa saúde financeira, evitavam esse "socorro" por serem de estados cujas economias possuíam

dinamismo maior. Outros bancos relutavam em aceitar essa operação de saneamento financeiro porque temia-se as repercussões que os bancos teriam no mercado financeiro. Mas, com esta atitude, um banco em estado "concordatário" ficava sob a ameaça do Banco Central de retirá-lo da compensação. Por outro lado, se não cumprisse rigorosamente as exigências impostas, teria bloqueado seu acesso aos repasses do BACEN.

Para regularização da dívida junto às Autoridades Monetárias - relativa, de um lado, a custos, penas e multas cobradas pelo BACEN em razão de deficiências nas rubricas "reservas bancárias" e "depósitos de instituições financeiras", e, de outro, a custos referentes a empréstimos de liquidez, recolhimento compulsório e débitos junto ao BB - o CMN aprovou, em abril de 1984, um programa de saneamento dos bancos estaduais que acentuava, a curto e médio prazo, seus problemas de altas despesas operacionais e forte comprometimento de capital em função de inadimplências.

Porém, a resistência maior dos dirigentes dos bancos estaduais que se submeteram às medidas de saneamento foi à da exigência de fechar, indiscriminadamente, aquelas agências que apresentavam déficits há 4 semestres. Argumentavam com a importância social de algumas agências deficitárias, p.ex., "no PARAIBAN, as agências que se encontram deficitárias estão nas áreas totalmente atingidas pelas secas, mas que, em períodos de normalidade climática, elas levam o crédito rural àquelas regiões" (BF, mai/jun de 1984, p.17), além de que a própria gestão era responsável por apenas 9 meses do desempenho das agências nos últimos 4 semestres, "quando só administrou problemas".

A alegação de ter recebido o legado de administrações anteriores, ou seja, "os efeitos de operações tecnicamente injustificáveis, conduzidas no ano eleitoral de 1982", era sempre utilizado para se tentar fugir das responsabilidades. No entanto, o problema era imediato e tinha de ser enfrentado. O pior era o caso em que muito daquelas operações estavam diretamente relacionadas à tomada de recursos para repasse, no exterior. Não era por outra razão que os bancos estaduais estavam com a caixa muito baixa, pois eram obrigados a honrar os compromissos sem ter recebido a contrapartida dos clientes.

Portanto, quando, pressionado pelo compromisso assumido com o FMI de cobrir o déficit público de 1983, o CMN determinou a fixação de limite mensal para o refinanciamento das dívidas (de repasses externos - Resolução 63 - e internos - FINAME, BNH, etc.) das empresas estatais junto às instituições financeiras em geral, através da Resolução 831 do BACEN, os bancos estaduais em particular, que tinham nessas modalidades de crédito suas maiores operações e nessas empresas seus maiores clientes, foram obrigados a um esforço de captação de depósitos a prazo, a recorrerem a redescontos de liquidez e a não recolherem depósitos compulsórios junto ao BACEN. As empresas estatais ficaram inadimplentes de Junho de 1983 até, pelo menos, abril de 1984, quando pela Resolução 923 os bancos puderam tomar empréstimos junto à Fase 2 da renegociação da dívida externa brasileira ou então sacarem seus depósitos em moeda estrangeira (Resolução 230) para reempréstimos às estatais. Só assim alguns bancos estaduais tiveram

condições de começar a resolver seus problemas de recolhimento de reservas.

Estava na rubrica de "créditos em liquidação" a parte mais difícil da herança. Foram transferidos para esta conta valores extraordinários de negócios realizados por administrações anteriores, aí incluídos casos de reconstrução ou rolagem de créditos já existentes. Havia posição em que o valor das inadimplências não podia ser coberto pelo patrimônio líquido real.

Em resumo, as administrações dos bancos estaduais que assumiram em 1983 encontraram suas instituições na seguinte situação: (a) precário equilíbrio de caixa; (b) aplicações excessivas em carteiras cujas operações, então, se faziam a juros e correções subsidiados; (c) elevado coeficiente de inadimplência; e (d) sobrecarga de créditos em liquidação. Em suma, uma crise de liquidez agravada pela total inexistência de uma programação de curto prazo e de um planejamento de médio e longo prazos.

Dentro de uma linha realisticamente pragmática, tratava-se de atacar os problemas diagnosticados, solucionando de imediato aqueles mais prementes e equacionando a ação conjunta que conduziria à superação, no futuro, daqueles outros problemas de natureza mais estrutural. Ocorria, entretanto, que embora legalmente, e sob a ótica do plano de saneamento do CMN/BACEN, o banco comercial estadual fosse administrável tal como se administrava uma instituição financeira privada, na prática, não obstante a necessidade de rígido controle

sobre sua solvência, ele não podia implementar alternativas para reduzir custos como um banco comercial privado: demitir funcionários, fechar agências deficitárias, trocar cartas patentes, diminuir ou suprimir determinadas linhas de crédito ou repasse, etc..

Uma instituição estadual de crédito estava indelevelmente ligada ao Tesouro de seu Estado e a compromissos políticos de seu governador. Constituía um banco social, no qual se refletia a falta de recursos da Unidade Federativa. A recorrência dos Tesouros aos seus bancos, em situação de estreita liquidez, levou-os a praticar taxas acima das já elevadas taxas de captação do mercado. Nessa incessante busca por liquidez alguns chegaram mesmo a, autofagicamente, destruir parte de seu patrimônio.

8.3- DEFICIT DOS ESTADOS E DÍVIDA DOS BANCOS ESTADUAIS

O grande endividamento dos bancos comerciais estaduais estava diretamente ligado ao déficit dos Estados, municípios e suas empresas, e só teria solução quando as finanças estaduais e municipais fossem reequilibradas. Aos bancos caberia o prosseguimento da realização de ajustes internos para conter suas despesas.

A estratégia geral, logo que saiu o Plano Cruzado, basicamente foi no sentido de redução de despesas - extinguindo algumas diretorias, cortando horas extras, reduzindo o número de chefias, economizando no setor de segurança, diminuindo a emissão de extratos, etc. - e aumento de receitas - tarifação, aumento expressivo de empréstimos comerciais com base na elevação dos depósitos à vista, aumento da arrecadação geral, recuperação de créditos em liquidação, etc..

Na realidade, houve, mesmo por parte dos bancos estaduais que não possuíam "quadros de carreira" estáveis por concurso público, a recusa de demitir em massa, sob o argumento de que a legislação eleitoral que vigorou até março de 1986 por conta da eleição de 1985 para prefeito, e logo em seguida para o pleito de governador, impedia que funcionários fossem demitidos meses antes e após as eleições. A opção em não fechar qualquer agência, nem mesmo as deficitárias, foi justificada pela "preocupação social", e não político-eleitoral...

Mas o Cruzado I, além de alterar o desempenho dos bancos, ajudou em muito as finanças públicas estaduais, elevando as receitas de ICM em

termos reais, pelo aquecimento do consumo. Os déficits de caixa dos Tesouros estaduais ficaram abaixo da previsão inicial. Ao que consta, porém, 1986 - ano de eleição - foi marcado por grandes despesas nos governos estaduais e nas prefeituras. Os ex-governadores não aproveitaram esse aumento de receita "para arrumar a casa". Alguns governadores, ao contrário, aproveitaram para elevar suas despesas, especialmente com a folha de pagamento do funcionalismo público.

Entretanto, não eram todos que estavam numa situação financeira difícil. No quadro de endividamento dos governos estaduais, os maiores problemas (face a seus fluxos de caixa) se localizavam em 5 Estados: Rio Grande do Sul, Paraíba, Ceará, Alagoas e Santa Catarina. Por exemplo, o Ceará tinha a pagar, em dívida interna, em 1987, CZ\$ 2,7 bilhões e mais US\$ 60 milhões referentes ao serviço do estoque da dívida externa, que totalizava CZ\$ 317 milhões. Alagoas estava com 54% da receita estimada para aquele ano comprometida com o pagamento do serviço da dívida interna e externa.

Estados mais desenvolvidos também tinham encargos pesados. São Paulo, por exemplo, estava com 20,3% de suas receitas totais comprometidas com o serviço da dívida. Minas Gerais, 26,5%. Paraná, 20,9%. Esses Estados, porém, concentravam 55% da arrecadação do ICM, tendo, portanto, uma estrutura financeira que suportava, em certa medida, o nível de endividamento.

Em 1987, no entanto, a perspectiva era de se agravar o quadro econômico-financeiro dos Estados e dos municípios das capitais. Os

vencimentos da dívida interna (títulos públicos) e o "serviço" da dívida externa das administrações diretas correspondiam, naquele ano, a quase 1/3 do total de débitos que os governos estaduais e prefeituras mantinham com credores do País e do exterior (GM, 21/1/87, p.1/3).

Em termos de estoque, os governos estaduais encerraram 1986 com dívidas totais de US\$ 14,5 bilhões, sendo US\$ 10,1 bilhões correspondentes à dívida interna e US\$ 4,4 bilhões relativos à dívida externa. O mapa da dívida interna (ver Quadro 8.1) indica que os Estados tinham no mercado, em dezembro de 1986, CZ\$ 53,2 bilhões em títulos e CZ\$ 97,6 bilhões pendentes em contratos de serviços.

O problema dos governadores (e prefeitos) tinha o tamanho ampliado, pois havia ainda os financiamentos diretos obtidos com bancos privados nacionais, além da exaustão da capacidade de uso dos bancos estaduais como instrumento de captação de novos recursos, "porque no último quadrimestre eles foram ao mercado com muita voracidade, pagando as mais altas taxas vigentes e, agora, enfrentam dificuldades" (GM, 21/1/87, p.1/3).

Em 1986, com a experiência do ocorrido em ano eleitoral, o BACEN procurou evitar essa sangria verificada na campanha de 4 anos antes, determinando, em maio, o congelamento dos níveis de empréstimo dos bancos estaduais, tentando frear, ao mesmo tempo, o processo de endividamento dos Estados, municípios e órgãos públicos, seus clientes básicos. Em setembro, outra medida unificou os dois programas de

QUADRO B.1

1986

DÍVIDA DOS ESTADOS (Administração direta)							
Região/ Estado	Saldo Devedor			Dívida Externa US\$ Milhões	Compromissos da dívida externa no ano de 1987 US\$ milhões		
	Dívida interna — CZ\$ milhões				Amorti- zação	Juros	Total
	Títulos	Contratos	Total				
Norte	—	2.344,1	2.344,1	172,7	7,5	15,8	23,3
AC	—	112,8	112,8	—	—	—	—
AM	—	612,1	612,1	124,6	7,4	12,9	20,3
PA	—	928,5	928,5	48,1	0,1	2,9	3,0
RO	—	690,7	690,7	—	—	—	—
Nordeste	3.340,9	44.587,5	47.928,4	1.249,0	180,3	124,7	305,0
AL	—	3.997,3	3.997,3	47,2	8,4	5,1	13,5
BA	2.061,7	27.345,6	29.407,3	285,4	40,4	23,5	63,9
CE	302,2	2.414,7	2.716,9	151,8	39,7	20,6	60,3
MA	—	2.371,3	2.371,3	231,6	27,5	22,6	50,1
PB	533,3	3.171,0	3.704,3	162,9	11,4	16,4	27,8
PE	—	6.673,4	6.673,4	191,7	37,7	17,9	55,6
PI	127,7	761,5	889,2	110,3	4,2	11,6	15,8
RN	316,0	920,7	1.236,7	53,1	8,8	5,7	14,5
SE	—	1.932,0	1.932,0	15,0	2,2	1,3	3,5
Sudeste	37.192,5	27.224,0	64.416,5	1.385,4	208,7	128,9	337,5
ES	233,1	971,2	1.204,3	121,3	13,8	10,2	24,0
MG	10.104,0	5.813,0	15.917,0	602,6	69,4	57,6	127,0
RJ	8.889,2	9.652,2	18.541,4	115,5	23,1	9,1	32,2
SP	17.966,2	10.787,6	28.753,8	546,0	102,4	52,0	154,4
Sul	12.389,6	13.704,4	26.094,0	832,3	119,4	84,3	183,7
PR	—	2.732,8	2.732,8	439,9	52,4	28,9	81,2
RS	10.363,3	6.432,8	16.796,1	175,9	29,0	16,8	45,8
SC	2.026,3	4.538,8	6.565,1	216,5	38,1	18,6	56,7
Centro-Oeste	310,2	9.746,3	10.056,5	831,3	69,5	83,8	153,3
GO	76,1	3.947,6	4.023,7	296,5	21,6	31,4	53,0
MT	—	3.608,8	3.608,8	269,7	20,0	26,1	46,1
MS	234,1	2.189,9	2.424,0	265,1	27,9	26,3	54,2
Total	53.233,2	97.606,3	150.839,5	4.470,7	585,4	417,5	1.002,9

Elaboração: SEPLAN/PR-SAREM
Fonte: RACEN

Elaboração: SEPLAN/PR-SAREM

Fonte: BACEN

DÍVIDA DOS MUNICÍPIOS — CAPITAIS (Administração Direta)							
Região Capitais	Saldo Devedor			Dívida Externa US\$ Milhões	Compromissos da dívida externa no ano de 1987 US\$ milhões		
	Dívida Interna — CZ\$ milhões				Amorti- zações	Juros	Total
	Títulos	Contratos	Total				
Norte	—	80,9	80,9	33,2	3,3	3,2	6,5
AC	—	1,1	1,1	—	—	—	—
AM	—	61,1	61,1	33,2	3,3	3,2	6,5
PA	—	18,7	18,7	—	—	—	—
RO	—	—	—	—	—	—	—
Nordeste	—	4.817,8	4.817,8	12,8	1,1	1,4	2,5
AL	—	139,5	139,5	7,8	1,1	0,9	2,0
BA	—	672,1	672,1	—	—	—	—
CE	—	322,2	322,2	—	—	—	—
MA	—	2.612,7	2.612,7	—	—	—	—
PB	—	179,1	179,1	—	—	—	—
PE	—	498,7	498,7	3,0	—	0,5	0,5
PI	—	80,8	80,8	—	—	—	—
RN	—	126,1	126,1	—	—	—	—
SE	—	186,6	186,6	—	—	—	—
Sudeste	3.452,1	10.222,4	13.674,5	321,8	78,8	29,3	108,1
ES	—	198,3	198,3	—	—	—	—
MG	—	897,3	897,3	51,9	—	4,4	4,4
RJ	1.023,3	2.880,3	3.903,6	111,5	23,1	9,1	32,2
SP	2.428,8	6.242,9	8.671,7	164,4	55,7	19,8	71,5
Sul	—	1.170,0	1.170,0	—	—	—	—
PR	—	536,1	536,1	—	—	—	—
RS	—	460,3	460,3	—	—	—	—
SC	—	173,6	173,6	—	—	—	—
Centro- Oeste	—	556,3	556,3	5,0	—	0,5	0,5
GO	—	95,4	95,4	5,0	—	0,5	0,5
MT	—	237,1	237,1	—	—	—	—
MS	—	223,8	223,8	—	—	—	—
Total	3.452,1	16.847,4	20.299,5	382,8	83,2	34,4	117,6

Elaboração: SEPLAN/SAREM
Fonte: BACTN

Elaboração: SEPLAN/SAREM

Fonte: BACEN

saneamento financeiro dos bancos estaduais existentes desde 1983 e reduziu as penalidades neles previstas, de maneira a permitir a aplicação efetiva dos programas.

Mas, apesar dessas medidas, o fenômeno de utilização dos bancos estaduais para financiamento de gastos de governos em campanha eleitoral atingiu níveis desconhecidos. Os Estados sacavam dinheiro dos bancos dando garantias que tinham certeza de que jamais seriam penhoradas: desde receita a ser recebida num futuro distante até prédios e outras propriedades públicas. Sem recursos, os bancos passavam a sacar diretamente contra as reservas que mantinham no BACEN, sem restituir-las. Não havia controle efetivo sobre esses saques, que obrigavam ou a emissão monetária ou a colocação de títulos de dívida pública para cobri-los. O BACEN não tinha força política para deixar quebrar os bancos estaduais, não honrando seus cheques, ou intervir.

Na realidade, entre os vários mecanismos que acabavam colaborando para expansão do déficit público através dos bancos estaduais, havia um que permitia a realização de gastos com a comprovação quase impossível. O esquema era o seguinte: quando um governador resolvia fazer uma obra sem contar com recursos para tanto, ele autorizava um empreiteiro ou fornecedor a fazer um empréstimo numa instituição privada, utilizando seu nome e um aval dado pelo banco do Estado. A empreiteira recebia o crédito, executava a obra, mas não pagava ao banco privado, pois o Estado não lhe reembolsava. Então, este banco acionava o avalista - o banco estadual - que pagava a conta e ia cobrar do empreiteiro, que,

por sua vez, encaminhava-o para receber o que o governo lhe devia. Quando a situação de deterioração do banco estadual chegava ao limite, ele não cumpria com as reservas compulsórias no BACEN, recebendo multas e outras penalidades, mas com o autoridade monetária cobrindo-o. O controle sobre este "déficit público" estadual era muito difícil, pois não havia nem crédito direto do banco oficial, tampouco desembolso governamental.

Entretanto, no âmbito do governo federal, ao final de 1986, já ganhava força a idéia de que poderia haver maiores facilidades para "rolagem" de dívida e obtenção de novos financiamentos para os governadores e prefeitos desde que se dispusessem a um compromisso com o governo federal, em torno da austeridade e do saneamento das suas finanças. As concessões aos Estados iriam até a eventual instituição de um fundo especial para atender à iliquidez da maioria dos bancos estaduais, ou seja, o BACEN encontraria meios para assumir, direta ou indiretamente, as dívidas das instituições. Se tais gestões não fossem bem sucedidas, em curto prazo, haveria aperto maior sobre os governos estaduais, através de pura e simples extinção de alguns bancos em situação pré-falimentar.

Na verdade, o Banco Central se deparava com um impasse, pois sem condições de realizar liquidações dos bancos estaduais ("isto representaria o reconhecimento de que o governo estadual estaria falido"), estava decidido a continuar monitorando as operações dessas instituições, mas consciente de que a única saída judicial para uma solução econômico-financeira, dependia, basicamente, da vontade

política dos novos governadores, em acordo com o governo federal.

Estimava-se, no dia da posse dos novos governadores, que eles tinham, em conjunto, a pagar, em 1987, a quantia de US\$ 6 bilhões, entre dívida externa e interna, incluindo-se amortizações e juros, ou seja, praticamente o mesmo tamanho de toda arrecadação prevista para o FND no ano, ou mais da metade do total de ICM arrecadado de CZ\$ 222,2 bilhões, durante 1986, ano em que o ICM cresceu 35% em valores reais e os Fundos de Participações dos Estados 45% (GM, 14/16 de março de 1987, p.1).

Desde a emissão do Cruzado II, em novembro de 1986, o governo tinha estabelecido regras rígidas para o refinanciamento de somente metade dos vencimentos de 1987 correspondente ao serviço da dívida externa dos estados e municípios. Assim, a autorização federal para "rolagem" do principal mais juros desses débitos caiu da proporção de 75%, no ano anterior, para 50%. Isto significava que iria aumentar, efetivamente, a parcela que os governadores e prefeitos deveriam pagar de suas dívidas externas. A outra metade dos vencimentos, correspondente aos títulos, indicava o esgotamento da capacidade de alguns governos estaduais e prefeituras de utilizarem-se desse recurso para dar continuidade a suas administrações.

No entanto, em junho de 1987, o governo federal mudou de posição e decidiu rolar 100% da dívida externa total dos estados e municípios, na forma de concessão de aval do Tesouro Nacional, para evitar o colapso total das finanças estaduais e municipais e "a eclosão

generalizada de comoções, principalmente nas regiões economicamente menos desenvolvidas". Assim, o BACEN teve de prover o Banco do Brasil, em cada agência localizada no exterior, para equacionar o endividamento externo dos estados e municípios.

Projeto de lei do Executivo 5 autorizou o Tesouro a assumir o risco da rolagem (refinanciamento) das dívidas de estados e municípios programa de saneamento financeiro de estados e municípios tinha 3 fontes de recursos: o Tesouro Nacional, que autorizava o BACEN a fazer um suprimento para o Banco do Brasil para a compra das dívidas; os Estados, com seus planos de ajustamento orçamentário; e os próprios bancos, que concordavam em recalcular a dívida global com encargos mais baixos.

O plano de saneamento financeiro referia-se apenas à rolagem da dívida interna não mobiliária. Quanto à dívida em títulos, foi autorizada a rolagem do principal e dos juros, no mercado financeiro, com deságio (desconto sobre o valor nominal dos títulos), cabendo aos Estados pagar o custo da rolagem (o deságio mais os juros dos títulos).

A decisão governamental de rolagem integral dos encargos da dívida externa (US\$ 1 bilhão entre juros e amortizações) e também de 100% do principal da dívida interna, mais cerca de 50% dos juros devidos internamente, contrariando decisão anterior (na gestão Fúaro), a um expressivo custo para os cofres públicos (envolvia US\$ 3,5 bilhões) e a um impacto incalculado sobre o mercado financeiro (a rolagem da

dívida em títulos estaduais era estimada em Cz\$ 140 bilhões), representou politicamente o primeiro ato da estratégia para tentar capturar a lealdade dos novos governadores, em defesa da fixação de um mandato de 5 anos pela Constituinte.

Como resultado da política econômica recessionista, adotada a partir de 1987, verificou-se uma queda na receita dos estados. Nesta situação de queda na arrecadação de impostos, não puderam recorrer, como antes faziam, aos seus bancos estaduais, quase todos com uma difícil situação de caixa, estando 8 deles sob intervenção do BACEN. A alternativa restante para captação de recursos estava na emissão de novos títulos públicos. Entretanto, a concorrência dos papéis federais retirava dos títulos estaduais e municipais condições de atratividade no mercado. Entre dezembro de 1982 e março de 1987, a dívida mobiliária interna federal cresceu 68,8% a mais que a dívida dos estados.

Havia um nítido favorecimento ao financiamento da dívida federal, com tributação discriminatória sobre o ganho nominal nas aplicações em títulos estaduais, em face da isenção das LBC - Letras do Banco Central. Justificava-se o tratamento em favor destas para preservar o monopólio do BACEN de emissão de quase-moeda. No entanto, os estados e municípios tinham esse poder já limitado, dependiam de autorização da União para emitir seus títulos e até para rolar suas dívidas.

A dificuldade de se encontrar comprador final para os títulos estaduais levava a maioria dos administradores a optar por uma manutenção desses papéis nas carteiras das próprias distribuidoras

estaduais, com seu financiamento sendo feito diariamente no overnight.

Mesmo o Estado de São Paulo, que, no final de 1986, detinha 35% do total da dívida pública de todos estados brasileiros (contra 18% de Minas Gerais, 15% do Estado do Rio e 14% do Rio Grande do Sul), fazia o carregamento dessa sua dívida (2,6% do valor da dívida mobiliária - em títulos - do total do país) no dia-a-dia, com financiamentos overnight. Os paulistas não tinham tanta dificuldade de colocação de papéis, pois o centro do mercado financeiro, situado no próprio estado, era receptivo. No entanto, os estados do nordeste, por exemplo, deviam ter enorme dificuldade de colocar os papéis de suas dívidas - seja em títulos públicos, seja em títulos de captação de seus bancos - nos mercados financeiros de São Paulo e Rio de Janeiro, onde aplicavam os principais investidores financeiros do país. A credibilidade do papel, de acordo com cada estado, tem sempre um peso decisivo na conquista do comprador final. Se não há segurança, tem que se compensar com rentabilidade...

Episódio ocorrido em Junho de 1988 foi elucidativo de como a dívida do setor público estadual afetava o banco do Estado. O bloqueio das contas das empresas estatais paulistas foi pedido pelo Banco do Brasil (BB) ao Banco Central em função do não-pagamento pelo Estado de 25% de seus débitos externos, que foram bancados pelo BB. O impasse surgiu porque, de acordo com o governo federal, os Estados deviam, em 1988, rolar no máximo 75% de suas dívidas externas, enquanto o governo paulista queria rolar 100% das dívidas contraídas, à semelhança das empresas públicas federais e dos anos anteriores.

Na prática, o bloqueio significava que, cada vez que um usuário dos serviços das estatais paulistas pagasse sua conta na rede bancária, o dinheiro em vez de ir para a conta da empresa ficava indisponível, depositado no Banco do Brasil, até atingir o total do débito de São Paulo com a União.

O Estado de São Paulo, englobando a administração direta e as empresas estatais, tinha uma dívida líquida acumulada junto ao governo federal de US\$ 1,9 bilhão. Enquanto os créditos de São Paulo junto à União somavam quase US\$ 1,1 bilhão, o total de seus débitos era 3 vezes maior: US\$ 3,0 bilhões. Estavam divididos em 3 categorias. A primeira, de US\$ 103,7 milhões, referia-se à Reserva de Reversão e Amortização, cujos recursos não eram recolhidos pelas empresas energéticas à Eletrobrás. A segunda, de US\$ 244,2 milhões, referente às empresas estatais e à administração direta, eram as parcelas da dívida externa avalizada pela União, que não foram honradas pelo Estado de março a junho de 1988 (na contabilidade da União aparecia sob a denominação de aviso MF-87, ex-GB-588). A última e mais vultosa era a dívida por conta dos empréstimos-ponte feitos pelo Tesouro.

A dívida externa de São Paulo - governo e estatais - somava US\$ 8,7 bilhões (7% da dívida total do país), dos quais US\$ 1,1 bilhão foram obtidos com o devido aval do Tesouro Nacional, de modo que, se o governo estadual ou a empresa que recebeu o empréstimo não o pagasse, a União tinha que fazê-lo. Além dessa dívida, São Paulo tinha a pagar compromissos externos contratados sem o aval do Tesouro. Juntas, essas duas parcelas somavam US\$ 4,9 bilhões devidos a credores estrangeiros.

Acrescentavam-se a elas, outros US\$ 1,2 bilhão referentes a empréstimos pela resolução 63, onde um banco no Brasil que tomou dinheiro emprestado no exterior repassou-o ao governo paulista ou a uma de suas estatais; e, ainda, US\$ 2,6 bilhões resultantes da rolagem do montante dessa dívida externa que venceu em 1985, 1986 e 1987, anos em que era possível aos governos estaduais "adiar" integralmente a quitação dos vencimentos, obtendo uma série de empréstimos-ponte, concedidos pelo governo federal.

Para pagar integralmente as dívidas feitas no exterior sem o aval do Tesouro, o governo paulista contava com a perspectiva de obter novos créditos bancários para rolá-la ou, então, com o lançamento de CZ\$ 60 bilhões em Obrigações do Tesouro Paulista. Existiam no mercado cerca de CZ\$ 180 bilhões com prazos de vencimentos nos 5 anos seguintes. O resgate anual era de CZ\$ 70 bilhões em títulos, com juros de 12 a 13% ao ano, além da correção monetária. O Ministério da Fazenda não permitiu essa emissão, sob o argumento que iria aumentar ainda mais o déficit público. A única saída apontada pelo governo federal foi a antecipação de receita estadual até janeiro do ano seguinte, expediente que o governo paulista poderia conseguir junto aos bancos e que não seria lançado contabilmente como déficit público. Só que teria que pagar 26 a 28% de juros anuais aos bancos...

O governo paulista aceitaria rolar 75% de sua dívida desde que a União pagasse seus compromissos para com São Paulo: o Sistema Eletrobrás tinha uma dívida vencida e não paga de US\$ 1,5 bilhão e a Cosipa devia US\$ 250 milhões ao BANESPA e ao BADESP na mesma situação. Outra

proposta era liberar US\$ 373 milhões que o BANESPA captou no exterior e emprestou no Brasil a empresas e instituições que já tinham depositado o pagamento desses empréstimos no BACEN, para reempréstimos (relendings) do próprio Estado. As autoridades monetárias alegavam que se tinha de esperar o fechamento do acordo da dívida externa entre o Brasil e os bancos credores, para se ter acesso aos US\$ 373 milhões captados pelo BANESPA através de suas agências no exterior, para reempréstimo.

O "reempréstimo" de créditos vencidos e a vencer, mecanismo conhecido como relending, foi introduzido nos acordos externos de 1983 a 1986. Através desse mecanismo, os recursos emprestados podiam ser "rolados" junto ao mesmo devedor, ou então alocados como financiamentos para outras empresas do que as devedoras originais, na forma de um novo empréstimo. Em 1983 e 1984, quando governos estaduais e empresas públicas obtinham o reempréstimo, repassavam-no para pagar empreiteiras, honrando comissões extras e não autorizadas aos credores que, às vezes, eram embutidas nos preços pelas empresas.

"Muitas vezes, as empreiteiras serviram de intermediárias para dívidas contraídas pelo setor público", afirma Belluzzo (FSP, 15/7/88, p.A-29). Segundo sua informação, o reempréstimo para o setor privado, utilizando recursos já depositados no BACEN realocados num prazo mínimo de 7 anos com 5 de carência, era repassado a uma estatal que contratava serviços da empresa particular, cujos preços embutiam o empréstimo, ou seja, as empreiteiras tomavam o reempréstimo e o repassavam a governos, especialmente os estaduais, no preço das obras

contratadas. A própria rolagem da dívida das estatais através do reempréstimo permitia que o gasto das empresas aumentasse, uma vez que, como tinham muito interesse no mecanismo, elas disputavam junto ao credor o direito de participar dele. Ganhava a que pagasse mais comissão ao banco estrangeiro "por fora". Era impossível fiscalizar e impedir isso, porque não havia prova. Tudo isso era acertado em correspondências paralelas particulares entre grandes credores e governos estaduais.

Receiava-se que o acordo recém-acertado, em 1988, aumentasse o grau de discricionariedade por parte do credor na escolha de quem iria usufruir do mecanismo, ampliando as vantagens para os bancos estrangeiros. Para evitar este risco, defendia-se que a operação deveria ficar restrita ao setor público e limitada exclusivamente à rolagem da dívida, com destinação definida pelo governo central.

A conclusão do episódio das dívidas atrasadas do governo paulista junto à União foi que esta acabou recebendo. Para tanto, o governo do Estado contraiu novos empréstimos, junto ao BANESPA e à rede bancária, que venceriam em janeiro de 1989, antecipando os recursos de sua arrecadação, e valeu-se do que estava reservado para o décimo-terceiro salário do funcionalismo. Assim, para o funcionalismo estadual receber esse salário em dia, e ainda o governo dar conta dos US\$ 320 milhões em dívidas externas a vencer no ano, dependia de eventual aumento de arrecadação, somado a uma parcela remanescente no BACEN do total de US\$ 373 bilhões pertencentes ao BANESPA e referentes à quitação de empréstimos externos concedidos pelo Banco.

B.4- DIAGNÓSTICOS ALTERNATIVOS

Não era possível ter uma visão clara do desempenho operacional dos 7 bancos estaduais que sofreram a intervenção do BACEN, em 26 de fevereiro de 1987, porque muito deles não estavam com seus balanços de 1986 publicados. Um quadro com a relação disponibilidade/depósitos à vista, que mede a liquidez do sistema, mostrava que a situação desses 7 bancos tinha se deteriorado bastante: "o índice de liquidez deles girava em torno da média de todo o sistema bancário estatal no final de 1985 e situava-se dramaticamente abaixo da média já em meados de 1986" (BF, abr/87, p.34).

O melhor sinal da crise teria sido o acompanhamento da dívida daqueles bancos junto ao BACEN, o que somente ele próprio fazia, mas não divulgava por motivo de sigilo bancário e para evitar "corrida bancária". Na realidade, a saída adotada, sem maior trauma para o mercado financeiro, não paralisou as atividades de nenhum deles. Com a liquidação ou a retirada desses bancos da compensação haveria inevitavelmente "corrida" em outros Estados, o que poderia levar à quebra de outros bancos.

Foi divulgada uma cifra de CZ\$ 43 bilhões como sendo o débito dos 14 bancos que recorreram aos saques a descoberto do BACEN. Essa cifra constava da tabela preparada pelo próprio BACEN (ver Quadro B.2), para uso interno, sendo resultado da soma de deficiências em reservas bancárias com o débito desses bancos junto ao Programa de Recuperação Financeira (PROREF) do BACEN. Argumentava-se que o débito total

QUADRO 8.2

BANCOS ESTADUAIS

A DÍVIDA JUNTO AO BACEN

DATA BASE: 5/2/87

(CZ\$ MIL)

BANCO	DEFIC. EM RESERVAS BANCÁRIAS	DÉBITO NO PROREF	DÉBITO TOTAL
	(1)	(2)	(1+2=3)
BEA:AM	12503	1037309	1049812
BANEB:BA	-	794980	794980
BEC:CE	1094353	2541176	3636529
BEG:GO	-	2538373	2588373
BEM:MA	719026	1797888	2516914
BEMAT:MT	530959	589242	1120201
BANPARA	2041815	809591	2851406
BANDEPE	-	511382	511382
BANDERN	64333	55237	119570
BANERJ	18094511	7101488	25195999
BESC	202356	949033	1151389
CREDIREAL	304405	1206090	1510495
PRODUBAN	-	62084	62084
PARAIBAN	311	211536	211847
TOTAL	23064572	20205409	43269981

FONTE: BACEN APUD BF, ABR/87

realmente não era esse. O que estava correto era o débito no BACEN (saques a descoberto) de CZ\$ 23 bilhões, mas no débito no PROREF de CZ\$ 20 bilhões estavam incluídos juros, multas, penas pecuniárias, correções monetárias diversas e débitos que não seriam acionados se o banco cumprisse com as metas fixadas junto ao BACEN. Era uma espécie de arma para ser acionada caso fosse necessária a intervenção pelo não cumprimento dos parâmetros indicados. Caso isso não ocorresse, não tinha sentido aquela cifra e, portanto, o débito global passaria a ser menor que o divulgado. De qualquer forma, as deficiências em reservas bancárias chegavam a US\$ 1 bilhão, valor de toda arrecadação do Imposto de Renda prevista em 1987 para as pessoas físicas.

Para se fazer diagnóstico preciso sobre os problemas dos bancos estaduais há de se considerar a existência de duas posições antagônicas em debate a respeito (sem considerar as posições ideológicas "privatizante" ou "estatizante", que sempre fazem os mesmos diagnósticos e propõem as mesmas soluções para os mais diversos problemas): a da ASBACE e a do BACEN.

Há consenso a respeito do fator gerador da crise atual dos bancos estaduais, ou seja, de que 16 bancos passaram a ter problemas relacionados à liquidez devido ao mau uso de seus recursos no período pré-eleitoral de 1982. Evidentemente, a coincidência no tempo da crise da dívida externa e da crise fiscal dos Estados, durante a recessão de 1981/83, afetou particularmente o desempenho de diversos desses bancos. Há, em consequência, no diagnóstico, confusão entre correlação e causalidade, porque os problemas estavam imbricados, interagindo.

A partir dessa opinião comum de representantes das duas instituições - a dos dirigentes de bancos estaduais e a das autoridades monetárias - os diagnósticos a respeito da continuidade da crise dos bancos estaduais divergem. Por exemplo, segundo a opinião do diretor de Fiscalização do BACEN, a questão foi basicamente de má gestão, e não decorrência de uma série de questões estruturais do próprio sistema, conforme entendimento do diretor executivo da ASBACE, em que a gestão foi fator de menor relevância (cf. BF, abr/87, p.32).

Para o representante do BACEN havia, de fato, muitos bancos estaduais sem problemas (citava o BANESPA, os bancos dos Estados do Piauí e de Roraima), mas, em 1986, quando todos bancos comerciais sofreram problemas semelhantes, os privados souberam se adaptar e os estaduais com má gestão não. Então, não considerava que as causas fossem estruturais ou macroeconômicas. Os problemas, na sua opinião, eram anteriores: com a falta de capitalização, pois os recursos foram sempre drenados para investimentos sem retorno em seus Estados, os bancos remuneravam sua captação com receitas não efetivas. Com um quadro desse, qualquer perda de liquidez, como após 1 de outubro de 1986, desequilibraria um banco. Essa crise de liquidez bancária explodiu quando a tentativa de alargamento de prazo na captação por mudança na escala tributária destruiu o mercado ADM, de carregamento diário, ou melhor, para obtenção de financiamento de curtíssimo prazo para a carteira com títulos financeiros de médio prazo (p.ex., CDB de 60 dias), em favor do overnight com títulos de dívida pública federal, especialmente o lastreado com LBC.

Portanto, a questão maior, segundo concepção interna do BACEN, era a falta de entendimento por parte dos dirigentes desses bancos com relação à separação necessária entre o Estado e o banco. " Não há por que o banco estadual se ver compelido a financiar obras públicas financeiramente desinteressantes e que servem apenas para o favorecimento político regional" (BF, abr/87, p.33). Difícil era imaginar uma independência política da diretoria do banco estadual em relação ao governador do Estado, na medida que este a nomeava e a demitia...

Segundo estudos sobre as responsabilidades administrativas, funcionais e financeiras dos bancos estaduais, realizados por técnicos do BACEN, BB, CEF, STN e SEPLAN (cf. FSP, 28/7/87, p.A-19), a difícil situação destes bancos estava ligada, inicialmente, à própria crise de identificação de suas funções. Não ficando clara a idéia do banco estadual ter as características de um banco comercial comum com o objetivo de lucro, e dando-se ênfase à sua função social, toda a estrutura administrativa e operacional permaneceria confusa e, conseqüentemente, ineficiente. Além desse fato, ainda segundo os técnicos do governo federal, "sendo o acionista majoritário o Estado, surge um conflito extremamente sério que é a livre prática da atividade bancária com as peculiaridades de lucro e sigilo e a influência do poder político local sobre o banco. Toda a liberdade e impessoalidade que orientam essa atividade e a conseqüente busca do lucro ficam prejudicados com esse tipo de interferência, cabendo ressaltar também a falta de independência do banco em relação ao

governo, o que praticamente impossibilita a existência do banco estadual”.

A partir dessa constatação, se tecia uma saraivada de críticas à gestão desses bancos. Entre as quais, à proliferação de agências em locais de pouca ou nenhuma atividade econômica, não precedida de correta avaliação das possibilidades de retorno dos recursos aplicados e da capacidade empresarial disponível. Sem apoio necessário no suporte administrativo e operacional, com incremento substancial do número de servidores não habilitados, permitiu-se autonomia excessiva das agências, o que acabou reforçando o desequilíbrio de caixa, levando praticamente ao estado falimentar.

A deficiência (ou ausência) de planejamento global, aliado ao quadro de descontrole administrativo, passava pela ausência de Central de Processamento de Dados, que não permitia a programação e o controle do grupo financeiro estadual, o que explicava inclusive o uso sem custo de recursos do banco pelo público e pelo próprio governo. A impossibilidade de efetuar débitos e créditos no mesmo dia, bem como de controlar a compensação nacional, além da insuficiência de dados gerenciais, justificavam a extrema dificuldade de alguns desses bancos em construir o fluxo de caixa. Para agravar seu quadro de liquidez, não havia formação de reserva secundária em títulos de boa liquidez e aplicações overnight para equilibrar as pressões diárias sobre o caixa. Dado o precário sistema de administração de caixa, ocorria o frequente ingresso do banco estadual na assistência financeira do BACEN e, temporariamente, o descumprimento do sistema de média móvel

do compulsório.

O banco estadual era o verdadeiro caixa do estado, já que as ordens de pagamento do Tesouro estadual costumavam ser executadas existindo ou não disponibilidade de recursos. Como todos os documentos referentes às operações do Estado eram processados de maneira artesanal e com certa defasagem, diante da não informatização do banco, daí decorria a inexistência de débitos e créditos atualizados diariamente. O sistema de junções fonadas, utilizado pela maioria dos bancos estaduais, na medida em que não era processado todos os dias, não fornecia o verdadeiro quadro da situação do caixa do Tesouro e dificultava sua programação. Assim, as agências perdiam recursos ao executar as ordens públicas e o Tesouro permanecia com saldo disponível. Mesmo não existindo disponibilidades em conta, o Tesouro estadual usava do artifício de acionar a Conta Suprimento (componente do caixa único), que permitia a liberação de recursos para as Secretarias de Estado sem que o Tesouro os tivesse disponíveis.

Por fim, os técnicos criticavam o fato do setor público ser o maior cliente desses bancos, chegando em alguns casos a concentrar cerca de 70% do total de seus empréstimos. Era de extrema importância em termos de concentração de risco, com a elevada inadimplência que vinha comprometendo o desempenho dos bancos estaduais nos últimos anos.

Curiosamente, os banqueiros da ASBACE possuíam uma ótica - exposta no documento *Os Bancos Comerciais Estaduais: Reflexões Gerais sobre uma*

Reforma no Sistema Financeiro Brasileiro, em setembro de 1987 - menos

"privatista" da questão dos bancos estaduais do que a dos técnicos do governo federal. Achavam que "os critérios sociais sinalizam as aplicações desses bancos, sobrepondo-se muitas vezes aos interesses meramente empresariais, ainda que sem prejuízo da rentabilidade efetiva de suas operações". Nesta visão, enxergava-se um sistema financeiro de caráter misto (ou binário) de caráter essencial, não só porque suplementar à ação dos grandes bancos federais e privados, mas também pela especificidade que aplicava sua expressiva fatia de 33% do crédito bancário nacional. Apoiados numa rede de 3.300 agências de ampla capilaridade operacional, eram essenciais para assegurar, através do crédito e repasses de fundos precedentes de órgãos federais, a viabilização do processo de desenvolvimento no âmbito dos estados e municípios brasileiros. Como agentes financeiros dos respectivos estados exerciam também função financeira importante, enquanto arrecadador e pagador oficial.

Segundo os argumentos de sua associação, os bancos comerciais estaduais davam contribuições relevantes enquanto agentes inibidores da concentração bancária e da transferência de recursos dos estados mais pobres para os mais ricos; responsáveis pela manutenção do emprego e da renda de parte da população, principalmente no apoio a áreas menos favorecidas (concentravam 78% de suas agências no interior dos estados); e supridores de recursos para obras sociais. Esses bancos direcionavam 37% de seus empréstimos aos serviços públicos, notadamente os de saneamento básico e transporte coletivo, enquanto os bancos privados destinavam apenas 6% de seus empréstimos para esta finalidade.

Entre seus principais problemas, destacavam-se os seguintes. Os problemas institucionais: ausência de conglomeração financeira e de rede de agências a nível nacional; falta de capitalização por parte do acionista majoritário; ingerência política na administração; necessidade de aprimoramento administrativo e na qualificação de pessoal; falta de integração administrativa e financeira das diversas instituições controladas pelo estado. Em seguida, os problemas financeiros, devido ao centralismo tributário, ao endividamento para execução de obras públicas, levando ao comprometimento da liquidez, com reflexos na rentabilidade, gerando processo de descapitalização.

Possuíam também problemas de captação, na medida em que suas redes de agências regionais dificultavam a captação de recursos de grandes clientes; a carência na área de informática impedia a prestação de serviços automatizados; suas agências se ocupavam mais com as funções de agente arrecadador e de pagamento do funcionalismo e prestavam mau atendimento a sua clientela preferencial; a imagem negativa obrigava a elevação das taxas de juros para compensar riscos; a dependência de recursos provenientes do setor público submetia-os às oscilações das finanças públicas; a baixa rentabilidade prejudicava o aumento de capital via emissão de ações.

Seus problemas de aplicação eram: a concentração de recursos alocados ao governo; a vulnerabilidade às pressões políticas em favor de operações de difícil recuperação; a necessidade de suprir o governo de recursos para cumprir com sua função social de financiador de obras

prioritárias; o reduzido spread nas operações de repasses; o baixo nível de recursos próprios e de recursos livres.

As acusações de má gestão, considerada pelas autoridades monetárias como o principal problema, os dirigentes dos bancos estaduais reagiam, contratacando. Consideravam que não era exclusividade da área estadual, pois envolvia a administração federal, por se constituir "uma questão de natureza inerente à cultura brasileira" (sic). Somente com a eliminação da impunidade para os responsáveis pela má gestão da coisa pública seria superada. Assim, "os principais problemas de gestão nas instituições oficiais poderiam ter sido evitados se as autoridades competentes tivessem cumprido com seu dever de fiscalizar e punir aqueles que não cuidam das coisas públicas com a seriedade necessária, em vez de adotar uma postura de omissão e conivência em relação aos aspectos mencionados". Há, neste ponto, uma inversão de responsabilidades...

Na verdade, reconheceram também um problema fundamental da administração dos bancos comerciais estaduais. Eles estavam sujeitos a um elevado grau de rodízio na estrutura da alta hierarquia e a uma visão gerencial de curto prazo. Estes fatores geravam a descontinuidade administrativa e imputava aos administradores a não adoção de medidas benéficas a longo prazo, mas que exigiam sacrifícios e austeridade no curto prazo.

Para o representante da associação dos dirigentes de bancos estaduais havia de fato, em alguns casos, má gestão e incompetência. Mas havia

problemas da própria organização do sistema financeiro estadual, ou seja, a existência de bancos com dimensões estritamente regionais, pequenos, não possuindo conglomerado financeiro, concorrendo e sendo submetido às mesmas normas (ou a restrições discriminatórias) que as que regiam os grandes bancos privados de conglomerados financeiros com dimensões nacionais. Por exemplo, a classificação dos bancos estaduais para efeito do compulsório, que fazia com que bancos pequenos, com repasses muito grandes (para obras de saneamento, por exemplo), tivessem de recolher ao BACEN um volume de compulsório idêntico ao de grandes conglomerados privados. O próprio limite de endividamento dos bancos estaduais - que era de 15 vezes o patrimônio líquido ajustado dos bancos - embutia o volume de repasses, cartas de fiança, operações de crédito, etc., operações com liquidez diferenciada e envolvimento diverso. A diferença de critérios no recolhimento da contribuição aos fundos sociais (PIS-PASEP) entre os bancos estaduais e os privados também causava um ônus maior para os primeiros.

Mas o problema mais grave apontado pela ASBACE era a própria penúria financeira dos Estados, devido à excessiva centralização fiscal e tributária no governo federal. Com isso, os governadores passaram a sacar a descoberto nos bancos estaduais para realizar qualquer tipo de obra, pagar seu funcionalismo, etc. Como o banco estadual não emitia dinheiro, então sacava também a descoberto sobre as reservas bancárias do BACEN, o que por sua vez provocava emissão de moeda e/ou colocação de títulos de dívida pública federal.

8.5- ESPECIFICIDADE DO CASO BANESPA

O universo de 24 bancos estaduais continha uma força financeira bastante heterogênea. Portanto, não se devia generalizar a seu respeito, porque obviamente havia bancos em má situação, em situação normal ou em ótima situação. Cada caso possuía uma especificidade (não os enfocamos particularmente pelo objeto de tese ser o estudo de caso do BANESPA, e cada qual merecer um estudo aprofundado). Por exemplo, no caso do BANERJ, localizado em grande centro financeiro, seu problema se explicava mais pelo financiamento do metrô e absorção da carteira do BD-Rio. Em outros bancos se explicava de forma diversa, como era o caso do Banco do Ceará e de Santa Catarina, que carregavam o estoque da inadimplência das "operações 63 triangulares", realizadas em acordo com empreiteiras para burlar os limites de endividamento definidos por resolução do Senado Federal (Cf. Maia, FSP, 10/7/87). Como vimos para o caso BANESPA, é fundamental para explicar a performance de um banco estadual o conhecimento da potencialidade de suas áreas de atuação e a forma como as explora.

É importante compreender essa diferenciação do sistema bancário estadual porque, se os bancos estaduais representavam 35% do market share do sistema bancário brasileiro, o BANESPA sozinho representava 40% de todo o sistema de bancos estaduais. Para o diretor executivo da ASBACE, "estatisticamente seria muito mais legítimo fazer uma generalização para o sistema a partir da situação do BANESPA, que é ótima, sólida. É ele que representa um sistema, e não os bancos sob intervenção" (BF, abr/87, p.31). Sem dúvida, é equivocado este

critério de escolha de "amostra estatística", porém a declaração destaca a força do BANESPA.

Quadros com dados de balanços contábeis recentes (no Anexo Estatístico: VIII.1 a 4) de quase todos bancos comerciais estaduais revelam as diferenças de porte operacional de cada um. O BANESPA sobressai-se largamente. Confirma sua participação de cerca de 40% nos depósitos e nos empréstimos, mostra um resultado operacional maior que o de todos os outros acumulados, e também detem praticamente metade da soma do patrimônio líquido real dos bancos estaduais.

Os dados agregados publicados pelo BACEN permitem uma análise de série histórica mais longa, porém não discriminam, entre os bancos comerciais oficiais, os estaduais. Podemos, entretanto, tomá-los como uma boa proxy de seu universo, na medida em que o Banco do Brasil não está incluído e estimamos que os federais incluídos - o BASA, o BNB e o Banco de Roraima - detinham cerca de 11% dos depósitos totais e 16% das operações de crédito desses bancos oficiais, em 1986. Isto significa que a participação relativa do BANESPA entre os bancos estaduais fica algo subestimada se a observarmos por sua participação entre os oficiais. Mas os quadros contêm também sua participação relativa entre todos os bancos comerciais (exclusive o Banco do Brasil), bem como a diferenciação entre os oficiais e privados, de 1974 a 1986.

Em termos de captação relativa (Quadro VIII.5), o BANESPA desceu ligeiramente de patamar, entre todos os comerciais, a partir de 1979,

quando os depósitos minguaram e passaram a ser mais disputados, tanto os à vista, quanto os a prazo. De qualquer forma, sua participação de 6 a 8%, entre todos outros bancos (menos o Banco do Brasil), se bem que menor que a do período de 1974-1978, revela o poder de concentração do quarto maior banco em volume de depósitos do Brasil. Vimos, no capítulo anterior, a queda real dos depósitos totais do BANESPA, desde 1978. Ele perdeu mercado não só para os bancos privados, como também para os outros estaduais, até 1983. A partir de então, houve ligeira recuperação e manutenção de estabilidade relativa. Na realidade, não considerando o Banco do Brasil, os bancos privados captavam quase 3/4 do total dos depósitos, desde o final da década passada.

Pelo lado das operações de crédito (Quadro VIII.6), a participação relativa do BANESPA era bem mais expressiva, seja entre os outros estaduais (provavelmente mais de 1/3), seja entre todos os bancos, se bem que teve um nítido movimento cíclico, com o auge na gestão 1979-1982. A divisão do mercado de crédito, por emprestadores finais do setor bancário, estava bem demarcada: a partir de 1976, os 27 bancos comerciais oficiais (sem BB) alcançaram cerca de 40% e mantiveram esta parcela até a "crise da dívida externa", em 1982, quando ganharam mais 2 pontos percentuais. Só perderam posição em 1986, ou seja, os 73 privados retomaram parcela dos empréstimos neste ano de estabilização, desindexação e aquecimento da economia. O BANESPA foi o maior responsável por esta perda.

Mas, o que explica essa ampla participação do banco oficial paulista

nas operações de crédito? Talvez o mais significativo do maior prestador do setor bancário (sem considerar o BB) seja sua característica de maior repassador de recursos de entidade financeira oficial ("bancos de segunda linha"). Certamente, o BANESPA era o responsável por mais da metade dos repasses internos realizados pelos bancos estaduais entre 1979 e 1982 (Quadro VIII.7). No quadriênio seguinte, sua contribuição foi um pouco menor, porém ainda assim a mais expressiva. Com a crise, vimos que houve queda real de seus repasses, concomitante à elevação dos de outros bancos oficiais.

Os Quadros estatísticos revelam que era nítida a divisão de responsabilidade pelos repasses: gradativamente, no período de 1979 a 1986, quase todos repasses internos passaram a ser por conta dos bancos oficiais. Entretanto, estes bancos só faziam de 1/5 a 1/4 dos de recursos externos (Resolução n.63). Os bancos privados, entre os quais, destacadamente, os estrangeiros, eram os maiores responsáveis pela captação de recursos no exterior para repasse no país (Quadro VIII.8). Individualmente, vimos que, depois do Banco do Brasil, o BANESPA era o maior repassador. Responsabilizava-se por cerca de 1/3, entre os bancos comerciais oficiais e em de 7 a 8%, considerando todos os bancos (exceto o BB).

A relação empréstimos/depósitos do BANESPA tornou-se então maior do que a do resto dos bancos oficiais e, mais ainda, do que a dos bancos privados agregados, desde 1979 (Quadro VIII.9). Isto era explicado pelo fato de ter obtido mais acesso aos recursos de entidades oficiais (BNDES, FINAME, BNH, CEF, etc.) para repasses internos do que qualquer

outro banco. Esses recursos eram fundamentais para manter sua posição de maior prestador, fora o Banco do Brasil. Tinham um volume muito acima dos de outra origem, seja externa, seja de depósitos (Quadros VIII.10 a 12). Principalmente em 1982 e 1983, foram importantíssimos, ganhando muita proporção em relação aos depósitos, se bem que, nestes 2 anos cruciais da história recente do BANESPA, os repasses externos cresceram mais que eles. Estes chegaram, em 1983, a ter um volume superior ao dos depósitos. Em 1984, estiveram semelhantes. Em 1985, os externos estiveram pela metade; até que, em 1986, eram somente pouco mais que 1/5 dos depósitos. Os recursos oriundos da Resolução 63, face as circunstâncias conjunturais e de mercado, decresceram, em termos nominais, no final de 1986, cerca de 19,8% em relação a dezembro de 1985.

Tínhamos visto que, na composição da origem dos recursos do BANESPA, as obrigações por empréstimos (repasses no país e externos) ganharam a maioria desde 1976 (Quadro 8.3, com a relação empréstimos / repasses). Agora constatamos que, na ordem de sua dependência de captação de recursos, esteve em primeiro lugar os repasses internos, depois os depósitos e, finalmente, os externos. Queremos destacar que era característica particular do BANESPA, pois os outros bancos comerciais oficiais - como um todo - só a tiveram, em proporção muito menor, de 1982 a 1985. Em outros anos, obtiveram maior parte de seus recursos através de depósitos à vista ou a prazo. Os privados sempre dependeram muito mais da captação de depósitos, com exceção do ano de 1983, quando seus repasses externos estiveram acima de seus depósitos. Ao contrário do BANESPA, só recorreram aos recursos de

QUADRO B.3
 RELAÇÃO REPASSES INTERNOS/EMPRÉST.
 NO SETOR BANCÁRIO
 EM MÚLTIPLOS

ANOS	BANCOS OFICIAIS BANESPA		
	PRIVADOS	-BANESPA	
1979	0.04	0.35	0.59
1980	0.03	0.37	0.65
1981	0.03	0.40	0.72
1982	0.04	0.43	0.75
1983	0.03	0.45	0.67
1984	0.02	0.50	0.62
1985	0.02	0.47	0.69
1986	0.01	0.39	0.56

FONTE: BACEN

OBS: BANCOS OFICIAIS:

EXCL. BANCO DO BRASIL

INCL. BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA

E BANCOS ESTADUAIS

fundos sociais (PIS-PASEP, FGTS, FINSOCIAL, etc.) de maneira diminuta.

De 1976 a 1987, o governo paulista investiu entre US\$ 700 milhões e US\$ 1,5 bilhão a cada ano, através das empresas que controla. Desde que surgiu um gap de recursos para financiar todos os projetos programados, os investimentos do Estado foram mantidos graças a créditos obtidos junto ao governo federal e instituições internacionais. Parcela substancial dos recursos foi buscada junto a financiadores, como o Banco Mundial (BIRD) e o extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1988, dependia principalmente da Caixa Econômica Federal (CEF), onde eram feitos pedidos para financiar os programas de habitação popular (verba para construção de casas), saneamento básico (abastecimento de água na Grande São Paulo e projetos no interior), controle de enchentes e construção de presídios. Também dependia muito do BNDES, onde foram pedidos recursos para o metrô, duplicação de estradas, transportes metropolitanos e outras obras. No exterior, o governo de São Paulo tinha projetos no Banco Mundial (BIRD), principalmente na área de saúde.

O Estado praticamente não dispunha de recursos oriundos da arrecadação tributária para investimentos. Algumas das grandes empresas estatais - especialmente as companhias do setor de energia elétrica - financiavam parte de seus investimentos com recursos gerados pelas suas tarifas, embora também precisassem recorrer a recursos do Tesouro paulista ou de créditos para completar essas verbas. A situação financeira do estado, contudo, segundo argumento oficial, passou a ser difícil com o quase total comprometimento da arrecadação via Imposto sobre

Circulação de Mercadorias, principal fonte de receita do estado, com a folha de pagamento de pessoal.

As alternativas, para uma situação fiscal diversa, teriam sido uma reforma tributária, que beneficiasse os estados e municípios, e a retomada sustentada do crescimento econômico. Como não vieram, o caminho do governo paulista para sustentar seu programas de obras, neste período recente, foi o de buscar empréstimos.

Assim, quando o Estado de São Paulo perdeu a capacidade de investir por sua conta, precisou recorrer a financiamento de entidades oficiais, ou seja, a fontes externas de empréstimos que seu agente financeiro - o BANESPA - repassava. Todo o prestígio do governo do Estado, que possuía o maior desenvolvimento econômico, e o poder de pressão, advindo do fato da maior parcela da população brasileira ser residente em seu território, foram empregados para obter os créditos.

Vimos como o BANESPA, em 1983, foi obrigado a honrar os compromissos de avais em operações com recursos de repasses, sem ter recebido a contribuição de seus clientes empresas estatais. Teve que cobrir a baixa de caixa com esforço de captação, principalmente de depósitos a prazo. No entanto, o governo do Estado respeitou o custo mais elevado de seu funding com "dinheiro comprado". Porém, o BANESPA pagou juros até abaixo das taxas médias de mercado, pois sua rede em todo o Estado de São Paulo lhe permitiu "custo de varejista".

As finanças públicas paulistas, com a retomada do crescimento

econômico a partir de 1984 (e concomitante aumento da arrecadação tributária) e adoção de política de seletividade de gastos e austeridade administrativa, tiveram um comportamento bem diferenciado das de outros Estados. Alcançaram paulatina diminuição do déficit orçamentário: de 9,7% em 1983, 3,7% em 1984 e 1,4% em 1985, para 0,6% em 1986.

Foi, portanto, uma situação fiscal mais amena do que ocorreu em vários Estados, onde passou-se a apelar para recursos de seus próprios bancos até para pagar funcionalismo. Condenados ao papel de caixas auxiliares de seus governos, essas instituições financeiras oficiais captaram recursos por meio de colocação de CDB e RDB a taxas acima das vigentes no mercado, para disputar espaço nos centros financeiros de São Paulo e Rio de Janeiro. Como os Estados não pagavam seus compromissos, diversos bancos comerciais estaduais ficaram sem condições de resgatar tais títulos no vencimento, tendo que recorrer às reservas a ser que mantidas no BACEN, o que foi motivo de multas e outras penalidades, em alguns casos até futura intervenção.

B.6- RECAPITULAÇÃO

No debate a respeito da origem dos problemas atuais dos bancos estaduais, vimos que existem duas posições antagônicas: a que destaca os problemas microeconômicos advindos da má gestão e a que se refere às limitações institucionais que as administrações desses bancos enfrentaram. Em nossa posição, ambas posições possuem visão parcial, ao dar ênfase só a determinados aspectos do problema global. A ótica microeconômica destaca somente as decisões dos agentes econômicos. A institucionalista vê o quadro em que tais decisões foram tomadas. A macroeconômica enxerga como o resultado dessas decisões (da pluralidade dos capitais individuais) sofre influência das diversas linhas de política econômica adotadas, em face da dinâmica cíclica e da tendência estrutural.

Nossa posição a respeito dos problemas dos bancos estaduais é que têm que ser vistos como efeitos de uma simultaneidade de acontecimentos.

É diferente, portanto, da explicação de única causa ou da lei da causalidade linear (sucessão de causa e efeito). Trata-se de uma configuração de causas e efeitos simultâneos.

Por exemplo, em 1982, houve coincidência no tempo do aumento das taxas de captação para atender clientelismo político das eleições (com posterior elevação dos créditos em liquidação), da crise fiscal (com necessidade de financiamento do déficit público estadual) e da crise da dívida externa (com obrigação de assumir avais concedidos para repasses de crédito externo).

Concordamos que a crise de liquidez dos bancos é ao mesmo tempo de caráter conjuntural e estrutural. Em termos conjunturais podemos relacionar as diversas fases recessivas da economia, quando aumentou substancialmente o volume de inadimplência, inclusive dos tomadores de empréstimos em moeda estrangeira, que tiveram sua situação agravada pelas maxi-desvalorizações ocorridas.

Citamos diversas causas macroeconômicas do problema. O maior controle do crédito para empresas estatais e sobre recursos para repasses (cerca de 69% do passivo dos bancos estaduais) atingiu mais diretamente esses bancos oficiais. A queda na demanda por crédito e falta de bons tomadores levou a que o crédito dos estaduais permanecesse em inércia: na rolagem de dívidas atrasadas e no repasse para saneamento básico. A desmonetização atingiu mais os bancos varejistas (como se caracterizavam), na medida em que aumentou o "dinheiro comprado". Por falta de recursos, diversos governos de Estado remuneraram ao seu banco abaixo do custo de seu funding, levando à dilapidação do patrimônio. Houve até mesmo, num determinado período, a proibição dos bancos comerciais de emitirem CDB (só RDB). Entretanto, os bancos privados pertenciam a conglomerados com bancos de investimentos que podiam emitir CDB...

Do ponto de vista estrutural, citamos também vários fatores explicativos. A limitação de expansão ao próprio Estado e a 3 Estados limítrofes, no caso de bancos de Estados afastados dos centros financeiros (agências em São Paulo e no Rio de Janeiro são

consideradas "especiais"), levou a dificuldades de captação de depósitos a prazo, além da própria dificuldade decorrente dos portes diferenciados das instituições bancárias. O caráter de "pionerismo" determinava a instalação de muitas agências deficitárias. A política de ajuste à crise da dívida externa provocou enxugamento da rede externa de agências do banco estadual de maior porte que operava no exterior. Os encargos com pessoal representavam em média 3/4 das despesas administrativas (acima dos bancos privados), pela menor rotatividade de seu quadro de carreira - ingressado por concurso -, que propiciava maiores salários (também grande número dos dirigentes sindicais eram seus funcionários, o que lhes dava maior força reivindicativa) e custos.

Mas havia também limitações institucionais. A contribuição dos bancos estaduais ao PASEP sobre receita de correção monetária dos repasses era um critério que os discriminava em relação ao recolhimento do PIS pelos bancos privados sobre os lucros líquidos (onde a correção monetária entrava também como despesa). O critério de classificação para efeito de compulsório pelo volume de ativos, englobando os repasses, penalizava os bancos estaduais. Os bancos estaduais estavam "apertados" entre o BB/CEF sem depósitos compulsórios e os privados com conglomerados completos.

Esses bancos estavam num impasse político-institucional, pois sofriam prejuízos financeiros com linhas de créditos sociais (a programas de desenvolvimento urbano/saneamento), mas que produziam benefício social e rendiam dividendos políticos. Sua situação, portanto, era dúbia:

entre a função de fomento dos bancos de desenvolvimento dos estados e a necessidade de lucros para acionistas, como nos bancos comerciais privados.

Na realidade, os bancos estaduais sofreram com o papel de "caixas" dos Tesouros Estaduais, numa situação em que a relação depósitos/empréstimos oficiais estava em queda. As "sobras de caixa" dos governos passaram a ser aplicadas no over, provocando a queda de seus depósitos à vista. Por outro lado, a penúria financeira dos Estados, devido à excessiva centralização fiscal e tributária no governo federal, obrigava-os, em seu papel de "caixas auxiliares", a sacar a descoberto sobre as reservas bancárias do BACEN. Sabendo dessa situação de risco de intervenção, havia fuga dos investidores, o que forçava o aumento de suas taxas de captação, gerando problemas cumulativos.

Entretanto, vimos - através do estudo de caso do BANESPA - que não se deve generalizar a respeito desses bancos, pois possuem força financeira bastante heterogênea, de acordo com seu porte e a potencialidade de suas áreas de atuação.

Schwartzman (1986) mostra que o peso financeiro de São Paulo era mais do que proporcional à sua participação nas atividades produtivas, mesmo antes do processo de concentração bancária. "Em 1968, São Paulo detinha 28% do PIB brasileiro, mas possuía 51,6% dos aceites cambiais, 53,8% dos financiamentos concedidos por bancos de investimento, 67,8% dos depósitos com correção monetária, 38,4% dos empréstimos bancários

e detinha 42,5% dos depósitos do sistema bancário brasileiro. No final da década de 70 e início da década de 80 esta tendência havia se acentuado. São Paulo detinha 44,7% dos depósitos bancários, concedia 47,2% dos empréstimos bancários, 63,7% dos depósitos com correção monetária, concedia 72,6% dos financiamentos de financeiras e 60,4% dos bancos de investimentos, concentrava 72,1% dos aceites cambiais, movimentava 63,9% do volume negociado em bolsas de valores do país e possuía aproximadamente 39% dos depósitos em poupança do país" (p.298).

A concentração de renda nas regiões Sul e Sudeste do país contribui atualmente para agravar ainda mais o quadro de desassistência bancária nas áreas de menor renda. Este processo de concentração bancária regional, acentuado a partir do ajustamento bancário provocado pelo "Plano Cruzado", atingiu mais acentuadamente os Estados do Norte e Nordeste, onde a carência de capitais e a baixa renda per capita inibia e inviabilizava a expansão ou mesmo a manutenção do estágio de assistência que se tinha alcançado.

Em 1985, chegou-se a um nível de 98,8% dos 4.145 municípios existentes no Brasil assistidos por pelo menos uma agência bancária. Entretanto, em julho de 1987, estavam 779 praças totalmente desassistidas, para um total de 4.208 existentes, ou seja, o percentual de praças assistidas caiu para 81,5%, segundo dados do Projeto de Reformulação do Sistema Financeiro Nacional (documento reservado do BACEN).

Portanto, para suprir tais deficiências, faz-se necessária a

implantação e/ou fortalecimento de instituições voltadas especificamente para o atendimento a essas regiões, mas também com oportunidade de negócios nas regiões desenvolvidas do país, com vistas a conseguirem capacidade de competição por recursos e, ao mesmo tempo, equilibrarem-se em termos de resultados operacionais e de caixa.

Esta nossa postura, portanto, é totalmente contrária à dos estudos sobre o ajustamento do Setor Público Financeiro, realizados por alguns técnicos do BACEN, BB, CEF, STN e SEPLAN (ver FSP, 28/7/87, p.A-19), com propostas de regionalização ou extinção dos grandes conglomerados financeiros estaduais. Na verdade, estas dão margem para uma proposta de ultracentralização: transferência para o Banco do Brasil da rede de 3.300 agências dos bancos estaduais, em 80% dos municípios brasileiros.

8.7- TERAPIA RECEITADA

Recentemente, surgiram propostas do BACEN e da ASBACE para novas regras de gestão dos bancos estaduais:

- a) a co-responsabilidade dos secretários estaduais da Fazenda e do Planejamento na gestão dos bancos (integrando o conselho de administração dos respectivos bancos);
- b) a possibilidade de afastamento sumário e automático do diretor-financeiro, no caso da instituição ficar em vermelho na conta "reservas bancárias";
- c) o acionamento rápido da "intervenção branca" nos bancos;
- d) no caso de intervenção, os administradores - inclusive os secretários de Estado - serem afastados pelo BACEN e ainda terem seus bens colocados em indisponibilidade;
- e) a adoção de estatuto-padrão para todos os bancos estaduais;
- f) a "administração compartilhada" do banco com o governo do Estado, a partir da indicação de um vice-presidente especial;
- g) limite de despesa com pessoal e contratação de funcionários somente por concurso público, previamente aprovado pelo BACEN;
- h) redução do poder decisório dos administradores, com o exame de empréstimos de valor significativo por comitês de crédito formados por funcionários de carreira;
- i) tetos para expansão das aplicações (acima de 5% do capital social), sobretudo ao próprio Estado controlador (controles mais rigorosos para o deferimento de créditos destinados aos próprios governos estaduais);
- j) metas de capitalização crescente;

k) fechamento de meras subsidiárias intermediadoras, como as corretoras e distribuidoras de valores.

Além dessas medidas propostas com o objetivo de criar mecanismos para evitar a interferência da política "eleitoreira" ou "clientelista" nas instituições financeiras oficiais dos Estados, a ASBACE achava que a solução para os bancos estaduais passaria fundamentalmente por uma reforma tributária, para que os Estados obtivessem condições financeiras de se tornarem independentes de seu banco, não dilapidando-o mais. A grande expectativa era ser deflagrada na Constituinte de 1987 a reforma tributária descentralizadora que desse autonomia financeira (real e não apenas formal) aos Estados da Federação.

Outra proposta reformista era uma reordenação do sistema financeiro, evoluindo-se para o "banco múltiplo", um aperfeiçoamento do sistema conglomerado, na medida que todo banco (inclusive o estadual) teria as diversas modalidades de captação incorporadas na mesma empresa, em carteiras, sem a necessidade de criação de outras instituições independentes através da aquisição de cartas-patente. Assim, superar-se-ia o constrangimento de nenhum banco estadual pertencer a um conglomerado financeiro completo, mas apenas parcial, o que lhe retira flexibilidade operacional. Permitir-lhe-ia definir política global de caixa, com integração administrativa, operacional e financeira das diversas instituições financeiras do Estado, otimização do aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, e redução dos custos administrativos, da concorrência entre empresas de

um mesmo acionista, dos riscos e da superposição de tarefas.

De fato, precisa-se de mudanças profundas nas normas atuais do sistema financeiro brasileiro, que prejudicam profundamente o sistema bancário estadual. Talvez o maior constrangimento se situe na restrição à expansão nacional da rede de agências. São Paulo concentra mais da metade do mercado, e não se encontra nenhum dos bancos estaduais solidamente instalado neste centro financeiro, a não ser o BANESPA. O mercado interno da economia brasileira consolidou-se e as necessidades bancárias, acompanhando a expansão dos clientes, tornaram-se nacionais. No entanto, o banco estadual regional é obrigado a ficar dependente da economia do Estado e perde recursos para bancos com rede nacional.

O mercado de captação de fundos está unificado nacionalmente junto às sedes administrativas das grandes empresas e dos grandes investidores institucionais. Quando o sistema bancário brasileiro teve seu papel de intermediário financeiro restrito em favor do carregamento diário da dívida pública, ou seja, da atuação no mercado financeiro de curtíssimo prazo, deixou de haver futuro promissor para aquele banco que não tivesse acesso ao centro desse mercado e capacidade de competitividade por "rendas e lucros financeiros" (com títulos e valores mobiliários).

Parte significativa da captação dos bancos estaduais se apoiava (e se apóia) na emissão de CDB, interna aos seus sistemas, com carregamento próprio (e diário) em instituição coligada. Por isso, num momento de

liquidez apertada (como em outubro de 1986, em que o governo federal restringiu o mercado ADM para abrir espaço de colocação de seus títulos - LBC - no curtíssimo prazo), desaparecia a facilidade de captar em mercado, e a impossibilidade de renovar operações com CDB era transferida para a ajuda de liquidez do BACEN.

Portanto, uma proposta como a de "extinção dos grandes conglomerados financeiros estaduais, com sua transformação em bancos regionais", se implementada, poderia agravar ainda mais a situação dos bancos comerciais estaduais, pois os afastaria do centro do mercado financeiro, em São Paulo. Somente o BANESPA não seria atingido pela medida...

Quanto à capitalização do sistema bancário estadual, que a ASBACE considerava o mais grave problema, o CMN aprovou, em 14 de dezembro de 1987, o programa de saneamento para os bancos estaduais, com um esquema de rolagem das dívidas dessas instituições sob intervenção e recuperação de capacidade operacional. As dívidas seriam assumidas pelos respectivos Estados, ou seja, haveria a "socialização das perdas". Eles emitiriam as Obrigações do Tesouro Estadual (OTE) suficientes para cobrir o rombo e poderiam, com autorização do BACEN, emitir uma nova quantidade para a capitalização das instituições. As dívidas seriam pagas em 15 anos com 1 ano e meio de carência. Isto foi considerado um "prêmio", pois, como os governadores já se aproximavam do fim de seu primeiro ano de mandato, teriam mais 18 meses de folga, antes de desembolsar qualquer quantia para pagamento de juros (flutuantes). Se é que pretendem fazê-lo...

Porém, além dessas reformas estruturais, para um verdadeiro saneamento dos bancos estaduais, deveria haver também uma revisão da estrutura da alta administração e da gestão dessas instituições. Principalmente, no critério de escolha da direção dos bancos, de forma a limitar as ingerências políticas e evitar a má gestão das empresas. Uma idéia de controle democrático seria permitir a participação de diversos setores da sociedade no Conselho de Administração e garantir a participação de representantes de funcionários na diretoria, como ocorre no BANESPA. Deveria tornar-se factível a criação de uma tecno-estrutura permanente e alto nível profissional nas instituições, com a profissionalização de seus dirigentes, inclusive com alternância dos membros da diretoria realizada de forma paulatina, de forma a evitar descontinuidade administrativa e/ou a implementação de políticas que somente apresentem resultados na própria gestão. A fim de sanar o risco do "corporativismo", criar-se-ia mecanismos para que as autoridades responsáveis pela fiscalização respondessem pelas eventuais omissões na função e para assegurar o fim da impunidade, quando da má utilização dos recursos dos bancos.

Esta questão administrativa, sem dúvida, é fundamental, pois até um banco como o BANESPA, que atua junto ao maior centro financeiro do País, no Estado de maior desenvolvimento econômico, é o maior repassador de recursos dos fundos sociais, possui a segunda maior rede de agências no exterior e é responsável pela segunda maior parcela de dívida externa entre os bancos brasileiros, acaba sofrendo problemas, com escândalo público, quando passa por uma má gestão...

ANEXO AD CAPÍTULO B

PÓS-ESCRITO

DOSSIER SOBRE "O CASO BANESPA"

GM, 21/3/87: "Ao assumir a presidência do Conselho de Administração do BANESPA, o ex-deputado federal e empresário do ramo imobiliário Otávio Ceccato deixou claro que terá uma atuação mais política em suas novas funções. 'Sou um agente político do governador', disse".

OESP, 5/7/87: "Embora a proposta do presidente do BANESPA, Otávio Ceccato, de criar mais seis diretorias no Banco, tenha sido rejeitada por um grupo de funcionários aposentados que compareceu à assembleia geral extraordinária realizada no último dia 26, o primo do governador Orestes Quércia, Adafisio Giron, desfruta, desde março, de todas as vantagens do cargo. (...) No dia 19 de março, o Banco Central enviou à presidência do BANESPA o telex DEORB 87/0997-3 informando que Adafisio Giron e o atual diretor de Crédito Rural e Industrial, Salim Feres Sobrinho, parente de Alafde Quércia, não haviam sido aprovados. (...) No dia 23 de março, o Banco Central remeteu outro telex ao BANESPA - o DEORB 87/1027-3 - autorizando a nomeação. (...) Mas o caso não é o único de clientelismo dentro do BANESPA. A maior parte da diretoria foi nomeada em razão de arranjos políticos do governador Orestes Quércia, segundo denúncia dos próprios funcionários, e uma parcela deles por nepotismo. (...) ex-tesoureiro da campanha de Quércia; (...) colega de escola de Ceccato; (...) parente da mulher do governador (...); primo do prefeito de Mogi-Guaçu; (...) irmão do prefeito de Araraquara; (...) ligado ao PMDB; (...) irmão do vice-governador; (...) sobrinho do ex-deputado. (...) As seis novas diretorias seriam

para completar os acordos políticos do governador (...) um primo do deputado petebista; (...) o presidente do Sindicato dos Bancários de Presidente Prudente, que teve ampla participação na campanha de Quéricia; e outros três prefeitos que ajudaram a eleger o governador".

FSP, 25/4/87: "O presidente do BANESPA, Otávio Ceccato, 40, comercializou, entre 1977 e 79, três loteamentos clandestinos na periferia de Campinas".

FSP, 16/5/87: "A suspeita de operações fraudulentas realizadas pela Corretora BANESPA está sendo investigada por uma auditoria do BANESPA, acionista majoritário da instituição, embora não tenha participação operacional (...). Essa suspeita teria sido o motivo pelo qual os presidentes da Corretora BANESPA, Fernando Pinheiro Machado, e da Distribuidora BANESPA, Paulo Pfander, empossados há pouco mais de um mês, pediram, anteontem, demissão de seus cargos".

Idem: "A incompreensível compra de cerca de 2,4 milhões de ações da Perdigão Agroindustrial pela Corretora BANESPA, ao preço de CZ\$ 18,00, foi realizada através do pregão da Bolsa de Valores de São Paulo. Mas não passou despercebida. A BOVESPA detectou a operação no momento em que entrou nos computadores (durante a sessão) e interceptou a transação. (...) a bolsa paulista 'segurou' a negociação e anunciou, em pregão, que seria transformada em leilão público (...) não houve participação de nenhum outro investidor, as operações foram normalmente concluídas, o que demonstra a falta de liquidez do papel (...) foram adquiridas pela Corretora BANESPA exatamente os 6%

limitados pela lei, que não a obrigavam a informar publicamente sua intenção com a operação. Falta definir quem foi o vendedor beneficiado”.

Idem: “O presidente da CVM afirmou que o caso da Corretora BANESPA não será investigado pela CVM ‘porque é um caso de polícia, na medida em que ocorreu um ilícito penal’”.

FSP, 23/5/87: “O governador de São Paulo, Orestes Quércia, determinou (...) que sejam tomadas com urgência providências ‘para a imediata privatização’ da corretora BANESPA”.

Idem: “Corretoras de valores comemoram a medida (...) a decisão de privatizar a corretora BANESPA é ‘histórica’ e deve ser comemorada, uma vez que é a primeira vez que uma instituição financeira estatal é privatizada. (...) as corretoras privadas deveriam agora vender produtos financeiros nas agências do BANESPA (...) há mais de dez anos os corretores vêm reivindicando a saída da corretora estatal do mercado acionário”.

FSP, 22/5/87: “(...) circularam versões controvertidas sobre uma manobra que teria sido arquitetada para desgatar a imagem da corretora, abrindo espaço para sua privatização”.

FSP, 19/5/87: “EM DEFESA DO BANESPA. Começou o que mais temíamos. (...) prejuízo (...) ilícito penal (...) ‘é um caso de polícia’ (...) esse escândalo ocorre em dois meses de gestão (...) Três semanas

atrás, baseados num enxugamento, demitiram injustamente 276 funcionários do Conglomerado BANESPA, muitos antigos e dedicados trabalhadores, (...) nenhum barajá ou fantasia, enquanto falta mão-de-obra na empresa. (...) COMANDO BANESPA: Associação dos Funcionários - Comissões Internas - Conselho de Representação e Participação - Diretoria de Representação - Federação dos Bancários - Sindicatos dos Bancários (de 24 municípios) - Associações dos Bancários (de 4 municípios)".

17/7/87: "A íntegra do relatório do Departamento Estadual de Polícia do Consumidor (DECON) sobre o inquérito que investiga a compra de ações da Perdigão Agroindustrial S/A pela Corretora BANESPA. Indiciados: Luís Fernando Bueno e Fernando Pinheiro Machado. (...) uma visão global do que foi apurado (...):

1- Da "Corretora BANESPA": (...) uma entidade jurídica autônoma e com vida própria, vinculando-se ao BANESPA 'apenas' pela participação deste na composição de seu capital como acionista majoritário. Veja-se, porém: (...) empossado o novo governo, Otávio Ceccato assumia a presidência do Banco, indicando como seu vice-presidente o amigo Ricieri Alcides Pazetti; este sugere-lhe para a presidência da Corretora Fernando Pinheiro Machado, que, como ele, fora funcionário do Bradesco por longos anos. (...) Frise-se que, até então, era sistemático que, para qualquer compra ou venda de papéis no mercado acionário, nada se fizesse sem que estivesse disponível uma análise do departamento técnico da corretora, e, para o caso de novos investimentos, era necessária a aprovação de um 'comitê de investimentos'; era praxe, para a formação do preço 'justo' de uma

determinada ação, que fossem avaliadas: a liquidez do papel, a relação 'preço/lucro', comparação com papéis de outro tipo da mesma empresa e com o 'p/l' de outras empresas do mesmo setor.

Além disso, na última reunião do Conselho Fiscal da corretora, da qual participou a diretoria recém-eleita, houve aconselhamento para que não fossem alocados recursos do capital de giro da empresa em investimentos de risco (renda variável), vistas as experiências anteriores mal sucedidas.

Em síntese, tudo deveria ser previamente analisado e submetido à aprovação por um 'comité'; as negociações, após essas análises, eram entabuladas pelos departamentos de Administração de Recursos e de Operações em Bolsa.

Com a assunção da nova diretoria e com a contratação de Luís Fernando Bueno, esses dois setores foram-lhe confiados; teve completa autonomia para operar a seu modo, sendo os antigos responsáveis afastados de suas funções por Pinheiro Machado.

2- Das Negociações: (...) Ressalte-se que o pessoal técnico ouvido é unânime em afirmar, fato conhecido até mesmo pelo diretor de Relações com Mercado da própria Perdigão, que as ações 'ON' da 'Agroindustrial' detêm pouca liquidez no mercado de ações. (...) Luís Fernando Bueno, expert no mercado, e, além do mais, recém-saído dos serviços que prestava para a Investiplan, que participara da abertura de capital da empresa enfocada e especialista em seus papéis, deveria saber de tudo. Porém, para surpresa geral, sem que momento algum tivesse solicitado a avaliação técnica de praxe ou submetido a operação à aprovação do 'Comitê de Investimentos', logo no dia em que assumiu suas funções na corretora, a despeito de conhecer, como ficou provado,

as normas e recomendações da empresa, passou a efetuar uma série de compras de ações, que culminaram, entre 06 e 11 de maio, com o total de 2.522.830.000 títulos, perfazendo um total de CZ\$ 45.410.940,00. De nada adiantou quando funcionários mais antigos procuraram alertá-lo sobre os procedimentos usuais da corretora, e que, no caso, não havia análise técnica dos papéis: julgou isto 'dispensável'; também não levou em conta o alerta que recebera quando chamado para a reunião do Conselho Fiscal (...). Argumentando sempre que, pessoalmente, achava 'um bom negócio' e que a diretoria o aprovava, completou a transação.

3- Da Participação da Investiplan:

As ações do tipo 'ON' da Perdigão Agroindustrial de fato têm pouquíssima liquidez no mercado acionário, pois o próprio grupo detém quase 94% de seu total, e tem a firme intenção de deter sempre dois terços delas; para a empresa, ações dos tipos 'PP' e 'ON' têm o mesmo valor patrimonial; logo não se fale que, estando em negociação 3 a 4% do capital social em 'ON', isso influiria de algum modo na valorização desses papéis.

Veja-se que, de junho a novembro de 1986, foram efetuados apenas sete negócios com essas ações, num total insignificante perante a negociação que ora se apura: apenas 5.689.000 ações com preços sempre em baixa: CZ\$ 8,90 em junho, CZ\$ 8,40 em outubro e finalmente CZ\$ 8,00 em novembro.

Em março, uma operação inusitada: 500.000.000 dessas ações negociadas a CZ\$ 18,50, sabendo-se que essa foi uma transação 'direta da Investiplan' (tanto o comitente vendedor como o comprador eram seus clientes).

Em 30/4/76, Domingos Bonagura, da Cia. Invesplan de Participações

procura a holding do grupo Perdigão para propor, 'a pedido de um cliente' uma permuta de três bilhões de ações 'PP' por idêntica quantidade de 'ON' da Agroindustrial pelo preço de CZ\$ 8,50.

Em 04/05/87, Luís Fernando Bueno, até então funcionário da Investiplan, é convidado por Fernando Pinheiro Machado para, com toda a autonomia, operar os negócios em bolsa pela corretora BANESPA.

Em 05/05/87, Bonagura e Luís Roberto Lee, pela 'Investiplan Locadora', concretizam a permuta de ações com o grupo Perdigão.

Nesse mesmo dia, um conselheiro da Investiplan vende 2.000.000 de ações a CZ\$ 15,00 para um funcionário da empresa, 'a seu pedido e para fazer-lhe um favor' (mantido, na BOVESPA, um preço alto).

Bonagura, Lee e Pinheiro Machado de há longo tempo se conhecem: todos trabalharam no Bradesco.

Em 06/05/87 começaram as compras de Luiz Fernando Bueno.

Pelo que ficou demonstrado nesses autos, a operação já havia sido previamente acertada entre os personagens que passaram a operar os negócios da corretora com o grupo Invesplan. Tanto assim que, segundo informa o operador deste (...), entregou os 'boletos' da transação ao operador da corretora BANESPA já preenchidos; e, mais, que uma outra corretora, a 'Walpires', iria interferir no leilão oferecendo as mesmas ações por um preço menor, no que foi impedida pela BANESCOR, que as adquiriu pelos mesmos CZ\$ 18,00 que estava pagando para a Invesplan.

4- Considerações Finais

Luís Fernando Bueno foi formalmente indiciado (por estelionato) (...). Fernando Pinheiro Machado, quando de seu indiciamento, e ao ser interrogado, dá uma versão completamente diversa da constante nos

autos, afirmando, sempre, que o presidente do BANESPA, o sr. Otávio Ceccato, estava a par de tudo e foi quem aprovou a operação: que, apesar da corretora ter autonomia, nada fazia sem consultar Ceccato”.

FSP, 27/7/87: “Dino Tofini e Jacobo Raimundo Banchetrit foram os vendedores das ações da Perdigão Agroindustrial para a corretora BANESPA. (...) Os dois vendedores controlam 99,6% do capital da empresa Citromatão Trading S/A. Até há pouco, essa empresa mantinha uma sociedade com a Companhia Invesplan de Participações, na empresa Jadi Administrações e Participações Ltda. (...). Se de um lado a Invesplan estava ligada aos vendedores, de outro, manteve sociedade com a Perdigão. O maior acionista individual da Invesplan era até há pouco a Cia. Zaluski de Participações, controlada por Léo Emílio Ponzoni, diretor-financeiro da Perdigão S/A. (...) tanto Luiz Roberto Lee, presidente da Invesplan, como seu sócio Francisco Sanchez, Arari Pinheiro Machado (diretor da Invesplan) e seu irmão Fernando Pinheiro Machado (presidente da corretora BANESPA), além de Richieri Alcides Panzetti (vice-presidente financeiro do BANESPA), foram colegas de trabalho no Bradesco”.

FSP, 28/7/87: “(...) a transação foi feita da seguinte forma: um pouco antes da venda para a BANESPA, a Invesplan Locadora vendeu para Dino Tofini e Jacobo Raimundo Brechetrit no mercado de balcão, e portanto fora do controle da Bolsa de Valores, onde a operação seria registrada, papéis da Perdigão. (...) seriam ações preferenciais, que tem liquidez, que foram trocadas por nominativas, de menor liquidez. Feita a troca, essas ações foram compradas pela corretora BANESPA”.

FSP, 28/6/87: "(...) no dia 3 de junho a história começou a adquirir novos rumos, quando Ceccato apresentou-se perante a Assembléia Legislativa, para informar aos deputados sobre o andamento das investigações. Nesse dia cometeu um deslize, ao admitir perante os deputados que não conhecia nada de mercado financeiro, embora dirigisse o maior banco estadual do país. Sobre os demitidos, informou candidamente que não teve responsabilidade sobre os atos deles, na medida em que se limitou a examinar seus currículos. Também nesse dia, um deputado estadual deu mais informações sobre a corretora. Lucas Buzzatto (PT) disse do plenário que além das ações da Perdigão havia uma outra operação irregular, muito maior que esta, ocorrida na mesma época. No dia 14 de maio, véspera do anúncio de Ceccato e dia da demissão dos presidentes da corretora e da distribuidora, houve a compra de CZ\$ 1,5 bilhão em Apólices do Tesouro Municipal pela corretora, numa operação que teria dado um prejuízo estimado em CZ\$ 170 milhões. Ceccato confirmou a informação, e disse inclusive que a corretora não tinha caixa suficiente no dia e teve que recorrer a outras instituições. O caso BANESPA mudava de tamanho e se tornava um grande mistério".

FSP, 23/6/87: "(...) A primeira operação foi a das ações da Perdigão, que começou no dia 6 e terminou no dia 11, executada sob inteira responsabilidade de Luiz Fernando Bueno, que trabalhava na corretora há apenas dois dias. (...) Somente no dia 11, depois da operação efetuada, Bueno foi proibido de continuar operando, embora a direção da corretora já tivesse sido alertada desde o dia 7. A partir do dia 13 de maio, a auditoria interna do banco começou a investigar as

possíveis irregularidades na transação. No próprio dia 13 teve início uma outra operação, maior que a primeira, sob a responsabilidade direta do presidente da corretora, Fernando Pinheiro Machado, e do presidente do BANESPA Distribuidora, Paulo Pfander. Eles compraram a termo, isto é, para pagar no ato de entrega, CZ\$ 1,5 bilhão em ATM de São Paulo de uma pequena distribuidora, a Price, que tinha no final de 85 um capital de apenas CZ\$ 1,7 milhão. Por essa operação, a BANESPA Corretora adquiria 1/3 de toda a dívida em títulos da Prefeitura de São Paulo. Também desta vez não houve qualquer consulta aos departamentos técnicos do BANESPA. O boleto da operação deveria ser assinado pelo diretor de op. da corretora, Ênio Sayago Jr., que se recusou a fazê-lo. Se realizada, ele imobilizaria 73,4% do capital de giro da corretora num papel de baixíssima liquidez. Segundo o vice-presidente da corretora, Ivens Camargo, às 16h do dia 14 teve início uma reunião da diretoria da empresa com o vice-presidente do BANESPA, Riccheri Panzetti, onde Ivens propôs que o banco não efetivasse a operação, o que ainda era tecnicamente possível. Nessa reunião, Fernando Pinheiro Machado e Paulo Pfander resolveram assumir a responsabilidade da operação e assinaram os boletos, sendo que Pfander nem mesmo era funcionário da Corretora. Em meio à discussão, Panzetti saiu da sala por alguns momentos para "fazer consultas" e na volta tomou a decisão de efetivar a operação. Nesse mesmo dia, os presidentes da corretora e da distribuidora, ambos indicados por Panzetti para os cargos, renunciaram".

FSP, 24/6/87: "EX-OPERADOR DA CORRETORA DÁ SUA VERSÃO (...):

Folha - A que então o senhor atribui o que está acontecendo?

Bueno - Quando você compara o vulto da operação da Perdigão com o vulto da operação de compra de ATMs, você vê que a minha foi um balão de ensaio para encobrir a outra. Essa operação não deu ainda qualquer prejuízo, e foi jogada para ver se a outra era encoberta”.

FSP, 28/6/87: “A compra de ATMs é uma operação de valor muito maior que a de ações da Perdigão. Ela movimentou CZ\$ 1,5 bilhão, contra CZ\$ 48 milhões no caso das ações. Essa soma é tão grande, que nem mesmo o BANESPA tinha dinheiro suficiente para pagar os títulos, e teve que recorrer a outras instituições. (...) Os títulos que o BANESPA comprou foram emitidos no dia 15 de março de 1987, justamente o dia em que tomava posse o governador Orestes Quércia. Quem emitiu foi a prefeitura de São Paulo, onde Jânio Quadros se declarava amigo de Quércia. Quem leiloou foi o Banco Regional de Brasília, subordinado ao amigo de Quércia e ex-secretário particular de Jânio, o governador José Aparecido, do Distrito Federal. A valores de maio, os títulos foram leiloados a CZ\$ 128,95, numa série, e CZ\$ 181,61, em outra. Para os valores da mesma data, a corretora BANESPA pagou CZ\$ 161,56 pelos primeiros e CZ\$ 247,20 pelos segundos. Isso quer dizer que, entre a data do leilão e a compra pelo BANESPA, os donos dos títulos ganharam 102,52% ao ano acima da correção monetária do período no primeiro caso e fantásticos 267,84% ao ano, no segundo. A pergunta, nesse caso, é: quem ganhou? A resposta não é fácil. (...) Sabe-se apenas que um pouco antes de consumada a transação, Jânio e Quércia tiveram um afável almoço, onde as contas da prefeitura voltaram para o BANESPA, depois de terem sido tiradas pelo próprio Jânio”.

FSP, 2/7/87: "O presidente do BANESPA, Otávio Ceccato, conhecia a operação de compra de ATMs antes de seu fechamento. Essa é a principal conclusão do depoimento de Carlos Eduardo Sanfins Arnon, coordenador jurídico do BANESPA (...) informou também que o presidente do BANESPA havia lhe comunicado a demissão de Paulo Pfander e de Fernando Pinheiro Machado na manhã do dia 13, e que esta data teria sido alterada para dia 14 à tarde em função de um acordo comum entre os dois presidentes e Ceccato. A operação de compra de ATMs foi feita a termo, no dia 13 à tarde".

FSP, 3/7/87: "A compra de ATMs pela corretora BANESPA foi um negócio previamente organizado, que transferiu um mínimo de CZ\$ 175 milhões dos cofres públicos para bolsos particulares num único dia. O provável autor da montagem da operação é Paulo Pfander, ex-presidente da distribuidora BANESPA. (...) a operação foi fechada a termo, na tarde do dia 13 de maio deste ano. Nesse momento, o presidente do BANESPA, Otávio Ceccato, já tinha determinado sua demissão (de Pinheiro Machado), bem como a de Pfander. Na ocasião, o vendedor ainda não tinha os papéis. Nem Machado nem Pfander deram qualquer tipo de aviso dentro da corretora, onde ninguém sabia da transação. Os primeiros sinais apareceram apenas na manhã do dia seguinte, quando o vice-presidente da corretora, Ivens Camargo, alertou a mesa de open para a possível existência de operações ilegais. Foi quando os papéis iniciaram uma longa viagem na direção da corretora. Originalmente, as apólices do Tesouro Municipal estavam na carteira do Banco Mercantil de Desconto, que os tinha comprado para investir a longo prazo. Até então, ninguém havia procurado o banco. Mas, na manhã do dia 14,

começaram a aparecer ofertas de compra em série e o banco acabou vendendo por um preço não muito acima da avaliação da GEROF (Gerência de Operações Financeiras do Banco do Brasil). (...) Por volta das 10h do dia 14, finalmente os presidentes da corretora e da distribuidora deram conhecimento da transação, que já estava em marcha. O diretor de open, Enio Sayago, recusou-se a assinar o boleto (papeleta de registro da transação), e uma longa discussão sobre a operação começou na corretora. Enquanto isso acontecia, os papéis passavam de instituição, deixando lucros para todos. Primeiro foi a Masson, uma distribuidora do Rio de Janeiro, que comprou do banco e vendeu para outro banco, na mesma cidade. Acontece que este banco não comprou para si, mas para um cliente, uma empresa de participações chamada Plangiro. Em poucos minutos, essa empresa determinou a venda dos papéis para uma corretora carioca, a Operacional. Nesses poucos minutos, teve um lucro superior a CZ\$ 170 milhões. Ontem, no mercado financeiro, comentava-se que a montagem da operação poderia ser evidenciada pelo fato do grosso do dinheiro da transação ter sido descarregado numa empresa não financeira, que não está sujeita a controles do Banco Central. Da Operacional os papéis fizeram a última escala antes de chegar às mãos do BANESPA numa outra distribuidora, a Price. A Price é dirigida no Rio de Janeiro por Abel Ferreira da Rocha, que é amigo de Paulo Pfander. Abel esteve algumas vezes na distribuidora BANESPA durante a gestão do amigo, onde foi apresentado a diversos funcionários. No final da tarde, os papéis finalmente foram para a carteira da corretora BANESPA, da qual Fernando Pinheiro Machado não era mais presidente. Paulo Pfander, o outro a assinar o boleto também já não presidia mais a distribuidora. (...) os papéis

chegaram ao BANESPA a um preço aproximadamente 20% maior que os da manhã. Toda a diferença foi ganha nesse dia”.

FSP, 5/7/87: “Dizendo-se ameaçado de morte, Paulo Pfander dá, em entrevista exclusiva à folha, sua versão da operação:

- Eu trabalho desde 1970 no mercado financeiro (velo do mercado carioca) (...). A distribuidora do BANESPA era uma instituição totalmente acéfala. Era uma distribuidora com um patrimônio líquido de CZ\$ 400 milhões, aproximadamente, maior do que muitos bancos no país, e não tinha alavancagem. Ela simplesmente vendia CDBs para as agências do banco. (...) decidimos alavancar a distribuidora para conseguir maiores recursos para o banco. (...) Mas, para alavancar a distribuidora e a corretora, era preciso evitar que ambas concorressem entre si. Daí surgiu a idéia de unir as mesas de operação das duas instituições, o que aliás era um projeto antigo dentro do BANESPA. Assim, você economizaria espaço e pessoal, além de agilizar os negócios. A meu ver, foi isso (demissões) que detonou todo o processo de retaliação que vivemos hoje. (...) nossa posição em Obrigações do Tesouro de Minas era perigosa. (...) Já havia um estudo aprovado pelo Ceccato de se aumentar a alavancagem da distribuidora e da corretora. A corretora tinha pouco mais que uma vez seu patrimônio em papel e poderia ter trinta vezes mais papel. O banco captava CZ\$ 20 milhões por dia e nós só tínhamos 10% disso em papéis. A diferença era coberta pelo caixa do banco, que tinha de ser aplicado em LBCs para latrear as operações. Eu mesmo sugeri em reuniões do comitê financeiro que o caixa do banco era pessimamente administrado. (...) Era impossível administrar sendo atacado da forma como estávamos. Eu não tinha a

menor intenção de continuar e a iniciativa (de demissão) partiu da gente. (...) Para você propor a compra ou a venda de um determinado papel, você precisa ter, pelo menos, uma ponta de venda. Se houvesse anúncio público, o preço do papel aumentava. Nós já tínhamos uma oferta, que nós analisamos, estudamos o preço e levamos a ele (Otávio Ceccato). Quando ele autorizou, nós fechamos a operação a termo porque já era de tarde. Essa é uma operação comum no mercado. (...) Nesse mercado o que vale é a palavra. O boleto só é necessário para a liquidação. Antes você precisa fazer um bom cálculo de fluxo para chegar a seu preço. (...) Se você pedir cálculos, o mercado inteiro fica sabendo. O departamento técnico é de retarguarda. (...) O vice-presidente da corretora, o Ivens, que desconhecia totalmente a transação, já estava falando que ela ia dar prejuízo, num pré-julgamento totalmente tendencioso. (...) eu tinha checado meus cálculos com a Multiplíc (...). No mercado financeiro devem estar dando risada do BANESPA. Eles sempre erraram nas contas. (...) Quando você trabalha há vinte anos num mercado, é impossível que você não conheça todo mundo. É normal que a oferta venha de um amigo. (...) se alguém ganhou antes, eu nem poderia examinar. Eu só tinha uma oferta, que me pareceu boa, para trabalhar. No mercado, nunca se analisa o passado do papel, mas apenas sua rentabilidade. O que aconteceu antes não interessa".

FSP, 4/7/87: "A Plangiro é o que se pode chamar de uma empresa fantasma (...) lucrou mais de CZ\$ 170 milhões, 1.700 vezes mais que seu capital, em poucos minutos, ao comprar títulos da distribuidora Masson e vender a corretora Operacional. O diretor de Fiscalização do

Banco Central considerou as diferenças de valores da transação 'absurdos': 'numa operação normal, as diferenças máximas são da ordem de 1%, e, neste caso, chegaram a superar a 10%'".

Idem: "Uma possível 'operação espuma' (operação fictícia para elevar a cotação de papéis pouco negociados), que teria antecedido a compra das ações da Perdigão Agroindustrial pela corretora BANESPA".

FSP, 7/7/87: "(...) foi possível remontar a distribuição do dinheiro na transação, que rendeu um total de CZ\$ 172.477.124,10 para os participantes. Quase todo esse dinheiro - para ser mais exato CZ\$ 171.256.000,00 - ficou para uma pequena empresa, a Plangiro Empreendimentos e Participações. Para se ter uma idéia da disparidade de lucros, as outras quatro intermediárias envolvidas nas transações das ATMs tiveram um lucro de CZ\$ 1,2 milhão. (...) ela comprou, através de um banco, CZ\$ 1,37 bilhão em títulos, vendidos em poucos minutos por CZ\$ 1,53 bilhão. Isto só seria possível se o banco obtivesse garantias firmes, o que é pouco provável. Outra possibilidade aventada no mercado financeiro é a de que ela já tivesse comprador. (...) a Plangiro teria dado vários cheques ao portador no dia que obteve esse lucro, ou seja, o dinheiro já estaria em outras mãos. (...) Vai ser difícil descobrir quem foram os beneficiários finais de todo o negócio".

FSP, 16/7/87 (EDITORIAL): "O CASO BANESPA: (...) toda uma instituição se vê ameaçada em sua credibilidade. O patrimônio máximo de um banco é a confiança que seja capaz de inspirar. O escândalo atingiu-a

frontalmente. (...) se se preocupa com a credibilidade do banco que preside, (...) só lhe resta uma atitude: demitir-se do cargo que ocupa. (...) permanecer no cargo significa aprofundar o desgaste do BANESPA. (...) é a respeitabilidade de uma instituição que sairá gravemente ferida".

FSP, 22/7/87: "A Receita Federal foi lesada em CZ\$ 68,5 milhões na operação de venda de ATMs (...) A corretora Operacional não recolheu, ao adquirir as apólices da empresa 'fantasma' Plangiro, o imposto de renda de 40% sobre o lucro obtido pela Plangiro. (...) A Plangiro, segundo jargão da Receita Federal, é uma empresa 'laranja', ou seja, uma empresa de fachada. No cadastro da Receita, ela aparece com um endereço falso".

FSP, 26/8/87: "(...) todos os que tiveram participação nas transações irregulares, inclusive ex-administradores da Invesplan - que já teve seu controle acionário vendido à Pebb Corretora -, responderão ao processo administrativo e estarão sujeitos a sanções administrativas, que vão até a inabilitação permanente para o exercício de direção ou gerência de instituições financeiras".

FSP, 10/3/88: "A Polícia Federal conseguiu identificar um dos personagens-chaves do caso BANESPA: o empresário Henrique José Chuecke (em viagem no exterior), dono da agência Paladium Turismo e Viagens, em Copacabana. Ele foi identificado a partir de depoimento de Sebastião Conceição da Silva, receptor do cheque de CZ\$ 55 milhões emitido em maio do ano passado pela empresa Plangiro (...) todos os

indícios é de que foi usado como 'testa-de-ferro' (...) desempenha de fato uma função de office boy na agência. (...) a empresa (Piangiro) foi registrada em nome de Adilson Silva, um lavador de carros de Nova Iguaçu, que nunca foi localizado. (...) já está comprovado que a compra e venda das ATMs foi 'planejada'".

FSP, 23/5/88: "O presidente do BANESPA, Otávio Ceccato, foi afastado do cargo pelo governador Orestes Quércia. Há um ano ele está envolvido no caso BANESPA, e está também sendo acusado de envolvimento em outro caso, conhecido como 'escândalo da raspadinha'. Apesar disso, Ceccato continua no governo, agora na Secretaria da Indústria e Comércio".

CONCLUSÃO

Nosso objetivo, com esta tese, em termos de pensamento econômico, foi de qualificar, a partir do estudo de um caso, o que a CEPAL divulgou a respeito de instituição financeira desenvolvimentista. Verificando a pertinência histórica de tal visão, pretendemos ter assumido condições de prognosticar a tendência evolutiva desta instituição. Em outras palavras, gostaríamos de ser capazes de, com argumentação científica, expor (e defender) nossa tese da necessidade de permanência futura de instituições financeiras públicas, com controle social democrático, para atuação de caráter desenvolvimentista na economia brasileira.

Concluimos, pelo estudo na área financeira, que o banco privado não supre de crédito - e provavelmente não suprirá, enquanto não se resolver o problema de financiamento do estoque de dívida do setor público e da instabilidade da economia brasileira - a quem (e nas condições que) o banco do Estado financia.

No Brasil, devido ao peso da dívida pública e sua forma de financiamento no mercado aberto, o mercado de capitais para giro de dívidas secundárias se avoluma em desfavor do mercado de crédito de criação de dívidas primárias. A tendência histórica do sistema financeiro privado no Brasil, portanto, parece apontar no sentido da "função básica dos intermediários financeiros nos países capitalistas 'maduros', que não consiste em captar recursos para financiar a expansão real do sistema econômico, mas, pelo contrário, em buscar outras aplicações para os excedentes líquidos, permitindo, assim,

manter uma taxa de rentabilidade para o capital global que mantenha as expectativas de expansão e sustente a taxa de acumulação" (CEPAL, 1976, p.117). As rendas e lucros financeiros no mercado de capitais casam estes interesses mútuos das empresas financeiras e não financeiras privadas.

Como compensação desse movimento histórico, o crédito público deve se dirigir cada vez mais às empresas pequenas e médias, à grande empresa nacionalizada, ou financiar objetivos específicos de desenvolvimento setorial e regional. Para isso, há necessidade de uma intermediação financeira específica com fundos especiais para financiar os investimentos em setores novos e estratégicos para o desenvolvimento, além dos investimentos governamentais na área social e em infraestrutura. Portanto, à margem da intermediação financeira convencional, e, provavelmente, com recursos provenientes de fundos sociais e/ou poupança financeira compulsória (na medida que a "voluntária" estará dirigida para o curtíssimo prazo de carregamento da dívida pública) esta responsabilidade desenvolvimentista deve permanecer sob gestão do setor público. Trata-se de propiciar uma oferta adequada de fundos para projetos de rentabilidade privada bem mais duvidosa a curto prazo, mas de interesse social.

Acreditamos, pela análise do caso BANESPA, que seja viável a coexistência nos bancos estatais que operam como bancos comerciais, de objetivos de tipo tradicional, para o que são utilizados, principalmente, critérios de rentabilidade e de garantias oferecidas pelos solicitantes de crédito, com metas que empregam pautas mais

flexíveis e "desenvolvimentistas" para avaliar os investimentos programados e tomar a decisão de financiamento da formação real de capital em setores prioritários para o crescimento. Os primeiros são atendidos com base em recursos captados no mercado financeiro (mecanismos de poupança financeira "voluntária") e os outros com base de repasses, seja internos (modalidades de poupança forçada), seja externos (através de tomada de empréstimos internacionais). No entanto, principalmente no que diz respeito à sua forma de operar para captar e aplicar recursos no mercado, o funcionamento dos bancos comerciais estatais, em linhas gerais, é semelhante ao dos privados. O que mais distingue essas instituições oficiais é seu papel desempenhado nos repasses, tanto de empréstimos externos (os avais do Estado são fundamentais para colocação de títulos financeiros nos mercados externos de capital), quanto de fundos parafiscais de empréstimos.

Se não há mais, pelo menos a curto e médio prazo, possibilidade de retorno dos financiamentos externos à economia brasileira, tem de se buscar soluções domésticas para o financiamento público. A manutenção das instituições financeiras estatais desenvolvimentistas, durante esta crise, é um mecanismo institucional de superação da própria crise.

Portanto, em sua função extra-mercado, ou melhor, compensatória do funcionamento espontâneo do mercado financeiro, é relevante a atuação desenvolvimentista dessas instituições financeiras estatais. Principalmente no que tange às próprias regiões. A concentração

regional no Brasil não é só industrial, mas é também financeira, tanto no mercado de crédito, quanto no mercado de captação. Na realidade, como uma das condições para a sobrevivência saudável dessas empresas financeiras estaduais, elas teriam também de obter igualdade de condições com as concorrentes privadas e, à semelhança do BANESPA, disputar fundos nos centros financeiros do país e aplicar, o máximo possível, no desenvolvimento da região de origem. Evidentemente, deve-se ressaltar a necessidade de gestão honesta e competente, e o princípio de que "empréstimos geram depósitos", ou seja, sem disputar clientela também no mercado de crédito dos centros financeiros torna-se mais difícil concorrer na captação de recursos no mercado de capitais.

Os bancos estaduais se comprometeram ao manter o financiamento público em época de crise fiscal de seus governos. Enquanto uma reforma fiscal não resolver o problema, trata-se de preservar (e ampliar) os fundos parafiscais para o repasse destes bancos.

Para colocar um termo nesta pesquisa, que contemplou quase 80 anos de história financeira, resta o remate com duas proposições. Esta "crise da dívida externa" que o Banco do Estado vivencia no presente seria a terceira em sua história: a primeira relacionada com o franco, a segunda com a libra esterlina e esta com o eurodólar. A analogia mostra que o que se disputa é a histórica "socialização do prejuízo cambial". Sem querer apostar num prognóstico, e evitando o determinismo, pois as ações humanas podem se dar por decisões de vontade que superam o condicionamento do precedente, através de

rupturas, a extrapolação possível, que infere sua existência futura a partir da continuidade de sua história passada e de permanência de processos estruturais, é que superará mais esta crise. Não há como suprimir o Banco do Estado, já que não se conseguirá suprir sua função com o sistema bancário privado. A preservação desta instituição (com a reinstitucionalização necessária) é fundamental para atravessar este período de crise e retomar prontamente sua atuação desenvolvimentista.

Achamos que o que se deve buscar não é sua transformação, como querem os liberais, em uma "instituição de mercado", buscando às cegas a maximização do lucro, com a "privatização" de sua gestão. Esta tentativa, por exemplo, colocando "especialistas do mercado financeiro", para adotar em instituição pública "receitas da iniciativa privada", sem a devida cautela, na direção de sua corretora e distribuidora, acabou provocando o escândalo público recente, em que se aproveitou da interferência política do governador - a determinação, por troca de favores políticos e/ou reciprocidade, de se adquirir títulos de dívida da Prefeitura de São Paulo - para se fazer uma negociação em proveito pessoal. Isto não significa que deva se eximir de disputar fontes de rendas extraordinárias, aliás como sempre fez em sua história. Implica, simplesmente, que esta atuação "de mercado" deve estar subsidiando a atuação "desenvolvimentista".

Criticamos também a proposta de "ultracentralização" federal das decisões, seja de transferir suas atividades operacionais para o Banco do Brasil e/ou Caixa Econômica Federal, seja de colocar toda responsabilidade de controle e fiscalização para o Banco Central.

Propomos, além das reformas estruturais (financeira e fiscal), revisão da estrutura da alta administração e da gestão do banco do Estado. Principalmente, no critério de escolha de sua direção, de forma a limitar as ingerências políticas e a deturpação de sua gestão. Para aumentar o controle democrático, deve-se permitir a participação de representantes eleitos por diversos setores da sociedade no Conselho de Administração e garantir a participação de representantes de funcionários na Diretoria. A criação de uma tecno-estrutura permanente e de alto nível profissional e a profissionalização especializada de seus dirigentes, com critério técnico de avaliação de cada membro, seria uma forma de evitar descontinuidade e incompetência administrativa. A fim de sanar o risco do "corporativismo", é necessário ter metas de atuação desenvolvimentista, orientada por um plano governamental, e mecanismos para as autoridades responsáveis por sua fiscalização responderem judicialmente pela eventual omissão na função.

Achamos que esta proposta de mudança significa uma alternativa às que decorrem da bi-polarização do debate contemporâneo - "privatizantes" versus "estatizantes" -, no sentido de colocar em discussão também a introdução gradativa do princípio da autogestão no Banco do Estado, no caso, o BANESPA.

SUMÁRIO

BANCO DO ESTADO: O CASO BANESPA

O estudo de um caso bem sucedido de banco de Estado - o BANESPA - revelou que, desde sua origem, a iniciativa privada não teria condições de assumir suas funções. O antecedente histórico comprovou a tentativa fracassada, mesmo apoiada pelo estado, de uma intervenção indireta deste no mercado, através de um banco privado com capital de origem estrangeira. O BANESPA já surgiu, em 1926, como agente financeiro do governo paulista, responsável pelo repasse de recursos (externos), para fomento da política de valorização do café. Após a crise de 1929, na qual teve papel decisivo, seja quando detonou, seja no reajustamento econômico posterior, foi se intensificando a cooperação do Banco com o governo do Estado, no recebimento de impostos e taxas, resgates de bônus, pagamento de coupons da dívida interna do Estado, colocação das Consolidadas Paulistas, etc.. Acompanhou também a diversificação da economia paulista no rumo do interior do Estado. Mas, na verdade, o BANESPA se aproveitou mais do volume de negócios propiciado pela agricultura do Estado de São Paulo, principalmente na área de comercialização, através de desconto de títulos envolvidos nas transações mercantis a prazo, do que propriamente grande número de agricultores paulistas tenha se beneficiado de seu crédito.

A atividade bancária era, desde o início da República, essencialmente urbana. Os bancos comerciais captavam os excedentes gerados pela produção agrícola, principalmente descontando títulos comerciais, para

"irrigar" a economia urbana. Assim, os bancos privados preocupavam-se muito mais com a disputa do mercado bancário metropolitano, que, pela concentração populacional e industrial, certamente oferecia maiores oportunidades de negócios com liquidez, segurança e rentabilidade satisfatórias. O Banco do Estado, para compensar o descaso desses bancos com o interior, não necessitando tanto concorrer por depósitos na região de maior concentração econômica, na medida que estava, de certa forma, "garantido" pelos depósitos do governo do Estado e dos funcionários públicos, pode dedicar-se à ampliação de sua rede de agências por todas as regiões do Estado. Aproveitou então o potencial econômico do interior paulista, bem maior do que o de grande parte dos Estados do país. Isto não significa que relegou a segundo plano o mercado da metrópole paulistana, pelo contrário, inclusive consolidou o respeitável patrimônio imobiliário, durante seu boom urbano.

Mas pelo menos até meados dos anos 50, o volume de negócios ligados ao café, mediante amplo financiamento no interior e no porto de Santos, com a segurança e a velocidade com a qual as aplicações voltavam para o Banco, assegurava-lhe rentabilidade superior à que obteria em negócios em outras regiões do país ou mesmo com outros produtos. Com o declínio do café e a ascensão relativa dos negócios no setor urbano-industrial e com outras lavouras, numa época de aceleração inflacionária, passou a ser mais vantajosa a diversificação de aplicações, acumulando maior volume de depósitos para obter "lucros inflacionários" com base no elevado diferencial entre taxas de aplicação e de captação.

Mas como peça integrante do conjunto responsável pelas finanças de São Paulo, o BANESPA deu amplo apoio às realizações governamentais. Concedeu financiamentos aos contratantes de obras, principalmente aos empreiteiros de pavimentação de estradas de rodagem. Fez adiantamentos às empresas hidroelétricas e industriais do Estado, aos departamentos de águas e esgotos e de estrada de rodagem, às estradas de ferro governamentais e a outros empreendimentos de infraestrutura. Concedeu aval ou fiança a contratos de entidades estatais, ou ligadas ao Estado, desempenhando assim suas atribuições de agente financeiro público.

No entanto, até 1964, embora cerca de 2/3 dos depósitos realizados no BANESPA fossem feitos pelo governo, este não era relativamente privilegiado por empréstimos: a maior parte destes destinava-se às atividades industriais; peso significativo também teve o financiamento à comercialização, seja da produção agrícola, seja de matérias primas e vendas de produtos das indústrias. A relação empréstimos/depósitos da atividade agropecuária foi sempre extremamente favorável a esta, na medida que recebeu muito mais do que forneceu recursos ao Banco, situação inversa à dos Poderes Públicos e do público, mas semelhante à do interior paulista e à de outros Estados. Comprova-se assim uma atuação "desenvolvimentista" do BANESPA.

O que mais distinguia o Banco não era a espécie de seus empréstimos. Mesmo porque tinha de ser lucrativo para seus acionistas, além de ter liquidez através de empréstimos de curto prazo e a segurança necessária em seus negócios, garantida por títulos, para

prosseguimento normal de suas atividades. Sua maior especificidade, na época, era o fato de dispor de depósitos à vista efetuados pelo governo estadual, o que propiciava dirigir suas aplicações para atividades e, principalmente, zonas geográficas não atendidas pela iniciativa particular. Em outras palavras, mais do que o tipo de atividade bancária exercida (comercial de curto prazo), seu destino ou sua localização eram as particularidades de banco oficial do Estado. Isto não significa, como vimos, que não exercia atividade de fomento.

Na realidade, o BANESPA cuidou de "reservar mercado", com a expansão de sua rede de agências, no rico potencial de captação de depósitos à vista no desenvolvido mercado do interior paulista (que detem, em termos de Brasil, 10% da população, 22% da produção industrial, 15% da agrícola e 17,5% da renda nacional, tendo o segundo PIB regional, depois do "Estado de São Paulo"), como que antevendo a progressiva queda relativa dos depósitos do governo estadual, com sua superação pelos depósitos do público, após a reforma financeira de 1964/65. Com as transformações que esta trouxe no mercado financeiro, tratou também de acompanhar outros grandes bancos no processo de concentração, conglomeração, internacionalização e automação bancária. Manteve, entretanto, sua especificidade nas relações de trabalho com seu funcionalismo.

Com a progressiva desmonetização da economia brasileira, posterior a 1974, seus empréstimos se descolaram dos depósitos à vista e passaram a se apoiar na utilização dos repasses externos e, principalmente, das entidades financeiras oficiais. Com estes recursos, constituiu uma

exceção no quadro generalizado de crise de crédito, mantendo sua liderança em empréstimos (não considerando o Banco do Brasil) e beneficiando principalmente obras de saneamento básico, transportes e infra-estrutura dos municípios, bem como a atividade industrial, através financiamento de investimentos via FINAME.

Como outros bancos, na crise financeira dos anos 80, o BANESPA desfrutou de duas fontes de renda extraordinária: a arbitragem de um diferencial entre taxas ganhas na aplicação (juros e correção monetária) e pagas na captação de depósitos à vista ("dinheiro de custo zero"), o qual tornou-se muito flexível pela conjuntura de alta inflação, e rendas e lucros financeiros vinculados com aplicação de float no financiamento do estoque de dívida pública. Tinha vantagem em razão de sua penetração na economia paulista, de deter o monopólio das liberações dos desembolsos do setor público estadual e de dispor da maior parte dos spreads nos repasses de fundos públicos. No entanto, sua rentabilidade não acompanhou o crescimento vertiginoso da dos seus concorrentes; mas também não foi tão oscilante, nos anos da crise. No período de ajustamento ao Plano Cruzado, face ao conjunto de grandes bancos privados nacionais e grandes estrangeiros, foi do BANESPA a mais alta taxa de lucro.

O resultado mais grave de toda a "crise da dívida externa" foi o acúmulo de "ativos imprestáveis" pela inadimplência das empresas estaduais, às quais repassou recursos externos. Mas o saneamento financeiro do Estado de São Paulo, que virtualmente eliminou o déficit público na administração direta, num período de crise fiscal.

em que ocorreu o oposto com a maioria dos outros Estados brasileiros, reduziu muito a demanda de crédito do setor público ao BANESPA; periodicamente, contudo, o problema da rolagem da dívida do setor público estadual o afeta diretamente.

Foi, portanto, uma situação fiscal muito mais amena em São Paulo do que a que ocorreu em vários Estados, onde passou-se a apelar para recursos de seus próprios bancos até para pagar funcionalismo. Condenados ao papel de caixas auxiliares de seus governos, essas instituições financeiras oficiais captaram recursos por meio de colocação de CDB e RDB a taxas acima das vigentes no mercado, para disputar espaço nos centros financeiros de São Paulo e Rio de Janeiro. Como os Estados não pagavam seus compromissos, diversos bancos comerciais estaduais ficaram sem condições de resgatar tais títulos no vencimento, tendo que incorrer às reservas que tinham que ser mantidas no BACEN, o que foi motivo de multas e outras penalidades, até chegar, em alguns casos, à intervenção.

ANEXO ESTADÍSTICO

QUADRO VI.1

DEPÓSITOS, EMPRÉSTIMOS E DISPONIBILIDADES DESDE A FUNDAÇÃO DO BANCO

SALDOS EM FIM DE ANO

(Em milhares de cruzeiros)

ANO	DEPÓSITOS			Empréstimos	DISPONIBILIDADES		
	A vista	A Prazo	TOTAL		Encaixes: Caixa e Dis- ponível nos Bancos	Correspon- dentes no País e no Exterior	TOTAL
1926	19.803	10.567	30.370	58.754	26.611	15	26.626
1927	78.052	375.442	453.494	423.484	180.671	53.885	234.556
1928	238.380	411.839	650.219	706.123	229.273	95.887	325.160
1929	227.087	482.794	709.881	998.217	110.789	69.905	180.674
1930	174.659	840.269	1.014.928	1.216.228	68.827	161.113	229.940
1931	93.650	912.696	1.006.346	1.197.525	54.574	84.212	138.786
1932	83.212	602.598	685.810	1.023.488	41.080	1.905	42.985
1933	138.573	528.643	667.218	959.176	82.440	10.466	92.906
1934	167.570	629.892	797.462	1.078.977	100.886	2.857	103.743
1935	221.982	538.925	758.907	1.090.659	59.369	29.750	89.119
1936	296.057	536.289	832.346	1.085.337	61.918	57.175	119.093
1937	313.931	549.244	863.175	1.169.723	49.757	21.226	70.983
1938	412.118	513.332	925.450	1.120.691	133.039	12.601	145.640
1939	503.422	554.638	1.058.060	1.203.731	217.788	34.748	252.536
1940	526.979	559.350	1.086.329	1.387.496	152.511	28.913	181.424
1941	650.494	609.017	1.259.511	1.349.169	166.004	27.490	193.494
1942	751.782	612.256	1.364.038	1.411.591	233.233	29.569	262.802
1943	1.174.641	402.164	1.576.805	1.427.583	395.801	44.335	440.133
1944	1.649.807	386.642	2.036.449	1.698.168	572.630	78.423	651.053
1945	1.859.906	367.982	2.227.888	1.941.811	340.461	229.216	569.677
1946	2.215.577	736.136	2.951.713	2.669.331	387.359	254.344	641.703
1947	1.955.437	1.095.984	3.051.421	2.673.627	465.152	185.441	650.593
1948	730.339	1.920.700	2.651.039	2.375.368	331.152	46.791	377.943
1949	675.735	2.000.961	2.676.716	2.434.790	379.605	33.175	412.780
1950	2.050.728	1.749.876	3.800.604	3.565.062	534.724	44.049	598.773
1951	3.211.228	1.408.279	4.619.507	5.199.911	744.200	68.330	812.530
1952	3.320.560	1.143.583	4.464.143	5.179.617	733.305	28.652	802.457
1953	2.534.658	808.897	3.343.555	5.094.125	486.960	44.624	531.584
1954	3.090.072	914.211	4.004.283	5.712.883	664.843	21.609	676.452
1955	3.927.171	1.009.376	4.936.547	5.768.552	847.269	21.153	968.422
1956	7.647.909	860.900	8.508.809	8.601.989	1.461.362	57.585	1.518.947
1957	10.337.801	660.959	11.048.760	11.665.898	1.838.075	53.961	1.890.036
1958	12.462.528	989.876	13.452.404	13.744.212	2.432.998	363.544	2.796.542
1959	23.806.947	3.744.928	27.551.875	24.434.423	5.844.331	669.809	6.514.640
1960	27.114.137	15.221.561	42.335.698	39.354.756	8.863.501	859.015	9.722.516
1961	32.384.219	17.469.729	49.853.948	50.168.368	9.337.408	1.516.683	10.854.091
1962	57.764.464	3.585.966	61.350.430	75.560.901	7.675.427	1.473.234	9.148.661
1963	89.671.656	8.902.936	93.574.592	108.184.647	15.515.893	2.804.754	18.320.647
1964	173.325.823	4.890.659	178.206.482	215.558.043	26.479.265	4.282.350	30.761.645

QUADRO VI.2

EMPRÉSTIMOS, SEGUNDO A SUA DISTRIBUIÇÃO DESDE A FUNDAÇÃO DO BANCO

SALDO EM FIM DE ANO

(Em milhares de cruzeiros)

ANO	Títulos Descontados	C/Correntes	Empréstimos Hipotecários (*)	Outros Créditos	TOTAL
1926	2.365	11.504	44.565	320	58.754
1927	116.335	168.235	47.413	91.501	423.484
1928	96.149	374.810	30.371	204.793	706.123
1929	59.376	591.610	22.416	324.815	998.217
1930	168.078	723.758	20.334	304.058	1.216.228
1931	353.728	621.070	20.888	201.839	1.197.525
1932	309.987	497.504	23.459	192.538	1.023.488
1933	247.510	481.333	24.526	205.807	959.176
1934	279.824	574.680	28.432	196.041	1.078.977
1935	297.545	538.078	24.013	231.025	1.090.659
1936	315.885	526.832	24.016	218.604	1.085.337
1937	310.149	641.264	24.112	194.198	1.169.723
1938	296.931	653.363	30.439	139.958	1.120.691
1939	340.420	667.016	31.144	165.151	1.203.731
1940	416.132	737.836	31.143	202.385	1.387.496
1941	459.544	778.747	33.908	76.970	1.349.169
1942	462.336	845.575	34.027	69.653	1.411.591
1943	792.162	541.830	34.326	59.265	1.427.583
1944	958.847	649.149	34.210	55.962	1.698.168
1945	1.081.246	757.149	36.165	67.251	1.941.811
1946	1.592.739	525.260	47.129	504.203	2.669.331
1947	1.250.272	810.231	48.745	564.379	2.673.627
1948	1.041.171	1.242.042	100.211	191.944	2.575.368
1949	801.465	1.310.089	180.810	142.426	2.434.790
1950	1.037.792	1.338.842	397.429	590.999	3.565.062
1951	2.121.505	1.707.625	534.651	636.130	5.199.911
1952	2.822.791	1.365.024	533.788	458.014	5.179.617
1953	2.017.786	2.345.626	514.010	216.693	5.094.125
1954	2.293.431	2.725.006	535.242	219.204	5.712.883
1955	3.058.005	1.837.393	665.002	208.192	5.768.592
1956	5.757.448	2.076.954	562.668	204.921	8.601.989
1957	8.116.577	2.651.503	471.963	425.855	11.665.898
1958	9.984.582	2.795.493	438.378	525.759	13.744.212
1959	18.678.268	3.391.171	430.440	1.934.546	24.434.423
1960	33.774.513	4.228.270	431.916	920.057	39.354.756
1961	43.334.527	5.094.066	548.565	1.191.210	50.168.368
1962	59.091.556	9.760.569	641.415	6.067.361	75.560.901
1963	76.687.759	15.417.504	1.061.507	18.037.577	106.184.647
1964	154.495.258	32.939.220	2.218.616	25.904.948	215.558.042

(*) Inclusive «Empréstimo Hipotecário Ouro» nos anos 1928 a 1953.

QUADRO VI.3

ATIVO REALIZAVEL E EXIGIBILIDADES DESDE A FUNDAÇÃO DO BANCO
SALDOS EM FIM DE ANO
(Em milhares de cruzeiros)

Ano	Encalxe e disponibilidades (*)	Empréstimos e outras haveres	Total dos recursos	Exigibilidades	Superavit
1926	26.628	62.928	88.922	31.334	57.588
1927	234.356	444.497	679.053	598.795	80.258
1928	325.180	647.190	972.350	867.898	104.452
1929	180.674	824.858	1.005.532	898.454	107.078
1930	229.940	1.152.880	1.382.820	1.257.791	125.029
1931	138.786	1.142.456	1.281.242	1.136.359	144.883
1932	42.985	962.292	1.005.277	851.510	153.767
1933	92.906	890.588	983.489	804.297	179.192
1934	103.743	969.613	1.073.356	883.907	189.449
1935	89.119	1.039.858	1.128.977	928.362	200.615
1936	119.093	1.122.700	1.241.793	1.045.700	196.093
1937	70.983	1.199.164	1.270.147	1.068.038	202.109
1938	145.640	1.171.689	1.317.329	1.110.407	206.922
1939	252.536	1.251.482	1.504.018	1.287.311	216.707
1940	181.424	1.428.956	1.610.380	1.387.335	223.045
1941	193.494	1.382.381	1.575.875	1.291.432	284.443
1942	262.802	1.430.468	1.693.270	1.399.444	293.826
1943	440.133	1.525.323	1.965.456	1.663.866	301.590
1944	651.053	1.809.047	2.460.100	2.153.233	306.867
1945	588.677	2.064.972	2.633.649	2.331.774	301.875
1946	641.703	2.751.288	3.392.989	3.141.876	251.113
1947	650.593	2.818.345	3.468.938	3.240.155	228.783
1948	377.943	2.685.474	3.063.417	2.849.461	213.956
1949	412.780	2.686.920	3.099.700	2.918.718	180.982
1950	598.773	3.725.225	4.323.998	4.106.705	217.293
1951	812.530	5.230.053	6.092.583	5.835.609	256.974
1952	802.457	5.749.675	6.552.132	6.321.766	230.366
1953	531.584	5.919.581	6.451.165	5.878.293	572.872
1954	676.452	6.874.630	7.351.082	6.770.038	581.044
1955	968.422	6.847.241	7.815.663	7.151.143	664.520
1956	1.518.947	9.466.668	10.985.615	10.270.194	715.421
1957	1.890.038	12.312.455	14.202.491	13.292.016	910.475
1958	2.796.542	14.805.154	17.601.696	16.306.093	1.295.603
1959	6.514.640	25.994.085	32.508.725	30.254.131	2.254.594
1960	9.722.516	40.892.965	50.615.481	47.351.923	3.263.558
1961	11.156.545	52.526.416	63.682.961	59.224.889	4.458.072
1962	9.148.662	77.213.995	86.367.657	77.944.169	8.423.488
1963	18.320.647	111.154.320	129.504.967	118.340.709	11.164.258
1964	30.781.645	291.167.402	321.929.047	228.114.602	93.814.445

(*) Compreende os saldos devedores de «Correspondentes no País e Exterior».

QUADRO VI.4

SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO BANCO DESDE SUA FUNDAÇÃO

MÉDIAS

(Em milhares de cruzeiros)

Períodos	RECURSOS			Exigibilidades	Superávit
	Disponibili- dades	Empréstimos e outros haveres	Total		
1926	20.626	62.206	82.832	81.894	57.938
1927/1931	221.823	842.376	1.064.199	951.859	112.340
1932/1936	80.599	907.000	1.080.578	902.755	189.823
1937/1941	188.815	1.286.735	1.455.550	1.228.905	226.645
1942/1946	512.874	1.916.219	2.429.093	2.138.039	291.054
1947/1951	570.524	8.439.203	4.009.727	3.789.180	220.597
1952/1956	899.572	6.931.559	7.831.131	7.278.287	552.844
1957/1961	8.416.055	20.306.215	28.722.270	33.283.810	2.436.000
1962 (*)	10.506.626	68.353.959	78.860.585	70.873.874	7.986.711
1963 (*)	14.710.498	89.271.050	103.981.548	93.491.002	10.490.546
1964 (*)	25.129.371	162.568.445	187.697.816	167.614.546	20.083.270

Notas: Média anual em cada quinquênio.

(*) Média mensal nos exercícios de 1962, 1963 e 1964.

Não incluída a verba referente à rubrica «Imobilizado» constante do Balanço (Item C).

QUADRO VI.5

CONTAS NOVAS

MOVIMENTO ANUAL

(Em milhares de cruzeiros)

ANOS	MATRIZ		AGÊNCIAS		TOTAIS	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1944	923	142.233	6.674	232.559	7.833	374.797
1945	1.159	113.836	6.811	271.988	7.906	385.824
1946	1.095	110.850	6.517	298.066	7.675	408.916
1947	1.158	236.269	7.378	354.402	9.020	590.671
1948	1.644	354.002	6.064	270.386	7.548	624.388
1949	1.402	366.102	7.078	333.159	8.480	699.261
1950	1.568	744.648	10.830	494.900	12.398	1.239.549
1951	1.673	814.545	11.427	631.847	13.100	1.446.392
1952	2.652	767.894	20.358	833.749	23.010	1.608.643
1953	2.309	813.646	18.222	795.527	20.531	1.609.173
1954	2.349	1.332.406	17.350	1.677.126	19.699	3.009.532
1955	2.509	422.060	17.319	925.202	19.828	1.347.262
1956	2.340	624.445	19.530	1.344.129	21.870	1.968.574
1957	1.995	421.408	18.051	1.233.230	20.046	1.654.638
1958	2.624	1.292.444	20.554	1.725.195	23.178	3.017.639
1959	3.189	1.090.816	21.313	2.109.619	24.482	3.200.435
1960	2.959	1.141.023	21.749	3.042.144	24.708	4.183.167
1961	2.277	1.195.711	30.612	4.468.660	32.889	5.664.371
1962	2.334	1.442.534	30.687	5.668.760	33.521	7.111.294
1963	3.373	3.010.736	34.476	11.216.801	37.849	14.227.537
1964	3.642	5.019.741	54.908	28.414.650	58.550	31.434.391

QUADRO VI.6

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS DESDE A FUNDAÇÃO DO BANCO

SALDOS EM FIM DE ANO

(Em milhares de cruzeiros)

Ano	CONTAS PATRIMONIAIS			CONTAS DE RESULTADOS		
	Capital	Reservas	Total	Receita Bruta	Despesa	Lucro Líquido
1926	50.000	7.930	57.930	2.117	297	1.820
1927	"	12.675	62.675	10.818	1.287	9.531
1928	"	29.439	79.439	23.841	1.404	22.437
1929	"	50.963	100.963	30.023	2.679	27.344
1930	"	73.102	123.102	37.060	9.114	27.946
1931	"	94.884	144.884	44.917	16.638	28.279
1932	"	103.767	153.767	36.616	14.448	22.168
1933	"	129.193	179.193	38.576	12.353	26.223
1934	"	239.449	189.449	21.914	8.266	13.648
1935	"	150.615	200.615	24.284	8.374	15.910
1936	"	146.093	196.093	27.457	11.455	16.002
1937	"	182.109	202.109	30.711	18.067	14.644
1938	"	156.922	206.922	30.562	15.909	14.653
1939	"	166.707	216.707	33.915	17.522	16.393
1940	"	173.046	223.046	44.693	27.360	17.333
1941	100.000	184.443	284.443	70.876	46.378	24.498
1942	"	193.828	293.828	87.585	65.057	22.528
1943	"	201.590	301.590	115.599	87.786	27.813
1944	"	206.867	306.867	142.574	118.318	24.256
1945	"	201.875	301.875	163.120	145.644	17.476
1946	"	192.100	292.100	204.375	188.183	16.192
1947	"	174.871	274.871	267.921	241.631	26.290
1948	"	169.590	269.590	276.104	251.769	24.335
1949	"	170.448	270.448	328.323	303.629	24.694
1950	"	168.414	268.414	429.507	394.990	34.517
1951	"	151.822	251.822	611.922	553.889	58.033
1952	"	237.356	337.356	695.352	627.549	67.803
1953	500.000	188.544	688.544	718.115	639.499	78.616
1954	"	219.424	719.424	804.207	730.786	73.421
1955	"	260.000	760.000	875.269	788.474	86.795
1956	"	320.000	820.000	1.024.619	863.598	161.021
1957	"	500.000	1.000.000	1.365.036	1.063.746	301.290
1958	"	845.000	1.345.000	1.758.234	1.308.388	449.846
1959	1.000.000	1.030.000	2.030.000	2.624.012	1.698.140	655.872
1960	1.000.000	1.450.000	2.450.000	3.735.296	2.673.435	1.061.861
1961	2.000.000	2.477.238	4.477.238	5.922.179	4.242.393	1.679.786
1962	2.000.000	3.415.409	5.415.409	8.686.392	6.606.018	2.080.374
1963	5.000.000	4.619.278	9.619.278	12.756.043	10.017.723	2.738.320
1964	16.000.000	11.746.207	27.746.207	27.386.658	20.553.838	6.832.820

QUADRO VI.7
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA DESDE 1949
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

Períodos	Juros de empréstimos em contas correntes	Juros de operações de descontos	Comissões de cobrança e outras	OUTRAS RECEITAS						Total geral
				Lucros de câmbio	Renda de títulos e imóveis do Banco	Recuperação de prejuízos	Lucros diversos	Renda de capitais não empregados em operações sociais	Total de outras receitas	
1949	204.025	75.508	23.425	1.502	18.829	430	8.805	—	25.366	328.322
1950	305.829	83.964	34.785	983	15.639	3.477	4.860	—	24.950	429.507
1951	345.262	193.842	38.358	1.942	16.845	735	14.938	—	34.460	611.922
1952	353.218	278.810	40.280	2.766	9.311	2.092	4.337	4.538	23.044	895.952
1953	380.575	187.653	31.296	1.990	7.439	3.891	95.672	9.599	118.591	718.115
1954	503.140	215.408	30.779	2.624	3.867	11.155	24.700	10.534	54.880	804.207
1955	531.356	218.454	32.284	2.645	3.014	8.038	65.019	11.359	93.175	875.269
1956	380.775	441.417	65.853	5.719	13.595	7.468	93.887	12.905	136.574	1.024.619
1957	352.053	706.159	116.100	12.480	23.096	21.645	114.262	18.641	190.724	1.365.036
1958	419.169	969.871	203.550	15.412	23.533	7.242	93.692	19.775	165.644	1.758.234
1959	482.085	1.063.701	294.202	24.971	20.681	9.462	130.214	23.716	215.024	2.624.012
1960	451.485	2.031.302	377.168	49.438	25.497	19.239	152.207	28.809	275.281	3.735.290
1961	595.048	3.841.187	986.893	59.416	22.632	19.981	303.235	33.677	498.011	5.922.179
1962	733.073	5.552.738	1.638.650	36.927	24.299	33.686	627.990	35.029	761.931	8.688.302
1963	1.430.960	5.955.051	4.290.751	91.085	15.030	23.247	911.127	38.792	1.079.281	12.756.043
1964	2.618.811	10.702.019	9.888.218	322.326	25.295	53.702	3.607.992	67.295	4.077.610	27.386.658

QUADRO VI.8
DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DESDE 1949
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

Períodos	Receita bruta	DESPESAS						Total das despesas	Lucro líquido
		Juros sobre depósitos	Ordenados e gratificação do pessoal	Impostos e taxas	Depreciação s/títulos e imóveis do Banco	Prejuízos verificados	Outras despesas		
1949	328.322	197.739	58.703	4.608	7.061	10.498	25.021	303.628	24.694
1950	429.507	250.018	76.548	4.486	21.404	11.276	31.251	394.990	34.517
1951	611.922	368.930	112.132	5.598	16.089	23.967	36.273	553.889	58.033
1952	895.952	402.090	188.674	7.155	8.702	27.858	43.070	627.549	67.803
1953	718.115	355.689	175.689	7.478	—	50.716	49.927	639.499	78.616
1954	804.207	415.277	222.088	9.191	3.005	44.448	36.177	730.786	73.421
1955	875.269	459.609	249.220	13.019	3.063	20.813	37.690	786.474	88.795
1956	1.024.619	478.432	287.071	14.933	3.364	45.122	55.276	863.598	161.021
1957	1.365.036	576.953	347.293	18.137	4.152	40.962	76.209	1.063.746	301.290
1958	1.758.234	712.617	407.096	21.330	4.854	43.934	118.537	1.308.388	449.846
1959	2.624.012	1.107.713	530.190	44.374	7.217	90.050	212.599	1.968.140	655.872
1960	3.735.290	1.452.221	750.578	62.571	12.941	47.828	347.496	2.673.435	1.061.861
1961	5.922.179	2.125.606	1.481.063	131.408	25.020	72.535	406.761	4.242.393	1.679.786
1962	8.688.302	2.596.794	3.169.291	182.420	38.172	54.562	624.779	6.608.018	2.080.374
1963	12.756.043	2.741.210	5.771.774	333.716	53.868	74.460	1.042.694	10.017.723	2.738.320
1964	27.386.658	4.531.961	14.763.688	502.898	125.428	86.485	543.400	20.553.838	6.832.820

QUADRO VI.9
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

Períodos	Dividendos aos acionistas	Fundo para aumento de capital	Fundo de reserva legal	Fundo de previsão	Fundo para prejuízos eventuais	Lucros suspensos	Gratificação ao pessoal do Banco	Dotação para melhoramentos na chácara S. João		Total
1949	12.000	—	1.235	7.000	—	1.490	2.460	500	Dotação para a Colônia de Férias	24.694
1950	20.000	—	1.726	6.500	—	840	3.451	2.000		34.517
1951	17.000	—	2.902	5.000	18.000	7.327	5.804	2.000		58.038
1952	18.000	—	3.390	—	27.000	11.633	6.780	1.000		67.803
1953	24.354	—	3.831	—	32.297	9.173	7.861	1.000		78.616
1954	30.756	—	3.672	—	30.600	51	7.842	1.000	—	73.421
1955	38.285	—	4.840	15.957	18.000	533	8.630	1.000	—	86.795
1956	60.000	—	8.050	50.861	—	25.007	16.103	1.000	—	161.021
1957	60.000	30.000	15.065	80.753	50.000	34.343	30.129	1.000	—	361.290
1958	60.000	70.000	13.681	186.465	120.000	3.715	44.985	1.000	—	449.846
1959	75.000	180.000	16.480	145.000	114.323	136.502	65.567	1.000	—	655.672
1960	112.635	—	81.540	325.519	—	431.981	106.186	1.000	—	1.001.861
1961	195.299	—	200.000	802.217	—	297.291	167.979	2.000	15.000	1.479.786
1962	240.000	—	150.000	900.000	—	700.337	208.037	2.000	30.000	2.080.374
1963	420.000	—	150.000	1.000.000	—	858.488	273.832	3.000	33.000	2.738.320
1964	996.433	—	1.850.000	3.300.000	—	3.300.000	683.282	9.000	72.000	6.832.920

QUADRO VI.10

DEPÓSITOS

(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

MATRIZ

AGÊNCIAS

Períodos	A Vista	A Prazo Fixo	Total	A Vista	A Prazo Fixo	Total	Total Geral
1949	488.151	1.844.442	2.332.593	254.268	96.852	351.120	2.683.713
1950	914.253	1.786.127	2.699.380	360.746	120.309	481.055	3.181.435
1951	2.422.034	1.814.924	3.737.558	464.204	160.538	624.742	4.362.300
1952	2.827.016	1.035.422	3.862.438	638.271	221.770	858.041	4.720.479
1953	1.700.486	724.920	2.425.406	814.984	173.768	988.747	3.414.153
1954	1.839.261	703.102	2.542.363	1.007.958	164.852	1.172.806	3.715.169
1955	2.294.022	899.674	3.193.696	1.236.104	184.582	1.420.686	4.614.382
1956	4.289.144	749.040	5.038.184	1.646.196	183.299	1.829.495	6.867.679
1957	7.272.948	616.087	7.889.015	2.140.758	173.413	2.314.171	10.203.186
1958	9.041.823	667.603	9.709.486	3.001.293	193.250	3.194.543	12.904.029
1959	17.192.756	1.837.654	19.030.810	4.104.005	226.314	4.330.319	23.360.859
1960	23.676.938	7.040.588	30.737.526	5.338.400	208.888	5.607.348	36.344.874
1961	22.514.522	10.021.271	41.535.793	7.215.443	297.117	7.512.560	49.048.353
1962	31.597.478	18.988.180	47.986.658	11.527.479	824.767	11.852.246	59.838.904
1963	52.027.404	3.629.201	56.556.605	17.986.189	303.652	18.289.841	74.846.446
1964	93.852.730	4.057.308	97.910.038	38.007.468	377.088	38.384.556	136.294.594

Nota -- Médias mensais.

QUADRO VI.11

EMPRÉSTIMOS

(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

MATRIZ

AGÊNCIAS

Período	Títulos Descontados	C. Correntes Garantias (+)	Carteira Hipotecária (++)	Carteira Agrícola (+++)	Títulos Descontados	C. Correntes Garantias (+)	Carteira Hipotecária (++)	Carteira Agrícola (+++)	Total Geral
1949	682.193	1.273.653	154.825	7.168	232.706	103.658	1.008	26.009	2.480.814
1950	553.398	1.576.991	332.846	6.723	321.309	133.370	1.260	36.927	2.962.324
1951	1.221.503	2.183.663	507.313	10.607	535.150	147.275	900	14.104	4.620.517
1952	1.643.765	2.035.710	535.936	4.185	913.084	173.817	769	13.641	5.320.907
1953	1.182.340	1.687.901	624.663	3.812	785.669	199.065	693	83.996	4.418.148
1954	1.477.326	2.239.014	517.057	8.845	717.973	217.887	1.890	145.472	5.319.963
1955	1.657.746	2.407.712	590.670	8.439	783.609	172.413	1.516	155.951	5.778.056
1956	2.226.565	1.609.134	630.892	4.475	2067.079	182.773	3.509	223.424	6.952.791
1957	3.592.061	2.000.669	491.062	11.563	3.273.169	260.982	18.255	436.343	10.079.104
1958	5.157.043	2.005.118	439.815	408.370	4.064.248	143.491	17.001	806.713	13.038.797
1959	10.191.881	2.148.702	410.880	696.515	5.557.162	165.495	18.765	878.447	20.267.907
1960	18.184.439	2.388.094	418.301	1.045.923	8.076.770	253.781	24.380	1.469.338	31.862.032
1961	27.409.503	2.777.144	405.819	362.906	11.879.866	379.221	62.142	2.078.368	45.443.069
1962	35.407.486	3.203.673	441.925	3.046.104	20.477.515	471.975	132.287	3.410.064	66.590.979
1963	35.383.344	5.427.493	659.976	6.687.835	28.086.044	618.737	179.629	7.856.718	84.899.776
1964	46.769.647	8.493.147	953.882	14.718.014	66.657.659	696.177	518.036	15.716.289	154.522.651

(*) Compreende, também, «Penhores Industriais».

(**) Até 1956, inclui saldo da Carteira Hipotecária «Ouros».

(***) Compreende «Penhores Agrícolas», «Penhores Pecuários» e «Diversos».

Médias mensais.

QUADRO VI.12

DEPÓSITOS
POR ATIVIDADE ECONÔMICA
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

Atividades	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Agricultura e Pecuária	82.861	102.579	133.649	154.165	182.261	216.476
Comércio	233.185	354.625	435.980	508.935	569.849	596.270
Indústria	63.586	171.441	169.508	247.093	247.271	282.475
Poderes Públicos	1.786.865	1.938.565	3.062.290	3.268.963	1.819.330	2.038.881
Populares	512.736	564.225	560.895	741.323	795.442	781.066
Totais	2.683.713	3.131.435	4.362.300	4.720.479	3.414.153	3.715.168

Atividades	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agricultura e Pecuária	283.562	346.107	423.486	527.525	763.683	966.915	1.283.234	1.939.532	2.828.011	6.306.441
Comércio	464.232	600.111	770.273	2.011.867	1.655.156	3.117.753	4.742.773	6.921.403	8.001.847	14.828.419
Indústria	320.910	410.332	624.487	876.577	1.768.534	2.983.665	4.882.458	7.541.480	9.249.405	17.662.029
Poderes Públicos ..	2.593.747	4.430.605	7.040.352	8.761.376	16.864.227	26.270.223	34.718.520	38.566.056	47.666.304	85.428.601
Populares	951.931	1.080.464	1.344.588	1.726.684	2.309.059	2.986.318	3.421.868	4.870.333	7.101.469	12.135.100
Totais	4.614.382	6.867.819	10.203.186	12.904.029	23.360.659	36.344.874	49.048.353	59.838.904	74.846.536	136.294.590

Nota — Compreende operações da Matriz e das Agências.
Médias mensais.

QUADRO VI.13

EMPRÉSTIMOS
(POR ATIVIDADE ECONÔMICA)
(EM MILHARES DE CRUZEIROS)

ATIVIDADES	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Agricultura e Pecuária	346.005	408.844	587.958	615.223	603.625	696.695
Comércio	898.524	827.231	1.069.646	1.520.158	1.607.827	1.691.832
Indústria	849.498	951.951	954.091	961.944	1.034.466	1.084.533
Poderes Públicos	464.821	499.472	1.640.111	1.825.233	759.778	1.411.076
Populares	121.966	274.826	368.711	398.349	412.654	435.827
Totais	2.480.814	2.962.324	4.620.517	5.320.907	4.418.148	6.319.963

Atividades	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agricultura e Pecuária	742.754	1.299.428	1.990.588	2.324.262	2.703.587	3.702.946	4.886.795	7.520.470	13.312.922	27.196.365
Comércio	1.553.670	2.246.329	2.537.653	3.072.453	6.069.958	10.245.669	15.049.814	18.298.007	16.587.862	34.646.016
Indústria	1.032.880	1.865.737	4.139.204	5.639.822	8.585.627	14.840.299	22.422.533	34.192.145	44.218.326	70.991.536
Poderes Públicos ..	1.968.102	1.015.878	931.429	1.469.249	2.464.867	2.549.520	2.160.503	5.403.125	9.246.961	18.576.203
Populares	480.650	525.419	480.230	531.011	443.868	523.598	924.324	1.187.192	1.533.705	3.112.019
Totais	5.778.056	6.952.791	10.079.104	13.036.797	20.267.907	31.862.032	45.443.969	66.590.979	84.899.776	154.522.139

Nota — Compreende operações da Matriz e das Agências.
Médias mensais.

QUADRO VI.14

EMPRÉSTIMO AGROPECUARIOS

MOVIMENTO DO ANO
MATRIZ E AGÊNCIAS

Anos	Carteira Comercial	Carteira Agrícola	Total
1957	4.544.155.000,00	768.794.820,00	5.312.949.820,00
1958	4.592.154.000,00	953.377.410,00	5.545.531.410,00

EMPRÉSTIMOS AGROPECUARIOS

MOVIMENTO DO ANO
MATRIZ E AGÊNCIAS

Anos	Carteira Comercial	Carteira Agrícola	Total
1958	4.592.154.000,00	953.377.410,00	5.545.531.410,00
1959	5.678.464.000,00	1.874.733.180,00	7.553.197.180,00

EMPRÉSTIMOS AGROPECUARIOS

MOVIMENTO COMPARATIVO
MATRIZ E AGÊNCIAS

Anos	Carteira Comercial	Carteira Agrícola	Total
1960	7.254.407.000,00	2.340.774.034,00	9.595.181.034,00
1961	10.467.647.000,00	3.332.752.469,60	13.850.399.469,60

PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS
CARTEIRA COMERCIAL

ANO DE 1958

QUADRO VI.15

PRODUTOS	UNIDADES	VALOR Cr\$
Café	1.785.912 sacas	4.332.301.000
Algodão	327.579 arrobas	99.191.000
Arroz	41.093 sacos	30.199.000
Cana de açúcar	29.645 toneladas	10.565.000
Sementes de algodão ...	80.994 sacos	8.965.000
Feijão	19.959 sacos	8.093.000
Fios de lã	33.532 quilos	7.607.000
Milho	22.955 sacos	6.903.000
Amendoim	26.696 sacos	6.093.000
Rami	39.769 quilos	2.898.000
Mandioca	2.247 toneladas	2.101.000
Mamona	3.221 sacos	1.113.000
Óleo de caroço de algodão	35.500 quilos	1.000.000
Diversos	14.550 unid. div.-	1.387.000
	Soma	Cr\$ 4.518.416.000

PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS
CARTEIRA COMERCIAL

ANO DE 1959

PRODUTOS	UNIDADES	VALOR CR.\$
Café	2.990.238 sacas	6.993.407.000,00
Algodão	650.690 arrobas	292.304.000,00
Algodão (sementes) ..	253.452 sacas	13.722.000,00
Algodão (Pluma)	13.833 arrobas	4.895.000,00
Feijão	17.667 sacas	14.849.000,00
Milho	208.493 sacas	85.690.000,00
Arroz	78.525 sacas	60.811.000,00
Amendoim	50.916 sacas	16.716.000,00
Cana	1.101 toneladas	440.000,00
Rami	109.041 quilos	3.976.000,00
Mamona	1.077 sacas	421.000,00
Diversos	div. unidades	23.173.000,00
		7.510.404.000,00

PRINCIPAIS PRODUTOS FINANCIADOS
CARTEIRA COMERCIAL

ANO DE 1961

PRODUTOS	UNIDADES	VALOR (MILHARES DE CR\$)
Café	2.424.549	6.801.116
Algodão (Sementes) ...	117.482	31.032
Algodão (Pluma)	708.505	685.062
Feijão	1.260	735
Milho	621.044	170.464
Arroz	139.265	88.095
Amendoim	217.676	68.067
Rami	551.653	197.342
Mamona	9.563	5.413
Fumo	7.017	5.000
Diversos	506.852	118.311
Juta	46.188	32.999
Malva	9.718	10.204

QUADRO VI.16

FINANCIAMENTO A AGRICULTURA

CARTEIRA AGRÍCOLA

ANO DE 1958

MODALIDADES DE EMPRÉSTIMOS	QUANTIDADE	VALOR
Hipotecários	212	18.597.000,00
Sob Penhor Agrícola ...	7.246	925.232.250,00
Sob Penhor de Máquinas	69	7.618.160,00
Sob Penhor Pecuário ...	21	1.930.000,00
Total	7.548	953.377.410,00

Principais produtos financiados: Café, Algodão, Arroz, Cana, Milho, Amendoim, Mandioca, Chá, etc.

FINANCIAMENTO A AGRICULTURA

CARTEIRA AGRÍCOLA

ANO DE 1959

Modalidades de Empréstimos	N.º de Contratos	VALOR
Penhor Agrícola	9.058	1.796.616.980,00
Hip. ao Peq. Agricultor	342	44.899.500,00
Penhor Agrícola (máquinas)	137	28.301.700,00
Penhor Pecuário	36	4.915.000,00
TOTAL	9.573	1.874.733.180,00

FINANCIAMENTO A AGRICULTURA

CARTEIRA AGRÍCOLA

ANO DE 1961

Modalidades de Empréstimos	N.º de Contratos	VALOR
Penhor Agrícola	9.587	2.938.159.300,00
Hip. ao Pequeno Agricultor	538	177.713.015,00
Penhor Agrícola (máquinas)	397	151.404.400,00
Penhor Pecuário	437	115.475.754,60
TOTAL	10.959	3.382.752.469,60

QUADRO VII.1

BANESPA

DEPÓSITOS À VISTA

SETOR PRIVADO

PESSOAS FÍSICAS

ANOS	NOMINAL CZ\$ MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1970	465	1810751	-	41	46
1971	557	1816544	0.32	41	44
1972	843	2373476	30.66	53	42
1973	1501	3659971	54.20	82	40
1974	2138	3873699	5.84	87	32
1975	3192	4469438	15.38	100	50
1976	4706	4508499	0.87	101	55
1977	6958	4802565	6.52	107	51
1978	10579	5184916	7.96	116	55
1979	18303	5062189	-2.37	113	59
1980	28448	3742278	-26.07	84	58
1981	53102	3579075	-4.36	80	54
1982	102022	3442834	-3.81	77	63
1983	197934	2147782	-37.62	48	68
1984	614888	2060490	-4.06	46	63
1985	2745193	2745193	33.23	61	66

FONTE: DADOS BANESPA

NOTA: SALDOS DE FIM DE PERÍODO EM CZ\$ MIL.

OBS: PARTICIPAÇÃO % EM RELAÇÃO AO QUADRO SEGUINTE

QUADRO VII.2

BANESPA

DEPÓSITOS À VISTA

SETOR PRIVADO

PESSOAS JURÍDICAS

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL	1975=100	PART. %
1970	547	2130067	-	47	54
1971	722	2354659	11	52	56
1972	1163	3274439	39	73	58
1973	2303	5615532	71	125	60
1974	4497	8147813	45	182	68
1975	3205	4487641	-45	100	50
1976	3845	3683633	-18	82	45
1977	6780	4679705	27	104	50
1978	8569	4199787	-10	94	45
1979	12929	3575864	-15	80	41
1980	20624	2713046	-24	60	42
1981	45361	3057331	13	68	46
1982	59509	2008191	-34	45	37
1983	93822	1018063	-49	23	32
1984	356099	1193288	17	27	37
1985	1423982	1423982	19	32	34

QUADRO VII.3

BANESPA

DEPOSITOS A VISTA

SETOR PRIVADO

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1970	1012	3940818	-	44	51
1971	1279	4171203	6	47	53
1972	2006	5647915	35	63	57
1973	3804	9275502	64	104	64
1974	6635	12021512	30	134	73
1975	6397	8957079	-25	100	69
1976	8551	8192132	-9	91	70
1977	13738	9482270	16	106	69
1978	19148	9384703	-1	105	66
1979	31232	8638053	-8	96	73
1980	49072	6455323	-25	72	73
1981	98463	6636406	3	74	63
1982	161531	5451025	-18	61	76
1983	291756	3165844	-42	35	76
1984	970087	3250762	3	36	73
1985	4169175	4169175	28	47	68

QUADRO VII.4
BANESPA
DEPOSITOS À VISTA
SETOR PÚBLICO

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1970	958	3730537		91	49
1971	1124	3665701	-2	89	47
1972	1513	4259868	16	104	43
1973	2146	5232710	23	128	36
1974	2417	4379200	-16	107	27
1975	2931	4103986	-6	100	31
1976	3743	3585914	-13	87	30
1977	6294	4344257	21	106	31
1978	9863	4833994	11	118	34
1979	11528	3188380	-34	78	27
1980	18532	2437848	-24	59	27
1981	58577	3948090	62	96	37
1982	52261	1763600	-55	43	24
1983	94295	1023195	-42	25	24
1984	367019	1229881	20	30	27
1985	1928426	1928426	57	47	32

QUADRO VII.5
BANESPA
DEPOSITOS 'A VISTA

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL	1975=100	PART. %
1970	1970	7671355	-	59	94
1971	2403	7836904	2	60	92
1972	3519	9907783	26	76	86
1973	5950	14508212	46	111	88
1974	9052	16400712	13	126	87
1975	9328	13061066	-20	100	84
1976	12294	11778045	-10	90	90
1977	20032	13826527	17	106	81
1978	29011	14218697	3	109	74
1979	42760	11826433	-17	91	75
1980	67604	8893171	-25	68	86
1981	157040	10584496	19	81	87
1982	213792	7214625	-32	55	84
1983	386051	4189039	-42	32	65
1984	1338006	4483658	7	34	57
1985	6097601	6097601	36	47	51

QUADRO VII.6

BANESPA

DEPOSITOS A PRAZO

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL 85	% REAL	1975=100	PART. %
1970	137	533490	-	22	6
1971	200	652260	22	26	8
1972	558	1571055	141	63	14
1973	799	1948246	24	79	12
1974	1326	2402491	23	97	13
1975	1772	2481154	3	100	16
1976	1446	1385314	-44	56	10
1977	4692	3238522	134	131	19
1978	10469	5131003	58	207	26
1979	14590	4035258	-21	163	25
1980	11470	1508856	-63	61	14
1981	23400	1577160	5	64	13
1982	39871	1345487	-15	54	16
1983	212531	2306174	71	93	35
1984	996355	3338786	45	135	43
1985	5842492	5842492	75	235	49

QUADRO VII.7

BANESPA

COMPOSIÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS

DEPÓSITOS TOTAIS

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL 85	% REAL 1975=100	PART. %	
1970	2107	8204658	-	47	63
1971	2603	8454544	3	48	60
1972	4077	12043458	42	69	63
1973	6749	17493408	45	100	61
1974	10378	20932426	20	120	56
1975	11100	17515800	-16	100	46
1976	13740	15347580	-12	88	37
1977	24725	19359675	26	111	38
1978	39780	22435920	16	128	36
1979	57350	21047450	-6	120	30
1980	79074	14470542	-31	83	24
1981	180440	15698280	8	90	24
1982	253663	8624542	-45	49	16
1983	598582	6584402	-24	38	16
1984	2334361	7003083	6	40	19
1985	11940093	11940093	70	68	24

FONTE: DADOS BANESPA

NOTA: SALDOS DE FIM DE PERÍODO EM CZ\$ MIL

OBS.: INFLADORES= IGP/DI COL.2 DA FGV

PARTICIPACAO RELAT. EM REL. AO QUADRO VII.11

QUADRO VII.8

BANESPA

COMPOSIÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS

RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1970	36	140184	-	8	1
1971	70	227360	62	14	2
1972	96	283584	25	17	1
1973	390	1010880	256	60	4
1974	669	1349373	33	81	4
1975	1062	1675836	24	100	4
1976	1466	1637522	-2	98	4
1977	2625	2055375	26	123	4
1978	4466	2518824	23	150	4
1979	5162	1894454	-25	113	3
1980	10214	1869162	-1	112	3
1981	21706	1888422	1	113	3
1982	38342	1303628	-31	78	2
1983	47488	522368	-60	31	1
1984	515297	1545891	196	92	4
1985	878783	878783	-43	52	2

QUADRO VII.9

BANESPA

COMPOSIÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS

RECURSOS PRÓPRIOS

(PATRIMÔNIO LÍQUIDO)

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL 85	% REAL	1975=100	PART. %
1970	464	1806816	-	68	14
1971	623	2023504	12	76	14
1972	730	2156420	7	81	11
1973	1214	3146688	46	119	11
1974	1424	2872208	-9	108	8
1975	1682	2654196	-8	100	7
1976	2799	3126483	18	118	8
1977	4407	3450681	10	130	7
1978	7100	4004400	16	151	6
1979	11033	4049111	1	153	6
1980	17012	3113196	-23	117	5
1981	35341	3074667	-1	116	5
1982	76871	2613614	-15	98	5
1983	216998	2386978	-9	90	6
1984	756220	2268660	-5	85	6
1985	3049191	3049191	34	115	6

QUADRO VII.10

BANESPA

COMPOSIÇÃO DA ORIGEM DOS RECURSOS

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

(REPASSES NO PAÍS E EXTERNOS)

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL 1975=100	PART. %
1970	739	2877666	18	22
1971	1048	3403904	18	24
1972	1524	4501896	32	24
1973	2736	7091712	58	25
1974	5983	12067711	70	32
1975	10184	16070352	33	42
1976	18933	21148161	32	51
1977	33009	25846047	22	51
1978	59982	33829848	31	54
1979	116938	42916246	27	61
1980	223493	40899219	-5	68
1981	520456	45279672	11	69
1982	1176214	39991276	-12	76
1983	2873694	31610634	-21	77
1984	8746246	26238738	-17	71
1985	34694120	34694120	32	69

FONTE: DE 1970 A 1977: DADOS DO BANESPA

DE 1978 A 1985: DADOS DE BALANÇO PATRIMONIAL

OBS.: NÃO INCLUI CORRESPONDENTE NO EXTERIOR EM M.E.

SOMA DE OBRIG. POR EMPRÉST. DO PASSIVO CIRCUL.

E DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

QUADRO VII.11
BANESPA
TOTAL DOS RECURSOS

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85	% REAL 1975=100	PART. %
1970	3346 13029324	34	100
1971	4344 14109312	8	100
1972	6427 18985358	35	100
1973	11089 28742688	51	100
1974	18454 37221718	29	100
1975	24028 37916184	2	100
1976	36938 41259746	9	109
1977	64766 50711778	23	134
1978	111328 62788992	24	166
1979	190483 69907261	11	184
1980	329793 60352119	-14	159
1981	757943 65941041	9	174
1982	1545090 52533060	-20	139
1983	3736762 41104382	-22	108
1984	12352124 37056372	-10	98
1985	50562187 50562187	36	133

QUADRO VII.12

BANESPA

REPASSES

REDESCONTOS E EMPREST. NO BACEN

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL 1979=100	PART. %	
1979	1595	441140	-	100	1.36
1980	1247	164040	-63	37	0.56
1981	1572	105953	-35	24	0.30
1982	2150	72554	-32	16	0.18
1983	8899	96563	33	22	0.31
1984	10000	33510	-65	8	0.11
1985	-				

FONTE: DADOS DE BALANCO PATRIMONIAL

NOTA: SALDOS DE FIM DE PERIODO EM CZ\$MIL

QUADRO VII.14

BANESPA

REPASSES

OBRIGAÇÕES POR EMPRÉST. NO PAIS

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL 1975=100	PART. %	
1979	92190	25497634	-	100	79
1980	180019	23681139	-7	93	81
1981	424684	28623702	21	112	82
1982	940038	31722522	11	124	80
1983	2089384	22671906	-29	89	73
1984	5954011	19951891	-12	78	68
1985	26004687	26004687	30	102	75

QUADRO VII.13

BANESPA

REPASSES

OBRIGAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL 1979=100	PART. %	
1979	422	116715	—	100	0.36
1980	315	41438	-64	36	0.14
1981	1546	104200	151	89	0.30
1982	29021	979343	840	839	2.47
1983	26665	289342	-70	248	0.93
1984	444132	1488286	414	1275	5.08
1985	2003122	2003122	35	1716	5.77

NOTA: -DESPESAS A APROPRIAR

QUADRO VII.15

BANESPA

REPASSES

OBRIGAÇÕES POR EMPREST. EXTERNOS

ANOS	NOMINAL CZ\$ MIL 85		% REAL 1979=100	PART. %	
1979	22731	6286872	—	100	19
1980	41911	5513308	-12	88	19
1981	92653	6244812	13	99	18
1982	205003	6918031	11	110	17
1983	748746	8124643	17	129	26
1984	2338103	7834983	-4	125	27
1985	6686310	6686310	13	106	19

QUADRO VII.16

BANESPA

REPASSES

TOTAIS

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL	1979=100
1979	116938	32342361		100
1980	223492	29399926	-9	91
1981	520455	35078667	19	108
1982	1176212	39692450	13	123
1983	2873694	31182454	-21	96
1984	8746246	29308670	-6	91
1985	34694119	34694119	18	107

QUADRO VII.17

BANESPA

APLICAÇÕES POR CARTEIRA

CRÉDITO GERAL

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL 85	% REAL	1975=100	PART. %
1971	2175	7064400	-	41	65
1972	2983	8811782	25	52	63
1973	4502	11669184	32	68	58
1974	7196	14514332	24	85	57
1975	10796	17036088	17	100	54
1976	13675	15274975	-10	90	45
1977	22419	17554077	15	103	43
1978	33786	19055304	9	112	38
1979	55772	20468324	7	120	35
1980	87102	15939666	-22	94	30
1981	150226	13069662	-18	77	24
1982	290997	9893898	-24	58	22
1983	871542	9586962	-3	56	27
1984	2994901	8984703	-6	53	29
1985	9808122	9808122	9	58	23

FONTE: DADOS BANESPA

NOTA: SALDOS DE FIM DE PERÍODO EM CZ\$ MIL

OBS: PARTICIPAÇÃO RELAT. EM REL. A SOMA DAS CARTEIRAS.

QUADRO VII.18

BANESPA

APLICAÇÕES POR CARTEIRA

CRÉDITO RURAL

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1971	579	1880592	-	51	17
1972	746	2203684	17	60	16
1973	1080	2799360	27	76	14
1974	1504	3033568	8	82	12
1975	2332	3679896	21	100	12
1976	3012	3364404	-9	91	10
1977	3138	2457054	-27	67	6
1978	4732	2668848	9	73	5
1979	8100	2972700	11	81	5
1980	10966	2006778	-32	55	4
1981	17996	1565652	-22	43	3
1982	43479	1478286	-6	40	3
1983	105010	1155110	-22	31	3
1984	218614	655842	-43	18	2
1985	874332	874332	33	24	2

QUADRO VII.19

BANESPA

APLICAÇÕES POR CARTEIRA

CRÉDITO INDUSTRIAL

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1971	380	1234240	-	13	11
1972	637	1881698	52	20	14
1973	1570	4069440	116	43	20
1974	3410	6877970	69	73	27
1975	5938	9370164	36	100	30
1976	1750	1954750	-79	21	6
1977	3832	3000456	53	32	7
1978	8180	4613520	54	49	9
1979	18916	6942172	50	74	12
1980	33367	6106161	-12	65	12
1981	73263	6373881	4	68	12
1982	144397	4909498	-23	52	11
1983	370552	4076072	-17	44	12
1984	1280133	3840399	-6	41	13
1985	4592080	4592080	20	49	11

QUADRO VII.20

BANESPA

APLICAÇÕES POR CARTEIRA

DESENVOLVIMENTO URBANO

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1976=100		PART. %
1971	--	--	--	--	--
1972	--	--	--	--	--
1973	--	--	--	--	--
1974	--	--	--	--	--
1975	--	--	--	--	--
1976	11377	12708109	--	100	37
1977	21590	16904970	33	133	41
1978	39478	22265592	32	175	44
1979	72744	26697048	20	210	45
1980	145998	26717634	0	210	51
1981	350706	30511422	14	240	58
1982	788017	26792578	-12	211	60
1983	1784857	19633427	-27	154	56
1984	5104377	15313131	-22	120	50
1985	23137698	23137698	51	182	55

QUADRO VII.21

BANESPA

APLICAÇÕES POR CARTEIRA

CAMBIO E COMERCIO EXTERIOR

ANOS	NOMINALCZ\$MIL 85		% REAL 1975=100		PART. %
1971	196	636608	-	53	6
1972	349	1030946	62	86	7
1973	614	1591488	54	133	8
1974	476	960092	-40	80	4
1975	757	1194546	24	100	4
1976	686	766262	-36	64	2
1977	1172	917676	20	77	2
1978	2833	1597812	74	134	3
1979	5672	2081624	30	174	4
1980	9678	1771074	-15	148	3
1981	15633	1360071	-23	114	3
1982	45277	1539418	13	129	3
1983	74146	815606	-47	68	2
1984	611938	1835814	125	154	6
1985	3631982	3631982	98	304	9

QUADRO VII.22

BANESPA

APLICAÇÕES POR CARTEIRA

TOTAL

ANOS	NOMINAL	CZ\$MIL 85	% REAL	1975=100	PART. %
1971	3330	10815840		35	100
1972	4715	13928110	29	45	100
1973	7766	20129472	45	64	100
1974	12586	25385962	26	81	100
1975	19823	31280694	23	100	100
1976	30500	34068500	9	109	100
1977	52151	40834233	20	131	100
1978	89009	50201076	23	160	100
1979	161204	59161868	18	189	100
1980	287111	52541313	-11	168	100
1981	607824	52880688	1	169	100
1982	1312167	44613678	-16	143	100
1983	3206107	35267177	-21	113	100
1984	10209963	30629889	-13	98	100
1985	42044214	42044214	37	134	100

QUADRO VII. 22-B

BANESPA

ALOCAÇÕES DE RECURSOS

APLICAÇÕES EM CARTEIRA

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL.	% REAL	1979=100	PART. %
1979	161	44584	-	100	83
1980	287	37780	-15	85	86
1981	608	40965	8	92	79
1982	1312	44281	8	99	84
1983	3206	34789	-21	78	84
1984	10210	34213	-2	77	76
1985	41188	41188	20	92	

FONTE: DADOS BANESPA

NOTA: SALDOS DE FIM DE PERIODO EM CZ\$ MILHAO

OBS.: INCLUI CARTEIRA DE CAMBIO

QUADRO VII.23

BANESPA

ALOCAÇÕES DE RECURSOS

APLICAÇÕES EM TITULOS

ANOS	OPEN	OUTRAS	NOMINAL	CZ\$ MIL	% REAL	1979=100	PART. %
1979	0,6	7,2	8	2157	-	160	40
1980	0,4	6,6	7	920	-57	43	2
1981	56,9	17,0	74	4980	441	231	10
1982	36,2	46,5	83	2790	-44	129	5
1983	0,0	59,5	60	646	-77	30	2
1984	70,0	249,3	319	1069	65	50	2
1985	2702,5	2939,5	5642	5642	428	262	

QUADRO VII.24

BANESPA

ALOCAÇÕES DE RECURSOS

ATIVO PERMANENTE

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL.	% REAL	1979=100	PART. %
1979	9	2461	-	100	5
1980	15	1946	-21	79	4
1981	31	2116	9	86	4
1982	76	2551	21	104	5
1983	222	2411	-5	98	6
1984	773	2592	7	105	6
1985	2931	2931	13	119	

QUADRO VII.25

BANESPA

ALOCAÇÕES DE RECURSOS

OUTROS ATIVOS

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL.	% REAL	1979=10	PART. %
1979	17	4757	-	100	9
1980	27	3472	-27	73	8
1981	56	374	-89	79	7
1982	93	3128	736	66	6
1983	309	3355	7	71	8
1984	2142	7178	114	151	16
1985	-	-	-	-	-

NOTA: DADO DE 1983 DISTINTO NO RELATORIO DE 1984 (991)

QUADRO VII.26

BANESPA

ALOCAÇÕES DE RECURSOS

TOTAL DAS ALOCAÇÕES

ANOS	NOMINAL	CZ\$ MIL.	% REAL	1979=100	PART. %
1979	195	53959		100	100
1980	335	44118	-18	82	100
1981	769	48435	10	90	100
1982	1563	52750	9	98	100
1983	3797	41201	-22	76	100
1984	13445	45052	9	83	100
1985	-	-			

QUADRO VII. 27

RANKING
OS 4 MAIORES BANCOS, POR DEPÓSITOS
DEPÓSITOS TOTAIS
EM CZ\$ MIL

ANO	BANCO BRASIL	BRASESCO	ITAU	BANESPA
DEZ/1974	52821	10317	7320	10378
DEZ/1975	71956	15421	9837	11100
DEZ/1976	79005	22122	13468	13740
DEZ/1977	98866	31141	20568	24724
DEZ/1978	125996	49169	31392	40690
DEZ/1979	264455	88966	52232	59108
DEZ/1980	434419	151270	92946	79075
DEZ/1981	763407	280805	171897	180440
DEZ/1982	1509046	541070	360707	253663
DEZ/1983	3875788	1186607	667364	598582
DEZ/1984	10524955	3913000	2923995	2334361
DEZ/1985	47063770	20664453	15512852	11940092
DEZ/1986	167336303	75343012	51964480	32778539

FONTE: EXAME MELHORES E MAIORES.

QUADRO VII. 28

RANKING
OS 4 MAIORES BANCOS POR DEPÓSITOS
EMPRESTIMOS
EM CZ\$ MIL

ANO	BANCO BRASIL	BRADESCO	ITAU	BANESPA
DEZ/1974	80265	8680	8538	12059
DEZ/1975	133858	15789	9839	19008
DEZ/1976	222825	20937	12788	30067
DEZ/1977	328457	29258	17497	51359
DEZ/1978	433411	46033	27029	87107
DEZ/1979	713013	73820	47886	156636
DEZ/1980	1179429	100860	82368	277432
DEZ/1981	2054257	233797	195030	587591
DEZ/1982	3471662	413444	385557	1255407
DEZ/1983	6972082	965654	809323	3131960
DEZ/1984	14936326	3594064	2770438	9593152
DEZ/1985	-	17105042	11978727	3796000
DEZ/1986	184043813	59028277	31032436	65427813
DEZ/1987	1098453996	138556167	81954224	283136847

FONTE IDEM

QUADRO VII. 29

RANKING
OS 4 MAIORES BANCOS POR DEPOSITOS
RENTABILIDADE SOBRE DEPOSITOS

ANO	EM %			
	BANCO BRASIL	BRADESCO	ITAU	BANESPA
DEZ/1974	4.5	5.9	4.2	5.4
DEZ/1975	6.7	7.7	7.2	5.5
DEZ/1976	17.5	5.1	3.1	5.1
DEZ/1977	16.8	7.4	3.7	5.5
DEZ/1978	11.5	6.4	1.9	5.7
DEZ/1979	5.8	3.6	2.1	1.3
DEZ/1980	11.3	4.1	4.0	1.8
DEZ/1981	16.2	12.9	9.9	1.9
DEZ/1982	11.8	10.0	6.9	3.6
DEZ/1983	12.6	11.6	9.5	4.0
DEZ/1984	17.4	11.1	10.8	3.8
DEZ/1985	-	-	-	-
DEZ/1986	6.5	10.0	8.7	3.1

FORTE: IDEM.

QUADRO VII.30

RANKING
OS 4 MAIORES BANCOS POR DEPÓSITOS
RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO

ANÃ	EM %			
	BANCO BRASIL	BRABESCO	ITAU	BANESPA
DEZ/1974	13.4	43.8	22.9	39.7
DEZ/1975	17.7	48.3	45.8	36.6
DEZ/1976	33.9	28.4	19.2	25.1
DEZ/1977	24.6	35.8	22.2	30.9
DEZ/1978	17.1	25.9	11.3	33.4
DEZ/1979	11.1	14.4	12.1	7.3
DEZ/1980	21.1	16.1	18.5	8.7
DEZ/1981	22.6	35.7	39.9	10.2
DEZ/1982	15.2	21.2	18.5	12.5
DEZ/1983	15.0	17.6	13.9	11.9
DEZ/1984	14.9	15.3	19.1	12.5
DEZ/1985	-	24.0	22.3	22.9
DEZ/1986	4.7	17.5	16.7	21.6
DEZ/1987	11.5	-	-	28.4

FONTE: IDEM.

OBS: LUCRO LÍQUIDO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

FONTE DOS RECURSOS DO BANCOPSA

EM 1.000 DÓLARES

DISCROMINACAO	1981		1982		1983		1984		1985			
	QUANTIDADE	PARTE-PAOAO	QUANTIDADE	PARTE-PAOAO	QUANTIDADE	PARTE-PAOAO	QUANTIDADE	PARTE-PAOAO	QUANTIDADE	PARTE-PAOAO		
	INDICE EVOLUCAO		INDICE EVOLUCAO		INDICE EVOLUCAO		INDICE EVOLUCAO		INDICE EVOLUCAO			
DEPOSITOS												
01. Depositos a Vista Setor Privado	57.800	11,7	100	54.720	9,6	100	41.290	7,1	100	36.430	6,3	70
02. Compulsorio Dep. a Vista	21.100	4,3	100	16.770	2,9	100	16.500	2,8	100	12.820	2,3	71
03. Dep. a Vista S. Privado Liquidos (1 - 2)	36.750	7,4	100	27.950	6,7	100	24.790	4,3	100	24.410	4,4	69
04. Depositos a Vista S. Publico	26.200	5,3	100	23.250	4,1	100	20.870	3,6	100	19.360	2,5	61
05. Total Dep. a Vista Liquidos (3 + 4)	62.950	12,7	100	51.200	10,8	100	45.660	7,9	100	43.770	6,5	65
06. Depositos a Prazo	15.800	3,0	100	15.800	2,8	100	23.700	4,1	100	42.300	11,4	141
07. Compulsorio Dep. a Prazo	-	-	100	-	-	100	2.870	0,3	100	5.620	1,4	-
08. Dep. a Prazo Liquidos (6 - 7)	15.800	3,0	100	15.800	2,8	100	21.870	3,8	100	36.700	10,6	144
09. Total dos Depositos Liquidos (5 + 8)	78.850	15,7	100	77.400	15,6	100	67.350	11,7	100	80.530	16,5	134
10. Recrementos de Tributos	16.100	3,3	100	18.000	3,1	112	11.750	2,0	73	11.800	1,6	63
11. Total Depositos e Tributos (9 + 10)	94.500	19,0	100	95.400	18,7	101	79.100	13,7	84	92.330	18,1	122
RESCONTOS E REMISSOES												
12. Descontos de Emprestimos no Pais	301.500	60,7	100	351.920	61,0	107	349.900	59,5	101	356.610	51,4	106
13. Descontos de Emprestimos Externos - R. 63	65.250	13,1	100	74.000	13,0	113	101.520	17,6	150	98.130	15,4	159
14. Recursos Externos - Jemio	4.000	0,8	100	0.800	1,7	206	0.250	0,1	156	17.400	5,1	803
15. Total Rescontos e Remissoes (12 + 14)	370.750	74,7	100	426.720	76,6	107	451.670	79,2	103	464.140	71,9	123
PATRIMONIO LIQUIDO E PROVISOES												
16. Patrimonio Liquido - Resultado	23.810	4,8	100	25.600	4,5	108	27.110	4,7	114	28.810	6,2	127
17. (Provisao de Depreciacao)	(1.370)	(0,3)	100	(1.200)	(0,2)	88	(1.800)	(0,3)	350	(1.700)	(1,1)	508
18. Provisao de Depreciacao e Amort	2.800	0,6	100	3.200	0,7	124	4.300	0,7	142	5.300	1,2	205
19. Provisao de Provisao de Provisao	2.000	0,4	100	4.570	0,8	230	5.700	1,0	288	7.700	1,8	356
20. Outros Recursos e Provisoes	4.200	0,8	100	5.270	0,9	125	9.820	1,5	210	12.300	2,4	361
21. Total P. L. e Provisoes (16 + 20)	31.520	6,3	100	37.900	6,7	120	41.210	7,1	120	63.300	10,0	201
22. Total Geral dos Recursos	696.400	100,0	100	568.300	100,0	114	577.900	100,0	110	635.200	100,0	125

QUADRO VII. 2
ALOCAÇÕES DOS RECURSOS DO IMIESPA

em 1.000 CR\$

	1981		1982		1983		1984		1985	
	QUANTIDADE	PARTICI- PAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICI- PAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICI- PAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICI- PAÇÃO	QUANTIDADE	PARTICI- PAÇÃO
	INDICE EVOLUÇÃO		INDICE EVOLUÇÃO		INDICE EVOLUÇÃO		INDICE EVOLUÇÃO		INDICE EVOLUÇÃO	
01. CATA	3.820	6,6	3.800	6,5	2.400	6,4	2.800	6,4	1.900	6,3
Esperditimos c/ Recursos Próprios										
02. BECR	3.750	6,8	3.500	6,6	3.000	6,5	2.900	6,5	3.700	6,6
03. BEUR	1.520	6,3	1.300	6,2	2.300	6,4	6.400	1,1	6.620	1,0
04. BEAL	9.990	2,9	12.600	2,2	14.100	2,4	11.100	2,6	9.800	1,6
05. CARGO	7.140	1,4	5.900	1,1	3.300	6,6	1.700	6,3	2.210	6,3
06. CARGO	45.100	9,1	33.400	5,9	19.100	3,3	15.600	2,8	18.150	2,9
07. Outras Aloc. das Estatals	-	-	-	-	-	-	41.700	7,5	45.200	7,1
08. Total Estat. c/ Rec. Próprios (2 a 7)	67.570	13,6	56.700	13,6	63.700	11,8	79.400	14,2	85.760	13,5
09. Esperditimos c/ Rec. Repasses										
10. BECR	46.920	9,5	40.900	8,6	46.400	8,8	45.400	8,1	45.320	7,1
11. BEUR	249.200	58,1	256.100	52,1	255.700	51,2	246.500	44,8	278.300	43,8
12. BEAL	3.440	6,6	1.700	6,3	1.500	6,3	900	6,2	300	6,1
13. CARGO	4.000	8,8	9.900	1,7	6.000	1,5	20.000	3,5	48.900	6,4
14. Total Estat. c/ Rec. Repasses (10 a 13)	365.560	73,7	432.700	76,1	442.400	76,5	460.400	72,7	472.520	72,6
15. Outras Alocações										
16. Aloc. em Títulos	16.800	5,4	20.200	5,0	7.500	1,3	6.500	1,2	26.800	3,3
17. Permanente	27.500	5,6	31.800	5,6	37.000	6,5	44.000	7,1	52.900	8,3
18. Outros Títulos	15.530	3,1	15.900	2,8	24.000	4,3	24.800	4,4	16.120	2,6
19. Total Outras Aloc. (15 a 18)	64.270	12,1	75.900	13,4	69.500	12,1	71.300	12,7	89.820	14,2
20. Total Geral (1 + 8 + 14 + 19)	496.440	100,0	568.300	100,0	577.400	100,0	559.100	100,0	635.190	100,0

QUADRO VIII.1

BANCOS COMERCIAIS ESTADUAIS

DEPÓSITOS TOTAIS

31/DEZ/86 RELATIVO 30/JUN/87 RELATIVO

BANCOS	UF	CZ\$MILHÃO	EM %	CZ\$MILHÃO	EM %
BANESPA	SP	32778	37.56	50849	40.67
BEMGE	MG	11410	13.07	18553	14.84
BANERJ	RJ	-	0.00	17547	14.03
BANESTADO	PR	8648	9.91	12964	10.37
BANRISUL	RS	8240	9.44	11551	9.24
CREDIREAL	MG	5528	6.33	-	0.00
BESC	SC	4136	4.74	-	0.00
BANEB	BA	3961	4.54	-	0.00
BRB	DF	2644	3.03	4090	3.27
BANDEPE	PE	2443	2.80	2560	2.05
BANESTES	ES	2202	2.52	2409	1.93
PRODUBAN	PB	1420	1.63	-	0.00
BEG	GO	1022	1.17	1694	1.35
BEA	AM	801	0.92	745	0.60
BEMAT	MT	622	0.71	818	0.65
BANESE	SE	-	0.00	643	0.51
BANPARA	PA	588	0.67	-	0.00
BANDERN	RN	486	0.56	616	0.49
MARANHAO	MA	348	0.40	-	0.00
ACUMULADO		87277	100.00	125039	100.00
FONTE:		BALANÇO FINANCEIRO			

QUADRO VIII.2

BANCOS COMERCIAIS ESTADUAIS

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

31/DEZ/86 RELATIVO 30/JUN/87 RELATIVO

BANCOS	CZ\$MILHÃO	EM %	CZ\$MILHÃO	EM %
BANESPA	65428	38.28	161459	43.31
BEMGE	12098	7.08	25318	6.79
BANERJ	-	0.00	47475	12.73
BANESTADO	12340	7.22	26268	7.05
BANRISUL	14934	8.74	30379	8.15
CREDIREAL	17284	10.11	-	0.00
BESC	4205	2.46	-	0.00
BANEB	7648	4.47	-	0.00
BRB	3853	2.25	8232	2.21
BANDEPE	7853	4.59	21872	5.87
BANESTES	3429	2.01	7714	2.07
PRODUBAN	3372	1.97	-	0.00
BEG	4625	2.71	11689	3.14
BEA	2339	1.37	6888	1.85
BEMAT	5107	2.99	15723	4.22
BANESE	-	0.00	3851	1.03
BANPARA	2264	1.32	-	0.00
BANDERN	2229	1.30	5949	1.60
MARANHAO	1898	1.11	-	0.00
ACUMULADO	170906	100.00	372817	100.00

FONTE: BALANÇO FINANCEIRO

QUADRO VIII.3

BANCOS COMERCIAIS ESTADUAIS

RESULTADO OPERACIONAL

31/DEZ/86 RELATIVO 30/JUN/87 RELATIVO

BANCOS	CZ\$MILHÃO	EM %	CZ\$MILHÃO	EM %
BANESPA	6548	44.53	10026	64.65
BEMGE	1072	7.29	-1387	-
BANERJ	-	0.00	-34002	-
BANESTADO	1398	9.51	-	0.00
BANRISUL	1859	12.64	3438	22.17
CREDIREAL	8	0.05	-	0.00
BESC	272	1.85	-	0.00
BANEB	484	3.29	-	0.00
BRB	881	5.99	869	5.60
BANDEPE	555	3.77	-555	-
BANESTES	677	4.60	351	2.26
PRODUBAN	375	2.55	-	0.00
BEG	292	1.99	223	1.44
BEA	232	1.58	176	1.13
BEMAT	-80	-0.54	-	0.00
BANESE	-	0.00	425	2.74
BANPARA	12	0.08	-	0.00
BANDERN	54	0.37	-	0.00
MARANHAO	65	0.44	-	0.00
ACUMULADO	14704	100.00	15508	100.00

FONTE: BALANÇO FINANCEIRO

QUADRO VIII.4

BANCOS COMERCIAIS ESTADUAIS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO REAL

31/DEZ/86 RELATIVO 30/JUN/87 RELATIVO

BANCOS	CZ\$MILHÃO	EM %	CZ\$MILHÃO	EM %
BANESPA	26580	35.27	23417	48.36
BEMGE	5664	7.52	2044	4.22
BANERJ	-	0.00	-30984	-
BANESTADO	5174	6.87	3952	8.16
BANRISUL	7631	10.13	5965	12.32
CREDIREAL	7200	9.55	-	0.00
BESC	3553	4.71	-	0.00
BANEB	4010	5.32	-	0.00
BRB	1603	2.13	8232	17.00
BANDEPE	2909	3.86	488	1.01
BANESTES	1714	2.27	1727	3.57
PRODUBAN	1484	1.97	-	0.00
BEG	2070	2.75	776	1.60
BEA	1029	1.37	685	1.41
BEMAT	1984	2.63	-2453	-
BANESE	-	0.00	876	1.81
BANPARA	1213	1.61	-	0.00
BANDERN	824	1.09	265	0.55
MARANHAO	717	0.95	-	0.00
ACUMULADO	75359	100.00	48427	100.00
FONTE: BALANÇO FINANCEIRO				

QUADRO VIII.5
PARTICIPAÇÃO DO BANESPA
NO SETOR BANCÁRIO
EM %

DEPÓSITOS TOTAIS

ANOS	BC	BCO/BC	BESP/BC	BESP/BCO
1974	100.00	29.79	10.64	35.71
1975	100.00	28.57	8.27	28.95
1976	100.00	27.47	7.69	28.00
1977	100.00	28.83	9.12	31.65
1978	100.00	27.57	9.58	34.75
1979	100.00	26.92	7.94	29.50
1980	100.00	26.81	6.58	24.53
1981	100.00	29.32	7.94	27.07
1982	100.00	27.37	6.15	22.46
1983	100.00	25.26	5.86	23.18
1984	100.00	23.02	6.03	26.21
1985	100.00	27.64	7.43	26.90
1986	100.00	23.46	6.18	26.33

FONTE: BACEN

OBS: BC= BCOS COMERCIAIS, INCL. PRIVADOS,
EXCL. BANCO DO BRASIL

BCO=OFIC.BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA
E BANCOS ESTADUAIS

BESP= BANESPA

QUADRO VIII.6
PARTICIPAÇÃO DO BANESPA
NO SETOR BANCARIO
EM %

OPERACOES DE CRÉDITO

ANOS	BC	BCO/BC	BESP/BC	BESP/BCO
1974	100.00	37.39	10.43	27.91
1975	100.00	38.51	10.92	28.36
1976	100.00	40.53	11.36	28.04
1977	100.00	40.94	12.66	30.91
1978	100.00	40.88	13.68	33.46
1979	100.00	40.75	14.22	34.90
1980	100.00	41.16	14.53	35.29
1981	100.00	41.10	14.37	34.96
1982	100.00	43.78	14.81	33.82
1983	100.00	43.94	13.42	30.55
1984	100.00	41.49	12.40	29.89
1985	100.00	43.39	13.95	32.15
1986	100.00	35.89	10.70	29.82

FONTE: BACEN

OBS: BC=BANCOS COMERCIAIS, INCL. PRIVADOS,
EXCL. BANCO DO BRASIL

BCO=OFIC. BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA
E BANCOS ESTADUAIS

BESP=BANESPA

QUADRO VIII.7
PARTICIPAÇÃO DO BANESPA
NO SETOR BANCÁRIO

EM %

OBRIG. POR EMPRÉST. NO PAÍS

ANOS	BC	BCO/BC	BESP/BC	BESP/BCO
1979	100.00	83.55	39.83	47.67
1980	100.00	84.99	41.57	48.91
1981	100.00	87.12	42.76	49.08
1982	100.00	86.46	40.80	47.19
1983	100.00	89.41	35.28	39.45
1984	100.00	92.25	32.12	34.81
1985	100.00	93.85	38.48	41.01
1986	100.00	91.97	34.88	37.93

FONTE: BACEN

OBS: BC= BCOS COMERCIAIS, INCL. PRIVADOS
EXCL. BANCO DO BRASIL

BCO=OFIC(BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA
E BANCOS ESTADUAIS)

BESP= BANESPA

QUADRO VIII.8
 PARTICIPAÇÃO DO BANESPA
 NO SETOR BANCÁRIO
 EM %

OBRIG. POR EMPRÉST. EXTERNOS: RES.63

ANOS	BC	BCO/BC	BESP/BC	BESP/BCO
1979	100.00	27.23	11.39	41.82
1980	100.00	25.18	9.98	39.62
1981	100.00	21.86	7.53	34.44
1982	100.00	21.29	6.95	32.64
1983	100.00	21.37	6.67	31.20
1984	100.00	20.73	7.24	34.91
1985	100.00	24.02	7.96	33.14
1986	100.00	23.20	8.08	34.81

FONTE: BACEN

OBS: BC= BCOS COMERCIAIS, EXCETO

BANCO DO BRASIL

BCO=OFIC(BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA

E BANCOS ESTADUAIS)

BESP= BANESPA

QUADRO VIII.9
 RELAÇÃO EMPRÉST./DEPÓSITOS
 NO SETOR BANCÁRIO
 EM MÚLTIPLOS

ANOS	BANCOS OFICIAIS BANESPA		
	PRIVADOS	-BANESPA	
1974	1.74	1.72	1.20
1975	1.83	1.78	1.73
1976	1.98	2.14	2.14
1977	2.07	2.11	2.04
1978	2.05	2.25	2.12
1979	2.02	2.06	2.64
1980	2.17	2.09	3.51
1981	2.55	2.26	3.27
1982	2.82	2.80	4.94
1983	3.05	3.59	5.23
1984	2.60	3.43	4.11
1985	2.34	2.47	3.18
1986	1.51	1.68	2.00

FONTE: BACEN

OBS: BANCOS OFICIAIS:

EXCL. BANCO DO BRASIL

INCL. BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA

E BANCOS ESTADUAIS

QUADRO VIII.10

RELAÇÃO REPASSES INTERNOS/DEPÓSITOS
NO SETOR BANCÁRIO

EM MÚLTIPLOS

ANOS	BANCOS OFICIAIS		BANESPA
	PRIVADOS	-BANESPA	
1979	0.07	0.72	1.56
1980	0.07	0.77	2.28
1981	0.08	0.91	2.36
1982	0.10	1.20	3.70
1983	0.08	1.62	3.49
1984	0.05	1.70	2.55
1985	0.04	1.15	2.18
1986	0.02	0.65	1.11

FONTE: BACEN

OBS: BANCOS OFICIAIS:

EXCL. BANCO DO BRASIL

INCL. BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA

E BANCOS ESTADUAIS

QUADRO VIII.11

RELAÇÃO REPASSES EXTERNOS/DEPÓSITOS
NO SETOR BANCÁRIO

EM MÚLTIPLOS

ANOS	BANCOS OFICIAIS BANESPA		
	PRIVADOS -BANESPA		
1979	0.27	0.23	0.39
1980	0.36	0.26	0.53
1981	0.60	0.36	0.52
1982	0.77	0.48	0.81
1983	1.16	0.83	1.25
1984	0.86	0.66	1.00
1985	0.55	0.42	0.56
1986	0.17	0.15	0.23

FONTE: BACEN

OBS: BANCOS OFICIAIS:

EXCL. BANCO DO BRASIL

INCL. BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA

E BANCOS ESTADUAIS

QUADRO VIII.12
 RELAÇÃO REPASSES INTERNOS/EXTERNOS
 NO SETOR BANCARIO
 EM MÚLTIPLOS

ANOS	BANCOS OFICIAIS		BANESPA
	PRIVADOS	-BANESPA	
1979	0.27	3.16	4.00
1980	0.21	2.94	4.29
1981	0.13	2.49	4.57
1982	0.13	2.49	4.59
1983	0.07	1.94	2.79
1984	0.06	2.56	2.55
1985	0.07	2.77	3.89
1986	0.12	4.31	4.94

FONTE: BACEN

OBS: BANCOS OFICIAIS:

EXCL. BANCO DO BRASIL

INCL. BASA, BNB, BANCO DE RORAIMA

E BANCOS ESTADUAIS

BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. LEGISLAÇÃO

BANESPA. Compilação das Leis e Decretos Federais e Estaduais e demais atos referentes ao Banco do Estado de São Paulo S.A. (1909 a 1957). São Paulo, Biblioteca, out/1957.

BRANDÃO, A.C. Legislação Bancária. Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1954.

1.2. FONTES ESTATÍSTICAS

BALANÇO FINANCEIRO. Ranking. SP, vários números, 1981 a 1986.

BANCO CENTRAL. Boletim Mensal. DF, vários números.

BANESPA. Balancos Contábeis/Quadros e Gráficos/Quadros Comparativos. SP, Anexos dos Relatórios Anuais da Diretoria, 1926 a 1964.

_____. Distribuição da Renda entre os Funcionários do BANESPA: Quantidade de Funcionários Ativos por Faixa Salacial. Folha de Pagamento de Maio de 1986.

_____. Evolução do Quadro de Pessoal. SP, S. ed. 1986.

_____. Histórico da Rede de Agências BANESPA no País. SP, S. ed. 1986.

DIEESE. Banco de Dados: Guias de Contribuição Sindical 1986. SP, SEEB, 1986.

EXAME. Os Melhores e os Maiores: Os 50 maiores Bancos, por Depósitos. SP, vários números, 1975 a 1985.

IBGE. Séries Estatísticas Retrospectivas. RJ, 1986.

REVISTA BANCÁRIA BRASILEIRA. Os maiores Bancos do País. RJ, vários números, 1942 a 1986.

SÃO PAULO. Repartição de Estatística e de Archivo do Estado. Anuário Estatístico de São Paulo (Brasil) 1910. SP, Duprat & Comp. 1912.

SUMOC. Boletins. Jan/mar de 1965.

1.3. FONTES OFICIAIS (Relatórios, Publicações Oficiais e Institucionais)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS COMERCIAIS ESTADUAIS. Os Bancos Comerciais Estaduais: Reflexões Gerais sobre uma Reforma no Sistema Financeiro Brasileiro. Brasília, mimeo, setembro de 1987.

_____. Proposta de Reformulação dos Bancos Comerciais Estaduais apresentada pelo Presidente da ASBACE. Brasília, mimeo, 11/09/87.

BANCO DE CRÉDITO HYPOTHECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acta da Assembleia Constituinte. SP, Registro Especial de Títulos da Comarca da Capital, 1909.

_____. Estatutos. SP, Casa Vanorden, 1909.

_____. Instructions Relatives aux Emprunts Hypothécaires. SP, 2 de set. de 1909.

_____. Primeiro Traslado de Escripura de Sublocação. SP, 2o. Tabelião de Notas, 03/09/1909.

_____. Etude Economique et Financiere de l'Etat de São Paulo en vu de la création d'un Credit Foncier & Agricole dans l'Etat. SP, Dossier No. 1: Constitution, s.d.

- _____. Rapport du Voyage d'Etudes sur Santos. Décembre 1909.
- _____. Rapport du Voyage d'Etudes sur Ribeirão Preto. November 1909.
- _____. Rapport du Voyage d'Etudes sur São Simão. November 1909.
- _____. Rapport du Voyage d'Etudes sur Mococa. November 1909.
- _____. Contrato e Correspondência relativos ao Empréstimo de 7 mil contos de réis contraído com o Tesouro Nacional. 1914.
- _____. Relatório do Chefe do Contencioso. s.n.t.
- _____. Fazenda "Nova do Cafezal". Município de Rio Claro: Rapport de l'Expert. SP, 1e 28 octobre 1909.
- _____. Liquidação Cardoso de Mello & Comp. Abril de 1915 a outubro de 1919.
- _____. Documentação Referente ao Empréstimo de 10 mil contos de réis tomado junto ao Banco do Brasil. 1915 a 1927.
- _____. Relatório Annual apresentado aos Acionistas na Assembleia Geral Ordinaria. Coleção de 29 de abril de 1911 a 31 de março de 1926.
- BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Relatório de Atividades Anuais. Coleção Completa de 1926 ao 1o semestre de 1988.
- _____. Documentos Officiais e Relatórios Discriminativos dos Assuntos: Empréstimo Externo de 20 milhões de libras esterlinas; compra de 18 milhões de sacas de café das safras de 1929 e 1930; extratos das contas dessa movimentação. 1929 a 1950.
- _____. Relatório dos trabalhos realizados pelo Banco do Estado de São Paulo, na compra do Stock retido pelo Governo Federal. SP, 27 de janeiro de 1933.

JORNAL DO BRASIL. (citado JB).

O ESTADO DE SÃO PAULO. (citado OESP).

2. FONTES SECUNDÁRIAS

ABREU, Marcelo P. A Dívida Pública Externa do Brasil. Estudos Econômicos, 15(2): 167-189, mai/ago 1985.

ALMEIDA, Júlio S.G. As Financeiras na Reforma do Mercado de Capitais. CPS, Tese de Mestrado - UNICAMP, 1980.

_____. Problemas da Estrutura Bancária. Debate Econômico. RJ, CORECON, Jul/1985.

_____. Financiamento e Desempenho Corrente das Empresas Privadas e Estatais. SP, Relatório do IESP/FUNDAP, jun/1987.

ALMEIDA, Júlio S.G. et alii. Evolução e Impasses do Crédito. SP, Relatório do IESP/FUNDAP, dez/1987.

_____. Sistema Bancário Público e Privado: Mudança na Estrutura de Recursos e Tendências de Custo e Lucro (1985/87). SP, Texto para Discussão 13 do IESP/FUNDAP, mai/1988.

AURELIANO DA SILVA, Liana M. L. No Limiar da Industrialização: Estado e Acumulação de capital, 1919-1937. CPS, Tese de Doutorado - UNICAMP, 1977.

BAER, Monica. A Internacionalização Financeira no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1986.

BANAS, Geraldo. Nos Bastidores do Setor Bancário. RJ, Publicações Serviço BANAS, Noticiário e Pesquisas, 1959.

BARRAT BROWN, Michael. Después del Imperialismo. Buenos Aires, Siglo XXI, 1976.

- BELLUZZO, Luís G. e COUTINHO, Renata. Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise No. 1 e No. 2. SP, Brasiliense, 1982 e 1983.
- BOUZAN, Ary. Os Bancos Comerciais no Brasil: Uma Análise do Desenvolvimento Recente (1965/1971). SP, Tese de Doutorado pela USP, Ed. Federação Brasileira das Associações de Bancos, 1972.
- BUKHARIN, N. O Imperialismo e a Economia Mundial (1917). RJ, Laemmert, 1969.
- BULHES PEDREIRA, José L. Depoimento na CPI sobre o Mercado Financeiro. Jornal do Comércio. RJ, 23/mar/81.
- CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. RJ-SP, Difel, 1977.
- _____. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970. SP, Global, CPS, Ed. UNICAMP, 1985.
- _____. Subsídios para a Reformulação das Políticas de Descentralização Industrial e de Urbanização no Estado de São Paulo. CPS, IE-UNICAMP, mimeo, abr/1987.
- CARDOSO DE MELLO, João M. O Capitalismo Iardio. CPS, Tese de Doutorado - UNICAMP, 1975.
- CARMO. História do BANESPA. SP, mimeo, 1977.
- CARVALHEIRO, Nelson. Bancos Comerciais no Brasil: 1964/1976 = crescimento e concentração. SP, USP, mimeo, 1982.
- CASTRO, Ana C. As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913. RJ, Zahar, 1979.
- CASTRO, A.L.P. e LUNDBERG, E. Desequilíbrio do Setor Público e seu Impacto sobre o Orçamento Monetário (1985). in LOZARDO (ORG.) Déficit Público Brasileiro: Política Econômica e Ajuste Estrutural. RJ, Paz e Terra, 1987.
- CEPAL. O Desenvolvimento Recente do Sistema Financeiro da América latina (1971). in SERRA, J. (Coord.). América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica. RJ, Paz e Terra, 1976, pp. 108-149.

- CERTAIN, Thais H.C.F. Processo de Difusão da Automação Bancária no Brasil. CPS, IE-UNICAMP, mimeo, mai/1985.
- COSTA, Fernando N. Bancos em Minas Gerais (1889-1964) CPS, Tese de Mestrado-UNICAMP, 1978.
- _____. Ajuste - Desajuste - Reajuste: O Sistema Financeiro na Crise dos Anos 80. Análise & Conjuntura BH, 1(3):50-72, set/dez 1986.
- _____. Dois Passos Adiante, Um Passo Atrás: O Sistema Financeiro no Ano do Cruzado. in CARNEIRO (Coord.). A Política Econômica do Cruzado. SP, Ed. UNICAMP-Bienal, 1987, pp. 147-176.
- DAVIDOFF CRUZ, Paulo. Dívida Externa e Política Econômica. SP, Brasiliense, 1984.
- DELFIN NETO, Antônio. O Problema do Café no Brasil. RJ, FGV - Ministério da Agricultura - SUPLAN, 1979.
- FAJNZYLBER, Fernando. La Industrialización Tardía de América Latina. Mexico, Ed. Nueva Imagen, 1983.
- FIORI, José L. Conjuntura e Ciclo na Dinâmica de um Estado Periférico. RJ, IEI-UFRJ, dez/1984.
- FISHLOW, Albert. Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil. Estudos Econômicos. SP, 2(6), 1972.
- FONTENLA, Vicente P. História dos Bancos no Brasil. RJ, s. ed., 1975.
- FRAGA, Constantino C. Resenha Histórica do Café no Brasil. Boletim da Divisão Econômica Rural, SP, 10 (1), 1963.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 12ª ed. rev., SP, Ed. Nacional, 1974.
- GALBRAITH, John Kenneth. The Great Crash. Boston, Houghton Mifflin Company, 1972.
- GOLDSMITH, Raymond. La Estructura Financiera y el Crecimiento Económico.

México, CEMLA, 1963.

GRANZIERA, Rui. Moeda e Crédito no Limiar do Capitalismo no Brasil. CPS, Tese de Doutorado-UNICAMP, 1976.

BURLEY, J. & SHAW, E. Financial Aspects of Economic Development American Economic Review, vol. XLV, No. 4, sept/1955.

HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro (1910). SP, Nova Cultural, 1985.

KILSTAJN, Samuel. Sistema Financeiro Estadual - Análise Começada. SP, FUNDAP, mimeo, 1979.

KINDLEBERGER, Charles P. The World in Depression, 1929-1939. Berkely, University of California Press, 1973.

_____. Manias, Panics and Crashes: A History of Financial Crises. NY, Basic Books, 1978.

LENIN, V.I. El Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo (1916) in Obras Escogidas, Tomo I. Moscú, Editorial Progreso, 1979.

LESSA, Carlos. Quinze Anos de Política Econômica. CPS, UNICAMP/IFCH/DEPE, mimeo, s.d.

LUNDBERG, Eduardo. Orçamento Monetário e a Socialização dos Prejuízos da Crise Cambial. Revista de Economia Política, SP, 5(1):148-153, Jan/mar-1985.

MALAN, P. et alii. Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). RJ, IEPA/INPES, 1980.

MARQUES, N.F.S. A Concentração Bancária Brasileira no Período Pós-1964. Recife, PIMES, 1982.

MENDONÇA DE BARROS, Luís C. Indexação e Desindexação: Debate a ser Retomado. Revista Fundação SEADE/SP em Perspectiva, 1(3):38-45, set/dez 1985.

MOURA DA SILVA, Adroaldo. Intermediação Financeira no Brasil. Origens, Estrutura e Problemas. SP, FEA/IPE/USP, 1979.

- NEERI, Barjas, GONÇALVES, Flora & CANO, Wilson. O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). CPS, IE-UNICAMP, abr/1987.
- NEUHAUS, Paulo. História Monetária do Brasil: 1900-45. RJ, IBMEC, 1975.
- PELAEZ, Carlos M. A Balança Comercial: a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira. Revista Brasileira de Economia. RJ, 22(1), mar/1968.
- PERDIGÃO, Luis A. Conglomerados Financeiros: Análise de seu Desempenho no Brasil. RJ, IBMEC, 1983.
- PORTOCARRERO DE CASTRO, Hélio O. As Causas Econômicas da Concentração Bancária. RJ, IBMEC, 1981.
- RODRIGUES, Hélio. Um Estudo do Sistema Financeiro Nacional: 1968-1978. Pinacicaba, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1982.
- SAES, Flávio A.M. A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira. SP, Hucitec, 1986 a.
- _____. Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista: 1850-1930. SP, IPE/USP, 1986 b.
- SAES, Flávio & SZMRECSÁNYI, Tamás. O Capital Estrangeiro no Brasil: 1880-1930. Estudos Econômicos. 15(2): 191-219, maio/jun 1985.
- SAYAD, João. Abstract Regulation on Brazilian Commercial Banks. Yale, Tese de Doutorado, Yale University, 1976.
- SCHWARTZMAN, Jacques. O Sistema Financeiro de Minas Gerais. Seminário sobre a Economia Mineira 3, Diamantina, 1986. Anais. BH, CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1986.
- SILBER, S. Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o Período 1929-39. in VERSIANI & MENDONÇA DE BARROS. Formação Econômica do Brasil. SP, Saraiva, 1977.
- SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. SP,

Alfa-Omega, 1976.

SOCHACZWESKI, Antônio C. Financial and Economic Development of Brazil 1952-1968. Londres, Tese de Doutorado - Universidade de Londres, 1980.

TANHURI, Luíza. O Enclutamento. CPS, Tese de Mestrado - UNICAMP, 1977.

TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional: 1920-1980. CPS, IE-UNICAMP, mimeo, abr/1987.

TAUNAY, Affonso de E. História do Café no Brasil. RJ, DNC, 1942. Vol. XII e XIII.

TAVARES, Maria C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. RJ, Zahar, 1973.

_____. O Sistema Financeiro e o Ciclo de Expansão Recente. Ciclo e Crise - O Movimento Recente da Industrialização Brasileira. RJ, tese de Titular - FEA/UFRJ, 1979.

TAVARES, M.A.R. & CARVALHEIRO, N. O Setor Bancário Brasileiro: Alguns Aspectos do Crescimento e da Concentração. SP, FINE/USP, 1985.

TOPIK, S. Capital Estrangeiro e o Estado no Sistema Bancário Brasileiro, 1889-1930. R. Bras. Merc. Car. RJ, v.5, No. 15, pp. 395-421, set/dez 1979.

TEIXEIRA, Natermes G. O Sistema Bancário Brasileiro e suas Transformações frente a Crise Atual. CPS, Tese de Doutorado - UNICAMP, 1985.

TEIXEIRA, Natermes & COSTA, Fernando H.. Setor Financeiro e Momentos de Decisão. in CARNEIRO, R. (org.) Política Econômica da Nova República. RJ, Paz e Terra, 1986.

_____. Vol. V. & SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Indústria: 1889-1945. RJ, IUPERJ/INPES, 1975.

_____. A Avaliação do Setor Financeiro no Brasil: da Reforma de 1964 aos Anos 80. CPS, Tese de Mestrado - UNICAMP-IE, 1982.